



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 45, TERÇA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2022	5
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2022	34
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2022	51
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2022	87
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2022	102
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2022	124

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2021	137
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2022	206
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2022	224
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de março de 2022	287
Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de março de 2022	357
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2022	408

1.3 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de fevereiro de 2022	436
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2022	449
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2022	456
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2022	460
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2022	464

1.4 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH



Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de fevereiro de 2022	471
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2022	489
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2022	532
1.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de fevereiro de 2022	589
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022	600
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2022	630
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2022	683
1.6 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022	720
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2022	736
1.7 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2022	754





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Izalci Lucas, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Giordano, Angelo Coronel, Maria do Carmo Alves e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1057, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Rogério Carvalho. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2017 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturalista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o § 6º ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 242, de 2020 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade." **Autoria:** Senadora Mara Gabrielli (PSDB/SP). **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 3966, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 1235, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir as empresas com 50 (cinquenta) até 99 (noventa e nove) empregados na relação de empresas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrielli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH, 2-CDH e 4-CDH, e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda de nº 3-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Eduardo Gomes, para reexame do relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 1915, de 2019 - Terminativo** - que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, e adiada a discussão e votação. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 2, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância de instituir o dia 14 de março como Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 4, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4223/2021, que “dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde”." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 3, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 89/2019 - CAS, seja incluídos os seguintes convidados: representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; representante da Força Sindical e o Sr. Luiz Alberto Santos - Consultor Legislativo do Senado Federal e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 5, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2020 - CAS, seja



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

incluído o convidado Alexander Moreira de Almeida, Médico Psiquiatra, Parapsicólogo e Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/15>

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópia do Ofício nº 17.670/2021, do Supremo Tribunal Federal, que encaminha decisão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828, relativa ao direito à moradia e à saúde de pessoas vulneráveis no contexto da pandemia da covid-19; cópia do Ofício nº 100/2021, do Conselho de Saúde, que encaminha a Resolução nº 546/2021, que reprovava o relatório da gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal referente ao ano de 2020; cópia do Ofício nº 94/2021, do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulamentação, que alega indícios de irregularidades praticadas na composição da Diretoria Colegiada da ANS; cópia de ofícios e moções de assembleias legislativas, câmaras municipais e entidades contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisadas pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão. A reunião ocorre no modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo do Senado Digital nas deliberações nominadas, como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Informo que foi retirado da pauta o item 9 – Projeto de Lei nº 1.235, de 2019 – a pedido do Relator, Senador Eduardo Gomes, para reexame do relatório.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1235, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir as empresas com 50 (cinquenta) até 99 (noventa e nove) empregados na relação de empresas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH, 2-CDH e 4-CDH, e de uma emenda que apresenta, e pela rejeição da emenda de nº 3-CDH.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CDH a 4-CDH.)

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1057, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que “Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências”; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”, para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 07/12/2021.

2- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O nobre Relator já está presente nesta Comissão, com uma gravata muito bonita, por sinal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Rocha, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Obrigado pela consideração, por me chamar de nobre. Não mereço tanto, Sr. Presidente.

Depois eu queria saudar V. Exa., porque volta vivo e forte, e sempre muito espirituoso, porque nós dois pulamos a fogueira do covid, mas estamos juntos.

Depois, Sr. Presidente, antes de pronunciar o meu relatório, para o que eu estou preparado, tenho duas questões. Uma, que eu queria dialogar com V. Exa. e com o autor da relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Paim?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, com o Senador Irajá, que é um assunto que eu vou levantar aqui. Eu queria, naturalmente, de acordo com o Senador Irajá, que a gente retirasse de pauta o item 4, para a gente dialogar mais, porque esse assunto é uma questão muito importante e premente para nós e para as entidades que se envolvem com essa questão, que são os setores organizados, que têm contribuído muito nesse tema da relação entre capital e trabalho. Falo de entidades já respeitadas e que têm contribuído muito na feitura de legislação, principalmente nessa área trabalhista: o pessoal do Sinait, da Anamatra, o pessoal que trata da fiscalização do trabalho, da Justiça do Trabalho, etc. E esse item 4 trata exatamente dessa questão.

Então, eu queria dialogar com o Senador – não sei se ele está presente – para que de comum acordo a gente retirasse o item de pauta para dialogar melhor com essas entidades e com a relatoria. No entanto, Sr. Presidente, eu já precavido estou entrando com um requerimento para retirá-lo de pauta e fazer, inclusive, uma audiência pública com esses órgãos, combinada com o Relator.

A outra questão: eu queria ceder um aparte para o Senador Contarato, que me solicitou uma questão que envolve decisão da Presidência. É uma inversão também que ele quer, por causa de ocupações. Ele quer antecipar como item 2, Presidente, o PL do item 10.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Isso. A inversão de o item 10 passar o item 2. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A nossa assessoria da Comissão informa, Senador, que, como nós só temos a presença dos dois Senadores, não há nenhum problema. A gente vai fazer a inversão de pauta, está bom? É isso?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É natural.

O senhor vai ler...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Última...

Vou ler agora o meu.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O senhor vai ler o relatório?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Última indagação: temos quórum para votar os itens terminativos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós estamos fazendo aqui uma previsão. O senhor vai ler o relatório. Nós estamos com o quórum apertadíssimo. O senhor faz a leitura, e na próxima nós votamos. Se não...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Se houver o quórum, votamos hoje ainda, está bom?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nesta Comissão aqui o nosso objetivo é dar a maior celeridade possível. Esta aqui não para, não!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sr. Presidente, este projeto é de muita importância para a questão do trabalho. Eu e o Senador Paulo Paim já estamos aqui há algum tempo, estamos representando esse setor já há algum tempo aqui no Congresso Nacional – o Paulo Paim mais longo do que eu, porque ele vem da Constituinte, e eu vim logo em seguida, depois. Esse projeto trata de uma grande conquista da classe trabalhadora na época da Constituição, da Constituinte, que foi o seguro-desemprego, e tem sido realmente um instrumento de proteção social muito grande para a classe trabalhadora. O Senador Paulo Paim é muito sensível às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudanças que estão acontecendo na vida da classe trabalhadora, principalmente com a tecnologia, esses ataques que vieram através da reforma trabalhista, enfim, que nos faz preocupar em sempre ir adaptando a questão do seguro-desemprego para proteger ainda mais a classe trabalhadora. E esse é o objetivo do projeto do Senador Paulo Paim.

Vou passar direto à análise.

É o Projeto nº 1.057, de 2019, que altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regulamenta o programa do seguro-desemprego, o abono salarial e que institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que é um fundo que gera o pagamento do seguro-desemprego e outros ganhos sociais da classe trabalhadora.

Nos termos do art. 100, I e IV do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre o mérito de proposições que versem sobre relações de trabalho, seguridade social e temas correlatos, como é este caso.

A proposição tem como fundamento imediato as catástrofes de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, cujas causas, características e efeitos todos, infelizmente, conhecemos.

Um dos problemas advindos desses eventos, além da catastrófica perda de vidas e dos enormes danos materiais, foi o decréscimo da atividade econômica com a consequente inviabilização ocupacional de trabalhadores nas áreas atingidas, situação que, em diversos casos, ainda não foi superada, solucionada ou sequer indenizada. Essa dificuldade é ainda maior no caso dos trabalhadores segurados especiais da Previdência Social, dado que (à parte os pescadores artesanais), na maior parte das vezes, esses trabalhadores não possuem direito à percepção do seguro-desemprego.

A ainda mais trágica repetição do evento de Mariana e Brumadinho evidencia o interesse social de existir um instrumento legal permanente para, se não resolver, ao menos mitigar os efeitos desses desastres ambientais industriais – e também de eventuais catástrofes puramente naturais – para os trabalhadores que se vejam repentinamente sem qualquer renda.

É o caso agora das grandes catástrofes das enchentes que começaram na Bahia, passaram por Minas Gerais, chegando, inclusive, a São Paulo. Quem sofre mais é a classe trabalhadora, porque a classe trabalhadora exatamente, por falta de espaços urbanos, acaba se agregando nos espaços evidenciados pelos desastres ambientais, como é o caso recente.

A proposição ainda cuida de fixar mecanismos de financiamento dessa extensão do seguro-desemprego, ao determinar a incidência de contribuição especial para empresas que apresentem elevado risco ambiental, notadamente as mineradoras e as petroleiras.

Ainda evita a sobreposição de benefícios, ao excluir explicitamente do rol de beneficiários os que já percebem ou recebem o seguro-desemprego ou o seguro-defeso dos pescadores artesanais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos, unicamente, a modificação da proposição quanto à Lei 8.212, de 1991, que possui alguns problemas de redação que tornam mais difícil seu entendimento.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.057, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

[...]

“Art. 22 [da citada lei].

.....

V – para custeio dos benefícios concedidos nos termos do art. 2º-D da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 1% (um por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais que lhe prestem serviços, pelas empresas mineradoras, petroleiras e outras que trabalhem com potenciais riscos para o meio ambiente, conforme definido em regulamento [contido no arcabouço legal do nosso país].

.....” (NR)

É esse o meu voto.

Portanto, Sr. Presidente, voto pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador Paulo Rocha. Agradecemos a sua leitura.

Comunico que o relatório é dado como lido e ficam adiadas a discussão e a votação para a próxima sessão. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide, aqui a nossa assessoria informa que...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Certo. Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – ... como a senhora já tinha pedido, eu vou lhe conceder a palavra. Está bom?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Não, não vamos atrasar, Presidente. Era para discutir sobre esse projeto, da importância que ele tem. Mas, se a discussão foi adiada, a gente adia, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está bom. A gente agradece aí a sua gentileza pela compreensão.

Item 10.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 1915, DE 2019

- Terminativo -

Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A relatoria é do nobre Senador Fabiano Contarato, que já está presente aqui na nossa Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Senador, para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos nesta renomada Comissão de Assuntos Sociais, a quem também eu estendo aqui o agradecimento ao Secretário Willy Moura, na pessoa de quem saúdo todos os membros desta Comissão.

Também, quero fazer o registro aqui, Senador Petecão, do meu carinho, admiração e respeito aos funcionários terceirizados, e aqui eu quero destacar o sempre atento nosso querido companheiro Benedito, que aqui nos brinda com sua presença, com sua humildade, com sua simpatia.

Senador Petecão, este projeto, do meu querido companheiro, Senador Jaques Wagner, busca reparar uma injustiça social que nós temos no país. Nós sabemos que infelizmente nós tivemos em 2017 uma reforma trabalhista que veio com o discurso de alavancar a economia, gerar emprego e renda, e não foi isso que aconteceu. Os dados da Pnad informam que 80 milhões de brasileiros estão em situação de pobreza e extrema pobreza, 25 milhões estão desempregados e subutilizados, houve a precarização na relação trabalhista, houve a uberização da relação trabalhista. Depois vem a reforma da previdência, cuja conta, mais uma vez, quem está pagando é o trabalhador. Agora se tornou missão impossível um trabalhador se aposentar pelo INSS para ter 40 anos de efetivamente contribuição. E agora está vindo aí uma reforma administrativa.

Então, eu passo à leitura da análise e quero aqui parabenizar o meu querido companheiro, Senador Jaques Wagner.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, quero saudar também o meu querido companheiro Rogério Carvalho, por quem eu tenho admiração, um apreço muito grande e que muito dignifica o Senado Federal. Eu tenho orgulho de fazer parte desse time do Partido dos Trabalhadores. Saiba que você é nosso orgulho e muito nos inspira.

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão discutir e votar proposições que versem sobre relações de trabalho, organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões, além de outros assuntos correlatos.

Disposições sobre a participação de empregados na gestão das empresas devem, preferencialmente, ser inseridas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), eis que pertencem ao campo do Direito Trabalhista.

Dado esse conteúdo, essas normas estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esses pressupostos, a proposição está desprovida de vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade no que se refere aos seus aspectos formais.

Ressalte-se, ainda, que não se trata de matéria cuja disciplina seja reservada a lei complementar, motivo pelo qual o projeto, de natureza ordinária, é adequado à disciplina da questão em exame.

No que se refere à técnica legislativa, a proposição atende às regras estabelecidas na Lei Complementar 95, de 1998.

No mérito, chegamos à convicção de que a proposta, como está redigida, é oportuna e positiva. Não podemos protelar indefinidamente a vigência e a eficácia de normas que, por expressa disposição constitucional, já deveriam estar beneficiando empregados e empregadores. São praticamente 30 anos de omissão do Poder Legislativo em relação a esse direito de participação dos trabalhadores.

É verdade que muitas empresas já adotam formas de participação dos empregados, de modo formal ou informal. Havendo um espaço grande e uma variedade significativa de funções e atividades, é bem possível que o empresário nem possa conhecer totalmente os meandros e recantos de seu empreendimento. Nessas condições, a descentralização é necessária, e o trabalhador é sempre uma fonte de subsídios para o aperfeiçoamento das práticas e dos processos administrativos.

Registre-se, também, que a proposta está inspirada nas experiências positivas decorrentes da Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a participação dos empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas empresas e controladas, bem como naquelas em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importante ainda destacar que a proposta está direcionada apenas às empresas com mais de 500 empregados e a maior parte das regras dependerá do que for ajustado entre as categorias profissionais em convenções e acordos coletivos de trabalho. Dessa forma, as partes terão a flexibilidade necessária para encontrar os parâmetros mais positivos de convivência administrativa.

O mercado de trabalho enfrenta problemas que demandarão, fatalmente, soluções conjuntas. Hoje, há uma obsessão com as inovações tecnológicas e com a maximização do uso de mão de obra que, em muitos casos, podem até trazer prejuízos aos investidores. Pouco se fala na relação custo-benefício das novas tecnologias, muito menos se fala dos impactos sociais dessa busca feroz pela automatização e robotização das atividades comerciais, industriais e agrícolas.

Ninguém, sensatamente, pode ser contrário ao avanço das tecnologias, com todos os seus benefícios. Estamos apenas atentando para as diversas faces desses novos modelos de produção e de exploração de bens e serviços. É possível que uma administração mais humana e mais associativa possa trazer resultados semelhantes ou melhores.

O Estado deve estar atento a todas as possibilidades e tentar diminuir os impactos das máquinas no mercado de trabalho. Afinal, os salários e a renda dos trabalhadores circulam e formam um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico e social. Os lucros, pelo contrário, podem ser canalizados para mais instrumentos tecnológicos e mais substituição de mão de obra. É nesse momento que a participação dos empregados nas decisões pode manter empregos, renda e permitir uma avaliação mais sensata dos valores em jogo.

Considerando o aumento recente nos índices de desemprego, é dada ao Parlamento a oportunidade de oferecer à sociedade, aos agentes econômicos e aos profissionais, mecanismos legais de negociação que resultem em ganhos de produtividade, menores custos e retomada do crescimento, com ganhos para toda a sociedade.

Tratamos aqui de reforçar os mecanismos de diálogo e compartilhamento dos objetivos e metas comuns. Só com o conhecimento transparente da realidade e negociações livres e democráticas é possível obter flexibilidade e justiça nas relações entre empregados e empregadores.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.915, de 2019.

É como apresento o parecer, Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando o nosso querido companheiro Senador Jaques Wagner pela propositura.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos a leitura do relatório ao Senador Contarato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório é dado como lido e ficam adiadas a discussão e a votação para que possamos fazer na próxima sessão.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2018

- Terminativo -

Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 19/10/2021.

2- A matéria recebeu Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

3- Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho para a leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, meus cumprimentos a V. Exa. e também pelo retorno das atividades das Comissões.

Eu recebi um grupo de pessoas que pediu que a gente reavaliasse alguns itens deste projeto. Eu queria pedir a V. Exa. o adiamento da apreciação deste projeto para a próxima sessão para que eu possa dar a oportunidade a esses grupos de terem as suas manifestações discutidas pela nossa equipe e pela Consultoria do Senado. Eu pediria, então, para retirar de pauta e encaminhar para a próxima sessão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos acatar o pedido do nobre Senador e vamos retirar de pauta. Na próxima sessão, faremos a leitura.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2018

- Terminativo -

Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Se aprovado o Substitutivo, será dispensado o turno suplementar, nos termos do art. 14 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria pedir a V. Exa. para dispensar aqui a parte inicial do voto e ir direto à análise e à manifestação em relação ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sob o aspecto formal, cumpre-se reiterar que não existem óbices à aprovação. Nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a inserção de uma obrigação patronal, no ordenamento trabalhista, encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui aproveito para parabenizar a autora do projeto, a Senadora Rose de Freitas, que, em hora boa – ainda que tardia, mas numa hora muito boa –, propõe que empresas com mais de 250 trabalhadores e trabalhadoras divulguem qual a diferença salarial, para que a gente possa aferir, para que a gente possa saber de quanto é essa distância que ocorre entre salários de trabalhadores homens e trabalhadoras mulheres. Então, meus cumprimentos à Senadora Rose de Freitas por essa iniciativa.

Voltando ao texto do voto: além disso, não se tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo destinado a convertê-la em lei.

Não se trata, ainda, de questão que demande a aprovação de lei complementar para a sua inserção no quadro normativo brasileiro. Assim, a lei ordinária é o instrumento jurídico adequado para a disciplina da matéria em exame.

A proposta está de acordo com os princípios, direitos e garantias fundamentais adotados por nossa Carta Magna, a nossa Lei Política, a Constituição da República Federativa do Brasil.

A propriedade possui uma função social. Isso está declarado explicitamente na Constituição (inciso XXIII do art. 5º). No caso das empresas, há um complexo material e imaterial em funcionamento, que precisa ser utilizado para o bem de todos.

Na mesma linha, o inciso IV do art. 3º da Constituição Federal estabelece, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. É disso que trata o Projeto de Lei nº 205, de 2018.

Se quisermos uma sociedade mais justa, nada mais natural e eficaz do que trabalhar em conjunto. O Estado, empregados e empregadores precisam encontrar formas de equilíbrio remuneratório, sem *dumping* social ou qualquer espécie de concorrência predatória.

No mérito, então, nossa posição é plenamente favorável à aprovação da proposta em análise. O objetivo maior é dar visibilidade, nas grandes empresas, a possíveis quadros de discriminação institucionalizada.

Muitas vezes, nem a própria empresa percebe claramente as distorções existentes e injustiças cometidas nas contratações e na manutenção de seu conjunto de empregados. Nesse sentido, a coleta desses dados pode até servir para a melhoria dos resultados internos das empresas, além de corrigir tratamentos discriminatórios e injustificados.

Toda sociedade precisa saber o que ocorre no âmbito das grandes empresas, não só para tomar as medidas legais contra comportamentos abusivos, mas também para orientar políticas sociais em busca da empregabilidade. De posse desses elementos, o poder público poderá estimular o treinamento e a inserção





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das mulheres em pontos específicos do mercado de trabalho, colaborando para que as empresas achem os trabalhadores com a capacitação necessária às demandas.

Em suma, o reconhecimento da situação salarial interna, com seus reflexos nas relações externas à empresa, pode ser útil a todos.

Com tantos argumentos favoráveis, entendemos que a matéria deve ser aprovada.

Nosso primeiro relatório foi integralmente favorável à aprovação da proposta. Reanalizando a matéria e o voto em separado da Senadora Juíza Selma, chegamos à conclusão de que cabem algumas correções, como a fixação do período a respeito do qual devem ser os dados que serão fornecidos, além da disponibilização deles à fiscalização, aos sindicatos das categorias profissionais e econômicas interessadas, assim como aos próprios empregados e pesquisadores científicos.

Além disso, entendemos que as disposições previstas no PLS nº 205, de 2018, estariam melhor alocadas entre os arts. 372 e 381 da Consolidação das Leis do Trabalho, no capítulo que trata da Proteção do Trabalho da Mulher. Ocorre que a escolha da inserção do art. 461-A está causando confusão com outro instituto, a “equiparação salarial”.

Disparidade salarial e equiparação são coisas diferentes, já registrava a justificção da Senadora Rose de Freitas: um é direito mais coletivo e social; outro é mais individual e trabalhista.

O voto em separado da Senadora Juíza Selma reintroduz a confusão que se pretendeu evitar, ao exigir que se considere, nos dados a serem fornecidos, a “idêntica função, trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial e cujas diferenças de tempo de serviço e de função não sejam superiores a 4 (quatro) anos e a 2 (dois) anos, respectivamente”.

Esses dados podem ser fornecidos pelo empregador, se ele respeita a equiparação, mas poderiam incluir “confissão”, se ele não a respeita. Nesse caso, o empregador praticamente forneceria prova ao empregado de que ele tem direito a diferenças salariais (caso específico do inciso III da emenda da Senadora, em que há diferença salarial entre homens e mulheres equiparados).

Ademais, para disfarçar, os empregadores poderiam concentrar o sexo feminino em determinadas atividades mal remuneradas, e a discriminação ficaria invisível: por exemplo, todas as caixas seriam mulheres, em determinado hipermercado, e todos os gerentes, homens.

De qualquer forma, os dados sobre equiparação deveriam vir em separado, jamais acoplados à “quantidade nominal e percentual de salários e demais vantagens de caráter remuneratório e indenizatório pagas aos empregados” (inciso II do art. 61-A, conforme a emenda do voto em separado) e a “diferença nominal e percentual da massa salarial entre empregados homens e mulheres” (inciso III da emenda). Essa junção de exigências reduziria enormemente os dados a serem fornecidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em face da leitura que fizemos do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018, estamos apresentando substitutivo, transferindo a modificação prevista para o art. 373-B, a ser acrescido na parte relativa à proteção ao trabalho da mulher, fixando os dados a serem fornecidos como relativos ao ano anterior, com informação do número de dias em que o trabalhador pertenceu aos quadros da empresa.

Além disso, parece-nos razoável que os dados sejam afixados em quadros de avisos e em endereços eletrônicos da empresa, bem como fornecidos aos sindicatos e empregados interessados, às autoridades administrativas de fiscalização e pesquisadores.

Ainda mais, quanto às multas e punições dos empregadores, remetemos a questão às multas previstas no Capítulo III do Título III da CLT, que trata das Normas Especiais de Tutela do Trabalho e da Proteção ao Trabalho da Mulher, pois ali estão concentradas as normas contrárias à discriminação da mulher e outras disposições protetivas do sexo feminino.

Finalmente, incluímos dispositivo para que as empresas e empregadores informem quantos homens e mulheres, em seus quadros, recebem salários equiparados, se houver essas equiparações, em razão do disposto no art. 461 da CLT. Nisso acatamos em parte o voto em separado da Senadora Juíza Selma.

Voto.

Em razão do que foi exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018, da Senadora Rose de Freitas, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, DE 2018

Acrescenta art. 373-B à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transparência e divulgação de diferenças salariais praticadas, entre gêneros, nas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 373-B:

Art. 373-B. A empresa ou empregador com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados divulgará, até o quinto dia útil do mês de abril de cada ano, as seguintes informações, relativas ao ano anterior:

- I – a quantidade percentual de empregados homens e mulheres, que manteve em seus quadros;
- II – a quantidade nominal e percentual de salários e demais vantagens de caráter remuneratório e indenizatório pagas aos empregados, relacionados por sexo, com indicação do número de dias que permaneceram nos quadros da empresa no respectivo ano;
- III – a diferença nominal e percentual da massa salarial entre empregados homens e mulheres;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – a quantidade nominal e percentual de salários e demais vantagens de caráter remuneratório e indenizatório pagas aos empregados que ocupam os mesmos cargos e exercam as mesmas funções, se houver, na forma do art. 461 desta Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), relacionados por sexo.

§1º As informações divulgadas deverão considerar também a totalidade dos empregados e trabalhadores terceirizados.

§2º As informações previstas neste artigo deverão ser afixadas em lugar visível e acessível aos empregados, em endereços eletrônicos da empresa ou empregador, se houver, e disponibilizados à fiscalização trabalhista, aos sindicatos, pesquisadores científicos e empregados interessados.

§3º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator às multas prevista na CLT.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos ao nobre Senador Rogério Carvalho pela leitura.

Quero aqui fazer um registro especial relativo à Senadora Nilda Gondim, que acaba de entrar. Obrigado, Senadora Nilda Gondim! À nossa querida Senadora Zenaide Maia, obrigado pela presença. Temos aí a nossa querida Senadora, sempre presente aqui na Comissão, Leila Barros. Registro também que outros Senadores já passaram aqui.

Comunico ao meu querido amigo e futuro Governador... Opa! Não sei se há outro candidato. A Leila também é candidata. Tenho dois Governadores aí. Meu querido amigo Izalci... Quem me pediu voto foi o Izalci. Infelizmente, eu não voto, mas vou arrumar um voto para a Leila e outro para o Izalci.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou lhe pedindo voto também, viu?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mas você é candidato de Brasília também?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Lá no Acre também eu sou, aí... Eu estou falando aqui de Brasília.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou pedindo voto para você e você pede voto para mim. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação para a nossa próxima reunião desta Comissão.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2018

- Terminativo -

Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

2- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Autoria: Senador Paulo Paim, que acaba de entrar aqui e está *online*. Obrigado, Paulinho. A relatoria é da nossa querida Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Zenaide Maia, que também está presente.

Concedo a palavra à nossa querida Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores – parabéns, Presidente –, essas matérias que foram lidas hoje são de uma importância fundamental. Vai ser bastante interessante quando a gente puder comentar sobre cada uma.

Eu quero aqui ler o relatório em análise pela Comissão de Assuntos Sociais, já parabenizando o Senador Paulo Paim pela sensibilidade grande com as pessoas com deficiência, do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 403, de 2018, do Senador Paulo Paim, que pretende conceder prioridade, na concessão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de férias, aos trabalhadores e servidores com deficiência ou que tenham cônjuge ou dependente com deficiência.

O autor destaca, em sua justificção, que o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – estabeleceu diversos preceitos e regras com o intuito de assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, ampliando a inclusão social e a cidadania dessas pessoas.

Basicamente, a proposta pretende aperfeiçoar o Estatuto. Ao conceder prioridade, na concessão das férias e na escolha dos períodos, aos servidores públicos e empregados com deficiência ou que tenham dependentes nessa condição, permite que os beneficiados possam planejar melhor a fruição das férias anuais, maximizando os benefícios do afastamento, com melhoria na qualidade de vida e no aproveitamento dos potenciais individuais.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

A proposição foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que se manifestou pela aprovação da matéria, e a esta CAS, em decisão terminativa.

Análise.

A matéria em exame pertence ao campo da Assistência Social e tem como objetivo promover a integração das pessoas com deficiência à vida comunitária, conforme o disposto no inciso IV do art. 203 da Constituição Federal. Como se sabe, esse tema se insere na Seguridade Social, razão pela qual a discussão e votação da proposta é também de competência da CAS, consoante se infere do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A competência legislativa para disciplinar a matéria é da União, à vista dos arts. 22 e 24 da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre toda a normatização que compete ao aludido ente federativo, nos termos do art. 48, *caput*, da mesma Carta.

Reconhecemos, portanto, a inexistência de impedimentos regimentais, constitucionais e jurídicos a regular tramitação da proposição em exame.

Estamos, também, de acordo em relação à compatibilidade do dispositivo proposto com os objetivos maiores da Constituição que, no inciso II do §1º do art. 227, prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência física, sensorial ou mental.

No mérito, somos plenamente favoráveis à aprovação da proposta. As férias das pessoas com deficiência e de seus familiares devem seguir parâmetros mais flexíveis do que os usuais. Havendo necessidades diferentes, os tratamentos precisam ser diferenciados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente as famílias das quais fazem parte as pessoas com deficiência precisam de um planejamento maior e de uma escolha mais criteriosa de datas ou destinos turísticos. Natural, nesse caso, que os cônjuges e companheiros também tenham essa prioridade, eis que o momento e local das férias demanda por decisão familiar e o acompanhamento da pessoa com deficiência, mesmo nas férias, pode ser constante e até intensivo.

A proposta introduz na legislação uma medida de bom senso, humanitária, e não representa aumento de custos para empregadores. Os impactos serão pequenos e restritos aos aspectos administrativos da questão. Trará, por outro lado, benefícios até para o empregador, que terá um empregado ou servidor com maior índice de inclusão social, satisfeito em termos profissionais e pessoais.

Em suma, trata-se de mais um avanço na legislação que protege e estimula a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e nas funções públicas. Com a aprovação da proposta, evitaremos que, eventualmente, haja frustração das expectativas dessas pessoas, em se tratando da fruição das férias.

Apenas um aprimoramento deve ser feito a tão meritória proposição.

Consiste ele em substituir as expressões "servidor público" e "empregado" por "pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada" e por "pessoa que exerça atividade remunerada", a fim de que a proposição atinja todos os trabalhadores, independentemente do regime jurídico, com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência, respectivamente.

Trata-se de ajuste que confere paridade jurídica entre todos os deficientes que laboram, mesmo que não regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou por estatuto de servidores públicos da União, estados e municípios, ou que tenham entes queridos que exerçam atividade remunerada.

Voto.

Por essas razões, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018, com a seguinte emenda:

Dê-se ao §6º do art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 403, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 1º

'Art. 34.

§6º A pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, assim como a pessoa que exerça atividade remunerada e que tenha cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência terão direito à preferência na concessão de férias.' (NR)"

Esse é o relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Agradecemos à nossa Vice-Presidente da Comissão, Senadora Zenaide Maia.

O relatório é dado como lido. Fica adiada a discussão e a votação.

A querida Senadora Nilda Gondim pediu a palavra, é isso? (*Pausa.*)

Por favor, Senadora Nilda.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Está aberto?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo porque retomamos a nossa atividade e, como sempre, o senhor é um Presidente altamente presente e transparente e faz as coisas fluírem.

Mas eu quero lhe pedir, Sr. Presidente, por um requerimento aqui que não é meu, é o Requerimento nº 4, para que... Possa o quê? (*Pausa.*)

... que foi... Foi Amin, foi? (*Pausa.*)

... para que eu possa subscrever esse requerimento do Senador Amin. Ele pediu isso agora, nessa hora, e eu estou pedindo ao senhor para que eu possa subscrevê-lo. Isso chegou agora, viu, Presidente? Por isso é que eu não estou bem a par disso. É o nº 4.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Quanto à sua reivindicação, Senadora Nilda Gondim, só peço um pouquinho de paciência, porque há um colega que vai fazer a leitura de um projeto aqui na Comissão. É o item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância de instituir o dia 14 de março como Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de autoria do nosso querido Senado Nelsinho Trad, Líder do PSD nesta Casa.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura... *(Pausa.)*

Nelsinho não está *online*.

Está *online*? *(Pausa.)*

Nelsinho Trad, manifeste-se! Nelsinho Trad... *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do requerimento. *(Pausa.)*

Senador Nelsinho... *(Pausa.)*

Senador Nelsinho, é um prazer revê-lo! É um prazer rever o amigo.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. *Por videoconferência.*) – Estou aqui! O prazer é meu.

Eu tenho um requerimento aqui. Eu posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – É claro! Já chamamos V. Exa.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a importância de instituir o dia 14 de março como Dia Nacional da Incontinência Urinária e a Semana Nacional para Prevenção e Tratamento da Incontinência Urinária.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Saúde, a ser designado;
- Dr. Ricardo Vita, Diretor do Departamento de Integração Associativa da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU) e Diretor do Hospital Militar de SP;
- Dra. Fátima Fitz, Presidente da Associação Brasileira pela Continência;
- Dr. Júlio Geminiani, Urologista, Vice-Presidente da Associação Brasileira pela Continência;
- Dr. Luiz Gustavo Brito, Presidente da Uroginap;
- representante da Sociedade Brasileira de Urologia de Mato Grosso do Sul.

A incontinência urinária é o distúrbio de saúde caracterizado pela perda involuntária de urina. Embora atinja pessoas de diferentes faixas etárias e gêneros, ela é mais frequente entre as mulheres,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando a incidência com a idade. De acordo com os dados da Sociedade Brasileira de Urologia, 35% das mulheres com mais de 40 anos – 35%! – lidam com esse problema.

Na população brasileira, incluindo homens e mulheres, estima-se que 5% sofram de incontinência. Há diferentes tipos de incontinência urinária, sendo os principais a incontinência de esforço, que se manifesta associada a esforços físicos ou a tosse e espirros, e a incontinência de urgência, que surge súbita e inesperadamente em meio às atividades diárias.

Felizmente, há meios de preservação e prevenção assim como de tratamento para o distúrbio. A desinformação sobre o tema compromete tanto a prevenção, que abrange hábitos saudáveis, como o tratamento, ao qual não se recorre muitas vezes por vergonha ou por se desconhecer seu potencial de melhoria da qualidade de vida. O tratamento tanto pode ser cirúrgico como basear-se em medicamentos e exercícios fisioterápicos pélvicos.

Por tais razões, Sras. e Srs. Parlamentares, consideramos relevante e salutar para que a sociedade brasileira possa ter o Dia Nacional da Incontinência Urinária, a ser celebrado, a cada ano, no mesmo 14 de março em que esse distúrbio é comemorado mundialmente pela comunidade científica internacional.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro – que foi o dia que eu fiz o relatório – de 2022. E o li no dia 15 de fevereiro de 2022.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Acho que a Senadora Nilda pediu a palavra para discutir o requerimento. É isso?

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Não Presidente, eu não quero discutir o projeto. O Senador Veneziano, através também do Senador Amin, me pediu para subscrever o Projeto nº 4, que não está na pauta.

Gostaria de que o senhor tentasse colocar esse projeto na pauta. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Nós vamos...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Desculpe, mas esse pedido veio de última hora, do que eu não gosto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não, mas nós vamos lhe conceder...

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Eu gosto das minhas coisas bem organizadas. Aí estou me atrevendo a...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nós vamos lhe conceder.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos só voltar ao requerimento.

Paim? É para discutir o requerimento, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Não, mas é na mesma linha, Presidente, no sentido de solicitar a V. Exa. que também vote um requerimento de minha autoria que complementa um que já está aprovado. É só indicação de autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Paim. Vamos atender a sua reivindicação, que é justa.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Esse é o requerimento que foi lido pelo Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Nilda, é o seu requerimento.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Por videoconferência.*) – Ótimo! Que bom! Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 4, de 2022, da CAS, apresentado pela Senadora Nilda Gondim.

EXTRAPAUTA**ITEM 12****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 4, DE 2022**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4223/2021, que “dispõe sobre as ações e serviços de tele saúde”.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB) e outros

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Nilda Gondim para a leitura do requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É com a senhora, Senadora.

(Interrupção do som.)

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – ... Presidente da Saúde Digital Brasil; o Sr. Cesar Fernandes, Presidente da Associação Médica Brasileira; representante da Associação Nacional de Hospitais Privados; representante do Conselho Federal de Medicina; representante do Ministério da Saúde ou Agência Nacional de Saúde Suplementar. Justificação.

Durante a pandemia de Covid-19, várias ações foram tomadas no sentido de garantir mecanismos eficientes para lidar com a demanda de serviços de saúde, em um contexto de necessário isolamento social e de grandes dificuldades ocasionadas pela emergência internacional em saúde do coronavírus.

Assim, dentre as medidas aprovadas pelo Parlamento como parte desses esforços, entrou em vigor a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, que dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus. No entanto, além de ser um diploma legal com efeitos temporários, a norma trata apenas da modalidade de telemedicina, não englobando outras áreas da saúde.

Na intenção de suprir essas lacunas, o Senador Esperidião Amin apresentou o Projeto de Lei nº 4.223, de 2021, que dispõe sobre as ações e serviços de telessaúde, e para o qual nos foi designada a relatoria. Compartilhamos da opinião do autor de que o projeto de lei dá "respaldo legal aos serviços de telessaúde no Brasil, não somente no SUS, mas também no âmbito da saúde suplementar – estabelecendo que as operadoras de planos de saúde podem oferecer serviços de telessaúde, desde que não causem impedimentos ou dificuldades de acesso ao atendimento presencial, caso seja a opção do profissional de saúde ou do usuário –, bem como fixar seus princípios gerais e promover a sua regulamentação".

Nesse sentido, parece-nos conveniente a realização de audiência pública sobre o tema, a fim de enriquecer a instrução da proposição legislativa e garantir a participação da sociedade civil e da estrutura governamental na elaboração de um texto que atenda o fim pretendido pelo projeto. Com esse objetivo, pedimos a aprovação desse requerimento pelos nossos estimados pares.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2022.

Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento lido pela nobre Senadora Nilda Gondim.

Parabéns!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento extrapauta. Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 3, de 2022, apresentado pelo nobre e querido Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Paim para a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 3, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 89/2019 - CAS, sejam incluídos os seguintes convidados: representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; representante da Força Sindical e o Sr. Luiz Alberto Santos - Consultor Legislativo do Senado Federal e Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, vou tentar resumir para não fazer toda a leitura do requerimento.

O requerimento na verdade é um adendo, porque eu sou Relator de uma matéria muito importante e muito bem apresentada pelo Senador Lasier Martins. O Senador Luis Carlos Heinze, com quem conversamos, apresentou também um requerimento indicando pessoas. O que aconteceu, Presidente? No olhar do conteúdo e na visão de cada convidado, entre os convidados ficaram seis que defendem uma posição e três que defendem outra. Como Relator, para ouvir todas as partes, para construirmos um relatório à altura desta Comissão, eu estou propondo, então, que outros três sejam incluídos: um representante da Central Única, um representante da Força Sindical e um consultor do Senado, Luiz Alberto dos Santos.

Esse é o requerimento, Presidente, de que eu peço aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Paim. Agradecemos a sua celeridade, sempre ajudando esta Comissão e os colegas que estão presentes.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, Paim.

Requerimento extrapauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 5, de 2022, apresentado pelo nobre Senador Eduardo Girão.

O requerimento foi subscrito por mim. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, vou fazer a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 5, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2020 - CAS, seja incluído o convidado Alexander Moreira de Almeida, Médico Psiquiatra, Parapsicólogo e Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2020 - CAS, seja incluído o convidado [...] [Sr. Alexandre] Moreira de Almeida [...]"

O Sr. Alexandre... *(Pausa.)*

Alexander – desculpa.

Prossigo: Alexander Moreira de Almeida, Médico Psiquiatra, Parapsicólogo e Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. *(Pausa.)*

Aprovado, Senador Girão.

Encerramento.

Convoco para o dia 22 de fevereiro, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a todos os Senadores que estiveram presentes aqui na sessão e aos que ainda estão *online*. Obrigado mesmo.

Esta Comissão é uma Comissão muito importante. Ela não pode parar. Todos os projetos que aprovamos ou que lemos aqui e que com certeza iremos aprovar na próxima reunião desta Comissão são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fundamental importância. Principalmente neste momento em que o nosso país está aí fazendo o enfrentamento mais uma vez da pandemia, nós precisamos e muito desta Comissão.

No mais, quero agradecer a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Lasier Martins, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Irajá, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Leila Barros e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1057, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção." **Autoria:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, em virtude da aprovação do Requerimento nº 6, de 2022-CAS, de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2017 - Terminativo** - que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3966, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 1915, de 2019 - Terminativo** - que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 6, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLS 540/2018 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/22>

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aproveito para agradecer a presença do nosso querido Senador Paulo Rocha, que está presente aqui, na nossa Comissão.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: cópia de carta aberta das entidades representativas de participantes e assistidos da Fundação dos Economiários Federais (Funcef) contendo manifesto sobre o novo estatuto da entidade; cópia do Ofício nº 80/2021, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, o qual encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei nº 1.767, de 2020, que "inclui o microempreendedor individual no programa de tarifa social da conta de energia", atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

Vamos à pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PLS 540/2018 que altera a Consolidação das Lei do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer parâmetros às disposições complementares às normas de medidas especiais de proteção.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

É de autoria do nobre Senador cuja presença já registrei nesta Comissão, Senador do Pará, o Senador Paulo Rocha.

Passo a palavra ao nobre Senador para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, naturalmente, V. Exa. já está sintonizado, porque também está há um bom tempo nesta Casa: este ano vai ser um ano mais difícil de a gente cumprir nossa pauta, nossas questões, porque, além da pandemia, ainda há a questão das eleições, e naturalmente há não só alguns Senadores que vão lutar pela sua reeleição – um terço da Casa –, mas ao mesmo tempo há outros Senadores que são candidatos a Governador nos seus estados, o que me parece que é o seu caso.

Então, nós tínhamos que discutir, em outro momento, naturalmente, como é que a gente vai organizar o funcionamento das nossas Comissões para que a gente não... Há o esforço de alguns, e a ocupação de outros acaba prejudicando o andamento dos trabalhos. É o caso de hoje, por exemplo. Hoje cheguei um pouco atrasado porque eu tinha um monte de tarefas de bancada etc. e tal. Bom, por isso, eu peço perdão. E não corte o meu ponto, por favor, tá, Presidente? (*Risos.*)

Presidente, sobre esse requerimento eu já falei antes. Trata-se de um projeto de lei que mexe não só com a CLT, mas envolve também o papel de alguns setores dentro do próprio ministério, hoje Secretaria do Trabalho, que é a questão do papel da fiscalização, do papel de um conjunto de órgãos. Nada melhor para a gente fazer uma boa legislação que a gente ouvir a experiência dos setores – é essa a nossa experiência aqui ao longo do tempo –, que podem vir ajudar a fazer a melhor proposta para solucionar os problemas, principalmente esse negócio de estrutura do Estado.

Então, o meu requerimento é exatamente para a gente fazer uma audiência pública chamando os representantes do Ministério do Trabalho; um representante do Sinait, que é o sindicato dos trabalhadores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da área da fiscalização do trabalho; e a Anamatra, que tem no Judiciário, na Justiça do Trabalho também um papel importante. A Anamatra é a associação dos juízes da área do trabalho, da Justiça do Trabalho.

Então, o meu requerimento é bem simples: é uma audiência pública. Conforme o planejamento da Comissão, dessas coisas de datas, proponho uma audiência pública com estas três entidades: o próprio representante do ministério, o Sinait e a Anamatra.

Era isso, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Peço que todos votem a favor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Os Srs. Senadores que aprovam... *(Pausa.)*

Para discutir, a nobre Senadora Zenaide Maia.

E eu queria aproveitar aqui... Não faço isso com todo mundo, mas nós temos aqui um ouvinte da nossa Comissão que nos acompanha, o nosso amigo Bial, lá do Acre, que me pediu um alô. Estou mandando um alô para o amigo Bial. Ele acompanha todos os dias o nosso trabalho aqui na Comissão, na CAS. Ele disse que é a única Comissão que funciona. Eu não sei se ele está dizendo isso para fazer média, mas, de qualquer forma, vou registrar. Está registrado, Bial.

Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, parabéns!

Esta Comissão, Senador Paulo Rocha, anda. Com o Presidente Petecão, eu penso que não fica nada sem ser tratado.

Mas eu queria parabenizar o Senador Paulo Rocha porque a gente sabe que aquela lei que alterou a CLT, na verdade, desmontou a CLT. E cabe a gente ver e rever com um olhar diferente. Bastando lembrar ao Brasil que hoje nós não temos as aposentadorias especiais – eu acho que é o único país do mundo –, aquelas aposentadorias em que a própria ciência mostra que esses trabalhadores não podem permanecer mais tempo, como, por exemplo, os mineiros. Os mineiros, se quiserem que eles saiam com pulmão, têm que ter aposentadoria de 15 anos. É trabalho de 15 anos. Com 15 anos trabalho não há condições. Foi desmontada nessa reforma trabalhista a CLT, esse desmonte da CLT, e ficou de se aprovar uma lei depois – juntando, eu estou falando aqui da previdência. Hoje os trabalhadores deste país podem ser contratados como tratores e retroescavadeiras – duas horas hoje; três, amanhã – e receberem o salário conforme isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Paulo Rocha! Vamos aprovar esse requerimento. Vamos ouvir todos. É importante que a gente debata isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer uma correção. Peço a atenção da Secretaria.

No primeiro representante lá está "MTP", mas é o contrário: MPT (Ministério Público do Trabalho).

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senador. A nossa assessoria aqui vai corrigir.

O Senador Irajá pede a palavra pela ordem.

Seja bem-vindo, meu querido Senador Irajá. Saudades de você.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Por videoconferência.*) – Bom dia, meu Presidente. Como vai, Petecão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Bom dia!

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Os nossos Senadores, colegas também presentes, Senador Paulo Rocha, Senadora Zenaide, Paulo Paim, é sempre uma alegria poder reencontrá-los.

Presidente Petecão, eu queria lhe fazer um apelo. Eu estou relatando o item 3 e o item 4 da pauta. Como são projetos terminativos e nós estamos, no momento, com quórum qualificado de 14 Senadores, o que a gente sabe que é muito difícil de conseguir, principalmente nessas sessões semipresenciais, eu gostaria que o senhor invertesse a pauta para que a gente pudesse apreciar esses dois projetos terminativos, aproveitando esse quórum.

São dois projetos relevantes que já tramitam nesta Casa há mais de quatro anos, e eu gostaria de contar com a sua sensibilidade e também dos colegas para que a gente possa apreciar, para não perder essa chance. E aquelas matérias que forem de votação simbólica e principalmente audiências públicas, que não dependem desse fórum qualificado, que pudessem ficar na sequência. Eu acho que, por uma questão de senso e de urgência, eu gostaria de lhe fazer esse apelo, contando também com o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Irajá, querido amigo Senador Irajá, a nossa assessoria aqui nos informa a respeito do quórum, do nosso quórum. Infelizmente, ainda temos um quórum muito baixo. E esse requerimento que acaba de ser lido aqui pelo Senador Paulo Rocha exatamente pede uma audiência para um dos seus projetos. Qual é o projeto? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O item 3, não é? É o do item 3.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Irajá, vamos aguardar só mais um pouquinho, para ver se... (*Pausa.*)

A sugestão aqui, Irajá, é de que do item 4 você pode fazer a leitura, já deixamos como lido e avançamos, entendeu? Essa é a orientação aqui da nossa Comissão.

Senador Paim. Com a palavra Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu queria, já na última sessão, elogiar V. Exa. por ter apresentado aquele projeto sobre os peritos, para que o trabalhador não pagasse o resultado final daquele imbróglio que ficou. O projeto foi aprovado já por unanimidade, no Plenário, e agora foi para a Câmara. Mas quero cumprimentar V. Exa.. Foi muito importante. Havia uma preocupação muito grande dos trabalhadores de que tivessem de pagar os peritos. Foi um projeto de V. Exa. e se não me engano do Senador Nelsinho.

Presidente, eu quero aí, sem problema nenhum, na mesma linha que estão debatendo, falar que no momento em que se perceber que dá, vamos votar todos os terminativos, porque inúmeros foram lidos. Então, vamos ler os que faltam ser lidos e depois vamos votar todos os terminativos. É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, de todos os terminativos que se encontravam na Comissão nós já fizemos a leitura. Temos aqui algum?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O que não foi lido, Senador Paim, é porque o autor do projeto não estava... O Relator não estava presente, mas hoje nós, se for possível, já iremos fazer a leitura de todos os terminativos. Se for possível, se o quórum permitir.

Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, para contribuir aí com o bom andamento dos trabalhos, a minha sugestão, então, é de que a gente acate a proposta do Senador Paulo Rocha para que a gente realize a audiência pública desse item 3, do projeto, PLS 540, e eu acho que o pedido é razoável, até porque nós não realizamos nenhuma audiência pública desse projeto. Portanto, eu acato a sugestão do Senador Paulo Rocha para que a gente possa, numa audiência pública, apresentar novos elementos ou dados, para que possamos inclusive aperfeiçoar o projeto.

Então, colaborando com esse item 3, eu faço o apelo para que a gente vote o item 4, que também é terminativo, já aproveitando o quórum, que já está consolidado. Nós temos 14 Senadores aí, no mínimo, que já se apresentaram, já estão presentes registrando presença. Então, nós não podemos perder essa chance, Presidente. Eu faço esse apelo quanto ao item 4, aceitando a sugestão do Paulo Rocha quanto ao item 3, da audiência pública.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, Presidente, para dialogar com...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deixe-me só esclarecer para o Irajá, Paulo, e já te passo.

Irajá, eu pedi aqui para que nossa assessoria... Quando você nos informou de que nós tínhamos o quórum de 14 Senadores, eu pedi para que a assessoria fizesse um levantamento. Nós não temos 14 Senadores presentes, não temos. Aqui aparecem as fotos de alguns Parlamentares, mas eles não estão *online*, nós não temos ainda 14 Senadores. Poderemos abrir e correr o risco de não votar, entendeu? Se você me permitisse, eu gostaria de esperar mais um pouco para ver se temos quórum. *(Pausa.)*

O que nós temos aqui, Irajá, agora: o Paim, a Zenaide, você, o Paulo Rocha e o meu querido Senador Jayme Campos, Senador de que mais eu gosto. *(Pausa.)*

A Senadora Leila Barros também está presente, apareceu. Obrigado, Leila.

É porque registraram, Irajá, mas não estão presentes, entendeu? Fica difícil para votar.

Alguns colegas que estiverem *on-line*, por favor, se manifestem para facilitar a verificação do quórum. Isso nos ajuda muito.

Irajá, por favor, fique à vontade.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – De fato, Presidente Petecão, nós não temos os 14 *on-line* neste momento, porque a gente sabe que, com o funcionamento remoto, o Senador entra, sai, participa simultaneamente de outras reuniões, de outros debates. O registro que eu faço é apenas da presença; 14 já compareceram com a presença e, portanto, poderiam estar aptos a votar também. Mas eu compreendo a sua preocupação para não se derrubar a sessão. Se for pertinente, a gente pode esperar. Não há nenhum problema, nenhuma dificuldade. É só não perder mesmo essa janela de termos 14 que já compareceram à Comissão de Assuntos Sociais do Senado para a gente votar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k, Irajá.

Nós entendemos a sua preocupação em querer contribuir, mas aqui eu tenho de fazer o registro de que a minha assessoria aqui é muito competente. Com os meninos aqui, todas terças-feiras trabalhamos aqui...

O Senador Paim?

Irajá, só um minutinho que nós vamos avançar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim, você pediu a palavra?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, só uma questão de justiça.

Esses dias eu falei no Plenário sobre um projeto que buscava recursos para atender, para responder aos desastres ambientais e falei do Paulo Rocha e de outros, mas não falei da nossa querida Leila. Já me corrigi, viu, Leila? Inclusive o seu projeto é o mais antigo que trata desse tema. Já dei algumas entrevistas e, quando me provocaram, "olha, inclusive tem o da Leila, que é mais antigo". E, se depender de mim, todos são apensados ao mais antigo, até porque é meio que legislar em causa própria. Como eu sou o mais antigo da Casa, um dos mais antigos, o que não é esse caso, pode ser o meu lá na frente. Então, estou fazendo justiça. Eu li todo o seu projeto. É um belo projeto que resgata o interesse social, principalmente daqueles setores que estão sendo atingidos pelas crises, pelas catástrofes no mundo ambiental. Então, meu aplauso, meu respeito e meu reconhecimento de público.

Era isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Paulo, vamos votar o seu requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sim, mas eu só queria lhe dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k, irmão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A sugestão é a seguinte: se vai haver esse esforço para buscar quórum para votar, eu lhe dou uma sugestão. Parece que há quatro projetos já relatados, já lidos, como a gente diz. Quem sabe se a assessoria poderia analisar para colocar os quatro em bloco? – e a gente poderia votar em bloco, nominalmente, já que foram debatidos e discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paulo Rocha, segundo aqui a nossa assessoria, para colocar os projetos em bloco, o Relator tem que estar presente.

Vamos avançar no item 8. Como o senhor já leu aqui...

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram – é o requerimento lido aqui pelo nosso Senador Paulo Rocha. *(Pausa.)*

Foi aprovado. *(Pausa.)*

Item 4, Senador Irajá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2017

- Terminativo -

Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações:

1 – Em 25/09/2019, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação.

2 – A votação será nominal

Lembrando que o relatório já foi lido e que a matéria foi colocada em discussão...

Não havendo mais... *(Pausa.)*

Desculpem. Lembrando que o relatório já foi lido, coloco a matéria em discussão.

A matéria está em discussão.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidente, como o relatório já foi lido, para não ser repetitivo, eu gostaria apenas de fazer um encaminhamento, fazendo um apelo aos colegas, um pedido de apoio pela rejeição do Projeto de Lei 174, de 2017.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O projeto está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

E vamos à votação do projeto.

Quem vota com o Relator, o Senador Irajá, vota "não".

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu gostaria de registrar o voto "não" no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Irajá, voto "não".

Está aberta a votação. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu indago a V. Exa.: quem vota com o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – "Não", quem vota com o Relator...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Então, eu vou refazer o meu voto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Tá, porque ele acabou...

É isto – não é, Irajá? –, quem vota com o Relator vota "não".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Está ligado ele ali.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vou votar com ele, o Senador Irajá.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, como Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores e do bloco, nós vamos liberar a bancada. Isso trata de um projeto que é exercício da profissão de terapeuta naturalista.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O Senador Paulo Rocha, Líder do Partido dos Trabalhadores aqui na Casa, libera a sua bancada. Bancada do PT está liberada para votar como quiser.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Com a questão de que o Relator do nº 1, de minha autoria, está presente e o Relator agora desse projeto do Irajá também está presente, eu só, então, solicito a V. Exa. que o próximo da pauta, seguindo aí a ordem, seja o nº 1.

E nesse projeto, como foi liberada a bancada, Senador Irajá, eu vou votar com V. Exa., já que a bancada foi liberada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu faço um apelo, Presidente: que o próximo da pauta seja, então, o nº 1.

É isso.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, dialogando aí com nossos "universitários", nossos assessores, eu estou presente, Relator do item 1. O Senador Rogério – há um projeto de autoria da Rose de Freitas, o item 2, cujo Relator é o Senador Rogério – está me telefonando, para que V. Exa. possa me nomear *ad hoc*; como também poderia nomear *ad hoc* o Senador para outro item. Aí a gente já mata quatro itens, porque há todo um trabalho aqui, Presidente, de botar em bloco e avançar.

Os nossos "universitários" têm que mediar aí esse Regimento.

São matérias tranquilas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k. Nós estamos aqui nessa votação, vamos aguardar aqui e ver se vamos ter o quórum. Segundo minha assessoria avisou, o Senador Paulo Rocha tem razão, vamos avançar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Como está havendo o processo de votação, eu quero aproveitar a oportunidade aqui da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Fique à vontade, meu Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... de Assuntos Sociais. Eu tenho recebido muitos apelos das...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Deixe-me só atender aqui um pedido do Senador Irajá?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Ele está pedindo que reforce: quem vota com o Relator vota "não". Só para reforçar: quem vota com o relator, Senador Irajá, vota "não".

V. Exa. continua com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado. Queria comunicar ao Senador Irajá que já acompanhei o Sr. Relator, já votei "não", Senador Irajá. Sei perfeitamente que o seu voto foi feito de forma muito zelosa e competente, sempre como faz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, como eu estava dizendo, esta Comissão tem muito a ver com a questão de saúde em nosso país, e eu tenho recebido muitos telefonemas, pleitos encaminhados ao meu gabinete em relação a remédios de alta complexidade de pessoas que portam CA e assim por diante.

Hoje mesmo recebi um telefonema que tocou profundamente o meu coração: um amigo, um companheiro, um eleitor nosso me pediu que fizesse intervenção junto ao Ministério da Saúde para que o remédio com o qual ele faz tratamento lá em Mato Grosso, que é o mesilato... O mesilato de imatinibe, que ele toma para combater a sua doença, lamentavelmente já há quase 90 dias que não consta do estoque da Secretaria de Saúde de Mato Grosso. Isso é muito doído, triste, essa situação de pessoas humildes. Esse remédio, uma caixa desse remédio, custa algo em torno de R\$17 mil – R\$17 mil! –, e quem tem a atribuição, quem tem a obrigação de fornecê-lo, mandá-lo para os estados é o Ministério da Saúde.

Então, eu queria aproveitar a ocasião aqui nesta manhã para fazer um apelo a V. Exa., como Presidente desta Comissão, para que encaminhasse um expediente solicitando informações da administração sobre o porquê da falta, há mais de 70, 90 dias, de alguns medicamentos. Qual é a dificuldade? O que não pode é as pessoas irem a óbito por falta desse medicamento, já que é, com certeza, da responsabilidade do Governo Federal entregá-lo para as secretarias estaduais de saúde para que, por sua vez, elas o repassem para os pacientes.

Portanto, eu acho que a nossa Comissão tem esse papel preponderante de fazer essa interface, essa interlocução, e ser porta-voz das pessoas menos favorecidas, dos mais carentes, dos que dependem, com certeza, dessa medicação, desse medicamento, que tem de ser transferido pelo Governo Federal às secretarias estaduais de todos os estados brasileiros. Faço um apelo... Por exemplo – vou citar um exemplo –, este aqui se chama mesilato de imatinibe, remédio para portadores de CA.

Faço um apelo a V. Exa. como nosso Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Jayme Campos, primeiro quero parabenizá-lo: você sempre mostra sua sensibilidade atendendo os interesses do seu estado e, consequentemente, automaticamente atendendo os interesses de todos os estados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Eu tenho certeza de que essa não é uma demanda só do Mato Grosso.

Aqui eu queria apenas fazer um registro por uma questão de justiça. O Ministro da Saúde tem sido uma pessoa muito sensível; já tive oportunidade de visitá-lo, ele se colocou à disposição. Acho que nós vamos... Acho, não: nós temos que encaminhar um expediente, um ofício em nome da Comissão, para que a gente possa deixá-lo ciente, a par da situação – não só ele, mas toda a sua equipe –, para que possa resolver esse problema lá do Mato Grosso do Sul...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mato Grosso!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Assim fazendo, com certeza, irá resolver a situação de outros estados.

Então, eu queria parabenizá-lo por sua atitude e dizer que nós estamos sempre à disposição aqui do Ministério da Saúde. E é importante que eles estejam atentos, porque aqui é de onde sai... O para-choque somos nós, as demandas chegam aqui na CAS.

Com certeza, a CAS vai encaminhar um ofício atendendo a sua reivindicação.

Obrigado. Obrigado, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, quero só fazer um adendo.

Eu fico muito grato ao ver a sua sensibilidade como Presidente desta Comissão, na medida em que eu estou sendo o porta-voz não só da população carente e humilde do Estado do Mato Grosso, mas certamente do seu querido Estado do Acre, do Estado do Pará do Paulo Rocha, e de todo o imenso território nacional que é o nosso país.

Muito obrigado pela sua atenção.

Como sempre, V. Exa. é um *gentleman* e, sobretudo, um Presidente eficiente que muito bem comanda aqui os trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Mais uma vez, eu o parabenizo e lhe agradeço pela sua brilhante contribuição. (*Pausa.*)

Senador Irajá, estamos aqui no plantão. Os nossos assessores aqui estão ligando para alguns Parlamentares membros desta Comissão, e vamos aguardar mais um pouco, certo? (*Pausa.*)

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente.

É só para falar, caso o senhor vote em bloco também, do item 6, que já foi lido, é da minha relatoria também, por favor. E é terminativo. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A palavra com a Senadora Leila.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência.*) – É só a respeito do item 6, Sr. Presidente, que também já foi lido e está em caráter terminativo. Peço o apoio tanto do senhor como dos demais membros desta Comissão para que ele seja inserido também nessa votação em bloco.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k., Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Grato pela sua presença – sempre presente. Parabéns pelo seu trabalho!

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – É sobre o item 5. A Senadora Zenaide Maia está presente e é um projeto de minha autoria. Eu pediria que o colocasse em bloco, então, na próxima votação com os Relatores que estão presentes, conforme já foi listado aí, mediante a orientação de V. Exa., pelo Senador Paulo Rocha. Haveria um esforço de todos para dar o quórum depois de aprovarmos – e vamos aprovar – o projeto relatado pelo Senador Irajá na versão do seu parecer. (*Pausa.*)

Conseguimos o quórum com muita dificuldade.

Vamos encerrar a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Vamos encerrar. (*Pausa.*)

Maravilha. Obrigado, Contarato. Já votou. Deu 12, quórum.

Vamos ao resultado.

Resultado da votação.

Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, era só para avisar que estava entrando para votar o Senador Giordano e o Senador Angelo Coronel também – não sei se dá tempo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Já encerramos e atingimos o quórum também, graças a Deus!

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. *Por videoconferência.*) – O.k. Era só para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Beleza! Vamos ao resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Houve 1 voto SIM; 9 votos NÃO.

Rejeitado o projeto, a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Em conversa aqui com o Senador Paulo Rocha, por conta da dificuldade do quórum, nós vamos suspender a sessão, é isso? Tem mais alguma coisa? *(Pausa.)*

E vamos deixar... Na próxima terça, não tem, não é?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Só dialogo com o Senador Paulo Paim, em respeito a ele, porque ele estava muito interessado para aprovar o primeiro, mas realmente está havendo dificuldade aí com o quórum, viu, Paim?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Quero comunicar ao Paim que o projeto em que não só ele tem interesse, mas todos nós temos interesse, continua como item 1, está bom, Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – O.k. Ficou para a próxima semana, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Na próxima não, porque na próxima vai ser o Carnaval.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Na outra.

Está bom, Paim? Obrigado pela compreensão.

Lembro que amanhã, às 10h, teremos reunião remota desta Comissão em forma de audiência pública destinada a debater o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceróide Neuronal tipo 2 (CLN2) – doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento Brineura.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a todos que participaram, mais uma vez.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, remotamente, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Mara Gabrilli e Giordano. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 24/2021 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), e REQ 30/2021 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR). **Finalidade:** Debater o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2) - Doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento Brineura (alfacriliponase). **Participantes:** Mara Lucia Schmitz Ferreira Santos, Neuropediatra; Priscila Gebrim Louly, Coordenadora Geral de Gestão de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde; Monica Vieira Aderaldo, Presidente da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e Cremilda de Sena Silva, Representante dos pacientes da Doença de Batten e suas famílias. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. (*Falha no áudio.*) ... n.ºs 24 e 30, de 2021, da CAS, de minha autoria e de autoria da Senadora Presidente da Subcomissão de Doenças Raras, Mara Gabrilli, para a realização de audiência pública destinada a debater o apoio prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos pacientes acometidos pela Lipofuscinose Ceroide Neuronal tipo 2 (CLN2), doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento Brineura (alfacriliponase).

Informo que a audiência pública tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Quero, antes de apresentar os convidados e iniciarmos a audiência, contextualizar a realização desta audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais e, particularmente, na Subcomissão de Doenças Raras, que existe na Comissão e que é presidida, como eu já disse, pela Senadora Mara Gabrilli e vice-presidida por mim.

Então, quero dizer que, desde o início de 2021, acompanhamos a grave situação das crianças que necessitam da medicação para o tratamento da CLN2 - doença de Batten. Essa doença rara acomete a pequena Isabella Cristina Silva Feitosa, filha da Sra. Cremilda de Sena Silva, conhecida como Tuca, que reside em Campina Grande do Sul, na região metropolitana de Curitiba; também o pequeno Francisco, que vive no Pará; e outras 13 crianças no país – estamos falando de 15 crianças. Isso se insere no contexto das doenças raras.

Após ouvir o apelo das famílias e organizações da sociedade, como a Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro Oeste (Fedrann), em 23 de novembro de 2021, apresentamos ao Presidente da Comissão de Assuntos Sociais a solicitação de audiência pública com a participação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas para as Pessoas com Doenças Raras.

O nosso objetivo é discutir o apoio prestado pelo SUS aos pacientes acometidos pela CLN2 – doença de Batten, especialmente no que diz respeito à dispensação do medicamento aprovado pela Anvisa e única medicação disponível indicada para essa doença.

Tratamos aqui de uma ação de política pública endereçada, na qualidade, a 15 crianças brasileiras, que, se tratadas com essa medicação, terão significativa redução de internações, aumento no bem-estar geral, com maior qualidade de vida e menos angústias para as suas famílias, inclusive com a preocupação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanente quanto à obtenção do remédio por liminar da Justiça. Essa é uma iniciativa que vai ao encontro do preceito constitucional que afirma ser a saúde um direito de todos e dever do Estado.

No mundo, para contextualizar, existem cerca de 300 milhões de pessoas com doenças raras, aproximadamente 13 milhões no Brasil. Estima-se que existam entre 6 mil e 8 mil tipos diferentes de doenças raras. Segundo os especialistas, 30% dos casos levam à morte antes dos cinco anos de idade; 75% afetam crianças; e 80% têm origem genética. Somente cerca de 5% dessas doenças dispõem de algum tratamento para diminuir o avanço da doença. Como existem poucos pacientes, o valor do medicamento é muito elevado, impossível de ser pago pelas famílias.

A doença de Batten, objeto desta nossa audiência, felizmente conta com uma medicação aprovada pela Anvisa, mas ainda não disponível no Sistema Único de Saúde.

O mês de fevereiro – portanto, estamos neste mês –, em especial o dia 29, uma data rara, concentra as lutas para ampliar o conhecimento sobre as doenças raras.

Nos últimos anos, o Congresso Nacional tem sido iluminado nesse período com as cores dos raros para chamar a atenção da causa, fortalecer as lutas e propiciar avanços e compromissos também.

Histórias de crianças, como a do Francisco, do Pará, e da Isabella, no Paraná, nos emocionam e nos impulsionam a agir. Como é comum em nossas famílias, os pais registram em vídeos e fotos os primeiros passos, as brincadeiras, o balbuciar de palavras, e pouco tempo depois tudo muda. As crianças passaram a ter convulsões, perderam o movimento das pernas, começaram a ter dificuldades para enxergar e falar. Na busca desesperada para saber o que aconteceu, os pais peregrinaram pelos serviços de saúde até descobrirem que era uma doença rara, com um nome estranho, CLN2, conhecida como doença de Batten, uma doença sem cura, crônica, progressiva, degenerativa e que pode levar à morte precoce, uma notícia devastadora, sem dúvida, para as famílias.

Nós vamos assistir agora a um vídeo do pequeno Francisco para entender melhor o resultado do tratamento na vida de crianças. É necessário dizer que o vídeo é importante porque a imagem fala muito mais do que mil palavras. Como são muitas crianças no vídeo – aliás, poucas crianças, 15 crianças... Inclusive, esse conhecimento não é acessível, muitas vezes, para a classe médica. Então, podemos todos nós, com autorização da família, divulgar esse vídeo para que a doença de Batten possa ser conhecida e para as pessoas saberem que existem tratamento para essas crianças.

Vamos assistir então ao vídeo. Peço à Secretaria que o providencie.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Eu agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria da Comissão, inclusive, para deixar o vídeo disponível para que possamos encerrar esta audiência pública novamente vendo o vídeo.

Que essas crianças, suas famílias e os profissionais nos inspirem a, em conjunto, construirmos soluções para a doença de Batten e para as outras doenças raras também!

Nesta audiência nós vamos ouvir a sociedade organizada, as famílias, os técnicos, o Ministério da Saúde.

Nosso objetivo é encontrar caminhos para, no curto prazo, podermos disponibilizar a medicação para a doença de Batten no SUS.

É necessário destacar que foram mais de 2,2 mil contribuições favoráveis ao tratamento da doença de Batten na recente Consulta Pública 89, da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). As famílias sustentaram que existem evidências positivas em relação aos resultados do tratamento. É um absurdo que a questão não tenha sido resolvida até o momento, pois o tratamento dessa e de outras doenças raras produz impacto na diminuição dos custos com as ações judiciais, dobra seu preço muitas vezes, e traz outros benefícios, como a diminuição de internações frequentes e sequelas, além de propiciar melhorias na qualidade de vida para toda a família.

Com base no direito à saúde, previsto na Constituição Federal, apoiamos a articulação da sociedade e o fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras. É preciso ampliar os protocolos e centros de atendimento, promover articulação das ações no SUS e a capacitação dos profissionais de saúde, além de propiciar avanços nos tratamentos com estabelecimento de um núcleo nacional para congregar as diversas iniciativas de desenvolvimento tecnológico e de pesquisa sobre as doenças raras no Brasil. Juntos podemos avançar no cuidado e nos direitos das pessoas com doenças raras e suas famílias.

Muito bem, para o dia de hoje, então, nós temos apresentação – agradecemos a presença inclusive – dos expositores, das expositoras basicamente. É uma alegria ter vocês aqui na Comissão de Assuntos Sociais em conjunto com a Subcomissão de Doenças Raras. Então, nós temos, em primeiro lugar: a Dra. Mara Lucia Schmitz Ferreira Santos, que é Neuropediatra do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba, especialista na doença – o Pequeno Príncipe é uma referência no Paraná e no Brasil, e a Dra. Mara é uma referência para as famílias que têm entes queridos com doenças raras –; a Sra. Cremilda de Sena Silva, a Tuca, que é representante dos pacientes da doença de Batten, que a gente mencionou agora há pouco, mãe da Isabella; a Sra. Monica Aderaldo, Presidente da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Fedrann) – aliás, quero também parabenizar a Tuca e a Fedrann pelo excelente trabalho que fazem –; e temos também, com muita alegria, a presença da representante do Ministério da Saúde, que discorrerá acerca do estado mais atual de análise pela Conitec, quanto à dispensação do medicamento Brineura – quero inclusive aqui citar, eu já tinha citado antes, a Dra. Priscila





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gebrim Louly, agradeço pela presença também –, e discutirá a incorporação do medicamento, dispensação em face da sua aprovação pela Anvisa para aquisição privada.

Então, sejam todas bem-vindas.

Cito, mais uma vez, a Dra. Mara, a Sra. Cremilda – bem conhecida –, a Dra. Priscila e também a representante da Fedrann. Cito a Cremilda, a Dra. Mara, a Dra. Priscila e a Dra. Monica. Eu sempre me confundo. Monica também é médica e faz um excelente trabalho no Hospital de Clínicas do Rio Grande do Sul.

Muito bem, então, eu passo, em primeiro lugar, a palavra para a Dra. Mara, especialista na doença, neuropediatra do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba.

Com a palavra, então, a Mara.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos!

Muito obrigada, nosso Senador Flávio Arns, pela oportunidade.

Agradeço a presença de todos, por estarmos aqui convivendo neste dia de hoje. É uma batalha, uma luta de muitos anos de muitas famílias. Que a gente possa, com isso, colaborar e expor a situação da patologia, da doença e das famílias!

Eu gostaria de pedir o compartilhamento de tela. *(Pausa.)*

Eu gostaria de saber se vocês estão vendo. *(Pausa.)*

Estão vendo?

Sim? O.k.!

Então vou falar um pouquinho da parte da cerliponase alfa. Certo? A doença, em si, do que se trata?

O Dr. Flávio Arns já é quase um médico, não é, Senador Flávio Arns? De tanto ele ouvir, ele já sabe sobre a patologia. Ele já fez uma introdução muito importante.

Então, como o Dr. Flávio já disse, o que é? A lipofuscinose ceróide neuronal tipo 2, também conhecida como doença de Batten ou CLN2, é uma doença lisossomal, neurodegenerativa, é uma doença autossômica recessiva, o que significa que, em 25% de cada gestação, pode-se ter um filho com a mesma doença. É uma doença em que existe uma deficiência enzimática. A enzima se chama tripeptidil-peptidase, que é a TPP1. A incidência é de 0,15 a 9 casos a cada cem mil nascidos vivos. O que essa doença faz? Ela acumula uma substância, como vemos nessa figura aqui embaixo; são esses vermelhinhos. Ela faz o acúmulo da lipoxina ceróide e faz uma apoptose neuronal. Então, faz uma morte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

celular tanto no cérebro como na retina da criança, acarretando, com isso, vários graus, início de perdas visuais, convulsões e disfunção cognitiva.

O início dessa doença pode se dar de algumas maneiras. Há as habituais, como nós chamamos. No início dos dois anos de idade, a criança já tem, muitas vezes, um atraso na fala; ela já fala um pouco mais devagar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Dra. Mara, é só um minutinho! Eu só quero perguntar...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– ... para a Monica, para a Cremilda e para a Dra. Priscila se estão escutando bem também. O som está bom? (*Pausa.*)

Está bom? Positivo? (*Pausa.*)

Isso! Então, está ótimo! Tudo bem!

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Era só para confirmar...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– ... para os outros que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Desculpe-me a interrupção, Dra. Mara.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Imagine! Tranquilo, Dr. Flávio!

Veja: o que nós temos, então? O fenótipo, como a gente fala... O que é fenótipo? É a característica clínica da doença. Então, normalmente, a lipofuscinose inicia por volta dos dois anos, com atraso na linguagem, iniciando depois com crises convulsivas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Eu só estou interrompendo mais uma vez, porque a Dra. Priscila lembrou que os eslaides não estão passando.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Não. Está no primeiro ainda, em que está escrito "cerliponase alfa".

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Ah, é? Não estão vendo? Olha, então, tá. Nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Desculpe...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Não, imagina, é bem importante. Obrigada. Então, acho que eu vou ter que descompartilhar e voltar de novo, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Você precisa colocar no modo "apresentação".

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Isso mesmo, mas às vezes eu tenho que entrar na aula... Deixe-me ver aqui se vai. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado, a gente está, inclusive, fazendo essa pequena interrupção para que todos aproveitem muito bem a apresentação da Dra. Mara, que é especialista, neuropediatra, uma liderança...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Estão vendo, Dr. Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Estamos no primeiro eslaide ainda...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Ele não passa... Tá, para mim ele passa e não passa aí. Então, às vezes eu vou ter que fechar tudo. Só um minutinho, deixe-me ver se eu consigo aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Eu só pergunto para a Monica e para a Cremilda se para vocês também está no primeiro ainda. Está no primeiro eslaide? (*Pausa.*)

Sim. Só para... Às vezes a tecnologia num computador é uma coisa e no outro é outra.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Isso mesmo, principalmente quando a gente quer que dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Se você quiser, Mara, não sei...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Veja se vai dar certo agora...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Vamos ver...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Deu?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Está no primeiro...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – É... Ele não passa. Que interessante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– O primeiro está bem bonito. Agora deu certo, a Priscila está falando.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Mas eu acho que não está passando... Já está no segundo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Não, não está. Não está funcionando.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Está no primeiro ainda?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Está no primeiro.

Se você quiser, Dra. Mara, e não for atrapalhar, eu passaria a palavra para a Cremilda...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Uhum... Eu só vou ver se agora...
Veja se foi. Foi? Passou ou não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Está no primeiro.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Não passa, não é? Então, acho que põe a Cremilda, Senador Flávio, porque assim eu não atrapalho a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Está bem.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Não está passando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Daí eu acho que vou pedir para o pessoal da CAS se a gente pode... Eu acho que não consigo mandar para eles a aula, eu acho que não. Deixe-me ver se consigo aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Depois, inclusive, essa apresentação...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – E assim está passando ou não?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Está passando. Agora, está passando.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Então, se não for difícil, posso passar nesse eslaide? Porque, quando põe o modo de apresentação, ele não passa. Quando eu desço aqui...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Pode ser no pequeno, Dra. Mara.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Pode ser. E, depois, todo o material ficará disponível, se a senhora concordar...

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Claro, com certeza, sem dúvida...

Então, se eles não se importarem, posso recomeçar, Senador Flávio?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Pode, pode. Desculpe a interrupção aí, mas é que a sua apresentação é superimportante.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS – Imagina... Eu que peço desculpas pelo atrapalho.

Então, eu vou falar da lipofuscinose ceróide neuronal tipo 2, não é? Como a gente havia falado, é uma doença neurodegenerativa, autossômica recessiva, isto é, existem 25% de chance de você ter um filho com a mesma doença na próxima gestação.

Existe a deficiência de uma enzima que se chama tripeptidil peptidase. Quando falta essa enzima, existe um acúmulo dessa outra enzima no cérebro e na retina, fazendo o que a gente chama de apoptose celular, isto é, uma morte neuronal.

A incidência dessa doença é de 0,15 a 9 casos a cada 100 mil nascidos vivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem vários graus de sintomas, desde perda visual, crise convulsiva e cognitiva, em que a criança vai perdendo a inteligência.

Então, os sintomas dos nossos pacientes podem variar, desde a perda da fala... Ou nem perda, às vezes há um atraso na linguagem; uma criança que vinha normal, e ela fala menos do que o habitual. Ela passa a desenvolver crises convulsivas, como vocês notam nessa linha do tempo, e passa depois a ter ataxia, uma alteração na marcha, como o vídeo mostrado pela família do Francisquinho. Ela já vai perdendo o equilíbrio e vai, cada vez mais, perdendo as suas aquisições. Então, tem perda visual, vai falando cada vez menos, andando cada vez menos, até que ele precisa de uma sonda nasointestinal, gastrostomia – que é o buraquinho que se faz na barriga para se alimentar – e, às vezes, para de respirar, precisando de um buraquinho para respirar, que é a traqueostomia, certo?

A partir disso, o que nós temos? Nós temos uma pontuação, que a gente chama escala de Hamburgo. Essa escala de Hamburgo foi proposta para avaliarmos a categoria funcional dos pacientes. Então, podem ser tanto na linguagem, nas crises convulsivas, na função visual, perfazendo esse escore total. Mas o que nós avaliamos mesmo, que é o primordial, seria a função motora e a linguagem. Na função motora e na linguagem, a melhor nota seria 6, e a pior nota seria 0. Então, para as crianças entrarem para uso inicial da medicação, seria em torno de 6 a 2.

Então, quais são os nossos desafios frente a isso? Qual é o nosso desafio? A medicação. Nós temos hoje a medicação que chama cerliponase alfa, que é uma terapia de reposição enzimática: você repõe a enzima no corpo do paciente quando ele não consegue produzir. Como ela atua? A gente a chama de pró-enzima recombinante contendo uma manose-6-fosfato. Ela é translocada para dentro do lisossoma, é ativada, e vai atuar como a tripeptidil peptidase. Então, você repõe a enzima no cérebro dessa criança.

Estes aqui são os estudos que começaram em camundongos, foram para cães, tendo uma eficácia extremamente positiva. Então, o estudo para termos... Quando começou a se estudar esse tratamento? Desde 2008. Os remédios demoram para você começar a ter os ensaios clínicos em animais, até você chegar à Fase I e à Fase II, que foi em 2017. Então, veja: de 2008 para 2017, quando já foi liberada essa medicação nos Estados Unidos e na Europa. E hoje, em 2019, já se iniciou o estudo em crianças menores. O primeiro estudo, em 2017, foi de 3 a 18 anos; agora os menores, com 2 anos de idade.

Os estudos mostraram o quê? Quando passou o estudo da Fase I para a Fase II, que foi em humanos, se iniciou – o estudo foi da cerliponase alfa intraventricular – em 24 crianças, de 3 a 16 anos. Esses pacientes foram tratados e comparados com 42 crianças do grupo histórico. Vocês podem ver aqui no gráfico ao lado: a linha azul refere-se a quem tomou o remédio; a linha vermelha, a quem não tomou a medicação.

Esses estudos são feitos com história natural por quê? Não é eticamente correto você estudar ou fazer uso do placebo. E o que é o placebo? Não é uma medicação, é muito usado na medicina para os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensaios duplos-cegos, em que, num grupo você usa medicação, no outro grupo você não usa medicação. Nesse caso, não há como você instalar um reservatório, um dispositivo, dentro do cérebro dessa criança e não usar medicação. Então, por isso, sempre os estudos são feitos com história natural.

E o que foi visto? Tanto no primeiro gráfico, que é motor e linguagem; no segundo, motor; e no terceiro, linguagem, você vê que no grupo azul, que usou a medicação, a história mudou completamente. Você estabilizou a doença, a evolução da doença nesses pacientes.

Aqui também temos um estudo mostrando uma coorte de oito crianças, em três hospitais universitários, mostrando também o tratamento precoce e a sensação da progressão da doença.

Aqui temos um outro estudo que estabilizou, foi em 11 crianças. Cada gráfico desses foi um passinho mostrando que retardou a progressão doença, e uma dessas crianças até melhorou a sua pontuação.

Aqui há um estudo que eu acho bem interessante, que é o tratamento dos pacientes pré-sintomáticos, em que você vê o quê? Esse irmão, esse menino, aqui no gráfico de cima, esse paciente 1 fez o diagnóstico com 42 meses, com três anos e meio aproximadamente, e começou a tratar. Dois anos depois do tratamento... Aqui temos uma ressonância magnética, do lado, e para quem não está familiarizado, ela mostra um pouquinho mais dilatados os ventrículos – que são aquela aparência de borboleta, um pouquinho mais dilatada –, e os sulcos cerebrais um pouquinho mais aumentados. Então, já houve uma melhora, evoluiu lentamente, mas foi.

No paciente de baixo, que é o irmão, foi feito o diagnóstico sem haver sintoma nenhum, era uma criança normal, o que a gente chama de pré-sintomático. Foi iniciado o tratamento e o que aconteceu? Não houve nenhuma atrofia cerebral. Então, isso mostra o quê? Que quanto mais cedo nós tratarmos esse paciente, melhor evolução e o prognóstico dessa criança.

Aqui nós temos também esse último estudo, que foi coletado em 2020 – e já há para 2021 –, mostrando o que a gente acabou de falar: na linha azul os pacientes que fizeram o tratamento e na linha vermelha os de história natural. Então, você vê que a evolução é muito diferente quando você tem um tratamento com reposição enzimática.

Aqui é um outro caso mostrando para vocês – não é um caso do Brasil, foi de 2016: duas irmãs, que têm uma associação hoje, uma fundação na Inglaterra, a Fundação Nicole & Jessica. Com a Nicole, o que foi? Ela participou do estudo em 2016, em Hamburgo, com a Dra. Angela Schulz, que mostrou... Ela fez o diagnóstico quando tinha três anos. Essa primeira foto é ela na caminha, já estava com o dispositivo para fazer a infusão. Atualmente, ela já está com nove anos, ela já tem um comprometimento se você for ver, ela já é uma criança que já tem uma face típica de que tem alguma deficiência cognitiva, diferentemente da sua irmã, ao lado, que fez o tratamento e o diagnóstico ainda assintomático, porque, como é uma doença genética, você tem como prever isso, você pode fazer exames nos irmãos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previamente hígidos, principalmente quando nascem, porque você sabe que ele vai desenvolver a doença. Hoje, essa menina, a Jessica, é uma menina que está com seis anos, ela está brincando ali ao lado, com um brinquedo, numa cama do hospital – provavelmente no dia em que foi fazer a infusão – e você pode ver que ela é uma menina normal, ela já escreve e já lê.

Então, a cerliponase não é só um tratamento paliativo, ela pode também deixar uma criança, quando é tratada precocemente, ter uma vida normal, até onde nós sabemos hoje. Isso é extremamente importante. Não é uma cura, mas você deixa uma criança com qualidade de vida e ela poderá ir para a escola, poderá brincar, poderá ser um cidadão, exercer esse direito de cidadania, além de não desestruturar toda uma família, porque muitas vezes nós sabemos do custo que traz para uma família ter uma criança especial. Então, faz toda a diferença o tratamento. Isso é extremamente relevante.

Frisando isso, parte daquela imposição você faz dentro do septo. Então, como vocês estão vendo esse cateter aqui em cima, você coloca esse cateter, implanta, pelo menos 15 dias antes da primeira infusão. Quem faz isso é um neurocirurgião. Isso não é uma coisa difícil para um neurocirurgião, isso é uma coisa extremamente comum para um neurocirurgião, é um procedimento que não é extremamente complexo, não, porque eles fazem isso diariamente, eles colocam válvulas no cérebro. Então, para eles colocarem o cateter é uma coisa simples, não é nada complexo. Todo serviço que tem um neurocirurgião faz isso com uma certa facilidade. Colocando esse cateter, o paciente nosso saiu do centro cirúrgico e foi para o quarto, não precisou de UTI, não precisou de nada disso.

Essa criança nossa, Isabella, faz a infusão no quarto do hospital. O que precisa? De treinamento, obviamente, para tudo que é novo. Então, você treina... Fala com o neurocirurgião e explica o que você quer, treina uma equipe de enfermagem que fará... Nós precisamos de treinamento da farmácia do hospital, da equipe de enfermagem e dos médicos dessa equipe do hospital. Por quê? Com isso nós teremos todo o tratamento adequado, sem risco de infecção para o paciente. Eu trabalho em um hospital onde eu tenho residentes. Todos os nossos residentes fazem infusão enzimática. Então, não precisa nem ser um neurocirurgião, porque é uma técnica que um médico com pouco treino consegue fazer. Isso facilita muito o tratamento em nível de hospital.

Quando você ouve a primeira vez falando que se fará uma medicação dentro do cérebro de uma criança, meu Deus, como será isso? Então, só explicando que quanto a isso existe uma certa... Tem que existir conhecimento e técnica, mas isso não impede que a criança possa fazê-lo num hospital terciário, certo?

Na terapia de reposição enzimática, o que nós temos de complicações quando se faz a medicação? Pode ter aumento das crises convulsivas, pode ter febre, vômito, hipersensibilidade, e você pode ter infecções de vias aéreas. Graças a Deus, com a Isabella nós tivemos quase nada de complicação. Então, isso facilita muito o trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é um eslaide que eu peguei da Conitec, onde nós tivemos essa contribuição por análise orçamentária, em que nós observamos aqui a previsão de tratamento nos países no mundo. Então, veja bem, no Brasil, o que nós temos? Quinze pacientes, como o Senador Flávio já havia falado. Nós já sabemos que os dados estatísticos não atingem cinco pacientes-casos, cinco novos pacientes no ano. Nós não temos isso. Isso é de extrema importância porque faz com que o número...

Não há um número grande de pacientes e nem vamos ter um grande número de pacientes, como outras doenças que de cinco viram vinte, viram cem, viram duzentos. Os nossos não. Então, os dados estatísticos até atuais mostram que talvez a incidência seja menor no Brasil, porque isso varia muito de país para país. Então, por que não tratarmos os nossos pacientes, que são quinze, certo?

Segundo a consulta pública que foi realizada, dos pontos positivos que nós temos do tratamento dos nossos pacientes – nós já temos em torno de sete a oito pacientes tratados –, o que a gente observou? Uma diminuição de internação por crise convulsiva, estabilização das doenças, melhora da fala e localização, como o vídeo do Francisquinho mostrou, firmeza muscular, melhora da locomoção, maior facilidade para se alimentar, melhora do humor e ânimo na esperança de um tratamento, certo? Ponto negativo: dificuldade de acesso à medicação. Hoje o ponto negativo que nós temos é esse.

Aqui nós temos o caso clínico da Isabela, o que talvez a Tuca fale também, eu vou falando como médica. Ela chegou para nós e, até os seis, sete anos, essa criança não tinha nada, a Isabela. Então, ela é um fenótipo atípico que nós chamamos, ela não teve nenhum sintoma com dois anos. Ela começou sete anos com crise convulsiva, oito anos com ataxia, nove anos com piora das crises convulsivas, tendo usado todos esses anticonvulsivantes sem melhora. Você só ameniza as crises, mas elas persistem, infelizmente. Aqui, com nove anos, nós solicitamos a medicação e com onze anos chegou a medicação. Então, demoramos dois anos.

Nesses dois anos, a primeira dose que foi infundida na Isabela foi no dia 28 de outubro de 2021. O que nós observamos a partir do momento em que iniciamos? Uma melhora das crises, uma deglutição melhor e melhora na linguagem. A Isabela piorou muito em poucos meses, foi impressionante a piora que ela teve: então, ela deglutia bem, parou de deglutir, passamos uma sonda nasointestinal e, quando iniciamos a infusão, por incrível que pareça, ela conseguiu comer um pão de queijo, coisa que há muito tempo ela não conseguia mais saborear. Parece uma coisa simples, mas quem tem um filho com necessidades especiais sabe a importância de tudo isso.

Aqui a Isabela, nesse primeiro eslaide, normal com sete anos de idade; aqui ela, na segunda foto, na cama, no dia em que ela pôs o dispositivo. Então, saiu do centro cirúrgico, foi para o quarto, raspou o cabelinho. Aqui do lado, quando vocês vão ver, existe a cicatriz e sem o cabelinho. Aqui embaixo, o cabelo cresceu rapidamente. E o que nós vimos? Que ela leva uma vida muito bem por usar cateter de Ommaya. Então, ela é uma criança que consegue ter uma vida normal, mesmo com o cateter. Então, isso não impede, o cateter não é um obstáculo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se vou conseguir passar os vídeos aqui, acho que só na tela, se eu conseguisse pôr em alto. Mas aqui é um vídeo em que – eu não sei se a Tuca vai mostrar – está a Isabela com sete anos normal e depois, com onze anos, andando com andador. E infelizmente é isso que a gente vive.

Aqui, esse eslaide de baixo mostra a Isabela, em 2020, com dez anos, fazendo uma *live* na qual ela diz: "Por favor, assistam à *live*, compartilhem comigo, me ajudem, ajudem a conseguir a medicação". E ela fala com uma voz que a gente chama com disartria, mexe um pouco mais lento.

No vídeo ao lado, que é de 2021, em abril, ela tinha dez anos de seis meses, ainda comia bem e ela já fala: "Aqui, com sete anos, eu andava, eu brincava, eu corria, eu ia para a escola, eu já lia e já escrevia".

Aqui nesse último, embaixo, o que nós temos? É onde ela fala com mais dificuldade e é onde ela já tem o uso de uma sonda nasointestinal.

Então, vocês vão ver aqui: em seis meses, a evolução é catastrófica para essa criança. Então, você esperar a judicialização nesses pacientes é quase um crime. Está certo?

O que nós temos de situação real no nosso país? Nós temos quinze casos, de sete a oito, que estão judicializados ou de sete a oito sem tratamento. Então, isso acarreta um atraso muito grande no início do tratamento dos pacientes.

O país já paga por esse tratamento para essas crianças – certo? –, de uma maneira judicializada. Isso já é pago, só que já tiveram uma piora dos seus sintomas neurológicos. Então, vejam a Isabela: com nove anos, ela era uma criança que andava, falava, tinha sua autonomia. Chegou a medicação com onze anos, dois anos depois. O que nós já temos? Uma criança com dificuldade de deglutir, uma criança que não anda mais. A espera dos recursos judiciais é crucial. Então, não adianta nós deixarmos isso nas mãos dos juízes. A Justiça é fantástica, precisamos dela, mas, nesse caso, nós sabemos que ela é morosa. Então, um ano, seis meses, dois meses para uma criança muda completamente o prognóstico, a vida dela depois.

Vejam, não são as mesmas crianças da época do diagnóstico. Então, quando nós solicitamos a medicação, nós temos uma criança; quando chega a medicação, nós temos outra criança. E por isto atrasa: pela judicialização.

Eu vou mostrar para vocês aqui.

Nossos pacientes... Nós já sabemos a história da Isabela, mas temos outros. Como eu sou uma médica que faço neuropediatria, infelizmente já passaram várias crianças com essa doença que já foram a óbito. Eu me lembro, na minha memória, de que pelo menos três a quatro crianças já morreram, e aqui são os que ainda estão vivos. Por exemplo: aqui quem está no cavalo é um outro menininho, que é o Iuri. Aqui ele brincava, ele falava, ele corria. Agora, na foto debaixo, ele já está acamado. Eu já pedi a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicação para essa criança faz mais de dois anos. Antes, tínhamos como tratar, tínhamos um prognóstico. E agora?

Ao lado nós temos uma outra menina, que é a Lana. Ela chegou para nós andando, conversando, falando. Já pedimos a medicação faz mais de um ano. Hoje ela já está com dificuldade de andar e já usa sonda nasointestinal. Quando será que vai chegar a medicação dessa criança? Então, nós precisamos correr.

Nós não queríamos a judicialização. Nós queremos a incorporação da medicação, para que possamos realmente fazer jus a essas crianças.

Qual é o custo da judicialização no Brasil? É extremamente caro. Nós médicos não gostamos da judicialização. As famílias também não gostam da judicialização. E acredito que o Judiciário também não gosta, e o governo também não deve gostar, porque o custo é de duas a três vezes mais caro se essa medicação fosse incorporada.

Veja, nós temos hoje de sete a oito crianças que já são judicializadas. Se não fossem judicializadas, as quinze já poderiam estar sendo tratadas com o mesmo preço dessas que são judicializadas. Então, isso se torna injusto. Nós precisamos fazer com que essa medicação seja incorporada.

Veja, como já disse anteriormente, o Brasil não atinge cinco casos novos ao ano. Então, não temos tantos pacientes assim. Veja, no mundo, nós temos hoje 250 casos com lipofuscinose ceróide.

E aqui nós temos toda essa terapia de imposição, enquanto já é liberado nos países da Europa e da Ásia – na Inglaterra, na Alemanha, na Irlanda, na Itália, na França, na Escócia... Então, em vários países, isso já é utilizado. Aqui nós temos na Argentina e no Brasil. Então, a gente pede isso.

Esta é a revisão bibliográfica, para quem tiver interesse de entrar nos artigos.

Eu gostaria de deixar como recado: vamos incorporar essa medicação para que possamos ser justos com todos os nossos pacientes.

Eu gostaria de agradecer a todos e pedir desculpas por não ter aberto os eslaides e nem ter mostrado os seus vídeos.

Muito obrigada.

Estou aberta para perguntas se assim desejarem, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)

– Eu agradeço à Dra. Mara e quero parabenizá-la novamente não só pela apresentação, mas pelo trabalho que a senhora faz com as crianças, os adolescentes, as famílias, que é uma referência nessa área e em um hospital que é uma referência no Brasil também que é o Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba. A senhora é especialista e, portanto, tem uma opinião muito importante nessa área.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar a todos que nos acompanham que esta audiência está tendo a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e há a possibilidade de haver a interatividade – relembro – através da Ouvidora, pelo telefone 0800 0612211; do e-Cidadania, pelo Portal www.senado.leg.br/ecidadania.

Antes do início, eu havia dito para termos no máximo 15 minutos. Houve uma dificuldade no início da apresentação, que ultrapassou um pouco os cinco minutos, mas foi muito bom para se ter a ideia global da área, do ponto de vista médico da especialidade.

Parabéns, Dra. Mara! Continue firme aí na caminhada, que é muito importante.

Eu passo a palavra para a Sra. Cremilda de Sena Silva, que é conhecida como Tuca. Ela é de uma cidade bem próxima da de onde eu resido, Campina Grande do Sul, e é a representante dos pacientes da doença de Batten. Então, a gente tem a opinião da especialista, da família, da federação, e do Ministério da Saúde, ao final.

Com a palavra, Tuca. É só apertar lá para liberar o som. *(Pausa.)*

Isso.

A SRA. CREMILDA DE SENA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Desculpem a minha leiguice no sistema aqui porque demorei um pouquinho a entrar.

Eu não sei se fui autorizada a passar um vídeo antes de a gente começar a falar. Foi pedido para a Greicy e não sei se ela vai passar. Ela disse que iria passar antes da minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu acho que... O vídeo é seu, Cremilda?

A SRA. CREMILDA DE SENA SILVA – O vídeo é de outro pai, é o pai do Francisquinho. Foi pedido, mas não sei se alguém...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Não...

A SRA. CREMILDA DE SENA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem. O.k.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O Sr. Bruno Marinho: "Quero cumprimentar a todos aqui presentes e agradecer por este momento de fala. Eu sou Bruno Marinho, sou pai do Francisco Alexandre Costa Marinho, o Francisquinho,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paciente com CLN2, a doença de Batten, que está em análise sobre a incorporação do medicamento Brineura (cerliponase alfa) ao SUS.

Quero deixar aqui a minha indignação completa, como paraense, como nortista e como pai de uma criança com doença de Batten. A avaliação que foi feita pela Conitec, principalmente pela pessoa da D. Inês Magalhães, foi extremamente preconceituosa, inadequada, pois coloca em xeque e contesta toda a luta do meu filho, a minha luta, toda a luta da minha família para conseguir o tratamento, toda a luta da minha família e de todos ao nosso redor, de toda a equipe médica, de toda a equipe técnica para que o Francisco possa ter melhora, de toda a equipe multidisciplinar, de toda a equipe que trata o Francisco e traz todos os benefícios que ele comprovadamente tem e vem adquirindo. Então, é revoltante toda essa situação que essa senhora colocou. O Norte tem sim profissionais qualificados, tem sim uma família que luta e faz lobismo pelo seu filho, não por empresa. A senhora tem que entender o que é lobismo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Muito bem.

Antes de você continuar, Tuca, terminou o vídeo?

A SRA. CREMILDA DE SENA SILVA – Terminou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Terminou.

Eu só quero que a Comissão de Assuntos Sociais, a Secretaria, transcreva. Vamos mandar isso para o Ministro da Saúde, com o voto de indignação e de apoio à fala do pai, da família, porque o que todos nós brasileiros esperamos é que haja, na verdade, sensibilidade, escuta, construção de caminhos, que é o que a gente está tentando, inclusive, nesta audiência. Se houve essa atitude preconceituosa, atitude de diminuir o potencial, a capacidade e a competência dos profissionais do Norte, essa pessoa tem que ser, na verdade, denunciada e tem que pedir desculpas públicas para as famílias e para as pessoas. Então, eu só peço para a CAS transcrever. Vamos aprovar esse requerimento na Comissão, para mostrar a indignação com o tratamento, o que jamais deveria acontecer, particularmente na área da saúde, quando as pessoas já estão tão fragilizadas.

Então, com a palavra, Tuca. Adiante.

Obrigado.

A SRA. CREMILDA DE SENA SILVA – Muito obrigada. Eu não... Eu sei que o senhor iria agir assim, porque o senhor é de um caráter e de uma sensibilidade humana extraordinária, Senador. Sempre o admirei – e a minha admiração é eterna – pela sua atitude.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, dando gancho a essa fala do Bruno, nós, família CLN2, com os nossos filhos, estamos revoltados sim com a decisão, a insignificância a que chegou essa reunião da Conitec, um desleixo à saúde, tirando totalmente da Constituição a vida, o direito à vida, que as crianças têm.

O que essa mulher falou e todos os outros foram atrás é que não há dúvida sobre a eficácia do medicamento, porém eles não podem liberar; deixem judicializar porque eles simplesmente lavam as mãos. Foi isso que foi...

Não sei o senhor conseguiu assistir à reunião da Conitec, mas nós assistimos várias vezes e ficamos indignados como essa reunião foi levada. Ela começou a parte de CLN2 já com a negativa. Ela começou a reunião dizendo: "Olha, eu já estou aqui nervosa, indignada porque isso é uma coisa muito séria que nós temos que avaliar muito bem aí. A gente não pode se prejudicar". Aí ela disse que nós... Eu falo "nós" porque aqui no Sul a gente trabalhou muito também, mas é claro que o Norte tem mais pacientes, tem um trabalho de antes, porque a Isa começou tardio. Nós trabalhamos muito. Nós não fomos a um médico, nós fomos a vários médicos. Ela questionou até a quantidade de médicos que deram parecer favorável – ela questionou. Tirando aí o... Então, para que médico? Ela não confiou na consultoria pública. O tanto de voto... Ela intima a colega do lado, falou: "Olha, Letícia, você me explica aí como que pode ter esse tanto de voto na consultoria pública? Você me dá aí uma satisfação, porque, se há sete crianças usando o medicamento e quinze esperando, como que há 2.303 votos a favor? Isso aí está errado ou então a empresa comprou e fez aí uma compra para ter esses votos aí". Foi isso que ela disse claramente nessa reunião.

Então, nós, como pais, estamos realmente revoltados, porque ela não está lá para avaliar a consultoria pública. Por isso que é consultoria pública. Então, ela não está lá para isso. Ela está lá para a técnica, para a eficácia e custo-benefício. E nem isso ela fez, porque, se ela fosse ver o custo, ela iria ver que, sendo incorporado, nós teríamos um valor muito menor. Nem o custo ela viu. Ela quis jogar...

Ela sentenciou os nossos filhos à morte, porque ela jogou para o Judiciário. Ela falou assim: "Deixa que o Judiciário tome a responsabilidade. Nós não precisamos tomar essa responsabilidade". Foi exatamente isto que ela fez: ela assinou a sentença de morte dos nossos filhos a partir do momento em que ela quis jogar para o Judiciário, sendo que a responsabilidade está na mão deles ali – eles querem o quê? – e sendo que – deixando bem claro – para essa doença nós não temos tempo, nós não temos tempo para que haja judicialização. O Yuri está perdendo a vida. Como o vídeo do Noah que nós passamos aí – nós fizemos uma campanha muito grande com o vídeo do Noah –, o Yuri está perdendo a vida. Simplesmente, ele vai parar todos os órgãos, e essa criança vai embora por negligência, por a pessoa não ter um olhar humano de querer salvar essas vidas. Gente, são crianças, pelo amor de Deus! E nem isso eles levaram em consideração.

A Vânia falou assim: "É, a gente tem que ver mesmo, porque são crianças, e leva à morte". Está tudo isso em reunião. Eles sabem que leva à morte. Eles citaram isso. Eles citaram: "Gente, contra esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vídeos aí, não há o que contestar. O remédio, realmente, é eficaz [é o que eles falaram] e salva vidas". Eles falaram tudo isso na reunião, mas eles negaram. Eles negaram porque não há alta evidência. Gente, nós não temos quantidade de criança suficiente para que haja alta evidência, pois a doença é ultrarrara!

Então, eu falo que os nossos filhos, Senador, estão hoje nas condições em que estão, de cama... A Isa anda. A gente procura as terapias. A Isa anda hoje com a nossa ajuda. A Isa fala. Eu entendo muito bem o que ela fala, porque, gente, mãe entende o filho só no olhar.

Então, se hoje os nossos filhos estão na situação em que estão... Francisquinho, na condição em que está, uma criança que era perfeita; Guilherme; Alana; Yuri; César; Samuel; Maria Clara, todas essas crianças estão nas condições em que estão hoje por causa da demora do Judiciário. Todos nós buscamos a judicialização, como manda o figurino ali. Nós temos que ir, porque senão nós não temos voz. Nós confiamos na judicialização, que, muitas vezes, é demorada e é injusta. Agora, nós também confiamos no poder público, confiamos no órgão público que está lá para ver todas essas coisas e ser a favor da vida. Eu acho que um órgão da saúde tem que ser a favor da vida. E, infelizmente, a Conitec, com muitos membros... Ali há um efeito manada, não é? Eu falo assim porque, se um nega, todos eles vão atrás de quem negou: "Ah, nisso a gente vai com fulano. Nisso a gente vai com beltrano". E aí? E as vidas ali? E as crianças? Era para vocês terem pensado que essas crianças vão morrer! Isso aí é assassinato, é genocídio, gente, pelo amor de Deus! E eles são a nossa voz ali. Eles são os nossos representantes, em quem a gente deposita a nossa esperança de que nossos filhos vão ser salvos, porque nossos filhos têm direito à vida.

Se a Isa, hoje, não estivesse recebendo esse medicamento, do jeito que foi tão rápido, assim como a Dra. Mara colocou aí... Foi rápido! A Isa, até os 7 anos, dançava na igreja, fazia coreografias. A Isa era modelo infantil. A Isa desfilava em passarelas. Hoje eu vejo a minha filha assim. Minha filha não precisava estar na situação em que ela se encontra hoje. A minha indignação se dá porque alguém poderia ter mudado o curso de vida da minha filha. Hoje em dia, eu tenho que ficar em casa para cuidar da Isa. Eu, que gosto de trabalhar, que gosto de estar com o povo, que gosto de estar representando o povo e gosto de atender o povo, tenho que ficar na minha casa – e é um salário a menos – para cuidar da minha filha.

Isso tudo vai lá no custo-benefício, porque é mais um fora da área de trabalho. Então... E eu tenho outros filhos que eu preciso sustentar, não tenho só a Isa. A Isa hoje tem um gasto maior com que a gente precisa arcar.

Então, onde que eles estão olhando aí o benefício para as pessoas? Nem para eles estão olhando, porque o dinheiro vai sair do mesmo lugar, do mesmo lugar vai sair o dinheiro que está saindo judicializado. Vai sair da incorporação, como eles mesmo lá viram. Olha o que é a indústria. Eu não tenho conflito nenhum de interesse. A questão é que a indústria baixou em 11% os medicamentos, o que daria para fazer o tratamento hoje, com o que estão gastando judicializando para uma criança, de três





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças. Então, nem isso, o custo lá, eles estão vendo! É simplesmente pelo fato de negar, de negar... E eu deixo, assim, bem clara a nossa indignação como pais, todos os pais representando aqui a nossa família de Batten e a nossa família de CLN2, que nós temos voz, sim. Nós temos voz. Nossos filhos têm direito à vida.

Nós temos a Carol, a pacientezinha lá do Rio Grande do Sul. A Carol já está uma criança superdebilitada, uma criança que está com o processo parado lá, e nós correndo atrás, correndo atrás para que se resolva ou que eles despachem, que eles defiram ou indefiram, mas eles deixam lá parado. E nisso os nossos filhos vão se definhando.

Gente, pelo amor de Deus, eu peço, assim, para vocês, não é... A gente precisa estar se humilhando, a gente precisa estar pedindo pelo amor de Deus para alguém salvar os nossos filhos. Quando eu me acorrentei ao palácio do governo aqui, em Curitiba, eu estava numa fase de desespero tão grande de ver a minha filha indo embora... O meu maior medo era que a minha filha parasse de falar "mãe". Eu nunca imaginei... A Isabella era uma tagarela, me chamava o dia inteiro: "Mãe, olha isso. Mãe, veja isso. Mãe!". Então, eu olhava para ela, eu falava: "Meu Deus! Deus, não permita que a minha filha pare de falar 'mãe', porque eu amo ouvir a voz dela". E hoje está do jeito que está. Então alguém é o culpado.

Nós precisamos de resposta, nós precisamos que essa reunião seja revisada, porque ela foi de uma desumanidade completa. Sabe? Então, nós precisamos rever isso. Nós precisamos e nós queremos que isso seja revisto, porque isso, gente, não é certo. Não é certo. Se a gente é pró-vida, então, tem gente lá nadando contra a maré. Eles não estão pró-vida lá nesse lugar. Eles, eu não sei nem o que estão fazendo lá, porque eles estão nadando totalmente aí contra a maré do que é correto. Existe Constituição, não é, Senador? Existe uma Constituição que é a favor da vida. Então, eles que obedeçam isso, porque eles estão fugindo totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Muito bem. Eu agradeço, Cremilda, o seu depoimento, que é essencial, como família, representando como mãe, como pais. Eu fiquei, da minha parte também, indignado, fazendo coro com você, concordando com você, concordando com o pai do Francisco, lá do Estado do Pará. E nós pedimos para essa pessoa da Conitec, em primeiro lugar, pedir desculpas. Em segundo lugar, nós vamos tomar todas as medidas possíveis para denunciar o caso e dizer que não é desse tipo de comportamento que o Brasil precisa. Precisamos de pessoas justas, humanas, solidárias, técnicas, que valorizem a competência, a ciência, como a Dra. Mara colocou muito bem no início. Na verdade, essas pessoas atrapalham a construção da cidadania. Então, vamos tomar todas as providências possíveis no contexto do Senado Federal.

Obrigado, viu, Tuca?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora para a Mônica Aderaldo, que é Presidente da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Fedrann). *(Pausa.)*

É só apertar para liberar o som. *(Pausa.)*

Muito bom.

A SRA. MONICA VIEIRA ADERALDO (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigada pelo convite.

Cumprimento todos na pessoa do Senador, que está aqui nos ajudando muito nessa luta.

A Dra. Mara e o Senador falaram praticamente tudo, mas eu queria, na minha exposição, falar um pouquinho sobre os pacientes, certo? Nós temos hoje, como a Dra. Mara e o Senador falaram, 15 pacientes, mas nós já fomos 16. Essa luta a gente vem travando desde 2017, quando o primeiro paciente foi diagnosticado no Brasil. E esse paciente foi da Bahia. Então, hoje, o Norte e o Nordeste têm o maior número de pacientes com CLN2. O maior número de pacientes de Batten está no Norte e no Nordeste. Nós temos três... Na realidade, nós temos quatro no Ceará. Nós temos um na Bahia, um no Maranhão, um no Pará... E o da Bahia também. Então, a gente tem o maior número. Eu queria dizer que, desses pacientes, esses quinze... Éramos dezesseis; um já foi a óbito. Da nossa luta até hoje, um já foi a óbito, e dois – porque hoje a gente fala hoje de quinze – já estão fora de tratamento.

Analisando o que a Dra. Mara falou, existe uma escala para tratar. Então, existe um período. E, se a gente avançar, se essa medicação não estiver disponível em tempo hábil, essa criança vai sair fora de tratamento, e a medicação não vai ter nenhuma repercussão na vida dessa família. E, por conta disso, a melhor coisa... Hoje a gente sabe que 80% das patologias raras são de ordem genética; e, desses 80% de ordem genética, de 3% a 5% têm tratamento. Então, isso não justifica um impacto financeiro, como se fala, em cima do orçamento do Governo.

E, como já foi dito, dessas oito crianças – na verdade nós temos nove crianças com liminares ativas –, pasme Senador, uma delas, com liminar há mais de um ano e meio, vai completar dois anos, ela não recebeu ainda o tratamento, mesmo com liminar. Então, a judicialização, como já foi dito, não é boa para ninguém. Se fosse, realmente, se tivesse sido, naquela reunião do dia nove, que está disponível no YouTube – qualquer pessoa, qualquer cidadão pode assistir –, se fosse recomendada a incorporação, porque o Conitec faz uma recomendação, se tivesse sido recomendado, as quinze crianças, mesmo aquelas que já estão fora, que não vão ter o direito de ter a medicação por conta do estado de saúde delas, estariam pagas, porque, com o dinheiro que se está gastando, que o Governo brasileiro está gastando com a judicialização, daria para dar o tratamento gratuito para todas as crianças brasileiras.

Quer dizer, eu não entendi a não recomendação, uma vez que a primeira fala era de que o tratamento é eficiente e eficaz. Como o Sr. Senador falou, mais que mil palavras, são as ações. A gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viu vídeos que estão disponíveis no YouTube, apresentados pela médica geneticista de Porto Alegre, do Hospital das Clínicas, Dra. Carolina, em que ela mostra uma criança que veio a óbito com sete anos de idade e ela mostra uma criança que foi tratada depois de seis meses de diagnóstico. Essa criança que foi tratada depois de seis meses de diagnóstico, a criança corre, a criança fala, a criança tem uma vida normal. A gente está tirando o direito de um cidadão brasileiro de ter uma vida normal, ter uma qualidade de vida. Não se fala em cura porque doença genética infelizmente não tem cura, mas tem tratamento. E a CLN2 – Batten – está nessa porcentagem de três a cinco doenças genéticas que têm tratamento.

Revoltou-nos muito a fala dessa senhora – Dra. Inês Gadelha, não é? – porque ela questionou os profissionais não só do Norte, mas do Norte e Nordeste. Então, houve um preconceito, infelizmente, muito grande em relação a nós. Inclusive, eu aqui representando o Norte e Nordeste, eu queria deixar claro que o Norte e Nordeste têm uma força muito grande, porque a gente começou a trabalhar muito antes, desde 2017, e que a maioria dos pacientes estão, realmente, no Norte e Nordeste. Poucos são... Além do Norte e Nordeste, só vem o Sul, com cinco pacientes: dois de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, e três do Paraná, certo? Por isso, a mobilização tão grande das famílias.

Olhe, qualquer pessoa faria uma mobilização dessa quando fosse ver o seu filho aos poucos morrendo. Eu acredito que a própria pessoa que falou teria feito a mesma coisa. Teria juntado não só os familiares, como juntado todas as pessoas que fossem do conhecimento dela e que não fossem para salvar a vida do seu filho, porque uma coisa é você falar da vida do filho do outro, mas, e se fosse seu filho, como é que você iria agir? E se fosse seu neto? Então fica aí a pergunta.

Uma das coisas que foi relatada nessa audiência é que não poderia abrir precedentes. Como não pode abrir precedentes? A fala da Dra. Mara foi muito clara, na hora em que incorporar não vai mais aparecer pacientes. Muito pelo contrário. Os 15, os 16 que existiam já são 15, e dos 15, só 13 têm possibilidade de fazer uso da medicação. Então, não vai abrir precedente.

Foi falado também da baixa evidência. A Dra. Mara falou e foi muito providencial a fala dela, quando diz que existe baixa evidência porque a gente precisa também ser tratado de forma diferenciada. Não se pode eticamente colocar placebo numa criança, na cabeça, no cérebro de uma criança sadia. Isso não pode haver. Então, vai ser a partir do estudo natural da doença. Por isso, a baixa evidência.

Creio que a gente também deve ver, já que o Ministério da Saúde está presente, como se pode rever isso através de uma forma de isonomia. E como a gente poderia chegar... Como a própria lei do SUS fala, é tratar igual os iguais e desigualmente os desiguais. E, nessa hora, as doenças raras são desiguais.

A gente queria também deixar, como na fala da Tuca, que essa doença tira também... Ela compromete não só a família como um todo de formas pessoais, mas também compromete a saúde financeira da família. A Tuca saiu do mercado de trabalho. Há famílias em que saem o pai e a mãe. Há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias em que o único provedor precisa ficar em casa, o único, como a família de uma das nossas crianças em que só tem o único provedor que é a mãe, que teve de morar de favor na casa de um parente porque precisava cuidar do filho. Então, são essas coisas que também devem ser avaliadas.

E o custo-efetividade, naquela reunião do dia 9, não foi visto, porque se era eficaz, se era efetivo, se chegou à conclusão de que poucas medicações têm aquele poder de reverter o quadro, de parar o adiantado da doença de Batten, parar, ali ela vai estagnar. E mesmo como o pai do Francisco disse, ela vai recuperar algumas coisas que já foram perdidas, vai fazer com que a criança renasça novamente, vá aprender de novo a falar, aprender de novo a andar.

Então, a gente solicita, pede ao Senador que faça uma recomendação. Nós estamos pedindo já, nas recomendações, que seja revisto, já que a própria Conitec, na parte científica, disse que a olhos vistos o medicamento é eficaz e eficiente. E, sendo eficaz e eficiente, o custo sendo menor, por que não recomendar? Então, olhando por esse lado, a gente não sabe por que aquela audiência foi daquela forma, tendo apenas uma pessoa – e defendeu muito bem – e tendo votado favoravelmente.

Eu acho que era isso que a gente queria colocar. Pedimos ajuda ao Senador, que faça um ofício ao Ministério da Saúde, como também ao Ministério Público, que, infelizmente, não está presente, para que seja revista essa não recomendação ou, caso ela não possa ser revista, que o Ministro, com a força que ele tem, assine, incorpore, mas incorpore agora, porque essas crianças não têm mais tempo para esperar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Eu é que agradeço, Monica Aderaldo, que é Presidente da Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Parabéns pelo pioneirismo na luta por esta área em toda a região e parabéns pelo trabalho que vem sendo desenvolvido.

Antes de passar a palavra à Dra. Priscila Gebrim Louly, que é representante do Ministério da Saúde, eu só vou pedir para a Secretaria da Comissão passar um vídeo da Senadora Mara Gabrilli, que não pôde estar também participando da audiência, mas mandou um vídeo. Ela, além de membro da Comissão, é também Presidente da Subcomissão da CAS de Doenças Raras.

Então, vamos só ver o vídeo da Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. *Por vídeo.*)
– Bom dia a todos.

Primeiro eu quero cumprimentar o Senador Flávio Arns, que tem sido um grande parceiro de trabalho na CAS em defesa dos direitos dos mais vulneráveis. Ele, como Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência e eu, como Presidente da Subcomissão de acompanhamento das políticas públicas para as pessoas com doenças raras, trabalhamos juntos com o mesmo objetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Flávio, por conduzir os trabalhos no dia de hoje.

Gostaria de cumprimentar todas as pessoas com a doença de Batten e suas famílias na pessoa da Sra. Cremilda de Sena Silva. Eu queria também agradecer a presença de todos os convidados desta audiência pública.

A doença de Batten é uma doença neurodegenerativa muito grave, que assola as famílias das crianças com esse diagnóstico. Por isso, junto com o Senador Flávio Arns, oficiamos o Ministério da Saúde para que eles valorizem a importância das contribuições vindas da consulta pública. Nós sabemos quão relevantes são essas contribuições para oferecer esperança às famílias.

E com relação à incorporação do medicamento alfacetiliponase, o Brineura, infelizmente a recomendação da Conitec foi de não incorporá-lo ao SUS, mas, de qualquer forma, nós continuaremos na luta pela defesa dos direitos das pessoas com doenças raras e, em especial, neste momento, das crianças com a doença de Batten, para que o acesso ao melhor tratamento, ao diagnóstico precoce e ao medicamento aconteça e essas pessoas possam ter dignidade. Queremos ver essas pessoas crescendo, se desenvolvendo e contribuindo para o nosso país.

Um abraço a todos e contem sempre comigo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Muito bem.

Eu sempre agradeço à Senadora Mara Gabrilli, que é uma batalhadora por cidadania, direitos humanos, solidariedade... Ela, inclusive, é Presidente dessa Subcomissão.

Obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Até o que foi discutido, inclusive, que vai nos levar a um grande debate na Comissão e no Senado, não foi só a negativa, mas a forma como a negativa foi colocada, numa total falta de respeito, de solidariedade com as pessoas, com as famílias, o que jamais pode acontecer, principalmente vindo de uma pessoa que faz parte de um órgão tão importante como a Conitec. Um pedido de desculpas e a revisão do processo se tornam imprescindíveis.

Eu passo, em seguida, a palavra à Dra. Priscila Gebrim Louly, que é representante do Ministério da Saúde e vai discorrer sobre o estado mais atual da análise da Conitec em relação ao medicamento Brineura. A Dra. Priscila é Coordenadora-Geral de Gestão de Tecnologias em Saúde do Ministério da Saúde.

Então, eu quero dar as boas-vindas à Dra. Priscila e agradecer a participação.

Com a palavra, então, Dra. Priscila.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY (Para expor.) – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador Flávio. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de vir falar aqui neste momento. Acho que esse assunto é extremamente importante, esse e todos os outros assuntos e temas relacionados a doenças raras e ultrarraras. Agradeço aos demais participantes aqui e os cumprimento também: a Dra. Mara, a Dra. Monica, a D. Cremilda e todos os outros pais que estão assistindo também a esta audiência.

Eu vou tentar aqui passar, vou compartilhar aqui, eu fiz uma breve apresentação, para poder... Vocês estão... Eu vou colocar aqui no modo "apresentação". Vocês conseguem ver? (*Pausa.*)

Está no modo "apresentação"?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Está aparecendo bem, aqui.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Está.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Bem, então, eu sou coordenadora da área de avaliação de tecnologias em saúde aqui do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde. Esse departamento é que faz a parte de secretaria executiva da Conitec.

Então, vou falar rapidamente sobre o processo de incorporação, sobre como é o processo de incorporação de tecnologias na Conitec.

A Conitec é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, que foi criada pela Lei 12.401, de 2011. É um órgão colegiado, de caráter permanente, e essa comissão tem o objetivo de assessorar o Ministério da Saúde nas contribuições relativas à incorporação ou exclusão de tecnologias no SUS, bem como a constituição ou alteração de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. Então, ela faz parte do Ministério da Saúde e é composta por um Plenário e uma secretaria executiva.

O Plenário é quem, de fato, faz a recomendação por incorporações. Então, ele vai fazer a recomendação favorável ou desfavorável, se for o caso, e quem vai tomar a decisão final é o Secretário da Sctie, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Saúde. Então, os 13 membros que compõem o Plenário são os representantes das sete secretarias do Ministério da Saúde, Conselho Federal de Medicina, Conselho Nacional de Saúde, Conass, Conasems, ANS e Anvisa.



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

A Secretaria Executiva, que é o departamento de gestão, incorporação e tecnologias do qual eu faço parte, é responsável por receber as demandas, fazer as análises processuais, a análise dos estudos técnicos e apresentar esses estudos ao Plenário, que é quem vai tomar a decisão.

As regras para a incorporação estão descritas na Lei 12.401, que diz que o processo todo tem um prazo de 180 dias, podendo ser prorrogado por mais 90, e essa avaliação toda da incorporação, desde que recebemos o pedido, deve ser baseada em evidências científicas de eficácia, segurança, efetividade e também de estudos de avaliação econômica, como estudos de custo/efetividade e impacto orçamentário.

Durante esse processo, é feita uma consulta pública – todas as matérias passam por consulta pública – e todas as contribuições são levadas novamente ao Plenário para que eles decidam e verifiquem se alguma contribuição poderia ou não alterar a recomendação preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Dra. Priscila, desculpe também interromper – eu interrompi antes a Dra. Mara –, você não está passando telas ou está passando?

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Estou passando.

Aqui, o que acontece? É aquele mesmo problema que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– É que só apareceu a primeira, e a sua fala também é muito importante. Então...

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Aqui é só para mostrar a estrutura... Está vendo agora?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Não, não estamos vendo. Apareceu só a primeira tela.

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Bom, eu vou passar por aqui mesmo, como a Dra. Mara fez.

Está dando para ver?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Agora, sim. Agora está aparecendo o Plenário, a Secretaria... Sim. Desculpe...

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – Não, obrigada.

Aqui está a estrutura da Conitec. Há o Plenário e a Secretaria Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY – E as regras. Aqui, todo o horizonte para a incorporação. Então, a partir do momento da solicitação da incorporação, há a avaliação da demanda, que passa por consulta pública, e aí é publicado no *Diário Oficial*. Após isso, há um prazo de 180 dias para que a tecnologia esteja disponibilizada no SUS e também sejam elaborados protocolos e guias de prática clínica. Isso tudo está disposto na legislação.

A parte técnica é realizada e é exposta num relatório, que é o relatório de avaliação de tecnologias, que contém todos os aspectos relativos à condição de saúde, à evidência científica, aos estudos, à avaliação econômica, ao impacto orçamentário e a toda a parte é descrita também em relação às experiências internacionais com a tecnologia, a consulta pública e as deliberações que foram tomadas pela comissão.

O processo de tomada de decisão baseado em evidências leva em consideração aspectos clínicos, econômicos, organizacionais e em relação também às preferências do paciente. Então, os impactos sociais, éticos, a aceitabilidade, relações psicológicas, enfim, todas essas questões estão envolvidas nesse processo e são consideradas no momento de elaboração do relatório, de elaboração da análise técnica da demanda, da avaliação da tecnologia.

Uma coisa que eu acho que é extremamente importante, foi até citada várias vezes, é que a Conitec teve um avanço muito grande no último ano principalmente, que foi a disponibilização de todas as reuniões e de todo o material. Ele está disponível no *site*, é de extrema transparência. Então, tudo é colocado à disposição do público. Inclusive, a Conitec tem avançado em relação à participação social, principalmente nessa questão de ouvir os pacientes. A gente abre chamada para todos os temas de tecnologia para que haja um paciente que participe. Então, a gente conseguiu também avançar nisto, o que é extremamente importante: ouvir os pacientes e os cuidadores.

Em relação à demanda específica da alfacerliponase, nós recebemos a demanda em 2021. Quem submeteu a demanda foi a própria empresa fabricante do medicamento, a BioMarin, para a indicação da lipofuscinose ceróide neuronal tipo 2. Nós temos também disponível um relatório específico para a sociedade, que tem uma linguagem adaptada, para que a sociedade possa entender melhor o assunto, porque acaba sendo muito técnico.

Bem, eu vou passar um pouco essa parte da doença. Já foi bastante falado aqui sobre as características da doença. Enfim, é uma doença extremamente rara, de gravidade altíssima e mortalidade precoce. O medicamento alfacerliponase é o único tratamento específico para essa doença. Até então, o tratamento é feito com cuidados paliativos e para tratar os sintomas, enfim, que o paciente vai apresentando ao longo da evolução da doença. É uma doença neurodegenerativa e esse é, até o momento, o primeiro e o único tratamento específico para agir no curso da doença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à evidência científica, também já foi apresentado aqui, mas volto a falar que o estudo teve, sim, consideração, foi, sim, considerado de qualidade metodológica baixa, mas isso são padrões metodológicos que são utilizados para avaliar os estudos. Todos os estudos de todas as tecnologias são avaliados com padrões metodológicos já preestabelecidos. Sim, foram poucos pacientes, obviamente, 23 pacientes, e o tempo de acompanhamento desses pacientes nesses estudos foi pequeno. No entanto, reconhece-se que, em se tratando de doenças muito raras como essa e que têm limitações que são próprias da condução dos estudos clínicos, isso pode, sim, ser considerado.

Então, os resultados mostraram que o medicamento diminui a taxa de progressão da doença significativamente e tem um perfil de segurança aceitável. Algumas incertezas ainda foram levantadas em relação à evidência científica disponível, em relação a, de fato, quanto ele poderia se manter em relação às crises epiléticas e à função visual, apesar de haver relatos de que, sim, os pacientes melhoraram em relação a isso, mas, nos estudos, havia incertezas em relação a esses pontos, que é uma coisa que se tem que monitorar, é recomendado que seja feito um monitoramento. E manifestações também da doença fora do sistema nervoso central, visto que, com o tratamento e tendo uma sobrevida maior dos pacientes, a gente não sabe o quanto poderia vir a acometer os órgãos não neuronais do paciente e em relação ao ganho de sobrevida. Então, essas foram algumas incertezas que os estudos ainda não conseguem explicar e isso, de fato, é com o tempo, tendo em vista que o tratamento é um tratamento novo e que o tempo de acompanhamento dos estudos ainda foi curto.

Para avaliação econômica, a estimativa que a empresa apresentou na demanda foi de que, aproximadamente, de 7 a 11 pacientes seriam elegíveis no primeiro ano e em torno de 28 em cinco anos. O preço proposto para a incorporação foi de 90 mil o *kit* de aplicação e o impacto orçamentário, em um ano, é de aproximadamente R\$16,5 milhões, podendo chegar de R\$174 milhões a R\$217 milhões em cinco anos.

Algumas considerações foram levadas, apresentadas como evidência clínica, o que, de fato, mostra a eficácia do tratamento em retardar a progressão da doença – isso seria importante para a manutenção da qualidade de vida desses pacientes e também das famílias. No entanto, há uma incerteza muito grande em relação aos resultados econômicos devido às imprecisões e às incertezas da própria evidência, pressupostos de estabilização da doença e estimativa do número de pacientes elegíveis ao tratamento no país. Essas são incertezas, e aí a gente está falando de questões mais metodológicas acerca de como é feito todo o estudo e a análise econômica.

Além disso, foi apontada de fato uma necessidade de ação em relação a todo o cuidado do paciente e uma necessidade de diagnóstico em tempo hábil, o mais precocemente possível, para que o paciente tenha algum benefício, tenha uma otimização do benefício do tratamento caso ele fosse incorporar.

A recomendação preliminar da Conitec foi desfavorável à incorporação. Em novembro, foi colocado em consulta pública, a Consulta Pública nº 89. Nós recebemos 2.303 contribuições, sendo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

99% delas foram favoráveis à incorporação. Houve, nesse momento de consulta pública, uma nova proposta de preço oferecida pela empresa. Eles reduziram o preço para 71 mil o *kit* por aplicação, o que daria em torno de R\$1,8 milhão por paciente por ano. E, aí, a gente teria aquela estimativa: de 11 a 15 pacientes, o que já foi falado aqui também, a estimativa de pacientes que poderiam utilizar o medicamento no primeiro ano.

No entanto, a recomendação final do plenário foi a de manter a não incorporação. O plenário reconheceu a eficácia do medicamento, apesar das limitações dos estudos, por ser uma doença extremamente grave e também o único tratamento disponível e por todas as limitações que são inerentes aos estudos clínicos realizados em doenças raras.

O impacto orçamentário foi considerado alto ainda sim. Mesmo com a redução de preço oferecida pela empresa é um impacto expressivo.

Finalizo aqui a minha apresentação, mas eu gostaria de fazer um comentário final em relação a isso.

A gente tem um... Eu me solidarizo profundamente com todas... E, aí, é pessoal, não estou nem falando em nome da Conitec, aqui é pessoal até. E eu tenho certeza de que todos aqui, principalmente do departamento, têm a mesma visão, o compromisso, o comprometimento em relação aos pacientes de todas essas doenças raras, e essa, em especial, porque nós estudamos bastante a tecnologia, nós estudamos bastante o curso da doença.

O que eu posso dizer de tudo que já foi falado aqui, do que foi levantado em relação à indignação da D. Cremilda e de todos os outros envolvidos é que a gente entende isso perfeitamente. No entanto, a gente gostaria de poder fazer algo em relação a análises diferenciadas para as doenças raras. Eu acho que isso é preciso. Nós já estamos aqui, no âmbito do departamento, fazendo ações para isso, tanto para estudar melhor uma forma de como tratar as evidências desse tipo de doença, porque, em relação às doenças raras, a evidência científica disponível e a metodologia preestabelecida para as outras talvez não se apliquem para doenças raras, e que deveria ser feita de uma maneira diferente.

Quanto à questão de o impacto orçamentário ser alto, de fato, é um problema que, para todas as outras análises de tecnologias para doenças raras, a gente sofre as mesmas questões. Então, há um impacto muito alto e a gente não tem uma reserva orçamentária para isso, o Ministério. O Ministério da Saúde não tem uma reserva orçamentária tanto para doenças raras, quanto para novas incorporações.

Então, já que nós estamos aqui no Senado, no Congresso, acho que é importantíssimo também que houvesse alguma ação ali em relação a isso, que pudesse apoiar, que houvesse alguma reserva orçamentária específica para doenças raras ou para novas incorporações, porque isso não está no Orçamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, há uma preocupação muito grande do quanto as incorporações poderiam impactar nos orçamentos seguintes, tendo em vista que não foram despesas previstas. Então, acho que seria uma questão importante a ser tratada e, talvez, com apoio e alguma ação vinda daí, do Senado, da Comissão, nesse cenário, acho que poderia também auxiliar em relação a isso.

Em nome do departamento, nós estamos sempre dispostos a conversar e a tentar achar alguma alternativa e possibilidade de conversa, principalmente, estamos também avaliando propostas e possibilidades de fazer acordos de compartilhamento de risco com as empresas, para poder tentar disponibilizar essas tecnologias que têm um impacto orçamentário bastante expressivo, mas isso tudo é um projeto. Então, nós estamos começando com essas tratativas, com esses estudos, e a gente espera que a gente consiga avançar com isso o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR)
– Eu agradeço à Dra. Priscila Gebrim Louly, que, como a gente já falou, é a Coordenadora-Geral de Gestão de Tecnologias em Saúde, do Ministério da Saúde.

Eu só gostaria de fazer três observações e, depois, passo a palavra para as outras expositoras para os três minutos finais.

Só quero, em primeiro lugar, dizer novamente da minha solidariedade à família do Francisco, do Estado do Pará, à Cremilda, à Tuca e às demais famílias cujos filhos foram, na verdade, atingidos pela falta de escrúpulos da Sra. Gadelha na manifestação em relação à não colocação do medicamento à disposição. Mais do que não colocar à disposição é você desconsiderar o ser humano. E, pela descrição das famílias, foi isso que aconteceu com essa Sra. Gadelha, da Conitec.

A senhora fala, Dra. Priscila, que a Conitec avançou, só que em termos de consulta, de contato com o público – espero que, de fato, tenha acontecido isso –, mas a atitude, o comportamento dessa pessoa, desse membro da Conitec aponta exatamente o contrário. Então, eu peço para a senhora, como Coordenadora-Geral dessa coordenadoria, que transmita isso para essa pessoa.

Nós vamos agora ver o vídeo e tomar todas as providências cabíveis para denunciar o caso.

Em segundo lugar, a gente tem que deixar muito claro para todos que nos acompanham que nós temos tratamento, tratamento que é seguro, tratamento que é eficaz e, terceiro, tratamento autorizado – autorizado pela Anvisa, que, aliás, vem tendo um trabalho extraordinário na questão da autorização das vacinas na pandemia. Então, nós temos isso.

Agora, qual é o caminho para as pessoas? Judicializar. Aí o *kit* de 71 mil, com certeza, vai para 200 mil, 300 mil. E, ao invés de termos um atendimento de 2 milhões por ano, pela falta de iniciativa da Conitec, de sensibilidade da Sra. Gadelha, esse tratamento vai para 5 milhões, 10 milhões. E graças a Deus existe a Justiça, porque, se tivéssemos um filho com a doença de Batten, nós estaríamos fazendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente a mesma coisa e temos que fazer, dizer: "Olha, eles têm o direito. Eles têm que fazer. Chega de malversação de recursos em todas as áreas e vamos cuidar da saúde".

Então, nesse sentido, particularmente, da Sra. Gadelha – é esse o nome, eu acho, não sei nem qual é o sobrenome – dizendo que não existem evidências, menosprezando a competência técnica, eu acho que a senhora, como Coordenadora da Secretaria-Executiva, inclusive, como foi dito, da Conitec, tem que dizer: "Olha, o Brasil está cansado disso, chega dessas coisas".

Então, eu só quero saber depois, na sequência, o que pode ser feito, porque foi uma consulta preliminar. Vamos levar essas denúncias para o Plenário, vamos levar para a Comissão, vamos fazer chegar no ministro e vamos chegar na sociedade toda. Não se pode... Está na hora de o Brasil ter competência melhor do que essa que se apresenta aí, não é?

Eu passo a palavra à Dra. Mara, em primeiro lugar. Depois – rapidamente, por três minutos, me desculpem – à Mara, à Cremilda, à Mônica, e volto para a Dra. Priscila.

A SRA. MARA LUCIA SCHMITZ FERREIRA SANTOS (Para expor.) – Bem rápido. Obrigada, Senador Flávio Arns. Obrigada a todos aí pela palavra. Eu vou falar rapidamente.

Principalmente, Priscila, quando a Conitec fala do impacto orçamentário, esse impacto já existe pela judicialização, porque o dinheiro é o mesmo. Não sei... No final, vem tudo de uma mesma, do mesmo governo, de uma mesma gestão. Então, por que não incorporar? Então, se o impacto orçamentário... O Brasil já está gastando isso. Esse impacto já existe. Só que ele existe tardiamente e inadequadamente. Então, será que, se incorporar, vai se gastar menos e tratar melhor os pacientes?

Então, é só essa pergunta que eu deixo, sabe? Eu não vou polemizar mais. Eu acho que o resto já foi dito. Então, isso eu acho de extrema relevância. Nós, como médicos, fazemos diagnóstico. Sabemos da via-sacra das famílias. Então, dá uma dor no coração cada vez que a gente fala um diagnóstico desse para as nossas famílias.

Então, deixo isso: como impacto, por que não incorporar se esse impacto já existe?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Sra. Tuca, com a palavra, Cremilda de Sena. (*Pausa.*)

É só abrir o som.

Isso, abriu.

A SRA. CREMILDA DE SENA SILVA (Para expor.) – Oi, Priscila. Eu também ia falar exatamente o que a Dra. Mara acabou de falar. Nós já temos esse impacto. E a vida dos nossos filhos não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem preço, tem valor. Nossos filhos são insubstituíveis e são únicos. Nós damos as nossas vidas pelos nossos filhos.

E nós cremos que – aí vocês também têm filhos, eu acredito – temos que olhar o lado também técnico, sim, olhando todos os lados. Mas, se é para uma vida, se o remédio é eficaz, tem comprovação, que, por favor, vocês olhem para as vidas.

Nós aqui desse lado...

Eu sei a dor de perder um filho, porque eu já perdi uma filha de 22 anos, que estava gestante de seis meses. Eu perdi. Eu não quero perder outra filha por negligência, por serem as pessoas cegas e fazerem vistas grossas: "Entrega aí para a judicialização. Deixa que eles se virem e nós lavamos as mãos."

São vidas, são crianças e nós estamos aqui, nós existimos. Nós precisamos de solução com tempo recorde também, porque eles não têm tempo. Essa doença não espera. Você mesmo leu, você mesmo viu: ela não espera, ela é agressiva, é progressiva.

Então, nós queremos que vocês olhem para a gente: nós estamos aqui, nós precisamos de socorro. E quem pode fazer isso são vocês – são vocês. Se vocês não fizerem isso, nossos filhos vão morrer. É simples assim! E nos impacta muito. Então, nós pedimos socorro para vocês. Ajudem-nos!

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Passo a palavra para a Monica agora, que é da Fedrann. É bom sempre lembrar os nomes, porque fazem um trabalho muito bom. Existe a Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, um trabalho maravilhoso.

Sra. Monica Vieira Aderaldo.

A SRA. MONICA VIEIRA ADERALDO (Para expor.) – Dra. Priscila, na fala da senhora, a gente tem até uma esperança, porque a senhora fala de compartilhamento de risco, pelo menos é uma saída, só que a gente tem que ter... O precedente, como foi colocado, já existe, porque a gente já viu serem incorporadas doenças, patologias com tratamentos muito mais caros, não sendo ultrarraros. Nós somos ultrarraros. Nós somos tão poucos. Como a Dra. Mara colocou, não há esse impacto. O impacto já existe e muito caro, muito caro

A incorporação viria para resolver o problema. Ou, então, por que não se faz uma proposta de compartilhamento de risco, o que já foi feito lá atrás com a medicação de AME?

Se a gente vai colocar, existem medicações já incorporadas de um valor muito maior do que o que a gente está solicitando agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora isso, uma coisa que veio à mente agora é que essa medicação não vai aumentar a dosagem, porque não é por peso. Então, aumentou a peso da criança, aumentou a dosagem da medicação, aumentou o preço durante o tratamento. É uma dosagem única. Tanto faz ela ser criança ou quando ela chegar... A gente não fala em adultos, porque ainda não chegaram a essa fase. As crianças estão morrendo na primeira década de vida. Para algumas que estão passando, a quantidade de tratamento é a mesma. Então, não há expectativa de aumento. É o mesmo valor.

Então, é uma coisa que eu acho que vocês poderiam olhar.

Quando a gente compara com MPS, o paciente, à medida que vai aumentando o peso, vai aumentando a dose, vai aumentando o preço.

Neste caso, não

Nós temos, frisando bem, apenas 15 crianças. Se tivesse sido incorporado, todas elas estariam sendo agraciadas com esse tratamento.

E também a pior coisa do mundo é você ter uma doença rara, genética, e, como a Dra. Mara falou, o médico chega, infelizmente, para dar o diagnóstico e fala: "Vou dar o diagnóstico, mas a coisa boa que eu tenho para dizer é que existe tratamento". Ao mesmo tempo, ele diz: "Existe, mas o Governo não dá, e é tão caro que, infelizmente, o senhor não vai conseguir obtê-lo".

A gente sabendo que há diagnóstico precoce – e já pode haver, porque essas 15 famílias já podem ser estudadas – dessas 15 famílias, a gente já pode fazer esse diagnóstico, e eles já podem ter o tratamento assim que for fechado o diagnóstico.

Então, ficam as minhas considerações e também uma fala da previsão orçamentária. A gente solicita também, já que a gente está aqui, na Casa do Povo, no Senado, que seja recomendada essa verba orçamentária, esse valor orçamentário para as doenças raras e para as doenças genéticas raras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço também, Monica. Prazer. Gostamos muito de ouvir você. Quero corroborar, dizer que também tive essa impressão com a fala da Dra. Priscila no sentido de que há caminhos a serem construídos, juntando-se as sugestões, as observações. O que a gente espera, Dra. Priscila, é que esta Subcomissão do Senado possa colaborar com as famílias, com os pacientes e com a coordenação geral para que o caminho seja construído, que não haja essa caminhada penosa de judicialização, que demora um tempo e depois desse tempo aquela janela de oportunidades, inclusive, já tendo passado para as crianças, pelo menos em boa parte dos casos.

Então, com a palavra, Dra. Priscila.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA GEBRIM LOULY (Para expor.) – Não estava habilitada aqui pra eu abrir o microfone.

Eu concordo – e entendo – com tudo o que foi dito aqui pela Dra. Mara, pela D. Cremilda, pela Dra. Monica. Todos esses aspectos são, sim, levados tecnicamente ao plenário da Conitec. Então, toda essa avaliação, tanto de questão de ajuste de doses, se for necessário, o quanto há de estimativa, de previsão de que possa aumentar ou não o valor do produto e outros valores relacionados também, não só ao medicamento em si, mas também a toda a aplicação e tudo que envolve aplicar, administrar os medicamentos. Isso não é só com esse, mas, sim, com todas as tecnologias. Isso tecnicamente é apresentado ao plenário. Todas essas informações são apresentadas a eles e a decisão, a deliberação cabe a eles. A gente envia, apresenta todas as informações necessárias, inclusive essas informações relacionadas à judicialização também são apresentadas ao plenário, tanto que vocês puderam até ver que isso foi até debatido nessa reunião específica. Agora, a posição, se isso é considerado ou não no momento da decisão, isso cabe a cada um do plenário.

E aí é o que a gente entende tecnicamente: a judicialização não é um caminho fácil, muito pelo contrário, e não deveria ser dessa forma. Não é um caminho que é estimulado, que deveria ser, de forma alguma, e por isso também a gente não entende que ele deve ser um critério de incorporação. Por quê? Pelo fato de que não é a melhor via. A judicialização não é a melhor via de incorporação de um produto, e, sim, as vias normais, os ritos normais pra que possa se disponibilizar toda a tecnologia e todo o suporte para os pacientes de uma forma mais célere, o mais adequada possível. Então, de fato, a gente leva essas informações e inclusive a Dra. Mara até falou e explicou aqui, mas cada um dos membros do plenário decide da forma como acha que deveria considerar essas informações. Nem todos consideram essa informação como uma informação crucial.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Eu agradeço à Dra. Priscila. Quero dizer para a Dra. Monica, para a Dra. Mara, Dra. Priscila e para todos e todas que nos acompanham, que esse assunto vai continuar sendo objeto de debate.

Eu pediria um favor à senhora, Dra. Priscila. Eu imagino que – posso até dizer – praticamente 100% dos médicos nunca viram uma criança com a doença de Batten. Não é verdade? Por ser uma doença, como foi dito até pela Monica, extremamente rara – não é só rara, mas extremamente rara. Muitos, inclusive, ficam imaginando o que poderia ser feito em termos de diagnóstico, de tratamento que existe medicação, que é segura, eficaz. Eu, inclusive, depois de ver o vídeo do Francisco, tinha sugerido, na audiência, na reunião de que eu participei com a Fedrann, de mandar o vídeo pra todos os cursos de Medicina, para todos os secretários de saúde estaduais, municipais, como um processo, inclusive neste mês de doenças raras, em que se lembra esta área, para que as pessoas tomem conhecimento, saibam o que é, que há medicamento, para que haja, assim, a oportunidade. Eu pediria à senhora... Como Comissão do Senado, nós vamos mandar à sua coordenação o vídeo, também, e pedindo que a sua coordenação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa enviar o vídeo para cada um dos membros do Conitec, para que eles vejam, pelo menos, porque eu tenho absoluta convicção de que, não por culpa deles, mas porque é raro, eles nunca viram uma criança com doença de Batten. Então, o vídeo do Francisco vai ajudar a sensibilizar, a orientar, e que eles tenham conhecimento sobre a doença de Batten. Uma coisa é você dar uma opinião sobre algo que você nunca viu, e nunca imaginou que existe; e outra coisa é verificar o ser humano, concreto, na sua frente, e que tem a oportunidade de ter uma vida normal, dependendo da decisão deles. Por enquanto, foi negada a vida normal pela decisão tomada, mas a gente vai insistir, porque eu acho que a maior parte deles, do Conitec, certamente tem sensibilidade, e essa sensibilidade pode...

Então, eu mando o documento, mandamos o documento pela Comissão, para que a senhora faça chegar aos membros do Conitec. Pode ser? *(Pausa.)*

Pode ser. Muito bem.

Antes de encerrarmos, nós tínhamos dito que lá na abertura nós usamos uma expressão: vamos construir caminhos. Esses caminhos não existem. Vamos construir esses caminhos e vamos juntos. Nada como todos nós, famílias, federação, Ministério da Saúde, Congresso Nacional, sociedade e especialistas, trabalharmos juntos. Então, que essas crianças nos iluminem sempre, as suas famílias, para dizer: "olhe, estamos numa boa causa". Por isso eu peço, antes de encerrar, que a Secretaria da CAS coloque novamente o vídeo do Francisco.

É bem rápido. Isso.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR) – Muito bem. Eu agradeço, novamente, a presença das expositoras, quatro mulheres. Muito bom, isso também é algo importante: Dra. Mara, a Cremilda, a Monica e a Dra. Priscila Louly, representando o Ministério da Saúde.

A gente realmente precisa tomar as posições necessárias dentro de cada âmbito, seja da família, seja da organização da sociedade pela federação... Dra. Mara, que é uma especialista, referência, e a Dra. Priscila que ocupa o cargo da mais alta importância para o encaminhamento e para a construção dos caminhos.

Eu agradeço a presença de vocês, agradeço a participação de todas as pessoas que nos acompanharam durante toda esta audiência pública. Vai ficar à disposição, assim como o material em geral.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. Abraços a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e vinte e dois minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Nilda Gondim, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Flávio Arns, Giordano, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Eduardo Braga e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1057, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 3966, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 1915, de 2019 - Terminativo** - que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado Federal, do Requerimento nº 12, de 2022-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 7 - Ofício "S" nº 10, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Submissão ao Congresso Nacional, para conhecimento, da Recomendação nº 204 da OIT, sobre a Transição da Economia Informal para Economia Formal." **Autoria:** Ministério do Trabalho. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento do Ofício. **Resultado:** Aprovado Parecer pelo conhecimento e arquivamento do Ofício. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2022 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante Confederação Nacional da Indústria - CNI; representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; representante Unica; representante Instituto Aço Brasil." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 8, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1235/2019, que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir as empresas com 50 (cinquenta) até 99 (noventa e nove) empregados na relação de empresas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos que especifica”." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 12, de 2022** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC 180/2017, que “acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito”." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Antes de encerrar os trabalhos a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/08>

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião ocorre no modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente, e a Secretaria providenciará para que seu voto seja computado no painel de votação.

Item 7.

ITEM 7**OFÍCIO "S" Nº 10, DE 2017**

- Não terminativo -

Submissão ao Congresso Nacional, para conhecimento, da Recomendação nº 204 da OIT, sobre a Transição da Economia Informal para Economia Formal.

Autoria: Ministério do Trabalho

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do Ofício.

Concedo a palavra ao Senador Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, eu passo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Paim, se não for pedir demais a V. Exa., gostaria de que o senhor lesse o relatório por inteiro, porque nós precisamos ainda formar um quórum aqui para votar o requerimento. Está bem? Se for possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Sr. Presidente Sérgio Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Confesso que eu tinha pensado exatamente isso, para ajudar a dar quórum, como V. Exa. propôs.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – A experiência aí chegou e ficou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Combinamos o jogo só por pensamento.

Relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Ofício "S" nº 10, de 2017, do então Ministério do Trabalho e Emprego. Referido ofício dá ciência ao Congresso Nacional do texto da Recomendação nº 204, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Análise.

A matéria é submetida à CAS em virtude da competência desta Comissão para o exame de matérias atinentes a relações de trabalho, como disposto no art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Recomendação nº 204, da OIT, foi adotada durante a 105ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho – a assembleia plenária da OIT –, ocorrida em 2015.

Denomina-se a Recomendação nº 204: "Recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal".

Seu escopo, como indicado, é concernente à persistência e ao crescimento da economia informal e dificuldades advindas disso para a criação e manutenção de condições decentes de trabalho, para a preservação de um sistema de seguro social e, também, para a conservação da coesão social.

A recomendação parte de uma definição ampla de "economia informal" que inclui toda atividade econômica que seja exercida por trabalhador ou unidade econômica e que seja total ou parcialmente descoberta pela legislação ou pela prática dos países.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa definição exclui expressamente atividades ilícitas, mas inclui todas as atividades econômicas que envolvam empregados contratados – inclusive domésticos, terceirizados, trabalhadores em redes de fornecimento e trabalhadores em relações de trabalho não reconhecidas ou regulamentadas –, pessoas que trabalham por conta própria ou em regime de economia familiar e trabalhadores de cooperativas e de unidades de economia social e solidária.

Como todas as recomendações da OIT, a Recomendação nº 204 não estabelece disposições expressas, mas busca orientar a atuação legislativa e políticas dos países membros no sentido de se obter um determinado resultado.

No caso, os estados são instados a adotar um conjunto compreensivo de medidas legislativas e de políticas públicas que promovam a passagem da informalidade à formalidade no mercado de trabalho, observando uma série de critérios e que se consubstanciam, em linhas gerais, nos seguintes eixos:

- políticas macroeconômicas de geração de emprego;
- políticas comerciais, industriais, tributárias etc. que promovam a geração de empregos e o aumento da produtividade e facilitem a transformação estrutural;
- políticas que promovam ambiente adequado para a formação de empresas sustentáveis (inclusive micro e pequena empresas), em um ambiente de estabilidade regulatória, transparência e concorrência leal;
- políticas de promoção social destinadas, sobretudo, a uma inclusão de setores marginalizados;
- políticas de migração justas e efetivas;
- políticas de educação, treinamento e desenvolvimento de concorrências de trabalho;
- políticas de desenvolvimento local, rural e urbano e de promoção ao empreendedorismo;
- políticas eficazes de saúde e segurança do trabalho;
- políticas de eliminação de discriminação e violência e promoção de igualdade;
- medidas que facilitem a transição escola/trabalho ou a reinserção profissional de pessoas afastadas do mercado de trabalho;
- políticas de inserção nos sistemas de seguro social;
- criação de sistemas de informações acessíveis, relevantes e atualizadas.

Para isso, estabelece a observância a princípios fundamentais do trabalho:

- liberdade de associação e sindical e efetivo reconhecimento ao direito de negociação coletiva;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório;
- abolição efetiva do trabalho infantil;
- eliminação da discriminação em relação a emprego e ocupação;
- correção das condições de trabalho inseguras e insalubres que se encontram com frequência na economia informal.

Estimula, igualmente, a criação de incentivos para a transição eficaz da economia informal para a formal, inclusive no tocante à proteção e estímulo das empresas – notadamente as pequenas e microempresas.

Também incentiva a adoção de mecanismos efetivos de cumprimento da legislação, de inspeção do trabalho, de difusão de informações, de acesso a sistemas de reclamações e recursos legais e o estabelecimento de sanções administrativas, civis ou penas efetivas.

Sugere, além disso, que as medidas tomadas devem observar o princípio geral de consultas e participação tripartite e de formação de mecanismos de compilação de dados, acompanhamento e avaliação de políticas.

Como toda e qualquer recomendação da OIT, a Recomendação nº 204 não possui força vinculante, quer no plano internacional quer no interno, e, por consequência, dispensa ratificação ou outra forma de incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. É mais um documento de informação e recomendação.

Trata-se, antes, de um norteamento geral para a adoção de normas e medidas internas e um guia para sua possível implementação. Nesse sentido, a recomendação traz importante reflexão para esse que é um problema de longa duração do sistema trabalhista brasileiro e que não parece estar a receber a devida atenção dos governos, apesar de contínuas e reiteradas manifestações em sentido contrário.

Nesse sentido, a recomendação traz importante reflexão para esse que é um problema de longa duração do sistema trabalhista brasileiro e que não parece estar a receber a devida atenção dos governos, apesar de contínuas e reiteradas manifestações em sentido contrário.

Como vemos, é um documento da OIT com uma série de recomendações para combater o trabalho informal, o trabalho escravo, o trabalho infantil, combater as áreas insalubres, penosas e perigosas. Claro que é um documento que não tem força de lei, mas são recomendações. Eu achei muito salutar.

V. Exa., Senador Sérgio Petecão, havia recomendado, inclusive, que eu fizesse a leitura na íntegra para o conhecimento de todos, mas, enfim, como não poderia ser, conclusão: não havendo, a rigor, matéria a ser votada, concluímos pela declaração de ciência do conteúdo da Recomendação nº 204 da OIT, que, conseqüentemente, ficará nos *Anais* da Casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Presidente, lido na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Obrigado, Senador Paim, sempre presente aqui nesta Comissão e ajudando muito.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pelo conhecimento e arquivamento do ofício.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria recebeu Parecer contrário na Comissão de Assuntos Econômicos, em 06/11/2018, e favorável, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 08/10/2019.*

Já está presente aqui no nosso Plenário o nobre Senador Fabiano Contarato.

Concedo a palavra ao nobre Senador Fabiano Contarato para a leitura do relatório.

Por favor, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez quero parabenizar V. Exa. pela condução à frente da Presidência desta tão importante Comissão de Assuntos Sociais.

Sr. Presidente, eu quero também deixar aqui registrado, neste Dia Internacional da Mulher, o nosso compromisso, o nosso comprometimento. Não pode ser só um dia, uma data. O art. 5º, I, da Constituição Federal é claro quando diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Mas será que efetivamente nós vivemos num Brasil em que isso é implementado? Eu tenho certeza de que, infelizmente, não. Cinquenta e dois por cento da população brasileira são de mulheres, e o único Poder que nunca foi presidido por uma mulher é justamente o Legislativo.

Eu estive na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul: 24 Deputados, todos homens, nenhuma mulher. Então, isso tem que nos inquietar, tem que nos dizer, mas essa luta não é só das mulheres; isso passa pela dignidade da pessoa humana.

Eu lembro que, quando as mulheres conseguiram licença maternidade, todo mundo aplaudiu, foi um avanço, mas o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. E a premissa é constitucional: não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal. Então, o fato era moralmente reprovável, mas era lícito, até que anos depois surgiu uma lei criminalizando essa conduta. Então, é necessário que esta Casa lute também para reduzir esse distanciamento e essa isonomia. E digo até mais: a disparidade de salário entre homens e mulheres é gritante em todas as esferas, na iniciativa privada principalmente, mas eu digo que, até nos concursos públicos, a mulher entra em igualdade, mas não alça, não alcança as carreiras de direção na mesma proporção que os homens.

Então, fica aqui o meu comprometimento com a pauta feminina, porque isso para mim passa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e passa pela premissa constitucional, volto a frisar, constante no art. 5º, que diz que todos somos "iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", e do inciso I, que diz: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações". Infelizmente, a letra da lei está deitada eternamente em berço esplêndido. É preciso dar vida, e essa vida quem tem que dar somos nós nessa luta igualitária por um Estado brasileiro mais justo, mais fraterno, mais igualitário, mais inclusivo, mais plural.

Parabéns pelo Dia Internacional da Mulher! Eu tenho muito orgulho de fazer parte desta Casa, com todas as mulheres que aqui trabalham: com as funcionárias de apoio, com as terceirizadas, com as Senadoras, com as Deputadas, com as assessoras. Podem ter certeza de que vocês dignificam, e muito, a honrada classe das mulheres.

Passo direto à análise do projeto de lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, Sr. Presidente, é meritório. Eu fui delegado por 27 anos, e a população não sabe diferenciar, por exemplo, qual é a função da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Rodoviária, da Polícia Federal. Então, muitas vezes, uma pessoa é vítima de um roubo na rua e para um guarda de trânsito, um agente de trânsito. E ele não pensa duas vezes: ele coloca aquela vítima na viatura, vai atrás da pessoa que praticou o roubo, previsto no art. 157, e o leva em estado flagrancial para autuação. Quer dizer, naquele momento, ele está fazendo inúmeras funções e ele se coloca em risco. Então, reconhecer a periculosidade para esses agentes de trânsito é uma questão de se fazer justiça, porque eles expõem sua vida diuturnamente aí pelos rincões do Brasil, para garantir não só a segurança do sistema viário, mas a segurança pública, como direito de todos e dever do Estado, conforme determina o art. 144 também da Constituição Federal.

A concessão de adicional de periculosidade aos agentes de trânsito insere-se no campo do Direito do Trabalho.

A competência é privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Carta. Normas com esse conteúdo são de iniciativa comum, de conformidade com o art. 61 da Constituição Federal.

Não há, portanto, reserva de iniciativa, e proposições dessa natureza podem ser apresentadas por parlamentares, cabendo ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da Carta. Não detectamos aspectos regimentais que impeçam a regular tramitação da matéria.

Observados esses pressupostos, o projeto não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de ilegalidade. Quando à constitucionalidade material, igualmente, não nos parece que o projeto contenha vício. Também em relação à técnica legislativa não há reparos. Foram observados os preceitos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação de textos legais.

Quanto ao mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da proposta. Esta proposição vem sendo amplamente debatida e aprovada tanto na Câmara dos Deputados como nas Comissões desta Casa, ao longo dos anos. Está mais do que pronta para ser aprovada. Podemos entender a impaciência desses profissionais ao perceberem o protelamento da decisão referente a esse direito deles, reconhecido por todos.

Trata-se de contemplar uma categoria profissional que realmente coloca a vida em risco para melhores condições de segurança no trânsito e garantir a integridade física de motoristas e passageiros nas vias urbanas ou nas estradas. Não são só os riscos citados na proposta explicitamente. Pelo trânsito passam o contrabando, o tráfico, o porte ilegal de armas, roubo com emprego de arma e outras formas de violência. Os agentes de trânsito são tão respeitados pela população como os bombeiros e precisam aproveitar cada segundo para salvar vidas, enquanto outros colegas trabalham na prevenção de acidentes e educação para o trânsito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se trata só do perigo, trata-se também do trabalho estressante, da exigência de um comportamento diplomático e do conhecimento de noções básicas de socorro, sem falar no conhecimento da legislação de trânsito, cada vez mais complexa, além de constantemente modificada. Trabalhar em vias públicas exige uma atenção redobrada e, além do perigo natural dos fluxos veiculares e das velocidades, há uma possibilidade nada remota de assaltos e sequestros.

Sabemos que o correto seria a prevenção e a eliminação das condições insalubres ou perigosas, mas a concessão de um adicional permite que o profissional viva numa condição financeira e psicológica melhor, com impactos positivos sobre a saúde – porque o principal destinatário, eu não tenho dúvida, vai ser a população.

Ou seja, a compensação monetária pode não ser o ideal, nos casos de desgaste à integridade física de uma pessoa, decorrentes da insalubridade e da periculosidade, mas a concessão de adicionais serve, ao menos, para diminuir os impactos negativos das condições adversas de trabalho.

Infelizmente, a “guerra do trânsito” não tem dado tréguas, mormente quando vivemos um período obscuro, com redução de multas e estímulos ao individualismo e à velocidade. As pessoas se encontram tão amedrontadas que não socorrem mais umas às outras.

Voto.

Por todos esses motivos, opinamos pela aprovação do PLC nº 180, de 2017, acompanhando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que nos antecedeu na análise.

É o relatório.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a compreensão de V. Exa. para fazer a inversão de pauta, parabenizar a Comissão de Assuntos Sociais e este projeto de lei da Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se for possível, Sr. Presidente, quero fazer um requerimento aqui de urgência, para que esse PL vá ao Plenário. Eu ficaria contente porque eu acho que nós temos que dar uma resposta a esses servidores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Com certeza.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador Petecão, eu vivenciei isso a minha vida toda. Esses agentes de trânsito expõem a vida ali não só no aspecto de ver um acidente de trânsito com vítimas dilaceradas, mas no dia a dia, porque o comportamento do ser humano é como Thomas Hobbes já falava, na obra *Leviatã*: o homem é mau por natureza, é lobo do próprio homem. Eu acho que o mínimo que nós temos que fazer é reconhecer. E isso é um reconhecimento para a CLT. Nós não estamos falando aqui em servidores públicos efetivos, nós estamos falando aqui em CLT.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria que se faça esse requerimento de urgência para que esse projeto vá diretamente ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – O.k.

Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Nosso querido Senador Fabiano Contarato, que fez uma defesa, com muita competência, desse projeto do nosso querido Deputado Décio Lima, do PT, de Santa Catarina, é mais do que justo. Por isso que nós fizemos, ainda hoje pela manhã, um debate, em outra Comissão, sobre a questão de quais as categorias que deveriam estar entre aquelas que têm que ter direito à aposentadoria especial. É o caso aqui específico ao qual eu me somo totalmente, porque entendo que esses trabalhadores estão sempre com risco de vida. Por isso, Senador Contarato, V. Exa. está coberto de razão, e quero me somar, inclusive, ao requerimento de urgência no sentido de que essa matéria seja votada rapidamente no Plenário.

Ao mesmo tempo, Senador Contarato, eu quero, além disso, também me somar a V. Exa. na homenagem que fez, com o brilho de sempre, às mulheres. E me perguntaram como é que eu iria me posicionar no dia de hoje, o que eu iria falar: eu estou agarrado ao PL 130, de 2011, e voltei a ele, porque o PL 130, de 2011, diz simplesmente que homens e mulheres têm que ter direito ao mesmo salário na mesma função. E aí, Senador Petecão, o Senado já votou, por unanimidade; Câmara votou, Senado votou, foi para a sanção. Bom, lá disseram que havia um problema, não vou entrar no mérito; voltou para a Câmara; a Câmara tem que votar agora: ou vota o projeto original ou a alteração que nós fizemos aqui. O que não pode... Olha, desde 2011, eu sempre falo, no dia 8 de março, do PL 130, que vai garantir mulher branca, mulher negra, homem branco, homem negro na mesma função, na mesma atividade. E não há jeito! Até quando a Câmara votou, eu fui Relator no Senado, aprovamos, eu achei que estava resolvido; depois, criaram um problema. Eu só quero que a Câmara vote, porque agora é a última instância: ela vai manter o projeto original, que estava lá, ou vai manter o que nós relatamos. Mas a Câmara não vota. Começaram a discutir outros projetos, e esse, que já passou nas duas Casas... Como o Executivo disse que tinha um problema – enfim, é legítimo – e tinha que se ajustar aquilo, voltou.

Então, o que eu peço, neste dia 8 de março, me somando a todas as mulheres e homens também... E tenho certeza, porque esta Comissão votou, por unanimidade, esse projeto, não é? O Senador Contarato faz agora essa defesa brilhante da questão da igualdade, da justiça entre homens e mulheres, na mesma função, e eu reforço aqui esse pedido. Ao mesmo tempo, claro, me somo ao projeto do Décio Lima, relatado pelo brilhantismo do Senador Fabiano Contarato.

É isso, Presidente, só me somando pela votação simbólica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

O resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentada pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Resultado aprovado, a apresentação do requerimento será feita no Plenário do Senado Federal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria só agradecer V. Exa. pela compreensão, agradecer ao Secretário Willy, na pessoa de quem eu agradeço a todos os membros desta Comissão humildemente. Contem sempre comigo também, naquilo em que eu puder contribuir. E V. Exa., Senador Sérgio Petecão, pode ter certeza de que eu, como membro, tenho muito orgulho de fazer parte desta Comissão, porque eu acho que é uma das comissões que mais fazem meus olhos brilharem, junto com a Comissão de Direitos Humanos, porque tem esse olhar humanizador. É humanizar a dor, ter a empatia de se colocar na dor do outro, e V. Exa. faz isso com brilhantismo, presidindo esta Comissão.

Muito obrigado pela inversão de pauta, pelo requerimento de urgência e por ter deliberado. Obrigado ao Senador Paulo Paim, que sempre está aí, incansável na luta, essa luta de igualdade, com o mesmo salário entre homens e mulheres, que passou da hora de ser aprovado. Está lá desde o dia 5 de outubro de 1988: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. A regra é clara e está lá. O que nós temos que fazer é dar efetividade.

Muito obrigado e parabéns a V. Exa. e a toda a Comissão de Assuntos Sociais!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Senador Fabiano Contarato, nós é que agradecemos aqui a sua participação nesta Comissão, sempre trazendo temas que tratam principalmente das injustiças deste país. V. Exa. é uma pessoa que tem nos ajudado e ajudado muito. Nós aqui, dentro das nossas possibilidades, diante das dificuldades por que este Senado, com a pandemia, passa, temos procurado dar maior celeridade aos projetos desta Comissão. Esse é o nosso papel e, se Deus quiser,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vamos cumpri-lo até o final. Então, mais uma vez, eu quero parabenizá-lo pela sua brilhante atuação aqui, como membro desta Comissão.

Eu sou daqueles para quem o Dia da Mulher é todo dia. Lá, no partido, nós sempre discutimos isso. Lá o Dia da Mulher é todo dia.

Então, parabéns mais uma vez pela sua brilhante atuação!

Item 9.

O requerimento é de minha autoria. Passo à leitura.

ITEM 9**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 8, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1235/2019, que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir as empresas com 50 (cinquenta) até 99 (noventa e nove) empregados na relação de empresas que estão obrigadas a preencher seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, nos termos que especifica”.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- o Sr. Leonardo Miguel Severini, Presidente da Abad;
- representante da Confederação Nacional das instituições Financeiras (CNF);
- representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC);
- o Sr. Vander Francisco Costa, Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT);
- representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC);
- representante da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL);
- representante do Ministério do Trabalho e Previdência, do Governo Federal;
- representante do Ministério Público do Trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Estão todos os Parlamentares convidados para a nossa audiência.

Como não temos nenhum projeto terminativo, vamos encerrar a presente sessão.

Antes de encerrar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas foram aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Convoco para o dia 15 de março, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Antes de encerrar, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – V. Exa. sabe o respeito que tenho por V. Exa., então eu vou tomar a liberdade de lhe fazer um pedido. Dia 15 de março – olha, eu que fico anunciando, em vez de as pessoas anunciarem – é o dia do meu aniversário. Então, nesse dia, Presidente, a melhor forma para mim de ser homenageado é: como eu tenho uma série de projetos terminativos, e eles estão na pauta – eu sei que hoje não deu –, a gente fazer um apelo para que os Senadores venham e votem, contra ou a favor, mas votem, e que a gente delibere sobre esses terminativos, não só os meus, mas os de todos.

Então, é isto Presidente: estou de aniversário dia 15 e estou pedindo uma sessão de força, para votarmos todos os projetos terminativos de todos aqueles que já apresentaram nesta Comissão e que estejam com o relatório pronto. É um pedido a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Antecipadamente, já vão meus parabéns pelo dia 15!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD - AC) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada... (*Pausa.*)

Senador Rogério.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aguardando – antes de encerrar, recebi uma mensagem aqui da nossa assessoria da Comissão...

Senador Rogério Carvalho. *(Pausa.)*

Senador Rogério Carvalho. *(Pausa.)*

Senador Rogério Carvalho? *(Pausa.)*

Não? Vou encerrar.

Senador Rogério Carvalho. *(Pausa.)*

Senador Rogério Carvalho, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três. Não apareceu.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dez minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Nilda Gondim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Giordano, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Paim, Paulo Rocha, Leila Barros e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Angelo Coronel e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, uma subemenda à Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ e outra emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, a Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ e a Emenda nº 2-CAS. **Observação:** Matéria em reexame na Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3526, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 1057, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que "Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências"; a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que "Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências", para conceder seguro-desemprego aos segurados especiais da Previdência Social vitimados por catástrofes naturais e desastres ambientais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cônjuge ou dependente com deficiência." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3966, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 7 - Projeto de Lei nº 1915, de 2019 - Terminativo - que: "Regula a participação de representante dos empregados na gestão da empresa, prevista no inciso XI do art. 7º da Constituição Federal, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - Projeto de Lei nº 5094, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para minimizar situações de perdas de oportunidade de vacinação." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2014 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 13, de 2022-CAS, para realização de Audiência Pública para instrução da matéria.

ITEM 11 - Projeto de Lei nº 1708, de 2019 - Terminativo - que: "Altera os artigos 428 e 432 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e acrescenta inciso ao art. 29 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a jornada de trabalho, o prazo do contrato e a obrigação da contratação de aprendizes pelas empresas privadas que se submeterem às licitações." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado.

ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 7, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 6/2022 - CAS sejam incluídos os seguintes convidados: representante Confederação Nacional da Indústria - CNI; representante Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; representante Unica; representante Instituto Aço Brasil." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Resultado:** Adiado.

ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 9, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2020 - CAS, que tem por objetivo debater Medicina e Espiritualidade, seja incluído como convidado o Dr. Alberto Almeida, médico Clínico-Geral e homeopata, terapeuta e Diretor da Associação Médico Espírita do Pará - AME/PA." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado.

ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 10, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, que tem por objetivo debater Constelação Familiar e Cura Sistêmica, seja incluída como convidada a Senhora Daniela Migliari, jornalista, escritora e terapeuta pós-graduada em Constelações Familiares pela Escola Hellinger-Innovare." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 11, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5983/2019, que “regulamenta o exercício profissional de acupuntura”." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 13, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 220/2014, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, Consolidação das Leis do Trabalho, para regular aspectos do meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Nilda Gondim

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/15>

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes: cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades contendo considerações sobre questões trabalhistas, assistência social e temas relacionados à saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidenta, antes de a senhora começar o item primeiro, eu quero fazer uma questão de ordem, na verdade um pedido a V. Exa.

Primeiro, parablenzo-a pela Presidência e faço votos de que as mulheres cada vez mais assumam a Presidência das Comissões, porque é muito importante essa ocupação; uma Senadora como a senhora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprestar sua experiência na direção de uma Comissão desta, tão importante, que trata das questões sociais.

E, num tempo em que mudanças profundas estão sendo feitas na legislação trabalhista, nas questões sociais, é fundamental a atuação nossa numa Comissão desta para poder não só ficar atento às mudanças, mas também até em avançar em legislação que possa atender o momento que nós estamos vivendo no nosso país: um momento de pandemia, um momento de dificuldade na economia, desemprego, até a fome voltou de novo à casa do povo.

Então, parablenzo-a pela sua Presidência hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta, eu sou suplente aqui nesta Comissão; no entanto, os dois companheiros, principalmente o Senador Paulo Paim e outros que nos representam aqui, estão acompanhando virtualmente, mas eu, como Líder da bancada e suplente também aqui, quero fazer um pedido, que é a inversão de pauta: trata-se do item 10.

O item 10 é um projeto de autoria do nosso companheiro Paulo Paim e que envolve exatamente essa questão das leis do trabalho, enfim, toda essa questão da relação capital e trabalho. Esse projeto de lei tem a relatoria do Senador Irajá, que, infelizmente – acho que por falta de diálogo e de conversa –, acaba fazendo uma relatoria que vai de encontro, contra o que a gente pensa. Por isso, para a gente dirimir essas dúvidas e essas questões, a gente sempre recorre às audiências públicas para trazer para cá especialistas ou setores interessados no debate. É assim: pela minha experiência como Parlamentar aqui há 28 anos, 30 anos, as audiências públicas sempre são fundamentais para a gente lapidar uma legislação melhor para atender os interesses da população.

Então, é nesse sentido que eu estou pedindo, primeiro, a inversão de pauta e, depois, o requerimento é aprovar uma audiência pública, para que a gente, tanto o Relator quanto o autor, chame aqui os representantes da área para discutir esse projeto e, quem sabe, lapidá-lo melhor, para a gente não ir num confronto que pode no diálogo buscar saída para aprovar um projeto de lei tão importante como esse.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Paulo Rocha, como o Senador Irajá não está presente, nós vamos fazer o requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 13, de 2022, CAS, apresentado pelo Senador Paulo Rocha. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sra. Presidenta, nos termos do art. 28, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, esta combinação faz com que a gente requeira audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 220, de 2014, que altera o Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, a famosa CLT, para regular aspectos no meio ambiente do trabalho e ditar a competência para os litígios correspondentes e dá outras providências.

Propõe uma audiência pública com a presença dos seguintes convidados: representante da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho); representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait); representante do Ministério Público do Trabalho (MPT); e representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

Quero também deixar em aberto que, se o Relator quiser indicar alguém para essa audiência pública, para ser um debate amplo e democrático, o Relator poderia indicar alguém que ele acha que pode vir a contribuir também com a audiência pública.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Passo a palavra para o nosso querido e amado Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Grande Presidenta, Senadora Nilda Gondim, é uma alegria enorme V. Exa. estar presidindo hoje. Sabe o carinho que eu tenho não só pela senhora, mas também pelo nosso Vice-Presidente da Casa, que é seu querido filho. Ele tem sido também um líder para todos nós aqui.

Eu queria só, Presidente, rapidamente, dizer que me somo, como autor do projeto, ao Líder Paulo Rocha. O Senador Irajá fez um belo substitutivo e claro que a gente vai olhar com carinho que merece.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senador Paulo Paim, espere um momentinho para que regularize o som. Só isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Veja se o seu som está bom, para a gente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Nilda Gondim, Presidente do trabalho, melhorou?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Está um pouquinho melhor. Ainda está baixo, mas dá para ouvir. Está dando para ouvir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está. Eu estou ouvindo aqui bem você, Senadora.

Então, primeiro, agradecer a presença de V. Exa., o brilho de sempre, Senadora Nilda Gondim. Eu já dei um abraço também no nosso Vice-Presidente, que é o seu filho, pelo carinho que eu tenho também por ele. Mas queria dizer que, como autor do projeto, eu me somo ao nosso Líder Paulo Rocha, entendo o relatório apresentado pelo nosso querido Relator, com a maior boa intenção, mas, como é um projeto complexo, eu peço, então, que a gente aprove essa audiência pública para debater o tema até, como disse o Líder, com o Senador Irajá, que é o Relator. Que ele possa até indicar outras pessoas que entender necessárias.

Só para me somar a essa posição do nosso Líder Paulo Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, DE 2017**

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ, uma subemenda à Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ e outra emenda que apresenta.

Observações:

1- Matéria em reexame na Comissão de Assuntos Sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, também em reexame.

Concedo a palavra à senadora Maria do Carmo Alves para a leitura do relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Sra. Presidente, eu gostaria de começar pela análise da matéria.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar proposições que disponham sobre organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões.

No mérito, não há reparos a fazer, pois a proposição visa tão somente a conferir força de identidade civil à carteira profissional de radialista, assim como ocorre com outras profissões.

A norma que se pretende criar está em sintonia com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que regulamenta o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal: art. 2º...

Nesse contexto, a medida que se está a implementar permite dar condições ao radialista para exercer a profissão na sua amplitude de direitos.

Vale, contudo, uma observação em relação ao *caput* do art. 7º-A que se pretende acrescentar à Lei nº 6.615, de 1978, que prevê que a carteira servirá como prova de identidade “para qualquer efeito”. Necessária a retirada da expressão “para qualquer efeito”, tendo em vista que com ela se estabeleceria preceito legal muito amplo e, por isso, inadequado, já que se pretende tão somente dispor sobre a identificação profissional do radialista.

Mantemos, contudo, os termos do parecer anterior aprovado por esta Comissão, exceto os da Emenda nº 1 – CAS, que substitui, no PLC nº 153, de 2017, a expressão “Ministério do Trabalho” por “Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia”, em decorrência de nova mudança organizacional promovida pelo Poder Executivo, razão pela qual apresenta-se subemenda à Emenda nº 1 – CAS, substituindo a expressão “Ministério do Trabalho” por “Ministério do Trabalho e Previdência”.

Voto.

Voto.

Pelo exposto, o voto é, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, na forma aprovada anteriormente por esta Comissão e com as seguintes subemenda e emenda:

SUBEMENDA Nº – CAS À EMENDA Nº 1 – CAS

Substitua-se, no PLC nº 153, de 2017, a expressão “Ministério do Trabalho” por “Ministério do Trabalho e Previdência”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao *caput* do art. 7º-A da Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, na forma que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 7º-A. É válida em todo o território nacional, como prova de identidade, a carteira de identidade profissional de radialista emitida pelo sindicato da categoria.

.....
...”

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Parabéns, Senadora!

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Senadora Nilda Gondim...

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ah! Sim, Paim, eu quero me desculpar, eu não sabia que era seu aniversário! Meu amigo agora que me disse! Eu quero desejar a você tudo de bom, meu amigo! Você merece! Você é um grande exemplo que norteia a vida de todos nós pelo seu espírito de ética, de solidariedade, de compromisso social, de amor a esse trabalho que faz com tanta doação e com tanta vocação. Você realmente é a maior referência nossa no Senado, no Congresso Nacional. Parabéns! Que Deus lhe dê muitos anos de vida! Vida longa, meu amigo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Para discutir. Por videoconferência.*) – Obrigado, querida Presidenta, Senadora Nilda Gondim! Eu, claro, agradeço muito a sua fala, e estenda esse abraço lá para o Veneziano – viu? –, porque nesses dias eu falei um pouco sobre ele, porque estou insistindo na possibilidade de ele ser Governador. Estou torcendo por ele, viu?

Mas eu queria, Presidenta, agora, cumprimentar a nossa querida também Senadora Maria do Carmo Alves, Relatora. Esse projeto é um apelo antigo dos radialistas, e agora se torna realidade pelo relatório dela.

Quero-lhe dizer, querida Senadora Maria do Carmo, dos meus cumprimentos e, neste dia em que faço aniversário, eu tenho dito – e aproveito o momento; permita-me que eu diga isto – que eu não sou mais candidato a nada, sou candidato a ser militante das causas do povo brasileiro, por isso que eu mandei uma mensagem para todos vocês. Este é o meu último mandato – eu tenho mais quatro anos –, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espero ainda que vocês me suportem por mais quatro aniversários, este e mais quatro, e depois eu digo adeus, mas continuarei sempre ao lado de vocês.

Abraço, Presidenta! Abraço a todos! Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Senadora Maria do Carmo com a palavra.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Eu quero me somar ao meu colega Paulo Paim, que está aqui – eu tomei posse em 1999 – desde que eu tomei posse, fazendo um belíssimo trabalho, principalmente na condição de político do PT, mas defendendo sempre o povo brasileiro.

Meu grande abraço, Paim, pelo aniversário e por tanto tempo estar aqui!

Tchau!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Muito bem, Senadora! A gente tem que louvar essas figuras diferentes. A gente tem que louvá-las, com certeza!

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAS-CCT-CCJ e a segunda, CAS, com Subemenda nº 1-CAS à Emenda nº 1, CAS-CCT-CCJ.

A matéria vai à CCT.

Vamos ao nosso segundo projeto.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3526, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos em 10/09/2019.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para a leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Sra. Presidenta, quero deixar registrado, como Líder da Bancada do PT, o nosso voto favorável em relação aos jornalistas, o projeto anterior, que é uma reivindicação, como já disse o nosso Senador Paulo Paim, muito antiga dessa categoria que precisa ser cada vez mais valorizada.

Sra. Presidente, esse Projeto de Lei 3.526, de 2019, PL 1.172, de 2015, na casa de origem, do Deputado Danrlei de Deus, estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia prática reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina. Na verdade, esse projeto obriga o sistema SUS a fazer esse tipo de reparação.

Sra. Presidente, a senhora não imagina a importância desse projeto. Lá no meu Estado do Pará, essa questão dos lábios leporinos é muito presente em algumas áreas e há até justificativa científica sobre o nascimento dessas crianças com esse tipo de deficiência. E, quando se fala em cirurgia plástica, parece que é para embelezar essas questões, mas se trata realmente de uma reparação e de uma necessidade não só da fala, do problema de comunicação, mas também da autoestima da criança, porque, nascendo a criança com aquela situação, se se estender por mais tempo, pode trazer inclusive traumas ou problema psicológico a esta criança. Por isso, além de haver essa reparação, também há uma visão humana muito forte, muito grande, por isso esse projeto tem sido aprovado inclusive em outras comissões. Isso envolve várias especializações: envolve o fonoaudiólogo, envolve a questão do ortodontista, a questão do dente, do dentista, portanto, que trata da criança, e assim também do psicólogo. Só o SUS pode juntar essa questão e atender principalmente os nossos pobres, os de origem lá do interior, que não têm condições de ir a um hospital especializado, porque geralmente esses tipos de hospitais especializados são hospitais privados. E se a gente põe no SUS, pode-se até, inclusive, financiar nos próprios hospitais privados. Então, é um projeto de suma importância.

Eu vou direto à análise, Sra. Presidenta.

De acordo com o disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito à proteção e defesa da saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista formal, não observamos nenhuma inconformidade de constitucionalidade, de técnica legislativa ou de juridicidade e, portanto, o projeto está adequado, dentro das normas de preparação legislativa.

Quanto ao mérito, reconhecemos que o lábio leporino e a fenda palatina são as mais frequentes anomalias congênitas craniofaciais. Segundo estimativas, acometem cerca de 10 em cada 10 mil crianças nascidas no mundo.

As crianças afetadas sofrem com fortes repercussões de natureza clínica, estética, emocional e funcional, que repercutem com o aumento de incidência de pneumonia de aspiração, de problemas auditivos, de dificuldades de alimentação e de distúrbios da fala. Além disso, os impactos psicológicos e sociais atingem também os familiares, os quais, muitas vezes, têm dificuldade de acesso a centros especializados no tratamento desse tipo de malformação.

De fato, a natureza complexa dessas malformações exige que seu tratamento seja realizado por equipes especializadas, que, habitualmente, são compostas por médicos (cirurgiões plásticos, pediatras, otorrinolaringologistas), psicólogos, fonoaudiólogos, dentistas, entre outras especialidades. A esse respeito, em que pese já haver centros de tratamento das fissuras labiais e palatinas no âmbito do SUS, somos favoráveis à iniciativa em comento, uma vez que acreditamos que promoverá a criação de mais serviços especializados no Brasil, aumentando o acesso dos pacientes a um tratamento tempestivo.

Observamos, contudo, que o art. 2º do projeto sugere que o tratamento cirúrgico do lábio leporino deve ser realizado imediatamente no período pós-natal. Todavia, atualmente os serviços especializados no Brasil indicam que a abordagem cirúrgica desses casos deve ser realizada a partir do terceiro mês de vida. Do mesmo modo, o protocolo nacional do serviço público de saúde do Reino Unido propõe que a cirurgia para corrigir o lábio leporino deve ser feita em pacientes com idade entre três e seis meses.

Por esse motivo, julgamos necessário emendar o referido dispositivo para prever que, quando o lábio leporino for diagnosticado no pré-natal ou após o nascimento, o recém-nascido será encaminhado tempestivamente a centros especializados para iniciar o acompanhamento clínico e para programar a cirurgia reparadora.

Ante o exposto, Presidenta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.526, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA nº - CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.526, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 2º Quando o lábio leporino for diagnosticado no pré-natal ou após o nascimento, o recém-nascido será encaminhado tempestivamente a centro especializado para iniciar o acompanhamento clínico e para programar a cirurgia reparadora.”





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa emenda, naturalmente, dá outra redação ao art. 2º do projeto, Sr. Presidente.

É meu voto, e peço a aprovação de todos e de todas.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Nossa querida amiga, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sra. Presidente. É um prazer estar aqui, nossa colega maravilhosa, o Paulo Rocha, o Paulo Paim, todos que aqui estão. Nilda não foi um presente que veio para a gente, com essa sensibilidade e postura?

Quero dizer o seguinte: a gente vê que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. É uma pena que seja necessário a gente fazer um projeto de lei dizendo que uma patologia, lábio leporino e fenda palatina, é uma doença grave, que pode levar a criança a ter pneumonia aspirativa e dificuldade, como o Paulo passou, a fala. E a maioria das crianças no Brasil ainda não têm acesso pela burocracia.

Por isso que eu quero parabenizar o Paulo, o Relator, e o autor desse projeto. Infelizmente, nós temos que fazer uma lei específica para isso. A gente sabe que, nasceu, o quanto antes fizer, de três meses em diante, desde que a criança tenha cinco quilos... Isso, às vezes, demora, porque, dependendo do grau da fenda, do tamanho, muitas crianças têm dificuldade de se alimentar.

Então, é como o Paulo disse: não é estética, gente; é uma patologia que deve ser corrigida o quanto antes, não só pelo aspecto físico. Você imagina os adolescentes que a gente ainda vê; estamos vendo mais. Eu lembro que houve uma época em que aquele "navio-boto" que fazia de saúde, aquele navio americano, vinha, encostava no Nordeste, e faziam várias cirurgias.

Então, nós temos que fazer uma lei, porque hoje, com a resolutividade da ressonância magnética, o diagnóstico já pode ser dado na barriga da mãe. Então, já há o acompanhamento para essa mãe não ficar peregrinando para conseguir uma cirurgia a que a filho tem direito.

Parabéns, Paulo, pela sensibilidade, e ao autor! Parabéns, Nilda, e parabéns ao Presidente da nossa Comissão, Petecão, por pautar assunto de uma importância fundamental.

Isso é defender a família, viu, gente? Defender a família é aprovar um projeto de lei como esse.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra ao nosso aniversariante, Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidenta, querida Senadora Nilda, vou ser bem rápido porque vai falar depois um especialista nessa área, que é o nosso querido amigo Flávio Arns, como já falou a Senadora Zenaide Maia e já fez um brilhante relatório o Senador Paulo Rocha.

Eu quero só dizer que a proposição é da iniciativa da Câmara dos Deputados, do ex-Deputado, mas sempre Deputado, Danrlei de Deus Hinterholz, do PSD do Rio Grande do Sul – foi goleiro do Grêmio, é um colega muito meu amigo, faço questão de destacar –, e amplo, claro, ressaltando o brilhante relatório do Líder nosso aqui no Senado, que é o Paulo Rocha.

O PL, como ele explica muito bem, tem o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva do lábio leporino, ou fenda palatina, pelo SUS. É uma questão em que nós passamos décadas e décadas, para não falar séculos, e agora o projeto surge com muito atraso, mas surge. Então, parabéns ao Danrlei, ao Deputado Danrlei, e parabéns ao Líder Paulo Rocha, assim como a todos que já falaram e a todos que falarão, eu tenho certeza, com a grandeza que o projeto exige.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Tem a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu quero cumprimentar também a senhora, Senadora Nilda Gondim, também a Senadora Zenaide, que já falou, o amigo Paulo Paim, aniversariante de hoje – parabéns, Paulo! Fique sempre firme na caminhada, continuando a defender os projetos voltados para a cidadania –, o Paulo Rocha, que relatou, e também o autor, Danrlei, ex-goleiro do Grêmio que tanto contribuiu também, e está contribuindo, com esse projeto que é muito importante.

Eu quero, inclusive, fazer uma homenagem para uma instituição pioneira no Brasil, chamada com muito carinho Centrinho de Bauru, que sempre foi a referência no tratamento da fissura labiopalatal e também nas deformações cranianas e em outras necessidades durante décadas no Brasil, e ao Dr. Gastão, que coordenou durante muitos anos esse trabalho e também é uma pessoa de mais alta competência, qualidade, de valor humano e solidariedade.

O Centrinho é uma extensão da USP, a Universidade de São Paulo, e é chamado assim, como eu disse, com muito carinho e... (*Falha no áudio.*)

...pessoas foram atendidas no decorrer dos anos no Centrinho.

Então, essas crianças que tenham esse problema da fissura labiopalatal, considerado também lábio leporino ou fissura palatal, precisam se submeter a um tratamento prolongado – muitas vezes são 20 cirurgias, 18 cirurgias, e a cirurgia plástica reconstrutiva obviamente tem que fazer parte do processo, e o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Rocha colocou muito bem isso na emenda – e ter todo o atendimento paralelo, com psicólogo, fonoaudiólogo, pedagogo, para que possa ultrapassar essa dificuldade. Havendo todo esse esforço coordenado, sem dúvida resultados muito positivos vão ser alcançados.

Então, que bom que estamos aprovando esse projeto! O Senador Paulo Rocha também externando o parecer favorável, com uma emenda muito oportuna.

E quero dizer para todas essas pessoas pelo Brasil que, inclusive, no Paraná nós temos um atendimento, assim, muito adequado dessa área. Lá em Cascavel, por exemplo, no oeste do Paraná, eles atendem cerca de cem municípios na instituição de reabilitação da fissura labiopalatal. Fazem um trabalho maravilhoso em todas essas áreas, numa articulação com centros médicos, São Paulo, Bauru. São profissionais, comunidade, famílias muito articuladas e muito entrosadas para darem o melhor atendimento para os pacientes, para os filhos e para a comunidade.

Então, que bom que estamos aprovando esse projeto!

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Sr. Senador, eu acho esse projeto realmente um projeto meritório, louvável e parabenizo o Senador Paulo Rocha e o autor também por ter tido essa iniciativa. Parabéns, Paulo Rocha.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto com a Emenda nº1-CAS.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teletendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teletendimento.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Presidenta Nilda Gondim, eu sou, de fato, como você lembra muito bem, o Relator do projeto do Romário. O Romário, infelizmente, não pôde estar aqui hoje porque ele está numa missão especial lá no Rio. Devido àquele fato lamentável que aconteceu, foi feita uma comissão, da qual ele faz parte, e ele se deslocou para lá.

O que acontece? Eu recebi uma série de comunicados pedindo que eu... Veja, o projeto tem a minha participação também, porque, inclusive, eu fiz emendas, e tem a participação dos sindicatos, mas está com um problema. Me falaram, por exemplo, que um dos problemas é que o valor do piso salarial está muito aquém do piso atual. Devido a isso, atendendo um pedido do sindicato e de outros homens públicos que atuam nessa área...

Presidenta, claro que eu gostaria, de uma vez por todas, de aprovar esse projeto. É um projeto que está, desde 2016, em debate, mas, segundo constatamos, e com razão... Para ter uma ideia, o piso é, praticamente, o salário mínimo, enquanto o piso assegurado para a categoria é muito maior.

Então, devido a isso, eu solicito, como Relator, e o Romário também concorda, que o retire de pauta e volte semana que vem para a pauta, se possível. Daí, eu vou atualizar a questão do piso e fazer algum outro ajuste que for necessário.

Fico agradecido a esta Comissão por ter votado hoje alguns projetos de minha autoria, mas esse é o segundo já que eu mesmo pedi para retirar de pauta. O primeiro, acompanhando o Paulo Rocha. E esse que o Romário pediu que eu relatasse, como houve essas alterações, me pediram que ele saísse da pauta neste momento.

E há até um pedido do ex-Senador, estou lembrando agora, Hélio Costa, que atua há muitos anos nessa área, que disse que gostaria de ter uma conversa comigo, e eu disse que não tem problema, como também o sindicato. Ouvindo, então, o ex-Senador Hélio Costa e ouvindo o sindicato, eu poderia já fazer com que ele voltasse para a pauta semana que vem.

É esse o pedido que eu faço carinhosamente, respeitosamente a essa Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Paim, esse pedido é seu e também do nosso autor, o Romário, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para encaminhar.) – Então, vamos ao item 14, não terminativo.

Eu subscrevo o requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, que tem por objetivo debater Constelação Familiar e Cura Sistêmica, seja incluída como convidada a Senhora Daniela Migliari, jornalista, escritora e terapeuta pós-graduada em Constelações Familiares pela Escola Hellinger-Innovare.
Sala da Comissão, 7 de março de 2022.
Senador Eduardo Girão

ITEM 14**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 10, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 10/2020 - CAS, que tem por objetivo debater Constelação Familiar e Cura Sistêmica, seja incluída como convidada a Senhora Daniela Migliari, jornalista, escritora e terapeuta pós-graduada em Constelações Familiares pela Escola Hellinger-Innovare.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Os que aprovam queiram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo a palavra... (*Pausa.*)

Senador Izalci, por favor, passo a palavra ao senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, minha querida Senadora Nilda, é só com relação ao item 9, eu entrei depois. É só para verificar, porque é um projeto de minha autoria. Eu não sei se o Relator está aí, é o item 9 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O Relator não está presente, Sr. Senador Izalci.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Não dá para fazer *ad hoc*? O relatório não está pronto?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Eu creio que o nosso eminente assessor está dizendo que é meio complicado, Senador, com a ausência, porque, com a ausência do Relator, aí fica meio estranho, não é?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – É. Eu vou pedir ao Relator para, na próxima, se ele não comparecer, alguém relatar *ad hoc*, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Certo, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Está bom, Senadora. Obrigado, Nilda.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Passo a palavra para o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidenta, eu pedi a palavra, porque eu cometi um pequeno equívoco, pequeno grande equívoco. Na verdade, quem me pediu para tirar o projeto de pauta foi o sindicato, e me lembrei bem do ex-Senador Hélio Costa. O do Romário é outro, o do Romário é o item 8. O Romário não tem nada a ver com essa retirada de pauta, eu estaria usando indevidamente o nome dele. O do Romário é o item 8.

O Presidente da NTC – eu sou o Relator – pediu muito, muito, muito. Tentou falar comigo, não conseguiu, porque o meu celular está congestionado hoje, graças a Deus, até talvez pelo aniversário. Ele não conseguiu falar comigo, ele pediu muito pela assessoria que eu não votasse hoje, para conversar um pouco com ele sobre esse projeto.

Estou me referindo ao item 8, altera a Lei 6.259, de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações para minimizar a situação de perdas de oportunidade de vacinação. Aatoria, Senador Romário; Relator, Senador Paim. Esse é o que o Romário e eu combinamos de não votar hoje e que vá para a semana que vem.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – De nada, Senador Paim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Está esclarecido agora?

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Está bem esclarecido, com certeza.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 447, DE 2016****- Não terminativo -**

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de operador de telemarketing ou teleatendimento e institui o piso salarial nacional para operador de telemarketing ou teleatendimento.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – *(Falha no áudio.)* ... natural, como diz o outro das águas do rio em direção ao mar. Esse é o projeto a que eu me refiro e que o Hélio Costa, ex-Senador, pediu e que a categoria também pediu que eu tirasse de pauta, porque há problema, inclusive, no piso salarial.

Então, eu agradeço muito aí à equipe toda da Comissão, Sérgio Petecão, V. Exa., Senadora, por ter colocado esse projeto na pauta, mas ele merece uma adequação em alguns pontos, o que me comprometo fazer durante esta semana, para votar na semana que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O.k., Sr. Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Amigos Senadores, nós não estamos com quórum para votar os terminativos. Então, por conta dessa falta de quórum, nós vamos encerrar a sessão. Não é isso? *(Pausa.)*

Item 13.

A autoria é do Senador Eduardo Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 9, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 21/2020 - CAS, que tem por objetivo debater Medicina e Espiritualidade, seja incluído como convidado o Dr. Alberto Almeida, médico clínico-geral e homeopata, terapeuta e Diretor da Associação Médico Espírita do Pará - AME/PA.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Como eu o estou subscrevendo, eu vou lê-lo.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 21/2020 - CAS, que tem por objetivo debater Medicina e Espiritualidade, seja incluído como convidado o Dr. Alberto Almeida, médico clínico-geral e homeopata, terapeuta e Diretor da Associação Médico Espírita do Pará (AME/PA).

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado. (*Pausa.*)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura".

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.983/2019, que "regulamenta o exercício profissional de acupuntura".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os nomes dos convidados serão apresentados oportunamente.

O Projeto de Lei (PL) nº 5.983, de 2019, de autoria do Deputado Celso Russomanno, é, atualmente, o projeto de regulamentação da acupuntura cujo trâmite se acha mais adiantado no Congresso Nacional. Trata-se, portanto, da oportunidade mais evidente de se discutir a regulação legal dessa matéria, já bastante discutida, mas que ainda abriga múltiplas perspectivas, tanto do ponto de vista de seu interesse social e sanitário, quanto temas referentes à sua aplicabilidade técnica e aos interesses das categorias e profissionais que a exercem. Além disso, a realização de uma audiência pública também seria excepcionalmente proveitosa para se discutir a necessária democratização da acupuntura, sua difusão e consolidação no quadro geral das atividades de saúde na sociedade brasileira. Para tanto, sugerimos, destarte, que se convidem participantes indicados pelas instituições que arrolamos de forma a abarcar um panorama abrangente da prática acupunturista quanto a sua formação e abordagem utilizada na sua aplicação, compreendendo-a, inclusive, em sua vertente veterinária. Acreditamos que a realização dessa audiência será inestimavelmente proveitosa para a instrução do projeto e para o esclarecimento de todos os interessados no projeto.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Algum Senador quer usar da palavra? Fiquem à vontade! *(Pausa.)*

Meu amigo aniversariante Senador Paulo Paim tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidenta, só quero agradecer muito a V. Exa. e também ao Senador Petecão.

Informaram-me que teríamos diversos projetos de minha autoria na pauta, segundo me disseram, simbolicamente também devido ao 15 de março, que é a data do meu aniversário. Então, eu agradeço muito. Eu mesmo pedi para retirar dois de pauta e o terceiro, que era terminativo. Claro que eu entendo que não deu o quórum para votar os terminativos.

Então, quero só agradecer a V. Exa., Senadora Nilda, que presidiu, e, ao mesmo tempo, agradecer ao Senador Petecão, que me passou esta mensagem: "Obrigado a todos os Senadores e Senadoras presentes ou não. Como eu digo num *card* que fiz hoje: sermos juntos sempre na luta pelas grandes causas do povo brasileiro".

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – O Senador Izalci tem a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Senadora, só para também parabenizar o nosso querido amigo Senador Paulo Paim, que é uma referência para nós aí no Congresso Nacional.

Paim, muita saúde, muita paz! Continue sendo essa pessoa que você é, viu? Parabéns! Muita saúde!

A SRA. PRESIDENTE (Nilda Gondim. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Com certeza, eu endosso suas palavras, Senador Izalci.

Não havendo mais quórum, convoco para o dia 22 de março, terça-feira, às 11h, reunião extraordinária, semipresencial, desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Lembro que amanhã, às 10h30, teremos reunião remota desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.967, de 2019, que altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e dois, remotamente, sob a Presidência do Senador Irajá, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mecias de Jesus, Izalci Lucas, Giordano, Jayme Campos e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Nilda Gondim, Luis Carlos Heinze, Flávio Arns, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Alessandro Vieira e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 138/2019 - CAS, de autoria Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2967, de 2019, que "altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel". **Participantes:** Rosângela Aparecida Gomes Figueiredo, Gerente Nacional da CAIXA; Henriete Alexandra Sartori Bernabe, Vice-Presidente Agente Operador da CAIXA; e Márcio Leão Coelho, Secretário Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Irajá

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/16>

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Fala da Presidência.) – Bom dia, Senador Paulo Paim, Bom dia, Márcio, Henriete – acho que o nome aqui está diferente –, a equipe aí da nossa CAS...

Bom, os que visualizam aqui, por enquanto, são esses participantes.

Bom, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 138, de 2019, de autoria dos Senadores Fernando Bezerra e também do Senador Eduardo Girão, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 2.967, de 2019, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o nosso FGTS, para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, a Ouvidoria, através do telefone 0800, e o e-Cidadania, por meio do Portal do Senado, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Nós vamos abrir a fala para os nossos convidados. Eu gostaria de chamar para abrir o debate a Sra. Henriete Alexandra Sartori, que é a Vice-Presidente da Caixa para assuntos relacionados à habitação. A Sra. Henriete tem o prazo de dez minutos para as suas considerações.

O pessoal da equipe da Casa, se puder ativar o áudio, por gentileza, da D. Henriete... (*Pausa.*)

Aqui, no bate-papo, está informando que está ativo o som.

Pronto.

A SRA. HENRIETE ALEXANDRA SARTORI BERNABE (Para expor.) – Bom dia.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta audiência pública, que trata da liberação e utilização do FGTS para aquisição de um segundo imóvel, e ao mesmo tempo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também de agradecer e estender os meus cumprimentos ao Exmo. Sr. Senador Irajá Abreu, que está presidindo esta reunião, a todos os demais Exmos. Senadores participantes e aos cidadãos ouvintes da presente audiência pública.

O objetivo da participação da Caixa, como agente operador do FGTS, é apresentar uma visão técnica do projeto de lei, as diretrizes e propósitos do fundo. Para isso, nós contamos aqui com a participação da Sra. Rosângela. Ela é a Gerente nacional da Caixa, especializada em assuntos que dizem respeito à movimentação do FGTS por meio de saques. Então, se me permitem, eu gostaria de passar a palavra à Rosângela. Ela vai fazer uma breve explanação, respeitando o prazo de dez minutos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Com a palavra, D. Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Bom dia a todos.

Eu vou colocar aqui na tela a apresentação. *(Pausa.)*

Já estão vendo a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Sim, estamos vendo.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO (Para expor.) – Bom, o projeto, como foi dito pelo Senador, visa permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para aquisição de um segundo imóvel.

O FGTS tem como propósito formar uma reserva financeira para o trabalhador, e essa reserva financeira tem por objetivo auxiliar o trabalhador em algumas situações bastante específicas, principalmente em situações mais vulneráveis, como no caso, por exemplo, de rescisão de contrato de trabalho, em que ele perde a sua fonte de renda, em casos de aposentadoria, em que a sua renda também geralmente sofre uma queda, e outras situações previstas em lei.

Até que o trabalhador preencha essas condições de saque, esse recurso não fica parado, ele é investido em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde e também é aplicado em operações de créditos e outros ativos, principalmente voltados para infraestrutura, rodovias, hidrovias, portos. Então, o FGTS é um dos principais motores de desenvolvimento do país, ele auxilia o país nessa grande necessidade de prover a população das suas necessidades básicas, voltadas principalmente para condições de habitação e saneamento. Então, é necessário que haja um equilíbrio entre essas três vertentes de aplicação do fundo para que ele possa cumprir na sua totalidade os seus objetivos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente traz só uma visão de quanto o fundo investiu nos últimos anos. Saiu aqui da tela. Só um minuto que eu vou voltar aqui com a apresentação. *(Pausa.)*

Bom, desde 2017, ou seja, nos últimos cinco anos, o fundo destinou 274,6 bilhões para investimento em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde. Isso possibilitou a construção de 2,1 milhões de unidades habitacionais, destinadas principalmente à população de menor renda. Com isso, foram gerados 6,9 milhões de novos empregos e trinta...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Rosângela, desculpe interrompê-la, mas os eslaides não estão rodando. Continua na capa. Eu não sei se você já está aprofundando nos eslaides.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Sim, eu estou. Deixe-me ver o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Agora sim. Só passou o primeiro. Se você puder voltar ao segundo, com esses dados que você mencionou, de 264 bilhões de orçamento, enfim...

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Vocês estão vendo agora?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Sim, estamos.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Então, são 274,6 bilhões investidos em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde, e 2,1 milhões de unidades habitacionais que foram produzidas nesse período. Na produção dessas unidades, foram gerados 6,9 milhões de novos empregos e 37 milhões de pessoas beneficiadas.

Também nesse período, a gente teve quase cem bilhões de recursos FGTS que foram sacados pelo trabalhador só para uso na moradia própria. Quando a gente verifica o cenário de arrecadação e saque do Fundo de Garantia nos últimos cinco anos, a gente vê que a arrecadação...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Rosângela, está no eslaide 4 ainda. Não está avançando.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Ainda está no quatro?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – E o 2 e o 3 a senhora não passou.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – O 2 era só uma introdução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Era só uma introdução.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – O 3 era só para colocar as três vertentes do fundo, o propósito do Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Então, se...

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Então, vou ter que voltar aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Pronto.

A SRA. ROSÂNGELA APARECIDA GOMES FIGUEIREDO – Agora foi. Então, acho que vou ter que voltar e colocar no modo apresentação a cada tela.

Bom, então, aqui é o total aplicado para uso em moradia própria nos últimos cinco anos, que foi de 94.8 bilhões. Isso que foi sacado da conta do trabalhador para adquirir moradia própria ou para amortizar financiamento habitacional. Nesses cinco anos, no cenário de arrecadação e de saque, que é o que está nesse primeiro quadro aqui, a gente percebe que a arrecadação líquida do Fundo de Garantia nesses últimos cinco anos teve uma variação.

Então, em 2019 e 2020, os valores de saque do FGTS foram maiores do que os valores arrecadados. Em 2021, a gente teve um aumento bem significativo na arrecadação, de cerca de 10 bilhões; os saques tiveram uma elevação muito pequena, mas isso gerou uma arrecadação líquida um pouco mais positiva do que a dos anos anteriores. Em contrapartida, aqui, os investimentos, o orçamento anual para investimento, de 2016 até 2022, teve um decréscimo inicialmente e, agora, em 2022, os valores previstos para aplicação em infraestrutura e habitação estão em 86,9. Isso só foi possível justamente porque a gente teve um bom desempenho em 2021. Então, se houver um aumento significativo no volume de saque, isso vai implicar necessariamente uma redução da arrecadação líquida do FGTS e, por sua vez, também, a capacidade de investimento do Fundo de Garantia.

É importante destacar que essas obras de saneamento e infraestrutura, são extremamente importantes para toda a população brasileira. A gente diz aqui na Caixa que, na verdade, não há nenhum brasileiro que não se beneficie disso, porque, se ele sai na porta da sua casa, provavelmente, o asfalto que tem lá foi financiado pelo FGTS, a água que chega até ele, o esgoto. Então, o FGTS está presente na vida de toda a população brasileira. E esse equilíbrio entre arrecadação e saque é fundamental para que a capacidade de investimento seja mantida.

Estou só voltando aqui para passar a tela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, qual é o cenário que a gente tem da problemática do déficit habitacional? Hoje a gente tem um déficit de 5,8 milhões de imóveis segundo a Fundação Getúlio Vargas. Se a gente mantiver o ritmo atual de investimento, esse déficit seria zerado em 29 anos. A maior parte desse déficit habitacional ocorre por inadequação de moradia – então são pessoas que moram em palafitas; moram duas, três famílias numa mesma casa ou de aluguel – e esse déficit concentra-se principalmente em famílias que recebem até três salários mínimos. O FGTS é a principal fonte de financiamento de imóvel para essas pessoas.

Bom, há o impacto financeiro que foi estimado com a aprovação desse projeto de lei para que o trabalhador possa adquirir um segundo imóvel com recursos de sua conta vinculada. A gente verificou que esse impacto seria de cerca de R\$29,4 bilhões, considerando apenas 30% dos trabalhadores que têm saldo de FGTS acima de 50 salários mínimos, porque geralmente quem tem saldo menor às vezes não consegue comprar nenhum imóvel. Então, quem vai conseguir comprar um segundo imóvel é geralmente quem tem um maior saldo. Se a gente pegar só 30% dessas pessoas que teriam um saldo médio de R\$130 mil em conta vinculada, o valor do saque seria de R\$29,4 bilhões. E qual é o impacto disso no investimento do FGTS em habitação? A gente teria 272 mil habitações não produzidas, 1,4 milhão de empregos não gerados, R\$11,7 bilhões em tributos não recolhidos e 1,8 milhão de pessoas deixariam de receber os benefícios do FGTS.

Então, essa é a *(Falha no áudio.)* ... da Caixa.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Agradeço à D. Rosângela pelos dados, que são importantes aqui para nossa reflexão.

Seguindo a fala dos oradores, eu passo, por dez minutos, para a D. Rosângela Aparecida Gomes... Perdão, a Rosângela falou agora, a pedido da Henriete.

Eu passo, então, a palavra agora para o Márcio Leão, que é o Secretário-Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por dez minutos. *(Pausa.)*

Podem liberar o áudio do Sr. Márcio por gentileza? *(Pausa.)*

O SR. MÁRCIO LEÃO COELHO – Estão me escutando agora?

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Sim, pode prosseguir, Márcio.

O SR. MÁRCIO LEÃO COELHO (Para expor.) – Bom dia, Senadores.

Na pessoa do Senador Irajá, agradeço o convite para participar desta audiência. Estou representando aqui a Secretaria Executiva do Conselho Curador do FGTS. Em nome do nosso Presidente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo Moreira e do nosso Ministro Onyx Lorenzoni, agradecemos o convite para participar dessa discussão do projeto de lei apresentado pelo Senador Irajá..

A Rosângela e o pessoal da Caixa já fizeram a apresentação dos dados e dos impactos em relação ao projeto. A gente comunga da ideia de que o FGTS tem um papel fundamental no desenvolvimento da estrutura econômica do país. E, nos momentos de crise ou de demissão do trabalhador, ele tem a possibilidade de ter esse apoio para retomar sua vida laboral e econômica.

Então, a gente, com a preocupação do Conselho... Essa é uma preocupação que a gente sempre traz. Os próprios membros do Conselho Curador que já estiveram no Congresso nos reportam as preocupações em relação às medidas que estão em tramitação no Congresso. Essa é mais uma delas que tramita. Há esta possibilidade de saques para objetivos específicos, logicamente meritórios. É da competência do Poder Legislativo propor isso, mas, como foi apresentado, a gente tem preocupação com um possível desvirtuamento dos objetivos iniciais do FGTS, que são justamente os de fornecer habitação para populações de baixa renda, bem como saneamento, infraestrutura e saúde. É uma preocupação do Conselho manter esses investimentos, e, toda vez que há uma alteração nesse fluxo de recursos, de entradas e saídas, de saques, com outros tipos de saque, a gente acaba tendo algum impacto na produção de moradias e na solução desse déficit habitacional que foi colocado pela Rosângela, de 5,8 milhões de moradias.

Outra questão também é que o projeto, como foi colocado, para o segundo imóvel, acaba beneficiando um público de mais alta renda, que tem também outras formas de aquisição de casa própria, até com recursos de poupança e com outros tipos de financiamento disponíveis no mercado. A utilização do FGTS por esses trabalhadores para a compra do segundo imóvel acaba afetando, como foi demonstrado pela Caixa, a produção de moradias, a arrecadação e a geração de empregos. Então, por essa razão, em diversos outros momentos, em outros projetos, a Secretaria Executiva do fundo tem se manifestado contrariamente a essas proposições, dado o objetivo primordial do fundo.

Eu não trouxe nenhuma apresentação. Era esse comentário que eu gostaria de fazer. Fico à disposição para as perguntas, fico à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Obrigado, Márcio, pelas suas considerações.

Antes de passar para a lista dos oradores inscritos, registro que nós temos o Senador Paulo Paim participando aqui da nossa audiência pública.

Muito obrigado, Paim, pela sua presença e por ter aceitado o desafio de relatar essa matéria, um projeto de minha autoria. Pela sua experiência e, principalmente, pela sua sensibilidade, eu tenho a convicção de que nós estamos excepcionalmente bem representados na relatoria dessa matéria, que tem um alcance nacional. É um tema extremamente importante, que é a casa popular, a habitação, o sonho de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada brasileiro de ter a sua casa própria, o seu cantinho. Esse é um sonho acalentado por muitos há décadas ou até por uma vida inteira. Eu fico muito confortável em ter na relatoria o Senador Paulo Paim, porque é uma pessoa extremamente sensível aos temas sociais do país, inclusive esse da habitação.

Antes de passar a palavra para o Senador Paim, eu gostaria de fazer aqui algumas considerações que acredito serem relevantes.

Primeiro, é importante a gente destacar para quem está nos acompanhando, seja pela televisão, seja pela rádio ou mesmo pela internet, que o FGTS foi criado com um único objetivo: ele é uma poupança do trabalhador brasileiro que vem se acumulando ao longo dos meses com a contribuição sobre a folha do seu salário em 8%, que é a contrapartida que o empregador tem. Sobre cada valor do salário pago ao trabalhador, são depositados 8% na poupança desse mesmo trabalhador. Então, é uma espécie de poupança obrigatória, que, ao longo de décadas, criou para o trabalhador um porto seguro para que, numa situação de emergência, de desemprego, na necessidade da compra da sua casa popular, ele tivesse os instrumentos para fazê-lo. O FGTS tem esse papel importante, ou seja, ele não é um dinheiro do governo, ele é um dinheiro do trabalhador. Então, é importante nós destacarmos isso aqui.

Segundo: a Fenae, que é a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal, traz um dado, Senador Paim, muito interessante. No ano de 2021, de um orçamento de R\$59 bilhões para o setor de habitação, nem R\$6 bilhões chegaram a ser demandados pelos agentes financeiros para a construção de casa popular. Esse é um dado muito preocupante, representa um pouco mais de 10% no orçamento que foi disponibilizado. E a casa, como todos nós sabemos, além de proporcionar segurança à família brasileira, qualidade de vida, o conforto que cada brasileiro precisa e merece...

A sugestão do projeto da segunda casa não traz nenhum desequilíbrio financeiro para o FGTS. Muito pelo contrário, você dá ao trabalhador uma segunda possibilidade, de poder ter uma casa que ele possa dar para um filho ou para uma filha que acabou de sair da sua faculdade, ou para um filho que não tem condição financeira de comprar uma casa e tenha casado recentemente, o pai poderá presenteá-lo ou presenteá-la com uma casa usando o seu FGTS. Então, nós estamos aqui tentando estender um benefício para essa mesma família. Eventualmente essa família já tem uma casa própria, mas os filhos crescem, casam, vão trabalhar e precisam do apoio, do suporte dos seus pais e da sua família para começar a sua vida. E é legítimo e defensável que a gente possa proporcionar a essa família a condição de ajudar o filho ou a filha na compra de um segundo imóvel. Esse é apenas um exemplo que eu gostaria de citar.

Outro fator importante que merece também aqui o nosso reconhecimento é com relação à aprovação – e o Senador Paulo Paim participou ativamente desse debate – da MP do saneamento.

Hoje é admitida a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para saneamento, para saúde e para habitação. Inclusive, com o marco regulatório hoje do saneamento já devidamente aprovado, regulamentado, isso tem sido muito exitoso em estados, como, por exemplo, o Estado de Alagoas, que já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se utilizou de instrumentos como concessão ou mesmo PPP, já se tornou uma realidade. Assim está sendo também em todos os outros estados, capitais do Brasil, municípios de pequeno porte, que já estão fazendo a concessão do seu tratamento de água e de esgoto, do saneamento, como a gente costuma dizer. Então, já existe essa nova vocação hoje no Brasil graças a esse marco regulatório aprovado pelo Congresso Nacional.

Então, haverá, sem dúvida nenhuma, Senador Paulo Paim, um desafogamento dos recursos do FGTS para essa finalidade, porque essas empresas privadas dispõem de instrumentos de captação de recursos em instituições financeiras inclusive internacionais, não vão ficar dependentes exclusivamente dos recursos do FGTS. Então, só essa nova medida, que é uma realidade no Brasil, já seguramente vai descomprometer um valor muito significativo do FGTS, cujo uso foi autorizado, inclusive, para essa atividade do saneamento.

Agora, a D. Rosângela trouxe alguns dados que merecem a nossa reflexão. Você imaginar que, nos últimos cinco anos, foram contratados apenas 2 milhões de casas populares é no mínimo uma piada. Você, tendo o Brasil da dimensão que ele tem hoje, com 220 milhões de pessoas, contratar 400 mil casas populares por ano é um dado vergonhoso, para não dar outro atributo. Quatrocentas mil casas populares, se você dividir, Senador Paulo Paim, por ano, por 27 estados da Federação, o senhor sabe o que representa isso? Quinze mil casas populares por estado por ano. Você imagine: nessa velocidade em que nós estamos, como ela mesma mencionou, nós vamos levar muito mais de 30 anos para poder suprir o déficit habitacional no Brasil hoje, que, segundo a própria Caixa Econômica Federal, é de 5,8 milhões de casas populares.

Então, eu acho que esse projeto, mais do que nunca – e esses dados corroboram a importância e a urgência da aprovação do projeto –, vai admitir, segundo informações da própria D. Rosângela, a construção de algo em torno de 250 mil casas, ou seja, é quase a metade do que já foi contratado por ano nos últimos cinco anos! Isso sem contar que, segundo as planilhas aí apresentadas, no último ano, de 2021, foram arrecadados R\$139 bilhões e foram aplicados... Foram arrecadados 139 bilhões e houve um saque de 117, ou seja, há um superávit, Senador Paulo Paim, de 17 bilhões. Se o impacto do projeto, segundo a própria Caixa, é de 29, então nós vamos utilizar aí um pouco mais de 11 bilhões desse superávit que nós tivemos no ano de 2021, o que proporcionará às famílias brasileiras a condição de poderem fazer 250 mil casas. Ainda assim, isso é muito pouco, e a gente precisa fazer algo para poder melhorar o sistema habitacional e os instrumentos que nós temos hoje para financiamento de casa popular.

Nós tivemos, infelizmente, um retrocesso na política habitacional do Brasil desde que foi praticamente desidratado o Programa Minha Casa, Minha Vida no orçamento da União e, depois que foi criado o programa Casa Verde e Amarela, nós sabemos que, nos últimos três anos, nada aconteceu, infelizmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu saio daqui, Senador Paulo Paim, mais convencido do que nunca de que nós precisamos, com celeridade, aprovar esse projeto, porque ele não vai proporcionar nenhum desequilíbrio ao orçamento, o que foi comprovado pela própria Caixa Econômica Federal nos dados que foram apresentados, sem contar a necessidade e a urgência que os brasileiros possuem de garantia da sua casa própria, do sonho da sua casa própria, do seu canto, da proteção à família, assegurando, assim, a sua qualidade de vida.

Concluo aqui agradecendo aos nossos oradores e transferindo ao Senador Paulo Paim a fala para que ele possa também fazer os seus questionamentos e as suas avaliações.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Bom dia a todos e a todas que estão nos assistindo nas suas residências; aos Senadores que porventura estiverem em suas casas e em seus gabinetes; e aos nossos convidados.

Primeiro, cumprimento o autor deste projeto, o Senador Irajá, e cumprimento também a Gerente Nacional da Caixa, Rosângela Aparecida Gomes Figueiredo; Henriete Alexandra Sartori Bernabé, Vice-Presidente Agente Operador da Caixa; e Márcio Leão Coelho, Secretário-Executivo do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Antes mesmo de falar um pouco mais sobre o tema, quero dizer que eu acompanho esse debate sobre a Caixa e o Fundo de Garantia há mais de 30 anos – são mais de 30 anos! – e sei das dificuldades todas que nós temos. Houve uma época em que a gente chegou, aqui, no Congresso, a fazer o seguinte: eram tantas propostas que tiravam e desvirtuavam o objetivo original de atender os mais vulneráveis em relação à habitação principalmente, embora fosse um pouco mais amplo, que nós chegamos, numa época, ao entendimento de unificar todos os projetos que tratavam do tema Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para ver o que era possível construir ali ou não em matéria de alteração dessa lei. Infelizmente, eram tantas alternativas que não conseguimos chegar a um entendimento. Eu não fui o Relator, mas eu participava ativamente desse debate para retirar do Fundo de Garantia tudo que a gente possa imaginar para pagar a conta do trabalhador com outras alternativas. Aí, claro, isso desvirtua o objetivo original.

Mas vamos lá. Eu fiz um pequeninho resumo aqui só para a gente se situar.

O Projeto de Lei 297 altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para permitir a movimentação da conta vinculada para a aquisição do segundo imóvel.

Eu já citei o nome dos convidados.

O projeto permite que o trabalhador possa utilizar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço no segundo imóvel, mesmo que já o tenha utilizado anteriormente para aquisição da sua casa própria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto tem por objetivo, segundo seu próprio autor, possibilitar ao trabalhador ampliar o seu patrimônio e aquecer o mercado, segundo ele.

O assunto provoca debate na sociedade, cria um debate, claro – não é uma matéria pacífica, não, senão nós não estaríamos aqui neste momento. O assunto provoca debate na sociedade e há divergências sobre o tema.

Sabemos que o objetivo principal do fundo é garantir ao trabalhador um patrimônio que possa ser utilizado em momento específico, principalmente na sua demissão, aquisição da casa própria, doença grave ou aposentadoria, por exemplo. Não podemos esquecer, porém, que os recursos do FGTS fomentam programa de habitação popular destinado às famílias de baixa renda.

Olha, o nosso país é o país de maior concentração de renda do mundo. Aliás, dizem que há um país, um país pequeninho, em que há uma concentração de renda maior do que a nossa.

O Brasil registrou, em 2019, um déficit habitacional de 5,876 milhões – eu tenho arredondado para 6 milhões –, conforme dados apresentados pela Fundação João Pinheiro. Ora, se há um déficit habitacional de 6 milhões de casas, sinceramente – estou dando a minha opinião, mas vou ouvir todos para, ao final, encaminhar o projeto –, nós teríamos que fazer de tudo para que quem não tem casa tenha casa. Seis milhões de pessoas estão nessa situação de miséria, de tristeza, de quase um estado de guerra. Vale lembrar ainda a situação da população que reside em moradias inadequadas, com falta de água – vamos lembrar a pandemia –, falta de recolhimento de esgoto, sem acesso à energia elétrica e em área de risco. Esses são fatores que interferem na qualidade de vida das pessoas, especialmente na dos mais pobres, na da população de baixa renda.

Recentemente, assistimos à tragédia ocorrida na cidade de Petrópolis, que completou um mês no dia de ontem. O acidente por falta de estrutura resultou em 685 pessoas totalmente desabrigadas – algumas tiveram as suas casas totalmente derrubadas pela forma frágil como foram construídas, sem o apoio devido – e teve o resultado triste de 233 mortos, só nesse caso. Podemos lembrar até, nessa mesma cidade, outros fatos recentes.

Por outro lado, somos daqueles que defendem a ampliação de oportunidade de saque por se tratar de dinheiro do próprio trabalhador.

Faço essas considerações para entender que o debate hoje traz oportunidade de refletirmos também sobre as consequências dessa decisão, se for tomada, e avaliarmos o verdadeiro objetivo do fundo.

Em resumo, é isso.

Foi muito bom ouvi-los.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que – não sei se está na tela ainda – a exposição da Rosângela Aparecida Gomes Figueiredo foi muito prejudicada, não se ouvia claramente o que ela falava. Eu consegui pegar alguns dados. Eu pediria a ela que deixasse as lâminas à disposição deste Relator, pediria tanto à Henriete como à Rosângela.

Rosângela, eu tive dificuldade enorme para ouvir a sua fala, não pela sua fala, mas pela questão da internet mesmo e dos meios de comunicação de que a gente dispõe neste período.

O Márcio Leão foi muito direto no tema, disse que endossava o que a Rosângela falou.

Por isso, meu querido autor, eu, como Relator do projeto, confesso que quem administra o fundo é a Caixa. Os responsáveis pela sua implementação estão aqui. Se há que se aplicar com mais rapidez, com mais eficiência para que casos como esse não voltem a acontecer – o caso ao que eu me refiro é o de Pirenópolis –, nós temos que... Eu particularmente defendo que tem que haver um programa profundo de habitação neste país para que não haja as tragédias anunciadas: morrem 250, morrem 300, morrem 500. É nos morros do Rio de Janeiro, por exemplo, onde mais acontece isso, mas podemos pegar a Bahia, podemos pegar outros estados. Temos que ter um programa de habitação popular com urgência para que essas mortes não venham a acontecer. É quase um estado de guerra.

Eu sei da pesquisa, eu sei que muita gente também gostaria de ter o seu segundo imóvel usando o FGTS, mas as preocupações que a Caixa não seu todo, que todos os funcionários da Caixa, permitam-me, que trabalham nessa área naturalmente têm me colocado, independentemente de Governo, não são diferentes.

Vejam bem, nós teremos eleições – não vou entrar na política eleitoral, não – daqui a seis meses, mas, independentemente de quem ganhe, nós temos que ter uma política efetivamente de Estado, de habitação própria – pelo menos, uma para cada um. E, se o Fundo de Garantia contribui para isso, nós temos que olhar com muito cuidado. Não estou dizendo aqui o meu parecer já, Senador Irajá, porque estamos ouvindo, mas, se eu sáísse desta audiência pública com três painelistas da Caixa Econômica Federal, onde é administrado o fundo, e todos com a mesma posição, de fato exigiria de nossa parte muito cuidado na discussão desse projeto, nem que fosse necessário mais debate, mais audiência chamando a sociedade popular, chamando, por exemplo, associações de bairro – há associação que cuida especificamente da casa própria, da discussão da casa própria para todos em todo o país. Aqui, a posição da Caixa, pelo que vi, é muito firme e muito clara e não é diferente da mesma posição de governos anteriores. Olhem que nós fomos Governo no passado, mas eu vejo até que está havendo uma coerência em matéria de olhar para a casa própria para todos. Se temos um déficit de 6 milhões de pessoas que estão implorando para ter a sua casa própria, isso merece, claro, meu querido Senador Irajá – sabe do respeito que eu tenho por V. Exa. –, uma reflexão maior nossa sobre esse tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Irajá. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Eu agradeço, mais uma vez, ao Senador Paulo Paim pela intervenção, também trazendo algumas informações que são importantes para enriquecer o debate.

Até encaminhei, Senador Paim, para o seu zap, no privado, a apresentação da D. Rosângela, que realmente ficou muito comprometida com o áudio. Acho que a apresentação merece a sua avaliação, porque os dados que ela apresenta só reforçam e corroboram ainda mais a aprovação do projeto. Pelos dados oficiais da Caixa, tivemos um superávit de 17 bilhões entre o que foi arrecadado e o que foi sacado no ano passado, e, segundo a própria Caixa, o impacto desse projeto é de 29 bilhões. Então, 17 bilhões já foram no superávit, que pode ser comprometido, sem contar o déficit que o senhor também destacou, e é um fato e merece de nós Parlamentares uma resposta imediata.

Nós não podemos ser omissos e muito menos coniventes com essa política habitacional que hoje representa o retrocesso absoluto. É inadmissível você ter 400 mil casas apenas contratadas por ano no Brasil inteiro, ou seja, 15 mil casas por estado. Imaginem se isso vai atender ou responder às necessidades e ao anseio da população brasileira.

Então, projetos como este merecem, sim, ser aprovados, como outros projetos que também tramitam no Senado e na Câmara devem ser avaliados, para que a gente possa corrigir essa distorção. Nós não podemos ficar nesse marasmo, nessa letargia em que está hoje o programa habitacional no país. É o mesmo que nós admitirmos a incompetência e acharmos que tem que ser assim mesmo, a ideia ser ficar da mesma forma e não podermos fazer absolutamente nada. Por isso, acho que nós devemos nos aprofundar no debate não só dessa iniciativa, mas de outras que possam diminuir essa distorção habitacional no Brasil.

Mas eu agradeço a participação de todos da Caixa. Compreendo a posição de vocês – eu acho que vocês têm que defender mesmo a corporação –, mas a gente não tem que ter dó do dinheiro, a gente tem que ter dó, na verdade, da população que está sofrendo sem casa popular; a Caixa vem em segundo lugar, e não em primeiro.

Então, para concluir a nossa audiência pública, eu gostaria de agradecer a todos que estão participando desta audiência pública e a todos que a estão acompanhando também pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Portanto, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de dezembro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, José Aníbal, Lasier Martins, Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Antonio Anastasia, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Dário Berger e Paulo Rocha, e ainda dos Senadores não membros Otto Alencar, Angelo Coronel e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Eliziane Gama e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade. ITEM 1 - Ofício "S" nº 20, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, o nome do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Procurador-Geral da República." **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer que conclui pela aprovação do nome do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com 23 votos favoráveis e 1 voto contrário. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com acolhimento das Emendas nºs 1 e 5, acolhimento parcial da Emenda nº 3, rejeição das Emendas nºs 2 e 4, com 51 emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3523, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.930, de 22 de abril de 2009, para facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chiquinho Feitosa. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 3723, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nºs 1 a 4. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. A Presidência informa que a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, constará na primeira Pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do próximo ano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/12/15>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

A ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Cumprimento o meu Presidente, Senador Omar Aziz. Chegaram o Líder Rogério Carvalho, o Senador Lasier Martins e o Senador Paulo Rocha. Sejam bem-vindos ao plenário da Comissão!

Informo aos Senadores e às Senadoras que estão presencialmente e no modelo semipresencial – Senador Jorginho Mello – que esta reunião se destina, na primeira parte, à indicação de autoridades e, na segunda parte, logo em seguida, à deliberação dos itens de 1 a 3.

A reunião, como disse, ocorre de modo semipresencial, com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital. As outras orientações são as mesmas que foram feitas em outras reuniões e que se baseiam no ato do Congresso.

Passamos agora ao primeiro item da primeira parte da reunião da Comissão.

O relatório da indicação constante na pauta foi apresentado à Comissão e divulgado pelo portal do Senado Federal. Assim, ficou concedida vista coletiva automática nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 20, DE 2021

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso X, da Constituição Federal, o nome do Senhor JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga indicada pelo Procurador-Geral da República.

Autoria: Procuradoria-Geral da República





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e, naturalmente, à votação do relatório referente à segunda parte do processo de apreciação da escolha de autoridade no âmbito da CCJ.

Gostaria de pedir para o Senador Omar Aziz que pudesse acompanhar o ora sabatinado, Dr. João Paulo Santos, que está no gabinete da Presidência da Comissão, até a mesa dos trabalhos da Comissão para fazer a sua manifestação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Enquanto a autoridade vem para cá, eu queria uma informação. Gostaria de saber em que pé está aquele pedido de vista do projeto da criação do Estado de Tapajós, porque tivemos duas reuniões e nada na pauta. O que é que eu posso dizer para aquela gente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Na verdade, Senador Plínio, a gente priorizou, nas sessões posteriores ao pedido de vista, as sabatinas das autoridades e outras matérias importantes.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E, nesta semana de esforço concentrado, o Presidente Rodrigo Pacheco priorizou também a votação das autoridades no Plenário.

O que é que nós pretendemos fazer na Comissão? São os três projetos remanescentes que foram priorizados – e o pedido de vista ainda está com o Senador Jader, que fez a solicitação da matéria – e a sabatina do indicado para o Conselho Nacional de Justiça, porque praticamente hoje será a última sessão do esforço concentrado com a presença dos Senadores para votação, com quórum qualificado, no Plenário do Senado.

Então, ficamos com a vaga do Tribunal de Contas da União, do Conselho Nacional de Justiça e as matérias que estavam pendentes na Mesa, na Presidência, na Secretaria-Geral. Portanto, nós priorizamos as matérias remanescentes, e o pedido de vista continua concedido ao Senador Jader.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Plínio.

Para inquirição do candidato, cada Senador interpelante disporá de dez minutos, assegurado igual prazo para a resposta imediata do interpelado, facultada a réplica e a tréplica, ambas também imediatas, por cinco minutos, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Queria cumprimentar o Dr. João Paulo, que já se encontra aqui à mesa da Comissão.

Gostaria também de consultar V. Sa.: quanto tempo deseja para fazer a sua manifestação?

O SR. JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR – Bom dia, Senador!

O tempo que o senhor achar satisfatório, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós estamos concedendo um prazo de 20 minutos. Se V. Sa. precisar de mais...

O SR. JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR – Fique tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, pronto.

Concedo a palavra a V. Sa. para fazer a sua exposição.

O SR. JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, na sua pessoa, respeitosamente, gostaria de cumprimentar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta respeitável Comissão, com os nossos sinceros agradecimentos pela atenção que nos foi devotada ao longo de nossa caminhada.

Cumprimento o Exmo. Sr. Relator, Senador Jaques Wagner, cuja atuação na relatoria da minha indicação muito me honra. Senador, sobretudo pela sua vitalidade na incondicional defesa dos pilares do regime democrático, fica a certeza de que, como bom baiano de coração que V. Exa. é, seu axé nos contagia.

Senhoras e senhores, bom dia!

Início esta breve fala externando a minha alegria e orgulho pela oportunidade de ver, com a bênção do Senhor do Bonfim e as graças de nossa Santa Dulce, meu nome submetido ao crivo deste Senado Federal. Agradeço, em particular, ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, pela confiança em mim depositada ao encaminhar a esta Casa a minha indicação para o desempenho da nobre missão de integrar o Conselho Nacional de Justiça em vaga destinada aos Ministérios Públicos estaduais. De igual modo, agradeço o irrestrito suporte da Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

baiano, Dra. Norma Angelica, e do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Manoel Murrieta.

Peço autorização, Sr. Presidente, para fazer aqui um brevíssimo relato da minha trajetória pessoal e profissional, um complemento ao parecer do Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Dr. João Paulo, assim como fiz com as outras autoridades sabatinadas aqui na CCJ, se V. Sa. se achar mais confortável tirando a máscara, como nós estamos com distanciamento, acho que ajuda na sua desenvoltura.

O SR. JOÃO PAULO SANTOS SCHOUCAIR (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Sou filho de Assad Jorge e Nadja Schoucair, marido de Andréa Menezes e pai de Rafaela. A eles devo tudo e para eles dirijo meus mais sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional e amor que sempre tive em todas as alegrias e dificuldades que passei.

Graduei-me em Direito no ano 2002 pela Universidade Federal da Bahia, onde conclui pós-graduação e mestrado. Ingressei nos quadros do Ministério Público baiano como Promotor de Justiça no ano de 2004, quando passei a atuar em diversas comarcas, chegando à capital em 2020. Desde o ano de 2018, passei a atuar também como membro auxiliar da Procuradoria-Geral da República, posição que me permitiu aprimorar conhecimentos sobre a dinâmica e funcionamento das Cortes superiores, numa máxima do trato republicano e cordato com as instituições do sistema de Justiça.

Ao longo de toda a minha carreira, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foram vários os cursos de que participei no Brasil e no exterior, na constante busca de aprimoramento teórico e maior qualificação para o desempenho da função ministerial.

Por tais razões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na eventualidade de contar com a aprovação desta Casa, contribuirei, como representante dos MPs estaduais, para o bom desempenho das altas missões constitucionais do Conselho Nacional de Justiça. Para tanto, comprometo-me com uma atuação equilibrada, cuidadosa, imparcial e independente, tendo como norte a Constituição Federal e objetivos maiores: a busca de soluções que prestigiem o consenso, o diálogo institucional e os direitos fundamentais. Tais princípios, aliás, têm sido a marca da atuação do CNJ desde sua criação, em especial ao longo desses dois anos de pandemia, quando o órgão não hesitou em adotar medidas importantes para viabilizar a continuidade do funcionamento do Poder Judiciário, em respeito aos interesses do jurisdicionado.

Como órgão fiscalizador do Poder Judiciário, assim definido pelo Congresso Nacional ao criá-lo em 2004, são inúmeros e cada vez maiores os desafios daquele conselho na busca de uma estrutura judicial cada vez mais transparente e próxima dos cidadãos. Espero, assim, contar humildemente com a confiança das Sras. e dos Srs. Senadores para colaborar com o aperfeiçoamento de um sistema de Justiça





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tenha como objetivo uma prestação jurisdicional célere e efetiva, primando pelo absoluto respeito aos direitos e às garantias fundamentais.

Em acréscimo, é importante destacar que será nosso dever defender sempre o respeitoso debate de ideias com todos os Poderes para o aprimoramento do funcionamento do sistema de Justiça, reafirmando, assim, os postulados de um Estado que se almeja social, democrático e de direito. Nesse ponto específico, sublinho que essencial se faz a troca de experiências e compartilhamento de soluções tecnológicas com os demais Poderes, permitindo a otimização de recursos públicos e a efetivação dos direitos consagrados na nossa Carta Magna.

Esses são, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e Sr. Presidente, os meus compromissos diários, ancorados na minha trajetória dentro do Ministério Público, compromissos com esta Casa e com o Brasil.

Considero, ao fim, que a ocasião desta sabatina em muito contribui para o necessário aprimoramento das indicações constitucionais aos órgãos de cúpula do Poder Judiciário.

Para encerrar, agradeço mais uma vez pela oportunidade de aqui estar, colocando-me à inteira disposição de V. Exas. no que puder esclarecer ou acrescentar a essas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Dr. João Paulo.

Vou conceder a palavra ao Relator da indicação da PGR, o Senador Jaques Wagner. V. Exa. tem até dez minutos para fazer a sua manifestação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, querido Presidente Davi Alcolumbre, desta Comissão.

Em primeiro lugar, queria lhe agradecer por ter feito a minha indicação para relatar a indicação do Dr. João Paulo Santos Schoucair para o honroso cargo no Conselho Nacional de Justiça em representação à Procuradoria-Geral da República. Eu lhe agradeço e imagino que o que o motivou foi o fato de o Dr. João Paulo vir da Bahia e eu, evidentemente, também, ex-Governador, e conhecer, inclusive, a atuação do Dr. Schoucair na Bahia.

Vou ao relatório, Sr. Presidente.

Cumpra a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciar a indicação feita pela Procuradoria-Geral da República, mediante o documento mencionado na ementa, do nome do Sr. João Paulo Santos Schoucair, Promotor de Justiça, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos constitucionais.

Os membros desse conselho são nomeados pelo Presidente da República, diz a Constituição, depois de aprovada a sua escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, nos termos da Resolução do Senado nº 7, de 2005, e do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, por ela mesma expedido, efetuar a sabatina do indicado, antes de a indicação ser submetida ao exame do Plenário desta Casa.

O art. 5º da Resolução aqui citada exige o encaminhamento do curriculum vitae pelo indicado, o que foi feito. Passamos a sumariar a experiência do Sr. João Paulo Santos Schoucair, nos termos constantes da documentação encaminhada ao Senado Federal.

João Paulo Santos Schoucair é graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em 2002, e pós-graduado em Ciências Criminais pela mesma Universidade no ano de 2008. Kursou mestrado pela mesma instituição, tendo concluído o curso no ano de 2019, na área de segurança pública, justiça e cidadania.

Realizou cursos em instituições de ensino estrangeiras, como a Harvard Kennedy School, na cidade de Boston, Massachusetts, Estados Unidos (2019), e a Università Degli Studi di Roma Tor Vergata, Roma, Itália (2015).

Cumpru registrar que, entre os temas que foram objeto de seus artigos jurídicos publicados em revistas especializadas, estão “a ação controlada e sua análise no combate ao crime organizado”; “a legalidade da prisão em flagrante e a validade da prova”; “a litigância de má-fé e o abuso no recorrer no processo penal”; e “o poder investigatório do Ministério Público na esfera criminal”.

Como exige a Resolução nº 7, de 2005, desta Casa, o indicado fez juntar os documentos nela requeridos, as certidões negativas expedidas pelos órgãos competentes do Poder Judiciário nos níveis federal e estadual e assim também pela autoridade tributária, seja a Receita Federal ou a Receita Estadual do Estado da Bahia e Municipal da cidade de Salvador.

Do mesmo modo, declara, nos termos regimentais, não ser sócio, proprietário ou gerente de organizações não governamentais, assim como atender aos requisitos regimentais pertinentes à vedação do nepotismo. Instruem, ainda, a presente indicação os demais documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005.

Entre os documentos exigidos pela legislação de regência do processo de indicação de Conselheiro do CNJ está, como ocorre em situações assemelhadas, a elaboração e o encaminhamento ao Senado Federal de texto da lavra do indicado no qual fundamenta as razões para a aprovação de seu nome para a função de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Na espécie, João Paulo Santos Schoucair assinala, na correspondência encaminhada ao Presidente do Senado Federal, que “é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, tendo ingressado no ano de 2004, sendo graduado, com pós-graduação e mestrado pela Universidade Federal da Bahia”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Demais disso, o indicado “traz a experiência de atuação ministerial adquirida em trajetória no interior do Estado da Bahia, nas comarcas de Uauá, São Domingos, Palmeiras, Olindina, Ribeira do Pombal e Santo Amaro, estando atualmente na Capital”.

João Paulo Santos Schoucair coordena atualmente o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e Investigações Especiais do Ministério Público do Estado da Bahia, Gaeco/MPBA, com atuação prioritária perante a Vara dos Feitos Relativos a Delitos praticados por organizações criminosas na cidade de Salvador.

E registra a participação desde 2018 junto à Procuradoria-Geral da República, “posição que lhe permitiu aprimorar seus conhecimentos sobre a dinâmica do funcionamento das Cortes Superiores, numa máxima do trato republicano e respeitoso com as instituições do sistema de justiça”.

Por fim, após informar seus estudos realizados no Brasil e registrar as obras jurídicas publicadas, declara sua candidatura ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, CNJ, e, nesse passo, “reafirma o compromisso de promover a justiça”.

Ante o exposto, e diante dos dados e dos documentos que constam deste processo, julgamos que os integrantes desta Comissão dispõem das informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Sr. João Paulo Santos Schoucair para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2021.

É esse o relatório, Senador Davi Alcolumbre.

Eu aproveito, antes de passar à fase da sabatina, apenas para mais uma vez lhe agradecer pela indicação do meu nome, que muito me honra. Conheço o indicado, sei da sua atuação, sei da sua maturidade na sua atuação no Ministério Público do Estado da Bahia e sei que esse processo é um processo que garantiu inclusive a sua chamada para atuar junto ao Procurador-Geral da República, que faz a indicação – Dr. Augusto Aras, Procurador-Geral da República.

Demais, imaginando a aprovação, que depende não de mim, mas dos Srs. Senadores desta Comissão e do Pleno do Senado da República, eu só quero desejar antecipadamente que Deus lhe dê luz, sabedoria, paz, tranquilidade e parcimônia para exercer um cargo tão honroso no CNJ e que realmente, como baiano, mesmo judeu, que as luzes do Senhor do Bonfim possam também encaminhá-lo nos bons serviços à nossa Pátria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Wagner.

Quero reconhecer também a importância de ter como Relator da matéria um Senador da República do Estado do indicado, que tem uma carreira profissional dentro do Ministério Público do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado da Bahia. Isso é também uma forma de prestigiar a bancada de um Estado da Federação que terá, a partir da aprovação do Senado Federal, um filho da sua terra representando um órgão tão importante de correção do Poder Judiciário brasileiro na vaga destinada ao Ministério Público Federal.

Então, eu quero cumprimentar V. Exa. e agradecer ao Dr. João Paulo.

Senador Vanderlan, como nós teremos a outra reunião, eu não recebi de nenhum Senador aqui a inscrição para fazer a arguição do indicado. Como não temos Senadores inscritos, eu quero consultar se eu posso abrir a urna pra nós iniciarmos a votação.

Senador Rogério Carvalho, Líder.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, falará V. Exa. como primeiro inscrito.

Com a palavra, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Primeiro eu quero cumprimentar o Promotor João Paulo Santos Schoucair – estivemos ontem conversando no gabinete.

O CNJ foi criado, ainda no Governo do Presidente Lula, como órgão de controle externo do Judiciário. Foi uma grande iniciativa porque, antes da criação desse conselho, não havia nenhum órgão capaz, nenhuma instância, que pudesse avaliar o desempenho nas atividades e nas atribuições do sistema de justiça, principalmente do Judiciário brasileiro. Também foi criado o CNMP, que tem essa mesma função.

Todos os conselhos, de uma maneira geral, têm uma presença muito forte – aliás, majoritária –, de quem opera no sistema de Justiça. E, às vezes, a gente tem visto – a gente viu em alguns momentos da nossa história recente – esses conselhos cumprirem um papel muito mais de defesa da corporação ou das corporações envolvidas do que mesmo o de garantir que o sistema de Justiça funcione dentro do esperado pela sociedade. Então, entrar, fazer parte de um conselho com essa importância... Veja, é um conselho que vai estabelecer limites e vai avaliar a atuação de magistrados, vai avaliar o funcionamento de tribunais da Justiça estadual, da Justiça Federal, ou seja, da Justiça e do Judiciário brasileiro como um todo. Deve ser uma atividade bastante honrosa para quem é escolhido para estar ali, mas é preciso que a gente tenha um olhar voltado para o papel precípua desse conselho, que é cuidar dos interesses da sociedade, do interesse público, a que devem estar submetidas todas as instituições brasileiras.

Então, em o senhor sendo escolhido, e eu creio que o senhor terá a votação necessária para ocupar essa função no Conselho Nacional de Justiça, o senhor passará a ser um guardião do interesse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público, do interesse da sociedade brasileira junto ao Judiciário brasileiro; não um protetor, não um garantidor dos interesses que a gente chama de corporativos, no sentido pejorativo. Porque o interesse corporativo também deve ser preservado, mas no sentido de preservar a corporação, a sua imagem no papel que ela deve desenvolver e desempenhar junto à sociedade e junto à sua função constitucionalmente estabelecida.

Portanto, não é uma pergunta, mas um pedido que eu faço a V. Sa.: lá, cuide do interesse público, que é o interesse de toda a sociedade brasileira, para que o nosso Judiciário e parte do nosso sistema de Justiça funcione para melhorar e tornar a nossa sociedade cada vez mais civilizada.

Boa sorte! Que tenha sucesso nessa jornada e seja acompanhado de luz nesse trabalho que V. Sa. está prestes a assumir!

Boa sorte!

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Fora do microfone.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero desejar sorte no Conselho Nacional de Justiça. A importância desse conselho é cada vez mais relevante, e nós temos tido o cuidado de fazer essa apreciação aqui pelo Senado no interesse de fortalecer a Justiça brasileira, de fortalecer a fiscalização da Justiça brasileira.

E vindo de um Estado tão amigo como é o Estado da Bahia, e tendo lá no Estado da Bahia pessoas queridas aqui, como Jaques Wagner, o Otto Alencar, o Angelo Coronel, que são Senadores que representam muito bem esse Estado, e esse relatório feito pelo Senador Jaques Wagner, eu não tenho dúvida nenhuma de que esta Casa irá aprovar o seu nome.

Lógico que nós temos aqui nos preocupado com uma questão muito séria que são os ataques constantes que a Justiça brasileira tem... Ontem, por exemplo, e aí eu não vi ainda, mas li que o General Heleno está tomando Lexotan. Veja bem a que ponto nós chegamos! Se o General está tomando Lexotan, imagine a população que está passando fome neste País! General Heleno está tomando Lexotan para convencer o todo poderoso Presidente Bolsonaro a não se contrapor à Justiça brasileira – a que ponto nós chegamos?

Então, hoje é importante o Conselho Nacional de Justiça, porque os abusos podem vir de qualquer lugar. Eu não sei e eu vou me aprofundar. Conheço o Ciro Gomes e conheço o Cid Gomes, conheço os dois – um foi meu colega Governador, o Cid Gomes; o Ciro é uma pessoa por quem eu tenho um carinho muito grande. Hoje eu estou lendo aqui que houve um fato de um juiz da 32ª Vara. É importante nos aprofundarmos nisso, porque nós não podemos permitir que as perseguições voltem, que a narrativa feita no inquérito seja verdadeira, porque as narrativas geralmente são "supostamente... supostamente". Já fui vítima disso. Porque lá, você vai ler o inquérito, não há uma prova, há tudo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supostamente. E, supostamente, você é crucificado, enforcado e banido, muitas vezes por bandidos travestidos de honestos, dizendo que são melhores que os outros.

Na política, já tentaram criminalizar muita gente. Várias pessoas já foram injustiçadas aqui mesmo nesta Casa, aqui dentro desta sala. Nós temos que ter muito cuidado. E nada melhor do que o Conselho Nacional de Justiça fortalecido, com o pensamento de que a Justiça é para todos! E não é cometendo uma injustiça que nós vamos estar fazendo justiça. Então, eu não sei o que aconteceu. Até me provar o contrário, o Ciro Gomes e o Cid Gomes têm meu respeito, o respeito de muitos de nós aqui nesta Casa. Podemos divergir do ponto de vista de comportamento político, mas não no ponto de vista de relações.

Então, eu estou fazendo essa fala, porque você hoje à tarde deverá ser aprovado. E lá tenha certeza de que abusos cometidos serão analisados por vocês no Conselho Nacional de Justiça. O Brasil quer um país transparente. Os brasileiros querem um país que seja passado a limpo com justiça; não com arremedadores que se alvoroçam a dizer que são honestos e tal. Esse pessoal que grita e fala que é honesto é o mais perigoso. Esse é o mais perigoso. E, com o advento da "liberdade de imprensa", entre aspas, agora com a "liberdade de imprensa", você pode falar da mãe de qualquer um que é "liberdade de imprensa".

Então, nesse sentido, Senador e Presidente Davi Alcolumbre, quero dizer que eu espero isso de você. Eu não tenho nenhuma pergunta a lhe fazer, mas eu espero que você tenha esse comportamento no Conselho Nacional de Justiça, em que, nos excessos, haja recomendação do Conselho Nacional de Justiça.

A gente vive momentos difíceis em que um assessor direto do Presidente tem que tomar Lexotan. Veja bem, é um negócio sério, porque até o cara que está do lado, está ali com problema para dormir, nervoso, com medo que alguém possa entrar no Supremo Tribunal Federal como se fosse uma coisa normal, e não é normal.

No Brasil, não se permite haver retrocesso, e os retrocessos pairam na cabeça de alguns. Na nossa visão, a democracia vai permanecer e nós estaremos aqui atentos. Este Congresso Nacional e, principalmente, o Senado Federal têm a obrigação de serem guardiões da Constituinte, e o Supremo também.

Muitas vezes há decisões judiciais que não nos são favoráveis, mas não é por isso que a gente quer que o juiz seja preso ou se acabe com a Justiça. Discuta-se, onde houver excesso tem que se discutir.

Por isso, Dr. João, eu quero lhe desejar sorte e que V. Exa. possa cumprir o seu papel de Conselheiro no CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Desejo sorte!

Mais tarde, com certeza, o seu nome será analisado e apreciado pelos Senadores, e V. Exa. irá compor esse conselho tão importante neste momento, muito importante neste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Próximo Senador inscrito, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Sim, senhor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpellar.) – Presidente, obrigado pelo privilégio após ter enfrentado um verdadeiro engarrafamento de ônibus ali e vir correndo, porque eu queria participar desta sabatina, Dr. João, de V. Exa.

V. Exa. é de um Estado que tem história de grandes juristas, onde nós tivemos a felicidade, nesta Casa, de ter tido um Governador muito querido ali, o Senador Jaques Wagner.

Eu morei na Bahia por 14 anos – por 14 anos, 2 anos em Itabuna e 12 anos em Salvador. Fui auditor de banco ali. Ali aprendi muito, aprendi as coisas boas que o baiano tem: um povo hospitaleiro, um povo humano, um povo alegre, um povo sadio, um povo... Eu queria até fazer aqui, desnecessariamente, essa comparação, mas, às vezes, as pessoas precisam entender. Eu trabalhava numa instituição financeira que era a terceira maior força em agências e população. Você fazia o levantamento das irregularidades que aconteciam no Estado da Bahia e pegava um outro Estado do Norte que tinha três vezes menos população, e o da Bahia tinha cinco vezes menos ocorrências que o do Estado do Norte. Então, o baiano é alegre, mas não é ladrão. O baiano é alegre, mas não é ladrão. Eu queria colocar isso de forma muito genérica, até grosseira, mas eu queria fazer essa comparação.

Eu estudei ali na Universidade Católica, fiz Economia, o segundo ano de Direito e tive a oportunidade de ler o seu currículo ontem. Sem nenhuma dúvida, é um homem que está preparadíssimo para essa nova missão.

Naturalmente é muito difícil o trabalho de V. Exa., que vai julgar os julgadores. E, apesar de existir um certo parâmetro, porque os juízes têm que julgar em cima da lei, acaba que as instituições, de um modo geral, são compostas pelos homens, por ser humano – é o Senado, é o Executivo, o Legislativo, o Judiciário. E, onde existe a humanidade, existem os bons, existem os ruins, existem os erros. Então, V. Exa. está indo para um cargo exatamente para amenizar os erros, diminuir os erros. Muitos são involuntários, outros são voluntários. Muitos são ao olhar daquele julgador, mas às vezes o julgador adota canetas partidárias, adota canetas de formas parciais.

Por coincidência, Senador Kajuru, ontem eu fui vítima disso – eu fui vítima disso. Foi soltado, distribuído um banner em Roraima – e que também eu ajudei a distribuir – que dizia assim: "O eleitor vota no Senador, o ladrão vota no Jucazão". Olha que coincidência. Não é política antecipada, é juízo de valor: que o honesto vota no honesto, o ladrão vota no ladrão. É juízo de valor. E havia uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

musicazinha que dizia assim: "Sou bolsonariano". E a música foi adaptada: "Sou telmariano, voto nele e não me arrependo". Por isso, fui penalizado ontem em R\$10 mil. Mas menos do que isso: toda mídia de Roraima, que tem uma cor partidária, passou dois dias divulgando isso – dois dias divulgando isso! E meus adversários acabaram de ser condenados – só a esposa do patriarca da corrupção perdeu R\$90 mil para mim de indenização, por conta de difamação, calúnia, etc. O esposo, um rapaz lá de Cuba, que é comunista, marido da ex-Prefeita lá, perdeu R\$18 mil também para mim; e um jornalista dele, R\$100 mil; e mais um outro jornalista, R\$10 mil. Quer dizer, esse valor todo nunca ninguém divulgou. Só divulgam do Telmário. Sabe por quê? Vou te dizer: porque o Telmário é filho de uma empregada doméstica com um vaqueiro, veio da periferia, da pobreza, para desamarrar um Estado que estava engessado para o povo ficar pobre e viver sua dignidade. E a elite empresarial, a elite judiciária não aceitam que um pobre venha mudar o leito do rio para o lado bom.

Assuma esse cargo pensando nisso. Tome cuidado com as canetas que estão manchadas de cor partidária e de lado parcial.

Vá com Deus! Tem meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa., meu nobre Presidente Davi Alcolumbre.

Permita-me que possa parabenizar o Senador Antonio Anastasia, que, ontem, em votação democrática... Ontem eu chamei, inclusive, a disputa entre os nossos colegas, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Fernando Bezerra e o Senador Antonio Anastasia, de democracia em marcha dentro do Senado Federal, escolhendo-se, pelo voto secreto, aquele que vai, no Tribunal de Contas da União, exercer um cargo de suma importância – uma instituição também de relevo na estrutura organizacional do Estado brasileiro.

Eu queria, eu orientei, pedi ali ao Senador Antonio Anastasia que ele resgatasse o discurso que ele fez ontem no Plenário do Senado Federal, na tribuna do Senado Federal. Brinquei com ele que só parecido com o discurso que ele fez eu só conheci um baiano, o Ruy Barbosa, que dá o nome ao nosso Plenário. Então, ele deveria resgatar esse discurso, porque, do ponto de vista do conteúdo, da técnica de falar e de explicar e de dizer em pouco tempo, 20 minutos, qual é a importância de um ministro do Tribunal de Contas da União, ele falou de uma maneira muito correta e, por isso, correspondeu aquilo que todos nós sabemos, um dos Senadores que tem o maior conhecimento jurídico, notório conhecimento jurídico, e vai prestar um grande serviço no Tribunal de Contas da União.

Sei que, como sempre, por onde ele passou, dentro da lei, sabendo os limites da lei, até porque a lei existe para limitar o poder, para circunscrever o poder de quem quer que seja, e ele, conhecedor disso, vai prestar um grande serviço àquela Corte de Contas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero, Sr. Presidente, aqui representante da Bahia ao lado aqui do Senador Jaques Wagner, que foi o Relator da indicação do Dr. João Schoucair para o Conselho Nacional de Justiça... O Dr. João tem todas as condições, tem todos os pré-requisitos, reúne o conhecimento para participar do Conselho Nacional de Justiça. Ele é um dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia, uma corte que tem grandes profissionais da Justiça, do conhecimento jurídico, fiscais da lei...

O Ministério Público do Estado da Bahia e a promotoria, os promotores, ao longo da minha vida, Senador Jorge Kajuru, me prestaram um grande serviço. Se eu chego aqui, depois de tanto tempo em cargos executivos, sem problema nenhum, foi porque, na hora da dúvida, o fiscal da lei, eu fui consultá-lo, para que ele dissesse: "Olha, pode compor esse edital de licitação. Pode homologar essa licitação".

No Governo aqui do meu estimado amigo e grande Governador da Bahia Jaques Wagner, nós tivemos um momento interessante e difícil na travessia Salvador-Itaparica. Nós não tínhamos ferryboat, e o Governador Wagner era o Secretário e autorizou que eu fizesse uma licitação para a compra de ferryboats. Eram empresas internacionais, porque não havia no Brasil. Eu fiz essa licitação e mandei, na época, para a Dra. Rita Tourinho. O Wagner, ansioso para resolver o problema da travessia, porque...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Qual Wagner?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Qual Wagner?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Wagner... Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Governador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Governador da Bahia.

Eu era o Vice-Governador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos tratar com deferência: Governador Jaques Wagner.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e o Secretário da Infraestrutura do Wagner. E ele, quando queria as coisas, queria para ontem, não era para hoje. Então, eu estava ansioso para que se resolvesse a travessia e havia poucos ferryboats.

E eu fiz o edital de licitação e mandei para a Dra. Rita Tourinho analisar se esse edital estava correto. Ela demorou um pouco, corrigiu o edital e me mandou o edital. E ele ansioso querendo: "Como é que é? Não vai sair essa compra desse ferryboat?". "Tenha paciência, Excelência, porque não pode ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atropelando a lei." Depois da licitação, eu recebi a empresa que ganhou e mandei para a Dra. Rita Tourinho, a Promotora de Justiça, minha amiga, mas uma pessoa muito dura, muito rígida na análise da lei; para ela autorizar a homologação, e demorou mais tempo. E o Wagner nervoso. Eu disse: "Não adianta você ficar nervoso, porque eu só vou fazer homologação quando o fiscal da lei mandar homologar". Depois de algum tempo, a Dra. Rita mandou que eu homologasse, eu homologuei e compramos os ferryboats. Depois, na campanha política, no horário eleitoral, o adversário questionou a compra. Eu pedi a ela se eu podia mandar colocar na televisão a determinação de acordo com a lei, e ela mandou. A resposta que eu dei ao adversário foi aqui, olha: "O Ministério Público autorizou dentro da lei, na lei, uma compra altamente vantajosa para o Governo, e não há nenhuma dificuldade". Portanto, eu sempre digo que, sabendo e tendo o conhecimento do que Ministério Público pode ajudar, consulte o Ministério Público, porque ele é o fiscal da lei, ele analisa com isenção, e essa isenção dá tranquilidade a qualquer gestor, a qualquer executivo de trabalhar, mesmo você sendo secretário e tendo por trás de você um Governador ansioso que quer que as coisas andem fora de um padrão que seja o padrão de acordo com a legislação. Portanto, eu sou o defensor do Ministério Público, da Corte do Ministério Público, indistintamente de todos eles, no meu Estado da Bahia.

E me refiro também a V. Sa., que é um dos membros desse Ministério Público. Que V. Sa. possa ir para o Conselho Nacional de Justiça exercer essa função com isenção, como eu falei aqui, dentro do limite da lei. Fora do limite da lei nem para exceder a lei, muito menos para recuar e favorecer, porque a lei existe para circunscrever o poder de todos nós, seja de quem for. Portanto, esse é o desejo que eu tenho de vê-lo exercendo essa função.

A Bahia tem uma escola de Direito tradicional, de grandes juristas que passaram, deixaram e construíram uma história de trabalho, de isenção e de imparcialidade no cumprimento dos cargos que ocuparam ao longo da história do nosso Direito na Bahia.

Muito obrigado, Presidente, pela tolerância e também que o Governador Wagner não se aborreça com a pressa dele de querer fazer um secretário sair do padrão que a lei determina. Por isso, nós estamos aqui, ele Senador, eu Senador, cumprindo a lei, olhando para trás e dizendo que cumprimos a nossa obrigação com o nosso Estado – ele tanto quanto eu.

Muito obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só um pela ordem aqui, como eu fui citado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas foram referências elogiosas. Só era muita pressa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei. Só quero devolver o elogio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ah, tudo bem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Só quero dizer que essa nossa liberdade e intimidade é de uma amizade criada dentro da política, que é a amizade entre mim e o querido Senador Otto Alencar. Na verdade, tive a honra de tê-lo como Vice-Governador e também como Secretário de Infraestrutura. Ele brinca aqui, mas ele sabe que eu também, na primeira reunião de secretariado, disse a meus secretários: "Trabalhem dentro da lei. Se estiverem fora da lei, não me procurem, procurem seu advogado".

E realmente nós lá, graças a Deus, fizemos milhares de quilômetros de estrada, e tive o orgulho de uma vez, no interior da Bahia, um senhor já de idade me dizer: "Olha, eu acho que é a maior obra do seu governo é que não tem casos e escândalos de corrupção". Então, acho que essa é a nossa obrigação, é obrigação do Ministério Público, mas, como todo ser humano pode falhar, eu acho que esse debate feito aqui pelo nosso querido Senador Telmário, pelo Senador Omar Aziz, pelo Senador Otto baliza aqueles que querem um Brasil melhor e esperam isso da Justiça, dos operadores de direito, do Ministério Público e do CNJ. Queremos a lei para todos, e não a lei com olhos com vendas furadas, e eu escolho a quem vou punir e a quem vou proteger.

Então, eu agradeço ao Senador Otto a referência a meu nome e a devolvo a ele, elogiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu estou vendo que a gente não está... Graças a Deus, estão todos convencidos da capacidade do indicado, não há perguntas, não há, de certo modo, inquirição.

Eu vou determinar à Secretaria da Comissão, para a gente aproveitar o quórum dos Senadores – a gente está com um quórum de 25 Senadores –, abrir o processo de votação. Solicito que a Secretaria organize com os nossos assessores e peço para a Secretaria também – temos alguns Senadores ali na sala da reunião da Comissão – que chame os outros Senadores das outras Comissões para a gente tentar iniciar e concluir essa votação o mais rápido possível.

Concedo a palavra ao Senador Telmário Mota.

(Procede-se à votação.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, naturalmente eu tive ainda agora a oportunidade de fazer um comentário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a sabatina do Dr. João, mas eu trago a esta Casa talvez a pior das notícias hoje no meu Estado: Roraima hoje, Senador Antonio Anastasia, amanheceu de luto. Luto porque, num acidente fatal, numa grande fatalidade na BR-174, Senador Kajuru, o médico Dr. Alceste Madeira Almeida, com 77 anos, mas com uma lucidez de criança, foi vítima fatal. Teve quatro mandatos de Deputado Federal. Mas Dr. Alceste não foi só um guerreiro, não foi só um excepcional médico obstetra e ginecologista, não foi só um ser humano extraordinário, não foi só um dos maiores guerreiros, Dr. Alceste foi muito mais do que isso: Dr. Alceste é a lenda dos médicos roraimenses. Apesar de ter nascido no Estado do Amazonas, no dia 22 de março de 1944, passou o maior período da sua vida no Estado de Roraima.

Dr. Alceste tinha um semblante de alegria. De alegria, e sabe por que, Senador Davi? Porque ele era obstetra, ele pegava nas mãos, nas sábias mãos o recém-nascido para colocar em vida no mundo que vivemos. Dr. Alceste fazia essa transição do ventre da mãe para a humanidade.

O Dr. Alceste enchia o seu coração só de alegria. Era um médico com quem todas as mulheres queriam consultar porque ele também não era só médico. Ele era um psicólogo, era um conselheiro, era um amor de pessoa, daquelas pessoas que passaram nesse mundo e fizeram uma história eterna, Senador Kajuru. Hoje Roraima em peso está consternada, chorando pela partida, apesar de 77 anos, precoce, do Dr. Alceste, considerado pelos outros médicos o melhor obstetra e o melhor ginecologista. É o cara que fazia uma cirurgia, por exemplo, em menor tempo, exímio laqueador. O Dr. Alceste era dotado de tudo isso.

Eu estava vendo um vídeo dele aqui. Eu queria pedir a paciência desta Casa para terminar a fala ouvindo um pouquinho dos seus dotes. O Dr. Alceste, além de grande médico, obstetra, ginecologista, ser humano, guerreiro, grande Deputado, era músico também. Quero terminar a minha fala ouvindo um pouquinho do Dr. Alceste no acordeão. Só um pouquinho, Presidente.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O Dr. Alceste usou esse acordeão na Terra. Ele subiu com ele para ir tocar para os anjos lá no céu. Pegue na mão de Deus, Dr. Alceste, e vá. Roraima e o povo de Roraima nunca o esquecerão. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Telmário...

Nós não temos mais Senadores inscritos, eu convido os Senadores que estão aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Fora do microfone.) – Pode votar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pode votar, Senador Kajuru. Está aberto lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Kajuru. O Senador Telmário passou pela direita, em alta velocidade, vai entrar na frente da cabine. Não deu tempo para desviar da cadeira, viu? É igual ao cara que ganhou a corrida na Fórmula 1. É uma velocidade estrondosa. Depois que ele botou essa música aí agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não lembra, Omar. Está bom de confusão já.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai ver que tem solidariedade, é um cara bacana.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não fala esse nome, isso vai dar uma confusão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Fora do microfone.) – O que ele falou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me fazer uma consulta aqui aos Senadores e às Senadoras: enquanto nós estamos em processo de votação, para gente antecipar, eu queria, para a segunda parte da reunião, quando concluirmos a votação, Senador Anastasia, Senador Omar, Senador Lucas, Senador Marcos...

Líder, tudo bem? Seja bem-vindo! Estávamos todos com saudade de V. Exa. desde ontem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai vendo, Brasil! (Risos.)

Eu vou pedir para o Senador Chiquinho Feitosa para iniciar a leitura do relatório da segunda parte da reunião, que é o Projeto de Lei nº 3.523, de 2019.

Esse projeto de lei, Senador Jorge Kajuru, tem algo muito especial. Quando eu fui procurado pelo Senador Chiquinho Feitosa, que é um estudioso desse assunto, tem se dedicado a essa questão na área da saúde, especialmente na questão de tratamento da medula óssea, enfim, eu fui procurar o projeto, Senador Chiquinho, e foi uma coisa impactante, porque a gente tem aqui, como eu disse, mais de 1.700 projetos tramitando na Comissão, Senador Kajuru, e o Senador Chiquinho solicitou a relatoria logo que assumiu o mandato de Senador. E eu fui procurar pelo número do projeto; eu fiquei muito sensibilizado quando eu vi que o autor do projeto, na época... Foi apresentado na Câmara em 2019, pelo Senador, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época, Deputado Federal Major Olimpio, que foi nosso colega Senador, que nós todos perdemos para o covid.

Então, quero fazer essa lembrança e essa homenagem ao Senador Major Olimpio, que era um amigo querido, de posições firmes, destemido, corajoso, que, infelizmente, nos deixou, deixou esta Casa, deixou o Brasil, deixou a representação do Estado de São Paulo.

E eu queria dizer ao Senador Chiquinho Feitosa, que foi também, Senador... Por isso que nós priorizamos também, em sinal de respeito ao Senador Major Olimpio, que apresentou esse projeto preocupado ainda com essa questão de saúde, ainda quando era Deputado pelo Estado de São Paulo. E V. Exa. relata um projeto de um colega nosso, que nos deixou e que, com certeza absoluta, vai ser muito importante para o nosso País, para a saúde pública brasileira.

Então, eu queria fazer a leitura e iniciar, enquanto estamos em votação... Só fazer a leitura do cabeçalho.

Senador Jorge Kajuru, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Obrigado, amigo Presidente Davi Alcolumbre.

Eu quero só aproveitar porque acabei de ler aqui uma notícia e fiquei, evidentemente, surpreso. Depois da votação de ontem para a escolha do indicado ao Tribunal de Contas da União, eu quero mostrar a minha solidariedade sincera – e faço isso pouquíssimas vezes, Presidente Davi – ao Líder do Governo do Bolsonaro, Fernando Bezerra, que acaba de entregar o cargo. E o Governo Bolsonaro vai sentir o que é perder um Líder como ele: amigo, correto, respeitava as divergências, deve, evidentemente, ter ficado muito entristecido. Obteve sete votos, e, como Líder do Governo Bolsonaro, é óbvio que ele esperava muito mais.

Bezerra, cabeça erguida! Tenho certeza de que outros colegas aqui, o Senador Anastasia, todos nós estamos solidários a ele e respeitamos essa sua decisão de entregar o cargo do Líder do Governo. Como disse Omar Aziz, um tem que tomar Lexotan, outro entrega cargo. Esse é o retrato de quem está à frente do País.

Muito obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Kajuru.

Nós estamos com quórum de 14 Senadores. Peço à Secretaria que entre em contato com os gabinetes, porque temos Senadores titulares que estão aqui nas outras Comissões. Se eles puderem vir votar, para a gente concluir a votação desta autoridade aqui na Comissão e encaminhar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz um compromisso com o indicado, o Dr. João Paulo, de que eu iria encaminhar, imediatamente, a partir da decisão da Comissão, para a SGM, para a Mesa do Senado, para apreciação ainda hoje pelo Plenário Senado Federal da indicação do Sr. João Paulo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, é um privilegiado, não é, porque há alguns que ficaram alguns meses sem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É um abençoado, é um abençoado. (Risos.)

Vou iniciar o segundo trecho da nossa audiência, enquanto o Senador Alessandro e os Senadores que chegaram agora... Vou iniciar o segundo trecho da nossa reunião, que se dará em seguida, para anteciparmos, enquanto estamos em processo de votação, um item importante da pauta de hoje. Peço a atenção dos Senadores. É um tema importantíssimo.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3523, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.930, de 22 de abril de 2009, para facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chiquinho Feitosa

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

É de autoria, como disse, o então Deputado Federal Major Olímpio, à época, do PDT de São Paulo, nosso eterno Senador Major Olímpio, nosso amigo. Que Deus o tenha!

Parabéns, Chiquinho, nosso querido Senador cearense, pela preocupação com essa matéria! Parabéns, por relatar uma matéria tão importante em sua biografia.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Presidente, só uma consulta. Foi feita a inversão da pauta do item?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente. Enquanto nós estamos em processo de votação...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi feito um acordo, Senador Roberto. Eu fui comunicado do acordo pelo Líder Carlos Portinho; que V. Exa. tinha feito um compromisso para que a gente, como ele fez 48 emendas...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... V. Exa. iria avaliar as emendas, e nós colocaríamos na primeira quinzena, no retorno...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Ah, quer dizer que o item vai ser retirado de pauta depois dessa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ele me comunicou...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Perfeito, perfeito. Era isso mesmo que eu queria comunicar. Foram apresentadas ontem, às 10h, mais ou menos umas 50 emendas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Foi só adiado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Adiado para a primeira sessão seguinte?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Na primeira sessão seguinte, vai ser feita a deliberação. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como temos outro compromisso, quero daqui a pouco, quando V. Exa. estiver na ordem de inscrição, fazer outro compromisso com a Comissão e com Senado Federal.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Está bem. O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O relatório do Senador Chiquinho é favorável.

A gente está com 19 votantes.

Concedo a palavra ao Senador Chiquinho Feitosa para proferir o seu relatório.

O SR. CHIQUINHO FEITOSA (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente Davi, com muita honra V. Exa. me designou para relatar esse projeto de lei do nosso querido e saudoso Major Olimpio. É um projeto de lei realmente de muita relevância, principalmente para quem, claro, sofre desse tipo de doença.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei 3.523, de 2019, de iniciativa do saudoso Senador Major Olimpio, tem por objetivo facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

Para tanto, altera a Lei 11.930, de 2009, que cria o referido registro, incluindo o art. 2º-A, prevendo que os doadores voluntários de medula óssea deverão fornecer ao Redome os dados necessários à sua localização. Assim, os hemocentros e os gestores do registro poderão requisitar aos órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios os dados necessários à localização de doadores de medula óssea, quando a tentativa de os localizar por meio dos dados cadastrais não obtiver êxito. Se, mesmo assim, não for possível, serão solicitados os dados cadastrais de familiares, a fim de tentar manter contato com o doador por intermédio dessas pessoas.

Estima-se que a possibilidade de se encontrar doador de medula óssea compatível com o receptor entre pessoas não aparentadas alcance um a cada 100 mil, razão pela qual, uma vez identificado o doador, é fundamental localizá-lo.

A presente proposição, ao dotar os hemocentros e os gestores do Redome de todas as alternativas possíveis para a localização dos doadores, certamente contribuirá decisivamente para a proteção do direito à vida.

Por oportuno, gostaria neste momento de lembrar o exemplo da jornalista Cristiana Lôbo, recém-falecida, vítima de uma doença tratável com transplante de medula óssea. Sua coragem e vontade de viver nos inspira, o que nos faz sugerir que a futura lei venha ser gravada com seu nome, em homenagem e apoio aos milhares de brasileiros que aguardam um transplante. E esta lei certamente contribuirá para abreviar o tempo de busca por doadores compatíveis.

Por isso, Sras. e Srs. Senadores, por essa razão, nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei 3.523, de 2019, de autoria do nosso querido Major Olimpio.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Chiquinho.

Temos algum Senador que ainda não votou?

Senador Eduardo Braga.

Senador Renan...

A Secretaria conseguiu... Há algum servidor que possa ir aqui às Comissões...

Senador Eduardo Braga, Senador Eduardo Gomes, Senador Veneziano, Senador Renan, Senadora Simone, Senador Giordano, Senador Fernando, Senador Luiz do Carmo, Senador Jader, Senadora Rose, Senador Flávio, Senadora Daniella, Senadora Soraya Thronicke, Senador Paulo Paim, Fernando Collor, Humberto Costa, Senadora Eliziane, Senador Weverton, Senador Cid, Senador Randolfe Rodrigues.

Enquanto ainda estamos aguardando o quórum, coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós encerramos a discussão.

Queria a atenção dos Senadores aqui ao meu lado. O Secretário da Comissão, Dr. Ednaldo, está orientando que eu não conclua essa votação desse projeto de lei porque nós estamos em outro processo de votação nominal. Ele acha que aquele começou primeiro e, regimentalmente, talvez pudéssemos ter algum problema... Só que, se essa votação for simbólica, por acordo, fazendo esta manifestação, eu acho que não teremos nenhum questionamento se a gente concluir esta votação dessa matéria de maneira simbólica enquanto... Eu não quero encerrar com 22. Se eu puder encerrar com o quórum alto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pois não, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Meu entendimento é de que, havendo uma votação nominal em andamento, não se pode fazer outra nominal, mas, se fosse submetida à votação simbólica, havendo a concordância do Plenário, não há nenhum impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu acho que a gente precisa ganhar um tempinho aí para poder não ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questionamento de vício eventualmente, vício no futuro. Se V. Exa. concordar, eu posso dar aquela palavra em relação àquela matéria, para poder ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fazendo soar a campainha.) – Certamente. Vamos aproveitar... E eu queria a atenção do Plenário também, Senadores e Senadoras. Eu queria conceder a palavra para o Senador Roberto Rocha.

Na última reunião da nossa Comissão... (Pausa.)

Senador Presidente Veneziano, seja bem-vindo!

Na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, a gente teve uma manifestação do Senador Roberto Rocha em relação a uma matéria em que, como ele mesmo disse, se aprofundou, estudou, que é a questão da reforma tributária, que é uma matéria importante que nós precisamos deliberar. Nós tivemos outras reuniões depois da reunião da Comissão, eu conversei com os outros Senadores que tinham feito algumas manifestações em relação ao relatório, e, sem entrar no mérito do relatório, nós fizemos um compromisso de procedimentos em relação a essa matéria. E eu quero passar a palavra para o Relator, que ajudou a construir esse entendimento com o Presidente da Casa e comigo para a deliberação dessa matéria. Então, eu quero passar a palavra ao Senador Roberto, que tem todas as credenciais, que estuda a matéria há muito tempo, desde a época em que foi designado o Relator. Eu queria que, aqui no plenário da Comissão, nós fizéssemos essa manifestação pública com a resposta da Presidência para essa manifestação do entendimento em relação a essa matéria específica.

Com a palavra o Relator, o Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Muito bem. Presidente Davi Alcolumbre, Senadores e Senadoras, é rápido.

Eu, é claro, quero iniciar lamentando o fato de estarmos concluindo mais um ano sem deliberarmos sobre esta importantíssima matéria que é a possibilidade de termos a substituição de um manicômio tributário por um sistema tributário. O que o Brasil tem não é um sistema tributário: o Brasil tem é um cipoal tributário que inibe qualquer empreendimento de vir para o Brasil.

Dito isso, essa minha frustração pessoal de não ver pelo menos lido hoje o nosso relatório, que foi apresentado no dia 5 de outubro, eu quero dizer, além desta Comissão, além do Plenário, ao mercado que, após a votação da PEC dos precatórios e após a votação do Auxílio Brasil, eu creio que o que está mais diante de nós e premente e urgente para que a gente vote é exatamente esta proposta que é a PEC 110, que é do Senado, originária do Senado. V. Exa. era o Presidente da Casa quando ela foi apresentada e o primeiro signatário – primeiro signatário, e junto com V. Exa. houve, acho, 68 Senadores, dentre os quais eu –, e, naquela época, recebi a confiança de ser o Relator dessa matéria.

Eu já disse aqui que não sou da área tributária, não sou nem da área do Direito, mas me aprofundei na questão. Rodei o Brasil todo, viajei, conheci mais a fundo os diversos brasis e a dificuldade de termos um IVA – um IVA só. Daí nasceu a necessidade de termos o IVA dual, assim como é no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Canadá, na Índia e em países grandes que também têm diferenças. E isso foi feito. A gente conseguiu colocar na mesma mesa, o que nunca tinha acontecido... Por exemplo, todos os Estados estão apoiando, de São Paulo ao Piauí e ao Maranhão. Isso nunca aconteceu! Nós estamos tirando da origem para o destino, o que vai dar aos Estados do Nordeste e do Norte, os mais pobres, um ganho significativo. Isso, sim, significa tirar do andar de cima para o andar de baixo, significa diminuir as diferenças regionais.

Eu quero aqui registrar que, de fato, tivemos conversas após aquela sessão de quarta-feira passada. O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, falou comigo algumas vezes, V. Exa. falou comigo algumas vezes, e concluímos que precisamos pensar além da próxima esquina. E pensar além da próxima esquina é votar.

Agora, a gente não quer trazer para esta Comissão mais calor do que o que ela já tem. A gente já fez – eu fiz – na CCJ dezenas, centenas de horas de audiências públicas, Senador Kajuru, e assim também foi feito na PEC 45, da Câmara, cujo autor é o Deputado Baleia Rossi, Presidente do MDB. O Deputado Aguinaldo era o Relator daquela PEC. Depois fizemos uma Comissão Mista. Essa Comissão Mista foi uma ideia que surgiu de uma conversa minha com o Presidente Davi, à época. Por quê? Porque a proposta ia para o chão e foi para o chão por conta do embate, à época, entre o Presidente Rodrigo Maia e o Governo Federal. Aí o que a gente fez? A gente criou uma Comissão Mista. Eu fui o Presidente dessa Comissão, e o Aguinaldo, que é irmão da Senadora Daniella, nossa companheira, amiga, colega, foi o Relator. Ora, em política, normalmente, quando você não quer resolver nada, você cria uma Comissão.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Nesse caso, foi o inverso. A Comissão Mista, então, foi uma travessia para a gente chegar a este ponto a que chegamos. Quando assumiu o Presidente Arthur Lira, com muitas dificuldades, em razão do calor político, da refrega política com o Baleia Rossi, a PEC da Câmara ficou meio prejudicada, politicamente prejudicada. Aí nós tivemos o desafio de resgatar a PEC do Senado, a PEC 110, cujo relatório eu já tinha apresentado aqui dois anos atrás. E, diga-se, desde aquela época, já apresentávamos o IVA dual. Não é nenhum casuísmo, nada, nada de novo!

Assim, nós conseguimos unificar o melhor da PEC 45, o melhor da PEC 110, o melhor da Comissão Mista nesse novo relatório, tanto que ele tem o apoio dos três níveis de Governo, federal, estadual e municipal. Ele tem o apoio do setor produtivo quase integralmente. Ele tem o apoio do Fisco. Ele tem o apoio, pelo que eu percebo, da maioria esmagadora do Senado e da Câmara, que, junto comigo, construiu esse relatório. Quantas vezes eu estive na casa do Arthur Lira com o Rodrigo Pacheco e com o Arthur Lira na casa do Rodrigo Pacheco? Eram reuniões nossas, muitas, muitas reuniões, inclusive com o Líder do Governo na Câmara, com os Líderes da Câmara, etc., etc., etc.

Eu concluo, Presidente, apelando para o espírito público de V. Exa. e dos demais membros desta Comissão, para que, efetivamente, a gente tenha de V. Exa. o compromisso público – não conosco, mas, além de nós, com o Brasil – de pautar essa necessária matéria, mais que importante, na primeira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana do ano de 2022. É esse o apelo que faço a V. Exa. e o compromisso que peço a V. Exa. que assuma com todos nós, extensivo a todo o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, eminente Senador Davi Alcolumbre, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra tão somente para ser mais uma vez testemunha. O Senador Roberto Rocha realizou um trabalho que foi muito vigoroso e muito eficiente ao longo desses quase dois anos. Por que motivo? O texto final por ele apresentado recebe o apoio, em primeiro lugar, de todas as entidades empresariais; em segundo lugar, das entidades do Fisco – eu até participei de um congresso em Portugal, de que ele também participou, reconhecendo o apoio do Fisco –; e terceiro, dos Governadores. Então, ele conseguiu Senador Esperidião, fazer de fato algo que era considerado inédito: numa reforma que é tão complexa, agregar interesses divergentes, convergindo-os para uma proposta que, evidentemente, merece discussão, aperfeiçoamento, debate, não é simples. Eu queria fazer esse registro por ser de justiça o trabalho realizado durante esse período pelo Senador Roberto Rocha.

Parabéns, Senador Roberto!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito obrigado, querido. Vindo de V. Exa., esse testemunho me honra muito mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Jorginho e, em seguida, Senador Heinze.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Muito bem, Presidente.

Eu quero também nessa mesma linha dizer que infelizmente o Senado da República não vota essa matéria este ano – infelizmente! O esforço e o trabalho que o Senador Roberto Rocha fez, sob todos os aspectos, são uma... Nós vamos ficar devendo para a sociedade brasileira ter passado este ano. O ano que vem é um ano eleitoral, tomara que seja votada alguma coisa, mas só vai valer daí para a frente. Esse emaranhado da legislação tributária impede o crescimento da economia, é um trabalho muito grande no controle, na papelada, há um número de leis, decretos, portarias, resoluções... Ser empresário e pagar imposto neste País é um ato de heroísmo. Então, quando se tem uma reforma para simplificar, para melhorar a vida de quem paga, de quem paga a conta, quem dá emprego, não se dá o valor devido. Nós só não votamos por não ter sido dado o valor devido ao trabalho dedicado do Senador Roberto Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo pelo que ele fez, pelo esforço. Eu sempre estive ao seu lado, defendendo, junto com todos aqueles que defendem uma reforma tributária. Ninguém pode perder dinheiro – nem Estado, nem União, nem Município –, mas nós podemos simplificar a vida de quem paga tributo neste País. Então, cumprimento-o, e não desanime, Senador Roberto, porque haveremos de dar prosseguimento a essa reforma, que é necessária para o Brasil começar a crescer e crescer ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, primeiro, eu quero cumprimentar aqui o Senador Roberto Rocha pelo trabalho que ele realizou.

Eu havia lhe proposto, Sr. Presidente, em 2019, quando iniciamos, Senador Girão, a discussão da reforma da previdência: enquanto a Câmara começa a reforma da previdência, nós podíamos fazer o início do processo da reforma tributária, que era muito importante – e havia um projeto do Deputado Luiz Carlos Hauy, lá do Paraná, e também um projeto do Bernard Appy, que estava com Baleia Rossi –, podíamos abrir a discussão para que nós possamos iniciar um processo no Senado enquanto a Câmara tratava da reforma da previdência.

O Senador Roberto Rocha fez seu empenho. Por isso, Sr. Presidente, depois de concluído o estudo em que trabalhou – o estudo, as reuniões, sei lá, dezenas, milhares de horas dedicadas a esse tema; como ele falou, percorreu o Brasil –, eu acho que cabe a esta Casa... E ainda vou insistir com V. Exa.: nós temos duas, três semanas, se nós pudéssemos antecipar... O ano que vem é um ano eleitoral. O Brasil precisa disso. Eu acho que nós daríamos uma grande contribuição se nós votássemos esse projeto, que está pronto para ser votado. É votar; as discussões já foram feitas. Então, essa é a insistência que eu queria aqui manifestar, por algo que havíamos conversado em 2019, quando V. Exa. era o Presidente desta Casa. O assunto foi esgotado, a Câmara fez a sua parte, o Deputado Aguinaldo, o Deputado Baleia, o Senador Roberto Rocha... Eu acho que nós temos uma matéria pronta para votar, que vai ajudar a sociedade brasileira. Neste momento de crise, passada a pandemia, eu acho que seria extremamente importante que a gente se dedicasse a esse tema. E conclamo V. Exa.: antes de fevereiro, se nós pudéssemos já votar antes, para nós seria importante. Eu acho que está pronta a matéria para votar, e a discussão já foi feita com a sociedade brasileira, Governadores, Prefeitos, o Brasil inteiro e os empresários da mesma forma... Eu acho que é uma contribuição importante que esta Casa estaria dando ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu também não posso me calar diante deste momento que, eu diria, do ponto de vista objetivo, é um momento de frustração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faço minhas aí as palavras do Senador Jorginho, do meu amigo Senador Heinze, do depoimento do nosso Senador Anastasia e de tantos outros. Eu estou frustrado como Parlamentar. O quase ex-Parlamentar Antonio Anastasia também está frustrado, porque a reforma tributária...

Quando a gente fica noticiando aí que "o desenvolvimento, o crescimento econômico está patinando", uma das principais causas é, sem dúvida alguma, a insegurança jurídica que decorre do nosso sistema tributário. Nós não votamos aí, na semana passada, a desoneração da folha? Prorroga, não avalia, o sistema... A concessão desse benefício é um jogo de espertezas, como já denunciaram todos os Ministros da Fazenda dos últimos dez anos. Então, essa insegurança jurídica, essa vulnerabilidade da regra, tudo isso torna o investimento uma questão a ser resolvida não pelo placar do País, mas pelas antessalas.

E uma concertação como essa que foi tecida, que é o projeto da reforma tributária cujo primeiro signatário é o senhor – e eu também assinei a PEC 110 –, era uma esperança do ano de 2019, tanto era importante que a Câmara também deflagrou a sua. E chego ao final do terceiro ano de mandato com essa frustração – não vejo outra palavra para definir.

Acho que o trabalho que foi feito é mais do que uma semente: é uma boa construção. Eu não sei se seria o caso de se praticar algum gesto, não é? Por exemplo, fazer consignar nos Anais a leitura do parecer, no mínimo, para que nós nos lembremos no começo do ano que vem de que temos um restos a pagar empenhado, mas um restos a pagar moral, legal e institucional – não tem nada a ver com um restos a pagar financeiro. Não se preocupe, Senador Kajuru, não é cobrança, não é postergar a chegada do vermelhinho, que era o cobrador antigo do Rio de Janeiro, mas é, sim, uma dívida que nós temos com a sociedade. Algum gesto, além desse registro, eu acho que nós temos que praticar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me... A Secretaria conseguiu contato? (Pausa.)

Antes de eu fazer a minha resposta, eu vou liberar o nosso sabatinado aqui. Vou encerrar a votação, porque nós já ligamos para todos os Senadores, mas nós estamos com o quórum alto, importante, 24 Senadores de 27. E eu tenho certeza absoluta de que, Dr. João Paulo, pelas manifestações, pelo currículo de V. Sa., pela fala do conhecimento e da atuação de V. Sa. como membro do Ministério Público e naturalmente como indicado para o Conselho Nacional de Justiça pela Procuradoria-Geral da República... E as manifestações foram todas no sentido de lhe desejar sucesso e êxito, eu faço de todas elas as minhas. Eu sei da importância desse órgão de correição. O Conselho Nacional de Justiça tem ao longo dos últimos anos atuado... É importante que V. Exa. leve a mensagem do Senado do desejo dos Senadores em relação ao papel importante do Conselho para a fiscalização da magistratura brasileira, do Poder Judiciário brasileiro, dentro dos limites constitucionais. Eu tenho certeza de que é um cargo, na sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biografia, também relevantíssimo. E, como funcionário de carreira, V. Exa. o honrará a partir do momento em que estiver compondo o Conselho. Eu vou encerrar esta votação, vou proclamar o resultado e vou liberar o nosso sabatinado, nosso indicado aqui hoje. Vou determinar à Secretaria que encaminhe o processado para a Mesa, para o Presidente Rodrigo Pacheco, que tem o desejo de pautar ainda hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Preciso pedir urgência?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já fiz o requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ah, já está pedido.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 23 Senadores e Senadoras; 01, NÃO.

Total de 24 Senadores presentes.

Está aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal o nome do Sr. João Paulo Santos Schoucair para exercer o cargo de Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça, na vaga da Procuradoria-Geral da República.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, direto para o Plenário, por solicitação de vários Senadores.

Solicito à Secretaria que acompanhe o Dr. Paulo, porque nós vamos continuar o debate da Comissão aqui. (Pausa.)

Voltamos ao projeto em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir agora, já encerrada a votação e apresentado o resultado no painel... (Pausa.)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Deixe-me aproveitar para fazer uma fala em resposta aos apelos...

Sr. Desembargador Júlio, seja muito bem-vindo à Comissão de Constituição e Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo ao Senador Roberto Rocha e a todos os outros Senadores, depois daquela última reunião na Comissão, o Senador Roberto Rocha, eu e o Presidente Rodrigo Pacheco tivemos outras reuniões, Senador Fávoro, para tratarmos desse assunto.

Havia solicitação de alguns Senadores, como ainda de fato há a solicitação desses Senadores, para que a gente não colocasse a matéria em votação nem agora nem no ano que vem, mas nós fizemos um entendimento, Senador Amin, com o Presidente Rodrigo Pacheco, porque acho que a gente tem que deliberar. Independente daqueles que são favoráveis ou contrários, nós temos que deliberar pela importância e pelo significado da matéria, dito isso por V. Exa., pelo Senador Roberto Rocha, pelo Senador Jorginho, pelo Senador Heinze, pelo Senador Girão, pelo Senador Anastasia.

Qual foi o entendimento de procedimento que o Presidente do Senado Federal acordou com o Relator da matéria? Nós continuaremos com a objeção de alguns Senadores e vamos ter, porque é natural do processo, mas o Presidente Rodrigo Pacheco e eu definimos com o Relator da matéria, com todos os apelos feitos pelos outros Senadores, que essa matéria será feita no retorno, no ano que vem, dos trabalhos do Senado. Na Comissão de Constituição e Justiça, constará da pauta da primeira reunião a leitura do relatório, mas já há, por parte de alguns Senadores, também manifestação em relação a pedidos de vista e outros instrumentos regimentais, o que é legítimo da Comissão. O Presidente Rodrigo Pacheco e o Senador Roberto Rocha acordaram isso, e eu, como Presidente da Comissão, sendo orientado pelo Presidente Rodrigo, assumo um compromisso público com a CCJ de que, no retorno dos trabalhos, nós faremos a leitura e a votação da matéria, com o compromisso do Presidente Rodrigo Pacheco de que, cumpridos os prazos regimentais, levará diretamente para o Plenário a partir do momento da votação aqui na Comissão.

Havia uma solicitação, de fato, do Senador Roberto para fazer a leitura e deixar para o ano que vem a votação, só que havia essa manifestação novamente contrária. Então, dentro dessa busca constante do diálogo e da melhor maneira possível para concluirmos esses impasses, a gente optou por fazer o encaminhamento de um acordo. E eu até agradeço, cumprimentando-o, ao Senador Roberto Rocha, que aceitou novamente essa manifestação, compreendendo a importância do entendimento.

Então, fica consignado na ata e registrado que, depois de um amplo debate entre o Presidente e o Relator da matéria e este Presidente que vos fala, nós colocaremos, na pauta do retorno dos trabalhos, a leitura do relatório e colocaremos em votação na CCJ e, imediatamente, quando concluirmos a votação, eu encaminharei a matéria com o requerimento apresentado pelo Senador Roberto para que ela possa ir para o Plenário ainda, se Deus quiser, na primeira quinzena de fevereiro. Esse é o compromisso público que assumo com V. Exas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito obrigado, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou fazer a leitura do item da pauta...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos do Val, Senador Lucas, Senador Rogério, Senador Girão: nós temos vários Senadores aqui que estão conversando, desde o início da reunião, em relação a essa matéria.

Eu vou fazer a leitura, Senador Marcos do Val; vou fazer uma ponderação e vou passar a palavra a V. Exa. Há de fato o desejo dos Senadores de construírem um entendimento para a votação dessa matéria, mesmo com a manifestação que vou fazer, que V. Exa. já aceitou junto com outros Senadores na busca do entendimento. Eu vou fazer a leitura e vou passar a palavra para V. Exa.

2ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3723, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

Observações:

- Em 03/03/2020, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus;
- Em 23/10/2020, foi recebida a Emenda 2, de autoria do Senador Telmário Mota;
- Em 11/11/2020, foram recebidas as Emendas 3 e 4 de autoria do Senador Lasier Martins;
- Em 14/12/2021 foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 14/12/2021, foram recebidas as Emendas nº 5, de autoria do Senador José Aníbal; 6 a 11, e 15 a 23, de autoria do Senador Alessandro Vieira; e 12 a 14, de autoria do Senador Eduardo Girão (todas dependendo de relatório);

- Em 15/12/2021, foram recebidas as Emendas nºs 24 e 25, de autoria do Senador Eduardo Girão; 26 a 34, de autoria do Senador Alessandro Vieira; e nº 35, de autoria do Senador Jorginho Mello (todas dependendo de relatório).

Eu vou conceder a palavra ao Senador Marcos do Val. Em seguida, vou fazer uma manifestação, inclusive a V. Exa., Senador Marcos do Val, mas vou aguardar diante das conversas que V. Exa. teve.

Concedo a palavra para que V. Exa. faça a sua manifestação e, naturalmente, a leitura do relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Eu quero lhe agradecer por ter pautado hoje.

A gente tem debatido bastante. É um assunto que a sociedade brasileira entende ser muito polêmico. De fato, é um assunto polêmico, mas a gente tem que tratá-lo com muita racionalidade e botar alguns pontos.

Antes de ler o meu relatório, eu queria esclarecer, para alguns Senadores e até para alguns brasileiros que estão nos assistindo, algumas dúvidas que surgiram acerca desse relatório, que já está há mais de um ano comigo.

Eu não o pautei antes em razão da situação que o Brasil atravessava, da pandemia, e só achei ser ideal o momento agora por causa do que vem acontecendo, a interferência do STF em legislar, em tomar decisões monocráticas e, em pleno recesso, quando os Ministros do STF podem tomar decisões monocráticas, não do Colegiado, ser possível derrubar os decretos que estão hoje em vigor.

Os decretos que estão em vigor referentes a posse e porte de armas abrem um leque muito grande, e todo mundo sabe que eu tenho uma posição que sempre foi de equilíbrio referente a essa questão da posse e do porte de armas.

O projeto que está comigo foi apresentado pelo Presidente da República para tratar desse assunto, porte e posse de armas, mas, na Câmara dos Deputados, ele sofreu uma série de modificações e se tornou um projeto especificamente para falar dos CACs, caçadores, atiradores e colecionadores – quando a gente fala "atiradores", são os atiradores esportistas; as principais medalhas que nós sempre ganhamos nas Olimpíadas vêm dos atiradores.

Bom, alguns pontos passaram a ser muito questionados por alguns Senadores, e eu volto a dizer que eu só o pautei sem ter feito nenhuma alteração para dar segurança jurídica para essa categoria, formada por mais de 500 mil CACs no País. Se, durante o nosso recesso – dou um exemplo para que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade possa entender – e na vigência do recesso do STF, for tomada uma decisão monocrática para derrubar os decretos, sem que haja a aprovação deste projeto, nós vamos ter o equivalente ao seguinte: quem foi autorizado a comprar, e comprou, um carro 2.0, de uma hora para outra, por uma decisão monocrática, tem um carro que passa a ser ilegal e pode ser preso por isso. Então, se você estiver com o seu carro na garagem e alguém denunciar, você é preso; se você quiser vender seu carro, em relação ao qual você teve autorização durante o decreto, você vai ser preso; se você quiser tirar o carro da garagem e levar para outro local, você vai ser preso. Então, vai haver uma insegurança jurídica enorme no País.

Bom, outra questão é acharem que os caçadores estão, de forma velada, querendo ter o porte de armas. Eu venho esclarecer que, em 2003, no Estatuto do Desarmamento, já se citava o porte de trânsito, que foi regulamentado em 2017, nos art. 9º e 24 do Estatuto do Desarmamento. Então, não é algo de agora, e as pessoas estão entendendo que, quanto àquele acervo que os atiradores têm, eles podem deixar municiado, os armamentos pesados preparados e sair armados pelas ruas. Não. Ele precisa, por lei, separar a arma, separar o carregador e separar as munições. E pode somente portar uma arma curta, de calibre permitido. O do calibre permitido, para você fazer a segurança desse equipamento todo, seria o equivalente a uma transportadora de valores que, em vez de ter aquele caminhão blindado, vai transportar numa kombi uma quantidade grande de dinheiro. Então, seria uma comparação mais ou menos nesse sentido.

Então, o questionamento é: "Ah, mas eles estão achando uma forma de andar armados". Se a polícia... Se vocês colocarem no Google hoje, vocês vão ver vários CACs que foram presos porque não estavam no caminho ou em trânsito para o seu treinamento, para a sua competição, e foram presos. Só que hoje, pelos decretos, ele pode pagar a fiança e ser libertado, ele é solto. Pagou fiança, ele é solto. Esse projeto passado na Câmara dos Deputados, aprovado por 513 Deputados, de forma presencial e não remota, já tira essa possibilidade. Então, se ele for preso e se não comprovar... Se ele está, às 3h da manhã, transitando com uma arma, não faz sentido ele estar em treinamento ou competição, então ele vai ser preso; e agora passa a ser um crime inafiançável.

Bom, outro ponto: no mínimo são 60... Hoje o decreto permite no mínimo 60 armas que um CAC pode ter; o projeto apresenta no mínimo 16. Então, se a gente permanece com os decretos, vai estar valendo ainda as pessoas comprarem no mínimo 60 armas e não 16, como está no projeto. O projeto não favorece os CACs, só regulamenta, ele só dá segurança jurídica para que nós, legisladores, possamos dar continuidade para a melhoria desse projeto.

Bom, outro questionamento: as munições rastreáveis. O projeto fala que é para deixar as munições rastreáveis serem obrigatórias, mas as munições rastreáveis... O projeto fala que é para deixar de serem obrigatórias somente para policiais. Os CACs e eu, que tenho porte... Uma coisa é você ter um porte cedido pela Polícia Federal, outra é você ser um colecionador, atirador ou caçador, que é regulamentado pelo Exército. Hoje eu não preciso ter, a lei não me obriga a ter munição rastreável. A lei não obriga que o caçador ou o atirador tenha munição rastreável. E essa lei está dizendo somente para policiais terem munição rastreável. A munição rastreável, para que vocês possam ter um entendimento, bem rápido, não é – fiz um desenho bem rápido – tudo isso que a gente chama de munição. A cápsula sai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da arma e cai ao chão, e o projétil é que vai em direção à pessoa que foi supostamente assassinada, executada ou morta. A cápsula seria uma cápsula rastreada. Só que hoje as cápsulas já estão marcadas por lote. Então, debater essa questão de ser rastreável ou não, eu acho pertinente. Eu não acho que é desnecessário, eu acho que vale, até para ser rastreável para as outras categorias, mas nós precisamos dar uma segurança jurídica.

E aí entra a minha solicitação aos pares para que a gente possa fazer um acordo de aprovar e dar segurança jurídica para os CACs neste momento, para os 500 mil atiradores esportistas. A gente inicia um projeto organizando esses pontos que se tornaram questionáveis para os Senadores. Então, não é que nós vamos aprovar e encerrou o projeto. Não. Nós eternamente vamos legislar sobre esse assunto, ele nunca terá fim. O que eu estou pedindo é: se for feito um pedido de vista, vai continuar valendo a compra de no mínimo 60 armas, vai continuar valendo o pagamento para você ser liberado e outras condições que os decretos facilitam e que esse projeto dificulta. "Ah, mas mínimo de 60 armas, Senador?" Quem regulamenta a quantidade é o Exército Brasileiro, não é que você pode adquirir 60 e depois, de um dia para o outro, comprar mil. Não é isso. Cada arma adquirida é passada por um crivo do Exército.

Para os atiradores esportistas, nós... Com o pedido de vista ou com a não aprovação do projeto como está e se voltar para a Câmara, nós vamos gerar consequências para os atiradores esportistas, por questões de não se poder ter a quantidade de armas de que precisa para o seu treinamento, não se poder fazer mais a recarga da sua munição em sua residência ou no seu estande, no seu clube de tiro. A recarga pessoal de um atirador esportista vale o peso da munição, o peso da pólvora em gramas, o peso do projétil, para que ele consiga efetivamente se destacar e ter sua colocação. Então, ele mesmo prepara a munição, faz parte do equipamento da arma. Se a gente o proíbe de fazer essa recarga, é como se eu estivesse dizendo para um atleta, um corredor de Fórmula 1, o seguinte: "A partir de agora, você vai treinar só com dez litros de gasolina". Como ele vai ser competitivo se nós limitarmos que o nosso competidor de Fórmula 1 tenha só dez litros para poder fazer seu treinamento? Então, nós vamos, com toda certeza, sem dúvida nenhuma, causar um prejuízo enorme para os atiradores esportistas.

Bom, eu vou ler o relatório, qualquer outra dúvida, estou à disposição para esclarecer. Essas questões, sendo aprovado ou sendo colocado no Plenário para votação, não vão gerar mortes, consequências. Está regulamentando, como eu falei, os cartuchos somente para os policiais. E nós podemos dar continuidade num outro projeto trabalhado em grupo para poder regulamentar, apesar de que há pontos que são colocados aqui e são regulamentados pelo Exército. Bom, então eu vou tentar ser rápido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, antes de o Relator ler o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Paulo, eu vou...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Questão de ordem tem prioridade. Com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria saber qual vai ser o procedimento aqui, porque, pelos argumentos do Relator... Ele vai ler o projeto, e neste tema não se trata de Maioria e Minoria, de vontade de A e de B, etc. Todos os argumentos do Relator, que, aliás, é um especialista no assunto, não convencem da pressa de aprovar este projeto.

Agora mesmo, Presidente, V. Exa. deu solução para uma matéria tão importante nessa questão que o Roberto Rocha levantou, e jogou para fevereiro, uma vez que precisava ter todo esse aprofundamento e é uma matéria tão importante para o País quanto outra. O fato de estar um ano com o Relator, parada, não se justifica, porque matérias importantes, que mexem com a vida do povo, do cidadão, ficam aqui tanto tempo quanto o necessário para, digamos assim, fazer-se uma legislação que vá ao encontro dos problemas que vive o nosso País. Falo, por exemplo, do Código Florestal.

Agora mesmo está aqui o Senador Fávaro, que está com uma matéria aqui há tanto tempo, discutindo o que é a regulação fundiária, que envolve muito essa questão também da produção agrícola, da produção no campo. É uma matéria importante, mas a necessidade de aprofundar e de passar pelas várias Comissões faz a gente ter essa responsabilidade maior de fazer uma legislação que realmente responda aos problemas do Brasil.

Os argumentos do nosso Relator de que os atiradores profissionais, a competição, de quem vai ganhar medalha, etc... Isso aí pode ser uma preocupação, mas não é a central que está colocada, para a segurança pública do nosso País. E todas as iniciativas, com todo o respeito, da Presidência da República foram no sentido de armar cada vez mais a população, dando um sentimento de que o Estado brasileiro não dá conta de resolver o problema da segurança do País, tanto na proteção das propriedades quanto na proteção individual e das famílias brasileiras. Por isso é uma matéria em que nós estamos exigindo um aprofundamento maior, para resolver todas essas questões da resposta. E aí tem que passar pelas Comissões.

Na Comissão de Segurança Pública há homens, Senadores e Senadoras dedicados ao tema, que também têm assessoramento próprio nessas questões, para a gente fazer uma legislação que responda ao conjunto da necessidade da segurança pública do nosso País, com essa visão humanista, com essa visão que a sociedade brasileira tem, não de se estar eliminando um ao outro, por causa desse ou daquele interesse.

Então, Presidente, a questão de ordem é a seguinte: nosso partido está reivindicando – já fizemos isso várias vezes aqui – que a matéria fique mais tempo, para gente aprofundar. No entanto, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não logarmos, já com oito Senadores aqui, respeitáveis, dedicados ao tema, nós queremos saber exatamente qual vai ser o procedimento desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder, o procedimento será regimental, mas eu quero fazer uma fala, aproveitando essa oportunidade antes de conceder a palavra. Nós temos vários Senadores inscritos aqui, mas deixe-me fazer uma fala, porque não há nenhuma comparação com a questão da alternativa que eu dei em relação à reforma tributária. Por que não há? Porque sempre houve o apelo em relação à reforma tributária, mas nós nunca tínhamos construído um entendimento como foi construído na votação dessa matéria na reunião anterior. Então, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

O que houve na reunião passada da CCJ? Quando o Senador Marcos do Val iria iniciar a leitura do seu relatório, vários Senadores que estão aqui hoje e que estavam naquele dia buscaram um entendimento nos seguintes termos – se eu falhar com alguma informação, V. Exas. que estavam presentes me corrijam –: havia, de fato, a solicitação sobre um requerimento que estava aprovado há alguns meses, de uma audiência pública para debater o assunto. Nós tínhamos, também o requerimento do Senador Marcos do Val, apoiado por vários Senadores, que queria colocar em votação se haveria ou não, por uma deliberação do Plenário da Comissão, a tal audiência pública que já tinha sido aprovada alguns meses antes, antes de eu estar nesta Presidência, inclusive, da Comissão. Inclusive, foram feitas manifestações. Nós fizemos uma correção no texto do requerimento com a aquiescência do Plenário, mudando alguns convidados, para tentar equilibrar a audiência pública que foi realizada no dia de ontem. Então, dentro do espírito do entendimento, esta Presidência, Líder Paulo Rocha, buscou, naquela reunião e buscará nessa a gente tentar fazer com que os procedimentos adotados pela Comissão sejam combinados com aqueles contrários e aqueles favoráveis a uma determinada matéria.

Então, uma coisa não tem nada a ver com a outra, reforma tributária e PL 3.723. Por quê? Por essas questões que eu expliquei, do entendimento construído.

O que o Senador Marcos do Val fez? Tirou o requerimento, para que nós não tivéssemos que deliberar um requerimento tirando a audiência pública, que também, conforme o nosso Regimento, é um dos passos regimentais para a votação de uma matéria dentro da nossa condução regimental. Ele retirou o requerimento de pedido de votação para a realização da audiência com qual base de acordo político? Que a gente fizesse a audiência pública na terça e colocássemos a matéria em votação na quarta.

Então, eu paro por aqui, tentando fazer um esclarecimento da última reunião. Se eu faltei com alguma observação, eu fico à disposição para ouvir a manifestação de algum Senador ou de alguma Senadora.

Ocorre que, agora, concretamente, nós temos vários requerimentos, Senador Marcos do Val, e eu vi que V. Exa. e outros Senadores tentaram conversar com os nossos colegas. Ocorre que, depois da retirada do requerimento de V. Exa., da deliberação de se teríamos ou não audiência, e depois de nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transferirmos para cá a reunião, eu não tenho como impedir – com o volume gigantesco de emendas que foram apresentadas a V. Exa. – a regra regimental do pedido de vista.

E eu já tenho na mesa... Fora todas as emendas apresentadas, e eu tenho que cumprir, respondendo ao Senador Paulo Rocha que eu vou seguir o procedimento regimental, eu não tenho como devolver os requerimentos que foram apresentados sobre pedido de vista. Então, eu confesso a V. Exa. que eu gostaria muito de decidir essa matéria hoje. Tenho certeza de que todos os Senadores estão atentos e estão aqui hoje porque construíram o acordo da semana passada, mas, inevitavelmente, eu vou ter que cumprir a regra. Como eu vou ter que cumprir a regra do pedido de vista coletivo, eu vou dar a palavra para V. Exa. dentro do Regimento, do processo regimental, V. Exa. vai fazer a leitura do seu relatório e, se algum Senador aqui presente quiser discutir a matéria ainda hoje, será depois da leitura do relatório, mas, quando V. Exa. concluir o seu relatório, todos os Senadores que quiserem se inscrever – eu tenho oito inscrições aqui – vão poder se manifestar. Eu vou ouvir e vou ouvir pela vista coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, uma brevíssima questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – É com base no seu relatório, que é preciso. O requerimento anterior, se não me falha a memória, estou aqui fazendo um desafio, era de 4 de março de 2020 e tinha sido aprovado. Portanto, nós cumprimos ontem uma etapa. Eu até sugeri que a audiência pública, quando do acordo, fosse feita na segunda-feira. Não sei se o senhor está lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fora do microfone.) – Mas não tinha esforço concentrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para quê? Para que nós tivéssemos a semana de deliberações, de terça a quinta-feira, eventualmente até sexta, disponível. Eu acho que uma maneira de prosseguir o acordo que o senhor assistiu e celebrou na semana passada seria o seguinte: pedido de vista é regimental; também acho que o senhor tem que conceder; agora, o prazo do pedido de vista não pode...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É de até cinco dias, regimentalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... ser de tal maneira que subverta o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A deliberação tem que ser nesta semana. Esse foi o acordo. Pedido de vista, sem problemas. Apresentação de emendas também é uma questão regimental. Só quero dizer isto: se o pedido de vista for de tal sorte que a deliberação da matéria seja remetida para o ano que vem, nós estaremos quebrando o acordo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, eu queria...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Jorginho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como eu participei do acordo, eu queria a palavra, se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou só passar para o Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente Davi, é pela ordem.

É uma matéria que sempre vai ter uma discussão calorosa. Foi feito um acordo. Dentro de todas as Casas políticas, um acordo tem até mais força moral do que o próprio Regimento, porque, se não valer a conversa empenhada, não há mais o que prosperar.

O Senador Marcos do Val tem se dedicado. Está mais do que provado que essa lei reduz o número de armas, dá mais segurança jurídica, etc. e tal. Todos nós sabemos. A disputa vai ser hoje, amanhã e depois de amanhã. Não é matéria de consenso nem pacífica. Então, eu quero fazer um apelo a V. Exa.: a gente precisa deliberar.

Nós temos um acordo. Pode dar vista rapidamente, para ver, enfim, mas nós temos que deliberar, porque nunca vai dar consenso essa matéria – esqueçam! –, e estamos prejudicando milhares de atiradores legais com competições. Lá no meu Estado, em Santa Catarina, há muita gente preocupada me ligando. Nós não podemos deixar de dar segurança jurídica. Vem o final do ano, há competições, enfim.

Por que não deliberar? Nunca vai haver consenso, Presidente, esqueça isso. Então, essa conversa de que vamos esperar depois e tal: quem tem mais voto aprova, e acabou. Essa é a minha posição.

Eu queria que V. Exa. ouvisse o Senador Marcos do Val, que tem se dedicado muito. O projeto dele só dá garantia jurídica e diminui, tem restrições muito mais do que há hoje.

Então, é essa a manifestação que eu queria que V. Exa. levasse em conta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me fazer o seguinte... Eu tenho vários Senadores inscritos. No procedimento, deixe-me passar a palavra para o Senador Marcos do Val fazer a leitura do relatório, e aí eu volto para a discussão. É o caminho, senão nós vamos discutir antes.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, aí vão fazer um pedido de vista e se encerra tudo. Aí a gente não esposou o argumento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, vamos fazer assim, vamos subverter um entendimento da ordem regimental. O Senador Marcos do Val vai ler no final o seu relatório, e eu vou conceder a palavra para a lista de oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que, num assunto como esse, que movimenta a sociedade há décadas e não é um assunto simples, a gente precisa ter muita serenidade, porque trata de vidas.

Eu não tenho a menor dúvida, Senador Kajuru, da seriedade da maioria, de 99% dos CACs – são pessoas íntegras, corretas; eu não tenho a menor dúvida disso, tenho pessoas próximas –, mas o que acontece na prática, o que a gente está vendo... Sabe aquela decisão, Senador Fabiano Contarato, que nós tivemos, há dois anos, aqui no Plenário do Senado, a gente chegando aqui? De forma muito democrática – o Presidente era Davi Alcolumbre –, nós derrubamos o decreto, mostrando pontos equivocados daquele decreto, excessos daquele decreto.

O que está acontecendo na prática – e eu respeito quem pensa diferente – é, por tabela, dar, no linguajar futebolístico, um balão, liberando através de decretos, como nós tivemos aí, que foram parar no STF. Eu tenho minhas discordâncias com o STF, todo mundo sabe disso, mas respeito as decisões que vêm da corte.

Agora, falar de insegurança jurídica sobre um assunto desse... Eu acho que a gente não pode ser carimbador, gente. Nós estamos aqui para legislar, para fazer o que é melhor, Senador Dário Berger, para a sociedade. Por que a gente tem que carimbar o que vem da Câmara dos Deputados? Então, não precisam mais da gente. Vamos embora, vamos sair, se não precisam do Senado.

Então, o Senado, Presidente Davi Alcolumbre, tem que fazer a sua parte, e nós temos aqui especialistas na área: Senador Alessandro Vieira, Senador Styvenson Valentim, Senador Marcos do Val, Senador Fabiano Contarato são pessoas que têm vivências na área, e eu tive também. A vida me levou para a área de segurança e eu tive – contei na época que o senhor era Presidente para o Brasil todo – uma situação que vivi pela flexibilização do porte de armas na minha família, e é um dos motivos por que eu estou aqui no Senado, nunca escondi isto, vim para a política por causa disto –: eu não quero um País onde acontecem tragédias humanas como ocorrem em partes do mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa ter um controle de armas. Claro que com bom senso, para atiradores. Pelo amor de Deus, como é que a gente vai prejudicar tiro esportivo? Quem quer isso? O Brasil, como foi bem colocado aqui, é campeão reconhecido, mas a gente não pode... O próprio Senador Marcos do Val reconhece pontos que não são justos, em que há excessos. E a gente vai carimbar, para fazer um projeto de lei no ano que vem? E a nossa consciência quando alguém morrer por tragédias que acontecem na sociedade? Vocês sabem que só durante o Governo, Senador Fabiano, nós tivemos um aumento de 377% do número de CACs, durante três anos. São 450 mil.

Então, a gente precisa, neste momento, pelo menos se aprofundar. Logo na primeira reunião do ano que vem, eu topo o acordo.

Quero falar sobre o acordo aqui da semana passada. Na semana passada, a gente teve um momento aqui em que nós nos reunimos – eu, o Senador Marcos do Val, o Senador Marcos Rogério, ali em pé –, quando não estava na pauta, Senador Davi, e o senhor até se surpreendeu e disse: "Rapaz, mas não está na pauta". Havia o requerimento, mas não estava na pauta, ninguém estava sabendo disso. É aquela coisa que deixa a gente preocupado, porque a gente não pode fazer as coisas no apagar das luzes, na última reunião. Ali estava o requerimento do Senador Marcos do Val para não haver mais a audiência pública, assinado pela maioria dos colegas aqui – foi do Senador Randolfe Rodrigues –, para cancelar aquela reunião, o que seria uma coisa estranha, antidemocrática. Por que excluir o debate? E queriam já votar naquela semana, já votar ali; a partir daquele requerimento, já fazer a leitura do relatório. Isso não é correto. Então, naquele momento, eu sentei com o Senador Marcos do Val e com o Senador Marcos Rogério e disse: vamos marcar para quinta-feira a reunião, para dar tempo de a gente chamar quem queria vir, Senador Vanderlan, como o ex-ministro Raul Jungmann, outros nomes a favor e contra, associações, como a Associação Brasileira de Psiquiatria. E, aí, foi-me dito: "Não, vamos fazer na terça-feira, para a gente deliberar na quarta". O.k. Não deu tempo de articular, e a gente sabia que não iria dar tempo de, em menos de uma semana, chamar todo mundo, o pessoal estava com viagem marcada, Senador Lucas Barreto. Mas a gente fez ontem uma audiência pública posso dizer que meia-boca. Foi meia-boca a audiência pública que nós tivemos ontem. Os palestrantes, excelentes, de um lado e de outro, não posso negar, inclusive, participou o Pollon, que está aqui, uma pessoa respeitosa, um advogado que conhece bem o assunto e fez uma explanação ontem interessante. Agora, faltou muita gente, faltou muito especialista que pode clarear, para a gente fazer uma legislação bacana.

Então, para encerrar, eu queria dizer para o senhor que se definiu para deliberar. Mas deliberar é o quê? Deliberar é votar? Deliberar o procedimento: vamos marcar como o senhor marcou, nós estamos aqui para isso.

Agora, o pedido de vista você não pode negar. E um pedido de vista não pode ser por um dia, porque, como o senhor mesmo falou, são dezenas de emendas de destaques. E é um assunto sério que a sociedade precisa saber, e a gente não pode excluí-la desse tema tão caro que representa a defesa da vida de famílias no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, não quero aqui adentrar ao mérito da discussão dessa matéria porque vai haver o momento próprio para isso, mas, a par de todo o esforço feito pelo Senador Marcos do Val na relatoria dessa matéria e de outros colegas Senadores que são contra, que são a favor... E é natural, dentro do processo legislativo, que você tenha manifestações das mais diversas, e a pluralidade de visões e de opiniões no Parlamento é que enriquece o processo legislativo – é natural. E um dos elementos, especialmente no Senado Federal, que conduz o bom trâmite do processo legislativo, é o entendimento, são os acordos, são os diálogos dos diferentes, dos divergentes – porque os convergentes, por natureza, vão convergir na matéria, mas o diálogo tem que se estabelecer sobretudo com aqueles que têm opiniões diferentes. E isso vem acontecendo ao longo do tempo.

Nós vamos conseguir convencer o Senador Eduardo Girão em relação a essa matéria? Não, como ninguém me convence em relação a outras matérias, e eu comungo com ele desses mesmos temas porque são temas caros para a gente. Então, não se convence. Em matérias onde a controvérsia é insuperável em razão das concepções pessoais, das visões pessoais, o acordo possível é o acordo do procedimento: no mérito é no voto – no mérito é no voto.

Então, essa é uma daquelas matérias em que não se pode esperar pretender que haja acordo aqui com aqueles que são contra, porque são contra pelas razões que cada um tem e vão-nas sustentar até o último momento.

O Senador Marcos do Val faz um relatório que vai até contra, na verdade, os CACs do Brasil, contra o atirador esportivo, contra o caçador, contra o colecionador, porque é uma proposta – e ele disse isto aqui – muito mais restritiva. A bem da verdade é que essa proposta, para mim, a grande vantagem dela é justamente o aspecto da segurança jurídica. O Brasil está refém das oscilações das colorações político-partidárias: quando tem um vermelho, tem um decreto numa direção; quando tem um azul, tem um decreto em outra direção; e assim por diante. E aí o cidadão que investe, o cidadão que se profissionaliza, o cidadão que está lá na ponta e que não tem nada a ver com criminalidade, que é um profissional, que é um colecionador, um atirador ou um caçador esportivo, fica nesse limbo da insegurança jurídica.

Aí o Parlamento, quando tem a oportunidade de debater o assunto, de aprofundar o debate, de enfrentar todos os aspectos relacionados, vai dizer: "Não, vamos deixar que um terceiro decida por nós". Ora, o Parlamento vem se tornando um espaço apequenado em razão da sua omissão. E, toda vez que o Parlamento se omite, alguém... Não existe vácuo de poder, isso não existe. Quando o Parlamento se omite em legislar sobre matéria de qualquer natureza, o Supremo Tribunal Federal o faz, ainda que ao arrepio da Constituição Federal. Vai além. Vai além! Dentro de uma visão neoconstitucionalista, progressista, o Supremo tem ido muito além da Constituição Federal. Eu respeito a nossa Suprema Corte, mas não posso concordar. O limite para todos é a Constituição Federal. Mas o Parlamento, em boa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida, é o responsável por isso, por esse avanço do ativismo no Judiciário, porque abre mão das suas prerrogativas legiferantes quando não decide, quando posterga, quando, em razão das diferenças, não enfrenta o mérito e, dentro do campo democrático, submete-se à vontade da maioria.

Obviamente, eu não posso aqui discordar daqueles que invocam o direito regimental ao pedido de vista. É direito de todo Parlamentar, em uma matéria que ainda não foi submetida à votação, ter o pedido de vista. Agora houve um acordo, houve um entendimento para que, nesta semana, nós deliberássemos sobre essa matéria. Então dentro desse escopo do procedimento é que eu quero lamentar.

Esse tema, apenas quero colocá-lo no radar aqui. São cerca de 20 anos – 20 anos! – de espera pela regulamentação desse tema. São 20 anos com decretos, com decisões monocráticas, com decisões de primeira, de segunda e até da última instância, menos do Parlamento, menos do Parlamento! Tudo que nós não temos nesta questão aqui... Tudo que nós não temos nesta questão aqui é segurança jurídica.

Então, eu repito: o esporte do tiro passar a ser regulamentado por lei, dando diretrizes de fiscalização, de controle, de quantidade mínima de armas, definindo quem é quem nesse processo todo, eu não posso ver isso como algo negativo. Muito pelo contrário, é o Parlamento exercendo a sua função principal, que é legislar, e não terceirizar. Nós terceirizamos quando deixamos de legislar, terceirizamos a um Poder que não é o Poder legiferante, que não é o Poder que, legitimamente, representa as concepções da sociedade, porque a Constituição vai dizer que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes, de seus representantes eleitos – eleitos!

Então, eu quero fazer esse registro aqui e dizer que gostaria muito de votar essa matéria.

Está aqui o Marcos Pollon, que esteve lá no debate ontem. Eu passei lá, estava lá o Senador Girão debatendo, expondo as suas ideias, o Senador Marcos do Val presidindo, outros expositores com visões diferentes, mas acho que...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... a matéria está madura e com a cautela necessária, porque o Senador Marcos do Val, talvez até pela formação dele e pela militância dele nessa área, tivesse o desejo de ir um pouco além. Mas dentro das contingências da política, preferiu o caminho do comedimento, da cautela, da razoabilidade, da proporcionalidade.

Então, o apelo que faço aqui, numa linha de absoluto respeito aos colegas, é que, respeitando as divergências, que possamos fazer o enfrentamento dessa matéria e, no voto, decidir se ela é digna de aprovação dentro dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa nesta CCJ e posteriormente no Plenário, que é onde terá a voz soberana com relação a esse tema.

Gostaria muito que votássemos esse projeto no dia de hoje, Sr. Presidente, o PL 3.723, de 2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria só atenção dos colegas, por favor. Eu fui delegado de polícia por 27 anos. Nós temos que entender que não se combate, não se reduz violência armando a população ou autorizando mais aquisição de armas por colecionadores, atiradores, como está nesse decreto. E eu quero aqui fazer um alerta, Senador Alessandro Vieira. Olha só: hoje, uma pessoa, se for flagrada portando uma arma de uso proibido, a pena é de três a seis anos de reclusão.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com esse decreto, minha gente, esse crime é equiparado a crime de terrorismo! Você tem noção do que é? Desculpa, o projeto de lei.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Esse projeto de lei equipara o porte de uso restrito – lá no 16-A – à pena do crime de terrorismo, que é uma pena de 12 a 30 anos de cadeia. Então, eu acho que o Senado Federal tem que ter essa altivez de a gente refletir isso de uma forma mais detalhada.

Outra coisa, quando se fala de um número mínimo de armas, nós estamos aqui falando em 60 armas. Na técnica investigativa, um dos elementos essenciais é você ter a possibilidade de rastrear essas munições de uso proibido. E isso está autorizando! Então, nós temos que fazer... Eu tenho em números aqui. Ele proíbe até a fiscalização. Ou seja, além disso, dessa previsão de facilitar que as pessoas usem essa categoria, não vai haver fiscalização nenhuma. Dificulta. O art. 3º, por exemplo, fala que o servidor só pode fiscalizar se motivar essa decisão. Então, eu faço um apelo para que você estabelecer uma pena equiparando um porte de arma de uso restrito a um crime de terrorismo, que é inafiançável e imprescritível, com uma pena de reclusão de 12 a 30 anos, é inaceitável.

E outra coisa: o que a ministra Rosa Weber fez foi justamente declarar a inconstitucionalidade quando estabeleceu que era inafiançável, porque só quem pode determinar isso é através do processo legislativo. Mas daí você equiparar, fugindo à razoabilidade, um porte de uso restrito com uma pena flagrantemente desproporcional, não há que se falar.

Outra coisa, minha gente, nós estamos em plena crise sanitária. Nós temos 1% de toda a riqueza do País concentrado na mão de tão poucos...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nós temos aí...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... uma desigualdade: 80 milhões de brasileiros em situação de pobreza e de extrema pobreza; e o 1% mais rico possui quase a metade da fortuna brasileira. E nós estamos aqui debatendo flexibilização no Estatuto do Desarmamento, que é a Lei 10.826, de 2003! Então, eu não acho que seja razoável.

Eu faria um apelo ao meu colega de bancada do Espírito Santo, até mesmo para a leitura deste relatório: já que há esse impasse, vamos fazer a leitura deste relatório na primeira semana de fevereiro. Aí, sim, os colegas vão prestar atenção à leitura deste relatório; já vai ser dada vista hoje, se for o caso, ou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Vista hoje, é óbvio, mas que essa leitura fosse feita no início de fevereiro.

Eu só não acho que você estabelecer toda essa flexibilização que está sendo feita com este projeto de lei seja o melhor caminho em pleno momento... Na última sessão do ano, flexibilizando ainda mais a aquisição de arma de fogo.

Faço um apelo aos colegas...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu não teria essa... Eu não me sinto à vontade em ter uma digital minha numa aprovação de um projeto de lei de tamanha complexidade, sendo que eu acho que isso pode ser resolvido, sim, na primeira semana de fevereiro, quando a gente voltar. Nós estamos aqui na última semana do ano. Vamos fazer isso! Nós temos uma crise sanitária!

Outra coisa, minha gente: o Estado, com todo o respeito... E o Senador Esperidião Amin já foi Governador. Nós sabemos o perfil socioeconômico da população carcerária; nós sabemos que nos disparos de armas de fogo quem está morrendo são pobres e pretos. Nós sabemos disso. E nós estamos aqui autorizando o quê? Nós vamos mais uma vez flexibilizar o Estatuto do Desarmamento com um projeto de lei?! Qual é a relevância e urgência de este projeto de lei ser aprovado na última semana do ano?!

Eu faço um apelo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, eu faço um apelo para que, em sendo procedida a leitura pelo nobre Relator, seja dada vista, e só retorne o debate na primeira semana de fevereiro. Eu acho que seria mais prudente, mais cauteloso, e o Senado estaria demonstrando que tem essa preocupação.

Este é um dos simples problemas que eu já detectei aqui: estabelecer uma pena de reclusão de 12 a 30 anos, equiparando a crime de terrorismo. Não há que se falar que isso vai se sustentar no Supremo Tribunal Federal.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho cinco Senadores inscritos, mas o Relator pediu pela ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – É porque eu preciso esclarecer algumas questões que foram colocadas pelo Senador Fabiano Contarato, amigo de bancada.

Isso que ele coloca é quando se está portando ilegalmente. O projeto de lei deixa claro que ele é mais rígido dos que os decretos. A permanência dos decretos é melhor. Então, está assim: "posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido". Se ele está portando ilegalmente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ilegalmente, não é legalmente. É ilegalmente.

Outra questão...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Esperem. Outra questão...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – A questão da fiscalização...

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Por favor...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fazendo soar a campainha.) – Só um minuto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Senador Vanderlan, Senador Lucas...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Por favor, eu preciso continuar.

Outra...

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Gente, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe-me concluir, gente, por favor.

Bom, questão do projeto de lei: ele não flexibiliza e não facilita mais acesso às armas. Pelo contrário, ele está reduzindo de 60 para 16. Então, não condiz...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O mínimo 16... O mínimo! E deixa ilimitado...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Espere um pouquinho.

E o mínimo de 60, o mínimo de 60... E quem pode conceder mais é o Exército. Mínimo de 60 cai para mínimo de 16. O que é melhor? Mínimo de 60 ou mínimo de 16?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É máximo de 60, não é mínimo. É máximo de 60!

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, não, não, não...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES)
– É máximo de 60!

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) –
Está aqui no decreto.

Bom, outro ponto de que a lei fala é segurança de dados. Não é que a polícia vai ser proibida de investigar. Não! Você tem que ter um boletim, você tem que ter um trâmite do processo legal para ter acesso ao banco de dados, para não haver vazamentos de informações, ou você curiosamente entrar para levantar a vida de alguém com interesse pessoal.

Assim, o projeto de lei é pior para a liberação de armas, ele é pior para os CACs, ele aumenta a penalidade, ele reduz o acesso às armas. Então, não faz sentido... O pedido de vista, depois eu vou ler o relatório, só vai dar continuidade ao decreto que está em vigor que facilita e flexibiliza muito mais o acesso às armas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) –
Deixe-me continuar com a lista de oradores. Nós estamos já antecipando um debate. Todo mundo já sabe que vai ter vista por conta do Regimento, mas o Senador Marcos do Val vai fazer a leitura do relatório quando nós terminarmos com essa lista de inscrição.

Deixe-me consultar ainda: todo mundo quer falar antes de o Relator ler o relatório ou todo mundo quer esperar ele ler para falar?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES.
Pela ordem.) – Presidente, a vista vai ser dada para só voltar no início de fevereiro?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A
vista vai ser coletiva e regimentalmente. Eu consultei o Dr. Ednaldo para ver o prazo regimental: é de até cinco dias. Eu vou consultar o Presidente Rodrigo Pacheco sobre como se dará a sessão de amanhã, porque o esforço concentrado é terça, quarta e quinta. Hoje, nós estamos na quarta. Eu vou falar com o Presidente Rodrigo Pacheco mais tarde.

Eu chamo a lista de inscritos ou passo... A lista de inscritos...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE.
Pela ordem.) – Presidente, cinco dias é para projeto em regime de urgência, que não é o caso, Presidente. Não é o caso, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu
vou consultar e vou dar uma resposta.

Senador José Aníbal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não é melhor fazer a leitura?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, é com V. Exa.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discutir.) – Presidente, eu ouvi aqui uma manifestação breve do Senador Relator, e ele disse que o pessoal dos clubes de tiro está reclamando, porque eles não vão ter as armas necessárias para fazer seus treinamentos, etc., etc., e que, com este projeto apresentado, eles poderão adquirir essas armas. Eu fiquei aqui imaginando se esta nossa conversa tem sentido de realidade ou é surrealista, e a impressão que me dá é que ela é surrealista. Os temas que estão mobilizando o Parlamento neste momento, mobilizando fortemente e urgentemente, são temas que têm a ver com seguridade social, assistência social, benefícios, reajuste de salário mínimo, previdência e vários outros correlatos a esses. Estamos trabalhando sobre eles, discutindo sobre eles. E este tema aqui parece que acende uma chispa de tensionamento, de disputa: quem é contra, quem é a favor, vota logo, vota depois. Então, eu queria fazer um apelo.

Eu apresentei até um projeto – já recebi coronéis do Exército que concordam com esse projeto – de controle de munições. Eu apresentei esse projeto há algum tempo. Ouvi o Relator, inclusive, dizer que é um projeto razoável, mas que não pode ser acolhido, que teria que fazer parte de um outro procedimento.

Tudo isso me leva a quê, Presidente? Que há um caminho ainda de amadurecimento neste debate, há um caminho ainda de conversa. Eu ontem vi um senhor, que está aqui, por sinal, quando eu passei lá na audiência pública, que falava com tal ênfase que, se eu fosse o Presidente da audiência pública, eu pediria a ele que moderasse o tom e a contundência, porque isto é Parlamento, não é "gritamento". A gente até se exalta, às vezes, mas não é uma exaltação permanente, que revela, no fundo, uma certa intolerância com aqueles não pensam igual. Que história é essa? Eu não me sinto em nada em condições, em matéria de condições de discutir, de conversar sobre o projeto, em nenhuma circunstância, com relação ao Relator, com relação ao Senador Jorginho, já ouvi o Esperidião Amin, agora mesmo o Marcos e tenho o maior interesse de conversar com eles, ser convencido ou não. Eu comecei a me interessar mais sobre isso quando apresentei o projeto sobre controle de munições. Agora, eu vejo que nós estamos diante de uma realidade muito mais desafiadora. E, se é desafiadora, por que não conversarmos mais? Eu gostaria de ter esse tempo.

Nós fizemos isso semana passada na questão fundiária e na questão do meio ambiente. O Relator – acho que ele está aqui, inclusive – da questão fundiária leu... É o Fávoro, foi ele que foi o Relator. Ele acedeu, porque leu um relatório de 39 páginas com matérias absolutamente relevantes... Ele e o Presidente – ouviu, Presidente Alcolumbre? – da reunião, o Senador Acir Gurgacz, no início, disseram:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Vocês acham que seria possível uma vista já para a semana que vem ou para conversar no dia seguinte na questão junto com o meio ambiente?". E nós arguímos a eles que não, que era preciso um pouco mais de tempo. Depois, quando se encerrou a reunião e eu fui falar com ele, ele disse: "Eu acho que isso vai levar o primeiro semestre do ano que vem, porque é uma matéria muito relevante e que realmente sintoniza com a questão ambiental". Temos aí um procedimento a fazer.

Nós fizemos isso no que se refere a precatórios. E o que eu ouço agora do Presidente Pacheco é que a Câmara praticamente votou o que nós votamos aqui. E havia toda uma série de dúvidas: "A Câmara vai mudar?". Parece que votou tudo o que nós votamos aqui, mas é porque foi um processo amadurecido de que participaram todos os partidos, tendências políticas.

Nessa questão da vista, Presidente, eu não quero dar golpe em ninguém: a minha vista é para o ano que vem, eu quero amadurecer.

Há um rapaz que trabalhou comigo e que foi meu assessor, Miotto, que participa ativamente de um clube de tiro. Ele já me telefonou várias vezes dizendo: "Precisa aprovar isso". Eu falei: "Depois que eu conversar com você. Quando tiver tempo agora, no recesso, eu vou chamar você para uma conversa, você vai me convencer por que eu preciso votar". E outros já falaram comigo.

Assim, deem um tempo! É uma matéria tão crucial... "Ah, não, vai prevalecer [o Relator tem dito] o decreto que é mais flexível, é mais liberal, digamos, no sentido do armamento, do que aquilo que estamos discutindo aqui". Acho que isso é absolutamente verdadeiro dito por você que conhece profundamente o tema. Eu não conheço, mas eu quero ver como é que isso aqui supera o que nós temos, melhora o que nós temos, de uma forma que nos dê mais segurança, que nos dê mais confiança no voto que vamos fazer.

Eu não quero assim: "Ora, vamos lá, então, vamos votar, porque está de um jeito, está de outro; quem tem maioria vence, quem tem minoria perde". Pelo amor de Deus, a política no mundo está caminhando em outra direção! Olhem o que aconteceu na Alemanha agora! O Scholz, um social-democrata, conseguiu montar a maioria com quem? Com os Verdes, que são um partido de mais de dois dígitos de representação parlamentar, e com os liberais. Senão, ele não tinha maioria. Aí tiveram que fazer um entendimento, porque, se eles fossem partir deste princípio "põe para votar, quem tem mais voto ganha, quem tem menos voto perde", a Alemanha estava até hoje sem constituir um novo Governo.

São coisas diferentes os exemplos que eu estou dando, mas é só para tentar fazer o registro da posição de quem começou a se interessar pelo assunto, tanto que apresentei esse projeto. Fiquei surpreso com os coronéis pedindo audiência e manifestando concordância com o projeto que nós fizemos e com a disposição das Forças Armadas de participarem disso. E, agora, vejo como foi esse projeto, que peguei um pouco andando – foi na semana passada que eu comecei a me familiarizar mais com ele. Eu gostaria de um tempo suficiente para que o meu voto fosse o voto... Mesmo que, eventualmente, se a matéria for a voto e tal, desse lado e daquele lado, e eu venha ser derrotado, pelo menos eu terei participado e ajudado a colaborar na construção de um projeto que vai dar satisfação aos brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente, o decreto que regulamentava antes foi substituído por este novo que veio com um número de armas, que está no Supremo para ser julgado, mas é importante que todos saibam que, se esse decreto que está no Supremo cair, 2 mil clubes serão fechados, 2 mil lojas serão fechadas, 200 mil empregos diretos serão extintos. E isso tudo aqui de que nós estamos falando... Se nós observarmos, só de impostos de importação serão R\$800 milhões a menos.

O que nós estamos aqui discutindo é que nós queremos tirar os CACs da polarização política. Por exemplo, aqui, a gente vê que o PT está a favor do decreto do Bolsonaro de 80 armas...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Fora do microfone.) – Não, de forma alguma!

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Ai a gente fica meio confuso. A gente vê como é a coisa.

O PT, Senador Contarato – eu respeito o senhor, tenho todo o respeito –, o PT, o partido a que o senhor se filiou ontem, pelo qual eu tenho respeito – tenho respeito pelo Líder Rogério Carvalho, meu amigo –, o PT fez três anistias, foram 500 mil armas em três anistias ilegais, que a gente não sabe de onde vieram; 500 mil armas foram regularizadas pelo seu partido. Então, a gente tem também que flexibilizar essa discussão.

Eu não estou aqui querendo polarizar nada...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com todo respeito, o senhor está mais preocupado com arma e com os CACs do que em salvar vidas, gerar emprego e renda, alavancar a economia, diminuir a carga tributária. É isso que a gente tem que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano, o Senador Lucas está com a palavra...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – É isso que a gente tem que fazer. Quando o senhor falou que é crime inafiançável... Nós não tememos a lei, de jeito nenhum. Treze anos para quem porta ilegalmente uma arma de uso restrito...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Trinta anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Tinha que ser 30, tinha que ser 40! Nós não tememos isso. Os CACs não farão nada ilegal.

Nós não somos bandidos. Querem dizer que é milícia... Nada! Os CACs são atiradores, atiradores, e usam de munição... A munição, quando você fala em recarga, é porque usa muita. Ele vai lá, dá 500 tiros no clube, mas é lá no clube... É uma munição específica, para furar papel. Ela, às vezes, tem 10% da potência da munição normal.

Então, é só para que fique claro que a gente não tem problema. O que a gente está falando aqui é que achava que iria ser respeitado o acordo que foi feito, e aqui todos sabem: acordo é para ser cumprido. Essa é a premissa que nós sempre usamos aqui, entendeu?

Então, que fique claro que serão prejudicadas muitas pessoas.

O assunto, essa pauta... O parecer está disponível há mais de duas semanas, o parecer do Relator. Então, foi feita uma audiência pública. Aí, o Senador Girão diz que a audiência pública foi meia boca. Eu não entendo, não entendo. Nós tivemos até a participação, lá, por teleconferência, o Senado tem tudo isso...

Agora, se nós formos ficar fazendo essas discussões, discussões... Por exemplo: daqui a uns dias a gente vai discutir a insegurança pública, os seguranças, as empresas de segurança. O dono da empresa vai ter que ter tudo que um CAC tem; o segurança vai ter que ter tudo que um CAC tem; as armas dele lá também vão ter que ter todo o controle que o CAC tem. Eu acho que é isso que a gente vai começar a pautar aqui, entendeu? E aí a gente vê que essa discussão vai se aprofundar, mas nós vamos estar aqui... Não é defendendo o CAC, nem porque eu sou CAC; a gente vai estar defendendo o direito de cidadão de bem, de cidadão de bem. A gente tem que tentar é fazer com que a fronteira fiscalize para que não contrabandeiem armas, porque o bandido está lá, armado, ele não tem controle de munição, ele não tem controle de nada! Às vezes é a Polícia Federal se virando, a Polícia Rodoviária Federal se matando ali para tentar controlar esse contrabando de armas e munição que há.

Então, não é problema do CAC. A gente tem que ajudar as polícias, tem que melhorar o controle na fronteira, e fazer esse controle usando tudo que pedem para os CACs, tudo, porque o CAC é controlado.

E nós não temos, volto a repetir, medo da lei. Esse projeto criminaliza, torna inafiançável, e nós não temos problema. Todo mundo está dentro da lei. Então, que haja bom senso, que a gente avance, porque serão 200 mil empregos diretos, fora loja... E indiretos, quantos serão? E há os impostos que nós perderemos se esse decreto cair. Essa mensagem, que ela chegue também ao Supremo para que eles tenham consciência.

É aquela história do rei... Para aprovar e dar legalidade jurídica para esse projeto... Houve uma história em que o rei morreu, assumiu o filho dele. E aí todo mundo: "Viva o rei! Viva o rei!". Havia uma velhinha que dizia: "Não, morra o rei. Morra o rei". Por que a velhinha estava gritando lá "morra o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rei"? Não, porque o pai dele era ruim, o filho era pior, então se vier outro filho vai ser pior. Sabe-se lá o outro decreto que pode vir aí.

Então, o que a gente quer é a garantia jurídica para isso e a garantia desses empregos, desse setor que movimenta a economia. Comparar com os Estados Unidos... Lá não há CAC, não há nada; qualquer cidadão pode comprar uma arma, comprar caixas de munição. Se for no Dia da Independência, ainda compra com desconto! Aqui não, aqui é controle total que os CACs têm. Se tiver que aperfeiçoar, vamos aperfeiçoando, nós não temos problema nenhum.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós estamos discutindo aqui uma coisa que não tem nada a ver com a outra. Nós estamos discutindo aqui o Projeto 3.723, do Marcos do Val, que simplesmente está regulamentando a questão para colecionadores, atiradores e caçadores, os CACs, simplesmente para dentro da lei, tirando do decreto e pondo em lei. Não há nada de errado nisso aqui. Isso aqui está claro. Está simplesmente fazendo isso. Por que alguém não pode se divertir, fazer clube de tiro legalmente? Aqui vamos discutir isso.

Aí há outra discussão mais grave que nós temos que fazer. Não essa aqui... Com essa aqui nós estamos legalizando tudo, está tudo lá dentro da lei. Aí nós temos que discutir realmente o que está acontecendo no Brasil com a bandidagem. Todo mundo anda armado, e a lei não pega essas pessoas; estão fora da lei, porque sabem que a Justiça e o poder público não têm condição de vigiá-los.

Está aqui o meu amigo que defende realmente não ter arma. Eu sou a favor de armar a população totalmente. Eu nunca vi a Polícia Militar ou um delegado de polícia ser a favor... Eu estou tentando fazer um porte de arma já há um ano e meio e não consigo. Toda hora eles pedem um documento. E está certo, tem que pedir mesmo. É igual tirar uma carta de motorista, mas não estou conseguindo.

Agora, quem tem a dor de uma filha morta por um bandido, que a matou com um revólver, e os bandidos continuam soltos, e a minha esposa doente por causa do que fizeram com a minha filha... Será que, se estivesse uma pessoa lá armada para defender minha filha lá, ela não estaria viva? Será que não? A minha esposa está com quatro cuidadoras, e eu sofrendo na pele. Como Senador, eu não posso defender essa bandeira? Como não? Agora, quero defender dentro da lei.

O Estado, Girão, o Estado não tem condição de dar segurança para as pessoas. Lá em Goiás, mataram ontem uma pessoa, uma mulher, sabe como? Com faca e marcas de pedrada. Nós temos de ver a mente das pessoas, nós temos de trabalhar isto. A pessoa, quando é do mal, não interessa se está com faca,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com revólver, vai fazer isso. Não facilita mais nada dando uma arma para a pessoa ou não – dentro da legalidade.

Agora, cadê os bandidos? No Rio de Janeiro, quantas armas chegam por dia lá? No Brasil, quantas armas chegam? E nós não estamos discutindo isto, de aumentar o efetivo da polícia para tirar essas armas. Então, vamos desarmar primeiro os bandidos. A população de bem... Para que isso de tirar arma da população de bem? Aqui é o lugar de nós autorizarmos a ter arma, a pessoa ser qualificada, a pessoa poder andar armada para se defender.

O poder público não dá conta de defender a gente. Não dá conta! Isso se provou no meu caso. "Ah, a pessoa pode matar em excesso, pegar atirando..." Não é um revólver que vai fazer isso; é a maldade que está na mente das pessoas. Isso é que nós temos de olhar, não isso aqui.

Olha, você, Marcos do Val, está legalizando simplesmente uma atividade – uma atividade que todo mundo faz, dentro da lei. A pessoa vai de um lugar para outro, mas ali tem de ter autorização.

Olha, eu mexo com explosivo. A minha função principal é com calcário. Hoje eu compro não sei quantos mil de explosivo aí, e tem de colocar sabe o quê? Sabem o que o Estado inventou pra mim? Batedores atrás do carro para não roubar as bombas. Viu, Amin? "Ah, por quê?" Porque o Estado não dá conta da segurança. Eu tive de andar com essa bomba pra baixo e pra cima livre; mas não, aí o Estado inventou uma despesa para mim, porque senão vão roubar explosivo para roubar banco.

Então é o seguinte: não adianta nós ficarmos com essa discussão, tentando desarmar a população e deixar os bandidos armados. Isso é muito ruim, é muito ruim. E outra coisa: não compra quem quer, só compra quem pode. Esse projeto não tinha nem de ter discussão, tinha de ser aprovado. Está dentro da lei! Se são 16 armas ou 90, eu não sei. A pessoa só pode ter uma mão, duas mãos, ela não pode usar tudo de uma vez. Qual é a diferença? Qual é a diferença para nós? Ou ele pode pegar os amigos e sair tudo armado na rua? Não. Então, essa discussão não podemos ter. Baixou para 16 armas? Correto.

E quero falar aqui: eu nunca vi uma polícia militar, um delegado querer que a população tivesse arma, mas, na hora de pegar... Eles também não dão conta de garantir a vida das pessoas. É muito fácil, depois que matar, ir investigar. É muito fácil isso, uai, porque aconteceu o acidente... Eu quero é antes. A Polícia Militar, que previne, cadê ela para defender o cidadão de bem? Não tem, não dá conta!

Então eu me sinto, armado... Eu não ando armado. Eu estou tentando fazer isso. Eu me sinto assim: estou armado e sozinho; talvez o bandido vá me respeitar um pouco. Concorde? Aí vai tomar minha arma? Agora, eu não posso ficar andando de cidade por cidade, do jeito que está, e a Polícia Militar não estar lá, chegar depois do evento acontecido. Isso não adianta! Isso não adianta!

Então, o seu projeto tem meu apoio total. Isso aí é uma prática esportiva, dentro da lei, dentro da legalidade, não é, Amin? Por que não podemos se é dentro da legalidade? Quando você fala que é crime hediondo... Uai, tem que ser mesmo! Se está na lei, se a pessoa está andando com arma que não pode e é pega... Uai, está errada, concorda? Ela está fora da lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou pela aprovação desse projeto porque simplesmente nós estamos aqui na legalidade, discutindo uma coisa que pode acontecer. Eu não quero que as pessoas – aí é outra história – sintam o que eu sinto. Você falou que salvou sua filha, mas a minha está morta. A minha esposa está lá, doente; não aguentou ver a filha morta e adoeceu. Cadê o Estado?

Então, por que o cidadão de bem não pode andar armado? Estamos falando do cidadão de bem. O que é o mais perigoso? O cara andar com arma na cintura ou ter um carro, não saber dirigir e passar por cima das pessoas? Então, quando a pessoa quer matar uma pessoa, não é a arma, é a mente doentia das pessoas – mente doentia, certo?

Outra coisa, os bandidos que mataram minha filha ficaram lá na cadeia por nove anos, pegaram um quinto da cadeia. Cadê? Estão praticando o mesmo que fizeram. Cadê o Estado para ir atrás desses bandidos? Não tem.

Então, nós aqui, como Senadores, temos que saber que o Estado é ineficiente para dar segurança para as pessoas. Ineficiente. Por isso é que eu sou a favor desse projeto. Esse projeto é simplesmente diversão para as pessoas. As pessoas não podem se divertir? E eu nunca vi um CAC ser mau elemento, nunca vi! Todas as pessoas que chegam perto de mim são pessoas do bem. Eu sei de empresário que faz isso, que é meu amigo, e eu tenho um mecânico também que está com essa diversão. Quando ele para de mexer com caminhão, ele vai se divertir, é a diversão dele, ele não vai jogar bola. Então o que custa nós aprovarmos isso?

E volto a falar: eu não vi um delegado de polícia, Polícia Militar, quer queira que a população ande armada. Eu nunca vi isso. E também não vejo cidadão de bem matando as outras pessoas a torto e a direito não.

É o meu pronunciamento, Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – De Luiz para Luis, Luiz do Carmo para Luis Carlos.

Sr. Presidente, no andamento das posições contrárias... Senador Girão, foi falado aqui que é preciso discutir mais. Esse assunto está em discussão, Senador Jorginho, desde 2005, no referendo do desarmamento – 2005! Nós estamos em 2021. Dezesesseis anos depois continua a mesma coisa: quem é favor e quem é contra.

Respeito, Pollon, a questão dos CACs. Sou favorável, estou junto com vocês, mas o problema maior que eu sinto é quanto à questão da segurança pública. Eu moro no interior de São Borja, eu moro na fronteira do Rio Grande do Sul. Ali eu vejo contrabando de arma, contrabando de tóxico e droga; no outro canto é cigarro, tudo é contrabando. E a Justiça brasileira, a Polícia Militar estadual e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federal não fazem nada. Então, a segurança, Senador Girão, de que nós precisamos no meio rural é segurança pública, pra mim é segurança pública.

O Senador Fávaro tem propriedade rural também. Nós precisamos, no interior e em qualquer canto do Brasil... Imaginem o fundão do Mato Grosso... No Rio Grande do Sul, que é um Estado mais evoluído... Não tem segurança pública neste País que dê respaldo à população de bem. Está aqui o Senador Luiz do Carmo, que, emocionado, falou do problema da filha dele, que perdeu a filha dele. Se o cara tivesse uma arma, o cara não respeitaria? Seguramente respeitaria.

Agora, no final do ano passado, Senador Girão, um empresário em Erechim, cuidando da loja dele, levou um tiro. Chega um cara e o mata, sem nada, entendeu? O cara chega lá e diz "me dá o dinheiro". O cara daria o dinheiro para ele, mas o cara chega e mata. Um bandido!

Então, esse é um problema sério, Senador Marcos do Val. Estamos juntos no seu projeto. Precisamos votar.

Senador Davi, foi feito um acordo nesta Casa para que se pudesse fazer audiência pública. Foi feita a audiência pública. Vamos votar a matéria! Esperar o ano que vem? "Ah, é ano eleitoral." Aí vai para 2023, um outro governo. Vamos votar essa matéria! Por essas e outras é que o Supremo delibera, porque nós não tomamos as decisões. Podemos decidir aqui. Eu sou a favor. Agora, se outros são contrários e perdermos, não há problema nenhum; vamos perder no voto, no voto na CCJ e no voto no Plenário.

Então, Senador Davi, é importante que nós possamos votar essa matéria. Há tempo sim, foi feito acordo sim, foi cumprido o acordo sim. Vamos botar para votar essa matéria, foi feito um acordo!

A minha ideia é que, se o Senador Rodrigo Pacheco der espaço para nós votarmos, votemos amanhã essa matéria, há espaço. A vista de um dia não tem problema nenhum – um dia, cinco dias, sem problema nenhum.

Estamos aqui para votar favoravelmente. A segurança pública para mim é o mais importante. Os CACs também são importantes, mas a minha preocupação maior é a segurança do campo e da cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O último Senador inscrito antes do Relator da matéria é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, primeiro tenho uma questão regimental. É o fato de terem sido apresentadas emendas que não foram debatidas, não foram...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Analisadas, 36.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... analisadas, 36, pelo Relator. Então, a necessidade de vista é regimental.

A segunda questão é que, independentemente das nossas posições, nós precisamos entender que a sociedade não compreende claramente o significado do que nós estamos debatendo aqui. A sociedade, como um todo, não quer que mude a lógica que foi estabelecida a partir do Estatuto do Desarmamento, 72% se contrapõem a mudanças de regras com relação a porte e posse de armas.

O que está em discussão é uma questão específica. Eu entendo que o Senador Marcos do Val está fazendo um esforço, mas, veja, é um esforço para manter o projeto do jeito que veio da Câmara. Se nós tivermos a oportunidade de debater... "Ah, mas vai voltar para a Câmara!" Não tem problema. É um tema que é preciso que tenha as digitais dos Senadores e das Senadoras. A gente precisa aprofundar, até porque a gente pode trazer um equilíbrio federativo da compreensão dos diversos Estados. É para isto que a gente existe como Casa Revisora, para poder dar a nossa opinião sobre o tema, para poder imprimir a nossa visão, a visão dos Senadores. Nós não estamos falando de uma matéria que tem prazo para expirar a possibilidade de ser aprovada, como uma medida provisória, que tem impacto ou que deixará de ter impacto imediato. Nós estamos falando de uma matéria que é ordinária, que é um projeto de lei.

Então, veja, há determinados debates que a gente precisa aprofundar, até para que seja produzido o consenso. O Aníbal, que não está mais aqui, foi muito sensato. Veja, a gente precisa caminhar para a construção de um consenso ou de uma aproximação de visões sobre o tema, de modo que, ainda que não seja unanimidade, a gente consiga construir um entendimento e uma aproximação das diversas visões sobre o tema, está certo?

Então, o meu apelo é para que a gente possa... E eu, particularmente, em nome do Partido dos Trabalhadores, vou me dedicar, com a nossa assessoria, para, nesse período de vista... Espero que a gente possa ter um tempo maior, espero que esse tempo seja no início do ano que vem. Não acredito que vá haver nenhuma mudança, nesse intervalo, do que está em vigor.

No início do ano que vem e até lá... Por exemplo, eu estarei, na última semana de janeiro, aqui à inteira disposição para que a gente possa discutir, e a gente vai fazer as nossas sugestões aí ao Relator, porque o prazo de emendas se encerrou, está certo? É uma conversa com o Relator; o Relator absorve ou não, toda a força vai estar no Relator. Isso é para garantir que a gente tenha um relatório o mais convergente possível, ainda que haja mudanças. E essas mudanças, se vierem, são bem-vindas. É um debate que a gente precisa expor para a sociedade, para a sociedade ter clareza do que está em discussão, porque senão a gente aprova sem que a sociedade entenda o que, de fato, está em discussão, e aí ela se coloca contra, o que é ruim, inclusive, para quem tem uma posição favorável aos grupos de atiradores esportivos, caçadores, etc.

Então, a minha sugestão e o meu apelo são nessa direção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Relator da matéria para fazer a leitura do seu relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Quero agradecer as sugestões e posições dos meus companheiros, em especial ao Rogério Carvalho, que acabou de falar de forma muito ponderada, equilibrada.

Como a gente não pode imaginar o que passa na cabeça de um juiz, o que dizer de um ministro do STF? Já há um pedido de liminar no STF, feito pelo PSB e outras entidades, como Sou da Paz, etc., pedindo para derrubar os decretos. Essa é a minha preocupação na questão da segurança jurídica. Concordo que, se nós não tivéssemos ou tivéssemos a segurança jurídica, seria extremamente saudável essa discussão. Eu sempre fui muito aberto a ouvir o contraditório, isso me enriquece, mas, por saber que há um pedido de liminar para derrubar os decretos no STF, eu coloquei como prioridade para que essa lei já entrasse em vigor, para que nós legisladores já estivéssemos dando à sociedade o trabalho para o qual nós fomos eleitos.

Eu vou ler o relatório e devolvo a palavra ao Presidente, e ele segue conforme determinar.

Relatório.

Vem a esta Comissão para exame, com base no art. 101, II, "d", do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei (PL) 3.723, de 2019, de autoria do Presidente da República, que altera o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003) e o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), para dispor sobre armas de fogo.

O PL propõe várias alterações no Estatuto do Desarmamento, entre elas:

a) retira do Sistema Nacional de Armas (Sinarm), que é controlado pela Polícia Federal, além das armas de fogo das Forças Armadas e auxiliares, as armas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Departamento de Segurança Presidencial do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), bem como as demais que constem de registros próprios;

b) traz rol de conceitos que hoje não constam do Estatuto, como arma de fogo, arma curta, arma longa, arma de alma raiada, arma automática e acessórios;

c) estabelece que as armas, tanto de uso restrito quanto permitido, da Abin e do GSI, assim como as armas de colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) deverão ser registradas no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma);

d) estabelece que o comércio de armas de fogo pode ser objeto de qualquer processo de concorrência pública;

e) estabelece que o Comando do Exército pode credenciar empresas para emitirem relatórios técnico-experimentais sobre armas que apresentem problemas de segurança, assim como suspender o comércio privado de armas que apresentarem tais problemas;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

f) permite que agentes policiais possam adquirir até o limite de dez armas de fogo (de uso permitido ou restrito), desde que justificado pelo órgão;

g) estabelece que a licença de porte de arma, registrada no Sinarm ou no Sigma, é de competência da Polícia Federal;

h) aumenta as penas para os crimes previstos no estatuto (posse irregular, omissão de cautela, comércio ilegal, etc.), assim como adiciona circunstâncias que majoram penas (uso de arma de uso restrito, crime praticado contra agente de segurança pública, crime praticado sob efeito de substâncias psicoativas);

i) traz capítulos específicos para os CACs e estabelece que o Comando do Exército é o órgão competente para fiscalizar e controlar suas atividades;

j) traz as especificações técnicas das armas e equipamentos que podem ser utilizados por CACs, assim como formas de aquisição.

O PL também propõe alterações ao Código Penal, entre elas: aumento das penas do roubo, da extorsão e de fuga de preso quando houver emprego de arma de fogo; aumento da pena para a constituição de associação criminosa armada ou de milícia.

Conforme a justificção do Presidente da República, a proposta visa adequar a legislação às necessidades e ao direito dos cidadãos que pretendem e estejam habilitados a possuir ou portar arma de fogo, assim como chamar a atenção para a importância de se permitir o porte de arma de fogo aos caçadores e colecionadores já registrados junto ao Comando do Exército.

Até o momento da formatação e finalização deste relatório, foram apresentadas quatro emendas. É claro que a gente recebeu hoje 36 – eu irei lê-las, após a retomada do pedido de vista –, mas eu vou ler estas quatro.

A Emenda nº 1, do Senador Mecias de Jesus, pretende alterar o inciso XXVI do art. 2º-A do Estatuto do Desarmamento, para restabelecer a definição de arma de fogo obsoleta do inciso XXI do art. 3º do Anexo ao Decreto 3.665, de 20 de novembro de 2000 (revogado), que era o antigo Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105) do Exército.

Isso porque a definição do projeto leva em conta apenas a descontinuidade da munição ou acessórios e não da própria arma. A redação atual permite que certas armas ainda em uso fiquem isentas de registro só porque seus cartuchos não são mais fabricados e obriga que algumas armas em desuso sejam registradas apenas porque suas munições ainda são produzidas.

A Emenda nº 2, do Senador Telmário Mota, sugere alterar o inciso III do caput do art. 6º do Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma de fogo aos agentes de trânsito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 3, do Senador Lasier Martins, propõe alterar o §3º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento para aumentar de cinco anos para dez anos a validade do documento de porte de arma de fogo curta para atiradores esportivos.

A Emenda nº 4, do Senador Lasier Martins, tem por finalidade alterar o caput do art. 21-I do Estatuto do Desarmamento para reduzir de cinco anos para um ano o período que o atirador esportivo deve aguardar, a partir da primeira emissão do CR, para que seja autorizado o porte de arma de fogo.

Análise.

O Direito Penal e a fiscalização da produção e comércio de material bélico são matérias de competência privativa da União e sujeitas à plena disposição pelo Poder Legislativo, ex vi dos arts. 21, VI, 22, I e 48, caput, da Constituição Federal, nos limites constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade, regimentalidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

O texto original do Poder Executivo foi bastante alterado pela Câmara dos Deputados. O objetivo principal da proposta aprovada naquela Casa Legislativa é trazer os colecionadores, atiradores e caçadores, os chamados CACs, para o Estatuto do Desarmamento.

Conforme o texto, entre outras normas, o controle e fiscalização ficará a cargo do Comando do Exército; fica assegurado o mínimo de 16 armas de calibre permitido ou restrito para caça ou tiro esportivo; possibilidade de transportar uma arma curta para uso durante o trajeto entre o local de guarda do acervo e o local de treinamento, prova, competição, caça; o atirador esportivo com mais de 25 anos terá direito à autorização para porte de arma de fogo que integre seu acervo desde que tenha mais de cinco anos da primeira emissão do certificado de registro pelo Exército.

A proposta também aumenta penas de vários crimes quando houver o uso de arma de fogo, o que se espera aumentar o poder de dissuasão sobre os criminosos.

O projeto é oportuno, aperfeiçoa a legislação e regula a atividade dos CACs, que, de fato, demandam tratamento diferenciado.

Compulsando o teor do PL 3.723, de 2019, relatado pelo Exmo. Deputado Federal Alexandre Leite, que aqui está presente, na Câmara dos Deputados e tramitando nesta Casa sob nossa relatoria, observa-se a preocupação do Legislativo em trazer segurança jurídica ao sistema de controle de armas no País.

Longe de discursos ideológicos apaixonados, nota-se no texto o atendimento à necessidade de estabilizar em lei as normas referentes ao tema, sem, contudo, promover uma expansão armamentista desenfreada no País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde 2018, quando a Polícia Federal alterou, após mais de uma década, o entendimento acerca dos critérios para aquisição de armas de fogo, adequando-se à exata sistemática estabelecida por este Congresso Nacional nos arts. 4º e 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o País vive uma significativa expansão nos registros de armas de fogo. Em 2020, foi atingida a marca de 1.279.491 armas registradas apenas no Sinarm (Sistema Nacional de Armas), o dobro do que se registrava apenas três anos antes.

E todas essas novas armas seguem, essencialmente, sob a volátil regulamentação implementada por decretos, consolidados nos Decretos nºs 9.845, 9.846, 9.847 e 10.030, todos de 2019, com as várias alterações que lhes foram promovidas por outras normas de igual natureza, circunstância que se revela ainda mais patente em relação aos CACs, grupo ao qual até hoje não se dedicou legislação própria.

Essa circunstância torna patente a necessidade de robustecer a fonte normativa para a circulação desses artefatos, no que o texto aprovado na Câmara dos Deputados se apresenta bastante exitoso, sobretudo pela rígida e criteriosa sistemática que propõe.

Nesse sentido, destaca-se, entre outros pontos, que o referido PL limita em muito as concessões outorgadas pelo Executivo mediante decreto, retirando de sua esfera de intervenção a quase totalidade dos aspectos ligados à delimitação regulatória sobre esse assunto.

Como exemplo, vê-se que, ao contrário da outorga regulatória ampla prevista atualmente no art. 23 da Lei nº 10.826, de 2003, o próprio texto legal passa a dispor sobre a classificação técnica das armas de fogo, especialmente entre as de uso permitido ou restrito. Mais do que isso, solidificam-se de modo claro as obrigatoriedades impostas ao cidadão que pretenda adquirir uma arma de fogo, exigindo-lhe conduta ilibada, residência fixa, ocupação lícita e inequívocas aptidões psicológica e também técnica.

Explicitam-se, ademais, as competências relativas à fiscalização dos produtos controlados pelo Exército Brasileiro, sanando eventuais dúvidas procedimentais, sob viés restritivo que chega a proibir sua importação por pessoas físicas, sem intermédio de uma empresa especializada, naturalmente sujeita a fiscalização mais efetiva e concentrada.

Ponto de inegável preocupação e polêmicas recentes, o projeto reduz substancialmente a quantidade de armas permitidas a atiradores desportivos, de 60 (30 de calibre permitido e 30 de calibre restrito) para mógicas 16 (apenas 26% do limite atual), sendo dez de calibre permitido e seis de calibre restrito, além de impor a atiradores e caçadores quarentena de cinco anos de atividade de tiro para acesso às armas de calibre restrito e suas munições.

A preocupação regulatória do texto em relação à segurança pública também aflora por seu nítido combate ao risco de produção descontrolada de munição, restringindo a recarga ao lote de fabricação adquirido e limitando os tipos de munições passíveis de acesso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente nesse sentido, o texto denota um substancial aumento nas penas para os delitos de porte ilegal de arma de fogo, inclusive com rígido reflexo nos casos de flagrante, o que indiscutivelmente inibe que os autorizados à mera posse de armas extrapolem os limites da autorização.

Oportuno, ainda, salientar que, ao tratar do porte de arma do atirador esportivo, direito este já previsto no inciso IX do art. 6º do Estatuto do Desarmamento desde 2003, inaugura-se a exigência de que o desportista tenha mais de cinco anos de emissão do primeiro Certificado de Registro e mais de uma arma apostilada no mesmo acervo, para só então poder pleitear a concessão do porte de arma, frise-se, após cumprir todos os demais requisitos legais lidos anteriormente.

O texto amplia os poderes e atribuições fiscalizatórias dos órgãos de controle e caracteriza como tiro esportivo a atividade praticada sob o registro no comando do Exército e vinculada a uma entidade desportiva formalmente constituída.

Cuida-se, em verdade, de um conjunto normativo muito mais restritivo do que aquele hoje vigente por meio dos decretos presidenciais, justamente o que gera reconhecido descontentamento dentre os mais aguerridos defensores do acesso às armas.

No entanto, apesar de não se negar esse viés restritivo, o momento que atravessa o País exige que esse tema tenha sua regulamentação consolidada em lei formal, conferindo a todos os que exercem as atividades ligadas a armas de fogo (cidadãos, esportistas, órgãos de fiscalização etc.) a segurança necessária para atuar, sob regras claras.

Não é despidendo ressaltar que, desde que iniciada a forte expansão na circulação legal de armas no Brasil, a despeito do que preconizavam previsões alarmistas, os dados oficiais demonstram, nesse período, quedas recordes nos indicadores de homicídio.

Estamos indo para o final.

De acordo com o Datasus (banco de dados oficial do Ministério da Saúde), os homicídios de 2018 (55.914) foram 12,29% menores do que em 2017 (63.748), ou seja, até então a maior redução de toda a série histórica.

Já em 2019, a redução foi ainda maior, quebrando o recorde do ano anterior, com 21,25% homicídios a menos, chegando a 44.033.

Assim, nesse período, como bem analisado em estudo do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), a substancial elevação nas armas em circulação correspondeu, sem qualquer pretensão de causalidade, a duas reduções recordes seguidas nos assassinatos, acumulando um decréscimo superior a 33%. Nesses crimes, segundo os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, não há registros minimamente significativos do uso de armas adquiridas legalmente, sendo tal indicador, ao contrário, estatisticamente nulo. Ainda assim, justamente para que se possa preservar os indicadores de modo tão favorável, não parece haver dúvida de que o melhor caminho é a regulamentação do tema por meio de lei e não por decretos do Poder Executivo, ainda que mais rígida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o prisma ideológico, inclusive pela formação que acumulamos ao longo de anos de atividade de instrução em combate, temos certeza de que o acesso às armas de fogo é elemento positivo para a pacificação social em relação à criminalidade. Porém, igualmente nutrimos a convicção de que a transição de um período de regulamentações extremamente restritivas no acesso às armas de fogo, como o que vivenciamos nas últimas décadas no Brasil, para uma realidade de acesso mais racional há de se estabelecer de modo gradativo, e, reitere-se, dotado de segurança jurídica, que não é mais possível de ser alcançada pela volatilidade típica dos decretos presidenciais.

Não é inclusive demasiado registrar que o nível atual de insegurança jurídica para quem lida com arma de fogo se encontra em patamar elevadíssimo. A quase totalidade das normas editadas pelo Presidente da República a esse respeito se encontra em discussão no âmbito do Supremo Tribunal Federal, inclusive com polêmica jurídica em torno do que está efetivamente valendo diante de uma liminar monocrática que não foi referendada pelo Plenário.

Isso robustece absoluta urgência de consolidar a regulamentação do tema, sobretudo diante de reflexos penais que essa matéria apresenta e dos já inúmeros casos de indivíduos detidos indevidamente por porte ilegal de arma, exatamente pela controvérsia a respeito do que, em concreto, está em vigor.

Essa urgência, de fato, culmina por se sobrepor à possível discussão pontual de alguns aspectos do texto em análise, especificamente para que algumas restrições ali impostas pudessem ser abrandadas e compatibilizadas com a realidade factual já implementada no País, conforme inclusive já previsto no próprio sistema de controle dos acervos bélicos.

Esse intuito, no entanto, poderá ser alcançado pela natural atividade legislativa vindoura, típica dos momentos que sucedem a implementação de um novo modelo regulatório sobre qualquer tema.

Com relação às emendas apresentadas, entendemos que a Emenda nº1 não deve ser acolhida porque a definição de arma de fogo obsoleta no inciso VI do parágrafo único no art. 3º do Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, incluída pelo decreto nº 10.627, de 12 de fevereiro de 2021, já resolveu o problema apontado.

A Emenda nº 2 deve ser rejeitada, porque alarga o rol de autorizados a apontar arma de fogo, contrariando a intenção do projeto.

A Emenda nº 3 não deve ser aprovada porque amplia demasiadamente a validade do documento de porte de arma de fogo curta.

A Emenda nº 4 também deve ser refutada porque reduz excessivamente o prazo para concessão do porte de arma que especifica.

Nesse sentido, por trazer segurança jurídica, aumentar os níveis de controle, impor novas restrições, assegurar a majoração das penas de delitos cometidos com armas de fogo e, sobretudo, diante da absoluta urgência de que se reveste o tema, defendemos a aprovação do Projeto de Lei 3.723, de 2019,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na forma em que foi aprovado na Câmara dos Deputados, com a convicção de se cuidar de norma que contribui positivamente para o ordenamento jurídico brasileiro.

Voto.

Diante do exposto, somos favoráveis à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, à aprovação do PL 3.723, de 2019, rejeitando-se as Emendas nºs 1 a 4.

Finalizo, assim, a minha relatoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Coloco em discussão.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que nos assistem pela TV Senado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, a gente pediu vista.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Poderia V. Exa. permitir a minha discussão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Senador Viana. Só um minutinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder, eu dei a palavra para 14 Senadores, que se manifestaram antes da leitura do relatório. Dentro desse entendimento – o Senador Marcos fez a leitura, fez as ponderações, está em discussão, vai ser concedida vista –, deixe o Senador Viana, que veio para se manifestar, utilizar da palavra aqui na Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente, pela gentileza.

Em primeiro lugar, nós no Brasil, Senador Marcos Rogério, Senador Rogério Carvalho, Senador Girão e os que nos assistem, precisarmos ter a coragem de enfrentar determinados temas que estão no nosso dia a dia e que muitas vezes não recebem a atenção devida do Parlamento. São questões que estão nas nossas ruas e que todos os dias chamam atenção, pelas várias ocorrências, pelas várias situações. Então, nós temos que ter coragem de enfrentar, analisar e tomar decisões com responsabilidade.

Quanto a essa questão das armas, eu vou deixar claro aqui o meu posicionamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é o seguinte: não sou lobista de arma; não concordo absolutamente com qualquer tipo de facilitação para o porte de arma. A lei brasileira é boa, é clara. O porte de arma tem que ser uma decisão segura, de uma pessoa que tenha demonstrado equilíbrio psicológico, e ser totalmente fiscalizado. Então, não se fala aqui em mudar a lei sobre o porte de arma no Brasil. Portes de arma são exceções para quando a pessoa demonstra com clareza que está capacitada, precisa ou pratica algum tipo de exercício.

Então, o que o Senador Marcos Rogério está colocando...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Fora do microfone.) – Marcos do Val.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... Marcos do Val – desculpe –, em momento algum é mudarmos a lei sobre o porte de armas. Nada! O Brasil vai continuar um país com restrições severas ao porte e cuja legislação é muito dura, inclusive, e tem que ser mantida. Nós estamos tratando aqui de pessoas, brasileiros que já cumpriram essa obrigação, que têm o porte de arma para um determinado calibre, que gostam de armas e que compraram outros calibres que a lei e o decreto permitiram.

E, Senador Davi Alcolumbre, eu estava conversando aqui com o Senador Rogério: se o decreto deixar de existir e não vier uma legislação específica, brasileiros de bem, pessoas que estão respeitando a lei, que querem seguir a lei e não são bandidos... Bandido não está nem aí se a arma é registrada, se não é, se ele compra fora, se vem de contrabando... Eu mesmo já vi vários casos em que armas chegavam em colchões ao Brasil. Eu já trabalhei na investigação de quadrilhas assim, como jornalista: as armas chegavam em colchões, que eram entregues como se fosse importação, e estavam lá as pistolas. Então, para quem é bandido, quem está na excepcionalidade da lei, não importa! Agora, para quem quer agir corretamente, o que o PL está propondo é que o Parlamento dê a ele segurança jurídica. No passado, até há pouco tempo, o brasileiro poderia ter um calibre 380, por exemplo, um 38, uma pistola semiautomática e por aí vai; o decreto permitiu que ele tenha uma 9 milímetros, que era um calibre restrito a forças de segurança, com treinamento. Essa pessoa que comprou a arma, inclusive policiais, essa pessoa que é um atirador, que é uma pessoa que está lá no âmbito fechado, cumprindo a legislação, que tem uma 9 milímetros... Se essa lei não vier, como é que vai ficar essa arma? Essa pessoa vai passar a viver na ilegalidade? Nós vamos condenar essa pessoa dizendo: "Olhe, você comprou uma arma, problema seu; agora, você vai ter que devolver essa arma"? Não!

Nós não estamos aqui dizendo para ninguém que vai poder pôr uma arma na cintura e sair feito em um banguê-banguê ou em um faroeste. Você tem uma legislação. Inclusive, eu sou autor, Presidente, de um PL que está aqui, na Casa, parado, em que eu coloco o crime de homicídio por arma de fogo dentro do rol dos crimes hediondos. A pessoa que usa uma arma de fogo para matar o outro, de forma dolosa... O Brasil é muito condescendente, inclusive, com esse tipo de crime. Agora, não atinge as pessoas que estão sendo hoje alvo dessa insegurança. Nós estamos falando de instrutores de tiro, nós estamos falando de caçadores em áreas, estamos falando daqueles que são praticantes de tiro. Esses é que estão pedindo o nosso posicionamento aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu deixo claro – a narrativa é impressionante –: você quer enfrentar o problema da violência desconhecendo o problema das armas? Isso significa que, ao nós regularmos a possibilidade de mais de um calibre na mão de quem já tem uma arma, isso vai aumentar a violência? Em hipótese alguma! O que se quer aqui é segurança e, principalmente, encararmos o problema.

Eu sou destro em armas, já tive porte, minha família, meus pais, meu pai, meus avós... E nós nunca tivemos um crime! Para o senhor ter uma ideia, no período em que eu pude andar armado, eu nunca disparei um tiro ou soltei qualquer arma no meio da rua. E quem tem uma arma, Senador Rogério, Senador Girão, sabe que a arma, por si só, já é um atrativo, inclusive, para deixar a pessoa vulnerável. Ninguém usa uma arma para poder sair por aí mostrando. A própria polícia tem um código para isso. A ostensividade de uma arma é algo que ataca, é perigoso você ter. Para isso a legislação é dura.

Vamos colocar a discussão no lugar certo. O cidadão que já tem o porte, que cumpriu todas as regras... Nós não estamos mudando as regras do porte de arma. O porte de arma, volto a dizer, tem que ser uma decisão controlada, para alguém que demonstre equilíbrio para que tenha essa arma e uma necessidade – porte de arma. Agora, se a pessoa vai a um clube de tiro, dentro de uma área fechada, que cumpre todas as resoluções, e ele tem lá uma 380, uma 9 milímetros, se ele gosta de arma, por que nós vamos proibir essa pessoa de ter?

"Ah, mas essas armas vão parar no mundo do crime." Não é verdade! São estatísticas que muitas vezes ganham uma narrativa incorreta no Brasil, porque, com número, você tortura o que você quer e ele fala o que você acha que deve ser. Então, esse é o ponto que nós estamos colocando.

Se há questões relativas a estar a arma carregada, municiada dentro de um carro, se isso é considerado um exagero, vamos rever, podemos discutir.

Agora, não se está aqui, em momento algum, incentivando a compra de armas ou a facilitação para que essa pessoa possa portar uma arma no meio da rua. Não é disso que estamos falando. Quem levantar essa polêmica aqui está, infelizmente, desinformando as pessoas, seja pelo que for.

Não gosta de arma? Tudo bem. Agora, se uma pessoa gosta, nós vamos impedir essa pessoa de ter o seu esporte, de praticar?

A nossa visão urbana de quem mora numa grande cidade é muito diferente da de V. Exa. que mora no Amapá, é muito diferente da do Lucas, que mora no Amapá, da dos que moram no Amazonas, porque eles vivem situações muito mais complexas do que as nossas.

Às vezes, eu ouço, por exemplo, comparações: "Ah, nos Estados Unidos, é um absurdo, a pessoa pode ter um fuzil". Quem conhece bem aquele país, conhece lá, sabe muito bem que, dependendo da caminhada em que você estiver, você pode topar com um urso, com um lobo, com pumas. Então, a arma não é uma questão só de dizer que está armado, é uma questão de defesa.

E, no Brasil, a gente tem que reconhecer que, se a gente cria regras pensando apenas nos núcleos urbanos brasileiros, nós estamos condenando os fazendeiros, aqueles que vivem em áreas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remotas, a viverem na ilegalidade. Ou será que nós vamos ser inocentes o suficiente para achar que uma pessoa que vai viver no lugar desse não vai ter uma arma em casa?!

Este é o ponto de equilíbrio: enfrentar a questão com responsabilidade, mas informando corretamente a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, rapidamente, só um segundo.

É só para deixar muito claro que nós vamos ter tempo para, no mérito, a gente enfrentar um debate mais profundo. Argumentos temos dos dois lados, mas eu quero deixar bem claro para o Senador Marcos do Val, que fez um trabalho com muito cuidado, que eu voto a favor desde que tiremos excessos. Nós não somos carimbadores, Senador, meu querido irmão, Carlos Viana, da Câmara. Então, voto a favor, estou disposto ao diálogo. Pollon – já conversei com ele –, eu estou convidando para ir ao gabinete para a gente conversar. Eu acho que, com base no diálogo, a gente chega a um consenso, desde que se retirem excessos. Então, é só deixar muito claro esse posicionamento.

E parabeno-o pela condução, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Girão.

Como nós fizemos um acordo de procedimentos, fica concedida vista coletiva até a próxima reunião da nossa Comissão.

Eu queria registrar e agradecer o nível elevado, Senador Viana, do debate. A gente até inverteu aqui, de certo modo, o rito natural da apreciação da matéria na reunião de hoje.

Eu queria restabelecer e concordar com a observação feita pelo Senador Girão. De fato, na reunião passada, a matéria não estava na pauta por um motivo regimental de que eu não tinha conhecimento. Havia a solicitação do Senador Marcos do Val de que a gente pudesse incluir na pauta. Eu me comprometi em pautar, mas eu não tinha o conhecimento do requerimento de audiência pública que tinha sido aprovado em outra oportunidade, quando ainda não estava presidindo esta Comissão. Então, com esse desencontro, tentando cumprir o Regimento, eu não pude pautar, mas eu tinha me comprometido em pautar com o Relator da matéria. Enfim, é só para registrar que V. Exa. fez uma observação correta. Não estava na pauta mesmo por conta do requerimento. E, ademais, todos já sabem o que aconteceu para chegarmos até aqui hoje.

Eu quero registrar isso, Senador Girão, Senador Rogério Carvalho, Senador Carlos Viana e Senador Marcos do Val, e cumprimentar V. Exa. V. Exa. é um conhecedor deste assunto. Nós teremos Senadores favoráveis e Senadores contrários, nós teremos Senadores que querem ajudar a melhorar o projeto, e isso é legítimo do Parlamento, mas eu quero registrar a paciência de V. Exa. neste assunto, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serenidade de V. Exa. neste assunto, o que não é fácil, porque, muitas das vezes, uma narrativa acaba virando verdade em um assunto que não tem, muitas das vezes, nada a ver com o que está escrito no relatório – e vice-versa também, tanto para o bem como para o mal. A vida é assim: infelizmente, às vezes, a narrativa se sobrepõe à verdade. E a gente é vítima, muitas das vezes, disso no Parlamento, na vida pública. E estamos aqui para isso, para enfrentar essas dificuldades e às vezes algumas injustiças. Então, eu quero cumprimentar V. Exa., que teve coragem de enfrentar um tema complexo, difícil, sempre pautado no interesse de que esta Casa possa legislar para que outro Poder não interfira na nossa prerrogativa. Em todas as vezes que V. Exa. falou, utilizou da palavra, em todas as oportunidades, V. Exa. sempre disse que estamos tentando fazer um projeto de lei para regulamentar o imbróglio, o embaraço jurídico que há, muitas das vezes, por uma decisão contrária a um decreto que, de certa forma, é muito mais frágil que uma legislação, mesmo a gente sabendo que esta Casa já derrubou decretos legislativos. Eu estava na Presidência quando nós derrubamos um decreto legislativo, porque o Senado entendeu que exorbitava das atribuições do que a Constituição diz quanto ao que o Presidente pode fazer por decreto. E hoje a gente está tentando aperfeiçoar, avançar...

O Deputado Alexandre Leite foi o Relator da matéria lá na Câmara dos Deputados, nos acompanhou, se colocou à disposição para conversar.

Em resumo, eu quero agradecer a V. Exas. que estão aqui. Passaram aqui, na Comissão, mais de 30 Senadores. O nosso quórum na reunião da sabatina do indicado para o CNJ foi até, de certo modo, tranquilo, porque não houve inquirição – houve mais manifestações em relação ao cargo específico de Conselheiro e às suas atribuições. De maneira geral, quero registrar a legitimidade de cada Senador que participou aqui hoje. Todos que estão aqui foram eleitos e têm legitimidade do voto soberano do povo na urna e, então, podem pensar como V. Exa. ou não pensar como V. Exa.

E eu estou tentando, da melhor maneira possível, no cargo de "maestro", como Presidente desta Comissão, conciliar, como conseguimos encaminhar a situação da reforma tributária, que já está bem encaminhada para fazermos seu debate no início do retorno do recesso parlamentar.

Parabéns pelo debate de alto nível aqui. Todas as manifestações foram importantes para a gente fazer e tirar a nossa decisão, em nome do povo brasileiro, em nome de uma legislação que possa ter eficácia, sem a preocupação de aqui ou ali termos uma decisão contrária, levando essas pessoas para a ilegalidade, em um momento em que elas estavam totalmente dentro da legalidade.

Eu tenho a minha convicção sobre este assunto também, mas, em nenhum momento, eu externei a minha convicção. Eu vou externar com o meu voto. Quando for para a votação, eu vou externar votando, porque é assim que, muitas das vezes, a gente deve... Fala, fala, fala, mas o que decide é o voto.

Eu quero cumprimentar V. Exas. aqui, a fala do Senador Viana, a fala do Relator, a fala do Senador Paulo Rocha, a fala do Senador Girão, o Senador Jorginho, o Senador Heinze, o Senador Marcos Rogério, que estava ali, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Lucas Barreto, o Senador Espiridião Amin... Eu estou olhando para as cadeiras aqui e me lembrando de quem estava sentado – o HD ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está funcionando, mesmo às 2h da tarde, mas o meu corpo resiste ficar uns quatro dias sem comer, está tudo tranquilo. (Risos.)

Eu quero cumprimentar V. Exas. Parabéns pelo debate. Parabéns, Senador Marcos, pela condução e pelo relatório apresentado.

Fica regimentalmente concedido vista coletiva.

Eu tenho certeza absoluta de que são debates nesse nível, dessa forma, com respeito, com responsabilidade... Ninguém agrediu ninguém aqui! Aqui todo mundo foi dentro da prerrogativa que tem em exercer o mandato de Senador da República – entre 215 milhões de brasileiros, somos abençoados, somos 81. Estamos aqui justamente para fazer isto: falar. Parlamento é para isso. E acho que foi uma das reuniões mais importantes para esta Comissão neste encerramento de período.

E muito obrigado pela paciência, muito obrigado pela amizade, pelo carinho...

Meu pai me disse uma vez que ele queria conhecer o Aurélio, Senador Viana. "Mas, pai, o Aurélio? O senhor quer conhecer o Aurélio? Não está mais entre nós." E ele disse: "Mas, meu filho, é porque ele fez um dicionário com milhares de palavras e de significados que são difíceis [Senador Líder Rogério Carvalho] e ele colocou, lá no meio do dicionário, uma palavra que só aquela palavra resolve muita coisa". "Qual é, pai?" "Ele colocou a palavra 'desculpa', que, quando tem uma agressão, um conflito, um embate e quando um estende a mão para o outro e fala 'desculpa', até desmonta o outro lado e acabou a confusão". Então, eu aproveito este encerramento aqui da Comissão para dizer que, se me exaltei em algum momento na condução da Comissão, peço desculpa a V. Exas., porque eu tentei fazer o certo, respeitando cada um dentro da sua prerrogativa, só que, para quem tem poder de decidir, é todo tempo: de manhã agrada, de tarde desagrade. Eu acho que a gente conseguiu passar com uma nota azul na condução da Comissão.

E eu desejo a V. Exas. muito sucesso e que possamos continuar firmes e resilientes defendendo os interesses do povo brasileiro, dos nossos Estados e de um povo que aguarda de todos nós as respostas que nós estamos dando – e eu tenho convicção de que nós estamos dando!

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Eduardo Girão, Omar Aziz, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Eliziane Gama e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Eleição de Vice-Presidente. Finalidade:** Destinada à eleição do Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o restante do biênio 2021-2022, em razão da renúncia ao mandato do Senador Antonio Anastasia, escolhido para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. **Resultado:** Realizada a reunião, com a eleição do Senador Lucas Barreto (PSD/AP) para o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o restante do biênio 2021-2022. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/16>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Queria agradecer também à imprensa, que está aqui presente.

A presente reunião destina-se à eleição de Vice-Presidente da Comissão para o ano de 2022.

Queria também aproveitar, antes de fazermos esse processo, para agradecer muito pelo apoio incondicional que tivemos – Líder Portinho, seja bem-vindo, nosso Líder do Partido Liberal – aqui na Comissão de S. Exa. o Sr. hoje Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Augusto Anastasia.

Eu tive a honra e o privilégio de exercer o cargo no biênio de Presidente da Casa com o Senador Antonio Anastasia sendo o meu 1º Vice-Presidente da Mesa Diretora, e aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, não foi diferente: eu tive a oportunidade de, a partir do término do mandato de Presidente, ter aqui, também na CCJ, a companhia de S. Exa., um dos maiores quadros qualificados do Brasil e do Congresso Nacional – não é só do Senado Federal –, o nosso Prof. Antonio Augusto Anastasia, Senador da República, então, à época, eleito pelo Estado de Minas Gerais.

Com certeza, eu acho que o Senado da República, mesmo respeitando as outras duas candidaturas e respeitando a história de vida dos outros candidatos que se colocaram com legitimidade para disputar essa vaga que cabia ao Senado Federal, empresta para o Tribunal de Contas da União um dos melhores quadros desta Casa e que hoje, sem dúvida nenhuma, exerce um papel fundamental também naquela Corte de Contas para a relação institucional do Congresso, já que o Tribunal de Contas da União é um órgão – Líder Rogério, Sr. Governador Rogério Carvalho – auxiliar desta Casa do Congresso Nacional. Por isso, eu tenho certeza de que o Senador Anastasia fará e cumprirá um papel extraordinário nessa relação político-institucional em alto nível com o Senado Federal, com o Congresso Nacional e com o Brasil.

Ao mesmo tempo, quero abraçar S. Exa. o Senador Alexandre Silveira, que após...

Eu fazer uma manifestação e quero o apoio de V. Exa.

Eu quero agradecer ao Senador Alexandre Silveira, que integra agora esta Casa como Senador da República pelo Estado de Minas Gerais, e desejar muito sucesso. O Senador Alexandre Silveira ajudou muito esta Casa no ano de 2021 como colaborador no gabinete da Presidência, como assessor jurídico da Presidência do Senado Federal, com a sua experiência. E, sem dúvida nenhuma, dará continuidade aos trabalhos prestados ao Senado como colaborador do Gabinete da Presidência, mas agora muito mais como Senador da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja bem-vindo, Senador Alexandre! Nós conhecemos a biografia de V. Exa., nós sabemos a história e a qualificação técnica de V. Exa., e eu tenho certeza absoluta de que ocupa esta vaga, com a grandiosidade da cadeira de Senador da República, pela experiência construída ao longo da sua vida pessoal e também política, digamos assim. Deus o abençoe neste mandato de Senador, em defesa do Estado de Minas Gerais, do estado de V. Exa. e do Brasil!

Tendo em vista a apresentação da única indicação pela Liderança do Partido Social Democrático (PSD) do Exmo. Sr. Senador Lucas Barreto (PSD - AP) para a vaga de Vice-Presidência, consulto os nobres Senadores aqui presentes sobre a possibilidade de nós realizarmos a eleição do cargo de Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal pela história, pela biografia, pela relação de S. Exa. o Senador Lucas Barreto com todos nós, não só com a CCJ, mas com a Casa e, de maneira muito carinhosa, comigo pessoalmente, porque o Senador Lucas Barreto é um irmão que a vida me deu, e eu terei muita honra e muito privilégio se conseguirmos fazer esta eleição pela biografia do Senador Lucas, pelo que o Senador Lucas representa para o Senado Federal, pela indicação conquistada na sua bancada. Por ser a única candidatura indicada para o cargo de Vice-Presidente, eu queria pedir a todos os Líderes de todos os partidos aqui presentes, independentemente do partido, que, em respeito a esse homem público, que, com certeza absoluta, nos conquista todos os dias aqui, a gente pudesse fazer eleição não por votação na cédula; que a gente pudesse fazer a eleição por aclamação,

Consulto os Senadores se têm alguma objeção em relação a essa proposta. *(Pausa.)*

Muito obrigado pelo apoio de todos os Senadores aqui presentes.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado por aclamação, por unanimidade.

Fica eleito para a Vice-Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, por aclamação, S. Exa. o Sr. Senador Luiz Cantuária Barreto, o nosso Lucas Barreto, do PSD do Amapá, que passa a compor a mesa dos trabalhos neste exato momento.

Convido o Senador Lucas Barreto para ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, usar da palavra. *(Palmas.)*

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, depois pode colocar o meu nome na ordem?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, quero pedir minha inscrição. Vou pedir licença no momento para fazer um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só vou passar a palavra para o Senador Lucas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Srs. Senadores, cumprimento o nosso Senador Alexandre.

Penso eu que são duas responsabilidades grandes: o senhor substitui aqui o nosso Ministro hoje, ex-Senador Anastasia, e eu tenho o privilégio de substituí-lo na Vice-Presidência da CCJ. As nossas missões na CCJ terão uma responsabilidade muito maior pela pessoa que é e pela competência que tem o Senador e Ministro Anastasia.

Então, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar todos os meus pares, a Bancada do PSD, que nos indicou, e somar com todos aqui para que nós possamos, nesse pós-pandemia, avançar nas pautas da CCJ para que tenhamos os projetos que aqui estão discutidos e votados nesta Comissão, que é uma das Comissões mais importantes do Senado Federal.

Quero agradecer de coração a todos os pares a missão que estão me dando hoje de ser Vice-Presidente da CCJ e, junto com o Senador Davi, poder avançar na pauta da CCJ para que nós tenhamos muitos mais projetos no Plenário oriundos ou que passam – perdão – pela CCJ. Muito obrigado a todos.

Sr. Presidente, missão dada, missão que vai ser cumprida na CCJ.

Obrigado a todos os nobres colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Quero dar meus cumprimentos ao nosso amigo Lucas Barreto, grande Senador, uma grande pessoa, um coração enorme, um diálogo fantástico. Tenho aprendido muito essa habilidade do diálogo. Fico feliz de ver dois grandes amigos que eu fiz aqui no Senado. O que dá prazer e também complementa o trabalho árduo que nós temos aqui é reencontrar os amigos, pessoas sérias, competentes e honestas.

Quero dar boas-vindas também ao nosso Senador de Minas Gerais, Senador Alexandre, e dizer que eu sou do Espírito Santo e a praia continua liberada lá, porque o Espírito Santo é o quintal dos mineiros, para curtirem as praias. Vai ser muito bem-vindo lá, para apreciar nossa moqueca capixaba.

E quero dizer que estou à disposição para o que for preciso, para contribuir aqui com a CCJ.

Aproveito para dar as boas-vindas aos nossos companheiros, estaremos mais um ano aí de missão a ser cumprida, um ano difícil, um ano de eleição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aproveitar também e perguntar ao Presidente e agora também ao Vice se há possibilidade de a gente voltar com a pauta do 3.723, sobre os CACs, se a gente consegue pautar ainda no final desse mês ou quando o Presidente achar mais oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me aproveitar, antes de passar a palavra ao Senador Alexandre Silveira, que é o próximo inscrito, Senador Vanderlan, Senador Roberto Rocha e Senador Portinho: nós fizemos hoje uma sessão dedicada para a eleição do cargo, que estava vago, de Vice-Presidente, mas eu queria aproveitar essa oportunidade para anunciar a pauta, dentro do acordo que nós construímos ainda no final do ano passado, e, na presença do Senador Roberto Rocha, agradecer a V. Exa., porque foi o entusiasmo de V. Exa., foi a dedicação de V. Exa. e foi a perseverança de V. Exa. que nos fez chegar até aqui com esse compromisso, assumido no final do ano passado. Eu sou do diálogo, eu sou da busca do consenso, eu sou do entendimento. Eu tento, da melhor maneira possível, no exercício desta Presidência da Comissão, e assim o fiz como Presidente da Casa, que a gente possa buscar as convergências em todas as matérias. Mas também chega o momento, Senador Fávaro, que nós somos instados a deliberarmos a matéria. É por isso que existe o Plenário, é para isso que existem as Comissões, é para isso que existe o direito do voto.

Então, Senador Marcos do Val, assim como o projeto que V. Exa. levanta agora, há alguns compromissos que foram assumidos no ano passado aqui, num acordo em que esta Presidência se comprometeu, no retorno dos trabalhos da Casa, com que a gente pudesse organizar a votação de três matérias que eu reputo muito importantes e que são, todas as três, fruto desse acordo do final do ano passado, quando a gente buscou, naquela relação, respeitando as posições contrárias a um determinado projeto ou outro, que nós iríamos colocar para deliberação, porque é esse o nosso papel.

As matérias são o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, que é o projeto de lei que institui a Lei Geral do Esporte, um acordo construído com a Senadora Leila, com o Presidente Rodrigo Pacheco, com o Senador Líder Portinho, com o Relator da matéria, Senador Roberto Rocha. E, diante desse entendimento que foi construído de que nós iríamos, no retorno dos trabalhos, votar pelo menos essas três matérias remanescentes acordadas para o retorno, eu quero anunciar que tanto o projeto de lei da Lei Geral do Esporte como o Projeto de Lei nº 3.723, que é o que V. Exa. também, numa construção em que nós buscamos, em que houve requerimento, pedido de vista, enfim, nós demos todas as condições para aqueles que são favoráveis e para os que são contrários, inclusive alteramos uma audiência pública. Nós trocamos membros de uma audiência pública de uma matéria que estava aprovada há um ano para tentar, Senador Marcos do Val, pacificar não a votação, mas pacificar o procedimento de votação dessa matéria. E eu tenho certeza absoluta de que nós fizemos de comum acordo até com aqueles que vão, no momento da sua apreciação, votar contra. Mas, houve mais um momento de debate de uma matéria muito importante, e, como foi acordado, assim como a Lei Geral do Esporte, essa matéria será votada ainda este mês aqui na Comissão de Constituição e Justiça. E, Senador Roberto Rocha, o que foi um pleito de V. Exa. – e foi por isso que eu fiz questão de falar a V. Exa. e citar o nome de V. Exa. –, porque foram a sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestação, o seu entusiasmo, que nos trouxeram até aqui para que mesmo aqueles que pensem contra essa matéria possam deliberar sobre ela, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, que tem V. Exa. como Relator, e altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, a PEC da reforma tributária. Então, essas três matérias remanescentes estarão incluídas na pauta da próxima reunião da Comissão, haja vista que esta reunião é, única e exclusivamente, para a eleição do cargo de Vice-Presidente.

Então, eu queria anunciar que temos outras matérias remanescentes. Eu conversei ontem com a Senadora Leila, eu conversei ontem com o Senador Portinho... Há um requerimento do Senador Portinho para fazer uma votação hoje, extrapauta, dessa matéria, mas a Senadora Leila pediu ao Senador Portinho, diante do entendimento, que ficasse para a próxima semana. Então, eu faço este apelo a V. Exa.: que V. Exa. pudesse retirar o requerimento, já que a gente está começando o ano num ambiente de cumprimento de acordos, para que a gente possa, no momento adequado, deliberar, favoravelmente ou contrariamente, mas encaminhar a matéria para a próxima Comissão ou para o Plenário. Então, eu quero estabelecer esta ordem, que foi a ordem de cronologia que nós estabelecemos no final do ano passado: será o primeiro item da pauta da próxima semana.

E também, Senador Portinho, eu consultei vários Senadores que gostariam de estar aqui na CCJ hoje. Eles estão ausentes, infelizmente eles estão no modo remoto, não estão presencialmente, e, tanto para essa matéria como para a matéria levantada pelo Senador Marcos do Val e para a matéria relatada pelo Senador Roberto Rocha, os Senadores desta Comissão solicitaram uma única coisa a esta Presidência: que eles pudessem ter esta semana de tempo para se organizarem para estar aqui na Comissão para que a gente possa fazer um debate em alto nível do relatório, a leitura do relatório e os procedimentos regimentais cabíveis. Então, mesmo com o ato da Mesa dando, no momento da pandemia, autoridade ao Presidente para que pudesse pautar essa matéria com 24 horas de antecedência, mesmo com essa peculiaridade e excepcionalidade, como são três temas e dois são muito polêmicos, digamos assim, eu não queria também ser cobrado ou criticado por aqueles Senadores que não estavam presentes no sentido de que coloquei essas matérias sem a presença deles aqui no Plenário, mesmo que virtual, Senadores Alexandre e Vanderlan.

Então, para eu estabelecer o critério que foi compromissado, digamos assim, no final do ano passado, a partir de agora, deste anúncio, todos os 81 Senadores saberão que essas três matérias estarão pautadas. Os 27 membros que estejam aqui na próxima semana, porque todos os 27 membros me pediram para estarem presentes diante da relevância dessas matérias, em especial da reforma tributária, que mexe no Sistema Tributário Nacional, fruto de trabalho hercúleo do Senador Roberto Rocha, para que possam participar presencialmente, não virtualmente, dos debates. Eu me achei no direito de dar essa oportunidade para os membros da nossa Comissão estarem aqui presencialmente, de corpo presente, debatendo essas matérias na próxima semana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou encerrar aqui a minha manifestação e vou passar a palavra para os Senadores inscritos, em primeiro lugar para o Senador Portinho, que é o autor do requerimento, mas já fica combinado assim.

E solicito à Secretaria-Geral da Mesa que informe aos 27 membros titulares e aos 27 membros suplentes desta Comissão que houve acordo quanto a esses três itens no ano passado e eu vou cumprir o acordo feito com os Senadores.

Com a palavra o Senador e Líder Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito bem, Senador Davi, Presidente.

Realmente, não há nenhuma objeção, até porque o compromisso que foi feito no ano passado, V. Exa, como sempre o faz, estará cumprindo, o que é muito bom e agrada a todos.

Só, como, na semana que vem, eu infelizmente – fiquei aqui quatro semanas seguidas – vou por acaso ter que estar no Rio na próxima semana, eu farei virtualmente; se necessário, porque sou membro suplente porque aqui me representa – e muito bem – o Senador Jorginho Mello.

E, aproveitando, quero elogiar o trabalho do Senador Roberto Rocha com relação à Lei Geral do Esporte e agradecer, porque eu pedi vista, a paciência tanto do Senador Roberto Rocha quanto a paciência da Senadora Leila e de V. Exa., Presidente, e anunciar que, na verdade, foi muito proveitosa. Nós conseguimos alinhar todas as emendas que apresentei no sentido de construir um texto ainda melhor do que aquele original. Todas elas foram alinhadas em consenso, com muitas mãos, com a assessoria do Senador Roberto Rocha, a assessoria da Senadora Leila, a minha assessoria, a minha presença pessoal, também do Senador Romário e da sua assessoria, como da Senadora Leila e de todos. Então, posso anunciar que chegamos, acredito, ao melhor texto da Lei Geral do Esporte, melhor ainda do que já era.

E, aí, por isso, eu já me adianto para pedir, então, na sessão seguinte, a aprovação dos colegas com a ciência de que todos aqueles que são do esporte e eu, que, embora não seja atleta, minha especialidade é o direito esportivo original, pudemos dar a contribuição de acordo com os anseios desse segmento e do que me cabe também dos advogados que nos ajudaram na construção desse belo texto final que o Senador Roberto Rocha vai ler. Um projeto que é de 2015, fruto de uma Comissão Especial de Juristas, em que, em 2017, o Senador Roberto Rocha pôde, como Relator, avançar e ao qual nós chegamos.

Então, até pelo tempo de maturidade, pela convergência dos ajustes, posso dizer a todos os meus colegas que, sem dúvida nenhuma, esse não será o mais polêmico, até porque acho que há um certo consenso, e os outros, naturalmente pela complexidade e pelo que envolvem, vão gerar mais debates.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, na próxima semana, estarei acompanhando virtualmente, Presidente, sem nenhum prejuízo de não ser votado hoje, até porque era um requerimento extrapauta, e sei que o Senador Roberto Rocha vai conduzir.

E há um compromisso, Senador Davi, com a Senadora Leila, que eu também registro, para que o projeto daqui vá para a Comissão de Educação e Esporte, e não para o Plenário direto, como inicialmente, até por essa convergência com a nossa sugestão, por conta, inclusive, de a Senadora Leila presidir ou ser Vice-Presidente, melhor dizendo, da Comissão do Esporte e ser a provável Relatora, então o seu espaço de fala, de articulação com segmento está preservado em compromisso que fizemos eu, o Senador Roberto Rocha e a Senadora Leila ontem à tarde e nesta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Portinho.

De fato, eu queria eu queria agradecer a V. Exa. essa compreensão. A Senadora Leila estava muito apreensiva, ela falou comigo ontem. Eu falei para ela que eu tinha certeza que V. Exa. iria compreender a importância de essa matéria passar na Comissão de Esporte. A Senadora Leila tem essa agenda, há três anos ela luta por essa agenda da votação dessa lei aqui na Casa. E ela quer muito fazer parte desse debate. Então, eu queria lhe agradecer, porque tinha de fato a possibilidade de encaminharmos para o Plenário, mas V. Exa. aquiesceu e compreendeu a importância de a Senadora Leila participar efetivamente do debate que ela levantou na nossa Casa.

Com a palavra o nosso Senador Roberto Rocha, nosso Relator da reforma tributária.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Presidente Davi Alcolumbre, Srs. Senadores, eu quero cumprimentar, nessa manhã de quarta-feira, o Presidente Davi, porque de fato nós...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – De fato, nós...

Portinho, se você puder...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Perdão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Só um minutinho. Se você puder... É importante para o projeto. Se...

Eu queria fazer algumas sugestões. Primeiro, quero agradecer essa palavra inicial de V. Exa., o compromisso de, na próxima semana...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a eleição do nosso Lucas, verificamos que nós temos hoje dois amapaenses na direção da CCJ. Eu quero, desde já, dizer o seguinte a vocês, que representam tão bem este Estado, o Amapá: no nosso relatório da PEC 110, a gente está tirando da origem para o destino. Nunca houve consenso em relação a isso. Após tantos anos de diálogo, exercendo o único combustível que eu conheço da política, que é a saliva, conversando muito... Para vocês terem ideia, Senador Davi, eu tive que pegar um avião particular e, segunda-feira, ir à Parnaíba, participar de um evento sobre ZPE. O Piauí inaugura a primeira ZPE após a lei que também nós aprovamos aqui no Congresso. E lá eu tive uma reunião com o Presidente da Comsefaz, que é o Secretário de Fazenda do Piauí, Rafael Fonteles, para discutir a PEC 110, assuntos relativos, que foi um compromisso que assumi com alguns setores, inclusive com o Senador Alexandre. Eu disse que resolveria a questão, que é muito problemática. E, de lá, eu tive que sair ontem, 6h da manhã, decolando para Brasília, por conta de compromissos aqui, sobretudo deste.

Na hora em que a gente tira da origem para o destino, o Estado do Amapá ganha, por ano, R\$994 milhões. O Maranhão ganha mais de R\$4 bilhões. O que significa? Que esta matéria, a PEC 110, aguardada por todos há muito tempo – e eu fico muito lisonjeado em ver isso –, chega a um ponto em que amadureceu de tal modo que, se não se colher, apodrece e cai. Eu acho que esta é a última janela de oportunidade desta geração nossa, e nós temos que aproveitar. Essa não é uma matéria do Governo, essa é uma matéria do Senado. Ela nasceu e se encerra no Senado, porque aqui é que vai ser feita a promulgação dessa matéria.

Então, eu não quero falar do mérito, já falei tanto, mas quero apenas dizer o seguinte: Senador Portinho, essa matéria da Lei Geral do Esporte, de que eu, honrosamente, também sou Relator, Senador Davi, a gente vem discutindo há muito tempo. O próprio Senado, na Presidência de V. Exa., criou uma comissão de especialistas para poderem ajudar no relatório. A gente tem dialogado muito. Ao meu gabinete, foram Senadores do Rio de Janeiro, os mais ligados ao esporte, o Romário e o Portinho. Eu e o Davi somos atletas, por isso a gente tem interesse nessa matéria. A gente levanta garfo, copo – copo também... *(Risos.)* Esse é o nosso esporte.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – É. Eu vi o Davi jogando, dia desses, futebol lá no Amapá, a habilidade com que ele estava...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Profissional.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Profissional.

Então, essa é uma matéria muito importante também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi esgotada a vista dessa matéria, Senador Davi, de tal modo que nós estamos prontos para deliberar.

Em relação à PEC 110, eu queria consultar se é possível a gente aproveitar mais esta semana, já que a direção vai convidar e convocar todos os Senadores para participar da próxima sessão, para que eles possam... Sobre o meu relatório, Davi, eu converso todos os dias com todos os gabinetes. Esta semana minha assessoria conversou com todos os gabinetes, com as assessorias, para nivelar as informações, porque eu acho melhor o debate entre quatro paredes, onde não está ligada a TV Senado, do que aqui, a menos que a gente dê uma topada no cabo da TV Senado e a gente possa votar com mais tranquilidade. *(Risos.)*

Então, eu acho que o assunto da PEC 110 está bem maduro. Se a gente puder efetivamente deliberar ainda no mês de fevereiro... Se a gente for apenas ler o relatório na próxima semana, aí fica só para março. Eu sei que é direito regimental de qualquer Senador pedir vista, mas se houver, pela Mesa ou pela Secretaria da Mesa, o entendimento de que... Gente, já houve comissão mista! Já houve audiências públicas aos montes! Mais uma semana de vista? De quem quiser vista, de quem tiver alguma dúvida, eu estou inteiramente à disposição.

Então, é como se tecnicamente esta sessão fosse para fazer a leitura. E aí, na semana que vem, a gente delibera na CCJ, leva para o Plenário os dois projetos, e a gente vota e manda para a Câmara. O que a câmara vai fazer é responsabilidade da Câmara, mas o Senado fez o seu papel.

Bom, em relação a essas duas matérias de que fui incumbido de relatar, eu quero dizer que essa é a minha posição e essa é a minha opinião. Disse há pouco ao Senador Portinho, que é um querido amigo também nosso, quando ele me perguntou se podia ter o apoio do requerimento: "Portinho, uma comissão que é para deliberar sobre eleição de Vice-Presidente, nesse caso, não pode fazer outra coisa a não ser isso. De tal modo que não pode ficar para hoje. Eu espero votar junto com a PEC 110".

Então, eu concluo aqui, cumprimentando o Lucas, cumprimentando o nosso Anastasia, cumprimentando o nosso Alexandre. Esse três em um só fez o Brasil ganhar, e eu fico muito orgulhoso de ter ajudado na equação que construiu esse três em um em favor da CCJ, do TCU, do Senado, do Brasil e de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Roberto.

Eu vou passar a palavra para o Senador Alexandre, que está inscrito.

Eu consultei o nosso Secretário-Geral. O que acontece? As informações que a Secretaria tem é que, desde que V. Exa. apresentou o relatório, já há mais de 20 emendas que foram apresentadas e já há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, com legitimidade do mandato e regimentalmente amparados, que estão encaminhando documentos para, quando do debate da matéria, solicitação de vista. É o mesmo impasse que nós vivemos com a questão do projeto relatado pelo Senador Marcos do Val, que eu fiz de tudo para a gente votar naquele dia, mas teve que fazer uma audiência e ainda teve que aguardar para o próximo ano.

Então, eu acho que a gente vai iniciar o debate, Senador... V. Exa. vai ter a oportunidade de fazer a leitura e, se nós aguardarmos mais uma semana ou mais dez dias, essa matéria, que é aguardada há 30 anos, vai ser votada neste mês, se Deus quiser, ou, então, logo após o Carnaval. Então, eu acho que é melhor a gente ir com tranquilidade, dentro desses entendimentos e, na hora, cada Senador utilizar do seu... Porque senão vai acabar dizendo que a Presidência está atropelando. Eu sou responsável por acelerar e sou responsável por parar.

Então, como minhas costas são largas, mas estão muito chicoteadas, eu quero seguir a regra regimental e atender os nossos Senadores queridos aqui, que já encaminharam documentos sem a matéria estar na pauta: "Solicitação de vista coletiva!". (*Risos.*)

Alexandre Silveira...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (PSD - MG. Pela ordem.) – Eu queria, nesta primeira manifestação na Casa Alta do Legislativo brasileiro, na Comissão de Constituição e Justiça, começar manifestando sobre aquele que, como falo sempre, é o sentimento mais nobre da alma humana, que é o sentimento da gratidão. Quero manifestar minha gratidão a todos os pares nesta Casa, a todos os Senadores que nos trataram com muito respeito e carinho como servidor público, que fui desde janeiro do ano passado até a investidura do cargo agora, no dia 1º de fevereiro.

Quero destacar a alegria... Como a minha compreensão é a de que a vida pública se faz de forma solidária, e não solitária, quero destacar a alegria da construção de tantos amigos que tenho feito aqui durante o cotidiano da atividade parlamentar.

Quero destacar a alegria de fazer vida pública ao lado do Presidente Davi, esse gigante no seu trabalho cotidiano em defesa do Brasil, com seu vigor em defesa do Legislativo, da Casa do povo brasileiro, com seu vigor em defesa das grandes pautas, em especial as do seu Estado do Amapá.

Quero dar um testemunho, Presidente Davi. Nesse um ano como servidor público nesta Casa, quero testemunhar a sua defesa incansável da construção de um Amapá mais justo, mais fraterno e mais igual, em defesa da sua gente. O Amapá se encontra duplamente bem representado aqui. V. Exa. é uma referência para todos nós, que sabemos da importância de defendermos os nossos estados na Casa Alta do Legislativo brasileiro.

Quero cumprimentar o nosso Vice-Presidente Lucas, que chega, com muita justiça, a ocupar esse espaço na Comissão de Constituição e Justiça. Quero dizer e dar o testemunho também do quanto o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor é querido nesta Casa. O Lucas é unanimidade entre os seus pares, pela sua forma simples, correta, firme em tratar os colegas. Estar aqui, junto com o senhor, na Comissão de Constituição e Justiça, para mim vai ser muito engrandecedor. Quero aprender muito com o senhor, nosso Vice-Presidente Lucas Barreto.

Quero cumprimentar o nosso colega e os dois colegas de bancada aqui, o nosso Senador Fávaro, que dispensa... É redundante dizer o tanto que eu tenho alegria de ser amigo pessoal dele. E cumprimento o Senador Vanderlan, pelo mesmo caminho, pois é alguém que, com sua simplicidade e generosidade, é árduo defensor dos interesses do povo de Goiás.

Quero dizer que quero aprender com os senhores. Tenho a dimensão da responsabilidade que é substituir aquele que é para mim um dos maiores Senadores da história da República do ponto de vista de conteúdo, do ponto de vista da sua retidão ética, que é o Senador Antonio Anastasia. Quero fazê-lo, com muito trabalho, trabalho e trabalho, para honrar o Legislativo federal, para honrar a Casa Alta, que é o Senado Federal, representando o meu povo de Minas Gerais, a minha população de Minas Gerais, neste momento tão difícil que atravessamos, em que o Brasil se encontra tão esgarçado. Infelizmente, na minha opinião, a fome volta a campear pelo Brasil.

Nós sabemos que, nós que fazemos vida pública, temos responsabilidade sobre a vida do povo brasileiro. E queremos trabalhar com V. Exas. para dar o melhor resultado.

Quero dar outro testemunho também aqui sobre o Senador Roberto Rocha. Foram dezenas de vezes que estive com o Senador no ano passado, como servidor. E, sobre esse projeto que é a reforma tributária, nós todos sabemos a importância dessa reforma para o Brasil, simplificando o nosso emaranhado de leis tributárias, criando mecanismos para modernizar a legislação tributária nacional. O Senador Roberto Rocha – tenho certeza de que com a compreensão de todos nós – sairá este ano com essa reforma aprovada no Senado Federal; e, se possível, trabalharemos na Câmara também, para que seja aprovada a favor dos brasileiros.

Muito obrigado, Presidente Davi. É uma alegria muito grande ser liderado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Alexandre. Muito obrigado pelas palavras carinhosas e afetuosas, faço delas as minhas palavras.

Como disse no início da reunião, V. Exa., como servidor, fez a interlocução dos Senadores com a Presidência da Casa e hoje ocupa a cadeira de Senador da República, participando efetivamente dos trabalhos e das decisões do Senado Federal, Senador Fávaro.

Tenho certeza de que é uma alegria, uma dupla alegria para Minas Gerais, quando coloca um filho seu num grande quadro, como disse, do Brasil, que sai desta Casa com a experiência, com a maturidade, com o conhecimento que o Senador Antonio Augusto Anastasia tem e que hoje, sem dúvida nenhuma,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fará a diferença naquela Corte de contas. Eu reconheço todos os outros que lá já estão, inclusive aquele sobre quem recentemente esta Casa deliberou, que é o Ministro Jorge Oliveira, que compõe um grande quadro, que está aprendendo também – eu o considero e faço esse registro. O Prof. Antonio Anastasia vai ser, sem dúvida nenhuma, um ponto de equilíbrio no Tribunal de Contas da União, com toda a sua experiência com a vida pública e com o que a vida pública o ensinou. Sem dúvida nenhuma, não só com esse olhar criterioso em um órgão de controle e de fiscalização, mas com o olhar do mundo real, e o mundo real são as dificuldades que vivem os nossos gestores brasileiros, Senador Fávoro. O mundo real são 5.570 municípios que, às vezes, só têm recurso para pagar o salário dos servidores. E é esse o mundo real que o tribunal fiscaliza. E é com esse olhar sensível não apenas à letra da lei, mas à realidade de cada cidade, de cada secretaria, de cada ente, que o Senador Antonio Augusto Anastasia, o nosso eterno Professor e hoje Ministro do tribunal, leva para aquela casa de contas.

E a chegada de V. Exa... É por isso que eu disse que é uma dupla felicidade, uma dupla vitória do Estado de Minas Gerais ter V. Exa. aqui, com a qualificação, com a relação que V. Exa. construiu. Eu tive a honra de acompanhar V. Exa. ainda como Deputado Federal, depois como Diretor-Geral do Dnit. Então, V. Exa. tem experiência, tem grandeza, tem conhecimento e, com certeza absoluta, também vai ajudar muito não só o Estado de Minas Gerais, mas vai ajudar o Brasil: vai ajudar o Estado de Goiás, do Senador Vanderlan; vai ajudar o Estado do Amapá, meu e do nosso Vice-Presidente Lucas Barreto. Muito obrigado pelas palavras, em nome da nossa atuação, para o nosso Amapá – e, com certeza, Senador Fávoro, não será diferente com o Estado do Mato Grosso, Estado de V. Exa. Então, o PSD ganha um grande quadro.

Senador Vanderlan, tenho certeza absoluta de que a gente conseguiu construir de fato, aqui no Senado, nos últimos anos, uma grande família. A gente não precisa pensar como o outro pensa. Ao contrário, é até bom; às vezes é importante até que tenhamos divergências. Mas uma coisa é certa: o equilíbrio do Senado Federal é o que tem dado estabilidade para o Brasil. E eu reconheço isso na figura de cada Senador e de cada Senadora, hoje, como Presidente da CCJ, e no nome do nosso Presidente Rodrigo Pacheco – do alto da cadeira de Presidente do Senado, mas sempre com esse olhar criterioso, atencioso, buscando também a convergência, buscando o diálogo, do seu jeito, cada um do seu jeito. E eu tenho certeza absoluta de que é esse conjunto da obra que faz do Senado esta Casa que daqui a alguns anos completará 200 anos – acho que é em 2024 que o Senado completa 200 anos de existência. E é desta Casa que a gente tem a honra e o orgulho de fazer parte.

Então, Senador Carlos Fávoro, tenho certeza absoluta de que nós estamos dando uma contribuição histórica para o Brasil no momento de maior dificuldade do Estado brasileiro. Nós estamos aqui, nesta legislatura, tendo a honra e o privilégio de sermos 81 representando 220 milhões de pessoas. Isso por si só já é uma vitória incontestável. Cada um representando seu estado, mas sempre com o olhar do Brasil, das diferenças regionais, das peculiaridades, das dificuldades, dos anseios, dos desejos. Então, é certeza que ficará registrada a nossa passagem aqui como homens e mulheres que suaram a camisa para fazer as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisas acontecerem e para fazer o certo por esses milhões que aguardam da gente as respostas, as quais, graças a Deus, Vanderlan, a gente tem conseguido dar, principalmente neste momento do enfrentamento da pandemia.

Esta Casa foi o esteio das soluções do Brasil – o Senado Federal, a Casa da Federação. Foi daqui que partiram as soluções que resolveram grande parte dos problemas que o Brasil viveu nesses dois anos da pandemia. Tantas matérias votadas! E aqui quero falar do auxílio emergencial, o maior programa que nós fizemos de aporte financeiro da história do Brasil. Quase R\$400 bilhões foram disponibilizados aos brasileiros; 70 milhões de pessoas em vulnerabilidade acessaram esse recurso. Isso saiu daqui, da Casa da Federação, da Casa do Povo. E isso foi uma conquista nossa, Vanderlan. E eu sou muito feliz, muito grato por ter feito parte dessa história e por estar fazendo isso com V. Exas., cumprindo com o nosso dever.

Muito obrigado, Alexandre, Senador Alexandre Silveira, meu delegado...

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Sr. Presidente, conceda-me um aparte antes de o senhor finalizar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Claro.

V. Exa., Senador Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, fiz questão de apartear-lo porque, confesso ao senhor, me emocionei vendo o seu pronunciamento.

Saiba que cheguei a esta Casa quando o senhor presidia este Congresso, o Senado Federal, exatamente no dia em que votamos... Foi meu primeiro voto como Senador da República votar o orçamento de guerra para fazer os enfrentamentos dessa pandemia. Esta Casa, por deliberação do senhor, foi o primeiro Parlamento do mundo a instituir as sessões remotas para dar as respostas rápidas ao Executivo e principalmente à população brasileira no enfrentamento da pandemia, de que nem sabíamos qual seria a dimensão, e já estamos indo para o terceiro ano dela. E esta Casa sempre atenta, apresentando as soluções de que o povo brasileiro necessita.

E tenha certeza de que estamos, sim, cumprindo um papel. Estamos agora deliberando, por exemplo, a estabilidade do preço dos combustíveis, que acho que hoje, sem sombra de dúvida, além da pandemia, é o assunto mais debatido e que mais aflige a população brasileira, que encarece o custo dos alimentos, que encarece o custo de vida da população mais humilde, no preço do bujão de gás, do transporte coletivo, dos caminhoneiros autônomos. E esta Casa tem o protagonismo e não vai se furtar de continuar fazendo isso.

Parabenizo pela condução o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que nos lidera nesse processo de um Congresso reformista, que atende os anseios da população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo o Lucas, que assume a Vice-Presidência; o Alexandre, que chega agora com todo o vigor e competência; os nossos amigos Vanderlan e todos os outros que passaram aqui para mostrar que esta Casa, essa família, trabalha em prol do Brasil, com as suas divergências, mas principalmente na convergência de fazer o bem para o povo brasileiro. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Presidente Davi, meus cumprimentos a V. Exa.; ao nosso Vice-Presidente Lucas Barreto; ao Senador Fávoro; ao Senador Alexandre; ao Senador Roberto Rocha, que nos está prestigiando hoje; ao Haully, muito emocionado, aliás, Davi, porque o compromisso que foi feito aqui nesta Comissão no final do ano passado vai ser votado e discutido aqui – discutido e votado, aliás – na próxima semana.

Mas eu observava aqui, Presidente Davi, atentamente a sua fala. Em todos os lugares e todos os debates a que às vezes a gente chega em Goiás ou aqui mesmo, a gente tem falado isto, Davi: a sua condução nesse período de dificuldade, e você à frente aqui do nosso Senado Federal, no Congresso... As conquistas que nós tivemos, e muitas das vezes não reconhecidas – não reconhecidas... Se nós passamos aí e foi amenizada essa questão dessa pandemia, é porque aqui o Senado Federal, o Congresso Nacional de um modo geral, agiu, e agiu rápido. Bilhões e bilhões de recursos foram repassados ao trabalhador, às empresas, para salvar os empregos e salvar as empresas. Foram mais de R\$400 bilhões mesmo. Desoneração de folha e tanta coisa foi... Tivemos aí o Pronampe, muito bem conduzido pelo Pai do Pronampe, de que nós apelidamos o Jorginho.

E as discussões não param. Eu sempre tive este reconhecimento e falo: "Olha, o Presidente Davi foi um guerreiro, um leão". E muitas das vezes eu o presenciei, Davi, às vezes, às madrugadas saindo para apagar incêndios, porque, se amanhecesse o dia da forma que estava, talvez a República tinha explodido. V. Exa. sabe dos assuntos de que eu estou falando.

Então este agradecimento aqui público é o reconhecimento de todos nós Senadores e Senadoras ao seu trabalho, à sua dedicação, ao seu empenho, que foi fundamental, principalmente para mim, Senador de primeiro mandato. Ao chegar a esta Casa tive a oportunidade de presidir Comissões importantes, relatar projetos importantes. V. Exa. não olhou como "olha, esse Senador é de primeiro mandato", mas está aqui a oportunidade de relatar projetos importantes, como alguns que foram aprovados nesta pandemia. Então, quero aqui lhe agradecer e também elogiá-lo na condução aqui da nossa CCJ.

Nós tivemos aqui acordo feito no ano passado que vai ser cumprido agora em projetos importantes, como a questão da reforma tributária, reforma tributária essa que há anos vem sendo discutida. E aqui o nosso Senador Roberto Rocha – e o Deputado Haully, que foi o autor – nos emocionou muito, no final do ano passado, porque, Senador Davi, Senadores, Senador Lucas, é difícil quando uma pessoa, um Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou um Deputado apresenta um projeto, com muita dedicação, e ali trabalha em cima, às vezes anos a fio. A relatoria, quando um Relator passa a conduzir aquele processo e o discute em reuniões, como foi feito pelo Senador Roberto Rocha... E muitas vezes a gente via questionamentos: "Não é o momento. É o período eleitoral, é isso, é aquilo". Mas quando vai ser esse momento se nós não encarmos, aprovamos, discutirmos, colocarmos em votação? Porque não é mais questão de partido A ou partido B, ou de ideologia, nada não. Hoje o Brasil precisa. Quem produz neste país, o trabalhador, não aguenta mais, Presidente Davi, a forma como está sendo conduzida, as desigualdades, cada estado trabalhando por um lado, cada um colocando um incentivo fiscal talvez melhor que o outro, e há essa batalha, essa briga para ver quem leva mais recurso para os seus estados. Isso é bom? É, mas vamos resolver de uma forma que contemple a todos.

E essa reforma tributária talvez não seja aquela reforma tributária maravilhosa, mas tem que ser aprovada porque ela foi muito bem feita, bem estudada. E os pontos que tiverem que se corrigir que a gente faça como a gente aprimora em muitos projetos aqui nesta Casa.

Então, eu quero aqui parabenizá-lo, porque nós vamos agora... Não só esse projeto, mas está aqui o do esporte, bem debatido – quem não gosta do esporte, quem não defende o esporte? –, e também a questão das armas, o porte de armas, que está aí com um profissional da área que entende, e está muito bem elaborado esse projeto. Quero parabenizá-lo por isso.

Agora, quero aqui falar com o Alexandre, pessoa que sucedeu aqui, que era o suplente do nosso Senador Anastasia, viu, Alexandre? Alexandre, olha só o quanto é grande a sua responsabilidade em estar aqui sentado na cadeira do Senador Anastasia. Primeiro, eu tive a oportunidade e o privilégio por três anos de me sentar ali ao lado, porque ele se sentava em uma cadeira atrás da minha, onde V. Exa., creio, vai se sentar.

O nosso Prof. Anastasia era o ponto de socorro para nós. Nas dúvidas nossas – não é, Lucas? –, em qualquer dúvida de Senador aqui, principalmente as nossas ali: "Prof. Anastasia, tira essa dúvida aqui", e ele tirava de uma forma simples, nos ensinando, mostrando até: "Olha, isso aqui é assim, é assim e é assado", porque, muitas vezes, o projeto chega, mas o entendimento dele é um pouco burocrático; e o dele, de uma forma muito simples.

Também o que alegra, Alexandre, todos aqueles que o conheceram anteriormente a mim – conheci agora o seu trabalho no Senado Federal, ajudando ali o nosso Presidente, ajudando o Davi –, ou seja, todos, é o seu conhecimento, a sua capacidade, que já provou como Deputado, o seu companheirismo: tudo conversa, não fica ligação sem retorno e sempre tem resposta e solução. Então, você pode contar conosco, nunca esquecendo que a gente sempre vai estar – eu, o Fávaro –, de vez em quando, buscando você e lembrando o nosso Prof. Anastasia, certo?

Então, são essas minhas palavras a você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a você, Lucas: você aqui, Lucas, é sempre uma unanimidade. Você é um cara competente, querido, sempre está aí lembrando os companheiros, os amigos, discutindo matérias importantes não só do seu Amapá, mas, todas as vezes em que a gente precisa de algum assunto do meu Estado de Goiás, do Centro-Oeste ou do Brasil, você sempre está disposto. E, como você faz a diferença ali no Senado Federal, ali no nosso Plenário, você vai fazer aqui, nesta Comissão, ajudando, auxiliando o nosso Presidente Davi Alcolumbre, porque, olha, essa turma do Amapá é muito competente.

Deus te abençoe, Lucas! Deus te abençoe, Davi!

Obrigado a todos pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan, pelas palavras.

Vamos concluir agora a nossa reunião com a inscrição do nosso Vice-Presidente, que foi eleito hoje por aclamação, e novamente queria agradecer a parceria de todos os Senadores e Senadoras que aceitaram a nossa sugestão, a nossa manifestação e dizer da honra e do privilégio de ter, ao meu lado, um filho do Amapá. Com certeza absoluta, isso, para o nosso estado, que é um pequeno estado do Brasil, no extremo norte do nosso país, também é sinal de muito prestígio para com o povo do Amapá.

Então, com as presenças dos Senadores aqui, Senador Fávaro, Senador Vanderlan e Senador Alexandre, em nome do povo da Amapá, eu agradeço o apoio que V. Exas. deram à eleição do nosso Vice-Presidente amapaense, Lucas Barreto.

Com a palavra S. Exa. o Sr. Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Luiz Cantuária Barreto, o nosso Lucas.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para discursar.) – Presidente Davi, eu quero voltar a cumprimentar o nosso querido Alexandre, Senador Alexandre, por hoje representar um dos maiores estados do Brasil, com a complexidade, a dificuldade que tem Minas Gerais: são mais de 800 municípios, quase 800 municípios ali. Eu imagino o quanto vai exigir de dedicação neste ano de mandato, junto com os Senadores que também representam o Estado de Minas Gerais.

Quero cumprimentar o Senador Carlos Fávaro, esse grande amigo também que tão bem defende aqui o Mato Grosso. Todos nós, juntos, no mesmo partido, no PSD, fazemos essa bancada para ajudar os estados, não diferentemente do Senador Vanderlan, esse aguerrido e dedicado, que luta todo dia por Goiás, trabalhando incansavelmente por um estado que se reconstrói, não é, Senador Vanderlan? É um estado que tem todas as atividades pomposas fortes, na agricultura, principalmente, que é a base sólida de um estado. Quero cumprimentá-lo pela grande defesa e pelo trabalho que faz por Goiás.

Para finalizar, Presidente, eu quero dizer que é uma honra estar aqui com o senhor na Vice-Presidência da CCJ para ajudar a discutir e pautar os projetos dos Senadores para o Brasil. Eu tenho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certeza de que, quando o senhor foi Presidente do Senado Federal, o senhor esteve ali entre cristais, foi a peça de equilíbrio, foi quem conseguiu fazer com que o caos não avançasse no Brasil. Nós, Senadores, sabemos do tanto que Davi trabalhou, da sua capacidade para pacificar o Brasil num momento tão difícil, onde esquerda, direita, oposição e situação se digladiaram pelo poder, e o senhor, pelo destino... Em 197 anos de Senado, nós tivemos um legítimo amapaense que estava ali no momento certo, na hora certa, no lugar certo, fazendo a pacificação do Brasil. E isso é destino. Assim como o destino nos coloca aqui para substituir o Ministro Anastasia hoje. E aí a felicidade de ser aclamado. Imagine também a minha responsabilidade de estar ao seu lado. Estou aqui para isto: para trabalhar, claro, tentar chegar próximo do que representou o Senador Anastasia para o Senado Federal e do que vai representar para o Tribunal de Contas da União, mas principalmente para ajudá-lo não só a pacificar novamente este Senado neste momento difícil que vai acontecer agora nas eleições, mas também para dizer que agora, mais do que nunca, eu estarei ao seu lado na CCJ, no Senado e lá no Amapá.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Muito obrigado a todos os nossos colaboradores.

Fica estabelecida a próxima reunião da Comissão no horário regimental de 10h, na próxima quarta-feira, na ordem estabelecida aqui: Projeto de Lei da Lei Geral do Esporte como item 1; como item 2, o projeto de lei que trata das questões relacionadas aos portes e aos CACs; e o terceiro projeto de lei é a Emenda à Constituição nº 110, de 2019, conhecida como PEC da reforma tributária. E, naturalmente, depois desses três itens que foram parte do acordo, a pauta remanescente dos oito ou nove itens que ficaram da última reunião do ano passado.

Muito obrigado a todos os servidores, muito obrigado aos nossos colaboradores. Quero agradecer à imprensa e agradecer aos Senadores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Giordano, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Chiquinho Feitosa, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Carlos Fávaro, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Eliziane Gama, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Cid Gomes e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga e Jader Barbalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.**

ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017 - Não Terminativo - que: "Institui a Lei Geral do Esporte." **Autoria:** Comissão Diretora do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 3, 5 a 37, 39 a 59, 61 e 62, e rejeição das Emendas nºs 2, 4 e 38, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 63-CCJ (Substitutiva). **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 3723, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, à aprovação do PL nº 3.723, de 2019, com a emenda de relator apresentada, restando acolhidas integralmente as Emendas nºs 03, 04, 36, 39, 55, 56 e 57; acolhidas parcialmente as Emendas nºs 38, 45 e 53, ficando rejeitadas as modificações que estas pretendiam fazer no § 1º do art. 6º Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e rejeitadas as demais emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **Observação:** - Em 23/02/22, o Senador Marcos do Val alterou o Relatório para acatar emendas apresentadas durante a discussão. **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de número 5, 7, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 135, 150, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194 e 211, e rejeição das demais, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 1334, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a atenção à saúde de condutores reincidentes em infrações de trânsito oriundas do uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 2494, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 4840, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que os micro-ônibus e ônibus empregados nos serviços de transporte público possuam botão de pânico." **Autoria do Projeto:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB). **Relatoria o Projeto:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/23>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia aos Senadores e Senadoras, já temos número regimental para iniciarmos a nossa reunião; declaramos aberta a 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu gostaria da atenção dos nossos servidores, convidados e colaboradores do Senado Federal e dos Senadores.

Esta Presidência solicitou para a Secretaria da Comissão e para a Secretaria-Geral do Senado a abertura do Plenário nº 7 para que aqueles que queiram participar também da reunião possam estar mais confortáveis no plenário aqui ao lado da CCJ, porque está muito tumultuado aqui nas duas laterais. Lembro que ainda estamos trabalhando sob o ato do Congresso em relação ao enfrentamento da covid. Estou vendo que temos muitos colaboradores dos Senadores aqui e também convidados, então, para tentar dar um conforto maior para todos, quero informar que o Plenário 7 está sendo aberto agora para acomodar os nossos convidados que estão aqui hoje na reunião.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 10. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Temos aqui observações que todos já conhecem. Sendo assim, eu vou pular esse trecho e vamos iniciar com o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2017

- Não terminativo -

Institui a Lei Geral do Esporte.

Autoria: Comissão Diretora do Senado Federal

Relatoria: Senador Roberto Rocha



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com acolhimento total ou parcial das Emendas n.ºs. 1, 3, 5 a 37, 39 a 59 e 61, e rejeição das Emendas n.ºs 2, 4 e 38, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 09/11/2021, foram recebidas as Emendas n.º 2 e 4 de autoria do Senador Paulo Paim e a Emenda n.º 3 de autoria dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Girão;
- em 16/11/2021, foi recebida a Emenda n.º 5, de autoria do Senador Fabiano Contarato;
- em 14/12/2021, foram recebidas as Emendas n.º 6 a 54, de autoria do Senador Carlos Portinho;
- em 07/02/2022, foram recebidas as Emendas n.º 55 a 59, de autoria do Senador Carlos Portinho;
- em 14/02/2022, foi recebida a Emenda n.º 61, de autoria do Senador Carlos Portinho;
- em 18/02/2022, foi recebida a Emenda n.º 62, de autoria da Senadora Rose de Freitas (dependendo de Relatório);
- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Gostaria de informar aos Senadores que, mediante acordo construído com a Senadora Leila, com o Senador Portinho, com o Relator da matéria e com o Presidente Rodrigo Pacheco, a matéria será apreciada também pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, Relator da matéria, para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de relatar essa importante matéria, solicitar de V. Exa. que, após ouvido o Plenário, faça a inversão da pauta para que a gente possa ler, apenas ler, o relatório da tão esperada reforma tributária, porque há muitos Secretários de Estado e Prefeitos aqui. Penso que, à medida que a gente faça primeiro essa leitura, a gente até disponibiliza mais espaço para as pessoas interessadas em outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos fazer a leitura do relatório e, em seguida, a gente vai submeter ao Plenário. Não havendo objeção, a gente faz a inversão, até porque hoje, naturalmente, será feita a leitura do relatório da PEC 110. Em seguida, a gente pode iniciar a votação do item 2, que passará a ser o item 3, se não houver a rejeição do Plenário.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Perdão, eu não entendi direito. V. Exa. acata a inversão da pauta para ler primeiro o relatório?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É justamente isto: eu quero que V. Exa. faça a leitura do relatório da Lei Geral do Esporte, que é o primeiro item, que não tem polêmica.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E a gente coloca em seguida, para a manifestação do Plenário, a inversão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Está bem. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Porque a gente já se libera desse aqui.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu peço para V. Exa., naturalmente, que a gente pudesse ficar na deliberação das outras matérias. O quórum é de 19 Senadores, 21 Senadores agora. E teremos a participação de Senadores presencialmente.

Líder Omar Aziz, meu Presidente, tudo bem? (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, só para lembrar, nós já fizemos a leitura do relatório desse projeto da Lei Geral do Esporte e, de lá para cá, nós fizemos, como bem disse V. Exa., inúmeras reuniões com Senadores, como o Portinho, o Romário, a Leila, o Esperidião Amin, etc., de tal modo que eu quero...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – ... passar, para não ser...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu só queria pedir aos assessores aqui, por gentileza... O Senador Roberto Rocha está fazendo a leitura do item 1 da pauta. Eu queria a atenção. Eu sei que está todo mundo tentando ajudar também os seus Senadores... Inclusive aqui na Secretaria, por gentileza, Ednaldo, vamos dar atenção ao Senador, ao relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Presidente, como já foi lido em outra oportunidade, mas, depois daquela leitura, foram feitas inúmeras reuniões e acréscimos, etc., eu faço apenas uma consideração inicial para, na sequência, ir direto ao voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é constituída por 270 artigos e pretende reunir, em um único diploma legal, normas que, atualmente, figuram em diversas leis federais. Tem, portanto, um caráter misto: consolida em um só texto as leis já existentes e promove alterações, algumas de grande impacto na regulação vigente.

Então vou direto ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2017, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 3, 5 a 37, 39 a 59, 61 e 62, e rejeição das Emendas nºs 2, 4 e 38, na forma do seguinte substitutivo, devidamente publicado.

Eu penso que não precisa ler o substitutivo, porque está devidamente publicado. E as emendas estão também publicadas.

Esse é um projeto que já vem se arrastando há muitos e muitos anos e de todos nós já bastante conhecido, de tal modo que esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Na verdade, Senador Roberto Rocha, esse foi um daqueles projetos construído a várias mãos. Então, eu queria também agradecer a V. Exa., como Relator da matéria, quando da participação do Líder Portinho, nesse debate, e registrar, naturalmente, o empenho.

E queria que ficasse consignada nos *Anais* a participação da Senadora Leila em relação a esse projeto. A Senadora Leila, desde que chegou a esta Casa, tem tratado desse assunto. Ela tem manifestado interesse em fazer essa modernização dessa lei que trata do esporte brasileiro. Pela sua origem, pela sua história, eu não poderia deixar de registrar aqui, na reunião da CCJ, na hora da votação, o papel importante da Senadora Leila Barros, que nos ajudou muito nessa construção, e, naturalmente, a sensibilidade de V. Exa. em ouvir as partes e tentar conciliar. O Senador Portinho ajudou nessa última quadra, agora, com algumas observações importantes, mas eu queria fazer este registro e agradecer a V. Exa. pela sensibilidade.

Nós temos uma lista de oradores inscritos.

A matéria passa agora à discussão.

Eu vou conceder a palavra ao nosso Governador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu serei muito singelo e rápido.

Faço minhas as suas palavras. Este projeto chegou a este momento de harmonia graças a uma união de *expertises*, primeiro, do Relator, que é um homem paciente, compreensivo e que ouve; segundo, ao fato, à circunstância de o Senado hoje contar com três VIPs: o Senador Carlos Portinho, que é um *expert*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste assunto: legislação esportiva, e tal – aí coisas conexas –, que é essencial que seja modernizada; e a participação de dois extraordinários valores definitivamente importantes para essa questão, que são a Senadora Leila, que se dedicou de maneira especial, e o Senador Romário; ambos, independentemente de ser Flamengo ou Vasco, são unanimidades como conhecedores do assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Esperidião.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós vamos encerrar... Antes de encerrar, o Senador Presidente Omar Aziz está inscrito.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para comungar com o que V. Exa. colocou e dizer que, a partir do momento em que se tem um projeto em que uma pessoa que viveu o esporte, viveu o dia a dia, viveu as dificuldades participa ativamente da elaboração, como a Senadora Leila participou, não tenho dúvida nenhuma de que a prática representa muito mais do que a teoria. Nesse sentido, embora tenha muitos artigos, os artigos já vêm de antes, não são artigos novos. Eu creio que o Senado dá um passo importante, como também já demos um passo importante no clube-empresa. Eu espero que o meu Botafogo agora possa se tornar um bom time, porque, realmente, o Botafogo e o Vasco estão capengando e, com o clube-empresa, parece que haverá investimento. Nós vimos que a falência do futebol brasileiro está nos grandes clubes, e isso nos preocupou muito. Por isso o Congresso Nacional aprovou os clubes-empresa. E agora a gente dá um passo importante nessa questão.

Parabenizo o Senador Roberto Rocha pela compreensão que teve de ouvir as pessoas que participam ativamente dessa área e não quem está aqui como dirigente ou coisa parecida, que nunca pegou numa peteca e acha que pode falar pelos que praticam o esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Presidente Omar.

A matéria continua em discussão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para poder dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Relator.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – ... uma informação a mais. Acho que é importante, como fez V. Exa., a gente destacar aqui o empenho de todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Senadores nessa matéria, o que não é de hoje, notadamente, da Senadora Leila, do Senador Portinho, do Senador Romário, Esperidião Amin e de tantos outros.

Para V. Exas. terem ideia, nessa última fase nós recebemos, só do Senador Portinho, mais de 50 emendas, cada uma discutida ponto a ponto. E conseguimos construir um bom entendimento que está permitindo essa votação aqui hoje.

E também quero destacar aqui o esforço e o interesse do Secretário Especial do Esporte, que contribuiu com o debate, o Marcelo Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Continuem...

Parabéns pela paciência também então. Mais um prêmio para V. Exa. Cinquenta emendas só do Portinho!

Não havendo mais Senadores inscritos para a discussão, nós vamos encerrar a discussão.

Vamos colocar em votação o relatório apresentado pelo Senador Roberto Rocha.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto que eu vou fazer uma...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu fui questionado... À Presidência foi solicitada a inversão de pauta. Eu queria pedir a atenção dos Senadores. O Senador Roberto Rocha, Relator da matéria, solicitou a inversão de pauta do item 3 para o segundo item da pauta, que é a PEC 110.

Eu consulto o Plenário do Senado se nós podemos fazer a inversão da pauta neste momento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu como Relator, gostaria que nós sinalizássemos o 3.723, porque já há bastante tempo vem sendo protelado aqui no Senado. Eu gostaria que encerrássemos – praticamente todos já têm um acordo – e votássemos rápido para que pudéssemos ter, então, tempo para finalizar com a proposta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentada pelo nosso querido amigo. E a gente ficaria mais tranquilo para fazer o debate, que é um debate que vai levar bastante tempo, porque a nossa já está praticamente acordada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu não entendi, Senador Marcos do Val. V. Exa. está dizendo que o seu relatório já tem acordo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ele estava só...

A Senadora Eliziane não concordou com a inversão, então vamos continuar na ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Inversão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, é acordo de ordem de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Inversão.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso, isso, isso.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu retiro o meu pedido de inversão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Eu peço a compreensão de todos para que a gente não fique com esse debate aqui sobre armas interminável, porque sobre o mérito ninguém vai convencer ninguém do contrário. Entendeu?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vamos dar o tempo da inscrição para os Senadores que fizeram a inscrição...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, peço a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – ... estabelecer regras e prazo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou passar para V. Exa., vou só iniciar o item 2.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas é justamente sobre isso. Eu queria fazer uma ponderação para os colegas.

A gente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidamente, Presidente.

Me dê apenas três minutos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Queria solicitar a atenção do Plenário. Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muiíssimo obrigado.

Presidente, eu faço um apelo aos colegas aqui presentes, aos colegas que estão de forma virtual, pelo bom-senso, para que prezemos pelo mínimo de bom-senso nesta Casa. Nós estamos vivendo um momento dramático na sociedade, todos sabemos disso, de fome, irmãos e irmãs passando fome, de desemprego no país crescente e galopante, a questão da inflação. E a reforma tributária, que é um ponto pacífico nosso, está no item de pauta depois da questão das armas de fogo. Então, isso é inconcebível. Eu acho que até para quem é a favor da liberação, da flexibilização, é inconcebível que a gente não faça uma simples inversão de pauta.

Eu quero fazer um apelo aos colegas. Não vai custar nada. A gente pode deliberar hoje. Vamos ter um momento para conversar hoje sobre a questão das armas de fogo. Mas eu peço, até para que o Senado dê um exemplo para o país e mostre à população brasileira, que anseia... São empreendedores, trabalhadores. A reforma tributária... Inclusive, o Senador Roberto Rocha, aqui presente, fez um trabalho de oitiva fantástico, fez um trabalho partido por partido, com a sociedade ouvindo a sociedade. Ele vem trabalhando aí há muito tempo. E eu acho que a gente poderia dar essa sinalização positiva para o crescimento do país, para que a gente possa gerar realmente emprego e renda a partir da reforma tributária.

Então, eu faço, Presidente, um apelo ao senhor e aos colegas aqui, para que a gente possa ter apenas essa flexibilidade simples, para que a gente comece a deliberar sobre a reforma tributária. E depois a gente vai imediatamente para as armas de fogo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente! É a Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer um apelo também aqui ao Plenário, a V. Exa., aos colegas.

O Senador Roberto Rocha, meu colega do Estado do Maranhão, fez, acredito que três semanas atrás, aqui, um discurso muito forte. Ele apresentou claramente as razões da necessidade de colocarmos na pauta esse projeto, essa PEC, que é fundamental para o Brasil.

Nós estamos saindo – eu sempre digo "saindo" com muita fé –, se Deus quiser, de uma pandemia, uma pandemia que, além do impacto terrível da morte no Brasil, com mais de 600 mil mortes no Brasil, trouxe junto um impacto econômico violento! Nós temos hoje aí 14 milhões de desempregados, nós temos a volta da inflação no Brasil, nós temos um fosso entre ricos e pobres no Brasil, nós temos pessoas em mendicância no Brasil! Nós estamos vendo, na imprensa nacional, todo dia, Senador Girão, fotos avassaladoras de pessoas buscando a sobrevivência pela comida, para colocar o prato na mesa! Esse é o cenário que a gente está vendo!

A PEC, que é de 2019, é bom lembrar, é fundamental para encontrar novos horizontes para o Brasil. E não se vê, na verdade, o interesse em larga escala em a gente votar essa PEC, em colocar o projeto na ordem do dia! E aí se quer colocar agora, como prioridade, o projeto do "libera geral as armas"! O Brasil não quer armas! O Brasil quer comida na mesa! O Brasil não quer mais armamentos! O Brasil quer condições mínimas de sobrevivência!

Presidente Davi Alcolumbre, eu quero fazer um apelo ao senhor: vamos colocar o projeto do Senador Roberto Rocha, o relatório dele, na pauta agora! Vamos dar prioridade ao que é prioritário neste país! E o que é prioridade neste país, Presidente Davi, é o combate à fome! O que é prioridade neste país é o acesso a emprego, é a redução da carga tributária deste país, que é avassaladora, uma das maiores cargas tributárias do mundo! Você tem tudo quanto é tipo de imposto neste país, um país continental.

Ou a gente trabalha nessa unificação e melhora a vida das pessoas, em vez de dar arma na mão das pessoas, de criar novas formas de porte de armas, Senador Girão, porque é o que está aqui nesse "libera geral de armas", é não ter acesso à informação, é não assegurar exame toxicológico, que é fundamental para isso... É isso que a gente vai priorizar, em vez da fome das pessoas? Não é, Presidente!

Eu peço a V. Exa., até como nordestina que sou, porque a minha região é a mais afetada deste país: vamos colocar o que é prioritário, que é a reforma tributária. O "libera geral" nem deveria entrar na ordem do dia, mas, se quiser colocar, que se coloque em outro tempo, não agora como prioridade sobre o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto do meu colega Roberto Rocha, e eu tenho plena convicção de que o relatório dele será um relatório bom para o Brasil.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Presidente, só para poder contribuir, eu tomei conhecimento agora de que, só de destaques, há quatro nesse projeto das armas. E, como eu imagino, vai se estender muito esse debate. Eu quero apenas dizer que o nosso relatório é apenas uma leitura. E eu faço isso aqui em 20 minutos. Se V. Exas. estiverem de acordo, a gente vota; senão, eu também espero até o tempo que for necessário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem lembrado, Senador Roberto: quatro destaques, vários pedidos de inversão de pauta. Não vamos terminar esse debate agora. Esta Casa é democrática e os Senadores terão direito à fala.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou passar a palavra pela ordem de inscrição aqui. Eu vou ouvir todo mundo pela ordem para a gente poder tomar um encaminhamento, porque eu acho que essa ponderação do Senador Roberto Rocha foi muito importante, porque vai ser feita a leitura do relatório e pedido de vista. Como a Presidência tem um acordo de votar as três matérias hoje, a gente vai ficar com a votação das três matérias hoje. Então, vão-se votar os destaques, vai-se votar o relatório... Nós vamos decidir hoje aqui na Comissão as três matérias, que foi o acordo que nós construímos.

Vou passar a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, ao Senador Fabiano Contarato, ao Senador Omar Aziz.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, não tenho dúvida de que a questão da tributária é fundamental para o Brasil. O Senador Roberto Rocha fez um trabalho brilhante, ouvindo diversas partes. Eu fico feliz que o senhor, como Presidente, tenha pautado essa matéria, só que o que a gente vai ver aqui no debate sobre as armas é o que já está acontecendo, não vai haver acordo sobre o mérito. E o Senado tem que enfrentar de uma vez por todas essa questão para aprovar ou para reprovar, não é? Aqui é o ambiente democrático institucional apropriado para isso. E obviamente que vai haver uma tentativa de se protelar a discussão da tributária para atrapalhar a votação do projeto das armas por parte de quem não concorda com o projeto das armas.

Então, só quero pedir a V. Exa. que possa combinar esse tipo de procedimento, porque, senão, vão ficar 300 pessoas discutindo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não vão ficar, porque, como o...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... se inverter a pauta. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, porque, se ele fizer a leitura do relatório, como há quatro pedidos de vista, não tem que discutir quando pede vista.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Da minha parte, eu não vejo problema de fazer... É que deve ser rápida a questão do Senador Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai ser o procedimento.

Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também queria contar com a colaboração de V. Exa. e dos colegas. A prioridade hoje do Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... não é armar ainda mais e proliferar essa política armamentista, que é uma digital do atual Governo. Então, vamos ter a sensibilidade de entender que hoje o Brasil ostenta um dos países mais violentos no mundo com disparo de arma de fogo. Essa é mais uma política armamentista que vai violar o principal bem jurídico, que é a vida humana, respeito à integridade física e à saúde. Eu não tenho dúvida disso.

Então, a minha ponderação a V. Exa. é no sentido de que tenhamos a prioridade de dar a palavra ao Roberto Rocha para que ele possa fazer a leitura da reforma tributária.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Senador Presidente Omar.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Davi, Vice-Presidente Lucas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é lógico que a minha presença aqui hoje, como membro titular da Comissão de Constituição e Justiça... É lógico que nós não temos que nos furtar a discutir nenhum projeto, seja de quem for aqui, respeitando os colegas, as opiniões dos colegas. Discutir não quer dizer concordar. E não adianta protelar; nós temos que matar isso agora ou aprovar, não tem jeito. Ou vai ser agora, ou daqui a uma hora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da reforma tributária para mim, para o meu estado é uma coisa muito preocupante. Isso é de conhecimento de todos vocês. Então, questões que o Senador Roberto Rocha – que não está trabalhando nisso há um dia ou dois dias; ele vem trabalhando nisso há anos... O Senador Roberto Rocha se debruçou, tomou para si essa responsabilidade, que é uma responsabilidade muito grande. Não é fácil! Vários governos, desde Sarney, Collor, outros Presidentes tentaram fazer a reforma tributária e não conseguiram. Talvez a gente consiga fazer essa reforma tributária, que é importante para o Brasil. Mas há questões aqui que afetam diretamente a economia do meu estado, e a minha atenção maior é sobre isso. Por isso, se há quatro pedidos de vista, haverá um quinto feito por mim também, Senador, até porque a minha contribuição será sempre em prol do Brasil, mas dando preferência a manter a economia, a competitividade do polo industrial da cidade de Manaus, o que nos remete a leis complementares, IPI ou outras questões aí que não estão agora na reforma tributária, o que é preocupante para nós porque cria uma instabilidade.

O próprio Ministro Paulo Guedes – eu tive uma conversa com ele na semana passada ao telefone – fala que vai reduzir o IPI em 25%, linearmente, da alíquota. Isso tira do Brasil em torno de R\$25 bilhões, R\$26 bilhões, que nós estamos precisando, mas também nos causa uma preocupação maior: tira-se esse dinheiro, não há como se repor esse recurso, e não sabemos o que vai acontecer.

Veja bem, sem culpar ninguém – eu acho que há uma crise mundial, aqui não se está falando mal de A ou B –, neste mês agora de fevereiro, a inflação bate quase 1% no mês. Há muitos anos que não tínhamos uma inflação dessa. Não é só a política do Governo Federal; isso é uma questão internacional. Nós estamos numa crise internacional muito grande. Nós estamos numa crise que pode afetar o Brasil diretamente, principalmente na questão de relações exteriores. Nós temos que nos preocupar com isso também.

Há uma outra coisa, Presidente. V. Exa. é Presidente da Comissão mais importante do Senado Federal, por onde passam quase todas as questões, constitucionais ou não. Nós temos que fazer um debate muito mais amplo em relação a uma questão que nos preocupa. Por exemplo, há um projeto hoje do Senador Jean Paul, que vai ser discutido, que pode quebrar regras que o Senado, o Congresso já aprovou lá atrás.

Veja bem, quando nós trouxemos à Comissão de Assuntos Econômicos o Presidente da Petrobras, o General – eu esqueci o nome do General –, ele se posicionou ali e disse: "Olha, Srs. Senadores, a questão é o dólar". O dólar, quando nós debatemos isso, estava a R\$5,70. Hoje o dólar está R\$5,05, mas o preço do combustível lá no posto não baixou! Não é só a questão do dólar; é questão cultural também brasileira, de que você pode diminuir impostos, você pode reduzir as coisas, mas lá na ponta não chega para o consumidor. Se a questão era o dólar – e aí o que o Governo coloca... E não está errado, está correto. Eu só discordo de uma questão, e aí não é culpa desse Governo – eu tenho minhas diferenças, mas tenho que falar a verdade –, que é a questão dos dividendos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ano passado, mais de R\$80 bilhões para dividendos para acionista da Petrobras, sem a Petrobras fazer um investimento no Brasil. Ora, se a gente não investir para produzir mais, nós sempre vamos ter uma dependência de exportação de petróleo. Nós vamos sempre estar importando, importando, importando – a dolarização –, quando os nossos trabalhadores recebem em real.

Então, nós estamos hoje numa discussão que é a questão da reforma tributária – e aqui quero parabenizar o valoroso trabalho feito pelo Senador Roberto. Não é de hoje, nós tivemos a primeira reunião sobre reforma tributária na casa do Presidente do Senado, quando o Senador Roberto Rocha ficou encarregado; criaram-se Comissões e se vem discutindo isso, debatendo com a sociedade. Nós temos que aprovar uma reforma tributária, mas faço um apelo aqui, Sr. Presidente: eu tenho que me preocupar com o meu estado, em que qualquer mexida, qualquer movimento pode realmente acabar com a economia do Estado do Amazonas, e eu tenho que me preocupar com isso. Hoje terei uma reunião com V. Exa. e a bancada do meu partido para debater essa questão – às 16h, está marcada essa reunião, vou colocar minhas posições lá, a minha discordância –, mas eu acho que qualquer debate aqui, sobre armas ou não, nós temos que debater.

Agora, Senador Roberto Rocha, sinceramente, todos os Senadores já têm conhecimento do seu relatório, eu o daria como lido, viu?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Seria melhor, porque economizaria esses 20 minutos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela liderança da Bancada do Partido dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela Liderança.) – Presidente, Senador Omar, eu acho que há alguns temas aqui que, como nós vemos, de responsabilidades maiores – aqui há ex-ministros, ex-Governadores, Deputado Federal aqui há gente com dez mandatos, enfim, é gente que já está experimentada nessa lide. E a nossa maior responsabilidade é ter tipos de leis que mexem com a estrutura do país – no caso da reforma tributária –, que mexem com a estrutura do Estado brasileiro e mexem com as diferenças regionais, com as diferenças entre o grande e o pequeno, etc., o que, naturalmente, exige de nós toda uma dedicação e toda uma preparação. Então, não é numa sessão aqui, principalmente nesta Comissão tão importante, que a gente vai matar isso.

A questão da arma é a mesma coisa. E pior: mexe direto com a vida das pessoas, com a propriedade das pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são dois temas que são caros e que precisam de preparação. A nossa bancada está preparada aqui para todos os debates, a gente aprofunda os temas, chama os relatores, discute, etc.

Eu acho que é questão de bom senso, Presidente a gente fazer a leitura da questão fiscal, da questão tributária, dar prioridade. Dá o tempo de que ele precisa aí – ele me falou que, em 20, 30 minutos, ele mata – e depois a gente volta para o tema da questão das armas; nós não estamos querendo fugir do tema da questão armas. Agora é questão de bom senso a gente sinalizar que o Senado Federal brasileiro está pautando pela ordem de importância para o país as questões, é questão só de bom senso aqui.

Eu inclusive já dou uma sugestão. Depois de lido, naturalmente que a Casa tem o direito de pedir vista coletiva e V. Exa. tem obrigação de dar vista coletiva, portanto, isso é líquido e certo, e, Presidente, eu já dou uma sugestão: quando voltar à pauta a tributária, seja o único ponto da pauta exatamente para termos oportunidade de discutir com essas preocupações de que o Senador Omar Aziz falou. É uma questão de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Excelente sugestão, Senador Paulo Rocha. Vou determinar à Secretaria da Comissão que na próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, se tiverem atendido todos os prazos regimentais da vista, a gente faça uma reunião da Comissão com um único item da pauta, a PEC 110.

Muito obrigado pela sugestão, Senador Paulo Rocha.

Concedo a palavra... Só um minutinho, porque há um Senador remoto, o Líder Fernando. Vou conceder a palavra ao meu Líder, Líder deste Presidente que vos fala, Senador Fernando Bezerra Coelho. Meu Líder. Com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou falando sem imagem porque estou com dificuldade aqui na internet.

Eu queria apoiar a sugestão do Senador Paulo Rocha em relação ao tema da reforma tributária. Ao longo dos últimos 20 dias, eu tentei sensibilizar o Relator sobre a apresentação de duas emendas que fiz ao relatório dele. Ele, muito gentil, ontem à noite, já muito tarde, informou-me da impossibilidade do acatamento das emendas. E eu queria chamar a atenção dos Senadores, sobretudo do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste para as emendas que apresentei, porque nós estamos discutindo a reforma tributária que todos nós julgamos ser importante para simplificar, para racionalizar, para que a gente possa criar um melhor ambiente de negócios no nosso país.

Ocorre, Sr. Presidente, que quando votamos a PEC emergencial, no início do ano passado, a gente tomou duas providências importantes. A primeira foi acabar com os fundos públicos. Nós fizemos um esforço muito grande, liberamos mais de R\$200 bilhões para ajudar na gestão da dívida pública, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficamos de depois definir quais os fundos que iriam prosseguir ou não. Existem centenas de fundos, são mais de 180 fundos, e até agora o Congresso Nacional não cumpriu com essa obrigação de definir os fundos que deverão permanecer.

Quero lembrar também que quando votamos a PEC emergencial, nós definimos que no prazo de oito anos iríamos fazer uma revisão dos incentivos fiscais, mas ressalvamos que iriam permanecer os incentivos da microempresa e os incentivos de caráter regional. E até agora também, apesar de o Governo ter mandado uma proposta quando do envio da reforma do Imposto de Renda, o Congresso não deliberou nada sobre a redução de incentivos fiscais.

Ocorre que agora temos a oportunidade de votar a reforma que foi trabalhada exaustivamente pelo Senador Roberto Rocha, e aqui quero fazer um reconhecimento ao seu esforço, mas o Senador não quis tratar da questão dos incentivos fiscais e eu não posso contrariar os interesses superiores do meu estado nem da minha região. Se vamos votar uma reforma tributária, nós temos que definir quais são os incentivos regionais que vão prosseguir ou não.

Eu chamo a atenção: nas emendas que apresentei, o mesmo tratamento que foi dado para a Zona Franca de Manaus eu dei para os incentivos regionais da Sudam, da Sudene e da Sudeco, que devem permanecer pelo mesmo prazo, seja qual for a reforma que venha, e também em relação ao regime automotivo do Nordeste, ao regime automotivo do Centro-Oeste. E aí chamo a atenção dos Senadores de Goiás: é importante que esses incentivos continuem pelo menos durante oito anos, quando serão extintos os incentivos de natureza vinculada ao ICMS.

Então, eu quero aqui concordar com a sugestão do Senador Paulo Rocha, não dá para votar essa matéria, essa matéria é muito, muito importante e é preciso que a gente possa tranquilizar. Nós temos investimentos em Pernambuco que ultrapassam R\$20 bilhões no setor automotivo. Não é só a fábrica da Fiat, são mais de trinta empreendimentos que estão vinculados a essa fábrica, gerando, de emprego direto e indireto, mais de quarenta mil empregos. E nós não podemos tratar da forma que o Senador Roberto Rocha tratou: simplesmente não tratou, ele não quis enfrentar essa questão.

Então, eu quero pedir a compreensão dos colegas para não votarmos essa matéria, não se pautar o dia da votação até a gente aprofundar essa questão dos incentivos regionais. Qualquer que seja a reforma, haverá de ter incentivos para as regiões mais pobres. Quero lembrar que recentemente o IBGE divulgou que a única região do Brasil que não voltou a atividade à fase da pré-pandemia foi a Região Nordeste, porque é a região mais pobre e ela precisa ter garantia dos seus incentivos.

Portanto, eu queria aqui deixar a minha posição, falo em nome dos interesses de Pernambuco e dos interesses do Nordeste. Não podemos concordar com o relatório da forma como ele se encontra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho. Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Só queria fazer uma consideração rápida aqui com relação a essa questão das pautas. "Ah, porque o tema é complicado, o tema é polêmico, vamos deixar isso para depois." Quero só trazer aqui à memória o PL 6.299, de 2002, 20 anos. Trata sobre um assunto extremamente importante, porém polêmico, que é a história dos defensivos agrícolas. Para quem não entende disso e fica fazendo fantasias complicadas, digamos que a criança tem vermes, aí você não dá remédio para verme para uma criança? Vai deixar a criança morrer porque é perigoso combater o verme da criança? A planta foi atacada por pragas, você não vai defender a planta combatendo a praga porque de repente isso pode trazer... Paciência, nós estamos aqui, a sociedade nos paga para a gente trabalhar e produzir. O PL 6.299 está com 20 anos, espero que neste ano a gente possa, no aniversário dos 20 anos, votar aqui, trazer à pauta e fazer o debate.

Essa questão da reforma – claro, com as devidas ressalvas –, a questão dos CACs, de igual forma, vamos encarar. Quem tiver mais voto vai levar. Vamos aprovar ou não vai aprovar.

Então, o meu apelo aqui é para que a gente não jogue para debaixo do tapete, não deixe para depois, mas encare de frente todos esses projetos, sejam eles polêmicos ou não.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – No modelo remoto, eu queria conceder a palavra à Senadora Simone Tebet. Em seguida, vai ser o Senador Lasier e o Senador Amin.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, de forma bem objetiva, me somar aqui à impressão, à opinião do Senador Fernando Bezerra em relação à reforma tributária. Ela é fundamental para o Brasil, é a mãe de todas as reformas. Nós temos que enfrentar e começar esse debate a partir de hoje, a partir de agora, afinal, já temos pelo menos duas décadas de atraso em relação a essa reforma. Mas é uma reforma que requer uma atenção muito especial.

Nós estamos mudando, de forma muito radical, o sistema tributário brasileiro, especialmente a forma de tributar e que estado vai ter, dentro do bolo tributário, maior participação nessa receita. Nós estamos falando basicamente de transferir as receitas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o Sul e o Sudeste, e tem que ser dessa forma, ninguém discute. Nós sabemos que tem que ser no consumo e não nos estados produtores. Agora, os estados produtores, que são a maioria dos estados brasileiros, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consomem pouco, não podem definhar. Ali existem brasileiros e brasileiras que precisam comer, que precisam de emprego, que precisam de renda, que precisam que os estados e municípios arrecadem, para prestar serviços de qualidade.

Então, tendo em vista isso, eu me somo à fala do Senador Bezerra, fazendo um pleito especial a V. Exa.: vamos discutir, votar e, se Deus quiser, aprovar a reforma na forma do relatório do Senador Roberto Rocha, mas fazendo algumas adequações. Essas adequações dependem de um tempo para serem analisadas. Poderíamos fixar, Sr. Presidente, não antes dos próximos 20 dias e não mais do que o final do mês de março, mas termos pelo menos de duas a três semanas para nos debruçarmos com o Relator.

Peço desculpas ao Senador Roberto Rocha. Não o fiz antes, em função da pandemia, mas quero já antecipar que vou votar, em princípio, favoravelmente a um relatório que faça algumas adequações.

Eu entro nesse processo, Sr. Presidente, não para atrapalhar, muito menos para dificultar a aprovação da reforma, mas eu preciso ter segurança de que os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão, pelo menos no período de transição, essa proteção, porque proteger esses estados significa proteger as pessoas que moram nesses estados, como é o caso de Mato Grosso do Sul.

Então, este é o pedido que faço: que não seja na próxima reunião da CCJ, mas que fique para a segunda. E, aí, vamos nos debruçar... Parabéns ao Senador Paulo Rocha pela ideia de nos debruçar especificamente sobre esse tema e, quem sabe, numa única reunião da CCJ, conseguirmos aprovar o relatório do Senador Roberto Rocha.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria aqui apenas de fazer um pedido ao Relator do projeto das armas.

A questão não é votar ou não votar; a questão não é estar ao lado ou não estar ao lado dos CACs, dos colecionadores, atiradores e caçadores; ao contrário: hoje, a gente reconhece que eles vivem uma insegurança jurídica, porque inúmeros projetos, mais de 30 do Presidente da República, deram essa insegurança pela forma, não necessariamente pelo conteúdo. Isso levou a uma judicialização junto ao Supremo Tribunal Federal, porque teria que ser feito por lei, mas agora, olha o que nós estamos fazendo: nós estamos criticando o Presidente porque fez por decreto – e não poderia mesmo, tinha que ser por lei – e, quando vamos regulamentar por lei, estamos aproveitando uma lei que poderia ser justa, equilibrada e ter, quem sabe, o voto unânime dos Parlamentares, inclusive o meu, para embutir jabutis e para transformar o ilegal em legal.

Quero, de forma muito objetiva, dizer para o Senador Marcos do Val que, se nós pudermos melhorar esse projeto, ele terá o meu voto; do contrário, eu vou votar contrariamente. Então, eu gostaria que, no seu relatório, Senador Marcos do Val, e no debate que nós vamos traçar a partir de agora, pudéssemos olhar dois pontos específicos muito complicados e não deixássemos passar a boiada num





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto que pode, sim, ser importante para os CACs e permitir que o tráfico de drogas utilize-se da compra ilegal dessas armas que agora não serão mais rastreadas para poder transitar livremente e matar.

Eu encerro, Sr. Presidente, porque não posso entrar no mérito – nós vamos entrar nele no momento oportuno –, para dizer o seguinte: o Brasil é um dos países mais violentos do mundo em relação à arma de fogo, e as principais vítimas são as pessoas que nós temos que, por obrigação, proteger: os nossos jovens, os negros, os favelados e as mulheres que são vítimas da violência doméstica, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para complementar e dizer para a Simone Tebet ficar tranquila porque, antes do recesso, a gente ia seguir o relatório conforme veio da Câmara dos Deputados; agora, nós fizemos algumas alterações que vão atender exatamente a essa demanda que ela acabou de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, não há nada mais urgente neste país do que a reforma tributária. Nós já estamos aqui há quase uma hora tratando – tratando –, não discutindo a reforma tributária. Agora, enquanto nós não tivermos a leitura do texto, não estará desencadeada a discussão da reforma tributária. Então, chega de perdermos tempo! Essa não é uma espera de três horas nem de trinta dias; é uma espera de trinta anos! Então, assumamos a nossa responsabilidade não apenas em homenagem ao nosso Roberto Rocha, que fez um bellissimo trabalho! Pode haver alguma divergência aqui ou ali, e vai haver, mas que o texto seja lido. Então, chega de perda de tempo. Vamos ler esse texto e dar início finalmente a este anseio nacional que é a discussão da reforma tributária. Que se faça hoje. E aí poderemos dizer... Amanhã, os jornais dirão: "Finalmente começou a discussão oficial da reforma tributária".

Vamos partir para isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Lasier. É isso mesmo que eu estou pretendendo fazer, mas eu estou seguindo a lista de oradores inscritos aqui.

Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, o apelo que eu faço também é no sentido de que, já que nós decidimos, Sr. Presidente, no final do ano passado, que colocaríamos em pauta esses três projetos, um que, aliás, já foi votado, a reforma tributária e o projeto das armas, de que o Senador Marcos do Val é Relator...

Agora, colocar em votação... Já que o da reforma tributária vai ser lido novamente porque se apresentou novo relatório e já está combinado pedido de vista e tudo mais, que a gente faça, mas que, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima reunião, que a gente vote, que defina. Reforma tributária não vai atender em 100% as regiões. Há pouco, eu vi o Senador Fernando Bezerra falando sobre as diferenças regionais dos estados que estão em desenvolvimento no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, mas já há previsão, no projeto relatado pelo Senador Roberto, de compensações para esses estados.

Como vai ser? A regra vai ser definida em lei complementar.

Então, esse projeto é um dos mais interessantes já apresentados nos últimos 20 anos, e precisamos aprová-lo, Sr. Presidente. Não dá mais para ficar protelando. Se nós formos ver agora mais algum ponto que seja colocado, nós vamos ficar aqui sempre protelando, com pedidos de vista e tudo mais. Vamos colocar em votação e depois os ajustes serão feitos.

A mesma questão, Sr. Presidente, em respeito ao Relator Marcos do Val: já foi muito discutido, já foi definido, que se coloque em votação. A melhor maneira é colocar em votação e ver no que vai dar o projeto.

Então, esse é o meu apelo, Sr. Presidente, porque nós já decidimos isso. Não vamos voltar a decidir o que já decidimos, senão nós não vamos para frente não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Eu ainda tenho a inscrição do Senador Amin aqui. Eu queria concluir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu serei muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Serei muito breve.

Primeiro: eu queria fazer um pedido ao meu amigo Girão e à querida Senadora Eliziane. Nós não estamos escolhendo uma coisa, não se trata de uma escolha. A importância da reforma tributária é incomensurável e não pode ser comparada a nenhum outro projeto de lei, nem o primeiro, nem o segundo.

Neste tópico, no item 2, o que nós temos é que concluir, e temos uma forma para fazê-lo. Temos, porque já houve debate suficiente para se saber quais são os seis ou sete pontos de divergência, nós todos conhecemos isso. Então, podemos deliberar e dar à reforma tributária tempo que é muito maior. Isso que o Senador Fernando Bezerra falou é apenas um grão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Senador Zequinha falou, por comparação, eu poderia trazer aqui... Só vou trazer um exemplo. Desde novembro de 1991 – novembro de 1991, quando eu era Senador! –, tramita nesta Casa, já na terceira versão, e está aqui na Comissão de Justiça, um projeto de lei complementar para avaliar os incentivos fiscais. Não estou culpando o senhor não, não há nenhuma indireta aqui, mas faz 30 anos! Vocês têm ideia de a quanto o Brasil renunciou de receitas e subsidiou de juros ao longo desses 30 anos? Ao longo desse 30 anos, foram trilhões! E nunca avaliamos, nunca foi feita uma avaliação de custo/benefício de nenhum incentivo fiscal, nem na União, nem nos estados, nem nos municípios. Avaliar não é acabar, mas saber qual foi o benefício que trouxe em termos de geração ou manutenção de empregos, benefícios para a competitividade e para a sociedade, para o consumidor. Não é por sabotagem que não se apreciou, mas porque o assunto é complexo.

Então, eu acho que os trilhos estão retomados agora, e eu espero que nós possamos deliberar sobre ambos os assuntos com responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós terminamos a lista de oradores, mas o Relator do item 2, Senador Marcos do Val, conversou com vários Senadores, e eu queria passar a palavra para o Relator da matéria do item 2 para ele fazer a sua manifestação em relação à inversão da pauta.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Presidente, em conversa com os companheiros, a gente pode reverter e dar prioridade à pauta colocada por todos os parceiros como prioridade, apesar de que todas as pautas que chegam ao Senado são prioridades, porque todas as pautas que vêm do Brasil são prioridades, mas eu acho que seria mais coerente realmente o nosso Senador poder ler o relatório dele, e depois debatemos o nosso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

Item 3, pela inversão da pauta.

ITEM 3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 110, DE 2019****- Não terminativo -**

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de número 5, 7, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 135, 150, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194 e 211, e rejeição das demais, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas ainda as seguintes emendas:

nº 163, de autoria do Senador Antonio Anastasia;

nº 164, 170, 171 e 186, de autoria do Senador Jader Barbalho;

nº 165 e 166, de autoria do Senador Plínio Valério;

nº 167, de autoria do Senador Telmário Mota;

nº 168, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho;

nº 169, 172 a 177, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

nº 178, 179 e 191 a 202, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze;

nº 180, 181 e 187, de autoria do Senador Humberto Costa;

nº 182, 185, 188 e 189, de autoria do Senador Eduardo Braga;

nº 183, de autoria do Senador Nelsinho Trad;

nº 184, de autoria do Senador Fernando Collor;

nº 190, de autoria do Senador Weverton;

nºs 203 a 214, de autoria do Senador Zequinha Marinho;

nºs 215 e 216, de autoria do Senador Lasier Martins (dependendo de relatório); e nº 217, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo (dependendo de relatório);

- Foram retiradas pelos respectivos autores, as Emendas nºs 171, 182, 183 e 185.

O autor da matéria é este Senador que vos fala e outros Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o primeiro signatário de uma longa lista.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – São 68, se não me engano. É isso, Senador Roberto?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deputado Haully...

O relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Deputado Haully costumava dizer que era o seu filho enjeitado, até o dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Isso é perseguição do Haully.

Foram recebidas 216 emendas à proposta até o momento.

As Emendas nºs 215 a 217 estão dependendo de relatório.

Foram realizadas cinco audiências públicas destinadas à instrução da proposta.

Em 16 de agosto de 2021, foi realizada em Plenário sessão de debate temático remota a respeito da presente emenda constitucional, em atendimento ao Requerimento 1.867, de 2021.

Foram apresentados requerimentos para a retirada das Emendas nºs 43 e 64, de S. Exa., *in memoriam*, o Senador Major Olímpio; nº 171, do Senador Jader Barbalho; 182 e 185, do Senador Eduardo Braga; e 183, do Senador Nelsinho Trad.

Concedo a palavra, para fazer a leitura do seu relatório, a S. Exa. o paciente Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ele falou que ele queria ir direto para o relatório, porque já foi disponibilizado, e agora V. Exa. quer atrapalhar?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Eu estou quase dando por lido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, antes de iniciar a leitura, eu quero fazer aqui um registro por dever de ofício. Nós queremos enfatizar a presença neste Plenário dos Secretários de Estado da Fazenda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vieram a Brasília para acompanhar essa leitura, apenas a leitura. Imagine a ansiedade de todos! Eu quero então nominar aqui o Secretário Marcelo Martins, que é Secretário de Estado da Fazenda do Espírito Santo; Cristiane Alkmin, que é Secretária de Fazenda, de Economia do Goiás; Luiz Claudio Fernandes Lourenço, Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais; Rogério Gallo, Secretário de Estado do Mato Grosso; Décio Padilha, Secretário de Fazenda de Pernambuco, que deverá ser em breve o novo Presidente do Comsefaz, uma vez que o Secretário do Piauí, o Fonteles, vai ter que se desincompatibilizar para concorrer a cargo eletivo; também a Fernanda Pacobahyba, que é Secretária de Fazenda do Ceará; além do André Horta, que é o Diretor do Comsefaz.

Registro também a presença de inúmeros Prefeitos aqui presentes; a participação ativa sempre do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, com quem estive ontem; e também a participação sempre ativa do Governo Federal, do Ministro Guedes, da Receita Federal, etc., de tal modo que, percebam, há uma convergência dos três níveis de governo – federal, estadual, municipal –, pela primeira vez na história, além dos segmentos do setor produtivo, cuja grande maioria apoia esta proposta.

Indo para o relatório, não vou repetir o que V. Exa. acabou ler. Quero dizer que, desde 2019, quando tive a honra de ser nomeado Relator desta matéria, tenho estudado incessantemente o assunto sempre com o firme propósito de oferecer a melhor alternativa possível, que combine a melhor técnica com o atendimento dos anseios dos diversos segmentos da sociedade. Afinal, temos que reunir diversos interesses conflitantes: interesses do Governo Federal, interesses dos governos estaduais, interesses dos governos municipais e interesses do setor privado. Quando puxa para um lado, para cobrir a cabeça, descobre-se o pé, e vice-versa. Então, não é fácil.

Muito bem. Eu vou pedir licença para ir direto a um ponto: a análise.

Conforme foi dito no próprio relatório aqui publicado, esta complementação de voto coroa um longo processo de amadurecimento em relação ao tema, o que somente foi possível após a elaboração de parecer e complementação de votos anteriores, realização de 16 audiências públicas e três sessões de debates temáticos, análise das 214 emendas, com mais três que chegaram há pouco que serão analisadas oportunamente, e, claro, após o intenso e frutífero debate ocorrido no âmbito da Comissão Mista da Reforma Tributária.

Quero aqui destacar o empenho do Deputado Aguinaldo Ribeiro, que foi o Relator daquela Comissão onde se reuniram Deputados e Senadores, durante um bom tempo, inclusive, na pandemia, para tratar deste assunto.

Passo agora a descrever o substitutivo. Como se trata de um tema extenso e complexo, irei subdividir a apresentação por temas, de forma a facilitar a leitura.

Nós estamos propondo um IVA dual. Em princípio era um IVA como o que há em 180 das quase 200 nações, que já têm IVA – o Brasil está atrasado pelo menos 50 anos, mas o Brasil é um país de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dimensões continentais. Então, como fazer uma lei para um país só, quando nós temos dois países completamente diferentes um do outro? Daí nasceu a necessidade do IVA dual para poder compatibilizar essas diferenças, esses desafios federativos e desafios regionalistas.

Optei por manter a proposta do IVA dual, já que o havia incorporado na complementação de voto anterior – portanto, não há nenhum casuísmo; desde a apresentação desse relatório, há três anos, a gente já propõe o IVA dual –, não acatando, assim, a proposta do substitutivo da Comissão Mista. Entretanto, acompanhei em grande parte a sugestão da Comissão Mista em relação aos tributos.

Para ficar bem claro, nós tínhamos aqui uma proposta no Senado, a 110, uma na Câmara, a 45, e elas tinham mais ou menos o mesmo chassi com carrocerias diferentes. O que nós tentamos fazer? Convergir. Em determinado momento, a Comissão Mista foi fundamental para a peteca não cair ou, se cair, levantar e trabalhar a unificação das duas propostas – é o que foi feito –, tanto que aqui há a presença de vários Deputados Federais que acompanham com interesse esse assunto. E eu destaco aqui a presença do Deputado Alexis, que é Presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo.

Portanto, haverá, assim, um imposto sobre operações com bens e prestações de serviços, o IBS – o IBS é a unificação do ICMS com o ISS, é um imposto dos entes subnacionais –, cuja competência será compartilhada pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, previsto no art. 156-A da Constituição Federal, nos termos do substitutivo que apresento. Haverá também a contribuição sobre operações com bens e prestações de serviços, de competência da União. O IBS será formado pela fusão do ICMS com o ISS, e a contribuição decorrerá da fusão da Cofins e do PIS, que é exatamente a parte federal, daí o nome de IVA dual – com o IVA do Governo Federal e o IVA dos estados e municípios.

Essa escolha também contribuiu para a exclusão, neste momento, de alguns tributos da reforma tributária. Tanto a PEC 110 quanto a complementação de voto que já havia apresentado em dezembro de 2019 previam que o imposto federal compreenderia, além do PIS e da Cofins, o IPI, o IOF, a Cide e o salário educação. Neste novo substitutivo, o IPI será substituído pelo Imposto Seletivo, nos termos e no prazo estabelecidos na lei que instituir o Imposto Seletivo, conforme se detalha adiante. Já quanto ao IOF e ao salário educação, optou-se por não os abranger, uma vez que a alíquota da contribuição prevista no art. 195 teria que ser muito elevada para substituir também esses dois tributos. Adicionalmente, uma vez que tanto o IOF quanto a Cide têm natureza regulatória e possuem atributos extrafiscais, optamos por não os misturar com outros tributos de caráter essencialmente arrecadatório.

Vale também mencionar que a previsão da CBS contida na PEC é plenamente harmonizável com o modelo já proposto no PL 3.887. Nosso intuito, na PEC, foi justamente conferir à CBS base constitucional para que possa ser instituída por meio de legislação ordinária. Dessa forma, além de conferir segurança jurídica a esse novo tributo, evitando eventuais discussões quanto à constitucionalidade, a PEC torna a CBS compatível com o modelo de IVA dual, com dois tributos incidindo sobre a mesma base, qual seja, “operações com bens e prestações de serviços”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Principais características do IBS.

As principais características do IBS estão descritas na redação proposta para o art. 156-A da Constituição Federal. Segundo a proposta, o IBS:

- i) incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, compreendidos os direitos, e sobre prestações de serviços, bem como sobre as importações;
- ii) não incidirá sobre as exportações, sendo assegurada a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações e prestações de serviço;
- iii) terá legislação única aplicável em todo o território nacional, ressalvada a autonomia de cada ente federativo para fixar sua própria alíquota. A alíquota do IBS poderá, portanto, variar entre os entes federativos, mas sempre uniforme para todas as operações com bens e prestações de serviços, ressalvadas as exceções previstas em lei complementar;
- iv) terá como alíquota aplicável a cada operação ou prestação o resultante da soma das alíquotas do estado ou do Distrito Federal com a alíquota do município, sempre considerando o local de destino da operação ou prestação;
- v) será não cumulativo, compensando-se integralmente o que for devido em cada operação ou prestação com o montante devido nas operações e prestações anteriores, exceto no caso de bens e serviços destinados a consumo de pessoa física, nos casos previstos em lei complementar ou em casos em que a operação subsequente não esteja sujeita à incidência ou seja imune ou isenta;
- vi) não integrará sua própria base de cálculo, ou seja, será calculado “por fora” e não mais “por dentro”, aumentando a transparência das operações. Tampouco integrará a base de cálculo da CBS;
- vii) não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários e financeiros, excetuadas as hipóteses que serão previstas em lei complementar;
- viii) será apurado por estabelecimento e recolhido de forma centralizada nacionalmente.

Autonomia dos entes federativos.

Incorporei a proposta do substitutivo da Comissão Mista de cada ente da Federação fixar sua própria alíquota do IBS. Tanto na PEC 110 quanto no parecer e complementação de voto que havia apresentado, a alíquota seria única para estados e municípios. Minha mudança de posicionamento decorre da percepção de que a alíquota única, imposta a todos os entes da Federação, além de potencialmente ferir sua autonomia, seria ineficiente. Isso porque, como as necessidades de gasto variam entre estados e municípios, as necessidades de arrecadação também devem variar. A melhor forma de adequar a arrecadação aos gastos é justamente por meio de alteração de alíquotas, de forma absolutamente transparente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observe-se que, a despeito da autonomia para cada ente fixar sua própria alíquota, a legislação do IBS será única, definida em lei complementar nacional. Essa lei deverá fixar parâmetros importantes, como base de incidência, formas de creditamento, definição de contribuinte etc. É importante que a legislação seja única para evitar o cipoal de regras atualmente existentes, com todas as consequências negativas já mencionadas.

Sr. Presidente, eu vou me permitir, para não tomar demasiadamente o tempo de V. Exas., passar adiante e já ir... Eu vou passar adiante, economizando aqui alguns importantes minutos, para que a gente possa deliberar sobre o projeto seguinte.

Já vou aos próximos passos.

A reforma dos tributos sobre o consumo de bens e serviços é uma das agendas mais importantes do Brasil. E eu digo isso por quê, Senador Flávio Bolsonaro? É porque nós temos aí três bases tributárias: consumo, renda e patrimônio, além de previdência. Nos Estados Unidos, você tem mais da metade na renda, 17% no consumo. No Brasil, é o inverso, exatamente o contrário. Em estados, por exemplo, como o meu, o Maranhão, do Senador Weverton e da Senadora Eliziane Gama, 5% declaram Imposto de Renda; não têm renda.

Então, quando a gente ganha alguma coisa, a gente gasta uma parte boa no consumo, mas também, eventualmente, sobra a renda para o patrimônio. Mas o pobre, o sujeito, a grande maioria da população brasileira, o que ganha mal dá para o consumo, vai tudo para o consumo. E a carga tributária é estúpida, estupidamente grande.

Então, há uma necessidade de se fazer uma reforma tributária sobretudo na base consumo no Brasil, que é o que se propõe nessa proposta. Aqui não se trata de renda. O que trata de renda é o imposto, é o projeto do Imposto de Renda que veio da Câmara e está aqui no Senado.

Essa reforma torna-se ainda mais urgente com o avanço do processo de adesão do Brasil à OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), pois a tributação de bens e serviços é uma das áreas em que o nosso país mais se afasta das boas práticas internacionais. A OCDE, portanto, só avalia a possibilidade de incluir o Brasil se houver um novo sistema tributário.

Após mais de dois anos de amplo diálogo e amadurecimento, espero que o Congresso Nacional aprove essa PEC na forma do substitutivo que estamos apresentando. Contudo, é importante lembrar que a transformação dessa PEC em emenda constitucional é apenas o primeiro passo – e fundamental – para uma série de alterações legislativas que terão que ser feitas. A PEC cria a base constitucional que permitirá a aprovação do IBS, por lei complementar, e da CBS e do IS (Imposto Seletivo), por lei ordinária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CBS já está, inclusive, na Câmara. Mas, pela força do art. 195 da Constituição Federal, não pode ser votada antes da PEC, porque se trata de contribuição, não de imposto. E a CBS vai ser acoplada à PEC. Nós votando a PEC 110 e encaminhando para a Câmara, a Câmara vota a CBS e manda para o Senado. Creio que a mesma velocidade que nós vamos dar aqui na CBS seja a velocidade que eles vão dar lá na votação da PEC. Acho que é uma boa via de mão dupla.

O caminho é longo, mas o passo crucial está sendo dado.

Voto.

Vou direto ao voto agora.

Diante do exposto, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de nºs 5, 7, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 135, 150, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194 e 211 e rejeição das demais emendas na forma do substitutivo já publicado.

Portanto, concluída a leitura desse relatório, Sr. Presidente, na sequência será dada vista coletiva, não de uma semana, mas de duas semanas. Teremos todos nós tempo suficiente, neste período de Carnaval, em que ficaremos dentro de casa – pelo menos não é recomendável, e não há nenhuma possibilidade de acontecerem festas, penso eu. Creio que os próximos dias serão importantes para que cada um dos colegas Senadores possa analisar e, na primeira semana após o Carnaval, a gente possa ter um item único na pauta para que a gente possa finalmente deliberar.

Então, eu fiz aqui, acho que em 20 minutos, conforme foi combinado, essa leitura, e coloco-me à disposição de todos para qualquer dúvida. Nós não podemos aqui antecipar um debate do mérito, porque nós estamos lendo o relatório.

Essa questão que colocou, por exemplo, o Senador Fernando Bezerra, eu teria muito prazer em poder acatar também, até porque ele é nordestino, tanto quanto eu – eu não posso fazer nada que vá contra os interesses da minha região –, mas eu estou aqui construindo, na condição de Relator, um relatório. Relatório não é ato de vontade do Relator; relatório é o extrato da média. E por isso tem de haver diálogo. Mas o diálogo não é só com os Senadores, porque não há hipótese de se aprovar uma matéria dessa natureza sem ter o Governo Federal participando. Esse imposto, o IPI, é federal. E o Governo Federal não admite essa possibilidade, sob pena de desconstruir tudo que foi construído até agora de acordo. Eu não posso fazer milagre. Então, a gente vai ter a oportunidade, adiante, de discutir a questão como se deve. Em relação ao IBS, que vai combinar o ICMS com o ISS, a gente está encontrando um jeito de atender parcialmente à emenda. E o terceiro ponto que ele coloca é o Imposto de Renda, de que nós não estamos tratando nesta matéria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu encerro citando aqui algumas entidades que estão divulgando informações distorcidas sobre a PEC 110. E, para manter a transparência da discussão, pediu que sua assessoria realizasse nova reunião... *(Pausa.)*

Ah, eu pedi.

Sr. Presidente, setores, por exemplo, como o de serviços às vezes se queixam de que têm prejuízo nessa matéria. Eu quero dizer que 80% desse setor está no Simples no Brasil, e o Simples está totalmente protegido por essa PEC. Aqueles serviços que nós... Minha família tem, por exemplo, prestação de serviços de pessoa jurídica, portanto cabe perfeitamente o princípio do IVA.

Desse modo, eu não vou antecipar aqui esse debate de mérito, e sim deixar isso para um momento oportuno.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Roberto Rocha. Eu queria agradecer novamente a V. Exa. e registrar o empenho de V. Exa.

Queria agradecer também ao Senador Marcos do Val, que entendeu a construção da inversão.

Queria reconhecer as palavras do Senador Lasier, que foram palavras fortes, contundentes e verdadeiras em relação a esse tema. Então, eu queria cumprimentá-lo, Senador Lasier, pelas palavras de V. Exa.

Nós construímos um entendimento, e eu consultei a Secretaria da Mesa, o Dr. Ednaldo. Eu sou obrigado a colocar em discussão a matéria, mas, ao mesmo tempo em que coloco em discussão, eu quero, nos termos regimentais, conceder vista coletiva a esse assunto e, dentro do que foi combinado...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E não encerra a discussão, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, nem vai começar. Eu coloquei em discussão, ela fica sobrestada até a próxima reunião, quando nós faremos a discussão e a deliberação.

E também, Senador Jorginho, eu quero novamente agradecer as ponderações do Senador Paulo Rocha, que fez uma observação muito adequada diante da importância dessa matéria. E já foi anunciado por esta Presidência que nós faremos, após o Carnaval, a reunião da Comissão com o único item da pauta, a Proposta de Emenda à Constituição 110, para a gente debater esse assunto, o que foi um pleito... *(Palmas.)*

Então, eu queria agradecer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, até eu estou aplaudindo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu sabia que esse dia ia chegar. Deu tudo certo! Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, muito obrigado a todos os Senadores aqui presentes pelo carinho.

Fica concedida vista coletiva, nos termos regimentais, diante do entendimento, e nós vamos retornar ao próximo item da pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, eu queria que os companheiros que bateram palma tivessem essa generosidade comigo no próximo tema da questão das armas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É porque eles usaram toda a generosidade nesse assunto. *(Risos.)*

Já foi esgotado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Gastamos toda a energia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – A energia e generosidade já...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu sou uma mulher generosa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Zerou total.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3723, DE 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 4.

Observações:

- Em 03/03/2020, foi recebida a Emendas 1, de autoria do Senador Mecias de Jesus;
- Em 23/10/2020, foi recebida a Emenda 2, de autoria do Senador Telmário Mota;
- Em 11/11/2020, foram recebidas as Emendas 3 e 4 de autoria do Senador Lasier Martins;
- Em 14/12/2021 foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;
- Em 14/12/2021, foram recebidas as Emendas nº 5, de autoria do Senador José Aníbal; 6 a 11, e 15 a 23, de autoria do Senador Alessandro Vieira; e 12 a 14, de autoria do Senador Eduardo Girão (todas dependendo de relatório);
- Em 15/12/2021, foram recebidas as Emendas nº 24 e 25, de autoria do Senador Eduardo Girão; 26 a 34, de autoria do Senador Alessandro Vieira; 35, de autoria do Senador Jorginho Mello; e 36, de autoria do Senador Carlos Portinho (todas dependendo de relatório);
- Em 15/12/2021, a Presidência concedeu vistas nos termos regimentais.
- Foram recebidas ainda as emendas nºs 37 e 39, de autoria do Senador Jaques Wagner; nº 38, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nºs 40 a 44, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 45, de autoria do Senador Telmário Mota; nºs 46 a 52, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 53, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nº 54, de autoria do Senador Rogério Carvalho; e nº 55, de autoria do Senador Esperidião Amin. (todas dependendo de relatório);
- Foram retiradas pelos respectivos autores, as Emendas nºs 2, 8 e 37.

Relatório favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 54.

Vou fazer algumas observações que foram colocadas pela Secretaria.

Em 15/12/2021 foram recebidos os requerimentos dos Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia de adição de assinaturas à Emenda 23.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram recebidas ainda as emendas nºs 37 e 39, de autoria do Senador Jaques Wagner; nº 38, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nºs 40 a 44, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 45, de autoria do Senador Telmário Mota; nºs 46 a 52, de autoria do Senador Rogério Carvalho; nº 53, de autoria do Senador Alessandro Vieira; nº 54, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Foi recebida ainda a Emenda nº 56, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, também dependendo de relatório.

Foram retiradas pelos respectivos autores as Emendas nºs 2, 8 e 37.

Em 23 de fevereiro de 2022, foi apresentado voto em separado do Senador Fabiano Contarato contrário ao projeto.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Marcos do Val, para proferir o seu relatório.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou pedir que todos tenham um pouco de atenção e paciência, já que é um assunto polêmico, um assunto que envolve questões partidárias, ideológicas, um assunto que não tem fim e nunca terá fim. A questão do uso de armamento sempre existiu desde a invenção da pólvora e não tem previsão, na nossa história, de que chegará um dia ao fim. Então, a gente precisa, com muito equilíbrio, debater – de uma forma equilibrada. Jamais será um consenso de todos, mas que a gente possa fazer o melhor para os brasileiros, os quais nós representamos.

Então, há alguns pontos. Eu vou ser bem objetivo.

Anunciou-se que hoje existem 600 mil CACs no Brasil. Desses 600 mil CACs, a imprensa soltou recentemente que um dos CACs estava fazendo compras de fuzis de calibre de uso restrito para vender para o tráfico do Rio de Janeiro, e a matéria deu a entender que todos os CACs são criminosos, ou serão criminosos, ou estariam se utilizando da legislação para vender armas para o crime organizado, para o tráfico e tudo mais.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, eu coloquei, eu coloquei...

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir atenção aqui para os nossos colaboradores. O Relator está com a matéria e ele precisa fazer algumas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observações importantes, diante de todas as argumentações dos nossos colegas Senadores aqui. Então, eu queria pedir por gentileza atenção.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente.

Então, eu fiz um questionamento seguinte: se nós temos hoje no país 600 mil CACs registrados e um acabou indo para o lado do crime, quantos por cento representa? É 0,00048 e alguma coisa por cento, ou seja, quase inexpressivo. Achar que a exceção é a regra no Brasil...

Os CACs – nós não estamos falando de posse e porte de arma; estou falando de caçadores, atiradores e colecionadores – são exatamente os profissionais, os brasileiros que seguem a legislação. E a legislação só funciona para quem segue a legislação. O crime não segue a legislação. Para eles, pouco importa o que nós estamos debatendo aqui, o que nós estamos fazendo aqui. O que pode acontecer é a gente dificultar o acesso deles ao equipamento.

Falar que 600 mil CACs no país podem se tornar bandidos ou criminosos é uma acusação grave porque essa não é a realidade, exatamente porque são os brasileiros que mais seguem à risca a legislação.

Bom, o mínimo de 16 armas estava no projeto que veio da Câmara dos Deputados, e nós achávamos, ano passado, que, por conta do recesso, poderia haver uma decisão monocrática de um ministro do STF de derrubar os decretos, causando uma insegurança jurídica, e os CACs, que puderam ter a permissão de compra de armas de uso restrito, passariam, ali dentro, para uma situação delicada juridicamente, podendo até ser presos.

Eu vou explicar por que 16 armas, vou dar alguns exemplos. Eu queria que todo mundo prestasse atenção, porque são informações importantes.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Para o colecionador, você falar: "Ah, mínimo 16 armas para um colecionador"... Existem vários colecionadores até que têm museus dentro da sua família de históricos de familiares que participaram da Segunda Guerra e gostaram de fazer compras e armazenamento de equipamentos históricos de guerras. Nós temos um museu de Petrópolis, o Museu Imperial de Petrópolis. Se nós falarmos: "Ué, mas eles estão colecionando armas?", mas são armas históricas. Aí, quando a gente pensa nessa possibilidade, 16 armas para um museu, o que que seria isso? Nada.

Então, não é que nós estamos abrindo a possibilidade de qualquer cidadão tirar o seu registro, que é muito difícil, do Exército para se tornar um colecionador para ter várias armas em casa. Então, existem vários cenários dentro da sociedade que têm essa prerrogativa e precisam dessa prerrogativa para terem os seus equipamentos como colecionadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

"Ah, do Val, para que 16 armas para os atiradores?". Porque, para os atiradores, em cada cenário que eles estão praticando, há um tipo específico de arma, há um tipo específico de munição. Eles precisam fazer suas recargas para conseguir, de forma técnica, efetividade no resultado do campeonato. Então, não adianta ele usar um calibre específico para um campeonato em que o tiro é a curta distância, ou fazer um tiro com um equipamento, uma pistola, no caso, que não tenha uma decisão a longa distância. Então, ele precisa ter ferramentas, sim, de mais opções para poder praticar o seu esporte.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – E nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos do Val, queria registrar a presença do nosso querido Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, que vem até a Comissão de Constituição e Justiça prestigiar os trabalhos desta importante Comissão.

Queria agradecer a sua presença aqui, Presidente, e também exaltar a sua participação decisiva na construção da deliberação da PEC 110, da nossa reforma tributária. V. Exa., como Presidente do Congresso, liderou todo esse processo. V. Exa. organizou, junto com o Senador Roberto Rocha, com todos nós, Senadores daqui da Comissão de Constituição e Justiça, uma agenda em que a gente pudesse deliberar sobre esse assunto. Eu queria externar publicamente e agradecer a V. Exa. por ter construído até com aqueles que têm alguma objeção sobre o relatório apresentado. A decisão de pautar a matéria nesta Comissão também foi liderada por V. Exa.

Seja bem-vindo a esta Comissão, à sua Casa, e muito obrigado pela presença na sessão deliberativa de hoje aqui no Plenário da CCJ.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado e seja muito bem-vindo aqui o nosso querido Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco.

Bom, então, passo para os atiradores. Eu já expliquei o porquê da quantidade de armamento.

Para os caçadores, não adianta você liberar um calibre e ele, ao executar isso, sendo liberada pelo Ibama a caça, onde é permitida, tenha um calibre com o qual ele vai fazer com que o animal sofra, que o animal fique em período de sofrimento, agonizando até a morte. Então, ele precisa ter um calibre que leve realmente a caça à morte instantânea. Isso para os caçadores, dentro da legalidade, dentro do que o Ibama libera.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então isso justifica o porquê da questão da quantidade de armas, para que a sociedade não ache que está sendo distribuído armamento para qualquer um.

Então, outra coisa: pela primeira vez na história – assim anunciado pela própria imprensa, que é claramente contrária aos CACs –, foi anunciado, esta semana, que diminuiu em 7% o crime de homicídios no Brasil, um número histórico. E, ao mesmo tempo, temos um número histórico do cidadão com acesso às armas. Então, isso desconstrói o argumento de que, quanto mais armas, mais homicídios. Nós precisamos entender que aqueles que têm o acesso às armas de formas legais jamais estarão infringindo ou cometendo alguma infração, alguma ilegalidade ou algum crime.

A gente escuta o seguinte: "Ah, mas a quase totalidade do armamento que o bandido usa veio de uma arma legal". É lógico, porque, na hora da produção do armamento, a fábrica precisa ser uma fábrica legalizada e, conseqüentemente, o que ela produz é legalizado. Então, o armamento que sai da fábrica é um armamento legalizado, não é um armamento feito em fundo de quintal. Então, sempre vocês vão escutar que, na mão de criminosos, foram apreendidas armas que eram antigamente legalizadas. Óbvio: sempre por conta da legalidade das fábricas de produzi-las.

Rastreamento das munições para policiais.

No relatório anterior, eu fui contra, porque, quando você fala sobre rastreamento de munição, existem duas partes que se desprendem: a ponta, que vai até o alvo, e a cápsula que sai e cai ao chão, para que outra munição entre na câmara onde fica o movimento do ferrolho – bom, questões técnicas. Então, com a marcação que é feita na cápsula, quando ela cai ao chão, muitos policiais estavam – e estão – receosos de que essas munições acabassem sendo usadas, após um combate dentro de uma comunidade, assim que eles se deslocassem para seus batalhões, pelos próprios criminosos, que pegam e cometem seus crimes. Para comandar outras áreas onde o tráfico é mais lucrativo, eles podem simplesmente pegar essas cápsulas, que são enumeradas, e jogar na cena de outro crime, incriminando os policiais, que nem estavam nessa segunda cena.

Então, em conversa com os Senadores, nós entendemos que seria importante voltar com esse projeto, para que se faça então o rastreio, mesmo com essa possibilidade, mas que não seja somente para as munições dos policiais, mas sim para todas as munições fabricadas, porque, senão, o questionamento é: por que para o policial tem que ser rastreável e para o cidadão comum não precisa ser rastreável? Então, nós fizemos um acordo para que seja alterado no relatório e incluída a volta do rastreamento, mas de forma abrangente.

O porte para conduzir o acervo. Muita gente tem dito, eu tenho escutado de Senadores e de imprensa...

Quem puder só diminuir um pouquinho a fala...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... porque a gente acaba tirando a dúvida de quem ainda tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu queria pedir... Líder Nelsinho, eu queria pedir atenção aqui aos Senadores e aos nossos assessores novamente. Perdoem-me, mas, como o Senador Relator buscou o entendimento em relação ao seu relatório, ele está fazendo alguns ajustes no relatório dele para contemplar algumas emendas que foram apresentadas dentro de um entendimento da busca de um relatório mais aprimorado da matéria. Então, eu queria pedir aos assessores inclusive dos Senadores que fizeram as emendas, os destaques e as observações que a gente pudesse atentamente acompanhar o relatório e a manifestação do Senador Marcos do Val nesse momento muito importante de votação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Agradeço, Presidente, pela fala e peço aos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É saudade do Conselheiro Bandeira. Olha só como está.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É o Conselheiro Bandeira, Dr. Bandeira, que hoje representa o Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça, o nosso magistrado. V. Sa., Sr. Conselheiro, está vendo que os Senadores estão com saudade. Já é para garantir que, assim que se concluir o mandato de V. Exa. no Conselho, V. Exa. pode retornar para o Senado, e nós vamos estar aguardando V. Exa. aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, vamos continuar. Obrigado, Presidente.

Sobre a questão do porte. "Ah! Mas os CACs estão achando uma maneira de conseguir o porte sem ser através da Polícia Federal, dentro dos critérios da Polícia Federal". Bom, vale esclarecer que, para você que está conduzindo o seu acervo para o seu treinamento – seja esportivo, para o seu momento de lazer, seja caçador, seja colecionador –, você precisa ter um equipamento para fazer proteção do seu acervo. Então, é o seguinte: hoje, você pode fazer a proteção do seu acervo com um equipamento de uso restrito. Você pode pegar uma arma longa, deixá-la pronta para uso, deixar no porta-malas todas as outras armas e fazer a condução desse equipamento da sua casa até o estande ou clube de tiro ou do clube de tiro até a sua casa.

Esse projeto de lei proíbe esse uso de arma de uso restrito e restringe somente a proteção desse acervo através de uma pistola de uso permitido, que hoje seria a pistola 380, que, para que os senhores possam entender tecnicamente, é uma arma que nem é usada nos Estados Unidos porque ela precisa ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizada com muito mais quantidade de tiros para conseguir neutralizar o agressor. Então, há muito mais possibilidade até de bala perdida. Mas, assim, a lei que passou na Câmara dos Deputados faz com que o único equipamento que pode ser utilizado para transportar o acervo é uma pistola de calibre permitido.

Mas aí o atirador parou no meio do caminho para fazer um lanche, para encontrar os amigos. Não está permitido isso. Ele pode ser preso por isso.

Se ele também estiver conduzindo um armamento de uso restrito, como, por exemplo, um fuzil calibre 223, esse equipamento... Na lei atual, não tem mais a fiança, e ele pode pegar de 30 a 40 anos. Hoje, através do decreto, ele paga fiança e vai embora para casa. Então, nós estamos falando de uma lei mais rígida para os CACs e de uma lei mais rígida para aqueles que estão no meio das ruas das comunidades portando fuzis. Então, se ele for preso portando um fuzil, que é um armamento de uso restrito, ele não tem mais direito à fiança, será em regime fechado automaticamente, podendo ir de 30 a 40 anos. Então, o projeto de lei reforça a penalidade para quem está fazendo uso de armamento de uso restrito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Permita-me um aparte, Senador Marcos, só para o senhor me esclarecer uma dúvida. Serei breve, mas é que não entendi esse trajeto.

(Soa a campanha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – O projeto autoriza o transporte, qualquer horário e qualquer itinerário. Isso não seria uma forma de você autorizar o porte?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não. Respondendo ao Senador Contarato: eu tenho conversado com alguns delegados que, ao abordar alguns atiradores...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Nelsinho...

Eu queria pedir, por gentileza... O Senador Fabiano fez um questionamento no meio da leitura do relatório e peço que prestemos atenção, porque esse era um ponto em relação ao qual havia algumas emendas e V. Exa. também está...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu só estou querendo entender, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Claro, claro, é pertinente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje, no cenário de hoje, com o decreto, o próprio delegado consegue ter o entendimento... Exemplo: recentemente foi preso um CAC que estava indo para um casamento, e ele passou o dia em treinamento. Não condiz ele ter um acervo dentro do carro indo para um casamento. Então, automaticamente, o delegado atuou e, como é hoje afiançável, ele pagou a fiança e foi liberado.

E também há outra questão...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Desculpe, é só para complementar aqui: mas, pelo §2º, ele considera o trajeto qualquer itinerário, independente do horário, realizado independente do horário, assegurado direito de retorno... Então, a polícia vai ficar com as mãos atadas com relação a isso. É essa a minha preocupação. Autorizar o transporte, independente do itinerário, da hora, das circunstâncias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É o porte de armas, não é?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A pessoa vai falar assim: "Não, eu estou indo para um estande, eu sou caçador, eu sou colecionador", e vai estar assegurado esse comportamento. Essa é a minha preocupação. Por favor, eu só estou querendo contribuir.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O que eu posso fazer, Senador Contarato... É pertinente a sua colocação. Acho que também a gente não pode dar chance para aqueles que não querem seguir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você pode fazer uma sugestão de emenda, e a gente aproveita, como nós estamos fazendo algumas alterações, para acatar essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto, era isso que eu queria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu pediria à minha assessoria para ajudar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao Relator também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Durante a discussão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É do ponto de vista formal, Presidente. Eu queria fazer um apelo ao Relator para que acolhesse em seu relatório, como sugestão deste Senador e talvez até de outros, as Emendas 17, 47, 55 e mais uma emenda de redação que trata da questão da munição. É apenas um apelo sob o aspecto formal, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Só para a gente dar continuidade, até para explicar para o nosso querido Senador Marcos Rogério: isso, no nosso acordo de hoje, está contemplado.

Voltando: o que tem acontecido hoje? Os atiradores e colecionadores, quando saem do estande de tiro... Existem os olheiros, que são pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... que trabalham para o crime...

Vamos prestar atenção, porque pode ser dúvida de alguns.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir a atenção para os assessores...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu já estou finalizando. É só para não tirar a atenção, porque, às vezes, pode virar uma pergunta e achar que eu não expliquei algo que estou explicando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, é porque o senhor está falando a palavra acordo, acordo, acordo. Eu queria só entender com quem foi feito esse acordo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou citar quais foram. Eu vou passar quais são os acordos.

Bom, nós...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador Marcos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou ajudando, Presidente.

A minha sugestão da emenda, então, já que V. Exa. tem essa sensibilidade e preocupação, quando os delegados falam "olha, não, a gente tem, dependendo do contexto... o cara estava indo para o casamento...", mas o problema está no §2º. Então, a emenda que eu faço é oral, é supressão do §2º, apenas o §2º, porque ela considera o trajeto, etc., etc., qualquer horário, independente de não sei o quê. Se a gente suprimir o §2º, resolve o problema.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k. Vou passar para a minha assessoria para poder suprimir o §2º. Aqui eu peço à assessoria para suprimir o §2º.

Bom, então, finalizando... Vamos lá!

Então, tem acontecido de assaltantes, bandidos, traficantes ficarem próximos aos estandes de tiro e, quando o carro sai, passarem a característica do veículo e a placa para que a sua quadrilha aborde esse CAC mais à frente. Então é importante, sim, que ele, durante o trajeto, esteja portando o seu equipamento para proteger o seu acervo. Isso é fundamental, mas, reiterando a posição do Senador Contrato, concordo que a gente precisa ser objetivo quanto a esse ponto, mas só explicando que isso já acontece. O criminoso vê o carro saindo do estande e passa para a equipe: "Ó, o carro é tal, placa tal". E, com certeza, esse atirador é abordado e assaltado.

Bom, eu falei sobre a questão do uso do fuzil, mesmo havendo a lei dizendo que ele pode portar uma arma, mas é uma arma curta de uso permitido, não é municiando um fuzil para depois dizer que está fazendo a condução do seu acervo. Então, essa lei o bota cometendo um crime grave, inafiançável.

Então, já existe uma questão... A nossa Senadora Eliziane, a minha querida Senadora Eliziane, sempre quando bate no Marcos Rogério, cita o meu nome. Eu já estou há três anos pedindo a ela para falar Marcos do Val e não Marcos Rogério, porque eu fico lá de casa desesperado tomando pancada, e era para o Marcos Rogério. (*Risos.*)

Aqui ela fez uma colocação que vale ressaltar: há o §2º do art. 10 da Lei 10.826, de 2003, de perda de eficácia do porte daquele que for flagrado armado sob efeito de álcool e drogas. Então já existe uma lei pontuando essa situação.

Vamos lá!

A questão da unificação do Sigma e do Sinarm. Por que o Exército tem um banco de dados sobre armas que não fala com o banco de armas da Polícia Federal? Existe também já um decreto permitindo isso. O que ainda não aconteceu, Presidente, é que os sistemas não se comunicam ainda, mas não é pela falta de interesse tanto das Forças Armadas como da Polícia Federal, ou seja, não é falta de interesse do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sigma nem do Sinarm. São só questões técnicas, e já estão trabalhando para que as duas possam se comunicar e ter um entendimento de todas as armas que transitam e tramitam no país.

Bom, para finalizar, encerrando, o nosso projeto era para que fosse aprovado do jeito que veio na Câmara dos Deputados, com receio de chegar o recesso e ter havido uma decisão monocrática. Hoje o nosso querido Senador Girão pediu que se retirasse de pauta e que pudéssemos pautar isso pós-Carnaval, mas nós já tínhamos feito um acordo ano passado de fazer uma audiência pública – o Presidente Davi Alcolumbre atendeu ao pedido do Senador –; depois, foi feito um pedido para prorrogar o período para que todo mundo tivesse acesso ao estudo do resultado da audiência pública; depois, eu li o relatório e foi feito um pedido de vista antes do recesso. Então, nós tivemos um período longo, durante o recesso, para que todos pudessem ter acesso ao relatório. E voltamos às atividades. Então, cumprindo o acordo que tínhamos feito com a maioria – não com a totalidade, mas com a maioria, deixo claro isso –, a maioria concordou que, em fevereiro, na última semana de fevereiro, iria se votar na CCJ a pauta dos CACs. E, assim, o Presidente Davi Alcolumbre, cumprindo esse acordo com a maioria, pautou.

Chegamos à conclusão – não a totalidade, porque o consenso de todos é algo impossível dentro do Congresso, num ambiente democrático –, chegamos ao entendimento, a maioria, de que nós precisávamos aprovar hoje, mesmo com essas alterações que eu vou citar, que foram sugeridas por um grupo, mesmo tendo esse projeto que retornar à Câmara dos Deputados. "Ah, mas a Câmara dos Deputados pode refazer tudo." Aí, não cabe a mim julgar ou prejudicar o trabalho dos Deputados Federais. Façamos o nosso trabalho de votar favoravelmente ou contrariamente, mas hoje tem que ser pautado, porque a gente precisa dar essa resposta para os CACs, que estão numa instabilidade jurídica enorme, estão temendo serem presos por qualquer queda de algum decreto.

Durante uma reunião que nós tivemos antes de iniciar esta sessão, fizemos um acordo com a maioria, não com a totalidade – aí, eu esclareço que o Senador Girão não foi favorável ao nosso acordo, ele se posicionou contrariamente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nem a Eliziane.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... nem a Eliziane, que estava conosco, e o Davi Alcolumbre vai registrar isso, mas deixo claro que nós, dentro dessas modificações – e o Senador Contarato colocou uma agora aqui durante a minha fala –, temos: a volta do rastreamento das munições, que nós concordamos que não seria somente para as polícias, mas para todas as munições adquiridas no Brasil, então, voltam a ser rastreáveis...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Relator.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Nós falamos sobre o mínimo de 16 armas, assim foi sugerido pelo nosso Senador Esperidião Amin, para que a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gente pudesse trabalhar um texto que não dissesse nem mínimo, nem máximo, mas que ficasse a cargo do próprio Exército...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um máximo genérico, podendo extrapolar do máximo...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – De acordo com a decisão do...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A decisão do Exército.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Porque no decreto diz...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Conforme consta da legislação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso. Porque, no decreto, já está... Diz da seguinte forma: "Poderão ser concedidas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso permitido em quantidade superior aos limites estabelecidos no inciso I do *caput*, a critério do Comando do Exército".

Então, a equipe de assessoria trabalhou esse texto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Você tem o máximo, e ele pode ser ultrapassado em casos excepcionais.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exatamente. Exatamente.

Então, um atirador que está em nível olímpico pode ter um número maior de armas para o seu treinamento; um museu que está fazendo uma mostra de armas históricas pode fazer uma solicitação. Então, cabe ao Exército deferir ou indeferir essa solicitação, mas eu também concordei que essa questão de mínimo é algo que nos preocupa. Ao dizer "mínimo", então o máximo é o quê? Mil, 2 mil? Mas, a gente colocando como responsabilidade das Forças Armadas, isso nos assegura.

O Senador Contarato também fez uma sugestão que eu acatei. Eu vou ler aqui, é muito pertinente. Ele diz o seguinte... No texto está escrito assim, vou tentar ler de lado aqui: contado da data de entrada...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está se referindo à anistia, não é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Ele está se referindo à anistia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Aí você pode legalizar a arma – entre aspas – "ilegal".

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Aqui diz...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A lei estabelecia um critério formal correto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Vou ler aqui:

[...] mediante apresentação de documento de identificação pessoal, de comprovante de residência fixa e de certidão negativa de antecedentes criminais, acompanhados da nota fiscal de compra ou de comprovação da origem lícita da arma de fogo pelos meios de prova admitidos em direito [...].

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso. Ponto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Aí vem o "ou", que foi o questionamento do Senador Contarato, que eu achei extremamente pertinente, para que nós retirássemos isso. Vem: "[...] ou declaração firmada da qual constem as características da arma, a numeração legível e a sua condição de proprietário [...]". Então, deixaria...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Seria a autodeclaração. Ele legalizava aquela arma ilegal no período de dois anos simplesmente autodeclarando, quando na verdade o mais correto é ele provar a origem dessa arma. Então, a sugestão foi a supressão dessa conjunção alternativa "ou": "ou declaração firmada da qual constem as características". Tira isso e fica só com: "identificação pessoal, de comprovante de residência [...] e de certidão negativa de antecedentes criminais, acompanhados da nota fiscal [...] [se houver] ou de comprovação da origem lícita da arma [...] pelos meios de prova admitidos em direito" – ponto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para particularizar essa situação, o sujeito fez o registro da arma há 30 anos e não manteve aquela atualização periódica, portanto, a arma tem origem. "Ah, mas não tem mais a nota fiscal." Então...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas é por outro meio de prova em direito admitido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um outro meio que prova a origem lícita.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Agora não podemos é deixar excluir tudo e botar autodeclaração.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas sem o "ou", sem a alternativa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou pedir para que assessoria do Senador Contarato prepare essa emenda para que a gente possa acolher.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Já está sendo preparada.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, assim eu encerro as minhas colocações. Quem tiver dúvidas e alguns questionamentos referentes ao relatório, eu queria que sáísse da posição do achismo ou do "eu ouvi dizer" para que a gente possa realmente ir aos fatos, ao que é real e ao que "ouviu dizer". Não podemos ser radicais num assunto tão delicado e que envolve toda a sociedade e até acaba misturando as questões políticas, que não deveriam ser inseridas, num ano eleitoral.

Eu peço a todos que a decisão seja uma decisão técnica, não eleitoral, não política, porque vai favorecer o candidato A ou o candidato B.

Também as pessoas que têm suas ideologias, assim eu as respeito. Assim eu entendo, assim é feita a nossa democracia. Por isso, muito me honra estar no Congresso discutindo com pessoas que pensam diferentemente de mim. Então, nós não podemos fazer um projeto que seja radical para um lado ou radical para o outro lado. E nenhum projeto feito, tramitado aqui e votado é um projeto que se vai eternizar. Ele, constantemente, durante a nossa história, vai continuar sendo alterado, modificado, melhorado, adaptado. Eu só queria deixar claro para todo mundo isso.

Então, isso é só para que nós possamos dar estabilidade jurídica aos CACs. Eu quero aqui deixar bem claro que os CACs são a parte da sociedade que mais segue a legislação. Esse projeto nada afeta o criminoso que continua executando seus crimes, porque ele não vai seguir a legislação e vai continuar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprando sua arma vinda das fronteiras secas do país. São armas fabricadas legalmente. Por isso, há esse discurso de que foram armas legais, e sempre vão ser. Agora começou um número bem pequeno de armas fabricadas em fundos de quintal.

É só para esclarecer isso e para dizer que o projeto, então, com essas modificações acatadas, retorna para a Câmara dos Deputados.

Obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente... Pela ordem, Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu quero pedir vista, Presidente, do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Senadora Eliziane.

Eu tenho uma lista de oradores inscritos aqui pela ordem também.

Eu vou conceder a palavra à primeira oradora inscrita, que é a Senadora Simone Tebet, que a pediu pela ordem. (*Pausa.*)

Senadora Simone, com a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, também vou falar pela ordem.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Eu tenho uma questão de ordem antes. Normalmente, quando se lê o relatório, não pode haver intervenção de colegas, mas depois sim. Então, se houvesse a intervenção como forma de contribuição belíssima – aliás, contribuições belíssimas foram feitas pelo Senador Fabiano Contarato –, que se pudesse também abrir os microfones dos colegas que estão no virtual, porque, é óbvio, saberemos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com todo o conhecimento que temos, só usar a palavra ou pedir a palavra pela ordem pelo virtual se for caso de extrema necessidade. Depois, na hora dos debates, também por uma questão de isonomia, que os Senadores que estão no virtual possam ter os microfones liberados para, em casos excepcionais, fazer alguma intervenção. Então, deixo esse pedido e uma reflexão para V. Exa., como Presidente desta Comissão.

Eu tenho só uma questão em relação à forma, Sr. Presidente. Não vou entrar no mérito, nem discutir. Já pedi aqui a inscrição. Já peço agora que o Ednaldo possa me inscrever para debater.

São duas questões. Primeiro, o relatório não foi apresentado. Eu achei que o Senador Marcos do Val fosse ler o relatório – e estou aqui, o tempo todo, acompanhando –, porque, para quem não conhece o assunto – é um assunto árido para quem não é técnico –, fica difícil acompanhar essas alterações que ele fez agora, que, acredito, foram feitas para melhorar, pelo que pude perceber. Mas eu ainda tenho um ou dois questionamentos. Se ele puder me responder em relação a esses questionamentos, já que não tenho o relatório... E, por não ter o relatório e pelo fato de ele, pelo Regimento, ter feito alterações dentro da Comissão, eu também peço vista desse projeto, porque eu não tenho condições de votar um projeto dessa envergadura sem ter total convicção.

Repito que respeito os CACs. Acho que é uma atividade como outra qualquer e que merece segurança jurídica. Repito que eles estão diante de uma insegurança jurídica fruto muito mais de um governo que, por decreto, e não por lei, tentou regulamentar uma situação como essa, gerando obviamente uma intervenção do Poder Judiciário que ainda não aconteceu, mas uma judicialização dessa questão. E também entendo que, por isso, essa questão está hoje para ser debatida nesta Casa. Mas não vamos nos esquecer, até pelo acatamento do Relator Marcos do Val e das sugestões apresentadas pelos colegas, de que o projeto não está maduro. Veja, com simples intervenções feitas, o Senador Marcos do Val – desculpa de novo aqui, é Marcos do Val, não é o Marcos Rogério – foi acatando as sugestões.

Fica, inclusive, uma pergunta aqui, Senador Marcos do Val. Sei do seu espírito público de querer contribuir, V. Exa. foi sempre democrático nas suas relatorias. Este dispositivo, não sei se é do art. 21, que transforma em direito... É um direito a todo cidadão acima de 25 anos o exercício das atividades de colecionador de tiro, bem como esse apostilamento de armas de caça... Como era? E por que nós estamos flexibilizando ou estamos restringindo? Eu deixo essa pergunta, Sr. Presidente, como uma das dúvidas – não quero monopolizar o debate – que tenho em relação a esse projeto, e deixo bem claro: isso aqui não é nenhum subterfúgio, é que eu não tenho o relatório que está sendo apresentado agora e muito menos a capacidade de entender essas sugestões que foram acatadas, se são suficientes para que possamos votar.

Então, fica aqui esse pedido de esclarecimento ao Senador Marcos do Val, pedindo a inscrição na hora de debater a matéria no mérito, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É só para poder responder à Senadora Simone Tebet...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O pedido de vista, Presidente, tem precedência regimental. A Senadora Simone, inclusive, vem na mesma linha. Eu queria que V. Exa. respondesse ao pedido de vista.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu só gostaria de, antes, Presidente, poder só explicar, porque é um questionamento que ela teve que é pertinente, que pode haver muitos. "Ah, por que que agora o Senador está sendo flexível?" É porque eu expliquei aqui no início, mas tinha muita conversa, acho que as pessoas não conseguiram escutar.

Eu, no nosso trabalho anterior, quis aprovar o relatório exatamente como veio da Câmara dos Deputados, porque nós íamos entrar em recesso e haveria possibilidade de algum Ministro do STF, de forma monocrática, derrubar os decretos e não haver um projeto de lei para que pudesse ser sustentado. Então, nós, mesmo eu tendo sido o Relator e contrário a essas partes que eu fui agora e alterei, porque eu concordo, são todas pertinentes e concordava no relatório anterior... Mas a situação fazia com que nós tivéssemos a correria por uma estabilidade jurídica, mais do que essas alterações que nós pensávamos em fazer num outro momento.

Então, como agora, em acordo com a maioria dos Senadores, decidimos que já não há mais o recesso com possibilidade de um ministro tomar uma decisão monocrática e que agora a gente pode dar uma freada e, então, acertar pontos que todos convergiram... Porque há pontos que me apresentaram em emendas que eram, assim, sem sentido, outro com um pouco de sentido... Essas com que nós concordamos aqui, a grande maioria, foram quase unânimes da maioria.

Então, já era o meu desejo fazer essas alterações, todas pertinentes, mas não foram feitas a toque de caixa só para poder colocar em votação. Era já estudado e acordado, e eu concordo com elas. Apenas não foi feita essa alteração no ano anterior para que nós pudéssemos dar velocidade e não fizessemos com que o STF, de novo, legislasse por nós. Então, é só para explicar por que agora eu acatei algumas sugestões dos Senadores e, no relatório anterior, eu não acatei nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho vários Senadores inscritos aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concretamente e regimentalmente, a Senadora Eliziane está certa, e a Senadora Simone também está certa, porque as alterações que foram feitas pelo Senador Marcos do Val, diante dessa explicação, incidem na possibilidade de um novo pedido de vista, haja vista que ele alterou substancialmente o seu relatório, mesmo que seja com o olhar para fazer uma conciliação e um entendimento com aqueles que quiseram colaborar efetivamente com o texto.

Só que eu também preciso fazer uma... Eu preciso... E eu peço vênica a todos os nossos queridos Senadores e Senadoras, porque o Senador Marcos do Val fez uma síntese de tudo o que nós vivemos no ano passado quando nós pretendíamos deliberar essa matéria. Nós chegamos ao ponto, se não me falha a memória – e eu solicito da Secretaria, caso eu esqueça algum trecho desse entendimento –, de alterarmos para fazermos uma nova audiência pública, incluindo nomes que não estavam no requerimento aprovado ainda em 2019, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues. Era um requerimento de solicitação de audiência pública com mais de um ano, e nós fizemos a alteração desse requerimento no entendimento.

O entendimento não quer dizer o apoio. O entendimento é a busca do melhor encaminhamento. Então, eu acho que o entendimento, Senador Marcos do Val... Se a gente puder sintetizar o que nós fizemos no ano passado aqui, foi um entendimento, não foi um acordo na totalidade, não foi uma conciliação, não foi a unanimidade, foi um entendimento para a busca de um procedimento.

E eu assumi... Quando nós retornamos aos trabalhos neste ano, eu fiz aquela minha manifestação de que eu iria resgatar o entendimento, mesmo com aqueles que pensavam contrariamente ao texto, que, na época, diga-se de passagem, V. Exa. não tinha flexibilizado em nada. Então, quando V. Exa. fala agora que assume essa responsabilidade, inclusive, de alterar o texto, sendo que naquela ocasião, de parte de V. Exa., V. Exa. desejava apresentar o relatório da Câmara, por todas as preocupações aqui já externadas em relação aos decretos e em relação ao Judiciário... E a gente chegou ao dia de hoje para votar essas três matérias. Fizemos a inversão da tributária – pelo que eu agradeço novamente a V. Exa., com a sensibilidade –, e para essas três matérias, dos dez itens da pauta, era que nós tínhamos acordado um procedimento.

Então, eu não... Quem seria eu para solicitar que um Senador da República, que tem legitimidade regimental, pudesse retirar um pedido de vista? Não farei isso. Mas eu preciso fazer esta ponderação: houve alterações, e os Senadores que estão no modelo remoto estão, de fato, sem nenhum documento mostrando essas alterações, mesmo compreendendo a boa vontade de V. Exa., Senador Marcos do Val, em um assunto em que nunca vai haver consenso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para complementar, a resposta da Senadora Simone Tebet, é de extrema importância, o questionamento dela, porque, com a alteração, qualquer pessoa com 25 anos passou a ter direito, e isso fere a discricionariedade do Estado brasileiro. Então, esse é um ponto muito sensível também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todo respeito, eu estou querendo colaborar na construção do melhor projeto – e eu quero agradecer imensamente ao meu querido Marcos do Val, que teve a sensibilidade de olhar, ele se convenceu mesmo desses pontos –, mas o pedido de vista é regimental e V. Exa. tem que cumprir o que está no Regimento; eu acho que essa vista tem que ser concedida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós só teríamos duas alternativas hoje: ou V. Exa. recuperava o texto principal e iria colocar para voto, porque nós tínhamos combinado que iríamos fazer isso nesta sessão, ou V. Exa. reconhece que as alterações e as adequações propostas pelos Senadores e pelas Senadoras vão poder melhorar o texto de V. Exa., e eu vou ter que conceder a vista.

Eu quero ouvir V. Exa. antes, como Relator da matéria, para nós decidirmos o que nós vamos encaminhar. Se V. Exa. decidir agora, com todos os debates que foram feitos, com todas as observações, com todas as preocupações que já foram suscitadas por V. Exa., inclusive parte delas na relação institucional que V. Exa. tem com cada um de nós de reconhecer que está recepcionando trechos importantes para melhorar o texto, e V. Exa. manifestou isso aqui, então, V. Exa. há dois caminhos: ou V. Exa. esquece tudo que V. Exa. falou e incorporou no texto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Gente, isso não existe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, existe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Como é que ele vai esquecer uma coisa que ele já fez, está registrado nos anais da CCJ.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Deixem o Relator se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Existe, porque o que está disponibilizado é o relatório dele principal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pelo amor de Deus!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Senador Marcos do Val, V. Exa. tenha serenidade, decida isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto, Senador Fabiano, só para a gente registrar ...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Se for para depois do Carnaval...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só para a gente registrar e dar a César o que é de César...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... mas não retire o que já foi um avanço não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O parecer que está disponibilizado é o parecer de V. Exa., é o texto integral da Câmara. Nós estamos aqui e, antes de começar na discussão da leitura do seu parecer, eu dei a palavra para nove Senadores, que falaram sobre esse assunto sem estar em discussão. Então, nós estamos aqui num debate ampliado, numa audiência pública, no momento de numa votação numa matéria em que eu, sensível à causa e tentando buscar o entendimento, dei a palavra para nove Senadores que se manifestaram, sem começar a discussão.

Então, eu devolvo a palavra para V. Exa. e acho que, pelas ponderações que V. Exa. fez, a gente já cumpriria o Regimento, V. Exa. adequaria muitas coisas que V. Exa. mesmo entendeu, porque V. Exa. falou aqui que estava melhorando o projeto, e a gente colocaria para votar na outra reunião; sem mais discussão, nós vamos deliberar sobre a matéria.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se me permite...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A segunda opção, Presidente... Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – ... dar uma contribuição para o Relator. Sr. Presidente, Sr. Relator, eu quero dar uma contribuição para a gente construir aqui um bom acordo.

Há uma desconfiança clara – e eu conversei com alguns Senadores aqui que são contrários ao projeto – de que, lá na Câmara, ele pode não ser seguido, e tinha-se pedido alguns dias. Se o nosso Relator mantiver as mudanças e for dado esse pedido de vistas, nós poderíamos combinar... Já que a sessão da CCJ é numa quarta-feira, a gente poderia combinar já na terça, um dia antes, que antecede essa sessão aqui, para irmos, em comissão, à Câmara, fazer essa conversa com os Líderes e com o Presidente Arthur Lira e já tentar fazer o entendimento deste acordo do texto que V. Exa. está, competentemente, melhorando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito bem, Senador.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – E com isso a gente entra num entendimento e faz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Aí a gente começa a caminhar para um acordo. Aí é diferente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Espetacular, espetacular.

O SR. WEVERTON (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Aí a gente vai juntos lá. Não tem problema não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Bom, quero deixar claro para todos que, principalmente dentro de um projeto que gera tanta polêmica, nós precisamos ter um equilíbrio nas decisões.

Eu acato o pedido de vista, peço até que os meus parceiros possam me ajudar a contribuir sobre essas questões... (*Palmas.*)

Agradeço, agradeço.

E acato também a grande sugestão do Weverton de a gente seguir para a Câmara dos Deputados e conversar com o Arthur Lira para que possa manter o relatório feito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Muito obrigado, Marcos. Senador Marcos, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixa eu fazer...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Parabéns, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Parabéns, Senador Marcos do Val!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fabiano, Senadora Eliziane, Senador Zequinha, Senador Girão, Senador Paulo Rocha, todos os nossos 27 Senadores, deixem-me fazer um pedido aqui, porque nós estamos, regimentalmente, mas mesmo assim nós estamos protelando a deliberação desse assunto. Eu queria pedir a todo mundo que a gente possa estar aqui na reunião que nós formos deliberar sobre esse assunto, que a gente novamente não faça tudo o que nós fizemos aqui pela quarta ou quinta vez. Que a gente possa colocar na pauta, que cada um faça a sua fala pelo tempo regimental, e a gente delibere a matéria, porque é exaustivo para todo mundo. Eu tenho certeza absoluta de que todos aqueles que vão conhecer agora o texto com as alterações talvez até se convençam de que o projeto foi aperfeiçoado e acompanhem o relatório do Senador Marcos do Val. Que a gente não precise deliberar, que a gente não precise fazer uma votação nominal!

Eu me comprometo, Senador Marcos do Val e Senador Girão, a registrar no microfone aqueles que forem contrários a esse novo relatório apresentado, a que foi concedida vista coletiva, mas que a gente possa, de maneira muito respeitosa, deliberar sobre a matéria na próxima reunião, lógico e evidente, garantindo todas as prerrogativas constitucionais de cada Senador da República que faz parte desta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Claro.

Sr. Presidente, só para parabenizar o senhor pela mediação republicana, parabenizar o Relator, que se debruçou durante todo esse tempo e tem tido muita paciência para conseguirmos chegar ao caminho, deixando claro que essa sugestão do Senador Weverton é uma sugestão que atende, porque nós vamos, terça-feira, juntos, logo após o Carnaval, à Câmara dos Deputados, segundo a sugestão do Senador Weverton, para tentarmos construir um acordo, para que essas eventuais mudanças que a gente vai fazer aqui possam ser aceitas pelas Lideranças lá, porque a gente já viu muitas vezes nós deliberarmos aqui e chegar à Câmara e eles tirarem tudo.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tiram tudo!

Então, eu acredito que essa sugestão do Senador Weverton foi uma sugestão que joga luz sobre esse debate, que vai tornar maduro o projeto. Quem sabe possamos ter até unanimidade, mas que se garantam os pré-requisitos para votações aqui nominais e tudo como a gente pode?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.

Eu só precisava...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só... Eu queria atenção. Eu queria pedir atenção dos Senadores porque o Relator deseja fazer uma manifestação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – É que eu precisava fazer a leitura do voto e das emendas que foram rejeitadas e acatadas, para que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Já foi apresentado. Está no sistema, já. O relatório...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Para que da próxima vez não possa ser feito o pedido de vista novamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não. O relatório que está apresentado, Excelência, é favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 1 a 54. V. Exa. rejeitou todas. Agora que V. Exa. oralmente pretendeu fazer correções no relatório.

Com o pedido de vista, a assessoria de V. Exa. e V. Exa. vão encaminhar todas essas alterações para esse pedido de vista, e, quando nós voltarmos, nós vamos voltar com esse novo relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está certo, Prof. Fabiano Contarato, meu professor de Direito Constitucional?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Presidente. Cada dia aprendo mais com V. Exa., com serenidade, equilíbrio, coerência, mas sempre buscando um acordo comum.

E do Marcos do Val nós temos que reconhecer o trabalho, a dignidade. Ele sabe que as ponderações e as contribuições que nós estamos fazendo são no sentido de proteger ainda mais a sociedade. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, Sr. Presidente, eu só queria fazer...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... liberando a Senadora Eliziane das críticas ao Marcos do Val. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Apenas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Porque V. Exa. saiu daqui, foi o "costas-largas" aqui, porque ela mirava em V. Exa. no Plenário, na Comissão, e falava ao Marcos do Val. Coitado, sofreu tanto! (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas foi uma luta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Foi.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, fazer aqui um registro de reconhecimento do trabalho do Senador Marcos do Val na relatoria desse projeto.

Eu gostaria que essa matéria fosse votada hoje, que a gente tivesse uma deliberação na CCJ, mas num colegiado o entendimento é sempre o melhor caminho. A matéria realmente está discutida à exaustão há muito tempo, mas o texto que ele apresentou é um texto que, de certa forma, é mais restritivo do que o texto que saiu da Câmara dos Deputados, mas isso é fruto do ambiente de entendimento, de compreensão dos desejos, das demandas dos Senadores aqui. Aconteceram algumas modificações, eu até fiz aqui pedido, de Plenário, para que ele acatasse essas emendas e isso não ensejaria um novo pedido de vista, mas ele apresentou uma emenda também como Relator. De sorte que acabou ensejando o apelo para nova vista.

Mas essa é uma matéria importante, isso vai dar segurança jurídica, previsibilidade, é o fim do vai e vem de decretos, resoluções, portarias e decisões liminares, decisões monocráticas liminares dos tribunais, sabe? O Brasil hoje tem o esporte do tiro profissionalizado no Brasil inteiro, via o alerta que fez aqui o Senador Marcos do Val com relação às exceções que querem colocar como regra. Não é isso, não é isso. Os CACs são profissionais, são pessoas preparadas, pessoas decentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria cumprimentar o Senador Marcos do Val pelo brilhante relatório e também por esse acordo costurado por ele e por V. Exa., para que nós pudéssemos deliberar essa matéria dentro do ambiente de maior consenso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Na reunião da semana em que nós fomos fazer o item único da pauta da reforma tributária, nós vamos fazer uma sessão extraordinária no outro dia para definir esse projeto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Porque aí dá tempo de irmos à Câmara dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... como ficou acordado aqui para podermos deliberar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vai dar tudo certo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeito, Presidente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Se a sessão da Comissão for numa quarta-feira para deliberarmos a PEC 110, a gente marca uma extraordinária na quinta, bota vários itens na pauta, este aqui vira o primeiro, e a gente delibera sobre ele.

E item 4 da pauta.

Muito obrigado, Senador Marcos do Val pela...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... compreensão de V. Exa. e também por aguentar as críticas feitas ao Senador Marcos Rogério, que são todas, logicamente, infundadas, mas que V. Exa. recolheu com a humildade que lhe é peculiar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1334, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e o art. 32 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a atenção à saúde de condutores reincidentes em infrações de trânsito oriundas do uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência entre as destinações da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O autor do projeto é S. Exa. o Senador Styvenson Valentim; o Relator da matéria é S. Exa. Senador – meu delegado – Fabiano Contarato.

A matéria também será apreciada, por determinação da Secretaria-Geral da Mesa, pela Comissão de Assuntos Econômicos. E, lá, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar ser bem breve na leitura.

Passo direto para a análise.

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 22, XI, a competência da União para legislar, com exclusividade, sobre trânsito e transporte. Desse modo, no que se refere à constitucionalidade do projeto, sob o aspecto formal, não se faz presente qualquer ofensa à Constituição, tendo sido observados todos os preceitos constitucionais relativos ao processo legislativo constante dos arts. 59 a 69 da Lei Maior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da juridicidade, o PLS corretamente busca alterar o compêndio legal sobre o tema, em vez de produzir lei esparsa. Ademais, não se conflita com nenhuma outra legislação vigente.

Sob o ponto de vista da constitucionalidade material, o projeto merece reparos. Embora não padeça de vícios de iniciativa, a criação, por meio de lei federal, de vinculação de receitas pertencentes aos estados-membros, Distrito Federal e municípios a determinadas despesas a serem executadas por eles mesmos configura intromissão indevida na autonomia dos entes subnacionais assegurada pelo art. 18 da Constituição Federal.

No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.689, em 12 de março de 2003, o STF declarou inconstitucional dispositivo da Constituição do Estado de Pernambuco que criava vinculação orçamentária aos seus municípios para a execução de programas de assistência integral à criança e ao adolescente.

Outro impedimento que podemos apontar ao projeto sob análise refere-se às restrições que este impõe à utilização desses recursos no âmbito do SUS, pois determina que eles sejam aplicados apenas “à saúde de condutores reincidentes em infrações de trânsito oriundas do uso de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência”. Isso não é adequado, porque o SUS tem por princípio o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde (art. 196 da Constituição Federal). A presente proposta cria privilégio aplicável apenas aos condutores de veículos sob efeito de drogas, que teriam financiamento específico para, entre aspas, “atenção à saúde”, em detrimento, por exemplo, das vítimas de acidentes causados por pessoas alcoolizadas.

Para retirar as impropriedades e inconstitucionalidades presentes no projeto, apresentamos emenda que transfere parte dos recursos provenientes das multas de trânsito para o Fundo Nacional de Saúde (FNS), sem, no entanto, especificar a aplicação desses recursos. O FNS não possui mecanismo que comporte destinações específicas quanto aos recursos de saúde por ele transferidos. Incumbe ao gestor de saúde de cada esfera de governo e os respectivos orçamentos alocar recursos em sua rede de serviços de acordo com as prioridades locais e com as particularidades de cada região.

Não é adequado, também, estabelecer percentuais de alocação dos recursos das multas, da forma como propõe o autor, porque interfere diretamente na autonomia do órgão executivo de trânsito. Cabe a este definir onde aplicar os recursos, de acordo com a realidade de cada local, respeitadas as limitações impostas pelo art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro. Por isso, apresentamos emenda para definir apenas o percentual que caberá ao FNS, que julgamos adequado não ultrapassar o limite de 10%, sob pena de comprometer a política de sinalização, engenharia de tráfego, policiamento, fiscalização e educação no trânsito.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do projeto de lei com as emendas aqui apresentadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

Quero, aqui, parabenizar a iniciativa do Senador Styvenson Valentim, que, durante a sua vida profissional, também atuou na ponta, nos crimes de trânsito.

Hoje o Brasil é o país que ocupa a primeira colocação em nível mundial em mortes no trânsito: são mais de 40 mil pessoas que morrem todos os anos vítimas de acidentes de trânsito. O custo desses acidentes ultrapassa R\$200 bilhões por ano, e, infelizmente, a única condenada, em matéria de trânsito, é a família da vítima, que sofre pela dor da perda e pela certeza da impunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço o apoio dos colegas para a aprovação do projeto com as emendas que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Colocamos em discussão a matéria.

Como Senadora inscrita, eu concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, que está inscrita virtualmente. *(Pausa.)*

Senadora Simone Tebet. *(Pausa.)*

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria, e, não havendo, nós vamos encerrar a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fabiano Contarato.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Há uma matéria para votação em turno suplementar de um substitutivo que nós vamos colocar em votação.

ITEM 10

TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2018

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que os micro-ônibus e ônibus empregados nos serviços de transporte público possuam botão de pânico.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Observações:

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Em 19 de fevereiro de 2020, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 242, de 2018, ora submetido a turno suplementar, nos termos do disposto no art. 232, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Colocamos em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, nós vamos encerrar a discussão.

Não foram oferecidas emendas.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem a votação, conforme o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Muito obrigado, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só quero agradecer a V. Exa., que mais uma vez demonstra comprometimento com a República Federativa do Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E volto aqui a destacar a participação do meu querido Marcos do Val, que sabe que todas as contribuições que nós temos feito são para tentar aprimorar o texto, para garantir aquilo que eu reputo mais importante, que é a preservação da vida humana. Nós sabemos como ocorrem disparos de armas de fogo, e toda cautela aqui é pouca para preservar esse principal bem do direito.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fabiano.

Eu novamente quero registrar, Senador Marcos do Val, o carinho que tenho por V. Exa.; agradecer, de fato, a V. Exa. pela construção desse entendimento; e parabenizar, naturalmente, todos os Senadores aqui nas pessoas do Senador Esperidião Amin e do nosso delegado Senador Fabiano Contarato, porque acho que a sensibilidade e a humildade de reconhecer o aperfeiçoamento de um projeto dessa natureza também são fundamentais.

Parabéns, Senador Marcos do Val! Parabéns, Senador Esperidião Amin, que nos ajudou a construir esse entendimento!

Meu muito obrigado a todos os assessores, colaboradores e servidores do Senado Federal nas pessoas dos secretários e dos servidores da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Concedo a palavra ao nosso Governador Esperidião Amin.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Peço licença para me retirar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, você tem que pedir direito de resposta diante do que vou dizer!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então é melhor ficar!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Você vai pedir direito de resposta!

Presidente, eu quero é me congratular com V. Exa., com a estreia do Senador Lucas Barreto, que certamente colocou mais energia para as nossas decisões, pelo trabalho parlamentar que foi feito aqui, trabalho de busca de consenso, de aceitação da opinião diferente da nossa.

E eu queria, para concluir, agradecer ao Presidente por ter cumprido o compromisso de deliberarmos hoje sem prejuízo da leitura do importantíssimo relatório do Senador Roberto Rocha sobre a reforma tributária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, em nome especialmente do modelo de Santa Catarina, de CACs, de armas sob controle, com razoável clima de segurança, quero dizer que esse projeto de lei, voltando para a Câmara com os aperfeiçoamentos feitos aqui, resgata um compromisso nosso, Presidente, que pouca gente mencionou e eu quero deixar ao final.

Na origem... O que aconteceu em maio de 2019? Foram editados decretos que abrangiam tanto posse quanto porte de armas, e foi num acordo que o Presidente da República mandou esse projeto de lei. É uma pena que, por causa de pandemia, de uma série de atropelos, só hoje as duas Casas já tenham se pronunciado. Mas, vejam bem, para reparar aquilo que o Senado considerou um excesso, projeto de decreto legislativo e tudo mais... O senhor era o Presidente do Senado, está lembrado? Veio aqui o Ministro Onyx Lorenzoni quando ainda Chefe da Casa Civil. Foi para reparar isso que, em acordo, o Governo mandou esse projeto de lei, numa tentativa de conciliação com o Parlamento. Essa é a origem desse projeto. Isso poucos resgataram.

Então, eu quero dizer que nós cumprimos o nosso dever. Se houve retardamento, não faltam razões, mas eu acho que o Parlamento enriqueceu.

E, em nome desse modelo catarinense especialmente dos CACs, eu quero cumprimentar V. Exa., o Relator e todos aqueles que, divergindo ou convergindo, permitiram essa construção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, novamente.

Eu queria agradecer a todos os nossos Senadores que estão aqui remotamente – Senador Luis Carlos Heinze, Senador Paulo Paim, Senador Jean Paul, Senador Rogério Carvalho, Senador Mecias de Jesus, Senadora Rose de Freitas – e a todos que participaram deste debate – Senadora Mara Gabrilli, Senador Chiquinho Feitosa, Senador Jorge Kajuru, com quem falei ao telefone e que está nos acompanhando, Senador Plínio Valério, Senadora Soraya Thronicke, Senador Cid Gomes, Senador Alessandro Vieira, Senador Telmário Mota, Senador Vanderlan, Senador Alexandre Silveira, enfim, Senador Renan Calheiros, Senador Giordano. Eu queria agradecer a todos os 27 Senadores, tanto titulares como suplentes, que participaram até agora. São 13h05. Estão todos aqui participando da nossa reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Muito obrigado.

Nada mais havendo tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia nove de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Lucas Barreto, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Simone Tebet, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Plínio Valério, Marcio Bittar, Lasier Martins, Omar Aziz, Otto Alencar, Carlos Viana, Carlos Fávaro, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Humberto Costa, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Alexandre Silveira, Vanderlan Cardoso e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3723, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Favorável à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, à aprovação do PL nº 3.723, de 2019, com a emenda de relator apresentada a seguir, restando acolhidas integralmente as Emendas nºs 03, 04, 36, 39, 55, 56 e 57; acolhidas parcialmente as Emendas nºs 38, 45 e 53, ficando rejeitadas as modificações que estas pretendiam fazer no § 1º do art. 6º Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e rejeitadas as demais emendas. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **Observação:** Aprovado Recurso da Senadora Eliziane Gama contra decisão da Presidência que negava novo pedido de vista. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2494, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual." **Autoria:** Senadora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação da matéria. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 1822, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 4840, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para autorizar a utilização de escritura pública para abertura, registro e publicação de testamento, bem como para inventário e partilha, mesmo quando houver incapaz." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Susta a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que “Estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores”." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Lucas Barreto

Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/09>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras e senhores!

Havendo número regimental, declaro aberta a reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 7.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de que os Senadores possam votar qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital. *(Pausa.)*

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3.723, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: favorável à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, à aprovação do PL nº 3.723, de 2019, com a emenda de relator apresentada a seguir, restando acolhidas integralmente as Emendas nºs 03, 04, 36, 39, 55, 56 e 57; acolhidas parcialmente as Emendas nºs 38, 45 e 53, ficando rejeitadas as modificações que estas pretendiam fazer no §1º do art. 6º Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e rejeitadas as demais emendas.

Observações:

- foram recebidas 96 emendas até o momento;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- foram retiradas pelos respectivos autores as Emendas nºs 2, 8 e 37;

- em 23/02/2022, foram concedidas vistas, nos termos regimentais.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Observações:

- em 14/12/2021, foi realizada audiência pública para instruir a matéria;

- foram recebidas 96 emendas, Emendas 51, 59 a 96, dependentes de relatório;

- foram retiradas pelos respectivos autores as Emendas nºs 2, 8 e 37;

- em 23/02/2022, os Senadores Fabiano Contarato e Randolfe Rodrigues apresentaram votos em separado, ambos contrários ao projeto;

- na reunião ordinária do dia 23/02/2022, foi concedida vista.

Concedo a palavra ao Exmo. Senador Marcos do Val, para proferir o relatório sobre as emendas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Presidente.

Eu vou fazer aqui o meu complemento do relatório.

Recebemos uma quantidade bem expressiva de sugestões dos companheiros. Tentamos acatar o máximo, para ser um projeto bem equilibrado, sem radicalismo, mas que pudesse já ter efetividade para que possamos ter essa segurança jurídica que se faz necessária. Então, eu vou dar início.

Este relatório complementa o que foi apresentado em 24/02/2022 perante esta Comissão. Naquela oportunidade, foram analisados o texto do Projeto de Lei nº 3.723, de 2019, e as Emendas nºs 01 a 57, tendo o relatório concluído pela aprovação do PL com uma emenda de Relator, restando acolhidas integralmente as Emendas nºs 3, 4, 36, 39, 55, 56 e 57; acolhidas parcialmente as Emendas nºs 38, 45 e 53, ficando rejeitadas as modificações que essas pretendiam fazer no §1º do art. 6º Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e rejeitadas as demais emendas. Serão agora analisadas as Emendas nºs 59 a 96, apresentadas posteriormente.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 59, da Senadora Rose de Freitas, pretende conceder posse de arma para agentes socioeducativos, ponto em que deve ser aprovada, e para outras categorias previstas em regulamento, ponto em que deve ser rejeitada. As demais alterações dos arts. 11, 27 e 28 devem ser rejeitadas.

A Emenda nº 60, do Senador Sérgio Petecão, propõe conceder porte de arma para os Defensores Públicos e merece ser aprovada.

A Emenda nº 61, do Senador Roberto Rocha, assim como a Emenda nº 59, também sugere conferir o porte de arma aos agentes socioeducativos com diversas prerrogativas. A emenda deve ser aprovada apenas quanto ao inciso XII do *caput* do art. 6º e rejeitada quanto aos §§1º e 2º do art. 6º e aos arts. 11 e 28.

A Emenda nº 62, do Senador Luis Carlos Heinze, concede porte de arma aos policiais das Assembleias Legislativas e deve ser acolhida.

A Emenda nº 63, da Senadora Rose de Freitas, é parcialmente igual à Emenda nº 58, de sua autoria, e deve ser rejeitada pelo mesmo motivo.

A Emenda nº 64, do Senador Esperidião Amin, assim como a Emenda nº 06, visa manter o registro das armas de fogo obsoletas e também merece ser rejeitada, porque é improvável que uma arma obsoleta seja utilizada para cometer crimes porque não devemos...

Presidente, eu só pediria um pouquinho de silêncio, porque, além de me atrapalhar aqui a leitura, também...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu queria pedir compreensão aos que estão no Plenário para que façam silêncio para que a gente possa ouvir o Senador Marcos do Val. Esse é o único pedido de silêncio que eu irei fazer.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente.

A Emenda nº 64, do Senador Esperidião Amin, assim como a Emenda nº 6, visa manter o registro das armas de fogo obsoletas e também merece ser rejeitada porque é improvável que uma arma obsoleta seja utilizada para cometer crimes, porque não devemos desperdiçar tempo, dinheiro e esforços com registro de armas ultrapassadas ou inservíveis, porque não devemos dificultar a vida de quem tem armas obsoletas, como colecionadores, e porque comungamos do entendimento da Câmara dos Deputados sobre essa questão.

A Emenda nº 65, do Senador Esperidião Amin, estende o direito de ser CACs aos estrangeiros residentes no país e merece ser aceita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 66, do Senador Esperidião Amin, apenas dispõe que o instrutor ou examinador de tiro deverá ser registrado e não cadastrado junto ao Comando do Exército e deve ser acolhida.

A Emenda nº 67, do Senador Esperidião Amin, assim como a Emenda nº 11, é contra o Exército incentivar o tiro desportivo e deve ser rejeitada, porque, como já sabemos, o tiro é um esporte que já nos trouxe muitas medalhas olímpicas, e o Exército é um apoiador de várias modalidades desportivas.

A Emenda nº 68, do Senador Esperidião Amin, pretende eliminar a autorização prévia do Exército para alterações nos dados dos Certificados de Registro (CR) para alienação ou alteração de área perigosa para arrendamento de estabelecimento empresarial, fábricas ou comércio e para arrendamento de equipamentos fixos ou móveis de bombeamento. Somos pela rejeição para que o Exército continue fiscalizando o controle, controlando esses fatos.

A Emenda nº 69, do Senador Esperidião Amin, torna obrigatória a emissão do Certificado de Registro de Arma de Fogo (Craf) para os acervos de colecionadores, com o que concordamos.

A Emenda nº 70, do Senador Esperidião Amin, propõe aumentar de 30 para 40 anos a idade mínima das armas longas automáticas passíveis de colecionamento. Não concordamos com a alteração porque o prazo de 30 anos é bastante razoável.

A Emenda nº 71, do Senador Esperidião Amin, veda o uso de armas de fogo institucionais para a prática de tiro desportivo e deve ser aprovada.

A Emenda nº 72, do Senador Esperidião Amin, deseja impedir que os CACs possam requerer o cancelamento da autorização de importação perante o Comando do Exército a qualquer tempo sob o argumento de que o cancelamento poderia causar prejuízo ao importador. Sugerimos a rejeição porque o CAC é um consumidor nessa relação e, se houver algum problema, a obrigação pode se resolver em perdas e danos.

A Emenda nº 73, do Senador Plínio Valério, concede porte de arma aos oficiais de Justiça e aos oficiais do Ministério Público e, tendo em vista os perigos enfrentados por esses servidores, deve ser aceita.

A Emenda nº 74, do Senador Lucas Barreto, concede porte de armas para os peritos oficiais de natureza criminal dos estados e do Distrito Federal, dispensando-os dos requisitos para aquisição de arma de fogo de uso permitido. A emenda deve ser aprovada parcialmente, concordamos com o porte, mas não com a dispensa dos requisitos.

A Emenda nº 75, do Senador Lucas Barreto, outorga porte de arma aos agentes de trânsito dos estados, Distrito Federal e municípios e deve ser acolhida, já que há risco no exercício desse trabalho público. Vale lembrar que as Emendas nºs 38, 45 e 53, parcialmente aprovadas, estendem o porte de arma aos agentes de trânsito em geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 76, do Senador Lucas Barreto, confere porte de arma aos Defensores Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal, dados os riscos dessa função pública. Deve ser aceita.

A Emenda nº 77, da Senadora Simone Tebet, altera a redação do art. 21-B, mas acaba dizendo o mesmo, não tendo efeito prático, além de estar prejudicada pelo acolhimento da Emenda nº 65, motivos pelos quais não deve prosperar.

A Emenda nº 78, do Senador Marcos Rogério, dá porte de arma para membros do Congresso Nacional, com o que concordamos, mas confere inúmeras prerrogativas a esse porte e ao dos policiais legislativos, a par de, nesses casos, transferir diversas competências do Exército e da Polícia Federal para Casas Legislativas, do que discordamos. O argumento de que as regras desses portes de arma devem ser definidas pelo Poder Legislativo por conta da separação entre os Poderes não procede, porque os portes de armas por membros da magistratura e do Ministério Público se submetem às regras gerais. Logo, a emenda deve ser aprovada parcialmente.

A Emenda nº 79, do Senador Marcos Rogério, elimina a exigência do prazo de cinco anos para que se autorize que atirador adquira ou transfira arma longa semiautomática. Concordamos com a emenda porque esse prazo impede que atiradores iniciantes participem de categorias de tiro de precisão.

A Emenda nº 80, do Senador Lucas Barreto, torna objetivos os requisitos para aquisição de arma de fogo de uso permitido, merecendo ser aprovada.

A Emenda nº 81, do Senador Jorginho Mello, faz várias modificações. Em primeiro lugar, suprime a vedação da prática do tiro desportivo por pessoas não registradas perante o Comando do Exército, porque ela impede que um não atirador possa experimentar e conhecer o esporte de um clube de tiro com arma da entidade. Em segundo lugar, permite que alguém que responde a processo criminal ou inquérito policial possa emitir e revalidar o CR, ponto que deve ser rejeitado. Em terceiro lugar, remove a limitação de que a recarga se restrinja ao lote de fabricação da munição adquirida pelo atirador ou caçador, isso porque, por exemplo, após um treino ou uma competição com vários atiradores, é inviável recolher e separar os estojos por lote. Em quarto lugar, retira a obrigatoriedade de vinculação à entidade esportiva para a prática de tiro desportivo, porque o esporte é direito individual e nenhum outro esporte obriga tal filiação. Em quinto lugar, permite a aquisição de aparelhos de mira que hoje não são produtos controlados. Em último lugar, permite o ingresso de novos caçadores na atividade de manejo com utilização de armas semiautomáticas. Por tudo isso, a Emenda 81 deve ser aprovada parcialmente.

A Emenda 82, do Senador Roberto Rocha, concede porte de arma às autoridades estaduais e distritais, e deve ser acolhida. Só corrigindo: auditores. A Emenda 82 – repetindo –, do Roberto Rocha, concede porte de arma aos auditores estaduais e distritais, e deve ser acolhida.

A Emenda nº 83, do Senador Telmário Mota, apenas atualiza a nomenclatura dos servidores da Abin e do GSI, que podem portar arma, e deve ser aceita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda 84, do Senador Telmário Mota, sugere que, no Sigma ou no Sinarm, os servidores da Abin sejam identificados pela matrícula, e não pelo nome, protegendo sua identidade, razão por que deve ser aprovada.

A Emenda 85, do Senador Telmário Mota, dispensa os servidores da Abin e do GSI de comprovarem a capacitação técnica e a aptidão psicológica para portar arma de fogo, já que elas são implícitas e inerentes. Por isso, a emenda deve ser acolhida.

A Emenda nº 86, do Senador Lucas Barreto, dispõe que o registro de arma de fogo garante sua propriedade, devendo, portanto, ser aceita.

A Emenda 87, do Senador Lasier, confere porte de arma aos advogados públicos da União, dos estados e do Distrito Federal, e deve ser aprovada.

As Emendas nº 87, do Senador Lasier Martins, e nº 89, do Senador Jorginho Mello, conferem porte de arma aos advogados públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e devem ser aprovadas.

A Emenda nº 88, do Senador Alessandro Vieira, faz várias supressões e modificações que não devem ser acolhidas.

A Emenda nº 90, da Senadora Daniella Ribeiro, concede porte para oficiais de justiça com várias prerrogativas, mas deve ser acatada parcialmente, apenas para incluir no inciso do *caput* do art. 6º.

A Emenda nº 91, do Senador Randolfe Rodrigues, suprime o art. 21-B, e deve ser rejeitada porque o tiro esportivo deu ao Brasil a primeira medalha de ouro olímpica, sendo razoável que a sua prática seja direito do cidadão.

A Emenda nº 92, do Senador Randolfe Rodrigues, altera os limites máximos do número de armas e deve ser rejeitada, porque as quantidades propostas no projeto são razoáveis e a expressão "mínimo" já foi suprimida, conforme emenda do Relator.

A Emenda 93, do Senador Randolfe Rodrigues, esvazia o porte de trânsito e deve ser rejeitada, porque o porte de trânsito está previsto no art. 24 do Estatuto do Desarmamento desde 2003, o projeto apenas estabelece o modo de exercício do direito.

Voto. (*Pausa.*)

Temos mais uma emenda chegando... (*Pausa.*)

Dê-se a seguinte redação ao art. 21-G, introduzido pelo Projeto de Lei nº 3.723, de 2019, à Lei nº 10.628, de 22 de dezembro de 2003:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Art. 21-G A autorização para transporte das armas de fogo dos atiradores esportivos e dos caçadores, das respectivas munições e dos respectivos acessórios é inerente às atividades descritas e será gravada no Craf da arma com a inscrição AUTORIZADO O TRANSPORTE.

§ 1º Os atiradores e os caçadores poderão transportar 1 (uma) arma de fogo curta (pistola ou revólver), em condição de pronto uso, durante o trajeto entre o local de guarda do acervo e os locais de treinamento, de prova, de competição, ou de manutenção, de caça ou de abate, assegurado o direito de retorno ao local de guarda do acervo.

§ 2º O Craf emitido antes da publicação desta Lei permanecerá válido até o fim da sua vigência, sendo considerada atendida a determinação do caput deste artigo.”

Justificação.

Sugere-se a presente emenda para melhor definir o alcance do chamado ‘porte de trânsito’ de caçadores e atiradores, determinando-se que ele alcançará apenas o período e o trajeto entre o local de guarda do acervo e os locais de treinamento, prova, competição, manutenção, caça e abate, onde as armas serão efetivamente utilizadas.

Sugere-se a presente emenda para melhor definir o alcance do chamado porte de trânsito de caçadores e atiradores, determinando-se que ele alcançará apenas o período e o trajeto entre o local de guarda do acervo e os locais de treinamento, prova, competição, manutenção, caça e abate onde as armas serão efetivamente utilizadas.

Por essas razões, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Essa emenda é do Senador Fabiano Contarato. *(Pausa.)*

Bom, eu só preciso fazer um esclarecimento. Na leitura dessa emenda do Senador Fabiano Contarato, em que ele pede para que os pares aprovelem essa emenda, eu só tenho uma questão a colocar: quando você determina o local de ida e volta para todos que trabalham na segurança, a dica que a gente sempre dá, seja a um cidadão comum ou a cidadão de posse, é que ele nunca repita o mesmo trajeto, porque há uma grande possibilidade de sequestro, de assalto, de estudo do trajeto dele. Então, a gente sempre recomenda – e não estou falando de CACs, estou falando de cidadão normal – que, quando for para a sua casa, ele sempre faça uma rota alternativa para não dar aos assaltantes, aos criminosos a possibilidade de fazer uma abordagem a esse cidadão.

Então, com esse pedido do meu querido Senador Fabiano Contarato, ele faz com que o atirador, o CAC, o colecionador e caçador, sempre repita o mesmo trajeto. Como ele está com acervo de armamento, repetir o mesmo trajeto... Se nem para a sociedade comum a gente indica essa possibilidade, a gente desconstrói isso, colocar isso para os atiradores é dar a possibilidade, a grande chance de ser feita uma interdição na rota que ele é obrigado a fazer sempre, e pode ser perdido todo o seu acervo e esse acervo, aí sim, ir para a mão de criminosos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu rejeito o pedido do meu querido Senador Fabiano Contarato, mas ele o deixa para que os pares possam também dar suas sugestões.

Até reforçando, como o Senador Contarato pede que os pares possam dar um parecer favorável, eu estou aberto a essa questão, não estou fechado, mas, por trabalhar muitos anos na área da segurança pública, a gente sabe que, se o cidadão repetir o mesmo trajeto, ele pode facilmente ser abordado em um sequestro ou assalto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento, por favor. Dois pontos: primeiro, o teor da emenda apresentada pelo Senador Contarato não obriga ao mesmo trajeto. Correto, Senador?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso. Ele não fala: "mesmo trajeto". Ele fala: "trajeto".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Segundo ponto...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, a forma como você vai independe disso. Aqui não está falando, no §1º: "assegurado o mesmo trajeto". É o trajeto. Agora, se ele vai até o local do treinamento por caminhos diferentes, isso não tem absolutamente nada a ver.

Então, por isso eu acho que, com todo o respeito, o Relator deveria acolher.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Bom, cadê o meu amigo?

Ah, está logo atrás aqui.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você está desarmado, não é? (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pode ficar tranquilo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Amigo, sobre esse esclarecimento, então, não está limitando a rota?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, não. Porque fala aqui, no §1º: "Os atiradores e os caçadores poderão transportar 1 (uma) arma de fogo de curta [...], em condição de pronto uso, durante o trajeto [...]". Ele não fala: "durante o mesmo trajeto". Então, como você vai, o trajeto, se hoje você vai pela avenida A e amanhã você vai pela avenida B, isso é poder discricionário seu. Não está aqui escrito: "mesmo trajeto"; está escrito: "durante o trajeto". Agora, a forma como você vai chegar ao trajeto depende do CAC, obviamente. Por isso que eu não vejo problemas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Acatando, a gente fecha acordo para a votação? (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Vamos melhorar o texto. Eu estou querendo ajudar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Porque a gente está... A gente precisa... Esse é o único ponto do relatório em que eu tinha, claro, na outra sessão aqui, dado a confirmação de que eu tiraria, mas, aí...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eram três pontos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Isso!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Na verdade, você acolheu um e manteve os dois. A rastreabilidade das munições de uso restrito, manteve, que era a revogação do art. 23.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É, nós mantivemos pela questão dos atiradores, porque isso iria acabar com o tiro esportivo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas é isso que estou querendo falar, com todo o respeito requerido. Eram três tópicos do acordo, e não estão contemplados dois deles. E, além disso, aumentou a validade do porte de cinco para dez anos e aumentou sensivelmente o número de categorias de pessoas que terão direito ao porte. Eu acho que isso compromete muito esse projeto de lei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É, isso... Rapidamente, Relator... Pela ordem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe-me só responder ao Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A palavra está com o Relator.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Para uma questão de ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Em que parte da sessão a gente está? Já abriu o debate? Ou está apresentando o relatório ainda?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – É a leitura do relatório pelo Relator, que está esclarecendo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, isso não é esclarecimento. Isso é debate.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Ele esclareceu uma pergunta do Senador Fabiano Contarato.

O senhor tem alguma pergunta a fazer ao Relator?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Estão negociando redação aqui.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe-me só...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – É emenda. É emenda. Estão...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – É emenda. É a forma de falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele está fazendo um novo relatório. Deixe-o ficar à vontade para fazer o novo relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Eu só queria agora fazer uma complementação e dizer o seguinte: o Senador Contarato colocou que ele fez três solicitações e que eu só acatei uma. Então, eu vou deixar claro aqui que nós vamos então... Vou acatar a terceira. Nós acatamos a primeira, que era a autodeclaração. Acatamos essa outra. E, na questão da marcação, nós só tivemos um ponderamento, porque nós fomos questionados pelos atiradores no sentido de que é impossível, durante a prática de tiro, principalmente no tiro dinâmico, você depois ter que catar as cápsulas que ficam na areia e nas britas e separar qual é de um e qual é de outro. Então, é inviável, é algo que iria realmente fazer com que não houvesse mais essa prática de tiro, com que não houvesse mais esse campeonato de tiro. Então, nós só tiramos esse quesito.

Então, eu acato as duas propostas do Senador Contarato.

Agora eu vou ler o voto.

Diante do exposto, somos favoráveis à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, à aprovação do PL nº 3.723, de 2019, com a emenda de Relator apresentada a seguir, restando acolhidas integralmente as Emendas 3, 4, 36, 39, 55, 56, 57, 60, 62, 65, 66, 69, 71, 73, 75, 76, 79, 80 e 82 até 87 e acolhidas parcialmente as Emendas 38, 45, 53, 59, 61, 74, 78 e 81, ficando rejeitadas as modificações que estas pretendiam fazer nos §§1º, 2º, 4º, 8º e 9º do art. 6º; no art. 11; no inciso VIII do §1º do art. 21-D; no art. 27 e no art. 28 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e rejeitadas as demais emendas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) –

EMENDA Nº -CCJ

Acrescente-se o seguinte §7º ao art. 21-C da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, na forma do Projeto de Lei nº 3.723, de 2019:

"Art. 21-C

.....

§ 7º A quantidade de armas autorizadas para o apostilamento de caça ou de tiro esportivo será regulamentada pelo Comando do Exército, assegurada a quantidade de 16 (dezesseis) armas de calibre permitido ou restrito por acervo, das quais 6 (seis) poderão ser de calibre restrito, podendo ser concedidas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso permitido em quantidade superior ao disposto neste parágrafo, a critério do Comando do Exército."

Assim eu finalizo o complemento da relatoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Questão de ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para questão de ordem.) – Como Líder da Bancada do PT.

Sr. Presidente, formulo a questão de ordem na base do art. 132, §1º, do art. 403 e art. 412, inciso XIII...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... art. 413, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

Na sessão realizada no dia 23, de 2022, ocorreu a tentativa de acordo para que o Senador Relator acatasse algumas alterações no projeto, por solicitação de Senadores contrários ao tema, consideradas fundamentais para que ele se torne menos lesivo à sociedade.

O Relator acatou verbalmente as Emendas nºs 17, 42, 47, 55 e 57. No entanto, o parecer protocolado no dia 24 – portanto, no dia seguinte à sessão – não corresponde ao acordo verbalizado, mas ao oposto: rejeita os pedidos de alteração acatados pelo Relator.

As notas taquigráficas demonstram essa quebra do acordo, por exemplo, quanto à hipótese do porte de trânsito ou porte velado, em que caçadores e atiradores podem circular com arma carregada em qualquer lugar – festa, escola, rua –, desde que afirmem estar no trajeto para os locais de treinamento, de prova, de competição, ou de manutenção, de caça ou de abate, considerando trajeto qualquer itinerário realizado, independentemente do horário, assegurado o direito de retorno ao local de guarda do acervo. Essa é uma forma evidente de conceder porte de arma livre.

O Relator concordou em suprimir o dispositivo que trata dessa parte do projeto, como se pode extrair de notas taquigráficas.

O Senador Fabiano Contarato diz:

A minha sugestão da emenda, então, já que V. Exa. tem essa sensibilidade e preocupação, quando os delegados falam "olha, não, a gente tem, dependendo do contexto... o cara estava indo para o casamento...", mas o problema está no §2º. Então, a emenda que eu faço é oral, é supressão do §2º, apenas o §2º, porque ela considera o trajeto, etc., etc., qualquer horário, independente de não sei o quê. Se a gente suprimir o [...] [artigo], resolve o problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi a fala do Senador Contarato naquela ocasião.

Senador Marcos do Val: "O.k. Vou passar para a minha assessoria para poder suprimir o §2º. Aqui eu peço à assessoria para suprimir o §2º".

No entanto, o que consta no parecer do Relator, portanto publicado no dia seguinte sobre o tema, é a rejeição das emendas nos termos:

No que tange à emenda apresentada oralmente pelo Senador Fabiano Contarato, durante a reunião da CCJ realizada em 23/02/2022, nos termos das notas taquigráficas, no sentido de suprimir o §2º do art. 21-G, que define o que se deve considerar por trajeto, para efeito do parágrafo que lhe antecede, consideramos que não merece acolhimento. É que, na verdade, a ideia de não fixação de itinerário e de horário existe como medida de segurança, dado que o estabelecimento de itinerários rígidos deixa o atirador à mercê da atuação de criminosos, que poderão preparar emboscadas no trajeto previamente definido.

Apenas esse ponto muito grave, Sr. Presidente, bastaria para que fique comprovada a ocorrência da quebra do acordo que pudesse possibilitar a votação do projeto. Além disso, o Relator alterou o projeto que veio da Câmara para conceder porte de armas para diversas outras categorias, como membros das procuradorias dos estados, do Distrito Federal, para os agentes de fiscalização ambiental, para os integrantes dos Correios, das carreiras de auditorias da Receita Federal do Brasil, auditoria fiscal, federal, agropecuária, e de auditoria fiscal do trabalho, cargos de auditor fiscal e analista tributário e de auditor fiscal federal agropecuário. Transformou o projeto numa verdadeira liberação geral de armas, com a justificativa de que são funcionários que estão cumprindo tarefas e que é para armamentos civis.

Deste modo, não havendo nenhum acordo cumprido e tratando-se de relatoria nova, não há que se vedar o regimental e legítimo direito de Senadores a nova vista ao projeto, para que possa ser analisado para apresentação das novas emendas e para melhor discussão sobre o novo texto.

Além disso, Sr. Presidente, tem um argumento aí sobre a mesa de que nós queremos eternizar o debate. Ao contrário, o que se está eternizando são as modificações a cada momento. Este relatório que ele fez agora foi uma clara evidência. Estava aceitando inclusive modificações, e a própria assessora, diligente como ela é, estava aqui constantemente fazendo redação, modificando, etc., etc., etc. E este relatório que ele leu agora é diferente daquele que publicou no dia 24.

Portanto, Sr. Presidente, se nós já temos dificuldades, esses que estão presentes, imagina da sessão, que também é virtual, aqueles que estão querendo acompanhar o debate, a discussão sobre essa questão. Por isso, Sr. Presidente, essa é a questão de ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Pela ordem, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu gostaria de falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente. Questão de ordem. Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu queria pedir, Senadora, uma questão de ordem por vez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois é, Semana da Mulher...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Então, vamos ouvir o Relator. Logo em seguida, a palavra estará com a Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quanto à questão do acordo que nós fizemos e, como foi dito pelo Senador, que foi desfeito, foi porque em seguida foi feito o pedido de vista. Então, por conta do pedido de vista, se projeta a espera de emendas de outros Senadores – foi assim que foi feito – e acatamos as emendas dos Senadores após o pedido de vista para complementação do relatório. E quando eu pedi, na solicitação do Senador Contarato, que tirassem o §2º, a nossa equipe se reuniu, entendeu que estaria influenciando o §1º. Aí eu pedi que o consultor legislativo pudesse então fazer uma nota que justificasse esse não cumprimento de acordo. Eu vou ler aqui para vocês, foi o seguinte:

Refere-se à STC 2020/2022, do gabinete do Senador Marcos do Val, sobre a revogação do §2º do art. 21-G proposto para o Estatuto do Desarmamento.

O gabinete do Senador Marcos do Val solicita nota informativa sobre a revogação do §2º do art. 21-G proposto para o Estatuto do Desarmamento.

Em atenção à solicitação, informo que a revogação do §2º do art. 21-G poderia criar uma inaceitável interpretação de que os atiradores e caçadores não teriam direito ao porte de trânsito no retorno ao local de guarda do acervo.

Era o que tinha a informar.

Permaneço à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Consultoria Legislativa, 9 de março de 2022.

Mas o Senador Contarato apresentou uma emenda agora, foi por isso que a minha assessora me entregou, corrigindo esse acordo que nós fizemos e eu acatei. Positivo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Só isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Questão de ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós vamos colocar aqui as coisas de forma muito clara.

O Regimento do Senado Federal e das Comissões têm que ser respeitado e considerado. O que foi que aconteceu na última reunião aqui da CCJ? O Senador Marcos do Val apresentou um relatório admitindo várias emendas, inclusive em debates aqui com o Senador Contarato – o Senador Contarato deu várias contribuições. O Senador Marcos do Val admitiu quase todas e, naquele momento, nós fizemos o pedido de vista porque ele estava alterando o relatório. O que acontece? Ele fez o relatório, a Comissão teve a publicação no *site*, depois retiraram do *site*, e agora o Senador Marcos do Val apresenta um novo relatório mudando.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Foi, Senador. V. Exa. quer que eu lhe apresente os documentos e a publicação do que foi...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deixe-me finalizar minha fala, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero me inscrever, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Garanto a palavra à Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Deixe-me finalizar minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Silêncio, por favor, para que a gente possa ouvir a Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, veja bem, ele apresenta agora um novo relatório, porque o que está fazendo aqui são alterações, muito bem assessorado por sua equipe – na linha do que ele pensa naturalmente. E aí ele, na verdade, está fazendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alteração. Então, há, na verdade, um novo relatório. Ora, aqui não é a gente que está querendo fazer pedido de vista sobre vista, não. Ele mesmo está nos dando as condições para a gente pedir nova vista.

Então, Presidente, se eu tenho um novo relatório hoje, diferente do relatório da vez passada, que ele publicou, depois retirou e agora apresenta um novo, a gente precisa da publicação para que a gente possa ler.

Nesse sentido, Presidente, eu encaminho pedido de vista desse relatório, considerando os critérios regimentais acima de 24 horas, porque não há pedido de urgência, para que a gente possa ter conhecimento do relatório, possa proceder às alterações que são necessárias e seguirmos para uma nova votação. Portanto, Presidente, eu quero a resposta da Mesa acerca do meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora Eliziane: "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agora sou eu que estou com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Até o encerramento da discussão poderão ser apresentadas emendas, senão a matéria nunca terá fim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Então, todas as modificações do Relator...

A senhora quer falar? Eu permito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, pode...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Todas as modificações do Relator foram produto de emendas pelos membros desta Comissão. Isso não sustenta novo pedido de vista. Então, negado o pedido de vista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, veja bem, V. Exa. está se referindo ao mesmo relatório, não pode haver pedido de vista *ad aeternum*, é fato.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora, houve um acordo e um pedido de vista lá para ter um relatório hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Acordo com quem que teve? Não houve acordo, não, Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não houve acordo, não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nunca existiu acordo aqui nesta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Acordo e pedido de vista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, não, não, Presidente. Não houve pedido de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Roberto Rocha, com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu quero recorrer da decisão de V. Exa. para o Plenário desta Comissão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu também pedi.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero recorrer da decisão de V. Exa. ao Plenário desta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – O.k.

Sr. Presidente, peço a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu quero de recorrer da decisão de V. Exa. ao Plenário desta Comissão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa...

Estamos fazendo um pedido de vista em cima de um relatório novo. Não é o relatório da vez passada, porque esse está bem diferente do anterior.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Roberto Rocha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Peço que recorra...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... depois, Senador Rogério Carvalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, estou recorrendo da decisão de V. Exa. ao Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor, inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – No momento oportuno...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem. Então, vou aguardar o momento oportuno de sua resposta e gostaria que fosse colocado em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente...

Por favor, Presidente. Eu gostaria de me inscrever também. Eu havia pedido.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O.k. Depois do Senador Rogério, Senador Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Lucas, Senadores e Senadoras, eu estou aqui acompanhando o debate. Esse projeto é um projeto que já está sendo discutido já há muito tempo aqui. Claro que há quem é a favor e há quem é contra, isso é próprio do processo democrático. Agora, o que não é próprio do processo democrático é não decidir. Há um momento em que se tem que fazer escolhas. Escolha é sinônimo de renúncia. Se você escolheu estar aqui agora, por exemplo, renunciou estar em outro lugar.

Aqui fica claro o seguinte que está no Regimento: quando o Relator altera de vontade dele o relatório, cabe nova vista; quando o Relator altera o relatório acatando emenda de algum Parlamentar, não cabe mais vista. Ora, porque senão nunca mais se votaria nada aqui, porque, para quem é contra, é só apresentar uma nova emenda todas as vezes.

Então, penso que, com todo respeito a quem pensa o contrário, nós temos que cumprir o regimento, e o regimento está bem claro. Art. 132, Sr. Presidente, §1:

Art.

132.

.....

§ 1º – O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no § 4º.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exato, perfeito, perfeito.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Ora, é óbvio, é óbvio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É óbvio o que V. Exa. está falando.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – É óbvio que, quando o relator altera o projeto, o relatório dele – e aqui quase todos, senão todos já foram relatores –, aí cabe nova vista, porque foi ato de vontade do relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E quando ele próprio altera, Senador Roberto Rocha, e quando ele próprio altera? Não, só uma pergunta a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O que não foi o caso, Senadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ele alterou, o Senador Marcos do Val alterou com uma emenda dele. Está aqui, Presidente, eu leio a parte que ele próprio alterou.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, com todo respeito pela semana da mulher...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, o que eu tinha alterado foi no relatório de que se tinha pedido vista.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não houve alteração...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está aqui, Senador Marcos do Val, V. Exa. alterou o seu próprio relatório hoje.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a alteração que houve...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Só um momento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a alteração que houve foi no relatório anterior e, após, foi feito o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Disso nós sabemos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Após o pedido de vista, não houve alteração da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Disso nós sabemos.

Com a palavra o Senador Roberto Rocha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, é clara a tentativa de procrastinação. Eu estava no meu estado e, em compromisso fora agora, vim aqui, como todos os Senadores. A população brasileira tem um custo com isso. Agora, para a gente vir aqui fazer de conta, passando por cima do que é regra, isso nós não podemos admitir. Eu espero que V. Exa. cumpra a regra como Presidente da Comissão. O relator pode alterar o relatório. Neste caso, cabe nova vista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Isso foi feito na sessão anterior. Desta feita, o relator altera em razão de novas emendas. Senão, na próxima sessão, há novas emendas, há nova vista...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas ele alterou agora.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Na sessão seguinte, da mesma forma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o relatório de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Roberto, esse é o entendimento da...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Eu espero que V. Exa. cumpra o regimento.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, deixe-me falar, porque está havendo uma dupla interpretação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Faça a inscrição, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Deixe-me falar; deixe-me falar, por favor. O que eles estão...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu vou tentar esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – V. Exa. vai falar já, já.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só um detalhe...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente. Eu queria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Senadora Simone Tebet, a Senadora Simone Tebet está pedindo há algum tempo questão de ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, o Senador Rogério Carvalho, se puder, Presidente, eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Girão, é uma questão de ordem por vez...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – A questão de ordem da Senadora Simone Tebet...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sim, já está anotado. Só que tinha havido um pedido de questão de ordem do Senador Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu só vou encaminhar a emenda do próprio Senador Marcos do Val e que foi alterada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu quero aqui colocar a minha estranheza de nós termos feito um acordo neste plenário, acordo feito entre todos os Senadores que estavam naquele dia, e acatado pelo relator, e hoje ele traz um relatório novo, cujas alterações acordadas neste plenário, acordos de Senadores, ele desconsiderou e trouxe um novo relatório.

Então, pegando o próprio argumento do Senador Roberto Rocha, eu reitero o pedido de vista, porque ele traz... E em qualquer momento, em qualquer momento quando é dado conhecimento a um novo relatório, cabe ao Plenário um novo pedido de vista. Eu sinto muito que... Da mesma forma que o Senador Roberto Rocha coloca aqui a questão de que não está perdendo tempo... Ninguém aqui está perdendo tempo, e todos aqui estão preocupados com uma coisa muito séria, que é a vida. Todos aqui estão preocupados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que as pessoas tenham o seu lazer, a sua forma de lazer, uma forma de praticar suas atividades esportivas, ninguém está questionando isso, mas isso deve ser feito sob determinadas regras que protejam, acima de tudo, a vida. E foram acordadas aqui proposições que protegem a vida, mas o que nós estamos vendo aqui é a inclusão de várias categorias para terem porte de arma que não estavam no relatório anterior. Portanto, houve mudança, sim, de relatório, e nós estamos reiterando o pedido de vista, porque a qualquer momento, a qualquer momento quando dado conhecimento ao relatório, é possível, sim, pedir vista. Isso é o que está escrito no Regimento desta Casa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós não podemos... E aí, sim, Senador Roberto Rocha, que V. Exa. só presta atenção quando lhe interessa, V. Exa. só presta atenção quando se trata de algo de seu interesse ou do interesse de quem o senhor representa nesta Casa. Nós estamos aqui discutindo uma coisa séria. Houve inclusão de cinco ou seis categorias profissionais nesse relatório de que nós tomamos conhecimento neste momento e, portanto, o pedido de vista é absolutamente regimental.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por isso solicito e reafirmo o pedido de vista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito bem!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E mais, Sr. Presidente: esta Casa precisa seguir um ritual. *Lobby* é daquela porta pra fora, *lobby* aqui dentro... Eu acho inaceitável que Senadores estejam submetidos ao *lobby* dentro do Plenário de uma Comissão como esta.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, artigo 14, porque eu fui citado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Concordo, Senador! Concordo, Senador! E só para lembrar, Presidente: o relatório nem publicado está!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Roberto Rocha com a palavra porque foi citado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tem que citar absolutamente nada, porque a palavra estava comigo e eu tenho total plenitude das minhas faculdades como Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu vou colocar em votação. V. Exa. fique tranquila se a Presidência é contra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Calma!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O Senador Roberto Rocha foi citado. Depois terá a palavra o Senador Marcos do Val.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu só pedi a atenção do Senador Roberto Rocha, eu não o citei, eu só pedi a atenção dele.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Roberto Rocha com a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. precisa conceder a vista, não temos relatório publicado, Senador Lucas!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não concederei a vista. Submeterei à apreciação do Plenário, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não temos relatório publicado, Senador Lucas!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Roberto Rocha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não temos relatório publicado! O que é isso?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu apelo aos colegas para que a gente recupere os nossos ânimos, não é preciso brigarmos uns com os outros. Eu respeito aqui todas as opiniões, quem me conhece aqui sabe disso, eu não tenho aqui adversários. Agora, dizer que eu estou aqui defendendo interesses ilegítimos, fazendo *lobby*... Pelo amor de Deus! Eu peço um mínimo de respeito, um mínimo de respeito.

Eu só quero deliberar. Ninguém nem sabe o meu voto.

Agora, o que eu estou querendo sustentar aqui é a minha posição: a posição de que o Relator fez um relatório; ele alterou o relatório na sessão anterior; por essa razão, coube pedido de vista novo; aí foram apresentadas novas emendas; cabe a ele acatar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O relatório nem sequer está no sistema, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Bom, eu quero saber se eu posso falar. Eu quero saber se eu posso falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O Senador Roberto Rocha com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Então, eu vou ter que começar tudo de novo.

Ora, então, o Relator apresentou um relatório que foi alterado por ele próprio. Nesse caso, cabe novo pedido de vista. Foi feito. Aí foram apresentadas novas emendas. Neste momento ele está dando o parecer sobre as emendas – sobre as emendas –, não é sobre o novo relatório. Relatório a rigor já foi feito na vez passada. Caso contrário... Sr. Presidente, com todo o respeito às opiniões contrárias, nós não estamos aqui discutindo mérito para agredir algum companheiro, nós estamos discutindo aqui procedimento ainda. Caso contrário, é dada vista agora, e aí, na semana que vem, alguém apresenta uma nova emenda. O Relator tem que dar o parecer conclusivo, conclusivo inclusive em relação às emendas. Ora, se ele acata ou rejeita uma emenda, ele tem que justificar aqui. Aí é dado novo pedido de vista? Quer dizer, então nunca vai deliberar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Existe prazo de emenda, Senador Roberto Rocha. Você publica o relatório e você tem prazo de receber emenda.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Alessandro Vieira, com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Não, não. Eu não terminei, Sr. Presidente. Eu quero concluir aqui em um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Depois suspende o prazo, isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Conclua, conclua, Senador.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Eu quero dizer que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Depois você tem um relatório para você votar ou não, destacar ou não uma determinada emenda.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Eu quero dizer o seguinte...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse é o rito normal de Plenário e de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora Eliziane, com todo o respeito que houve a V. Exa., a gente podia determinar, então, meia hora, a senhora falava meia hora, depois a gente voltava à discussão, porque vai ser o único jeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, nós estamos discutindo aqui, neste momento, o quê? Sr. Presidente, nós estamos discutindo aqui o quê? O Regimento, se cabe ou não cabe novo pedido de vista. Eu queria dizer a V. Exa. que já há uma decisão desta Comissão sobre essa matéria no pedido de vista do Senador Veneziano, numa questão de ordem. E eu quero apelar a V. Exa. que tome conhecimento pela Secretaria dessa decisão do Plenário outrora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, a Senadora Simone está pedindo há muito tempo uma questão de ordem. Eu peço ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vai ser dada. Ela está inscrita, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Qual é a ordem aí, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A gente pode dar a palavra à Senadora Simone sem problema, porque, até mesmo ontem, foi o Dia Internacional da Mulher...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, só uma pergunta ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... mas há uma lista de inscrição aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode falar a lista como é que está?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Posso. É o Relator, que vai falar daqui a pouco, o Senador Alessandro Vieira, a Senadora Simone Tebet, o Senador Luiz do Carmo e o Senador Jorginho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E o senhor pulou a mim por quê?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por que eu fui pulado aí nessa história? Eu tinha pedido inscrição já faz uns 20 minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu também, Sr. Presidente. Eu fui o primeiro a chegar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu estou dizendo que ela se inscreveu...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu estou falando eu...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O senhor é depois do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu quero só saber uma pergunta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que o senhor me respondesse uma pergunta.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Por favor, Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O pessoal que está no Zoom...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O pessoal que está pelo Zoom como é que tem informação sobre o relatório?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, eu fui o primeiro a chegar nesta Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O pessoal que está no remoto como é que tem informação? Vai ter que adivinhar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A gente vai dar a palavra para todo mundo, Senadora, o problema é que a senhora monopolizou, a senhora toda hora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Deixa os outros falarem também.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não estou monopolizando não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A fala é pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só uma pergunta. É só uma pergunta. Quero que o senhor me responda.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Por favor. Antes de colocar em votação, nós vamos conceder a palavra a todos os Senadores e Senadoras.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas ainda não está no mérito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não se está discutindo o mérito. É ainda este debate sobre...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Este debate é sobre o recurso da Senadora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Calma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Presidente. É bastante objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Pela ordem. O Senador Alessandro está inscrito pela ordem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Pela ordem. Não estou como orador. E é muito breve.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório do dia 23 teve pedido de vista acatado. Ocorre que, no dia 24, foi publicado um novo relatório. No dia 24, foi apresentado um novo relatório. Com relação a esse novo relatório, do dia 24, nunca foi concedido pedido de vista, Sr. Presidente, e, nesse relatório do dia 24, aconteceram alterações ajustadas pelo Relator.

Então, é apenas para a gente reordenar o debate, porque estamos gastando muita energia fora de ordem. É apenas para que V. Exa. reaprecie esta situação: o relatório do dia 24, que hoje, novamente, é alterado – alterado na leitura, alterado após a leitura, não temos relatório no sistema e o assunto é muito sério –, pediria que a mesa ordene os trabalhos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência. Fora do microfone.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

A primeira questão de ordem que eu havia formulado ao Presidente Davi e queria que V. Exa. pudesse me responder... (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Abra o microfone da Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O microfone da Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência. Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é múltipla. A primeira é que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sem som. Sem som.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Está sem som, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência. Fora do microfone.*) – Consegue me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A senhora tem que ativar o som.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Está ativado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Está ativado. Agora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – A minha questão de ordem, na realidade, é múltipla, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É só volume.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Volume.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Está no máximo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A senhora tem como aumentar o som aí?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Está no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – É lá. Aqui estão falando que é lá. Os técnicos estão falando que o problema é lá.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora, infelizmente, tem que aumentar o volume aí do seu computador.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Já está no máximo, Sr. Presidente.

Pergunto se conseguem me ouvir agora. *(Pausa.)*

Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – O volume está baixo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, o consultor geral não pode estar orientando no plenário, Presidente. Como membro da Mesa, eu queria deixar registrado aqui que esta postura não é adequada: o consultor geral da Casa orientar o debate em plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Como membro da mesa, eu quero aqui deixar consignado que o consultor geral não pode tomar partido, orientando nenhum Parlamentar dentro de uma sessão plenária da Comissão de Constituição e Justiça. Isso é desrespeitoso com o debate político. V. Exa. não é Parlamentar, não pode cumprir este papel aqui e V. Exa. não é assessor de nenhum Parlamentar.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, o consultor é consultor do Senado, e eu sou Senador. Aqui não há mais Senador nem menos Senador. Ele não pode escolher Senador para dar a sua consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Rogério Carvalho, o consultor assessora a Comissão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA) – Claro! Só faltava essa!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Os Senadores da Comissão são Senadores, Senador Rogério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não está. Sempre foi assim. Sempre assessorou a Comissão e os Senadores da Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – No tumulto, não vai ganhar nada, não, gente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – E ele vai continuar assessorando, Senador Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente... Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tem que assessorar a Mesa, Presidente. Tem que assessorar a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Jorginho Mello.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Mesa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu acho que...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Mesa. Exatamente, a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – A Comissão...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – V. Exa., com tranquilidade, pode atender o pedido da Senadora Eliziane e vamos deliberar. A Comissão tem quórum qualificado para deliberar pacificamente, sem tumulto, sem ficar agredindo um Senador com o outro. Vamos fazer a deliberação. O senhor acata o pedido de vista que ela fez com mais outros Senadores, e o Plenário da Comissão vai deliberar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vamos ouvir a Senadora Simone Tebet, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Vamos deliberar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Conseguem me ouvir bem? (*Pausa.*)

Conseguem me ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu queria pedir silêncio ao Plenário para que a gente possa ouvir a Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, é melhor resolver a questão técnica do som da Senadora. Parece-me que é uma questão interna aqui desta sala, porque, pelo Zoom, os demais colegas estão ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora Eliziane, a gente pode testar com outro Senador que estiver...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas é isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eles estão falando que há algum problema lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero até sugerir, para ter o aproveitamento dela, a gente partir para outro que está em plenário enquanto se resolve, para a gente poder aproveitar plenamente a fala da Senadora Simone Tebet, porque, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Mas ela não consegue falar, a gente não consegue ouvir, é todo mundo falando...

O Senador Marcos Rogério com a palavra para a gente testar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Agora quem não ouve sou eu, Sr. Presidente. Eu não consigo ouvi-lo. (*Pausa.*)

Não consigo ouvi-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Só para testar o áudio, Senadora Simone, do Senador Marcos...

Senador Marcos Rogério.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Eu estou apenas ouvindo o som aí da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Agora estamos ouvindo a senhora, mas está baixo. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Marcos Rogério com a palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Marcos. (*Pausa.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele não deve estar ouvindo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Simone agora deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vamos voltar à Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Sr. Presidente.

Conseguem me ouvir bem agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, a primeira questão de ordem que faço é mais em relação aos trabalhos desta Comissão enquanto nós estivermos no modo semipresencial: que os microfones de quem está no virtual possam ser acionados como o de qualquer membro desta Comissão, independentemente do acionamento. Eu fui uma das primeiras a pedir a palavra para uma questão de ordem. É natural que V. Exa. não tenha conseguido enxergar, porque está no computador. Mas, pelo menos, para que a gente possa reclamar de vez em quando... É óbvio que os Senadores têm bom senso. Ninguém vai ficar, aqui no virtual, provocando.

Então, esse é um pedido especial que faço a V. Exa., estendido a todas as outras reuniões.

Segundo, Sr. Presidente, não vou entrar nesta questão que vai ser votada, deliberada em Plenário, a questão de ordem da Senadora Eliziane, mas há algo preliminar em relação a ela. Acordos sempre valeram e estiveram acima das decisões e do próprio Regimento Interno, quando assim foi da vontade da maioria dos membros desta Casa. O acordo feito, independentemente do que diz ou não o Regimento... O acordo feito na semana passada ou na semana retrasada, quando eu estava presente, foi o de que o Senador Marcos do Val acataria três emendas importantes e de que nós faríamos uma comissão para falar com a Câmara dos Deputados em relação à alteração do texto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho condições de votar favoravelmente a esse projeto. Entendo a necessidade de regulamentar, entendo a necessidade de segurança jurídica dos CACs. Ele teria o meu voto se eu tivesse a segurança de que os acordos que foram acatados em forma de emenda pelo Senador Marcos do Val vão ser também acatados pela Câmara dos Deputados. Nós estamos cansados de aprovar no Senado projetos que, depois de combinado, vão para a Câmara e são totalmente modificados. Então, nós estamos aqui discutindo, avançando no projeto. O Senador Marcos do Val está tendo toda a boa vontade de avançar no projeto, e nós não temos ainda a palavra mais importante: se a Câmara vai acatar as alterações feitas pelo Senado Federal. Sem isso, nós não temos como avançar.

O segundo ponto, Sr. Presidente, é minha preocupação em relação agora ao mérito. Esse relatório não é o mesmo relatório da semana passada. Foi publicado um novo relatório – aqui, ao meu ver, aí sim, é gravíssimo – que infringe uma regra básica. Houve um plebiscito no país, onde o Brasil disse: "Nós não queremos armas na mão do povo brasileiro, à exceção dos CACs".

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – É ao contrário, Senadora! É ao contrário.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Foi à exceção dos CACs.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O plebiscito foi ao contrário.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Não! Nós regulamentamos, Sr. Presidente. A legislação está aí!

Agora o que nós estamos fazendo? Estendendo. Estamos estendendo! Além de regulamentar e garantir segurança jurídica aos CACs, nós estamos estendendo o porte de armas a algumas categorias que não são CACs. Eu quero, com muita tranquilidade... Eu acho, sim, que, por exemplo, os defensores públicos, dentro de certa regra, têm direito à posse e ao porte de armas, mas não nesse projeto. Não é um projeto que nós estamos deliberando. Isso só vai judicializar um projeto que nós estamos discutindo agora com toda a boa vontade. E, de repente, depois de tanto tempo, vem o Judiciário e diz: "O que foi combinado, por questão de ilegalidade ou de inconstitucionalidade, não vale".

Então, eu gostaria de apelar para o bom senso. Vamos voltar ao texto original. O Senador Marcos do Val, se puder esclarecer por que rejeitou minha emenda depois de ter acordado comigo que a acataria... O que muda dentro da essência do projeto retornar ao texto original, para deixar vedado o exercício da atividade, a não ser aos CACs devidamente registrados no Comando do Exército? Eu não consigo entender por que os acordos pactuados depois não são cumpridos.

Eu conversei com V. Exa. por telefone, Senador Marcos do Val. Nós avançamos nesse texto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é isso que me move. O que me move aqui é a indignação não sobre o que nós estamos deliberando. Qualquer projeto tem legitimidade para ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça, independentemente do mérito. Agora, que os acordos sejam cumpridos dentro de regras, sem atropelo; afinal, não vamos esquecer que nós temos uma guerra aí, nós temos a questão dos combustíveis para ser discutida, nós temos a população passando fome, nós temos interesses relevantes a serem discutidos no Brasil. O que a gente não pode é aprovar de afogadilho depois de acordos não terem sido cumpridos. Repito: os acordos não estão sendo cumpridos. Eu fui a primeira a dizer que, se nós avançássemos no mérito, ninguém ia pedir vista, mas isso não foi feito.

Então, eu gostaria de um esclarecimento do Senador Marcos do Val, fazendo coro especialmente à fala do Senador Paulo Rocha no início desta sessão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para poder dar uma palavra de um minuto.

Eu queria dizer o seguinte: eu estou vendo que se está antecipando a discussão de mérito, mas eu não quero dificultar a decisão de Plenário, que foi objeto de questão de ordem da Senadora Eliziane.

Eu quero me somar aqui ao que disse o Senador Jorginho Mello: sustentando a minha posição e dizendo que já houve deliberação anterior nesta Comissão, eu peço a V. Exa. que coloque em votação para que a gente possa sair desta discussão de procedimento e, ao final, decidir se dá vista nova ou se inicia a discussão e votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Pela ordem, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Senador Lucas Barreto, colegas Senadores, a gente precisa relembrar o que aconteceu naquela última sessão antes do Carnaval.

As notas taquigráficas foram lidas pelo Senador Paulo Rocha, e há lá também a hora que, de forma muito serena, eu interrompo, peço permissão para interromper o Senador Marcos do Val para perguntar que acordo é esse. Que acordo é esse? Porque com esse acordo eu não concordei, deixei muito claro. O Senador Kajuru lembra bem quando eu falei: "Olha, que acordo é esse?". Aí ficou combinado que a reforma tributária seria votada primeiro e, depois, a questão da regulamentação dessa flexibilização do porte de armas. Inverteu-se completamente: hoje a gente está deliberando sobre arma de fogo. Primeira pergunta: isso é prioridade no país com milhares, milhões de pessoas passando fome, desemprego





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

batendo na porta, inflação no teto? É prioridade para o país o que a gente está fazendo? Essa é a primeira questão daquele suposto acordo que foi feito por alguns colegas aqui.

Outro detalhe, que a Senadora Simone Tebet lembrou bem, é que tinha ficado de uma comissão ir à Câmara dos Deputados para validar se eles não iam retirar tudo o que estava sendo feito aqui, porque, com todo respeito a quem pensa diferente, para mim, é algo claro, óbvio que o que a gente for fazer aqui vai ser retirado lá.

Então, eu quero só lembrar, Senador Tasso Jereissati, que essa deliberação aqui partiu daqueles decretos do Presidente da República, que foi uma régua lá no teto, jogou para liberar geral; nós os derrubamos em 2019 aqui, a maioria esmagadora dos Senadores derrubou os decretos; depois a Presidência da República fez novos decretos. E aí é claro que qualquer projeto que diminua um pouco a régua vai diminuir aqueles absurdos que houve naquele momento.

Então, é afogadilho, é perigoso o que está acontecendo. Você rasga o Estatuto do Desarmamento, que é uma lei do país. Está-se rasgando! É melhor revogar o estatuto. Vamos revogar! Vamos deliberar para revogar o Estatuto do Desarmamento? Talvez esse seja um caminho mais óbvio.

Para deixar muito claro, eu respeito os CACs, os clubes de tiro. A maioria é gente séria. Mas o que está acontecendo hoje é um completo desvirtuamento. Nesse Governo, em três anos, passou-se de 150 mil clubes de tiro para quase 600 mil. Então, está havendo uma liberação do porte, o que é contra a lei do país – porte de armas é contra a lei, o Estatuto do Desarmamento –, e está sendo liberado por tabela. É um porte velado. Nós temos aí milhares de tragédias acontecendo no Brasil, feminicídios acontecendo no Brasil, a partir de CACs também. Claro, com a flexibilização do porte de arma, acontece tudo! E abastecendo o crime também. Há muitas matérias mostrando que as armas dos CACs estão indo para crime.

Alguns... Repito, a maioria é séria. Inclusive, entrei com um projeto de lei para resguardar os clubes de tiro. O nosso objetivo não é acabar com clubes de tiro, absolutamente; é resguardar a questão do tiro esportivo, por exemplo. Agora, o que a gente não pode, absolutamente, é falar que é segurança jurídica. Aí é brincadeira! Ah, não, o argumento sempre foi segurança jurídica: "Temos que deliberar porque está no Supremo". Segurança jurídica incluindo agora um monte de categorias, liberando para uma série de categorias? Isso é segurança jurídica que se está querendo dar? O argumento caiu, no meu modo de entender, por terra.

Então, eu finalizo, Sr. Presidente, dizendo que esse pedido de vista é o mínimo – é o mínimo! – que essa Presidência pode fazer para que a gente tenha um debate sereno, tranquilo, e para que a gente possa analisar, porque nem relatório foi apresentado ainda. Então, isso é algo que deixa a gente preocupado com a repercussão que pode haver, porque aqui nós estamos tratando de vida, nós estamos tratando de paz. E o Senado precisa ter essa responsabilidade, num momento de tanta intolerância que a gente vive,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tantas pessoas brigando até por política, perdendo a razão. A gente viu, em alguns momentos aqui, Senadores jogando pesado com outros Senadores. Então, imaginem com arma na mão, no clima que nós estamos vivendo na sociedade! Então, eu peço ao senhor que atenda a esse pedido de vista.

Inclusive, nós estamos entrando agora com um requerimento de adiamento, com base no art. 315 do Regimento Interno do Senado Federal, para que a gente possa adiar essa votação, para que possamos nos debruçar sobre essas mudanças que foram feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Luiz do Carmo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, depois eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O senhor vai falar, será o... (*Pausa.*)

Som para o Senador Luiz do Carmo.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Senador Lucas, minha inscrição... Senador Lucas...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, está ouvindo?

Quero cumprimentar o Presidente e todos os Senadores.

Eu acho que esse projeto já foi muito discutido. Ninguém aqui vai mudar de opinião. Eu já tenho minha opinião formada a respeito disso. O meu amigo Girão... Sempre estou com ele, mas infelizmente nesse projeto eu vou votar contra ele – contra ele, não; a favor do projeto – porque o que mata mais é a maldade das pessoas, não é a arma.

Saiu o meu porte de arma agora. Depois de um ano que eu entrei com o pedido, a Polícia Federal me concedeu.

Está na cabeça das pessoas. Em Goiás agora houve três crimes. Um homem matou a esposa, a companheira. Matou sabe com o quê? Com faca. Como é que vai tirar faca da cozinha? O outro matou enforcando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que ter critério para dar arma às pessoas. Esses CACs todos são gente boa. Podem desviar, todo mundo pode desviar alguma coisa, roubar alguma coisa, alguma arma. Eu quero ver, então, é parar o crime organizado no Rio de Janeiro. Nós temos que ver isso lá, onde entra caminhão de armas. Eles não precisam de CAC para ter arma, não. Eles não precisam disso.

Nós temos formada a opinião. Então, vamos votar. Isso aqui nós vamos passar... Esse projeto é de 2019. Então, está há muito tempo se discutindo. Agora, quanto ao que se fizer aqui e a Câmara mudar, nós não podemos fazer nada, concorda? O projeto nasceu lá.

Então, eu sou a favor. Eu sou a favor de nós votarmos isso o mais rápido possível e nós irmos cuidar das outras pautas que nós temos que cuidar. Mas vamos cuidar dessa de que nós estamos falando hoje.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. *Fora do microfone.*) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Carlos pediu antes de mim. Eu vou depois do Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Carlos Viana e, depois, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Naturalmente que, num clima de total respeito às opiniões divergentes, aos posicionamentos, mas contrário aqui à tentativa de tumultuar esta sessão para se ganhar no grito... Ninguém aqui vai ganhar nada no grito, muito menos na argumentação que não encontra realidade.

Primeiro, todos nós aqui defendemos a vida – todos! Existem aqueles que querem o direito de defender a própria vida, portando uma arma, seguindo as regras do país. São pensamentos diferentes, mas todos defendemos a vida.

Com relação a essa história de que as armas vão parar no mundo do crime quando estão com os CACs, o Senador Eduardo Girão me perdoe, mas as estatísticas brasileiras são muito diferentes. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maioria das armas que estão no crime vieram contrabandeadas, não passaram pela legalização em nosso país.

Segundo ponto: nós já concedemos vista, e as emendas é que foram acrescentadas. Agora, o que nós estamos tratando aqui, independentemente de outras situações que o país viva, é sobre dar tranquilidade a quem quer seguir a regra, a lei. É isso que nós estamos fazendo aqui.

Minha opinião é de que votemos. Vamos para o voto. Vamos dizer ao país o que pensa cada um de nós aqui, mas vamos deixar claro que quem quer ter uma arma no Brasil não é criminoso, que quem quer ter uma arma legalizada no Brasil está disposto a seguir todas as regras, que o Senador Relator não mudou nenhum artigo que trata da questão do porte de arma. A pessoa vai ter que fazer todos os exames, pagar todas as taxas e provar capacidade e necessidade. Ninguém está falando aqui em abrir porte de arma para 100% da população. Vamos parar de enganar as pessoas. Vamos dar informação verdadeira para que se possa tomar também uma decisão embasada. Arma, disse bem aqui o Senador Luiz do Carmo, não faz nada sozinha. Arma, a pessoa tem a responsabilidade sobre ela.

Infelizmente, infelizmente, o debate sobre criminalidade e número de armas no Brasil está desfocado. Nós estamos tratando aqui de pessoas: engenheiros, médicos, odontólogos, jornalistas, advogados que querem o direito de portar uma arma ou ter mais de uma, se for o caso, porque as armas já estão aí. Ninguém está inventando arma para ninguém não.

Então, o meu posicionamento claro aqui. Vamos para o voto. Vamos votar, Sr. Presidente. Votamos. Até a questão do pedido de vista, vamos votar. Essa é a decisão. Agora, adiar ainda mais é deixar milhões de brasileiros que confiam neste Parlamento sem uma resposta devida, porque é a nossa função aqui dizer com clareza que eles podem permanecer dentro da lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só para lembrar aqui ao Senador Marcos do Val uma coisa que eu falei a ele no início dessas discussões. Senador, não adianta querer fazer acordo. A ideia é sempre protelar mesmo. Então, já que acabou o acordo, a minha sugestão é que volte a ser o projeto original, como o senhor tinha feito no início, com tudo que tem direito, sem as concessões, e vamos para o voto. O que está acontecendo aqui é isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, Presidente... Coloca o recurso da Senadora Eliziane para votar, se for vencedora a Senadora Eliziane, será concedida vista; se não for, a gente vai votar o relatório de uma vez por todas. Está sendo adiada há anos essa votação. E no momento oportuno, eu vou debater as diversas falácias que foram ditas aqui sobre o tema de armas. A única coisa que aconteceu com o aumento da quantidade de armas compradas legalmente nesse país foi uma queda nunca antes vista na história do Brasil da taxa de homicídios. Em 2020 foram 17%. Coincidência? Pode ser, mas é a realidade. É uma prova de que mais armas não tem nada a ver com mais violência, parece ser o contrário.

Para concluir, Presidente, quer a prova real de que armas salvam vidas? Foi o que fez o Presidente da Ucrânia agora, nessa guerra com a Rússia. Assim que começou a guerra com a Rússia, a primeira coisa que o atual Presidente fez – porque havia passado legislação para desarmar a população – foi conceder o porte de armas para a população civil, foi dar fuzil para a população defender a sua soberania, a sua pátria. É para isso que servem as armas também. Mas no momento oportuno eu vou fazer a discussão, Presidente. Sigo os demais Senadores anteriores. Se puder votar logo, a gente resolve. Não adianta ficar aqui que não vai chegar a lugar nenhum. É um assunto sobre o qual todos já têm opinião formada, não vai ter acordo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, a gente precisa só dar um esclarecimento, por isso que eu...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Antes, perdão. Perdão. V. Exa. é o último. Senador Fabiano Contarato pediu questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Ele pediu questão de ordem, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não. Eu só quero aqui fazer uma reflexão – e pediria a compreensão dos colegas –, porque o Estatuto do Desarmamento, que é a Lei nº 10.826, de 2003, no art. 6º, é claro: a regra é a proibição do porte e o que nós estamos vendo é essa flexibilização. Mas o que eu acho importante é que independentemente de regimento ou de qualquer norma, acordo deve ser cumprido. Nós fizemos um acordo de acatamento de três pontos, e esses três pontos não foram cumpridos. O outro ponto de fundamental importância, antes de se deliberar isso, é que nós faríamos uma comissão e iríamos até a Câmara dos Deputados, para ter a certeza de que o que nós estamos fazendo aqui não será retirado lá na Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo para que nós passemos... E que V. Exa. como Presidente acate essa questão de ordem, abra vista, já que houve alteração no relatório do nobre Relator. Ele acatou as sugestões e incluiu ali inúmeras categorias que não estavam no projeto.

Olha, o projeto trata de CAC. Não tem absolutamente nada a ver com alteração e inserção de outras categorias. Esse projeto altera a data de validade do porte, passa de cinco para dez anos. Então, além de não cumprir o acordo, alterou o mérito do relatório. Então, isso está ferindo o Regimento Interno. O Regimento Interno é claro. Houve alteração, abre-se pedido de vista para analisar essas alterações. É esse o pedido que eu faço a V. Exa. E a acate, dê a demonstração republicana.

O objetivo aqui não é protelar, não; é simplesmente demonstrar para a população o que é mais importante. Nós estamos numa crise sanitária. Eu queria que o Governo Federal, com todo o respeito ao meu querido Senador, armasse a população, sabe de quê? De livros. Eu queria que o Governo Federal armasse a população, sabe de quê? De comida no prato, de redução da carga tributária, geração de emprego e renda. A população precisa é disso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É livro do Paulo Freire? Só para saber... É livro do Paulo Freire?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A população que mais morre é a de pobres e pretos. Eu acho que o senhor deveria percorrer os presídios e saber disso. Busque as vítimas, porque esse Estado criminaliza a cor da pele, criminaliza a pobreza, e nós estamos aqui num libera geral no Estatuto do Desarmamento.

Então, eu faço um apelo: vamos cumprir o acordo. Acordo está acima de tudo, independente de Regimento Interno. Foi feito um acordo em que o Senador se comprometeu em acatar três sugestões. Uma delas é tirar essa revogação do art. 23, que ele botou aqui e aí ele ressurgiu, que dá rastreabilidade às munições, que é um dos poucos mecanismos que a polícia tem para você elucidar crimes. Então, com a rastreabilidade dessas munições de uso proibido, quando você tem uma chacina ou um crime bárbaro, você tem como identificar; agora acabou com isso.

Então, quer dizer, nós estamos aí armando a população, liberando para um número indeterminado de pessoas esse porte de arma. E eu faço esse apelo para que o acordo tenha que ser cumprido, e ele está acima de qualquer Regimento Interno. E o acordo era o cumprimento, o acatamento de três pontos que não foram acatados pelo meu querido Relator.

Essa é a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente... Presidente, como Relator eu posso...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Antes de passar a palavra ao Sr. Relator Marcos do Val, eu queria falar que é impossível nós fazermos acordo com a Câmara. Já imaginou nós termos que ir lá conversar com cada um dos 500 Deputados? "Olha, o que o Senado aprovar, a Câmara, como revisora, não pode mudar". Isso não existe nem do Senado para a Câmara, nem da Câmara para o Senado.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu tinha me inscrito...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Eu só vou fazer algum esclarecimento, porque está havendo dúvida... "Ah, mudou, não mudou". O Regimento fala que, quando o Relator faz a alteração por ele, por iniciativa dele, pode ser concedido o pedido de vista, como já foi feito duas vezes, o pedido de vista. No último relatório que eu li no dia 24, eu fiz uma alteração verbal e, por isso, foi feita, então, logo após o pedido de vista.

No Regimento, diz-se que, após isso, o Relator, quando recebe as emendas de outros Senadores, não é uma alteração do relatório para que se volte a fazer um pedido de vista.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Senador Marcos, a leitura foi no dia 23.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Dia 24 é que foi apresentado perante a Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O detalhe é do dia 23 para o dia 24. Esse é o grande detalhe.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Depois desse... Depois...

Todo mundo falou aqui.

Depois do dia...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu queria pedir silêncio à Comissão. A palavra está com o Relator, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Depois do dia em que foi apresentado, dia 24, não houve alteração nenhuma por parte minha, como Relator. Houve o acolhimento das emendas dos Senadores e, pelo Regimento, isso não dá direito a outro pedido de vista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para esclarecer, reforçando o que o Senador Roberto Rocha disse – ele foi muito sucinto no esclarecimento desse procedimento do Regimento –, é exatamente o que o Senador Roberto Rocha disse: não houve, por minha parte, alteração após o pedido de vista, foi só o acolhimento das emendas dos Senadores.

Bom, só para responder à minha querida Simone Tebet, ela disse que eu não acolhi a emenda dela. Eu li e vou só repetir que a Emenda nº 77, da Senadora Simone Tebet, altera a redação do art. 21-B, mas acaba dizendo o mesmo, não tendo efeito prático, além de estar prejudicada pelo acolhimento que nós fizemos da Emenda nº 65. Ou seja, a Emenda nº 65 é a mesma que a dela e foi por essa razão.

Quanto à questão de dizer que não foi cumprida palavra: eu tenho 50 anos de idade e eu acho que eu tenho caráter para dizer se foi, se não foi. Porque se eu ficar também aqui dizendo que não cumpriram "a", não cumpriram "b"... O que eu fiz foi um acordo com o Senador Contarato para que ele pudesse me apresentar como um pedido de emenda – como um pedido de emenda – porque, se eu fizesse alteração, iria dar oportunidade para outro pedido de vista. Então, ele apresentou a emenda. A princípio eu não acatei, isso foi agora. Em seguida fizemos um acordo e foi acatada a emenda dele. E já está no sistema, para quem questionou que não está tendo acesso às emendas acatadas e não acatadas, já está no sistema.

Então, não houve, pelo Regimento – nós estamos seguindo o Regimento –, não houve alteração da minha parte após o pedido de vista.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, V. Exa. me concede a fala? (*Pausa.*)

Presidente Lucas... (*Pausa.*)

Presidente Lucas Barreto, V. Exa...

Presidente Lucas, eu vou falar, então, já que V. Exa. não está aqui atento ao Plenário.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu acho que já poderíamos colocar em votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente...

Não, não, Presidente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Já não há mais o que discutir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Lucas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente Lucas... Presidente Lucas... Presidente Lucas, V. Exa. me concede a fala, por favor?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Questão de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente, eu queria só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Questão de ordem à Senadora Eliziane; depois, Senador Marcos Rogério e aí nós iremos à votação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu acho que o Regimento dá autonomia para o senhor decidir se aceita ou não o pedido de vista, não tem que botar em votação. Vamos botar em votação logo o relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Não, eu recomendo ir para o Plenário.

Mas, Presidente, deixe-me fazer aqui uma colocação para que a gente não entre aqui num cavalo de batalha inócuo, que a gente não vai chegar a lugar nenhum. Vamos falar de forma clara. O que nós tivemos, em cima inclusive do que o Senador Marcos do Val coloca, do que diz o Regimento Interno desta Casa: o relatório deve ser disponibilizado por escrito aos Parlamentares para que tenham conhecimento. No dia 23, quando foi concedido o pedido de vista, não constava a emenda do Senador Marcos do Val. A emenda do autor... do Relator do projeto é do dia 24. Não teve pedido de vista...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não, não, não, deixe-me corrigir. Foi lido oralmente e entrou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas ele não foi estabelecido por escrito naquele momento?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – No dia 23 foi lido – foi lido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa... V. Exa...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Foi lido oralmente. Foi lido oralmente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito. Perfeito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ele entrou nos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. acabou de fazer uma colocação...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – No dia 23 foi lido oralmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que o relatório está disponibilizado por escrito agora. O que V. Exa. faz hoje...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O que foi apresentado foram as emendas dos Senadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val, o que V. Exa. faz hoje disponibilizando o relatório por escrito...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Querida Senadora, o que já está disponibilizado no sistema é com as emendas já dos Senadores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val...

Presidente, eu tenho que pelo menos...

V. Exa. me assegura a palavra?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Apresentaram hoje, enquanto eu estava lendo o meu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Só para deixar claro: enquanto eu estava lendo o meu relatório...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero saber se eu vou ter o direito de fala, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... pode ser que vocês não tenham visto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode assegurar a minha fala?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – ... mas me apresentaram mais um número "x" de relatório que eu tive que ler. Aqui, olha. Enquanto eu estava lendo o meu relatório complementar, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Marcos do Val, eu queria garantir a palavra à Senadora Eliziane, que tem mais um minuto para a sua questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O que nós temos no relatório da Comissão, no Regimento da CCJ? "O relatório deverá ser oferecido por escrito."

No dia 23, quando nós fizemos o pedido de vista, não constava a emenda do Senador Marcos do Val, que foi apresentada no dia seguinte, no dia 24...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Foi feito oralmente, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... após o nosso pedido de vista. O Regimento fala que o relatório tem que ser disponibilizado por escrito, como V. Exa. o faz neste momento para este relatório.

Agora há pouco eu reclamei que o relatório sequer estava disponibilizado. V. Exa. acabou de disponibilizar. Fez o certo. O que V. Exa. não fez na sessão passada. Nós estamos aqui pedindo vista depois da alteração do próprio Relator, porque o Relator fez a alteração pós-pedido de vista, Presidente Lucas Barreto.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Senadora, deixe-me esclarecer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É uma questão aqui...

É uma questão, Presidente, do que consta no... Ainda nem está disponibilizado.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não houve alteração de minha parte, como Relator, Senadora – não houve.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – No dia 24 houve uma emenda de V. Exa., Senador Marcos do Val.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não houve alteração por minha parte, como Relator.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – No dia 24, um dia depois da sessão do Plenário.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – O que foi feito foi lido oralmente no dia 23, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora Eliziane...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu quero fazer uma consulta à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... a senhora pode me informar qual foi a alteração feita, a emenda dele, ao projeto que veio da Câmara?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, a inclusão de várias categorias, cinco categorias, para ter porte de arma que não estavam previstas.

E a responsabilidade do relatório é do Relator, independentemente das emendas que ele acata ou não. A responsabilidade é dele. Não existe relatório de Senadores, o relatório é feito pelo Relator. E mais: ele acatou cinco categorias que não estavam no relatório anterior. Essa é uma questão central. É isso que nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não, foram fruto das emendas. Não existe acordo. A partir do momento em que sofreu o pedido de vista, todos puderam apresentar emendas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o Relator apresenta um novo relatório. Ao apresentar um novo relatório...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O pedido de vista passado, Senador Rogério...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O Relator não pode apresentar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... foi feito em cima do relatório dele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não. O Relator não pode alterar, se ele altera...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, só para fechar – porque todo mundo interrompeu –, 30 segundos para eu fechar.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Certo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero dizer aqui para o senhor que o que o Senador Flávio Bolsonaro citou é o fato, não houve acordo mesmo, não. Isso é verdade. Não houve acordo nesse sentido. Simplesmente nós fizemos um pedido de vista. E, no dia seguinte ao pedido de vista, ele altera, Presidente – o Relator altera.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não altero, Senadora querida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Marcos do Val...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Ele só formalizou, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Está aqui, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não altero, Senadora querida. Eu alterei...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nós estaremos abrindo um precedente grave aqui, Presidente, que é não considerar relatório novo; um precedente grave de não atender a um pedido de vista do Parlamentar, de um Senador desta Comissão, Presidente. V. Exa. dará um gesto permitindo a vista...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – O Senador Marcos Rogério, não, assessoria...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na semana que vem vamos para o voto, ganhando ou perdendo, vamos para o voto. Agora, não dá para simplesmente dizer e passar por cima de que aqui não há pedido de vista. Está claro, está aqui a emenda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sras. e Srs. Senadores, Senadora Eliziane, coloco em votação o recurso da Senadora Eliziane Gama, interposto em face da decisão desta Presidência contrária a um novo pedido de vista.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com a decisão da Presidência queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está mantida a decisão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Verificação!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Verificação!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Apoioamento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Votação nominal...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Presidente, cuidado com as manobras, hein.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Não há manobra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Paulo, o senhor está me ameaçando, cuidado. Eu estou colocando em votação nominal.

(*Intervenção fora do microfone.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Nove, foram contados nove. São 27 membros, há 27 presentes; 27 menos 9...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Votação nominal.

Também quero aproveitar para cumprimentar a volta do nosso Senador Tasso Jereissati. Seja bem-vindo! Saudades, não é, todos com saudades de V. Exa.

Quem mantém a decisão da Presidência vota "sim".

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então vamos encaminhar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Os Senadores já podem votar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vai haver encaminhamento, Presidente?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para orientar a bancada.) – Para orientar voto "não".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de informação, de procedimento. Quem é a favor do recurso vota...?

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Quem é a favor da decisão da Presidência, de não acatar, "sim". Quem vota com a senhora, "não".

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pronto, então vamos no "não", meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Quem é Lucas é "sim; quem é Eliziane, "não".

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Você quer me sacanear, não é? *(Risos.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu prefiro que vocês sejam Eliziane. Em homenagem às mulheres, vamos votar aqui com as mulheres, meninos. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. me permite encaminhar como Líder da Bancada Feminina, Presidente?

Presidente Lucas Barreto! Presidente Lucas Barreto, V. Exa. me permite encaminhar como Líder da Bancada Feminina?

Presidente Lucas Barreto...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu queria conclamar aqui os colegas e destacar a importância desta votação. Estamos, primeiramente, na Semana da Mulher, mês de março, e, por estarmos na Semana da Mulher, eu queria deixar para os colegas alguns dados sobre armas na mão da população.

Quanto mais armas na mão do povo brasileiro mais difícil será o trabalho da Polícia Militar, maiores serão – não há dúvida nenhuma – os casos de violência doméstica. Veja, Presidente...

Presidente, está difícil aqui, porque há muito o barulho...

Presidente, as armas de fogo provocaram 51% das mortes violentas de mulheres em 20 anos, mais da metade, Senador Humberto, Senadora Rose de Freitas, dos casos das mortes de mulheres em situação... Mortes violentas significaram aí 51% em 20 anos, advindas de armas de fogo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 aponta para uma realidade que se consolida cada vez mais na vida das mulheres: o feminicídio por armas de fogo. Mais de 1.350 mulheres foram vítimas de feminicídio, o número é maior do que o total no ano de 2019. Mulheres negras, Presidente, foram 70,5% das vítimas de agressão com armas em 2019, resultando em uma taxa de mortalidade duas vezes maior do que a verificada entre não negras segundo dados do Datasus. Outro dado que é preocupante: em geral, o agressor é uma pessoa conhecida; 81,5% dos assassinos eram companheiros ou ex-companheiros, enquanto 8,3% das mulheres foram mortas por outros parentes.

Esses são dados de violência doméstica advindos de armas de fogo que eu apresento na Semana Nacional de Combate à Violência contra a Mulher, na Semana Nacional da Mulher, e o Congresso Nacional, a Comissão de Constituição e Justiça pauta uma proposta para aumentar armas nas mãos da população brasileira!

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sabe o que isso significa, Presidente? Já finalizando...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu quero...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Presidente Lucas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Isso. Peço minha inscrição também por favor, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero finalizar, Presidente.

Eu quero dizer aqui que o sinal que o Congresso Nacional dá, que o Senado Federal dá para o Brasil é um sinal preocupante. Na Semana da Mulher, com mais da metade das mortes de mulheres assassinadas no Brasil sendo advinda de armas de fogo, nesta mesma semana, que é a Semana de Combate à Violência contra a Mulher, a Comissão de Constituição e Justiça pauta...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... um projeto de lei de armas! A CCJ pauta um projeto de lei que abre...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... graves precedentes para aumentar as armas nas mãos do povo brasileiro.

Portanto, Presidente, eu quero aqui pedir aos colegas que nós possamos votar para adiar esse projeto, para seguir regimentalmente o procedimento adotado aqui, na carta principal da Comissão de Constituição e Justiça, que é o Regimento, e façamos valer esse Regimento, sob pena de abriremos um precedente grave, colocando em xeque aqui o pedido...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... a soberania e as prerrogativas do Senador...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que é o pedido de vista.

(Tumulto no recinto.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidamente...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Já pedi...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Rapidamente...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Por favor, vamos... Não.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Carlos Viana e, em seguida, Senador Eduardo Girão.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. Pela ordem.) – O Senador Esperidião Amin está a caminho para votação. Peço a V. Exa. que só encerre após. Já votou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG) – Ainda não. O Senador Esperidião Amin está a caminho. Já votou? Então, agradeço.

Sr. Presidente, quero colocar aqui entre aqueles que discordam da nossa guerreira Senadora Eliziane Gama, numa semana importante para todos nós no Brasil, no mundo das mulheres, e dizer da experiência de que, quanto mais uma pessoa estuda e sabe a responsabilidade que é ter uma arma, menos crimes nós teremos, porque o grande problema da violência – e que machuca todos nós – contra as mulheres, contra todos os cidadãos é que a maioria das armas vem da ilegalidade. Nós não estamos tratando aqui de quem vai, faz um curso, quem respeita a lei, quem sabe que a arma tem que estar bem guardada, que uma criança não pode ter acesso, que essa arma não pode ser mostrada no meio da rua, que há toda uma regra para isso. Nós estamos tratando aqui de pessoas que querem seguir a lei brasileira e que desejam, como eu já disse, defender a própria vida portando uma arma, quando for necessário, dentro da sua especificação de profissão, mais uma vez seguindo a lei. Ninguém está falando aqui em mundo do crime, em ilegalidade. Essa infelizmente a gente tem as leis para combater, mas não consegue.

Agora, hoje, esta Casa está discutindo brasileiros de bem de todos os nossos estados e cidades, tanto os que vivem nas nossas áreas urbanas quanto os que vivem nas áreas rurais e que lá estão à própria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sorte, que precisam de uma arma para se defender. Essa é a discussão aqui. Nós não estamos falando aqui em aumentar morte de ninguém. Ninguém. Nós estamos falando aqui do direito que brasileiros têm de discordar, de querer ter uma arma legalmente, preparados para isso, e de poder se defender quando for necessário, sem ser incomodado, nenhuma *blitz* por nada disso.

Esse é um posicionamento que nós temos que hoje deixar com muita clareza aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente, só para... Presidente, eu vou falar aqui, Presidente?

Só para deixar clara uma fala que foi colocada aqui há pouco pelo colega sobre a questão de que houve uma redução dos homicídios a partir da liberação das armas. A gente precisa entender o contexto para entregar a verdade para as pessoas. Isso é muito mais complexo do que isso, porque pode induzir as pessoas de que arma vai resolver o problema, e é jogar gasolina para apagar incêndio. A arma é jogar gasolina para apagar incêndio. A gente tem que capacitar as polícias, aí, sim, com armas pesadas, fazer *blitz*, buscas e apreensões, fazer exatamente algo que possa fortificar a segurança pública.

Agora, um detalhe importantíssimo: a redução dos homicídios no Brasil teve início em 2018, ou seja, antes desse Governo. Houve uma queda de 12% em relação a 2017, ou seja, antes dessa ampla e absurda flexibilização de arma de fogo. E a gente está vendo, por tabela, o estatuto sendo rasgado. Então, é muito importante mostrar que essa queda de 7% que houve em 2021, em relação a 2020, ano, inclusive, de pandemia, oculta grandes variações estaduais, porque os governos estaduais, Senador Kajuru, são responsáveis por 80% do investimento na área da segurança pública, e percebe-se o impacto de diversos programas estaduais de prevenção implementados nos últimos anos.

Muito importante ressaltar, para a gente não ser induzido ao erro: arma não gera segurança. Muito pelo contrário.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tanto é que as polícias do mundo inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Por favor... Para que a gente possa ouvir o Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para encerrar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto é que as polícias do mundo inteiro, que entende de segurança, dizem: jamais reaja a um assalto. Jamais reaja, por quê? Em 80% dos casos, ou você perde a vida, ou você perde a arma. E a arma vai para onde? A arma vai municiar o crime, infelizmente.

Então, tem que ter muita calma nessa hora. É um assunto que eu fico constrangido a gente estar tendo que debater no caos que vive o nosso país e o mundo, com fome, desemprego, inflação. A gente, em vez de estar criando alternativas para o brasileiro, fala em armar, como se isso fosse solução. Isso vai ser...

Tomara que a gente tenha bom senso aqui, nesta Casa, os Senadores. Isso vai ser um potencial maior para tragédias humanas – para tragédias humanas.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MG. Pela ordem.) – Podemos encerrar, Sr. Presidente. Podemos encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Com a palavra o Senador Jader Barbalho, que quer manifestar o seu voto.

Senador Jader. *(Pausa.)*

A Secretaria...

Ele quer consignar o voto.

Senador Jader com a palavra.

Som. Som para o Senador. *(Pausa.)*

Que se consigne o voto "não" do Senador Jader Barbalho.

Senador Renan Calheiros. Que se consigne o voto "não".

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora Rose.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O Senador Omar Aziz quer votar, Sr. Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu votei, e eu sou suplente do Senador Jader Barbalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Quando ele vota, o voto da senhora é suprimido.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Mas ele não votou, Sr. Presidente, até o momento em que eu votei.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Mas ele está consignando aqui... A mesa está consignando o voto dele, "não", por telefone, e anulando o da Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente, eu não sei se, pelos anos em que nós estamos na Casa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Anuncie o resultado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Vanderlan... Senador Vanderlan...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senadora Rose com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me dizer a V. Exa. que, estando presente no Plenário, a outra votação, feita pelo telefone, ela não é considerada, Sr. Presidente. Esse é o comportamento em outras Comissões. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos encerrar, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, encerre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se o senhor me permite, para descontração neste momento de relativa tensão, eu recebo aqui a presença da minha querida amiga que me recepcionou quando eu cheguei aqui no primeiro mandato. Ela sempre diz que eu estava aqui a recepcionando, mas é o contrário.

Eu não posso deixar de dizer que este é um momento de deliberação e nós temos que respeitá-lo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero frisar, em nome de todos os legisladores do Brasil, querido amigo Kajuru, que eu estou aqui acompanhado de dois Vereadores da minha querida Palhoça, o Gilberto e o Pitanta. O Pitanta, Girão, está no seu 12º mandato consecutivo de Vereador. É a maior longevidade num Legislativo brasileiro, 12º mandato. Luiz do Carmo, só com a proteção da sua Nossa Senhora para chegar a 45 anos de mandato.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos abrir, Presidente. Vamos abrir a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Solicito à Secretaria da Mesa que...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Há só uma Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Só há a Senadora Soraya tentando votar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Ela mandou pelo *chat*, mas está tentando votar.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Isso. Ela está tentando votar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Presidente, eu posso... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos, Presidente. (*Pausa.*)

Já votou.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Votou a Senadora Soraya?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A Soraya já votou. Pode abrir, Presidente. Presidente, ela já votou.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Que se abra o painel para...

Encerrada a votação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – SIM, 11. (*Palmas.*)

Está acatado o pedido de vista da Senadora Eliziane Gama.

O item 2 da pauta foi retirado de pauta a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei de Execução Penal para prever a possibilidade de o juiz aplicar multa à pessoa jurídica que administra o estabelecimento penal em caso de desvio ou excesso da execução penal.

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 22/02/22, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato (dependendo de Relatório).

- Votação nominal.)

Item 3.

ITEM 3**PROJETO DE LEI Nº 2.494, DE 2019****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos do Val**Relatório:** pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.**Observações:***- se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;**- votação nominal.*

O Senador Marcos do Val apresentou relatório reformulado pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

Nos termos do art. 282, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Observação: votação nominal.

Com a palavra o Senador Marcos do Val para proferir o relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Só confirme o item.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Item 3.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidente.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, conforme o art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Também deve emitir parecer quanto ao mérito sobre matérias de competência da União que versem sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, consoante o inciso II, alínea "g", do mesmo dispositivo regimental.

No exame do PL nº 2.494, de 2019, não verificamos óbices quanto à constitucionalidade.

Compete à União, nos termos do art. 21, inciso XX, da Constituição Federal (CF) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, bem como legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, consoante o art. 22, inciso XXVII, do texto constitucional. Ademais, é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre direito urbanístico, como dispõe o art. 24, inciso I, da Constituição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, conforme os preceitos constitucionais, especificamente o art. 182, *caput*, "a política de desenvolvimento urbano [...] tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes".

A proposição não fere cláusula pétrea e se adapta aos preceitos constitucionais de que "cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, [...] dispor sobre todas as matérias de competência da União" (art. 48, *caput*, da Constituição Federal). A iniciativa parlamentar está em concordância com o *caput* do art. 61, sem extrapolar os limites estabelecidos no §1º do mesmo dispositivo constitucional.

Quanto à sua juridicidade, o PL nº 2.494, de 2019, é impecável, pois atende aos atributos de generalidade, abstratividade e inovação, sendo coerente com os princípios gerais do Direito. Além disso, emprega o meio adequado para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja, a normatização via edição de lei.

No exame do mérito, a apresentação da proposição é louvável.

Ao incluir no Estatuto da Cidade as parcerias público-privadas e as concessões de bens ou serviços públicos no rol dos institutos jurídicos e políticos da política urbana, o projeto formaliza mecanismos utilizados por muitos entes da Federação na execução das políticas públicas voltadas para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade.

Outrossim, traz um instrumento utilizado já por alguns municípios brasileiros: a adoção de equipamento público. Dessa forma, traz segurança jurídica a um meio em que a iniciativa privada se une ao poder público para manter, restaurar ou conservar, entre outros, escolas, praças, parques urbanos, monumentos e quadras esportivas.

Esse tipo de adoção tem se tornado uma forma eficaz de integrar a sociedade na valorização dos equipamentos públicos de suas cidades. Com certeza, deve ser incentivada entre todos os entes federados.

É necessário, especificamente, quanto à Seção XI-A sobre a adoção de equipamento público, fazer alterações nos dispositivos para melhor adequá-los aos preceitos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021) e evitar redundâncias ou interferências constitucionais em outros entes federados.

Por fim, ao examinarmos a técnica legislativa e a redação, são necessários ajustes, pois alguns dispositivos vão de encontro ao que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por exemplo, a ementa, conforme o art. 5º da lei, deve ser grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei. Também, deve ser reescrito o objetivo proposto no art. 1º para se adequar aos termos do Estatuto da Cidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, segundo o art. 11, inciso III, alínea "b", da supracitada norma, para obtenção de ordem lógica, o conteúdo de cada artigo da lei deve ser restringido a um único assunto ou princípio. Dessa forma, devemos unificar os arts. 2º e 3º num só dispositivo. Para a obtenção de clareza e precisão, reescrevemos alguns dos preceitos ali expostos.

Por fim, como os instrumentos propostos pelo projeto já existem na prática, julgamos que há pequena repercussão, podendo a cláusula de vigência ser imediata à publicação da lei.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.494, de 2019, na forma do seguinte substitutivo...

Pronto, já pode ir pelo voto, não preciso ler o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão, ficando adiada a votação da matéria.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val, para proferir o relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Vou direto à análise, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não encontramos, no PLS, vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbices de natureza regimental.

A matéria versa sobre direito penal, estando inserida no campo da competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal), sem reserva de iniciativa presidencial (art. 61, §1º, da Constituição Federal).

No mérito, consideramos o PLS conveniente e oportuno.

O constrangimento de alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual não pressupõe, a nosso sentir, a prevalência de superioridade hierárquica ou qualquer espécie de ascendência, podendo ocorrer por parte de colegas de trabalho de mesma hierarquia e até mesmo de pessoa desconhecida.

A nova redação do art. 216-A do Código Penal certamente refletirá a atualidade da norma penal incriminadora, tendo como efeito imediato a prevenção geral dessa espécie de delito.

Discordamos, apenas, do §3º que o PLS pretende inserir no art. 216-A, tendo em conta que o art. 226 do Código Penal, situado no Capítulo IV - Disposições Gerais do Título VI, aplica-se obviamente ao art. 216-A, situado no Capítulo I.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 287, de 2018, com a emenda a seguir:

EMENDA Nº -CCJ

Dê-se ao art. 216-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 287, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual:
....."

Assim eu encerro o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir...

Coloco em discussão – perdão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Fica adiada a votação da matéria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Pela ordem...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – ... Senador, querido amigo, Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Lucas, em primeiro lugar, ainda em tempo, porque não tive oportunidade antes, quero me congratular com V. Exa. por ter assumido a Vice-Presidência desta importante Comissão e substituindo um outro brilhante companheiro que tivemos aqui, que foi Antonio Anastasia.

Por falar em Antonio Anastasia, ele era o Relator da PEC 35/2015, que diz respeito a Ministros do Supremo Tribunal Federal, uma PEC que esteve aqui, foi para Plenário, recebeu emenda, voltou para cá.

Então, quero aproveitar a presença de V. Exa. na Presidência para pautar a PEC 35, para que venha novamente à discussão e para que seja lido o relatório, que já estava pronto, do eminente Senador, agora Ministro do TCU, Antonio Anastasia.

E, como ficou vaga a relatoria, eu quero dizer que fui procurado pelo Senador Esperidião Amin, que tem interesse em assumir essa relatoria. Então, venho pedir a V. Exa., na qualidade de Presidente, que, se possível, acate o convite, aceite o convite do Senador Esperidião para a relatoria e paute para a leitura desse relatório, lembrando que, ainda no tempo do Senador Davi Alcolumbre na Presidência do Senado, ele fez uma relação de dez projetos que teriam prioridade neste ano, quando o Senador Alcolumbre pensava ou pretendia continuar na Presidência. Como não continuou na Presidência, eu entendo que fica valendo aquela lista de dez projetos na qual se encontrava a PEC 35. Então, concluindo, Presidente Lucas, este é o pedido: que avalie o pedido do Senador Esperidião para assumir a relatoria no lugar de Antonio Anastasia e paute para nova discussão aqui na CCJ essa PEC, que já vai aí para sete anos de existência.

Era esse o pedido, Sr. Presidente Lucas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Senador Lasier Martins, tenha certeza de que, pessoalmente, transmitirei o seu pedido ao Senador Davi, que é o Presidente, e farei esse pedido para que também a relatoria seja do Senador Esperidião Amin. Pode contar comigo. E com certeza o Senador Davi também atenderá ao seu pedido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Sei disso e sei que V. Exa. o convencerá de que estaremos nas mãos de um Senador altamente experiente nesta Casa, um dos políticos mais idôneos do Congresso Nacional que é Esperidião Amin.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vamos ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 333, DE 2020

- Não terminativo -

Susta a Portaria nº 377, de 8 de julho de 2020, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Economia, que “Estabelece prazos para a definição de rotinas e contas contábeis, bem como classificações orçamentárias para operacionalização do item 04.01.02.01 (3) da 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, e alterações posteriores”.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria: Deputado Federal Afonso Florence, do PT, da Bahia.

Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes para proferir o relatório.

O SR. CID GOMES (PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - CE. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, meu caro Presidente Lucas Barreto; boa tarde a todos os componentes da CCJ.

Eu queria parabenizar esta Comissão pela decisão recente, embora compreendendo que isso tenha alterado uma decisão sua, Presidente. Tenho certeza de que mais tempo para discutir essa matéria será importante.

Mas, enfim, eu quero me centrar aqui no tema que fui designado para relatar nesta reunião da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Decreto Legislativo 333, de 2020, é de iniciativa do Deputado Florence e foi aprovado na Câmara Federal. Ele é muito simples na sua redação.

Ele, simplesmente, no seu art. 1º, susta a portaria do Tesouro Nacional que, a meu juízo, sem entrar no mérito, invade competências do Congresso Nacional. A matéria da portaria da Secretaria do Tesouro Nacional determina que a partir de 1º de janeiro deste ano – portanto, ela já está em vigor e é necessária a urgência para que aprovemos esse projeto – façam os estados e municípios a inclusão, nas suas contabilidades, na rubrica de gastos com pessoal, das despesas com organizações sociais.

Repito, eu não quero entrar no mérito. Há uma longa questão, há muitas opiniões sobre isso, mas o que é fato é que uma portaria da Secretaria do Tesouro Nacional não pode a um só tempo alterar a lei de criação das organizações sociais, que data ainda da época do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso; não pode uma portaria da Secretaria do Tesouro Nacional alterar parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos nós sabemos que a lei impõe limites percentuais. Todos nós sabemos que boa parte dos entes federados se encontram ali muito próximos dos limites de gastos com pessoal e isso criaria enorme constrangimento, problema para os entes federados, principalmente num momento como esse, em que ainda pegamos o rescaldo de uma pandemia.

Então, Sr. Presidente, senhoras e senhores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer, o relatório, repito, está disponível, mas me dispensando de lê-lo, eu queria, Presidente, já tendo falado com boa parte dos componentes desta Comissão, apelar para que votemos hoje essa matéria e que nós acatemos o parecer favorável no sentido de sustar a portaria da Secretaria do Tesouro Nacional. Se há qualquer intenção de discutir o mérito dessa matéria, isso deve ser feito pelo caminho legal, que é através da apresentação de um projeto de lei, em alguns casos até lei complementar, para que o Senador e a Câmara Federal e posteriormente o Executivo possam se pronunciar sobre a matéria.

Então, sucintamente, Sr. Presidente, para não abusar da sua boa vontade nem da dos integrantes desta Comissão, nosso parecer é favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 333, que susta a portaria da Secretaria do Tesouro Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Tem a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Presidente, eu quero pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Vista concedida ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lucas Barreto. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Nada mais a tratar... Dos outros projetos, que são terminativos, os Relatores não estão presentes.

Então, está encerrada a sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezois de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Giordano, Luiz do Carmo, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Carlos Fávaro, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Fernando Collor, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e ainda dos Senadores não membros Paulo Rocha, Marcelo Castro e Nilda Gondim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Marcos Rogério e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de número 5, 7, 11, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 46, 53, 63, 71, 72, 73, 77, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 133, 135, 147, 150, 152, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194, 197, 211, 215, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 232, 233, 240, 242, 245, 246 e 248, e rejeição das demais, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão, ficando adiada a votação da matéria. **Observação:** Durante a reunião, o relator, Senador Roberto Rocha, acolhe oralmente a emenda nº 250 e rejeita as emendas nºs 251 a 253. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2021 - Não Terminativo** - que: "Altera os arts. 10 e 19 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre o tempo de contribuição das mulheres." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Leila Barros (CIDADANIA/DF), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Romário (PL/RJ), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3, de 2022** que: "Requer que na Audiência Pública com o objetivo de instruir a PEC 76/2019, que "alteraa Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública" seja incluído o convidado que menciona." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 4, de 2022** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2020 - CCJ, do REQ 2/2020 - CCJe do REQ 3/2020 - CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 76/2019, que "alteraa Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública" seja incluído o convidado que menciona." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 5, de 2022** que: "Requer aditamento ao RQS 3/22 - CCJ, para indicar o Sr. Fernando Uberty Machado, Diretor Geral do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/16>

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Bom dia aos nossos servidores.

Cumprimento os nossos Senadores que estão presentes na reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça, cumprimento a imprensa aqui presente, agradeço a presença de várias instituições que estão representando aqui na Comissão as suas entidades.

Bom dia, Senadora Rose de Freitas!

Cumprimento a Senadora Rose de Freitas e queria cumprimentar, antes de nós iniciarmos a nossa reunião, Senador Kajuru, pela presença, o nosso Ministro e ex-Senador Armando Monteiro Neto, ex-Senador desta casa, Ministro do Brasil, nordestino, que está aqui nos prestigiando hoje na Comissão de Constituição e Justiça. É um grande amigo, um profundo conhecedor da área que nós vamos debater hoje aqui, no caso, a PEC 110, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Eu queria lhe cumprimentar, Senador Armando, pela presença, dar um abraço fraterno. Estávamos com saudade de V. Exa. Com certeza, V. Exa. sempre será bem-vindo aqui nesta casa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 e 2 da pauta. A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores e Senadoras votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Temos algumas observações. Eu vou fazer a leitura aqui, enquanto os nossos Senadores ocupam os assentos.

Quem estiver aqui no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no procedimento já estabelecido. Nos termos do art. 8, de 2021, após autenticação da senha no Sistema de Deliberação Remota (SDE), escolhido o voto, é necessário enquadrar o rosto na área reservada à captura do voto, sob pena da não validade do voto.

De outras observações que já foram feitas em outras reuniões eu me reservo o direito de não fazer mais a leitura, porque já fizemos várias vezes.

Eu gostaria... *(Pausa.)*

Só uma observação rapidamente, antes de nós... Só um minuto, porque a Senadora Rose está aqui. Só um minutinho. *(Pausa.)*

Queria também cumprimentar o Deputado Federal Alexis, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo que se faz presente hoje aqui no plenário da nossa Comissão e é convidado do nobre Senador Roberto Rocha, Relator da matéria.

Seja bem-vindo, Deputado Alexis.

Temos uma matéria na pauta. Eu quero fazer e vou conceder a palavra à Senadora Nilda antes de nós iniciarmos o primeiro item, fazer a inversão, explicar o motivo e pedir o apoio do Plenário.

Essa é uma matéria que foi deliberada ainda pela Presidência e pelos Líderes, com a Bancada Feminina do Senado Federal, que foi uma proposta de emenda à Constituição que estava tramitando na Casa e que foi um apelo das Senadoras naquela agenda extensa de projetos que foram votados em homenagem à semana do dia 8 de março. Nós falamos com os Senadores e essa matéria estava na pauta. A Senadora Nilda Gondim, que é a autora da proposta, fez a solicitação em nome da Bancada Feminina, e a Senadora Simone Tebet e a Senadora Eliziane Gama, que é a Relatora da matéria, fizeram o encaminhamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria propor que nós fizéssemos a inversão, já que é uma matéria importante e tem o apoio das Lideranças do ponto de vista da deliberação da matéria no sentido de homenagear as mulheres brasileiras. Eu vou fazer a inversão dessa pauta, vou colocar como primeiro item rapidamente e vou conceder a palavra à autora e posteriormente à Relatora para fazer a leitura do seu voto. Aí a gente coloca em votação em seguida e a gente entra no item da Proposta de Emenda à Constituição 110.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2021

- Não terminativo -

Altera os arts. 10 e 19 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, para dispor sobre o tempo de contribuição das mulheres.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB) e outros

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta e contrário às Emendas nºs 1 e 2

Observações:

-Em 14/09/2021 foi recebida a Emenda 1, de autoria do Senador Romário.

-Em 14/03/2022 foi recebida a Emenda 2, de autoria do Senador Paulo Paim.

Eu concedo a palavra, antes de passar para a Relatora da matéria, à autora, que está presente, nossa querida Senadora Nilda Gondim.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo. É uma alegria muito grande reencontrá-lo, já que eu não sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, não participo. Fico muito feliz de reencontrar todos aqui, porque esta Comissão de fato é a Comissão mais importante do Senado Federal.

Meu colega Deputado Federal conosco e também o Jorginho Mello.

Eu quero agradecer a oportunidade e este espaço que o senhor está me dando para divulgar este projeto. Trata-se de um projeto que defende as mulheres, que dá às mulheres donas de casa e mães de família que, durante a pandemia, não tiveram condições de trabalhar a possibilidade de contar um ano de serviço, um ano de trabalho, um ano para efeito de aposentadoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que seria? Os arts. 10 e 19 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, passariam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

[...]

As servidoras públicas terão reconhecido como tempo de contribuição o período de tempo dedicado ao cuidado com os filhos, devendo a lei a que se refere o *caput* observar os seguintes termos:

I - um ano para cada filho nascido [...];

II - dois anos para cada filho adotado ou portador de deficiência.

Então são esses dois grandes artigos. O segundo diz: "[...] As seguradas do Regime Geral de Previdência Social terão reconhecido como tempo de contribuição o período de tempo dedicado ao cuidado com os filhos, devendo a lei a que se refere o *caput* observar os seguintes termos: [...]".

São esses dois pedidos que estou formulando aqui neste nosso projeto, cuja Relatora é a Eliziane Gama, que estava chegando aqui. Mas, se ela demorar, o senhor pode colocar outra pessoa, porque a gente não pode parar os trabalhos, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Nilda.

A Senadora Eliziane está *online*, mas eu queria informar que nós temos... Como foi feita a inversão da pauta, nós temos o Senador Flávio Bolsonaro, pelo Partido Liberal. Ele gostaria de fazer uma manifestação em relação a essa proposta de emenda à Constituição.

Então, antes de passar à Senadora Eliziane, eu vou passar ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo PL, para fazer a sua manifestação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, obrigado pela palavra.

Eu sou Parlamentar há 20 anos. Sempre neste período de semana e de mês de homenagem às mulheres, é comum que o Parlamento paute projetos que são de interesse das mulheres, que valorizam as mulheres, e, obviamente, sempre estive e sempre estarei de acordo com isso. Pelo que estou vendo nessa PEC, eu fico um pouco preocupado, Presidente, porque eu não sei qual é o impacto disso na previdência. Eu estou... Foi invertida a pauta, e confesso que não sei os detalhes da PEC. Se for possível, vou pedir vista. Eu até gostaria de pedi-la, Presidente, porque não é uma coisa trivial.

Todos nós queremos homenagear as mulheres. Este mês especificamente deste ano foi muito importante para que o Governo Federal pudesse fazer chegar ao conhecimento de todos os brasileiros, em especial das mulheres, a série de conquistas e avanços que foram feitos durante a gestão do Presidente Bolsonaro. Agora me preocupa, porque, se é o que eu estou entendendo aqui, isso vai contra todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípios que nós levamos em consideração quando da aprovação da reforma da previdência, em 2019/2020, porque parece que a mulher que tiver um filho nascido vivo vai ter, para cada filho nascido vivo, que trabalhar um ano a menos para se aposentar. Seria um ano a menos de tempo de contribuição. Então, a mulher que teve dois filhos vai contribuir dois anos a menos para se aposentar. Quanto à mulher que tenha adotado um filho, para cada filho, são dois anos a menos de tempo de contribuição para fins de aposentadoria, se é o que estou entendendo da PEC.

Então é um impacto aqui, Presidente, que não consigo medir neste momento. Fico preocupado. Queremos homenagear as mulheres. Há diversas formas de valorizarmos cada vez mais a participação das mulheres na política, no nosso dia a dia, no lugar em que elas sempre mereceram e merecem ter destaque. Agora esse é um impacto nas contas públicas de que eu não sei qual o tamanho.

Se for possível, Presidente – entendo aqui a boa intenção da autora do projeto, eu li aqui o relatório também da Senadora Eliziane –, eu gostaria de pedir vista para entender melhor os impactos desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Deixe-me fazer um acordo de procedimento aqui, Senadora Nilda.

A Relatora não está aqui. Só que eu estou...

De fato, o Senador Flávio Bolsonaro tem uma certa razão, porque não estava marcado para incluir esse item na pauta, mas, como foi um apelo da Liderança da Bancada Feminina e em respeito ao papel importantíssimo das nossas Senadoras e das matérias relevantes que foram votadas na semana em homenagem ao Oito de Março, eu também quis fazer, pela Comissão, a inclusão dessa matéria na pauta, mas ela não estava prevista de verdade.

Deixe-me fazer um acordo aqui para a gente também evitar o debate e o alongamento da discussão dessa matéria e voltarmos para a matéria principal da pauta, que era o único item. A gente tira hoje da pauta e faz um acordo para voltar, como primeiro item, na próxima semana, daqui a sete dias, já que o relatório vai estar disponibilizado, Senador Flávio.

Eu peço para V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pronto. Então, eu vou... Eu posso passar...

O nosso Secretário-Geral está pedindo, Senadora Nilda e Senador Flávio, para apenas a Relatora fazer a leitura, porque, como o pedido de vista tem que ser assim que se termina o relatório, ela faz a leitura rápida e fica concedida vista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas o problema é que, lá na frente, alguém que não esteja aqui construindo um acordo pode pedir vista de novo.

Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Acho que não há prejuízo nenhum se pudermos... Se for retirar de pauta, volta... A bancada está consciente de que é uma matéria importante até para que ele possa se aprofundar – ele e outros – e não possa depois, com pedido de vista ou não, querer votar contra a matéria. Eu acho que está boa a proposta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas ela não pode fazer a leitura do relatório e eu conceder vista?

Senadora Nilda.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Vamos aguardar esse pedido de vista e, na próxima semana, já há um compromisso de V. Exa. para colocar na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Então, Senadora Nilda, Senador Flávio, fica retirado de pauta o item 2, que será incluído, como primeiro item na pauta, na próxima semana, junto com as matérias remanescentes que estão para deliberação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Entra na semana que vem.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 110, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros

Relatoria: Senador Roberto Rocha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de número 5, 7, 11, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 135, 150, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194 e 211, e rejeição das demais, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 23/02/2022, foi concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais

Parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas nºs 5, 7, 11, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 46, 53, 63, 71, 72, 73, 77, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 133, 135, 147, 150, 152, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194, 197, 211, 215, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 232, 233, 240, 242, 245, 246 e 248, e pela rejeição das demais, nos termos do substitutivo que apresenta.

Foram recebidas 251 emendas à proposta até o momento.

As Emendas de nºs 250 e 251 estão pendentes de relatório.

Foram realizadas cinco audiências públicas destinadas à instrução da proposta. Em 16 de agosto de 2021, foi realizada no Plenário a sessão de debates temáticos remota a respeito da presente matéria, em atendimento ao Requerimento 1.867/21.

Foram apresentados requerimentos para retirada das Emendas nºs 43 e 64, do Senador Major Olimpio, *in memoriam*; 171, do Senador Jader Barbalho; 178, do Senador Luis Carlos Heinze; 182 e 185, Eduardo Braga; 183, Nelsinho Trad; 226, Humberto Costa; 229, Veneziano Vital do Rêgo.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir a complementação do seu relatório.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para pedir que V. Exa. coloque extrapauta dois requerimentos, que já estão sobre a mesa, para adição de participantes em audiência pública que será realizada amanhã. Então, depois da votação, que V. Exa. possa atender extrapauta os pedidos do Senador Jayme Campos e do Senador Nelsinho Trad.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pela ordem, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – São requerimentos de audiência pública propostos pelo Senador Lucas Barreto...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Só um minuto.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... com inserção de alguns nomes para a audiência pública da quinta.

Deixe-me consultar aqui a Secretaria sobre se posso colocar em votação. *(Pausa.)*

Eu vou colocar em votação logo o requerimento, porque eu vou fazer a leitura, Senador Lasier...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Não, não, é na mesma linha. É um requerimento semelhante, para a audiência de amanhã, para acrescentar um nome.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está aqui já. Já temos os três. Eu vou fazer a leitura dos três.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não. Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou fazer a leitura aqui para o conhecimento.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 1, de 2020, da CCJ, do Requerimento 2, de 2020, da CCJ e do Requerimento 3, de 2020, da CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 76, de 2019, que altera a Constituição Federal para incluir a Polícia Científica no rol dos órgãos de segurança pública, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho, Presidente da Federação Nacional dos Peritos Oficiais em Identificação (Fenappi).

Sala das Comissões.

Senador Lucas Barreto.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica incluído mais esse convidado.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 1, de 2020, do Requerimento 2, de 2020, e do Requerimento 3, de 2020, da CCJ, com o objetivo de instruir a PEC 76, de 2019, que altera a Constituição Federal para incluir a Polícia Científica no rol dos órgãos de segurança pública, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Ricardo de Werk Filho, representante do Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais do Mato Grosso do Sul.

Autoria: Senador Lucas Barreto.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão desse convidado.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 3, de 2020, seja incluído o seguinte convidado: o Sr. Fernando Uberti Machado, Diretor-Geral do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers).

A Proposta de Emenda à Constituição 76, de 2019, pretende a criação da denominada Polícia Científica, que seja a desvinculação dos atuais órgãos oficiais de perícia da estrutura das polícias judiciárias.

Por compreendermos a importância dessa nova carreira, gostaríamos de indicar o convidado ao debate para indicar a relevância dos médicos legistas no âmbito da perícia para demonstrar que merecem estar integrados à Polícia Científica.

Sala das Comissões.

Senador Lasier Martins.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Fica incluído mais um convidado para essa audiência.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha, Relator da matéria.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, permitam-me, antes de mais nada, cumprimentar aqueles que vieram para assistir especialmente a esta reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento aqui o Décio Padilha, que é Presidente do Comsefaz, e os outros Secretários de Estado da Fazenda, que estão representando todos os estados. *(Pausa.)*

Ele é do Pernambuco.

Cumprimento o Paulo Ziulkoski, que é Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, e, na pessoa dele, eu cumprimento também todos os outros Prefeitos que estão aqui e os que estão acompanhando remotamente esta reunião; eles representam os municípios, na sua grande maioria, apesar de nós sabermos que existem outras entidades representativas de municípios, de capitais, por exemplo.

Cumprimento, de modo muito especial, o nosso companheiro e amigo Senador Armando Monteiro, que está entre nós aqui, Senador Davi, prestigiando esta reunião, prestigiando o Senado. S. Exa. é profundo conhecedor da matéria, e quero, desde já, confessar que foi uma pessoa muito importante na construção deste trabalho.

Cumprimento aqui o autor intelectual desta PEC, o Deputado Haully, do Estado do Paraná.

Cumprimento o Deputado Federal Alexis, que está aqui, do Estado de São Paulo. Não tenho dúvida de que ele está representando um grupo de Deputados muito interessados nesta matéria, que, votada no Senado, vai para Câmara, e eles, na Câmara, vão fazer tudo para poder acelerar a votação.

Cumprimento aqui o Miguel Abuhab, que é um empresário de Santa Catarina, também veio aqui assistir a esta reunião e é um daqueles brasileiros iluminados que está ajudando muito na questão do sistema eletrônico de débito e crédito.

Em relação à atualização do nosso relatório apresentado aqui, uns 15 dias atrás, antes do Carnaval, eu vou fazer as considerações necessárias.

Desde a apresentação da última versão deste relatório, no dia 23 de fevereiro deste ano, dezenas de emendas foram apresentadas pelos membros desta Comissão, algumas das quais foram acolhidas. Destaco que as alterações no relatório se restringiram à acolhida dessas emendas.

Basicamente traz as seguintes inovações o substitutivo – ou seja, por parte do Relator, não foi alterado nada daquela apresentação; as alterações foram objetos de emendas apresentadas pelos Srs. Senadores –: ao acolher a Emenda nº 220, de autoria do Senador Plínio Valério, o comando contido no §2º recebeu redação mais direta, esclarecendo que o Estado do Amazonas participará na arrecadação do IBS decorrente de operações interestaduais originadas na Zona Franca de Manaus, nos termos da lei complementar.

Já as Emendas de nºs 231 e 232, propostas pelo Senador Fabiano Contarato, foram parcialmente acolhidas, na medida em que acrescentei, ao inciso III do §8º do art. 156-A, a possibilidade de a lei complementar prever o ressarcimento integral das despesas com IBS realizadas pela população de baixa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renda. A redação anterior contemplava apenas a devolução parcial. O benefício, mais do que justo, poderá ser exercido de forma plena, eliminando a regressividade da tributação indireta.

Também acolhi a Emenda nº 233, da estimada Senadora Mara Gabrilli, acrescentando o inciso VI ao §1º do art. 155, para prever a imunidade de ITCMD sobre doações e transmissões efetuadas em favor de organizações da sociedade civil ou de institutos de pesquisa científica sem fins lucrativos. O objetivo é não onerar a transferência de recursos para atividades socialmente meritórias, como a atividade científica, tão carente de apoio em nosso País.

Igualmente acolhi a Emenda nº 248, de autoria do Senador Jorginho Mello, incluindo no inciso V do §3º do art. 146 a possibilidade de recolhimento da CBS separadamente pelas empresas do Simples e modificando o inciso VI do §3º do art. 146 para possibilitar que as empresas do Simples possam transferir créditos do IBS e da CBS, em montante equivalente ao cobrado por meio do regime unificado. Por meio desta emenda, ainda se acrescentou o §21 ao art. 195, prevendo a possibilidade de a lei da CBS instituir regimes especiais e favorecidos de tributação, nos moldes do que já estava previsto para o IBS.

As emendas 222, 230, 240, 242, 245 e 246, de múltiplos autores, foram acolhidas parcialmente porque, embora não incorporadas expressamente ao substitutivo, a concretização do propósito a que visam foi delegada à lei complementar que instituirá o IBS ou à lei ordinária que instituirá a CBS.

Por fim, foi feita uma correção de redação no art. 92-B, que o substitutivo acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O dispositivo mencionava equivocadamente o art. 90 do ADCT, quando o correto seria fazer remissão ao art. 92.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, com acatamento integral ou parcial das Emendas de nºs 5, 7, 11, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 31, 32, 36, 46, 53, 63, 71, 72, 73, 77, 84, 88, 91, 94, 99, 118, 119, 121, 122, 130, 132, 133, 135, 147, 150, 152, 158, 159, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 182, 184, 188, 194, 197, 211, 215, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 232, 233, 240, 242, 245, 246 e 248, e rejeição das demais emendas, além da última emenda que chegou há pouco, que é da Senadora Simone Tebet, Emenda nº 250, que também será acatada.

Dito isso, Sr. Presidente, se possível, antes de iniciar as discussões, eu peço a palavra para uma breve consideração.

Ao longo desses últimos anos, caros companheiros, eu tenho me dedicado a essa matéria. É importante dizer que, no Brasil, quando não é um ano eleitoral, é um ano pré-eleitoral, porque nós temos eleição de dois em dois anos. Então, uma matéria complexa como essa ou a gente vota no ano pré-eleitoral ou vota no ano eleitoral – não tem jeito –, como qualquer outra matéria. É uma matéria muito árida, muito técnica, muito complexa, que suscita muitas dúvidas. Antes de iniciar os estudos nessa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria, eu confesso a vocês que era absolutamente leigo em relação a esse assunto tributário pelo fato de não ser advogado, Jorginho, nem economista, nem contador, muito menos tributarista. Só sei que a gente sente os efeitos desse manicômio tributário que corrói a possibilidade de a gente crescer, gerando empregos para os nossos irmãos brasileiros.

Eu devo dizer que hoje é um dia histórico, um dia histórico porque lembro perfeitamente o dia em que essa emenda à Constituição foi apresentada, ocasião em que era Presidente do Senado o Senador Davi Alcolumbre, que, por essa razão, foi o primeiro subscritor dessa emenda, PEC 110, depois assinada por cerca de 70 Senadores, entre os quais eu. E hoje, depois de milhares de horas de audiências públicas, milhares de horas de audiências não públicas, com setores, Governos Federal, estadual, municipal, com setores do setor produtivo, da indústria, do comércio, da agricultura, de serviços, da cooperativa, de tudo quanto é setor da economia deste país. Posso dizer que hoje é um dia histórico nos trabalhos desta Comissão, histórico porque vamos discutir e apreciar uma das reformas mais importantes para o Brasil que é a reforma tributária ou, mais especificamente, a reforma da tributação do consumo de bens e serviços. Trata-se de uma reforma muito importante por seu impacto sobre o crescimento e sobre as desigualdades sociais e regionais.

Todos os estudos disponíveis mostram que a reforma tem um efeito positivo sobre o PIB brasileiro (Produto Interno Bruto). Pode haver divergência sobre o tamanho desse efeito, se são 6%, 12% ou 20% em 15 anos, mas há um quase consenso entre os economistas de que o impacto é significativo.

Esse é o resultado da redução da complexidade do sistema tributário brasileiro, da eliminação da cumulatividade, que onera investimentos e exportações, e da correção de distorções na forma de organização do sistema produtivo brasileiro que resultam do nosso sistema atual.

Os estudos disponíveis também mostram que a reforma nos termos propostos reduz disparidades injustificáveis na distribuição da receita entre os entes da Federação, bem como reduz a diferença entre o poder de consumo das famílias mais pobres e das famílias mais ricas. É verdade que ainda teremos de avançar na reforma da tributação da renda, que depende apenas de lei ordinária, para ter uma tributação definitivamente mais justa no nosso país, mas a reforma que estamos apreciando hoje já traz uma contribuição importante para a parcela menos favorecida da população brasileira, ao reduzir a tributação do consumo dos mais pobres, elevar um pouco a tributação do consumo dos mais ricos e prever a devolução às famílias mais carentes do imposto incidente sobre o consumo. É óbvio que uma mudança dessa dimensão gera resistências, pois afeta o preço relativo entre bens e serviços consumidos pelos brasileiros e a distribuição da receita entre os entes federados.

O substitutivo que estou apresentando a esta Comissão procurou atender da melhor forma possível as preocupações com o impacto da reforma tributária, seja através de uma transição muito suave na distribuição da receita entre estados e municípios, seja pela criação de mecanismos que aumentam a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica das empresas na mudança do sistema tributário, seja garantindo a possibilidade de tratamento favorecido a setores que, por importância social, merecem ser menos tributados.

No Brasil, infelizmente, ninguém aceita perder quaisquer vantagens, mesmo quando essas vantagens são injustificáveis do ponto de vista social e econômico. Por isso, é importante entender como o substitutivo que hoje será aqui apreciado equaciona as demandas que são justas, mas evita manter ou até mesmo aprofundar distorções existentes que não se coadunam com o ideal de um país justo e eficiente.

Eu começo pela questão federativa. É inevitável que as mudanças no sistema tributário resultem em uma alteração da participação dos entes federados no total da receita. Alguns estados e municípios aumentam sua participação no bolo tributário e outros reduzem. O que deve ser avaliado é se essa mudança é justa. E a resposta é, definitivamente, "sim". Entre os 12 estados brasileiros com menor renda *per capita*, 11 aumentam sua participação no total da receita e apenas um tem uma pequena redução. Entre os quase 2,7 mil municípios com menor PIB *per capita*, 2.668 aumentam sua participação no bolo tributário e apenas 26 reduzem. Ao final de 40 anos, os estados do Nordeste serão os mais beneficiados pela reforma, seguidos pelos estados do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste; ou seja, a reforma reduz de forma clara as desigualdades regionais hoje existentes.

A redução das disparidades federativas, por fim, fica clara quando comparamos a receita *per capita* anual dos municípios com ISS e a cota parte do ICMS e a receita que terão após a reforma. Hoje a diferença entre a maior e a menor receita *per capita* é de mais ou menos 200 vezes. Com a reforma, essa diferença cairá para pouco menos de 20. Quem pode ser contra uma reforma que corrige tamanha distorção na distribuição da receita entre os entes da federação?

Isso não significa que eu não me preocupe com o impacto da reforma sobre a receita dos estados e municípios, cuja participação no total das receitas será reduzida. Para estes, estou propondo um modelo de transição na distribuição federativa da receita que dilui muito os impactos ao longo do tempo. Ao final de 20 anos, por exemplo, nenhum estado e nenhuma capital terá a sua participação no total da receita reduzida em mais 6,5%, que é um percentual menor do que qualquer estimativa conservadora de impacto da reforma sobre o crescimento no período. Na prática, todos os entes da federação serão beneficiados pela reforma, uns mais, outros menos, é verdade, mas todos serão beneficiados.

Não é razoável, portanto, que alguns grandes municípios venham dizer que serão muito prejudicados pela reforma tributária. Menos razoável ainda é a proposta por eles elaborada de manter a separação entre a tributação de serviços pelo ISS e a tributação de mercadorias pelo ICMS. Há um consenso de que essa segmentação gera cumulatividade, contencioso e menor crescimento. Não é por outro motivo que o Brasil é hoje o último país relevante do mundo que tributa serviços separadamente de mercadorias. Podemos, como faço no meu substitutivo, adotar uma transição que seja muito suave,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente benéfica para os grandes municípios. Não podemos aceitar um modelo em que o país cresça menos para atender ao interesse injustificável de alguns municípios do país.

Passo, então, à questão do impacto setorial da reforma tributária. Assim como na questão federativa, é inevitável que a reforma redistribua a carga tributária entre os setores da economia brasileira, mas isso não representa o favorecimento de qualquer setor. Ao contrário, o que a reforma propõe é exatamente um tratamento homogêneo para todos os setores de nossa economia, o que não ocorre hoje. O resultado é um sistema mais simples e mais justo, pois hoje, no Brasil, tributamos menos o que os ricos consomem do que o que os pobres consomem. Ou seja, no Brasil, proporcionalmente, os que têm menor poder contributivo pagam mais do que os que têm maior poder contributivo.

É claro que há setores que, por sua importância social, merecem um tratamento menos oneroso. Para esses, o substitutivo que hoje apresento a esta Comissão já abre a possibilidade de tratamentos especiais favorecidos, a serem regulamentados por lei complementar. Em meu relatório, listo os setores que entendo que deveriam merecer esse tratamento favorecido: atividades agropecuárias, agroindustriais, pesqueiras e florestais; produtos integrantes da cesta básica de alimentos; gás de cozinha para uso residencial; educação básica, superior e profissional; saúde e medicamentos; transporte público coletivo e regular de passageiros e aquisições realizadas por entidades beneficentes de assistência social, por exemplo.

Sei que muitos perguntarão por que não defino esses setores em meu substitutivo. A resposta é simples: porque a Constituição não é um lugar para fazê-lo. Nós estamos discutindo uma PEC, uma emenda constitucional. O nome "lei complementar" é exatamente para complementar, é algo que não deve estar no texto constitucional, mas complementá-lo.

Exceto no caso das imunidades, não há hoje, no texto constitucional, qualquer referência a tratamento tributário favorecido para o setor x ou y. Repito: exceto no caso das imunidades, não há hoje, no texto constitucional, qualquer referência a tratamento tributário favorecido para o setor x ou y. Seria um precedente muito perigoso trazer as discussões setoriais para dentro da Constituição, especialmente, companheiros, em um mundo de transformações como estamos vivendo, um mundo em que estamos em processo de desmaterialização, cada dia mais digital. É como se, há dez, quinze anos, a gente tivesse propondo aqui, votando, por exemplo, um tratamento favorecido para CD e DVD, a pretexto de estimular a cultura, educação etc. Onde é que, hoje, a gente compra CD e DVD? Está tudo na nuvem. Então, é evidente que a gente tem que ter cuidado ao tratar do texto constitucional.

Adicionalmente, é preciso entender que há várias formas pelas quais é possível dar tratamento favorecido. O substitutivo abre, inclusive, a possibilidade de devolução do imposto às famílias que consumirem determinados bens e serviços, devolução do imposto às famílias pobres que consumirem determinados bens e serviços. Se esse montante for limitado, será possível, por exemplo, desonerar totalmente as despesas com educação e saúde das famílias de classe média, mas não das famílias mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ricas, tornando nossa tributação mais progressiva. É impossível, no entanto, detalhar esse tipo de tratamento no texto constitucional.

Sei que algumas entidades estão afirmando que a reforma tributária será muito prejudicial ao setor de serviços. Isso não é verdade. Ao contrário: a maior parte do setor de serviços tende a ser beneficiada com a reforma. Esse é o caso da prestação de serviço a empresas, inclusive o transporte rodoviário de carga, que passará a dar crédito integral do imposto ao tomador do serviço, sendo totalmente desonerada, ao contrário do que ocorre hoje. É o caso também dos setores da telefonia celular, item importante da cesta de consumo das famílias mais pobres, cuja tributação será reduzida.

Também não é verdade que o setor de serviços que seria afetado pela reforma representa 73% do PIB. Eu posso até admitir que o setor terciário tenha 73% do PIB no Brasil. Sucede que, dentro disso, nós temos administração pública, nós temos serviço das empresas para empresas, nós temos o setor financeiro, o setor de radiodifusão, o comércio. Eles pagam ICMS, eles já pagam ICMS. Se você extrair isso, sobram 13% do PIB. Desses 13%, 89% estão no Simples, que não é afetado em nada com essa reforma, e se dá a opção para aquele que tem o Simples de continuar no Simples ou ir para o sistema de crédito e débito.

A prestação de serviços a consumidor final não tributada pelo ICMS representa apenas 13% do PIB – falei há pouco – e, dentre os prestadores de serviço a consumidores finais, quase 90% das empresas são do Simples e não serão afetadas pela reforma – falei há pouco também. Mesmo entre os 10% de empresas que poderiam ter algum aumento de tributação, boa parte está nos setores de saúde e educação, que terão tratamento favorecido na lei complementar. Ou seja, o universo de empresas cuja atividade poderá ser onerada pela reforma tributária é muito restrito, e quase todas prestam serviços predominantemente a pessoas de alta renda, cujo consumo é hoje menos tributado que o das famílias de baixa renda. Vale perguntar: será que um pobre vai à academia?

A discussão que eu sempre coloco, Sr. Presidente, é que aqui é uma Casa de políticos eleitos pelo voto direto. Aqui ninguém está porque passou num concurso de provas e títulos. Então, na hora de tomar uma decisão, a gente tem que sempre olhar com os olhos dos que mais precisam. Então, a pergunta é: no Brasil o pobre consome mais bens ou serviços? É óbvio que são bens. E a carga tributária de bens é quase o dobro da de serviço. Com a reforma, todos ganham – aí o pobre vai ter o direito de sonhar com uma academia –, de tal modo que vai impactar na economia, não tenho dúvida, essa reforma, mais até do que o Plano Real, e todo mundo vai ganhar. Não há qualquer sentido, portanto, em prever um tratamento favorecido para todo o setor de serviços.

Imagina estabelecer um tratamento tributário especial – não é diferenciado, mas especial – para o setor de serviços, que é muito heterogêneo – aí você vai especificar na Constituição quais são os setores: não é mais Constituição, isso cabe a lei complementar, é óbvio. Isso não apenas é desnecessário, mas também beneficiaria sobretudo os consumidores mais ricos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faz menos sentido ainda limitar a alíquota incidente sobre o setor de serviço no texto constitucional não apenas por conta de grande heterogeneidade dentro do setor, mas porque, ao fazê-lo, estaríamos tornando o sistema mais complexo, ampliando distorções que já são injustificáveis no sistema atual e favorecendo quem não precisa ser favorecido.

No caso do agronegócio, que também está demandando tratamento específico, lembro que a minha proposta é que o setor seja efetivamente contemplado na regulamentação dos regimes especiais e favorecidos, de modo a garantir que nenhum pequeno produtor seja prejudicado; ao contrário, lembro que o setor do agronegócio tende a ser um dos mais beneficiados pela completa desoneração das exportações e dos investimentos, que resulta das mudanças que estão sendo propostas para o sistema tributário.

Os tributos não recuperáveis que hoje oneram o produtor rural na aquisição do diesel ou de trator passarão a ser integralmente recuperáveis, desonerando de forma efetiva a cadeia de produção do setor.

Sei também que há demandas na mudança de texto constitucional por parte das cooperativas, setor extremamente importante para a economia brasileira. Posso garantir que, com as mudanças propostas no sistema tributário e com o adequado tratamento tributário do ato cooperativo já previsto na Constituição, não há qualquer risco de os produtores cooperados serem prejudicados na concorrência com os demais produtores.

É preciso muito cuidado com mudanças genéricas na forma como as cooperativas são tratadas no texto constitucional, pois o universo de cooperativas é amplo e heterogêneo, contemplando não apenas cooperativas de produção, mas também cooperativas de consumo, de trabalho, de crédito, entre outras. Dependendo de como o tema for regulamentado, corremos o risco de criar distorções competitivas que prejudiquem os produtores, consumidores e trabalhadores que não sejam cooperados.

Por fim, gostaria de fazer alguns rápidos comentários sobre o impacto da reforma para as empresas do Simples Nacional, tão bem cuidado pelo Senador Jorginho Mello, entre outros. De um lado, essas empresas poderão optar por aderir ao regime total de crédito e débito do IBS e da CBS, recuperando integralmente os créditos em suas aquisições e transferindo integralmente o crédito na venda de seus produtos e serviços. De outro lado, estamos acatando uma emenda permitindo que mesmo as empresas que não fizerem a opção possam transferir créditos do IBS e da CBS em suas vendas, o que hoje é vedado para o IPI e permitido apenas para alguns estados para o ICMS.

Muito obrigado ao Senador Jorginho Mello, com quem ontem fizemos um longo e produtivo debate que resultou na melhora do texto, junto com o Sebrae.

Finalizo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, reforçando que não haverá setor prejudicado pela reforma tributária. Em uma boa tributação do consumo, como a que está sendo proposta, quem efetivamente paga o tributo é o consumidor, não é a empresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos fazendo uma reforma tributária para o segmento empresarial A, B ou C, governo A, B ou C. Empresa não paga imposto; quem paga imposto é o contribuinte.

Quando você aumenta o imposto, ele vai para o preço, e, infelizmente, quando você diminui, muitas vezes, não vai para o preço, como agora, com a redução do IPI em até 25%: algumas montadoras reduziram, outras não. Então, aqui, o foco não é a empresa, é o contribuinte.

É verdade que há alguma oneração adicional do consumo das pessoas, das famílias mais ricas e uma desoneração do consumo das famílias mais pobres, mas essa é uma boa característica da reforma. Por exemplo, em alguns estados, como no meu – os Senadores do Maranhão aqui sabem disso –, o governo do estado toma moto e carro, toma e vende, de pessoas pobres que não têm condições de pagar IPVA. Alguém já viu tomar um helicóptero? Alguém já viu tomar um jatinho ou um iate? Não! Será que o Governador tem coração duro? Não! É porque no Brasil não paga IPVA iate, jatinho e helicóptero, mas, pelo texto constitucional que a gente apresenta, vai passar a pagar – vai passar a pagar. E olha que a minha família tem! Então, não estou fazendo isso para mim nem para ninguém que está aqui nesta sala; a gente está fazendo para aqueles que mais precisam.

Mesmo setores cujo consumo eventualmente venha a ser mais tributado do que hoje, serão beneficiados pelo maior crescimento da economia e da renda das famílias.

O que temos de decidir aqui hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado é se queremos uma reforma que faça o país crescer mais e que reduza as desigualdades sociais e regionais, escrito que é letra morta da nossa Constituição, que completou recentemente 30 anos e nunca conseguiu reduzir as desigualdades – ao contrário, ampliou –, ou se queremos manter as características de um sistema injusto e que impede que a economia brasileira se desenvolva.

Em princípio, era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Roberto Rocha. Queria cumprimentar novamente V. Exa. pelo trabalho que realizou como Relator dessa matéria, lembrar que, para essa matéria, nós criamos, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial que teve também um trabalho muito importante na figura do Deputado Aguinaldo Ribeiro, Deputado Federal pelo Estado da Paraíba, que conduziu esse processo na Câmara dos Deputados como Relator da matéria, e V. Exa., naturalmente, como Relator no Senado Federal. Eu tenho convicção absoluta de que a nossa decisão de constituição da Comissão conjunta foi fundamental para que nós chegássemos até aqui, porque, de fato, foi um trabalho coletivo, feito a várias mãos, entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, levando a impressão dos Senadores e também trazendo a impressão dos Deputados para esse processo. E V. Exa., como Relator da matéria no Senado Federal, compilou todas essas informações em várias reuniões, em várias audiências, em vários encontros, em vários debates, em várias palestras, que culminaram na decisão institucional da Presidência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado, na figura do Presidente Rodrigo Pacheco, e desta Presidência de avaliarmos o momento adequado dentro de um conjunto de entendimentos construídos pelo Parlamento, e é o que nós estamos fazendo aqui hoje, colocando em votação, em discussão essa matéria importantíssima, que foi, como disse, construída a várias mãos.

Primeiro Senador inscrito para discutir a matéria, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Muito bem. Muito bom dia a todas as Sras. Senadoras, a todos os Srs. Senadores.

Quero saudar, de forma especial, o Senador Roberto Rocha, pela dedicação, pelo denodo, pela forma dedicada e focada com que trabalhou para nos trazer hoje a PEC 110, para que possamos apresentar ao Brasil e iniciar a sua tramitação.

Sempre tive preocupação com um setor que é um grande gerador de emprego do Brasil, reconhecidamente por todos nós – até por ter a honra de ser o Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa –, que gera emprego, que mata no peito todas as dificuldades, se reinventa, supera. Uma grande empresa, se há algum tipo de problema na sua estrutura, no mercado, enfim, fecha as portas e vai embora. A microempresa não tem como fazer isso: ela reduz salário, ela vende parte do patrimônio, que já é pouco, para continuar viva e empregando.

Então, eu e a minha equipe, através do Dr. Henrique Junqueira e a sua assessoria, que quero cumprimentar neste momento, apresentamos a nossa preocupação, que também é corroborada pelo Sebrae, porque a gente trabalha muito junto. O Sebrae, comandado pelo Carlos Melles, hoje é uma instituição que está ao lado e sempre vai ao encontro das dificuldades da micro e pequena empresa em todo o Brasil, em todo o país.

Então, a gente tinha a preocupação de que pudesse a micro e pequena empresa perder algum benefício, até porque é um regime tributário. A gente que tem que parar definitivamente de dizer que é renúncia fiscal ou coisa parecida. O tratamento diferenciado, já assegurado na nossa Constituição, garante ao micro e pequeno empresário tratamento diferenciado. Isso não é favor, isso não é renúncia. Definitivamente a gente tem que aprender que a tributação do Simples é um regime tributário. E isso, através da Emenda 248, com a equipe técnica, com o comando do Senador Roberto Rocha, foi entendido de ser acatado, para que se preserve a preocupação que a gente tinha, para que se preservem todos os direitos assegurados na Constituição hoje, para que o micro e pequeno empresário continuem tendo destacadamente esse regime tributário diferenciado.

A preocupação com os serviços atendeu ao que nós pedimos, o Sebrae foi parceiro na contribuição, então eu me sinto contemplado e quero dizer ao Senador Roberto Rocha: vamos encaminhar favoravelmente à votação. Vou fazer de tudo para ajudar V. Exa. e para ajudar o Brasil na aprovação dessa PEC, para que ela possa ser promulgada rapidamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O período de implantação, no meu ponto de vista, é muito longo, deveria ser mais curto ainda, mas a gente sabe desse emaranhado, desse manicômio tributário, que gera discussões, que gera preocupações, que gera interesses e uma série de coisas que o senhor sabe e já enfrentou. Gera lobistas, gera pessoas que não querem simplificar, que querem que continue esse emaranhado para se beneficiar disso tudo.

Então, eu quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar toda a equipe e dizer que, como Presidente da frente que defende a micro e a pequena empresa, encaminho favoravelmente. Vamos acompanhar todas as alterações, vamos nos dedicar, através de lei ordinária... A Constituição nos dá o norte, nos assegura os princípios, e, depois, nós precisamos, na regulamentação, conseguir fazer com que isso possa ser operacionalizado e com que possam funcionar todos os regimes.

Por isso, eu o cumprimento e agradeço a oportunidade, desejando muito boa sorte não ao Senador Roberto Rocha, mas ao Brasil. O Brasil precisa dessa reforma o mais rápido possível, para que seja privilegiado quem produz, quem trabalha, quem gera riqueza neste país, acima de tudo com justiça social.

Então eu agradeço a oportunidade.

Cumprimento, pelo trabalho, o Senador Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Jorginho Mello.

Com a palavra o próximo Senador inscrito, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia mais uma vez!

Não posso deixar de manifestar minha profunda alegria por ver ao seu lado o nosso querido amigo Deputado Joaquim Passarinho, que coordena, em nome da Câmara, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo. Eu sucedi ontem ao nosso querido Antonio Anastasia, que era o coordenador. Então fico feliz, porque, certamente, o empreendedor brasileiro, seja ele micro, individual, pequeno ou grande, até aquele que não sabe que é empreendedor, que não sabe que essa palavra se lhe aplica...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para ilustrar, Senador Esperidião, ele também coordena a da micro e pequena empresa. Então é um homem preparado, que defende o pequeno empreendedor no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Preparado mesmo, Senador Jorginho... Foi a minha sorte: eu tive como paraninfo no curso de Direito um parente dele, Jarbas Gonçalves Passarinho, ex-Senador, Ministro, que me deu a alegria de ser meu paraninfo na formatura em Direito no ano de 1970.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Rocha, já que nós estamos falando dessas afinidades... Eu já disse a ele: eu tenho algumas pendências aí e não quero romper uma amizade que começou com o pai dele, Luiz Rocha, que foi Governador do Maranhão quando eu fui Governador de Santa Catarina pela primeira vez. Dessa forma, temos aqui várias vinculações.

E aqui, à minha esquerda, o lado do coração, e lá atrás... Nós temos que homenagear duas pessoas que se dedicaram a esse assunto de maneira diferenciada. Vou começar pelo mais próximo, do lado de cá do Rio Jordão, que é o Luiz Carlos Hauly, que é um apóstolo desse assunto. E, depois, quem está aqui, à minha esquerda, é o querido amigo Miguel Abuhab, que é do outro lado do Rio Jordão. E é sobre isso que eu vou começar.

Eu acho que a implantação da reforma tributária não precisa ser tão prolongada quanto se anuncia, Senador Jorginho, porque a parte tecnológica da operação, claro que com as demonstrações, certificações, legitimações que São Tomé determina... São Tomé quer ver como é que funciona, não é, Kajuru? E é o meu padroeiro. Eu quero ver como é que funciona. Mas, com isso, nós poderemos ter uma simplificação que já vai chegar perto de 1% do PIB, só com a simplificação de procedimentos.

Eu quero ainda rememorar, neste momento em que eu faço essas homenagens ao seu trabalho, Senador Davi Alcolumbre, que V. Exa. liderou a lista de autoria dessa proposta. Fomos 68 membros do Senado que assinamos. Três já faleceram: o Senador Arolde de Oliveira, o Senador José Maranhão e o Senador Major Olimpio. Quer dizer, já tivemos três perdas entre os autores. Por isso, é tempo de se recuperar o tempo, é momento para se recuperar o tempo.

Eu tenho algumas pendências e vou falar sobre elas, começando por agradecer, porque – aquela tua medalha onde é que está? – o Senador Roberto Rocha acolheu a Emenda nº 150, que é profundamente inspirada, Senador Roberto Rocha, no livro do Miguel Abuhab *Devo, Não Nego, Pago Quando Receber!*. Eu vou poder quando receber.

Eu compartilho da preocupação do Senador Jorginho Mello quanto à questão desse micro, pequeno e até empresário individual, que naturalmente tem uma preocupação voltada principalmente para a questão de serviços. E, por isso, eu gostaria de recapitular aqui o intento das emendas constitucionais, especialmente a 234.

Eu quero dizer que sou sócio do Senador Luis Carlos Heinze na emenda sobre o ato cooperativo. Para lembrar, nós apresentamos, quase que simultaneamente, a emenda do ato cooperativo em setembro de 2019 – para ser mais exato, numa data emblemática, 11 de setembro de 2019 –, e eu não vejo incompatibilidade entre o intento da emenda que foi reapresentada pelo Senador Heinze sob o nº 235, no dia 10 de março. E não preciso lhe dizer que, assim como a micro e pequena empresa, a cooperativa e o crédito para o micro e pequeno empresário, porque nós vimos – nós vimos! – como é que foi criar recursos, a dificuldade de fazer o crédito circular para o pequeno... Só do Pronampe, que foi um projeto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Jorginho Mello, nós conseguimos, num esforço no chamado orçamento de guerra, na emenda constitucional, colocar R\$40 bilhões na caixa d'água da liquidez. Quanto é que chegou para o micro e pequeno empresário? Quarenta e dois bilhões, ou seja, foi emprestado o que era a garantia. Isso é uma dificuldade creditícia.

A cooperativa, a sociedade de garantia solidária, a sociedade garantidora de crédito são mecanismos para fazer fluir o dinheiro para o pequeno, no primeiro caso quando ele é cooperativado. No nosso estado, Senador Jorginho, nós temos o privilégio de termos já mais de 20% das operações ativas – ou seja, agora eu estou falando de crédito – através de crédito cooperativo. É uma sorte, porque no Brasil o percentual é muito mais baixo.

Então, o uso, o argumento da pequena empresa, da microempresa, daquele que não tem, como dizia Muhammad Yunus, garantia... E, quando não tem garantia, Kajuru Nasser; quando não tem garantia, o credor vai ficando uma miragem. O sistema financeiro é viciado em garantia. Quando não tem garantia... E, quando tem garantia, ficam empilhados lá veículos, imóveis, móveis comprados com garantia.

Então, para prestigiar, voltando agora à emenda, o ato cooperativo – e agora me dirijo principalmente a V. Exa., quanto à emenda, não aos textos que V. Exa. não aceitou inicialmente, mas a este texto, que é da lavra do Senador Heinze, com o qual eu compartilho, que foi apresentado no dia 10 de março –, eu sou obrigado a insistir. A cooperativa é o capitalismo social. Prestigiá-la na Constituição com essa sugestão de §2º do art. 146 não é inadequado; pelo contrário, é uma segurança constitucional que se estabelece para a atuação da cooperativa, inclusive na parte do crédito, que mencionei.

O esforço é conseguir o dinheiro, Jorginho. Você lutou, a Senadora Kátia Abreu, eu dei a minha contribuição, todos nós fizemos isso num período, cada um a partir da sua época. Como Governador, tive o privilégio de ser o primeiro estado a criar um estatuto de microempresa no Brasil, em 1983. Criamos departamento de pequenos negócios no banco do estado, no Badesc. Mas isso é passado. Agora, na emenda constitucional, nós temos que dar um passo a mais para dar segurança ao ato cooperativo.

O senhor pode dizer: isso pode ser feito por lei? Quem mais precisa disso são aqueles que mais precisam crescer. E o Brasil terá juros mais civilizados à medida que nós tivermos mecanismos que façam o dinheiro fluir para o micro, para o individual, para a pequena empresa e para o crédito cooperativo ou associativo, que nome se dê.

Então, eu faço um apelo ao prezado amigo, que se dedicou...

Particpei de reuniões de instrução, já aplaudi os que estão ajudando, como o Deputado Haully, como nosso Miguel Abuhab.

O país anseia pela reforma tributária como forma de se...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... libertar – eu não chamo de manicômio – do peso de carregar um sistema tributário que dificulta a nossa competitividade; eu simplifico assim.

Então, faço-lhe um apelo para que considere a Emenda 235, do Senador Heinze, e a 234, que versa sobre a questão dos serviços, não sem antes reiterar o agradecimento pelo acolhimento da nossa Emenda 150, que, como eu disse, é inspirada no livro do Miguel Abuhab. Agora vou dizer certinho: *Devo, Não Nego, Pago Quando Receber!*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Agora eu vou chamar dois oradores que estão escrito no modelo virtual e, em seguida, volto aqui para o presencial.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães e solicito à Secretaria-Geral da Mesa que coloque o Senador Oriovisto no telão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Muito bom dia, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os colegas Senadores que estão presentes. Um cumprimento especial ao Senador Roberto Rocha, cuja luta eu acompanho pelo menos ao longo dos últimos dois anos. Sei do seu esforço, sei do seu empenho e, diria mais, sei até do seu envolvimento quase emocional com tudo que ele acredita nessa PEC. Ouvi atentamente tudo o que ele disse, ouvi também Jorginho Mello, ouvi também Esperidião Amin.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu queria dizer que respeito muito o Senador Roberto Rocha, respeito muito todos que estão trabalhando fortemente para tentar dar uma solução para os nossos problemas tributários que são conhecidos e que são muitos.

Em segundo lugar, eu quero me somar ao pronunciamento do Senador Esperidião Amin. O Paraná tem muitas cooperativas; todas elas me procuraram, todas elas preocupadíssimas com o ato cooperativo. Eu endosso cada palavra do Senador Esperidião Amin e não vou repeti-las por desnecessário, mas manifesto o meu forte apoio e concordância.

Quanto à reforma, Sr. Presidente, eu me permito raciocinar um pouco, colocar algumas dúvidas.

Por mais que ela já tenha sido debatida, por mais que infinitas audiências públicas tenham sido feitas – eu, inclusive, participei de várias –, por mais que ela já tenha sido prorrogada, por mais que, desde 1988, desde a Constituição, o Parlamento brasileiro tente fazer uma reforma tributária e não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue. Foi assim com o Lula, que tinha uma ascendência enorme sobre o Parlamento e não conseguiu. Foi assim com o Fernando Henrique, que tinha uma ascendência enorme e não conseguiu. Foi assim com outras reformas que tiveram origem na própria Casa e que não foram em frente; foram aprovadas em uma Casa e morreram na outra.

Eu espero realmente que nós consigamos fazer uma reforma tributária. E, para que não digam que, se eu não concordo com essa, eu que proponha outra, eu quero quase fazer outra proposição. A proposição que eu quero fazer é basicamente uma análise mais didática do Sistema Tributário Brasileiro.

Sr. Presidente, qualquer que seja o sistema tributário, há três fatos em que não se pode mexer. Se nós quisermos ter um Governo central, nós temos de ter impostos federais; senão, não vai existir Governo central. Se quisermos governos estaduais, nós vamos ter que ter impostos estaduais; senão, não vai haver governo estadual. E, se quisermos ter municípios, teremos que ter impostos municipais; senão, não teremos municípios. Então, claramente, os nossos impostos têm como origem o Governo central, o Governo Federal, os governos estaduais e os governos municipais.

O nosso Governo Federal tem pelo menos oito impostos que ele cobra, e aí já começa uma grande salada: ela cobra IPI, ele cobra Imposto de Renda, ele cobra IOF, ele cobra PIS, ele cobra Cofins, ele cobra Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, ele cobra imposto sobre importação, enfim... Nos governos estaduais é bem mais simples: cobram o ICMS, cobram o IPVA e o imposto sobre herança e sobre doações. E o municipal é o mais simples de todos, é o que menos incomoda, eu diria: cobram ISS, que é o imposto bem regulado, que varia de 2% a 5% em todo território nacional; cobram também o ITBI, que só vai afetar aqueles que fazem transações de bens; e cobram o IPTU, que é um imposto já consagrado também.

Então, eu não vejo grandes problemas com os impostos municipais, não vejo. Acho que eles estão bem. Podem ser aperfeiçoados? Podem, mas eles não fazem parte do manicômio, eles são simples. Os impostos estaduais têm um problema muito sério, que é o ICMS, que deveria ser o nosso IVA estadual, o único que, acho, deveria existir. Quem pode resolver ICMS, para mim, não é o Congresso Nacional; é o Confaz. E é por isso que todas as reformas tentadas até hoje não funcionaram, porque elas não devem partir do Congresso Nacional, elas devem partir dos entes que cobram os impostos. Devem partir do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais.

O Governo Federal, com um mínimo de boa vontade, pode reunir seu ministro da Economia e outros ministros e fazer uma simplificação nessa colcha de impostos que ele cobra, que são oito, sem que isso se acumule com outros. Os governos estaduais poderiam nos propor uma legislação única para o ICMS em todo o país. Hoje é impossível conhecer, nós temos 27 legislações sobre o ICMS. Aí está o verdadeiro manicômio. Mas quem tem que desmontar o manicômio é quem o montou. E quem o montou foram os governos estaduais, que não conversaram entre si. E é possível fazer isso, só eles podem fazer isso. Se não houver boa vontade do Governo Federal, se não houver boa vontade dos Executivos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais e municipais, nenhuma reforma tributária vai resolver a questão tributária no nosso país, por mais mudanças na Constituição que façamos.

Eu conversei sobre isso longamente com o ex-Secretário da Fazenda Everardo Maciel, e ele me afirmava, com toda a sua experiência, o seguinte: "Oriovisto, não há necessidade de fazer nenhuma mexida na Constituição; basta um conjunto adequado de leis complementares infraconstitucionais que nós podemos simplificar muito o sistema tributário brasileiro, de forma que todo mundo entenda e que ninguém se sinta inseguro".

Eu não tiro os méritos da PEC 110 – existe nela muita coisa muito interessante e muito boa –, não tiro os méritos do Deputado Hauly, autor intelectual, não tiro, mas ela cria insegurança. A questão hoje... E eu pedi a eles, nos inúmeros debates que fiz com eles, um modelo, um exemplo prático, concreto: se eu quiser montar uma fábrica de pasta de dente baseado na 110, quanto eu vou pagar de imposto? Se eu quiser montar uma universidade, se eu quiser montar uma rádio, se eu quiser montar uma fábrica de bicicleta? Hoje, o manicômio tributário é um manicômio conhecido. Em qualquer atividade econômica hoje no setor primário, secundário ou terciário, eu chamo um contador, um advogado, bem ou mal eu consigo prever o que eu vou pagar. Ah, vai haver algumas questões, vamos judicializar outras. Correto, há muito defeito. Não estou defendendo o sistema tributário atual, mas eu estou dizendo que nele existe pelo menos alguma previsibilidade hoje. É por isso que eu digo que essa reforma, a PEC 110, é um salto no escuro. Não estou condenando o que ela tem de bom, ela tem coisas boas, mas ela é um salto no escuro pela simples e boa razão de que nós não podemos prever como vai ficar qualquer negócio deste país, seja na agricultura, seja na indústria, seja nos serviços, não há como prever, porque simplesmente as alíquotas, a maneira de cobrar, quem vai ser isento, quem não vai ser isento, quem vai ter tratamento especial, quem não vai ter, tudo isso está sendo jogado para frente. Então, nós estamos aprovando uma teoria, nós estamos colocando na Constituição uma teoria tributária. Eu acho que o Brasil merece uma coisa mais simples, que o consumidor, que o empresário, que o empreendedor possa entender.

Eu defendo claramente uma reforma cuja iniciativa seja do Poder Executivo. Eu acho que está mal colocada a iniciativa ser do Poder Legislativo. Necessariamente, o Governo Federal tinha que simplificar os seus impostos, os estados fazerem uma legislação única e os municípios também se entenderem. Aliás, os municípios eu acho que hoje estão pacíficos. Esses cinco mil e poucos são os com quem eu menos me preocupo.

Veja, esse IBS juntar ICMS, que é uma coisa extremamente confusa, e juntar uma coisa que é extremamente simples e bem-feita que é o ISS. O que nós vamos ter? Insegurança do setor de serviço. Todo mundo que hoje paga basicamente ISS e, só no fim do ano, vai pagar Imposto de Renda, PIS, Cofins, Contribuição Social, enfim, os impostos federais, que não está pagando imposto estadual, mesmo que não se beneficie pela cumulatividade, ele se sente seguro hoje. Quando você diz que vai juntar as duas coisas, a primeira coisa que o cidadão pensa é: meu Deus, eu pago três, eu pago quatro, eu pago





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinco, vai juntar com o ICMS, eu vou pagar 20, eu vou pagar 15, eu vou pagar 18, sei lá, depende do estado. É claro que isso cria insegurança. É claro que isso cria movimento contra.

Como é que nós podíamos dar segurança às pessoas? Como é que nós podíamos fazer isso de forma mais clara, mais didática? Eu pedi muito ao Haully, eu pedi muito ao Senador Roberto Rocha. Repito: respeito muito o trabalho deles, respeito muito, tenho a maior consideração e estima pelos dois, mas pedi muito que nós fizéssemos alguma coisa mais didática, que pudéssemos convencer as pessoas.

Não foi possível fazer, porque não há como fazer, está-se jogando tudo para depois. E também concordo com eles, que a Constituição não é lugar para ficar regulando tudo. Concordo totalmente. Por isso, eu acho que esse não é um bom caminho. Se nós conseguíssemos simplificar os impostos federais, seria um primeiro passo. Se nós conseguíssemos uma legislação única para os impostos estaduais – ICMS, basicamente –, seria um segundo passo. E os municípios, repito, não me preocupam – não me preocupam. Poderiam também se reunir e fazer uma única legislação para o ISS, mas isso seria uma coisa muito fácil. Acho que os municípios fazem isso com as duas mãos amarradas para trás.

Então, eu quero dizer o seguinte: para não dar razão a Nelson Rodrigues, que dizia que toda unanimidade é tola, porque ele dizia também que para votar com a unanimidade não é preciso pensar, eu quero dizer que eu respeito muito quem pensa diferente daquilo que eu penso. Respeito muito. Isso é democracia. Quero dizer que nós não teremos unanimidade nesta Comissão. Não daremos razão a Nelson Rodrigues, porque, por mais que eu respeite o Relator e o autor intelectual, eu votarei contra essa reforma, PEC 110.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito no modelo virtual e solicito à Secretaria-Geral da Mesa que coloque no painel para as suas considerações o Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Senador Presidente Davi Alcolumbre. Cumprimento o senhor, como cumprimento todos os outros Senadores e Senadoras e, de forma muito especial, o Senador Roberto Rocha pelo belíssimo trabalho. Cumprimento todos aqueles que já fizeram como o Deputado Haully, todos os que trabalharam por esse projeto de lei na Câmara dos Deputados.

Sem sombra de dúvida, o Brasil, os brasileiros clamam por uma reforma tributária que venha, no primeiro momento, simplificar esse emaranhado de proposições, de cobranças de impostos, mas de uma forma quase que indecifrável pelos brasileiros. Então, esse é um grande avanço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo a forma com que o Senador Roberto Rocha conduziu o seu trabalho. Faço um apelo aos Senadores e Senadoras para que se engajem nessa reta final para que nós possamos aprovar e dar as respostas ao povo brasileiro. Este Congresso, que é reconhecidamente, pela população brasileira e por todos, um Congresso reformista, que está atento aos anseios da sociedade, não pode se furtar, neste momento, de trabalhar a aprovação de uma reforma tributária.

Mas quero aqui também fazer as minhas considerações ao belíssimo trabalho, mas eu peço encarecidamente ao Senador Roberto Rocha que avalie dois pontos antes de nos encaminharmos para a aprovação. E já quero dizer: vou trabalhar pela aprovação, vou trabalhar pelo projeto para que ele se torne uma realidade aos brasileiros, mas tenho algumas considerações importantes.

Já foi feita aqui a defesa da Emenda 235, do Senador Luis Carlos Heinze, que teve aqui a belíssima defesa do Esperidião Amin, nosso Senador, com toda competência do mundo. O setor cooperativista precisa... Assim como os micro e pequenos empresários foram contemplados, Senador Roberto Rocha, é importante nós darmos segurança jurídica ao ato cooperativista. O ato cooperativista é fundamental e, por isso, a Emenda 235... Eu clamo para que faça o acolhimento dessa emenda, se possível, neste momento, para que nós possamos ter mais segurança jurídica.

O segundo ponto, e aí esse eu considero o mais relevante, tenho já conversado com outros Senadores e Senadoras de estados de regiões produtoras – a Senadora Simone Tebet deve fazer a seguir a sua defesa pelo Estado do Mato Grosso do Sul, e eu quero fazer aqui a defesa do Estado de Mato Grosso, como tenho certeza de que o Estado do Paraná, o Estado do Rio Grande do Sul –, os estados exportadores de *commodities* têm uma certa preocupação, porque não ficaram estabelecidas de forma clara as compensações pela desoneração da Lei Kandir. Ninguém aqui quer exportar impostos, é perder competitividade, é perder empregos para os brasileiros. Nós temos é que ganhar competitividade com essa reforma.

Agora, os nossos estados são eminentemente dependentes dessas compensações. Os estados não vão sobreviver se não ficar claro de quanto serão as compensações da União para os estados e municípios que geram o superávit da balança comercial brasileira, pois a União não pode fazer bondade com chapéu alheio. E essa reforma tem que ficar clara nesse sentido, sob pena, Senador Roberto Rocha, de nós não termos força para votar esse belíssimo projeto, porque eu estaria jogando contra o Estado de Mato Grosso, contra os mato-grossenses que lá estão, colocando em risco a estabilidade financeira do nosso estado.

Por isso, eu conclamo ao senhor que pudesse fazer essa reforma. Se nós não votarmos hoje, votamos na semana que vem com esses pequenos ajustes. Avançamos muito. A matéria é difícil. A matéria é difícil de ser trabalhada, mas nós estamos muito próximos de entregar uma reforma tributária a contento aos brasileiros, mas não será no afogadilho, por pequenos detalhes, que nós vamos fazer isso e perder votos importantes nesta Comissão e, tenho certeza de que depois, em Plenário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era essa a minha manifestação, mas sem deixar de parabenizar o belíssimo trabalho realizado até aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fávoro.

Eu concedo a palavra agora para o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Para discutir.) – Boa tarde amigos, colegas, pátria amada, Presidente Davi Alcolumbre, estamos matando a saudade, não é; e meu querido, respeitoso amigo e Senador preparadíssimo Roberto Rocha, eu queria registrar que tenho recebido manifestações de representantes do setor de serviços, que responde pela maior parcela do nosso Produto Interno Bruto, preocupados com o risco de aumento de impostos em decorrência da reforma tributária ora em discussão, que prevê um modelo de tributação dual, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando os tributos federais, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que reuniria o ICMS e o ISS recolhidos por estados, Distrito Federal e municípios. Vou me ater a uma das áreas prioritárias do meu mandato: a educação. Seus representantes têm se mostrado veementes ao reivindicar limites claros na PEC 110, de 2019, que estabelece as novas bases para a tributação do consumo para que sejam evitados aumentos de carga tributária sobre a mensalidade estudantil a partir da CBS e no IBS.

Relator, Senador Roberto Rocha, atualmente, incidem sobre o setor de educação as alíquotas de 3,65% de PIS/Cofins cumulativas e de 2% a 5% de ISS, cuja média, no ensino superior, é de 2,44%, sendo que, no ensino básico, é mais baixa.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – O que se quer é simples: as taxas decorrentes do novo modelo devem manter, no mínimo, um paralelismo com as taxas de hoje. Em síntese, Presidente Davi, o que se reivindica é a proteção constitucional de um direito fundamental e de um segmento estratégico, que é a educação. Os serviços de educação infantil, básica, profissional e superior, que, a meu ver, repito, devem ser ressaltados nesta PEC, abrangem mais de 15,5 milhões de alunos, sendo que, em todos os níveis, mais de 80% desses estudantes são das classes C, D e E.

Concluindo: o ensino particular ainda propicia mais de 1 milhão de bolsas para estudantes de baixa renda em escolas básicas de ótimo nível e em cursos superiores como o de Medicina, uma contribuição de muitas famílias para a melhoria do capital social do país, que, aliás, deveria ser tratada como na maioria dos países, com isenção de impostos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o setor reivindica com detalhes técnicos sobre os riscos da majoração indesejada das mensalidades em todos os níveis de ensino não é nenhum privilégio, apenas não quer ser penalizado, o que, aliás, não teria nenhum sentido pela sua importância para o Brasil, ainda tão deficiente na formação educacional de suas crianças, adolescentes e jovens. Nesse sentido, eu manifesto o endosso a uma emenda, a de nº 164, de autoria do Senador Jader Barbalho, que garante neutralidade da carga sobre as mensalidades e ainda preserva o Prouni, que tem promovido o acesso a universidades particulares a estudantes de baixa renda.

Por fim, a partir da análise de várias simulações sobre o impacto das propostas em discussão, a emenda defende que a alíquota do IBS para a educação seja limitada a até 20% da alíquota que estados, Distrito Federal e municípios aplicarem como padrão. No caso da CBS, a alíquota sobre a educação chegaria no máximo a 5% da alíquota estabelecida para a Constituição.

A Emenda 164 foi rejeitada pelo Relator Roberto Rocha, mas deve ser colocada para votação em destaque, e desde já manifesto o meu apoio a ela e também apresentarei outro destaque em cima da 164.

Presidente Davi Alcolumbre, muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Kajuru. Queria agradecer ao Senador Kajuru, que foi o primeiro membro desta Comissão a chegar no dia de hoje, sempre foi assim, e agradecer as palavras também carinhosas, Senador Kajuru. E, graças a Deus, estamos todos felizes com a sua presença na nossa Comissão aqui hoje.

Concedo a palavra agora ao nobre Senador Lasier Martins, pela ordem de inscrição.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentá-lo pelo esforço que tem despendido, Senador Alcolumbre, no sentido de acelerar a discussão e, se possível, a votação dessa matéria tão relevante.

Em segundo lugar, quero exaltar esse marcante trabalho do Senador Roberto Rocha, um trabalho exaustivo que não foi de apenas dois ou três meses, foi e vem sendo um trabalho de mais de dois anos, de forma quase obstinada. Acompanhamos inclusive o Senador Roberto Rocha, que teve um problema de doença familiar, do qual ele nos manteve a par, que jamais o fez desistir de levar avante o preparo do seu relatório, com incontáveis reuniões, audiências públicas e trazendo agora esse trabalho que está para exame na manhã/tarde de hoje.

Eu quero pedir permissão, Sr. Presidente, Sr. Relator, para apontar aqui dois pontos para uma reavaliação do nosso Relator, porque foram objeto de rejeição, que nós obrigatoriamente levaremos para o caminho do destaque. São dois pontos, Senador Roberto Rocha. Um deles... Aliás, os dois são do setor cooperativista, e falo com todo o respeito e sem vaidade por representar o estado onde nasceu o cooperativismo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabem V. Exas. que o cooperativismo nasceu no Rio Grande do Sul no ano de 1902, por meio de um padre suíço chamado Theodor Amstad, que criou, no Município de Nova Petrópolis, a primeira cooperativa de crédito do Brasil. Então, tenho orgulho de dizer que o cooperativismo tem o Rio Grande do Sul como berço e tenho também muito apreço a esse setor, Sr. Presidente, Sr. Relator, porque lembro de uma certa encíclica em que o Papa João Paulo II disse que, dos três modelos econômicos que o mundo acompanha, o capitalismo, o comunismo e o cooperativismo, o cooperativismo é o melhor porque é mais humano e mais solidário, por razões óbvias, pela participação das pessoas e pelo próprio sistema.

Então, o meu primeiro apelo, Sr. Relator, é com relação à Emenda nº 1, que foi protocolada logo após o protocolo da própria PEC 110, no ano de 2019. É no sentido de que se inclua, Sr. Relator, a Região Sul nos benefícios, nos fundos constitucionais, porque nós do Sul encaramos como uma discriminação... Os fundos constitucionais com benefícios existem para as Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No entanto, na Região Sul, nós sofremos atualmente grandes prejuízos e perdas. Veja que nós estamos saindo, por exemplo, de uma devastadora seca, que destruiu quantidades enormes de lavouras de milho e de soja, com a produção do leite reduzida em 5%, com o gado leiteiro emagrecido, com o gado de corte etc.

Além do mais, nós temos – já disse isso aqui em uma outra vez –, no Rio Grande do Sul, uma metade norte próspera, bem evoluída, altamente industrializada, e temos uma metade sul empobrecida, quase como o Sertão nordestino. O PIB da metade sul do Rio Grande do Sul – quando traçamos uma linha, por exemplo, do município de Guaíba até o município de São Borja, reparte-se rigorosamente pelo meio o estado – tem a metade do PIB da metade norte do estado e vem sofrendo um êxodo, uma debandada populacional considerável.

Por isso, Sr. Relator Roberto Rocha, nós pleiteamos, nós reivindicamos, apelamos para que o Sul também tenha o benefício dos fundos constitucionais, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste.

O segundo ponto é um ponto já referido aqui, defendido de forma muito consistente pelos Senadores Espiridião Amin e Carlos Fávaro, e que tem também, lá bem no começo, a atuação do Senador Luís Carlos Heinze e a participação, inclusive, da Senadora Soraya Thronicke. Portanto, são vários Senadores lutando por esta causa com relação aos benefícios ao cooperativismo, tais como: a não incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a suspensão da incidência do ISS, a exclusão da base de cálculo do PIS e do Cofins. É uma maneira de estimular esse modelo econômico tão elogiado que vem desde a encíclica papal. Repito: devemos elogiar, defender e estimular cada vez mais cooperativas. Aliás, Sr. Relator, o Brasil tem 21,8 mil cooperativas. Isso significa milhões de empregos pelo Brasil. Essas matérias aqui citadas e que estão sendo rejeitadas têm sido objeto, sistematicamente, de judicialização. Então, nós precisamos de uma definição de uma vez por todas com relação ao ato cooperativo. Nós temos que ter a regulamentação dessa matéria, e V. Exa. está com a faca e o queijo na mão, como se diz vulgarmente, para definir essa situação, estimular o cooperativismo. Eu estou me referindo à Emenda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

235, já defendida aqui por vários Senadores, Esperidião, Soraya, Fávaro, Heinze, e por mim também, do Rio Grande do Sul, berço do cooperativismo.

Peço a avaliação, a reflexão de V. Exa., para que esses dois apelos aqui sejam atendidos.

Obrigado, Sr. Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Lasier.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou nesta Casa, neste Congresso, há 22 anos. Em todas as Legislaturas, Sr. Presidente, nós tratamos de dois temas importantíssimos para o país, que foram a reforma política e a reforma tributária. Inclusive, fui o Relator da reforma eleitoral em 2015 e participei, praticamente, de quase todas as comissões de reforma tributária. São dois temas que eu entendo serem fundamentais para a organização do Estado brasileiro e para impulsionar o desenvolvimento do nosso país.

Reconheço que o nosso sistema eleitoral talvez seja o pior do mundo ou, pelo menos, um dos piores. E os que mais estudam o sistema tributário brasileiro também reconhecem que o nosso é seguramente um dos piores do mundo. O nosso sistema é, todos concordam, complexo, é confuso, é anacrônico, é ultrapassado, é um sistema declaratório que dificulta muito a arrecadação, é sonegável – grande parte dos recursos são sonegáveis, dos tributos –, mas é sobretudo, e é imbatível nesse item, acima de tudo, um sistema injusto.

Nós temos três bases tradicionais de arrecadação: o patrimônio, a renda e o consumo. E o que fazem os países mais desenvolvidos, por exemplo, os países da OCDE? Fazem com que a maior parte da arrecadação venha do patrimônio e da renda – o que é razoável, o que é o lógico – e a menor parte venha do consumo. No Brasil, Senador Roberto Rocha, é exatamente o contrário: a maior parte vem do consumo e a menor parte vem da renda e do patrimônio. Ora, é óbvio, Senador Lasier: quem é que tem renda e quem é que tem patrimônio? São os mais ricos. Os pobres não têm renda, não têm patrimônio, só consomem. Então, aqui está a injustiça do nosso sistema tributário.

V. Exa., Senador Roberto Rocha, deu um exemplo aí que é muito elucidativo: se um pobrezinho tem uma moto para poder fazer Uber, fazer um *delivery*, ele paga IPVA; um ricão que tem um iate de milhões de dólares não paga IPVA. Que brincadeira é essa? Helicóptero não paga, jatinho não paga, e um Fiat Uno paga? É evidente que isso é um abuso muito grande do nosso sistema que a gente precisa coibir.

Vou citar um exemplo aqui que eu gosto sempre de dar nos meus pronunciamentos: um trabalhador que ganha cinco mil não recebe cinco mil, não; ele recebe cinco mil menos 27,5% de Imposto de Renda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já deixa na fonte, mas o empresário que retira todo mês da sua empresa R\$500 mil, ou seja, cem vezes mais, paga zero de Imposto de Renda! Isso é uma brincadeira, isso é uma coisa artificial, isso não pode existir! Isso só existe no Brasil, em canto nenhum mais do mundo acontece. Parece que há uma exceção: na Estônia, não sei onde, haveria outra exceção. Os lucros e dividendos do Brasil não são tributados.

Então, são injustiças como essas que a gente precisa corrigir.

É claro que não há sistema perfeito, sempre as críticas irão existir; isso é natural, isso é normal. Por mais brilhante que seja o Relator, por mais bem intencionado, por mais competente, sempre haverá alguma coisa que precisa ser aperfeiçoada, que precisa ser melhorada, que vai ser passível de crítica, mas não há a menor dúvida de que nós estamos dando um passo gigantesco no sentido do aperfeiçoamento do nosso sistema tributário, no sentido de que nós estamos simplificando, de que nós estamos tornando o sistema mais inteligível, de que será um sistema em que haverá muito menos – quase impossível – sonegação, será mais justo com as pessoas, porque os pobres pagarão menos e os ricos pagarão mais, será justo com os estados mais pobres, das regiões mais deprimidas, os municípios mais pobres. Evidentemente, tudo isso só pode impulsionar o desenvolvimento do nosso país.

Então, quero aqui parabenizar V. Exa., que fez um trabalho extraordinário. Teve contribuições de muitas pessoas – e isso já é um cabedal que a gente acumulou de experiência e de conhecimento ao longo desses 20 anos –, mas não posso deixar de fazer uma referência muito especial aqui ao nosso colega de Parlamento, Deputado Hauly, que foi o grande lutador desde a Câmara, em todas as legislaturas sempre estava à frente, é o autor do Simples, do Super Simples, uma pessoa que dedicou toda a sua experiência parlamentar a essa luta para a reforma tributária, que, de todas as reformas de que o Brasil precisa, eu reputo modestamente como a reforma mais importante, para trazer mais justiça social e melhorar o desenvolvimento econômico do nosso país.

Então, minha intervenção é só neste sentido de parabenizar esse grande trabalho que foi feito ao longo desses anos e a dedicação total que V. Exa. teve com essa causa tão justa para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Muito obrigado, Senador Marcelo.

Queria solicitar à Secretaria-Geral da Mesa que colocasse a nossa Presidente Simone Tebet, que está na lista de oradores inscritos. Queria conceder a palavra à Senadora Simone Tebet. *(Pausa.)*

Senadora Simone Tebet. *(Pausa.)*

A SRA. SIMONE TeBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir, Sr. Presidente?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Agora sim, Presidente, pode falar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Muitíssimo obrigada.

Eu quero, em sua pessoa, cumprimentar as colegas Sras. e Srs. Senadores.

O Líder Eduardo Braga pediu que eu pudesse encaminhar na reunião de hoje na CCJ porque ele está completamente afônico, mas estará presente nas próximas reuniões.

Se me permitir, Senador Marcelo Castro, quero fazer de suas palavras as minhas palavras. Ninguém tem dúvida da necessidade de uma reforma tributária no Brasil. Ela é a mãe de todas as reformas: é ela que vai gerar emprego, é ela que tem a capacidade de diminuir a desigualdade social no Brasil e é ela que, muito bem elaborada e bem feita, pode garantir a todos nós justiça social.

Então, diante de tantos novos paradigmas, mesmo antes da pandemia, a transformação das relações de trabalho; o avanço da tecnologia; a questão da economia digital, que não está na nossa legislação tributária; a necessidade de revermos o sistema empresarial em todos os aspectos e de inserirmos o poder público nessa relação com indústrias e empresas, especialmente na ESG – meio ambiente, social e governança –, tudo isso faz com que realmente o Senado Federal tenha que se debruçar da melhor forma possível sobre a mãe de todas as reformas.

Eu quero parabenizar o Senador Roberto Rocha por todo o esforço.

Quero dizer, Senador, em público, que eu não retornei o seu telefonema depois de termos conversado porque terminei de analisar esse texto do seu relatório quando já eram mais de 11h30 da noite. Quero parabenizá-lo por todos os seus esforços, mas gostaria de rapidamente me somar, a pedido inclusive do nosso Líder, falando em nome do MDB, à preocupação de alguns colegas.

Acho que esta é a primeira de, talvez, pelo menos duas reuniões de debates nesta Comissão em relação à reforma tributária. Começo já dizendo, obviamente, que, dos três propósitos a que ela se apresenta, pelo menos a um decisivamente ela atende, que é a questão da simplificação. Sem dúvida nenhuma, ela visa a simplificar. Ela simplifica o sistema tributário brasileiro. Ela busca a justiça; em grande parte, ela atende. Ela é viável a depender do resultado prático, e é aí que entra a minha inserção. Ela vai diminuir o custo da transação, o custo transicional com obrigações acessórias. Só com isso, com a arquitetura única nacional de distribuição desse bolo tributário para estados e municípios consumidores, ela já é um grande avanço.

Mas, como o inimigo está normalmente nos detalhes, é em cima deles que eu apresento algumas questões, Senador Roberto Rocha, para dizer aqui que nós não podemos encerrar, pelo menos na reunião de hoje, este debate. Eu gostaria muito que V. Exa. pudesse levar isso para a sua equipe, para que, durante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a semana, pudesse rever alguns pontos, para que pudéssemos, na semana que vem, votar essa matéria. É o pedido que faço em nome do Líder Eduardo Braga, sob pena de nós, que queremos votar favoravelmente, termos de votar de forma contrária. Estou falando aqui em meu nome e em nome de outros Senadores do MDB que me ligaram; alguns não sabem sequer se vão conseguir entrar para fazer o debate, uma vez que estão também cumprindo agenda em nome do Senado Federal.

Uma das questões que eu fiz questão de anotar é relativa a alguns pleitos já colocados pelos Senadores. Eu fico, primeiro, com as emendas que foram rejeitadas, as Emendas 243 e 244, o que deixa em aberto a possibilidade de, no futuro, se criar uma alíquota de até 12% de CBS em relação aos livros. V. Exa. foi feliz quando disse que há um tema que é tratado pela Constituição Federal, que é a questão das imunidades tributárias. Então, se é assim, que a gente possa deixar sacramentado, seguro que livros, no Brasil, não serão tributados! Eles não o são e não podem ser! Nossa cultura, nossa história, o futuro do país depende da educação. A educação não pode ser mais penalizada do que já é, muito menos aquele cidadão que precisa buscar o livro. No Brasil, na média proporcional, quando ele vai a uma livraria para comprar o seu livro, o preço dos livros é, proporcionalmente, comparado ao salário da população brasileira, um dos mais altos do mundo.

Então, que a gente pudesse rever isso! Isso não é abrir exceção. V. Exa. foi feliz quando disse que imunidades tributárias se discutem. E é assim! Nós estudamos, nos livros de Direito Tributário, que imunidade é uma questão tributária constitucional. Então, esse é o primeiro pedido que faço, para que V. Exa. possa rever.

No segundo, agradecendo o acatamento de uma das minhas emendas em relação a termos no mínimo um piso de 3% em relação ao Fundo de Desenvolvimento Regional, peço a V. Exa. que reanalise a questão da segunda emenda que apresentamos, que previa um mecanismo. E aí vai a grande preocupação: para que essa reforma tributária tenha o meu voto, é muito importante, Senador, que a gente tenha a garantia da segurança jurídica. Não podemos ter, na linha da fala do Senador Oriovisto também, a insegurança jurídica e agora a insegurança tributária.

Rapidamente, o relatório de V. Exa., muito bem assessorado pelo Deputado Hauly, a quem eu cumprimento, cria o Fundo de Desenvolvimento Regional. Ele resolve parcialmente os problemas dos estados produtores. Nos estados produtores, como o estado do Carlos Fávaro, o meu Estado de Mato Grosso do Sul e o estado do Oriovisto, que é o Estado do Paraná, nós exportamos e já não temos, pela Lei Kandir, que não foi cumprida, o retorno econômico em forma de ICMS quando exportamos *commodities* para o mundo. Tem que ser assim, mas nós precisamos de uma compensação. Esse fundo, ainda que temporário, reveria ou garantiria parcialmente esse retorno, mas ele abriga apenas o período da transição para que estados produtores e que não são consumidores não tenham perda na arrecadação por um prazo que – eu não concordo com quem disse anteriormente – não está longo. Ele está no mínimo do possível. Nós temos uma transição aí entre 20 e 40 anos para que possamos garantir o mínimo de segurança jurídica e sobrevivência dos estados brasileiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não podemos esquecer que os incentivos fiscais, os benefícios fiscais para os estados distantes dos centros consumidores, como Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não vêm por uma razão a não ser para que possamos garantir geração de emprego e renda. E esse Fundo de Desenvolvimento Regional não vai garantir, a médio prazo, daqui a 20 anos, que os estados distantes dos centros consumidores consigam minimamente atrair indústrias para gerar emprego para a população. Então, que a gente possa ter pelo menos num dos itens – num dos itens, porque, nesse outro, eu não estou segura e não acho que essa reforma cubra, mas nós vamos avançar em relação a isso –, nesse período da transição, para não haver perdas, uma garantia de que estados e municípios produtores não tenham perdas e que a União entre, de alguma forma, com algum tipo de participação, na linha do Senador Oriovisto. No pacto federativo, nós estamos falando de uma União que detém a maior parte do bolo tributário brasileiro, e essa reforma vai – e a gente tem que reconhecer isso – garantir uma readequação dessa divisão do bolo tributário.

De outra forma, Sr. Presidente e Sr. Relator, em relação à emenda do corporativismo, muitos falaram – e falaram de forma muito justa – em relação a ele. A população brasileira nem sabe, mas pelo menos 25% da população é impactada positivamente pelas cooperativas no Brasil. Mais do que isso, mais ou menos 40% do que sai do campo, direta ou indiretamente, passa pela mão de cooperativas. Só aí mostra o quanto ela é necessária, o quanto ela tem que ter um tratamento diferenciado numa busca de equidade concorrencial. Não queremos nem mais nem menos. As cooperativas querem concorrer em pé de igualdade para resolver um problema que é social, um problema da população brasileira. Então, que nós pudéssemos mesmo rever essa emenda. Eu anotei aqui, eu acho que é a Emenda nº 235. Nós não estamos falando de abrir exceções e abrir o leque, não.

Por fim, Sr. Presidente, vem a principal preocupação que eu tenho em relação a essa reforma: nós não podemos, num momento de crise e de tanta insegurança jurídica, criar mais uma, que é a insegurança tributária. Na linha do Senador Oriovisto, nós estamos falando de uma transição que tem pelo menos duas décadas, e nós vamos depender de uma lei complementar para garantir, resolver um problema de ICMS e ISS. Nós temos que criar... Diante de uma lei complementar, que, vamos reconhecer, não vai ser feita por este Congresso – nós não sabemos que Congresso virá, nós não sabemos quem a população vai eleger para os próximos quatro anos, seja para o Senado, seja para a Câmara dos Deputados –, que a gente tenha no mínimo condições, através dos Líderes, para a próxima reunião, de conversar e pensar num texto de lei complementar que pudesse ter a garantia ou a segurança de poder avançar.

Se nós vamos ter um sistema – eu conversei com o Deputado Haully em relação a isso –, se o sistema do IVA vai ser dual, eu não saberia dizer; quem sabe até trial, separando o ISS desse processo, porque, embora a Confederação Nacional dos Municípios esteja favorável à reforma tributária – e eu tive o privilégio de fazer parte, como prefeita, da diretoria da Confederação Nacional dos Municípios –, nós temos recebido também prefeitos de capitais da frente dos municípios, questionando um pouco nessa insegurança desse que é o maior imposto arrecadatório do Brasil em relação aos municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu deixo aqui mais dúvidas do que certezas no pedido ao Senador Roberto Rocha, porque eu quero votar favoravelmente ao seu relatório, quero votar favoravelmente a essa reforma, porque acho que ela é necessária, mas aqui, já no encaminhamento pelo MDB, se formos votar hoje sem essas mudanças, eu tenho que, sob orientação do meu Líder Eduardo Braga e falando também pelo Senador Fernando Bezerra e por outros Senadores que são membros desta Comissão pelo MDB, que nós lamentavelmente vamos votar "não" à reforma.

Acho que essa discussão não termina hoje, o que significa, acredito, que tenhamos condições de avançar para que também o Senador Roberto Rocha e o Brasil possam ter o voto do MDB.

Então, deixo essas considerações.

Senador Roberto Rocha, espero que a gente consiga encerrar a primeira parte dessa reunião até as 14h, porque todos nós, inclusive eu, temos compromissos, mas vou estar atenta ao debate. Gostaria depois que V. Exa. pudesse me atender um minutinho pelo telefone para que eu pudesse esclarecer mais dois ou três pontos e não ocupar todo o tempo do debate, porque sei que a lista aqui é grande, e a discussão vai percorrer o início da tarde nesta sessão de hoje.

Parabéns, Senador Davi Alcolumbre, por estar dando o espaço que nós achamos necessário e não estar cortando a palavra aí com aqueles "30 segundos" que a gente está acostumado a ouvir.

Parabéns, mais uma vez, Senador Roberto Rocha!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Presidente Simone.

Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa que conceda a palavra ao Líder, Senador Fernando Bezerra Coelho, que vai utilizar da palavra pela lista de oradores inscritos.

Com a palavra o Senador Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, queria cumprimentar o Presidente Davi Alcolumbre, dizer da alegria de revê-lo à frente dos trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça; e queria, Sr. Presidente, cumprimentar também o Senador Roberto Rocha.

Primeiro, quero reconhecer o esforço, a dedicação, a abnegação com que ele se entregou para construir esse relatório, mas queria, de forma muito objetiva, muito sucinta, reforçar as palavras da Senadora Simone Tebet, reforçar o posicionamento do Líder do MDB, o Senador Eduardo Braga, e dizer das razões por que voto contra o relatório, na forma como ele foi apresentado, em função de três pontos que, infelizmente, não prosperaram na última versão do relatório, que está submetido à apreciação e votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto é a respeito do ato cooperativo.

O segundo ponto é a questão que não foi dirimida ainda, apesar de todo o esforço, mas os setores de serviços, notadamente o setor educacional e o setor de saúde, não têm segurança. Da forma como o relatório está, para poder ser aprovado, vai gerar insegurança jurídica, vai gerar desinvestimento, e acho que isso não é recomendável. E é importante, então, que a gente possa aprofundar ainda mais nesse assunto ou, se não for o caso de aprofundar, levá-lo a voto, mas digo que a razão de não poder acompanhar é em função de entender que a questão que afeta o setor de serviços é muito sensível, e o relatório não a encaminha de forma adequada.

E o terceiro ponto, que eu gostaria também de deixar claro – e já fiz uma intervenção na sessão anterior da Comissão de Constituição e Justiça –, diz respeito aos incentivos regionais. Não é razoável – não é razoável – que, sob o pretexto de que se trata de matéria infraconstitucional, no momento em que estamos promovendo uma ampla reforma tributária, uma grande mudança dos impostos federais e estaduais, não se assegurem os incentivos para os investimentos que foram viabilizados ao longo dos últimos anos.

Quero aqui, mais uma vez, falar dos incentivos para o setor automotivo do Nordeste. Quero defender aqui os interesses de Pernambuco, que estruturou uma cadeia produtiva importante com a chegada da fábrica da Fiat e agora com a fábrica da Jeep. São mais de 30 empreendimentos que estão implantados em Pernambuco, são mais de 20 mil empregos, investimentos superiores a R\$20 bilhões, e eu não posso concordar que, por um pretexto jurídico, constitucional, legal, a gente não venha a criar as condições que possam dar segurança jurídica a um investimento que é relevante para uma região que já é muito pobre.

Quero chamar a atenção para os indicadores que estão sendo divulgados pelo IBGE. Todas as demais regiões do Brasil já estão com atividades iguais ou superiores à fase da pré-pandemia, apenas o Nordeste brasileiro é que se encontra ainda em fase de recuperação, não recuperou os níveis de atividade da fase pré-pandemia. É no Nordeste brasileiro que se concentra o maior percentual das famílias carentes, das famílias miseráveis. Portanto, não considero correto que a gente possa desarrumar todo o mecanismo de incentivos regionais, porque, repito, quando votamos a PEC emergencial, ao propor a extinção dos fundos públicos, nós garantimos que os incentivos regionais, que os incentivos para as pequenas e microempresas seriam mantidos. Então, qualquer proposta de reforma tributária terá que assegurar a manutenção dos incentivos de caráter regional, e, entre eles, eu defendo a manutenção do regime automotivo do Nordeste.

Finalmente, eu acho que o Senador Oriovisto Guimarães tem muita razão: é uma matéria muito complexa. É evidente que o debate foi interessante, aprofundou, mas é uma matéria que vai exigir a presença daquele que estiver legitimado pelas urnas. Nós estamos caminhando para a eleição de um novo Presidente da República ou para a reeleição do atual, estamos caminhando para a renovação do Congresso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional, e reforma tributária não é para ser votada em final de mandato ou no final do período legislativo. É importante que também possamos fazer uma reflexão para que a gente possa entender a complexidade dessa reforma e deixar essa decisão para o início do próximo mandato presidencial. Foi assim com a previdência. A previdência nós fizemos no início do atual mandato do Presidente Bolsonaro. A reforma tributária, lamentavelmente, vai ter que ficar para o próximo mandato, porque a reforma que era possível fazer, que era a reforma do Imposto de Renda, está engavetada no Senado Federal; foi aprovada na Câmara e não tramitou no Senado Federal.

Então, é importante que a gente possa saber em que é possível avançar, e no que seria possível avançar seria taxar dividendos, taxar as pessoas mais ricas, taxar os grandes lucros do setor financeiro, mas nisso nós não conseguimos avançar, porque a matéria está engavetada na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora esta reforma, com essa complexidade, com esses objetivos tão profundos, tão largos, sem proteger os incentivos regionais, não contará com o meu apoio. Por isso, eu peço compreensão ao Senador Roberto Rocha para poder divergir e acompanhar a posição do meu Líder, Eduardo Braga, pedindo que a matéria seja adiada. Se não for adiada, irei votar contrariamente ao relatório apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Fernando.

Não há mais oradores inscritos para discussão da matéria.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Roberto Rocha, que tem algumas ponderações a fazer diante das indagações dos Senadores.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, ouvindo aqui os diversos companheiros, Senadores e Senadoras, tento aqui fazer um extrato daquilo que nós falamos, ouvimos.

Em relação ao Senador Tasso Jereissati, que apresentou recentemente duas emendas, de nºs 252 e 253, combinei com ele e faço questão de dizer aqui que nós, pelo processo legislativo, evidentemente temos de rejeitá-las, mas com o compromisso de, no Plenário, a gente discuti-las. São duas questões que me parecem bem razoáveis, inclusive bem meritórias. Até para evitar problema, porque alguém pode argumentar que eu mesmo estou alterando, e isso pode ensejar novo pedido de vista, etc. No Plenário não; lá cabe emenda. Como cabe aqui, cabe no Plenário. Então, esse compromisso fica assumido com o Senador Tasso Jereissati.

Em relação a diversos Senadores que trataram da questão das cooperativas, o ato cooperado já está previsto na Constituição, no art. 146, como sabemos, mas ele apenas define que tem que haver um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adequado tratamento ao ato cooperado. Talvez há 20 anos ou mais as cooperativas tentam, junto ao Governo, disciplinar essa matéria. A Constituição diz isso, mas até hoje não houve a regulamentação disso. O que as cooperativas, o que os Senadores estão propondo? Que a gente leve isso para a Constituição Federal. Bom, como já disse aqui, cooperativa, assim como os serviços, o setor de serviços e outros, é muito heterogêneo, é muito complexo. Cooperativa não é só cooperativa de crédito; há cooperativa de produção, cooperativa de crédito, cooperativa de trabalho, cooperativa de consumo. Será que nós vamos ter que, na Constituição, no texto constitucional, especificar tudo isso? Ou a gente está discutindo apenas uma questão conceitual? Porque, se é conceitual, já há uma lei infraconstitucional que estabelece, conceitualmente, a questão do ato cooperativo – já existe. Com isso eu posso me comprometer, Senador Lasier, de trazer aquilo que está já na lei, conceitualmente, para o texto constitucional. Eu não tenho nenhuma dificuldade, assim como eu fiz com o Senador Tasso agora, de fazer assim. Qual que é a dificuldade efetivamente? Como é que eu posso tratar de alíquota na PEC? Como é que a gente pode discutir a alíquota em um texto constitucional? Isso não existe.

Bom, mas eu sou muito sensível a essa questão, muito sensível. Nós temos só que ter cuidado que é para poder, à guisa de defender este segmento, que é importante, a gente não prejudicar muitos outros, tipo assim: protege o cooperado aqui dessa forma, todos os setores das cooperativas, e o não cooperado vai pagar o pato disso; ou seja, a gente vai ver os supermercados fecharem, as mercearias, as quitandas do país afora, a menos que o Brasil todo seja da cooperativa, o Brasil vire uma cooperativa. É só essa a questão que a gente está ponderando, só isso.

Bom, em relação – vai me ajudando aqui, Camila, por favor, os temas que foram levantados – à questão de saúde, educação e tal, gente, é o seguinte: nós estamos prevendo no texto constitucional três formas de atender àquelas pessoas mais necessitadas – não é uma forma; são três –, ou seja, elas podem ser atendidas pelo fato de ter uma alíquota menor na educação, uma alíquota reduzida; elas podem ser, na lei complementar, atendidas por uma isenção ou pela devolução – devolução... O Estado do Rio Grande do Sul, segundo eu li, em relação ao ICMS, já faz isso, já está fazendo isso. Aqui o Miguel Abuhab, que é conhecedor profundo dessa questão eletrônica, do crédito e débito... Isso facilita muito. Eu pessoalmente entendo que a renúncia fiscal não é o financiamento social mais adequado. Se a gente tem hoje no Brasil e no mundo o mundo digital, o problema é que a gente tem um sistema tributário analógico. Só com o fato de a gente botar o sistema tributário digital também a gente já tem um ganho extraordinário. Por quê? Porque o desafio da humanidade, desde 2,6 mil anos atrás, antes de Cristo até, quando a Europa inventou a moeda, o desafio é tributar o produto, correndo atrás de caminhão, com barreira eletrônica, barreira fiscal, mais recentemente com nota fiscal eletrônica, código barras etc. etc. etc.

Quantos produtos há nesta mesa aqui, por exemplo? Como é que faz para tributar esse troço todo aqui, esses produtos? É óbvio que, se esse copo aqui é de cristal e aquele não é, termina que os governos estabelecem a alíquota por cima, aí a carga tributária fica lá em cima. O que alcança hoje o sistema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analógico? Talvez 60%, ou seja, a gente tem uma informalidade, para não dizer sonegação, aí de um terço – 30% no país.

É óbvio que o sistema eletrônico vai ser diferente. Por quê? Porque nós, com o sistema bancário que temos, que é um dos melhores do mundo, legado da inflação, a gente pode hoje tributar, além do produto, o dinheiro, que é eletrônico. Há muito tempo o Brasil já tem um sistema tributário que permite você depositar no Oiapoque, do Davi Alcolumbre – é de lá, não é? –, e receber no Chuí, do Lasier. Há muito tempo. E, se a gente sair para almoçar agora, certamente a gente vai pagar com dinheiro eletrônico, seja Pix... Até o dinheiro de plástico, que é o cartão inventado recentemente, na década, talvez, de 90, 80, já está em desuso para, na sequência, ser extinto. Nós estamos num processo de profundas transformações. Nós estamos num processo de disrupção total. Aí, a gente quer botar na PEC algumas matérias, quando devem ser de lei complementar.

Bom, eu acho que, na hora em que o sistema for eletrônico, você vai inverter o que tem hoje. Hoje, você tem uma base tributária pequena e uma carga tributária elevada. Eu volto a dizer: ela é a mais elevada do mundo? Não. Na Alemanha é maior, na Inglaterra é maior. A diferença é que lá você tem a contraprestação do serviço público. Você paga, mas tem saúde, educação, segurança; e aqui não tem. Aqui não tem! De tal modo que, com o sistema eletrônico, você vai ter o quê? Você vai ter uma base de contribuição muito maior e, aos poucos, diminuindo a carga tributária. Isso não pode ser de uma vez, porque ninguém... "Ah, vamos diminuir a carga tributária logo". Vem cá, e quem é que abre mão de receita? Qual é o Prefeito, o Governador, o Presidente da República? Nenhum. Nenhum abre mão de receita.

Então, essa é a oportunidade que a gente tem de melhorar a arrecadação tributária com o desenvolvimento econômico. Afinal, o que nós estamos discutindo? O que é isso aí? O sistema tributário é a forma que os governos têm de arrecadar das pessoas físicas e jurídicas. O Brasil só é o pior do mundo. Só isso. E o que é a necessidade da reforma administrativa? É como gastar esse dinheiro, em que também é o pior do mundo. Só isso. Aí, a gente diz "não, é... está cedo, não pode agora". Está bom. Nós estamos há 40, quase meio século, discutindo isso.

Ouçó aqui de novo que esta matéria é matéria que deve ser tratada em início de mandato, porque carece de legitimidade. Veja bem, eu acho que é um equívoco extraordinário, e equívoco se dá por duas formas: por falta de informação ou por má-fé. Quero acreditar sempre na boa-fé dos homens e que está faltando informação.

Então, eu vou dizer aqui o que eu acho. Essa matéria, Senador Lasier, não é do Executivo; essa matéria não é do Governo Bolsonaro, diferentemente da previdência. Essa matéria é do Legislativo e do Senado Federal, que é a Casa da Federação, que representa os estados. Esta Casa tem 81 Senadores, e 2/3 – 2/3! – nem no meio do mandato estão ainda, ainda vão chegar ao meio do mandato. Um terço, como eu, V. Exa., é que está no fim do mandato. Ora, se há algum Senador aqui, Presidente Davi Alcolumbre, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deveria, por questões, digamos, pragmáticas e eleitorais discutir essa matéria, sou eu. Então, por exemplo, do Maranhão, dos três Senadores, eu sou o que termino o mandato, eu estou naquele 1/3; 2/3 não estão nem meio ainda. E por que eu estou falando isso? Porque essa matéria não me rende eleitoralmente nada no Maranhão. Nada. Agora, por quê? Imposto de Renda. Dos maranhenses, 5% declaram imposto de renda; 5%! Como é que tem renda um lugar que tem mais de um milhão de Bolsas Família, Auxílio Brasil, agora? Então, eu não estou olhando a próxima eleição, eu estou olhando a próxima geração.

Eu conclamo os colegas Senadores para poder a gente fazer o mesmo e tentar olhar com os olhos dos que mais precisam. Já foi dito aqui: é muito ruim o sistema! Eu já disse: se esse telefone meu tocar bem aqui agora, o meu ou o de qualquer um de vocês, certamente vai ser de WhatsApp ou uma ligação. Qual é a carga tributária? Nada. Vem cá, e o pobre que está lá no interior do Maranhão, da Paraíba, do Ceará e que não tem conectividade? Ele tem que ter um pré-pago. E qual é a carga tributária? É de 50%. Será que a gente não consegue compreender exatamente isso?

Eu não quero me estender muito, só estou tentando passar para vocês um pouco do acúmulo que a gente passou a ter nesse período. Quero dizer que eu me comprometo com a questão das cooperativas, de a gente trazer para a constituição a questão conceitual, a questão do que está escrito na lei complementar, na lei já definida, trazer para cá e dar essa segurança jurídica, para não ficar só assim, como está atualmente: "adequado tratamento ao ato cooperado". A gente diz já qual é o ato, qual é o tratamento. Agora, alguém pode dizer assim: "Roberto, e por que que tu não colocas lá os setores que têm tratamento tributário diferenciado ou tratamento tributário especial, favorecido?" Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. É simples, estava no meu relatório isso, mas aí vem mais um setor e "pá"; vem mais um e "tá", e aí começou a lista a ficar desse tamanho. Aí eu penso assim: "vem cá, vamos discutir com a Receita Federal, vamos discutir com os governos.". Aí alguém diz: "Não, os governadores, não sei o que, e tal, tem que reunir os governadores, porque eu não sei quem, um tributarista, disse...". Por que não fez quando estava no Governo? É simples...

Agora, cá para nós – eu peço talvez pelo excesso, mas não pela falta –: há muita gente que ganha com o caos tributário, e não quer mudar – não quer mudar.

Então, eu sei perfeitamente que toda mudança encontra resistência. Até porque, se não há resistência, não há mudança. Então, Benjamin Franklin dizia: "Quando você parar de mudar, você está acabado". Nós não temos que ter medo. Nós não temos que ter medo de mudar, entendeu?

Bom, eu não sei se está faltando aqui alguma... *(Pausa.)*

Perfeito.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: enquanto a gente está aqui ouvindo, a gente está também discutindo com os diversos autores de emendas de destaques para chegar a um entendimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, a política é isso. Minha função aqui é política. E, aí, a gente já fez a construção com vários aqui. Vários, mas chegaram agora mais dois destaques do... Senador Fernando Bezerra, e, aí, ele fala de educação, saúde, cooperativa. O.k. Aí, a gente pode discutir essa questão e não ter dificuldade.

É preciso, para eu assumir o compromisso, Senador Davi, eu não posso fazer sozinho, porque, senão, não teriam chegado até onde chegaram os acordos. Isso envolve o Governo Federal, os Governos estaduais... Está aqui o Presidente do Comsefaz, veio de Pernambuco para participar desta reunião, representando todos os estados – todos os estados. O Presidente da CNM está aqui também. O Presidente representante dos fiscos está ali, o Rodrigo. Os fiscos. Apoiando. Todo mundo apoiando.

Então, vejam... O Governo está aqui. Está aqui o Governo. O Governo Federal. Pela primeira vez na história nós tivemos, sentando à mesma mesa, o Governo Federal, os Governos estaduais... Nunca, nem mesmo os Governos estaduais se entendiam, quando era para tratar, para tirar da origem para o destino. Da origem para o destino... Quer dizer, então... Hein, Haully? Quer dizer então que, para poder a gente abastecer um carro lá no interior do Amapá, lá em Tartarugalzinho, por exemplo, aí eu vou lá, passo um cartão de crédito... Aí, passo um cartão de crédito... Lá existe uma taxa de serviço, não é? É ISS. E vem cá: é Tartarugalzinho que vai receber o ISS ou é lá no interior do Ceará? Não. É São Paulo. Eu estou falando aqui de um abastecimento num posto simples, mas pode ser qualquer outra coisa.

Então, há muito tempo o Brasil discute da origem para o destino. A primeira vez que a gente conseguiu o consenso está aqui, o Comsefaz. Piauí senta com São Paulo, com Maranhão, com Amapá, todo mundo junto.

Então, vejam só, eu não posso dizer que vou fazer isso por ato de vontade, porque Relator não expressa ato de vontade no seu relatório. Ele tem que expressar, via de regra, a vontade da média da Comissão.

E aqui não é só a Comissão: aqui tem o Executivo federal, estadual, municipal, tem o setor produtivo do Brasil, tem o Fisco, etc. Aí a gente vê: "Não, não vota hoje porque não está maduro". Vem cá, não está maduro? Então, é para apodrecer e cair, entendeu?

Os principais temas já estão destacados, não é? (*Pausa.*)

Isso aqui já foi destacado.

O que a gente pode fazer para não se dizer, Sr. Presidente... Sugestão minha. É claro que eu não posso fazer isso aqui antes de encerrar a sessão e fazer um justo, merecido e necessário registro ao comportamento do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, nesta matéria. Eu quero dar o testemunho de que, da parte do Presidente Rodrigo Pacheco, nunca faltou um momento sequer de sensibilidade e apoio a essa matéria. Ele deu a este Relator toda a liberdade e autonomia possível para poder levar o assunto mais adiante. Eu quero destacar também aqui o Presidente Davi Alcolumbre, que fez até dessa sessão uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sessão de pauta única – depois entrou uma outra pauta por conta das mulheres, e terminou sendo pedida vista. É necessário também a gente destacar a participação, sempre, e a construção junto com o Presidente da Câmara, Arthur Lira.

Amigos, em dois momentos essa matéria foi para o chão, a peteca caiu. Uma quando o Rodrigo Maia, Deputado, Presidente da Câmara, não se entendia com o Executivo na questão do fundo de desenvolvimento, que ele queria que fosse bancado pelo Governo Federal, e do comitê gestor, porque era só um IVA, o IVA federal, um IVA do Brasil todo. Naquele momento, para a peteca não ficar no chão, nós criamos uma Comissão Mista, que não tem previsão regimental, mas fizemos isso como um movimento político. Em política, via de regra, quando você cria uma Comissão, é para não resolver nada. Nesse caso foi o contrário: a gente fez para não deixar o assunto morrer. E aí, a Comissão na segunda sessão, a pandemia veio. Mesmo na pandemia fizemos muitas audiências públicas. Depois, lá na frente, estava o Brasil vendo que o foco maior era a PEC 45, da Câmara. Mas aí veio a eleição da Câmara, e o Arthur Lira disputando com quem? Com o autor da PEC da Câmara, o Baleia Rossi. Houve, claro, uma ressaca eleitoral e, para a peteca não cair de novo, a gente trabalhou na PEC do Senado. Aí os próprios Senadores dizem assim: "Não, não vamos discutir nem votar". É uma loucura, eu não consigo compreender, com todo o respeito.

Agora, eu, pessoalmente, estou doidinho para votar isso para eu cuidar da minha vida no Maranhão. Muitos aqui estão remotos, estão cuidando da sua vida. Eu posso fazer o mesmo. Eu posso, é claro, fazer o mesmo.

Bom, Presidente, então eu acho que, para não passar por cima do apelo que foi feito aqui pela Senadora Simone Tebet em nome do MDB, etc., etc., etc., eu queria sugerir a V. Exa. que a gente... Dentro do processo legislativo nós temos a CCJ e o Plenário. No Senado é mais rápido o rito, não tem Comissão Especial: é CCJ e Plenário. O que não for construído aqui, na CCJ, a gente pode construir no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP. *Fora do microfone.*) – É isso mesmo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – Não é isso, Davi? Daqui para o Plenário, a gente reúne, discute, conversa. Aqui a gente estava fazendo entendimentos, já fizemos alguns. E, então, a gente não vota; caso contrário, corre-se o risco de rejeitar, porque ou a gente convence... Mas há um momento na vida em que a gente tem que fazer escolha, e escolha é sinônimo de renúncia.

O Executivo faz tanta medida provisória, legislando, porque aqui se nega legislar. O Judiciário faz tanta resolução pela mesma coisa: porque aqui se nega legislar. Nós precisamos legislar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero sugerir o seguinte: a gente tem um texto principal que já se discutiu aqui exaustivamente. A gente vota o texto principal, ressalvados os destaques – ressalvados os destaques –, aí, fica para a outra sessão, a próxima sessão.

Da minha parte, do que eu gostaria? De sair daqui hoje, como quer também o Presidente Rodrigo Pacheco, e levar para o Plenário. Hoje mesmo: discutiu, votou, manda para o Plenário. Mas eu estou aqui querendo mostrar a minha boa vontade com aqueles que ainda não se conformaram para que não votem contra. Eu, por exemplo, Deputado, nunca votei contra nada nem ninguém. Sabe por quê? Porque se disputam V. Exa. e o Senador Davi, e eu apoio o Davi, eu não sou contra V. Exa., eu sou a favor do Davi. Agora, se somente o Davi está disputando, e eu não o apoio, então, eu sou contra o Davi.

Há alguma outra proposta? Se houver, coloquem, uma melhor do que a nossa. Agora, quem vota contra tem que apresentar proposta. Eu não sou o dono da verdade, não. Agora, tem que mostrar, eu acho que deve mostrar: "Aqui, esse caminho não é bom, bom é esse aqui; isso aqui é bom, mas isso aqui é melhor". Está bom. Ótimo.

Então, Presidente, a decisão é de V. Exa. Eu falei há pouco com o Senador Rodrigo Pacheco, sempre muito interessado, preocupado. Ele é advogado. Ele sabe o tanto que precisa essa matéria ser votada. E olha que advogado...

Por exemplo, o PT apresentou um destaque. Aí, a Bancada do PT, que é grande – veio aqui o Paulo Rocha e também, antes, o Rogério –, disse: "Roberto, é conceitual? Vocês querem incluir alíquota na PEC? Não, não. É uma questão conceitual". Não tem problema nenhum. Aí, a gente vota, inclui no Plenário, e eles, então, retiram o destaque. Eu vou ler, para poder ficar registrado, para ficar incorporado no principal. A mesma coisa foi com o Cidadania, não é isso? Com o Cidadania, a mesma coisa. Então, eu quero fazer um apelo para ver se a gente avança. Eu preciso ler, para incorporar ao nosso texto. E a Bancada, por consequência, do PT e do Cidadania, retira os destaques.

Então, nós temos aqui: destaque de Emenda 123, da Bancada do Cidadania...

É 123, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – Ah, desculpem: é 132. Proponho acordo com a seguinte redação: "§2º Para os fins previstos na alínea "c" do inciso III deste artigo, consideram-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas"...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Roberto Rocha, deixe-me só interromper V. Exa. para tentar ajudar.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Meu Deputado querido, eu gostaria muito de, se pudesse... Eu sei que a contribuição de V. Exa. sempre foi no sentido de nós conseguirmos fazer um texto conciliatório.

Só para eu fazer uma fala com o nosso Relator, eu tenho a Senadora Simone Tebet, que pediu agora, aqui, a palavra pela ordem para fazer uma fala.

Acho que concordo com todas as ponderações feitas por V. Exa. Acho que o encaminhamento que V. Exa. propõe também é um encaminhamento razoável, diante de tudo que a gente tentou nesse período.

A Senadora Soraya acaba de chegar também para fazer a sua inscrição.

O que é que eu preciso anunciar aqui? Que nós temos dois destaques de bancada: um do Partido dos Trabalhadores e um do partido Cidadania.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – Que tem acordo, a gente fez acordo agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Que é o que V. Exa. está falando agora em relação ao PT e ao Cidadania.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E temos também cinco destaques individuais – seis, na verdade: as Emendas 1 e 235, apresentadas pelo Senador Lasier; a Emenda 164, apresentada pelo Senador Kajuru; a Emenda 189, apresentada pelos Senadores Eduardo Braga e Plínio Valério; a Emenda 236, apresentada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho; e a Emenda 237, apresentada pelo Senador Fernando Bezerra Coelho.

O que é que V. Exa. propõe? Ficaríamos com todas essas emendas, inclusive com os destaques, para deliberarmos em outro momento, porque eu acho também que, se V. Exa. incluir isso agora, pode ser que dê a oportunidade novamente de, mesmo atendendo, incluir novo pedido de vista sem a votação da matéria, porque já foi apresentado o relatório de V. Exa.

Então, o que é o que eu queria propor? Falei com o Dr. Ednaldo, nosso Secretário, só para a gente debater também, porque eu vou passar a palavra à Senadora Simone, que está falando pela Liderança do MDB, logo em seguida. A minha proposta seria no sentido de votarmos o texto e deixarmos todos os destaques para a próxima reunião, como V. Exa. sugeriu, porque, se inventar incluir agora as de bancada, pode dar problema de novo no procedimento de votação.

Senadora Soraya, só um minutinho, porque eu vou passar para a Senadora Simone, que já pediu e está virtual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou conceder a palavra à Senadora Simone Tebet. *(Pausa.)*

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela Liderança. *Por videoconferência.*) – Obrigada. Obrigada, Sr. Presidente.

Eu, mais uma vez, assim, parablenizo, agradeço a paciência do Relator, Senador Roberto Rocha, mas me permita, Sr. Presidente, divergir só num ponto. Nós todos conhecemos o Regimento Interno desta Casa. Nós estamos falando de uma reforma tributária que, há 20 anos, está sendo gestada no Congresso Nacional. Se temos 20 anos de debate e não conseguimos avançar, é porque não é uma reforma qualquer; é uma reforma que pode mudar, e vai mudar, para melhor a vida das pessoas – nós não temos dúvida disso, Senador Roberto Rocha.

Muito, muito dessa reforma nós acatamos e concordamos com ela. Estamos a um passo de chegar a um possível acordo. Para quem aguardou 20 anos, por que não aguardar pelo menos mais uma semana? Votar o texto principal agora, Presidente Davi, sem haver o ajuste devido vai fazer com que apresentemos emenda de Plenário, no Plenário, na hora da votação, e essa matéria vai voltar para a CCJ.

Então eu não entendo o porquê de não estarmos todos no presencial.

E, se me permitir, Senador Roberto Rocha, eu, como V. Exa., estou aqui, desde as 10h da manhã, sentada nesta cadeira. Eu não estou defendendo outros interesses a não ser o meu. Não! Eu estou defendendo os interesses do Brasil. Aliás, eu não estou no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Eu não estou aí por uma questão pessoal. Nós não vamos aglomerar. Nós temos outras conversas com outros Parlamentares. Nós estamos despachando. Não é que V. Exa. está aí e que eu e o Senador Oriovisto estamos no virtual por outras razões de interesses pessoais ou partidários ou dos nossos Estados! Eu não saí por um único minuto desta cadeira, estou aqui desde antes de começar a reunião.

Então, eu acho que a gente precisa de serenidade, a gente precisa de posicionamentos sérios. Eu estou do lado de V. Exa., embora V. Exa. nem esteja me ouvindo. Estou vendo que V. Exa. está ouvindo o nosso queridíssimo Senador Ednaldo. Mas eu acho que a gente precisa ter um pouco de bom senso e ponderação. É uma semana, Senador Roberto Rocha! Eu tenho só elogiado V. Exa. como Relator.

Se nós não ajustarmos o texto principal, vai haver emenda de Plenário, e depois vai voltar para a CCJ. Não é preciso isso, não é preciso voltar a discussão para o Plenário da CCJ. Vamos deixar, quando o Líder do MDB, que é a maior bancada... Nós precisamos desses 14 votos do MDB para aprovar a reforma tributária no Plenário.

Então, quem já aguardou 20 anos, que são duas décadas, Presidente... Faltam pequenos ajustes. Às vezes, não é só uma emenda de destaque; pode haver alguma outra questão. Eu, particularmente, estou muito preocupada com este Fundo de Desenvolvimento Regional. Agora vi que é uma visão inversa: ele,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

num primeiro momento, atende os arranjos produtivos regionais e locais, mas ainda não nos garante um fundo de compensação para garantir que estados produtores de *commodities* não percam ou não percam muito. Então, uma semana não é nada perto dos 20 anos de debate, de discussão de uma matéria tão importante como essa.

Falo em nome do Senador Eduardo Braga, falo em nome do Senador Fernando Bezerra, falo em nome de 90% da Bancada do MDB, que é a maior bancada. E nós não vamos nos esquecer de que estamos falando de uma PEC que depende de quórum qualificado. Já é 1h15 da tarde. Vai haver pedido de verificação de votação. Nós vamos ter que acionar a bancada para votar.

Acho que nós temos condições, falta pouco para construirmos um texto de consenso, Senador Roberto Rocha. Apelo à paciência de V. Exa., que tem uma paciência de Jó, porque, toda vez que ligamos, V. Exa. nos atende. Eu tenho uma dúvida crucial para dar meu voto favorável a esse projeto. Por isso é que peço isso a V. Exa. Quero votar sim, mas hoje eu não consigo votar se não tivermos essa conversa, no mínimo, por telefone.

Por isso eu apelo, mais uma vez, para que possamos adiar a votação do texto principal para a semana que vem, deixando-o como único da pauta se for o caso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Concedo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigada.

Sr. Relator, antes de mais nada, eu gostaria aqui de enaltecer o que as pessoas lá fora não sabem, que é, desde o dia em que pisei o Senado Federal, o trabalho do Senador Roberto Rocha, como Relator dessa PEC, diuturnamente voltado para isso, para explicar, para simplificar e, principalmente, Senador, para ouvir todo mundo. Eu já estive inúmeras vezes com V. Exa., trabalhando isso e ouvindo-o.

Quero sim votar "sim", mas o que eu recebi agora... Eu também subscrevi a emenda do Senador Lasier, a 235. E acabei de conversar, por telefone, com o Líder do MDB, o Senador Fernando Bezerra, e também com o partido, com a cúpula do União Brasil. Acabei de colocar, Senador Davi, no grupo do União Brasil, a orientação. E a orientação que eu recebi, justamente para que a gente consiga apaziguar os ânimos e conversar um pouco mais, foi a de que seria interessante que nós acompanhássemos o MDB, pedindo o adiamento da votação. Caso contrário, a orientação é votar "não", e eu não quero isso. O que eu quero é contribuir e que a gente vote essa PEC. Porém, neste momento, conforme está a situação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, foi a orientação que eu recebi, e eu sou extremamente partidária e, como partidária, eu preciso acompanhar.

Então, é para que V. Exa. entenda que há o MDB e agora há uma orientação do União Brasil – eu não sei como vai ficar o Podemos –, mas são grupos grandes e significativos. É justamente para que o senhor entenda que há mais um time, mais um partido acoplado no pedido de adiamento. Caso contrário, a votação do texto principal será "não", e eu não quero isso. Eu tenho conversado muito com V. Exa. para que a gente consiga esse texto razoável e que abarque mais.

Então, era isso que eu queria dizer e passar aqui que essa é a nossa orientação. E, segundo, que o nosso time vai cumprir. Então, fica ruim, não é? O que nós queremos é discutir mais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A gente não tem mais oradores inscritos para discutir a matéria.

Vou passar a palavra para o Senador Roberto Rocha, e a gente vai dar o encaminhamento para o andamento da reunião.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA. Como Relator.) – Muito bem.

Presidente Davi Alcolumbre, eu aprendi que nunca é bom brigar, mas brigar sabendo que vai perder é burrice. Posso ser muita coisa, menos burro.

Quando eu falei, ainda há pouco, que toma muito meu tempo... Até este presente momento, faltando poucos dias para fechar a janela partidária – aliás, projeto meu que virou lei –, eu sequer tenho partido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Venha para o União. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – É só isso. Minha discussão não é quem está aqui presencialmente ou quem está trabalhando remotamente, não é nada disso. Foi exatamente isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – Não, não, não, mas já há aqui o União Brasil, já há... O Fernando Bezerra está dizendo que, se acatar, ele vota e tal. Então, não há problema nenhum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só propor o seguinte, Sr. Presidente: a gente encerra a discussão, porque senão ela fica interminável, não mexe no texto para não ensejar novo pedido de vista e, quando for na próxima sessão, a gente delibera. E aí a gente vai conseguir... A gente vai, daqui até lá, continuar conversando para ver o que é possível ser feito, Senador Lasier. Então, minha sugestão é essa.

Eu estava propondo, há pouco, que a gente votasse pelo menos o texto principal, ressaltados os destaques e tal. A Senadora Simone fez um apelo, agora reiterado também pela nossa querida Senadora do belíssimo Estado do Mato Grosso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSL - MS) – Do Sul.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - MA) – ... do Sul. É do Sul.

Então, eu quero sugerir que a gente esgote, encerre a discussão e, encerrada a discussão, entre em votação. Aí fica para a próxima sessão a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu não estou percebendo aqui a Senadora Simone no telão, mas quero registrar que temos pedidos também do Senador Omar Aziz, do Senador Eduardo Braga, do Senador Fernando; temos essa manifestação de vários Senadores que também gostariam de participar desse debate e de solicitar esse entendimento em relação ao questionamento feito pela Senadora Soraya, em nome do União Brasil, e pela Senadora Simone em nome do MDB.

Então, como nós não temos oradores inscritos, eu acho que, diante do entendimento proposto também pelo Relator da matéria, apesar de termos o quórum de 27 Senadores, com o qual poderíamos deliberar, de fato, se a gente conseguir organizar para a próxima reunião da Comissão, em que vamos ter mais tempo também, porque vai ser novamente o primeiro item da pauta... E a gente vai novamente iniciar apenas com a votação da matéria.

O Senador Oriovisto também, em nome do Podemos... (*Pausa.*)

Ah, não, o Senador Oriovisto era o último inscrito.

Perdão, Senador Oriovisto! V. Exa. está inscrito aqui para falar.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, é apenas para dizer ao Senador Roberto Rocha que também estou sentado aqui desde o início da sessão, embora remotamente, trabalhando, pensando no Brasil. Não tenho também nenhum interesse pessoal para tratar hoje em Curitiba e, como a Senadora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simone Tebet, estou aqui por outras razões sobre as quais não me cabe fazer comentários agora, porque são razões familiares.

Quero dizer que não procede essa ideia de que, na próxima reunião, vamos direto votar sem nenhuma discussão. Ora, se vamos ter uma semana para ter negociação e se essas negociações são para valer, essas negociações produzirão modificações no texto, ou então as discussões serão inúteis! Minimamente, teremos que discutir aquilo que for mudado. Não dá para chegar na sessão que vem e simplesmente votar.

É só essa a observação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Diante das manifestações aqui levantadas por todos os Senadores, cabe à Presidência tomar um encaminhamento.

Portanto, diante desse entendimento que foi buscado aqui com os nossos Senadores, nós vamos, na reunião de hoje, encerrar a discussão e adiar a votação dessa matéria para a próxima reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, que seja pauta única, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Exatamente. Vamos colocá-la na próxima reunião como pauta única, só que a gente se comprometeu também, diante do projeto levantado pela Senadora Nilda e com o pedido de vista feito pelo Senador Flávio, a tentar incluir como segundo item de novo da pauta, sendo que este aqui, como nós já debatemos muito e acabou de ser encerrada a discussão, nós vamos deliberar na próxima reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e oito minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Plínio Valério, Lasier Martins, Lucas Barreto, Carlos Portinho, Fabiano Contarato e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Acir Gurgacz, Angelo Coronel e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Mecias de Jesus, Eliane Nogueira, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Alexandre Silveira, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2020-CCJ, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE); REQ 2/2020-CCJ, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE); REQ 3/2020-CCJ, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES); REQ 3/2022-CCJ, de autoria Senador Lucas Barreto (PSD/AP); REQ 4/2022-CCJ, de autoria Senador Lucas Barreto (PSD/AP); e REQ 5/2022-CCJ, de autoria Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019, que "altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública".

Participantes: Senhor Paulo Roberto Fagundes, Diretor Executivo da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) (representante de: Marcos de Almeida Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais); Senhora Juliana Ribeiro, Vice-Presidente da Região Sul da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil (FENDEPOL) (representante de: Mozart Manuel Macedo Felix, Presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil); Senhor Kleber Luiz, Assessor Institucional da Diretoria-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal (representante de: Robson Cândido da Silva, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal); Senhor Mário Dermeval Aravéchia de Resende, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC) e Delegado-Geral do Estado do Mato Grosso (representante de: Nadine Tagliari Farias Anflor, Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil); Senhor Gustavo Mesquita Galvão Bueno, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia (ADPJ); Senhor Leandro Cerqueira Lima, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; Senhor Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF); Senhor Marcos Egberto Brasil de Melo, Presidente do Conselho de Dirigentes de Polícia Científica; Senhor Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL do Brasil); Senhor Antônio Maciel Aguiar Filho, Presidente da Federação Nacional dos Peritos Oficiais em Identificação (FENAPPI); Senhor Marcos Vinícius Gomes Avelino, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) (representante de: Marcus Firme dos Reis, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais); e Senhor Ricardo de Werk Filho, Representante do Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais do Mato Grosso do Sul (SINPAP/MS) (representante de: Luiz Carlos Ferreira de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais de Mato Grosso do Sul). **Resultado:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton

Presidente em Exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/17>

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019, que altera a Constituição Federal para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública, conforme os Requerimentos nºs 1 e 2, de 2020, da CCJ, de iniciativa do Senador Humberto Costa; Requerimento nº 3, de 2020, da CCJ, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato; Requerimentos nºs 3 e 4, de 2022, da CCJ, de iniciativa do Senador Lucas Barreto; e Requerimento nº 5, de 2022, de iniciativa do Senador Lasier Martins.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates.

O acesso à sala de reuniões estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores, aos convidados e aos servidores da Secretaria da Comissão e da área de tecnologia do Senado Federal. No estrito exercício das suas atribuições, caso necessário, um assessor poderá adentrar a sala da reunião para atender à demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para fim de preservação da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, com os Atos da Comissão Diretora nºs 7, 8 e 9, de 2020, e o art. 24 do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, com os Atos do Presidente nºs 2, 4 e 6, de 2020 e 2, de 2021, que alteram o Ato nº 3, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com o Ato da Diretoria-Geral nº 4, de 2020, e nº 3, de 2021.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800-0612211.

A PEC 76, de 2019, é de iniciativa do então Senador Antonio Anastasia. Hoje, tenho a honrosa missão de ser o Relator e quero para todos, Senadores e Senadoras, participantes, palestrantes e sociedade como um todo, em primeiro lugar, pontuar um registro histórico e relevante que diz respeito ao fato de que eu sucedo nessa proposição a relatoria do saudoso Senador Major Olimpio, notadamente reconhecido por sua defesa e aprimoramento da segurança pública, no que se insere a presente iniciativa e, pelo que, tenho certeza, os trabalhos desta Comissão nesta matéria contarão com as boas memórias, mas, sobretudo, com o espírito público de cada Senador e cada Senadora desta Casa.

A presente proposta da emenda à Constituição diz respeito, em linhas gerais, à constitucionalização das chamadas polícias científicas em rol dos órgãos descritivos do art. 144 do texto magno, com os devidos ajustes com relação à distribuição de competência exclusiva dos entes federativos, bem como no limite da institucionalização das carreiras e sua exclusividade quanto à matéria de perícia criminal.

Até o presente momento, a proposição conta com a emenda do Senador Nelsinho Trad, que traz a ressalva de que a nova disposição organizacional da polícia científica constitucionalizada deverá observar a autonomia federativa de cada ente e que, de acordo com a sua legislação interna, sobremaneira quanto às categorias de natureza técnico-científica, realizem perícias voltadas à esfera criminal.

Colocadas essas premissas, ressalto que a realização de audiência pública, como proposto pelos Senadores Lasier Martins, Lucas Barreto e por todos os demais colegas Senadores e Senadoras, é de fundamental importância para abrir à sociedade civil a legitimidade do debate público, que é interesse do processo legislativo de reforma da Constituição, como é o caso, seja para aprimorar a redação da iniciativa, seja para acolher novos influxos da vivência prática que, inclusive, contribuam para a evolução da arquitetura institucional da segurança pública.

Na qualidade de Relator, eu estou absolutamente aberto às contribuições que, com certeza, serão muito frutíferas aos trabalhos desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores, foram convidados para a audiência pública o Sr. Gustavo Mesquita Galvão Bueno, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária (ADPJ); Sr. Leandro Cerqueira Lima, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística; Sr. Luciano Soares Leiro, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal; Sr. Paulo Roberto Fagundes, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, representante do Sr. Marcos de Almeida Camargo, Presidente da APCF; Sr. Marcos Egberto Brasil de Melo, Presidente do Conselho de Dirigentes de Polícia Científica; Sr. Marcos Gomes Avelino, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Federais, representante do Sr. Marcus Firme dos Reis, Presidente da Fenapef; Sra. Juliana Ribeiro, Vice-Presidente da Região Sul da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Civil (Fendepol), representante do Sr. Mozart Manuel Macedo Felix, Presidente da Fendepol; Sr. Mário Dermeval de Resende, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil, representante da Sra. Nadine Farias Anflor, Presidente do CONPCPC; Sr. Kleber Luiz da Silva Júnior, Assessor Institucional da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, representante do Sr. Robson Candido da Silva, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal; Sr. Rodolfo Queiroz, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol do Brasil); Sr. Antonio Maciel Filho, Presidente da Federação Nacional dos Peritos Oficiais em Identificação; Sr. Ricardo de Werk Filho, representante do Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais do Mato Grosso do Sul; Sr. Marcos Rovinski, Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul.

Justificou a ausência o Sr. André Luiz Gutierrez.

Não se manifestaram pelo convite o Sr. Marlon Jorge Teza e o Sr. Júlio Danilo Souza Ferreira. Os Senadores interpelantes disporão de até três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Eu vou combinar com todos os palestrantes que estão participando da audiência o tempo de cinco minutos e, caso precisem de mais tempo, vamos prorrogar por mais dois minutos para que se possa fazer a exposição.

Nós temos aqui, remotamente, o Sr. Rodolfo Queiroz, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil. Eu vou conceder a palavra ao Presidente Rodolfo pelo tempo de até cinco minutos.

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá! Muito boa tarde! Espero que consigam me ouvir.

Cumprimento todos, cumprimento o eminente Senador Relator, Presidente desta mesa, cumprimento os demais Senadores participantes desta importante audiência pública, cumprimento em nome da Adepol do Brasil todos os demais palestrantes e participantes que venham agregar a este importante debate no que se refere a polícia científica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com muito respeito, inicialmente aqui eu gostaria de destacar o trabalho da perícia. A perícia, que promove a produção de prova de natureza técnico-científica, tem total respeito, total importância no âmbito da sistemática processual penal. Queremos deixar claro que a visão da Adepol do Brasil é uma visão não de desrespeito à perícia, mas de valorização da perícia, porém, dentro justamente de uma sistemática necessária para o funcionamento absolutamente ordenado e integrado de todas as instâncias da segurança pública em que as perícias, muitas delas vinculadas às polícias civis e também à Polícia Federal e em alguns estados com autonomia, assim se exercem.

Eu gostaria de destacar que a PEC 76, que prevê justamente a constitucionalização da polícia técnico-científica, a nosso ver, se torna um tanto redundante diante do fato de as perícias já possuírem autonomia na forma da legislação. A legislação infraconstitucional de 2009 prevê justamente a autonomia das perícias por força legal, no âmbito do Código de Processo Penal. Inclusive, no novo Processo Penal é assegurada já – está em tramitação no âmbito da Câmara dos Deputados – autonomia tanto funcional como técnico-científica aos peritos. A constitucionalização de um novo órgão, de uma nova instância de segurança pública, no caso, implicaria em todo um reordenamento no âmbito dos estados, de modo que, no caso, teria de haver mais encargos fiscais aos estados, a criação de novas estruturas prediais, a contratação de novas viaturas, toda uma infraestrutura extremamente custosa, sendo que as perícias, da forma como funcionam, de acordo com a autonomia dos entes federados – isso vai em conformidade inclusive com a emenda do eminente Senador Nelsinho Trad –, já produz, já estabelece essas autonomias muitas vezes, como ocorre em São Paulo, como ocorre em Santa Catarina, como ocorre no Paraná e em outros estados. E funciona de forma muito harmonizada.

Então, consideramos que a constitucionalização da polícia científica como um novo órgão de segurança pública criaria justamente até mais fragilidade para essa autonomia ser buscada, a qual já está devidamente sacramentada em toda uma legislação ordinária. Sem contar que haveria também problemas de sobreposição de atribuições em relação ao seguinte contexto: temos perícias já autônomas nos estados, e constitucionalizar a adequação de cada ente federado a esse paradigma novo estabelecido na Constituição através da PEC 76 criaria enormes dificuldades para vários entes federados em relação a planos de carreira, ao funcionamento, às questões, inclusive, estruturais dessa carreira. Teria que haver uma regulamentação que, no caso, cada estado adotaria de uma forma muito específica. Então, ao nosso ver, de uma forma muito concreta, a proposta não atenderia aos ditames justamente de maior autonomia, porque a autonomia já é prevista em âmbito legislativo infraconstitucional.

Então, consideramos que, quanto à PEC 76, mais do que discuti-la, o que nós devemos fazer é avançar no conjunto, por exemplo, das legislações infraconstitucionais, como o novo Código de Processo Penal, no qual se prevê a autonomia técnico-científica da perícia. E ninguém é contra isso. Assim como todo servidor público, os delegados de polícia têm que ter sua autonomia técnica, jurídica e científica. Isso é algo inerente à atividade policial e à atividade de segurança pública como um todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós consideramos que essa constitucionalização vai acabar criando dificuldades no âmbito do pacto federativo, porque nós já temos dificuldades de financiamento da segurança pública no Brasil – sendo bem honesto. No caso, todas os órgãos previstos no art. 144, *caput*, têm dificuldade de divisão de recursos orçamentários, de regulamentação de atribuições e principalmente de definição de recursos mínimos para poderem funcionar em caráter regular. Portanto, a constitucionalização de uma nova instituição criaria sérias dificuldades até para os governadores, para as estruturas estatais. Nós temos é que buscar justamente a melhor forma de financiamento das estruturas de segurança pública. E, para isso, criar cada vez mais, no eixo da Constituição, novas polícias poderia criar dificuldades.

Outra questão que nós gostaríamos de destacar é a importância de as categorias periciais buscarem uma coesão, porque nós temos nossos peritos papiloscópicos, que, no caso, têm dificuldade muitas vezes de ter o reconhecimento da sua atividade pericial no âmbito de certos conflitos de natureza muitas vezes institucional, corporativa. Portanto, é importante, antes de discutir qualquer constitucionalização nesse âmbito, haver justamente uma pacificação da atividade exercida pelos peritos papiloscópicos. Esses são pontos muito relevantes que nós temos que destacar para que possamos justamente ter uma melhor integração e aplicação da segurança pública de forma harmônica e integrada.

Por exemplo, a lei do Susp, que é Lei 13.675, de 2018, prevê as polícias científicas, mas até hoje inúmeros dispositivos não foram regulamentados. E justamente essa carência de regulamentação ou mesmo de aplicação, eminente Senador, efetiva do que está ali na lei do Susp (Sistema Único de Segurança Pública) torna extremamente inócua qualquer discussão de constitucionalização de novas instituições policiais. Por quê? Nós, primeiro, devemos aplicar aquilo que já está estabelecido na lei, no ordenamento jurídico e que infelizmente o Estado brasileiro não cumpre, gerando, portanto, sérios problemas, repito, sobre financiamento, na integração entre todo o aparato de segurança pública no Brasil e, muitas vezes, no conflito de atribuições, o que só faz mal para o país. Muitas vezes, se a gente for olhar outros estados e nações, há um verdadeiro equilíbrio no âmbito do exercício das atribuições e principalmente cooperação e integração efetiva. Justamente para superar essas lacunas busca-se, muitas vezes, constitucionalizar novos órgãos sem que se analisem as consequências disso, o que pode acabar criando mais efeitos negativos do que positivos.

Então, eu gostaria aqui de destacar nossa posição, desde já respeitando a perícia, tendo em vista até que eu tenho obras escritas sobre a atividade pericial, a qual respeito muito.

Muito obrigado. E a Adepol do Brasil está à disposição para contribuir para o debate, com a finalidade justamente de nós avançarmos, acima de tudo, na integração do sistema de segurança pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Presidente Rodolfo Queiroz. Eu agradeço, ao tempo em que esta Presidência faz o apelo a todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palestrantes para que nós possamos cumprir o tempo, por conta da lista de convidados, que são muitos, como todos aqui perceberam ao ser feita a leitura do requerimento.

Sr. Gustavo Mesquita Galvão, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia. *(Pausa.)*

Sr. Gustavo?

O SR. GUSTAVO MESQUITA GALVÃO BUENO *(Por videoconferência.)* – Olá, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Boa tarde.

O SR. GUSTAVO MESQUITA GALVÃO BUENO *(Para expor. Por videoconferência.)* – Boa tarde a todos.

Em nome da ADPJ (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária), queria cumprimentar a todos os presentes, agradecer especialmente ao Senador Weverton Rocha e também ao Senador Humberto Costa pelo convite e dizer que é sempre uma honra poder debater segurança pública, polícia judiciária, com personagens, com autores tão qualificados, promovendo aqui um debate técnico e sério acerca de um tema tão importante.

Primeiramente, acerca da PEC, da Proposta de Emenda à Constituição 76, eu acredito que a primeira visão e a primeira pergunta que a gente deve se fazer, aliás, em relação a todo e qualquer diploma legislativo, especialmente um diploma legislativo da grandeza de uma PEC, que tende a alterar uma Constituição Federal, é qual é o objetivo que nós pretendemos com essa medida.

No caso da PEC 76, parece-me que o argumento mais forte que é sustentado é que com isso se pretende dar, conferir maior autonomia aos órgãos periciais, às atividades de criminalística. E a essa autonomia – fazemos questão de ressaltar aqui – nós somos favoráveis, sim. Ela é um instrumento necessário e fundamental para o bom exercício da atividade de criminalística e, por consequência, da própria polícia judiciária.

Ocorre que essa autonomia, é importante a gente ressaltar, já é assegurada pela Lei 12.030, no seu art. 2º – Lei 12.030, de 2009 –, que já prevê a autonomia técnica, funcional e científica da atividade de criminalística, das atividades periciais. Portanto, parece-me que esse é um argumento que, por si só, não se sustenta.

Aí me parece que, muitas vezes, nós formadores de opinião, especialmente os tomadores de decisão e o próprio Poder Legislativo, nessa situação, nos confundimos um pouco com relação àquilo que nós pretendemos atingir, e eu explico por quê. Muito se fala na necessidade premente de uma maior integração entre os órgãos policiais. Muitos debatem, inclusive, até mesmo uma eventual unificação dos órgãos policiais, algo que demanda, sem dúvida alguma, um debate adequado e próprio acerca do tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, de outro lado, nós assistimos a movimentos legislativos tendentes a criar, dia após dia, novos órgãos policiais.

E a pergunta que se faz é o que nós pretendemos atingir, quais os objetivos que nós pretendemos atingir com esse tipo de medida, especialmente quando nós falamos de uma atividade que é pericial.

Aqui também quero ressaltar o nosso enorme respeito em relação a essa atividade tão relevante e fundamental para o exercício da atividade investigativa e de polícia judiciária, mas a atividade pericial, a atividade criminalística é uma atividade que não subsiste por si só, é uma atividade que existe enquanto absolutamente relacionada e parte inerente da investigação criminal, da atividade de investigação criminal, tanto é assim que o perito criminal, por si só, não tem capacidade de ação e precisa ser demandado pela polícia judiciária diante de uma investigação para realizar o seu trabalho. E aqui não vai também qualquer demérito nessa constatação, tanto é assim que o próprio magistrado também possui esse mesmo tipo de natureza.

Então, nós estaríamos aqui cindindo, na verdade, duas atividades que são inerentes a uma mesma atividade principal que é a atividade investigativa, promovendo, sem dúvida alguma, um indesejado acirramento entre as atividades, entre as instituições, o afloramento das indesejadas vaidades institucionais muitas vezes e prejudicando a integração que se pretende, o compartilhamento de informações, a velocidade de informações, a atuação integrada e harmônica entre as atividades inerentes ao processo de atividade investigativa, ao processo de polícia judiciária, o que traria inevitavelmente um prejuízo à eficácia dessa atividade investigativa. E isso sem falar, no ponto de vista pragmático, da questão do aumento dos gastos públicos, porque nós estaríamos aqui falando, então, da necessidade de criação de estruturas autônomas, centros de comunicação autônomos, unidades gestoras autônomas, compras de viaturas, armas, esses equipamentos que são utilizados da polícia civil.

Então, por fim, para ser breve e conseguir terminar o meu tempo, eu acredito que, em vez de nós estarmos debatendo aqui a criação de um novo órgão policial, melhor seria se nós estivéssemos defendendo a necessidade de valorização e fortalecimento das polícias judiciárias e também, sim, da atividade criminalística enquanto parte integrante e inerente das instituições de polícia judiciária.

Agradeço a todos pelo tempo.

São as considerações que a ADPJ tinha a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente Gustavo Mesquita.

Eu passo a palavra ao Sr. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Sr. Luciano Soares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUCIANO SOARES LEIRO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Estamos ouvindo bem.

O SR. LUCIANO SOARES LEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado.

Bom, primeiramente, obrigado por poder participar desta audiência, nobre Senador, e agradeço também ao Senador Humberto Costa pelo requerimento.

Eu vou acompanhar os nossos dois colegas Dr. Rodolfo Laterza e Dr. Gustavo Mesquita, porque, de fato, a linha que nós temos, o pensamento que nós temos com relação a essa PEC é nesse mesmo sentido. Então, eu vou apenas pincelar aqui o que os colegas já colocaram, mas, principalmente, eu entendo que a investigação é uma situação única, a investigação é única, ela é feita... A percução penal é única. Então, eu não vejo o porquê dessa divisão no que tange à polícia judiciária, em que você tem a participação, dentro dela, dos peritos.

Reitero também, como o Dr. Rodolfo colocou, a importância da perícia – ela é fundamental –, mas eu vejo que já há... A linha de investigação é única, e toda essa divisão que a gente possa ter com relação aos seus entes que participam da investigação só vai trazer uma dificuldade maior. Como já salientado, questões de brigas de competência... Então, acredito eu que esse assunto está muito bem explorado pelos colegas aí.

A Polícia Federal... Em que pese não haver menção no projeto sobre a questão da Polícia Federal e dos peritos criminais, eu entendo que isso demonstra esse objetivo que nós estamos querendo colocar aqui de que a investigação tem que ser única. A Polícia Federal tem feito seu trabalho com excelência. Nós temos hoje 74% de solução de inquéritos, e o trabalho da perícia é, como já dito pelos colegas, com autonomia técnico-científica, inclusive estabelecida pela lei, como disse o nosso colega Dr. Gustavo, Lei 2.030, não é? Então, eu entendo que não há essa necessidade. O trabalho tem que ser único e, por isso, eu não vejo o porquê. Como disse o colega, é preciso a gente saber o porquê de nós estarmos fazendo essa separação. Então, eu entendo que, de fato, não há essa necessidade.

E vejo como uma possibilidade, inclusive, como já salientado também, de, muito pelo contrário, haver, sim, uma desvalorização da perícia. E eu acho que, estando todos nós juntos, a possibilidade de nós conseguirmos uma valorização que seja coerente com a atribuição da polícia judiciária é muito maior se nós estivermos juntos. Com essa separação, a meu ver, corre-se até um risco de, muito pelo contrário, nós termos uma divisão e uma desvalorização dessas instituições.

No mais, eu acredito que, como já falado, já exista essa autonomia técnica da própria perícia. Então, não vejo por que nós levamos isso para o seio constitucional se já há esse tratamento. Eu acho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, principalmente, nós temos é que trabalhar com a valorização, como colocou também o nosso colega Gustavo aí, das carreiras. É preciso, sim. Nós estamos, inclusive, nessa campanha de valorização da Polícia Federal, das carreiras da Polícia Federal, e eu acho que é muito mais importante nós atuarmos nessa ação, além de outros institutos, como colocado pelo Dr. Rodolfo, com relação ao Código de Processo Penal. Esses, sim, são institutos em que nós devemos ter uma atenção muito maior para que a gente torne mais célere a investigação. Fora isso, não vejo – é a opinião da nossa Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal – por que haver essa separação que para nós só vai dividir em vez de somar.

Então, fica aí a nossa palavra.

Agradeço desde já, mais uma vez, ao Senador Weverton Rocha pela Presidência e pela participação aqui nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Obrigado, Sr. Presidente Luciano, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal.

Eu convido agora para fazer a sua exposição o representante do Sr. Marcos Almeida Camargo, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Sr. Paulo Roberto Fagundes.

O SR. PAULO ROBERTO FAGUNDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes na reunião. Por uma impossibilidade, eu estou aqui representando o Presidente Marcos Camargo.

Na verdade, essa questão – eu trabalhei muito tempo na Senasp como coordenador, sou perito criminal federal, trabalhei como coordenador de projetos da área de perícia e fui diretor técnico-científico também na Polícia Federal –, esse tema é um tema muito antigo. Desde antes de eu entrar na Polícia Federal se discutia a autonomia das perícias ou polícia científica.

Obviamente, a argumentação do Dr. Leiro, do Dr. Gustavo e de todos tem um lado positivo, porque se subentende que a investigação vai ser dividida, mas, na verdade, essa autonomia que se pretende com essa PEC é uma autonomia mais de gestão, ou seja, é uma especialização da gestão da instituição perícia. E, como existem diversos órgãos estaduais de perícias já desvinculados, cada um de uma forma, uns como polícias técnico-científicas, alguns como institutos gerais de perícia, ou seja, com formas diversas, na verdade, a PEC vai dar uma segurança jurídica para esses órgãos que já estão autônomos, vamos dizer assim, ou já estão desvinculados.

Eu não conheço a PEC a fundo e até gostaria de pedir desculpa aos senhores, porque eu estou substituindo o Camargo e eu achei que haveria uma apresentação de alguém da Associação Brasileira de Criminalística para nivelar o conhecimento, mas eu estou familiarizado com esse tema e, como disse o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante da ADPF, é uma PEC que não nos atinge. Autonomia todos os órgãos querem. Com força-tarefa, com atuação junto, com isso a gente está acostumado. Dentro da Polícia Federal, os peritos criminais são figuras importantes dentro de todo o processo investigatório e na gestão do órgão em si.

Então, nós não temos nada contra a PEC 76, de criação da polícia científica. Não li o texto todo, mas a gente não vê inconveniente. Obviamente os peritos continuarão tendo a atribuição precípua deles, que é fazer suas perícias quando a infração penal deixar vestígio, e vão continuar trabalhando junto aos delegados. Então assim: "Ah, vamos criar mais polícia. Vamos criar mais polícia". Não, não se vai criar mais polícia, vai-se criar um ramo. Não criaram a polícia penal? Toda hora se cria alguma coisa e não há problema.

A organização dos órgãos periciais num órgão próprio permite uma gestão mais especializada por parte dos peritos e dos demais integrantes para que eles consigam atingir um resultado melhor para a finalidade precípua, que é alimentar os inquéritos para a polícia judiciária. Então, eu não vejo problema nenhum com relação a isso. Agora, dentro da Polícia Federal, a gente tem outra forma de atuar, mas não é o que está em discussão aqui.

Então, a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais não vê problema com a PEC 76, que cria as polícias científicas.

É isso, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – O Presidente do Conselho de Dirigentes de Polícia Científica, senhor... Não, desculpa. Eu vou logo convidar todos que estão no sistema remoto e, em seguida, os que estão aqui presencialmente, o.k.?

Sr. Marcos Vinícius Gomes Avelino, Diretor Parlamentar da Federação Nacional dos Policiais Federais, representante do Sr. Marcus Firme dos Reis, Presidente da Fenapef, V. Sa. está com a palavra.

O SR. MARCOS VINÍCIUS GOMES AVELINO (*Por videoconferência.*) – Muito boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Boa tarde.

O SR. MARCOS VINÍCIUS GOMES AVELINO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ilustre Senador Weverton, meus cumprimentos, e, na sua pessoa, peço vênica para cumprimentar todos os demais Parlamentares que acompanham essa audiência.

Cumprimento também todos os ilustres colegas da segurança pública que participam dessa importante audiência.

Senador, colegas, Parlamentares, o que enfrentamos aqui, o que debatemos é a propositura de uma emenda à Constituição. Na verdade, o que ela traz é a criação de uma nova polícia, ela prevê a criação de uma nova estrutura policial. Na sua justificação, ela traz argumentos como modernização, fortalecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós compreendemos bem. Não faz muito tempo, o Congresso Nacional tem recebido proposituras dessa natureza, proposituras com pedidos de autonomia, sob o argumento de modernização e de fortalecimento, com que nós não concordamos, absolutamente, porque de órgãos que, dentro da sua atuação, já são autônomos pela dicção constitucional e pela previsão das leis que regulamentam e que regulam a persecução criminal. Então nós entendemos incabíveis proposituras dessa natureza, que se revestem, na verdade, de um caráter corporativo, associativo, que visam, nada mais, nada menos, uma estrutura de poder.

Trazendo aqui para o tema em debate, embora legítimo, porque a todo órgão e a toda categoria é legítimo procurar se modernizar, mas entendemos isso como uma verdadeira fragmentação da polícia investigativa e da polícia judiciária – nós entendemos como diferentes essas duas funções; na verdade, são funções de polícia. E para deixar muito claro, uma investigação criminal não é uma peça exclusiva de um ou de outro cargo, ela é uma peça de muitas mãos. Nela atuam desde o delegado e o agente investigador até o escrivão, o papiloscopista, que é um perito em identificação humana, importantíssimo, e o perito criminal federal, isso espelhando a estrutura da Polícia Federal e a estrutura de muitas polícias civis, que têm mais ou menos essa mesma estruturação de cargos. Então, é inconcebível entender que essa investigação pertence a uma ou outra. Ela pertence a todos, e todos nela atuam com autonomia das suas atribuições e das suas funções.

Contudo, o que releva chamar à atenção, Senador, Parlamentares, é que nós estamos enfrentando uma PEC em que se procura essa cisão, em que um cargo que pertence à estrutura de polícia – importantíssimo, diga-se de passagem – procura sair, sob o argumento de ter autonomia para o exercício das suas funções. Isso, sem dúvida nenhuma, nos traz a reflexão de que há problemas na nossa estrutura de polícia brasileira, graves problemas, a ponto de um cara solicitar através de uma PEC, apresentar um projeto para sair e criar sua polícia. Nessa senda, o próprio projeto pode vir a ser dos escrivães de polícia, pode vir a ser dos agentes também, porque há um problema na estrutura da polícia brasileira.

A polícia brasileira, entendemos, e trazemos aqui o que acontece no mundo todo, deve ser organizada em uma carreira, e, quando há uma carreira apenas, uma carreira única, não há que se falar em desprestígio de um ou outro cargo, porque todos fazem parte do mesmo conjunto, há um clima de pertencimento. Acho que esse é o tema central, esse é o tema principal que a gente deve trazer a debate nas Casas Legislativas.

Todos os colegas que me antecederam foram unânimes em falar que há necessidade de fortalecimento, de uma nova estrutura, de reconhecimento dos órgãos de polícia, e nós entendemos também dessa forma. Reconhecemos como legítima a propositura, porque estão buscando melhorar, mas é incabível nesse contexto jurídico em que vivemos. Não há que se falar nisso. Agora, questionar o modelo de polícia, sim. E, aí, talvez, se estivéssemos questionando hoje essa estrutura, trazendo uma organização única, unida, em uma única porta de entrada, com as funções bem definidas nessa nova carreira, dificilmente uma proposta como essa estaria sendo apresentada, seguramente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a nossa posição, é a posição da Federação Nacional dos Policiais Federais, a maior entidade representativa dos policiais federais brasileiros.

Nós agradecemos muito a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Marcos Vinícius.

Eu convido a Sra. Juliana Ribeiro. Ela é Vice-Presidente da Região Sul da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil, representante do Sr. Mozart Manuel Macedo Felix, Presidente da Fendepol.

A SRA. JULIANA RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas e a todos os presentes. Boa tarde, Senadores. Boa tarde, representantes das entidades que estão aqui, expondo seus pontos de vista em relação à PEC de autonomia das instituições periciais.

Eu acho que muitos dos que me antecederam já tocaram nos pontos principais, que é a necessidade de melhorar a prestação de serviço da segurança pública. É verdade, a segurança pública é uma pasta que traz muitos problemas, muita dificuldade de gestão para os Governadores e também para a União naquilo que cabe à instituição federal de polícia judiciária e a seus demais órgãos.

Realmente nós estamos diante de um reflexo de um problema muito complexo e, até agora, nós não conseguimos equacionar de forma objetiva a solução do problema da segurança pública no Brasil. Então, esse é um reflexo desse problema que vai trazendo soluções paliativas, soluções parciais, soluções divisionistas que estão apenas expressando o problema, mas que, na verdade, não estão, de fato, resolvendo o problema da segurança pública.

No caso, especialmente a PEC que está sendo trazida aqui para o debate vai até acirrar os problemas que já existem. Nós temos muitos problemas institucionais dentro da pasta da segurança pública e mais uma instituição com autonomia administrativa, com toda a sua gestão apartada, vai trazer mais contradição entre as polícias, piorando aquilo que já existe.

Nós, as entidades de classe, trabalhamos diuturnamente para conseguir equacionar, para conseguir trazer pautas comuns, para trazer harmonia entre as entidades, para conseguir trazer boas propostas para os Parlamentares. Acho que os Parlamentares já estão acostumados com as nossas presenças aqui, as presenças da Adepol, da Fendepol, trazendo soluções. Ocorre que muitas vezes as soluções que nós tentamos pautar aqui são enfraquecidas pelas divisões internas, e essa PEC só vai prejudicar a construção de uma unidade, a construção de uma união, de uma forma conjunta de observar a segurança pública e, pior ainda, trazendo mais encargos para os estados.

Se nós conseguíssemos, através da instituição de uma nova polícia, resolver os problemas da segurança pública e trazer menos gastos, eu acho que estaríamos dentro de uma PEC positiva, mas nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não estamos dentro de uma PEC positiva, porque ela vai trazer mais problemas institucionais e vai trazer mais gastos públicos, como já disseram os colegas que me antecederam.

Até gostaria de pontuar aqui a questão da polícia penal, que foi aprovada e inserida na Constituição Federal. Ela tinha uma justificativa, porque, na maioria dos estados, a polícia que hoje é conhecida como polícia penal está em outra pasta, na pasta da administração penitenciária. Trazê-la para o rol da segurança pública tem a justificativa de inserir algo que já existe, mas que estava separado administrativamente nos estados, para uma discussão conjunta de segurança pública, o que não é necessário no caso dos peritos.

E, no caso, pontuando ainda mais essa questão de todas as divergências institucionais e de carreiras que já foi citada aqui, ressalto que as perícias têm muitas contradições internas. Eu gostaria de citar o problema dos papiloscopistas e os problemas dos peritos e dos médicos legistas, que têm muita dificuldade também de se entender. Trazer isso para dentro de uma instituição separada não vai trazer positividade, não vai trazer solução para o problema. As entidades têm que ter uma pauta comum, têm que ter um diálogo comum para trazer soluções para discutir no Parlamento e não coisas que trazem divisões e pioram a prestação do serviço.

Os colegas já explicitaram aqui, é de conhecimento de todos, que a investigação criminal é única; não há necessidade legislativa, para o desenvolvimento do trabalho, de se criar uma nova estrutura administrativa. Se se quer uma estrutura administrativa separada, estão realmente dizendo que querem que haja mais gasto público. Se a questão é ter mais uma estrutura administrativa, então se admite que se quer mais gasto público, mas não há uma justificativa palpável para a prestação de serviço ter um aumento de gasto para uma pasta que já é tão complicada de se gerir.

Seria muito importante que nós tivéssemos realmente uma melhor composição, uma melhor clareza e nos afastássemos de questões que trazem problemas de disputas internas entre as polícias para que a gente possa pensar a segurança pública com um objetivo mais de composição do que de divisão.

Agradeço a todos pela atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sra. Juliana Ribeiro.

Eu convido para utilizar a palavra o Sr. Mário Dermeval de Resende, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil. Ele é representante da Sra. Nadine Farias, Presidente do ConCPC.

O SR. MÁRIO DERMEVAL ARAVÉCHIA DE RESENDE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, ilustre Senador Weverton Rocha. Boa tarde a todos os colegas, a todos os integrantes da Comissão, a todos os Parlamentares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, complementando tudo que já foi muito bem dito por todos os representantes na Comissão, por todos os convidados, a nosso ver, fizemos alguns apontamentos em relação ao que se discute sobre a PEC 76.

A nova redação prevista no inciso IV do art. 144 elevaria a polícia científica ao *status* de polícia judiciária investigativa, qualidade esta, ao nosso ver, incompatível com as suas atividades desenvolvidas.

A expressão "exclusividade" inserida no §11 do art. 144 também inviabilizaria os trabalhos de análise bancária e fiscal já realizados pelos laboratórios de lavagem de dinheiro em todo o Brasil, bem como os trabalhos de análises a partir da extração de dados telefônicos e telemáticos, os quais seriam equiparados a trabalhos periciais, que ficariam sob a responsabilidade total da polícia científica. Hoje mesmo, tivemos uma operação muito importante realizada pela Polícia Civil de Pernambuco, em que os próprios laboratórios de lavagem de dinheiro dentro das polícias civis... No caso, a de Pernambuco pôde realizar essa operação e não dependeu de perícia, havendo uma agilidade na obtenção dessas informações.

A criação de uma nova polícia atrapalharia os trabalhos de integração já existentes entre todas as forças policiais, o que é uma tendência nacional.

A redação é omissa no que diz respeito à organização da polícia científica da União, como já foi dito anteriormente.

A sua aprovação importaria em impactos financeiros, sim, decorrentes da criação e da organização de um novo órgão, bem como impactos previdenciários, já que seus membros fariam jus à percepção de aposentadorias e pensões especiais, havendo possível violação ao pacto federativo.

Por fim, uma das emendas apresentadas ao texto original prevê a possibilidade de provimento derivado de cargos, modalidade esta rechaçada pela Carta Magna.

O que se percebe é que haveria um conflito de atribuições.

Já fica claro aí que as perícias técnicas, de acordo com a Lei 12.030, de 2019, já possuem autonomia funcional e são, com todo o respeito e com toda a valorização que nós delegados de polícia temos pelos peritos e pelos institutos, órgãos auxiliares que trabalham em apoio à Polícia Civil, na importante produção de materialidade para que a gente efetivamente cumpra com a nossa missão de trazer a ordem pública, a paz, a investigação de competência.

Por fim, uma informação que nós obtivemos é que existem no país nove perícias ainda vinculadas às polícias civis, enquanto dezoito já se encontram desvinculadas. Eu sou de Mato Grosso, e aqui nós temos a Politec, que é um instituto desvinculado da Polícia Civil, que funciona muito bem em trabalho conosco e que já tem a sua autonomia administrativa e funcional sem nenhum tipo de problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia, dos delegados-gerais, representando aqui a Dra. Nadine, que, por um motivo extraordinário, não pôde estar presente, nós procuramos repassar o nosso ponto de vista aos ilustres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Mário Derneval.

Eu convido o Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho, Presidente da Federação Nacional dos Peritos Oficiais em Identificação.

O SR. ANTONIO MACIEL AGUIAR FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde.

Gostaria de cumprimentar o ilustríssimo Senador Weverton, Relator da PEC, demais Senadores que compõem aqui a audiência, representantes de entidades que fazem parte desta audiência pública.

Esse tema diz respeito a um órgão que faz parte da estrutura da perícia oficial brasileira. Ela tem um tripé formado pelo Instituto de Criminalística, Instituto de Medicina Legal e Instituto de Identificação. No entanto, os peritos criminais, associados ao Instituto de Criminalística – aí eu não quero generalizar todos os peritos criminais, mas as diretorias da ABC –, desde 2009, tentam, através de PECs, a autonomia da perícia, sem discutir, inclusive internamente, com os outros órgãos. Aliás, eles nem consideram o Instituto de Identificação como órgão oficial de perícia, contrariando a legislação, decisões, jurisprudência.

Na verdade, se a gente for analisar a PEC 325, que propõe os órgãos essenciais da Justiça, era uma proposta interessante na época. Depois, houve a 499, que alterava também o 144, de 2010; a PEC 117, de 2015; e, agora, a PEC 76, que, na verdade, é uma PEC meia-boca, vai ser aplicada quando couber, só que com exclusividade, gerando um problema mais sério nas polícias. Por exemplo, hoje nós temos nove estados que, na verdade, dentro da Polícia Civil, têm a estrutura completa da perícia e temos 19 fora. Só que, desses que estão fora, o Instituto de Identificação está na Polícia Civil em mais seis. Então, você tem, na verdade, 14 estados onde o Instituto de Identificação está dentro da Polícia Civil e funciona perfeitamente bem. Nós somos respeitados pelos delegados, eles reconhecem o nosso trabalho, mas, dentro da polícia técnica, somos massacrados – a palavra mais correta seria esta: "massacrados" –, perseguidos, porque essa PEC...

De que perícia é que se fala? Se você tem qualquer tipo de trabalho pericial, desde a medicina legal, que vai analisar a *causa mortis*, a materialidade dinâmica na criminalística, nós temos a questão da autoria nos institutos de identificação. E é um papel importantíssimo que os institutos representam na persecução penal, na definição, nos dados instrutórios da investigação para a autoridade policial, para o MP, para o magistrado. Só que os peritos criminais não aceitam isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eles sempre defenderam e implementaram a estratificação dentro da perícia, formando uma verdadeira casta na instituição. E essa PEC vai exatamente legitimar isso. A gente não concorda que ela prospere exatamente porque os nossos problemas são muito maiores: número insuficiente de profissionais – isso nunca foi pauta de discussão e valorização interna –, baixos salários, salários baixíssimos. As entidades não se conversam para tentar melhorar internamente a estrutura adequada de equipamentos. Pelo contrário, você tem hoje dois órgãos, dois conselhos nacionais da perícia: o Conselho Nacional dos Órgãos Oficiais de Identificação e o Conselho Nacional dos Órgãos de Perícia. Então, são dois conselhos conversando com o Governo Federal. Todos os equipamentos da área de papiloscopia que vão para a Polícia Científica não são encaminhados para institutos de identificação. Às vezes vencem esses equipamentos. Vários produtos que a gente usa que têm tempo perecível pequeno acabam vencendo e não são repassados para os institutos de identificação. É uma verdadeira antropofagia dentro da instituição. E aí a gente tem uma PEC propondo uma autonomia, buscando... Buscando o quê? Buscando o fortalecimento apenas de uma carreira, porque, se fossem unidos todos os institutos, com certeza essa PEC de 2009, de 2010 já teria andado.

Nós, Srs. Senadores, pedimos o apoio à emenda que o Senador Nelsinho Trad colocou. Se for aprovado aqui, tirar a exclusividade... Senão, os nossos trabalhos dentro da Polícia Civil não terão segurança jurídica. Então, isso é uma coisa surreal. E também é preciso garantir às categorias que não estão nominadas na Lei 12.030, que são peritos oficiais reconhecidos pelo STF, STJ e que eles não aceitam. É uma briga absurda. Essa PEC não vai prosperar se não houver união dentro da Polícia Técnica. E a gente prefere ficar dentro da Polícia Civil, como já foi decidido pela nossa categoria dos papiloscopistas.

Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Obrigado, Sr. Antonio Maciel, Presidente da Federação Nacional dos Peritos Oficiais.

Eu convido agora o Presidente do Conselho de Dirigentes de Polícia Científica, Sr. Marcos Egberto.

O SR. MARCOS EGBERTO BRASIL DE MELO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Weverton. Cumprimento a todos na pessoa do nobre Senador.

Vai passar a apresentação? (*Pausa.*)

Bom, é importante salientar, após a fala de todos os colegas, principalmente os colegas delegados, que a atuação da perícia não acontece apenas na fase pré-processual. Então, é muito importante saber que a função da perícia acontece durante o processo. Então, os requisitantes da perícia não são apenas – são os principais, com certeza – as autoridades policiais, os delegados de polícia. Nós também atendemos o próprio Ministério Público; o Judiciário; em crimes militares, nós já atendemos, sim, a PM, o Corpo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bombeiros, a Justiça Militar; aqui em Brasília – eu também sou médico legista da PCDF –, a gente atende as Forças Armadas. Nós não estamos restritos ao inquérito policial. Então, é um dos motivos dessa necessidade do trabalho autônomo, para a gente poder atender e desburocratizar para esse atendimento das outras autoridades requisitantes.

Pode passar.

Bom, e por quê? Quais são os pressupostos de todo esse movimento de autonomia, que não é recente? Então, nós temos órgãos periciais autônomos que datam mais de 30 anos de autonomia: Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte têm órgãos que estão autônomos há bastante tempo. Então, de onde vem isso? Não é só da cabeça, não foi criado por um conjunto de pessoas com objetivos corporativistas, como foi falado, mas sim: ONU, Anistia Internacional, Decreto nº 7.037 que aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a Recomendação nº 6 do Conselho Nacional de Segurança Pública de 2012.

Pode passar.

O Relatório Civil and Political Rights Including the Questions of Torture and Detention, da Comissão de Direitos Humanos da ONU, diz que as pesquisas científicas dos órgãos periciais têm sim que estar apartados da polícia.

Pode passar.

O PNDH: "Assegurar a autonomia funcional dos peritos [criminais] e a modernização dos órgãos periciais [oficiais], como forma de incrementar sua estruturação".

Pode passar.

E na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, a segunda diretriz mais votada, com 1.094 votos, foi exatamente a autonomia das perícias. Mas não só como autonomia, porque logo veio a Lei nº 12.030, dando autonomia funcional e técnica, mas também a autonomia financeira, exatamente para deixar que haja o melhor aparelhamento da polícia científica. Então, essa é a segunda diretriz mais votada da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública.

Pode passar.

Com isso, em 2012, o Pleno do Conselho Nacional de Segurança Pública lançou essa recomendação. Então, é de 2012: que a União, os Estados e o DF promovam efetivamente a autonomia e a modernização dos órgãos periciais de natureza criminal por meio de orçamento próprio e financeiro, como forma de incrementar sua estruturação. Então, não é apenas uma questão de que os dirigentes, as associações querem autonomia por querer, porque são incomodados por estarem dentro de alguma estrutura. Não. É uma recomendação repetida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Bom, então, com isso, a gente tem um problema nas mãos com o que aconteceu com a perícia nacional, que foi a desvinculação da polícia. A gente tem vários modelos, não é só de quem está dentro e de quem está fora da polícia. Nós temos estados que pelo processo legislativo de como se deu essa autonomia se desvincularam totalmente da polícia, sem ter mais o *status* policial. Isso traz um problema muito grave para esses estados, essas corporações.

Vou dar um exemplo do Rio Grande do Norte, de onde a pessoa me ligou, o dirigente de lá, porque ele não estava conseguindo comprar projétil para fazer o próprio exame balístico, por conta de ele não ter o *status* policial. Nós usamos viaturas, nós carregamos droga, arma, e em estados gigantescos como o Pará, em que eles não têm o *status* policial, eles têm que se deslocar em viaturas com drogas e armas e eles não têm porte de arma. Então, nós temos esse problema na mão e precisamos solucionar.

Como foi falado aqui, não nove, mas, sim, são oito estados em que ainda estão dentro da Polícia Civil. O Maranhão há pouco tempo foi desvinculado. Então, são oito estados. E 19 unidades da Federação já estão autônomas; mas dentro dessas 19, a gente tem um problema, porque em boa parte desses estados, cerca de nove, eles não têm o *status* policial. Em alguns outros ainda tem... São policiais civis, mas fora da estrutura da polícia civil. Então, esse... A gente está com esse problema na mão, tem que resolver, e essa PEC vem com esse intuito de resolver esse problema. E, ainda, ela não vincula a saída da perícia dos estados que estão dentro da polícia civil. É um texto palatável por isso.

Então, em nenhum momento, na PEC, diz-se que é obrigado o estado a fazer a desvinculação da polícia científica dos departamentos de polícia técnica que estão dentro da polícia civil. Mas, nesse momento, vai solucionar o problema de vários estados que estão fora da polícia civil e não têm o *status* policial. É um problema gravíssimo que a gente enfrenta nesses estados. Então, é uma oportunidade de o Legislativo, aqui neste debate, enfrentar esse problema.

Pode passar.

Olhem a que ponto chega essa falta de padronização da perícia: há um diploma legislativo, a Lei Anticrime, que trouxe essa inovação do Código de Processo Penal, no art. 133, em que chama a perícia de Instituto Geral de Perícia. Então, nem pela nomenclatura você sabe como falar. Apesar de a 12.030 falar da perícia oficial de natureza criminal, ainda assim, acontecem fatos como esse, em que o próprio CPP chama a perícia de Instituto Geral de Perícia, que é apenas a nomenclatura do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Pode passar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destinação de verbas. Como gestor – sou o gestor de Goiás e Presidente do Conselho dos Dirigentes –, nós temos um problema grave de gestão de recursos. Então, essa captação a gente consegue fazer quando a gente tem a possibilidade de atuar com autonomia na gestão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Concluiu?

O SR. MARCOS EGBERTO BRASIL DE MELO – Havia mais, mas pelo tempo...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Vou-lhe dar dois minutos, como eu falei, de tolerância, e aí você tenta administrar o tempo.

O SR. MARCOS EGBERTO BRASIL DE MELO – Pois não.

Bom, então a gente tem esse problema da questão de recurso. Quando o dirigente tem autonomia, ele pode ir atrás dessa captação de recurso. Por exemplo: o próprio dirigente pode vir a Deputados, captar emendas, atrás de financiamentos, FDD, Senad, então isso tudo é possível. Mas, quando você está dentro da estrutura da polícia civil, quem vai fazer essa captação é pelo entendimento da sua chefia, no caso o delegado-geral.

Outro problema grave do porte de armas, como eu falei aqui, é que as equipes vão ao local de crime muitas vezes sem nenhuma outra polícia lá. Então, a equipe de perícia criminal chega ao local de crime, e muitas vezes ainda pode estar acontecendo o evento criminoso naquele momento. E eles chegam desarmados. Então, é um problema grave.

E a questão da suspeição. Essa é uma experiência própria. Eu não tenho problemas com a autoridade policial, com delegados no sentido de colocar qualquer obrigação ou mudança no meu laudo, mas nas estruturas que estão dentro da polícia existe o problema da suspeição, como aconteceu em Jacarezinho, em que todas as perícias foram solicitadas pelo Ministério Público a serem realizadas em São Paulo. Então, a gente não precisa disto, dessa suspeição.

Pode passar.

E a parte boa da perícia que a gente vê, um *case* de sucesso como a RIBPG: nos estados hoje há a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, que foi possível por conta desse trabalho dentro da Senasp, onde nós temos uma boa representação. O Ministério da Justiça e a Senasp já nos tratam como uma força policial apartada, exatamente por conta disto, porque nós já somos 19 estados onde a perícia é autônoma.

Então, todos esses são os projetos hoje na Senasp. Os projetos hoje mais importantes que estão dentro da Senasp são projetos que são diretamente ligados à perícia e todos sabem da grande importância





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do DNA, da balística e do multibiométrico. E a solução realmente para esses problemas é a constitucionalização e a integração, que não vai deixar de existir.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – O.k. Muito obrigado, Sr. Marcos Egberto, Presidente do Conselho de Dirigentes de Polícia Científica.

Eu convido o Sr. Kleber Luiz Júnior, Assessor Institucional da Delegacia-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal. Aqui ele representa o Sr. Robson Candido da Silva, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

O SR. KLEBER LUIZ (Para expor.) – Em nome do Dr. Robson Candido da Silva, Delegado-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, nós saudamos o ilustre Presidente em exercício da CCJ Senador Weverton. O Senador inicialmente, na sua fala, invocou a memória do Senador Major Olimpio, dizendo do grande desafio de poder sucedê-lo na relatoria de uma matéria tão controversa. Nós estamos seguros de que V. Exa. estará à altura. E, em nome do Senador Major Olimpio, nós também prestamos as nossas homenagens aos Senadores que foram vitimados pelo covid-19: Arolde de Oliveira e Senador José Maranhão.

Nós cumprimentamos todos os expositores que nos antecederam na presente audiência pública e, em nome da Polícia Civil do Distrito Federal, nós gostaríamos de dizer que, especialmente nos últimos anos, nós temos nos notabilizado pela excelência dos resultados da nossa instituição, em especial relacionados aos índices de elucidação de crimes, que nos colocam no mesmo patamar de países social e economicamente mais desenvolvidos que o Brasil. Isso tem sido reportado de maneira bastante abundante pela imprensa brasileira, inclusive pela imprensa de alcance nacional.

E nós creditamos muito do sucesso da nossa instituição ao valor que representa a unidade e a inteligência da estrutura da Polícia Civil do Distrito Federal, que contempla o Departamento de Polícia Técnica, sob a batuta do qual se encontram: Instituto de Criminalística, Instituto de Medicina Legal, Instituto de Pesquisa de DNA Forense, Instituto de Identificação e Central de Guarda e Custódia de Vestígios Laboratoriais. Nós temos muito orgulho de nosso quadro pericial e dos nossos peritos papiloscopistas pela grande *expertise* e os resultados que apresentam.

A Polícia Civil possui uma elevada taxa de investimento em polícia científica e com isso temos muito retorno em matéria de eficiência na atuação dos institutos periciais. Inclusive, na seara de investimento, nós podemos dizer que no ano de 2018 foi entregue a obra do Instituto de Criminalística, que é um dos prédios mais modernos do nosso país para atuação da perícia criminal. Neste exato momento, nós estamos investindo mais de R\$30 milhões na construção da nova sede do Instituto de Medicina Legal da Polícia Civil do Distrito Federal. O Instituto de Identificação conta com instalações modernas, equipamentos e soluções de informática voltados à identificação pessoal, o que torna o Distrito Federal uma unidade federativa de vanguarda na excelência desse tipo de serviço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para além do que muito vem sido propalado aqui, que é a autonomia prevista na Lei 12.030 aos peritos oficiais, que é a autonomia técnico-científica e funcional, no âmbito da Polícia Civil do Distrito Federal, o Departamento de Polícia Técnica é dirigido por perito criminal de carreira, e os institutos e órgãos a ele subordinados também são dirigidos por ocupantes de cargos periciais e, no caso do Instituto de Identificação, por perito papiloscopista.

Nesse sentido, Exmo. Sr. Presidente, a Polícia Civil do Distrito Federal vem aqui manifestar que não vislumbra interesse público a justificar a modificação do modelo que hoje é previsto na Constituição e que garante que a Polícia Civil do Distrito Federal seja reconhecidamente uma instituição de excelência no âmbito da realização das atividades de Polícia Judiciária.

Nós agradecemos a oportunidade de participação no debate democrático de matéria que é tão importante e tão sensível para o Estado brasileiro e nos colocamos à disposição, Sr. Relator, inclusive para recebê-lo, caso o senhor pretenda fazer uma visita *in loco* para conhecer a realidade da perícia no Brasil. Muito obrigado. Desejamos a V. Exa. boa sorte na relatoria da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Kleber Luiz, assessor institucional da Delegacia-Geral de Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu convido agora o Sr. Ricardo de Werk Filho. Ele é representante do Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais de Mato Grosso do Sul.

O SR. RICARDO DE WERK FILHO (Para expor.) – Inicialmente, cumprimento o Presidente desta audiência, o Senador Weverton Rocha, e, através da sua pessoa, cumprimento os demais Senadores e autoridades e demais presentes nesta sessão.

Por uma questão de dever e justiça, o Sindicato dos Peritos Papiloscopistas e Peritos Oficiais do Estado de Mato Grosso do Sul gostaria de agradecer ao Senador Nelson Trad por ter colocado a Emenda 01 junto à PEC 76.

A gente gostaria de agradecer também ao Senador Lucas Barreto por nos ter dado espaço e direito à fala e, por fim, ao Senador Anastasia, por ter trazido à tona essa discussão dentro da Casa Legislativa.

Pois bem, eu gostaria de deixar aqui registrado, consignado, que nós viemos aqui hoje justamente para exercer o nosso direito, o do Estado democrático de direito. No caso, a gente veio aqui não para falar mal de nenhuma categoria, não para concordar ou discordar de alguém. Nós não estamos aqui para denegrir nenhuma instituição. Nós estamos aqui tão somente para colocar a nossa posição com relação à PEC 76. Então, além de colocar o nosso posicionamento sobre a criação da Polícia Científica, nós estamos aqui para defender uma situação que, no nosso ponto de vista, é *sine qua non*, que seria a colocação dos peritos papiloscopistas dentro da PEC 76, de modo que a gente consiga, de maneira geral, fortalecer a perícia como um todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria também de consignar que o nosso posicionamento com relação a essa integração com a PEC 76, com as demais perícias, tem uma vertente extremamente legal. Então, nós temos como norte o Código de Processo Penal, que coloca que o perito é um profissional de nível superior, produz laudo e é uma pessoa concursada. Então, as pessoas que têm essa qualidade podem ser peritos, e a Lei 12.030 já coloca essa condição. No seu art. 5º, ela coloca os entes federativos na condição de colocar de forma suplementar essa questão de norma geral. A Lei 12.030 é uma lei imediata, isto é, ela dá um norte, ela é uma norma geral, então ela não é taxativa e é meramente exemplificativa. Então, coloca os demais peritos numa condição de igualdade, de isonomia. E essa condição de igualdade é colocada de forma suplementar através da legislação estadual de cada ente federativo. No caso, é uma lei imediata. Então, dentro de um aspecto constitucional, existe a possibilidade dessa integração de todas as perícias.

Muitas pessoas falam que existe uma rixa muito grande entre a perícia criminal e a perícia papiloscópica, mas nós temos um posicionamento de que essa PEC vem integrar ao invés de dividir. Nós temos uma aproximação hoje maior com a discussão dessa PEC junto à perícia criminal do que do modo que está hoje. Nós vimos que seria muito melhor nós termos autonomia para conseguir gerir nosso próprio recurso. Quem saberia melhor onde investir os recursos destinados à segurança pública no caso da perícia? Seria o perito.

E, como falado aqui anteriormente, o perito é requisitado por diversas autoridades, tanto da fase pré-processual como da fase processual. Então, não pode ser única e exclusivamente um órgão vinculado à Polícia Civil, justamente pela questão de imparcialidade e por atender outros órgãos.

O SUSP já colocou os peritos papiloscopistas, no caso do Instituto de Identificação, dentro dessa condição do órgão de segurança pública. As polícias científicas já existem dentro da nossa nação, elas já existem de fato, que foi o mesmo caso que foi comentado a respeito da Polícia Penal: ela nasceu hoje, porque ela já existia, da mesma forma que a polícia científica já existiu, já existe dentro do cenário brasileiro.

Dentro da condição da Emenda 01, em que o Senador Nelson Trad tenta contemplar todos os policiais civis que exercem a função de perícia criminal papiloscópica, médica, médica-legista, odontologista, tenta-se fortalecer como um todo.

Então, nós temos a consciência de que nós temos a possibilidade hoje de prestar um serviço melhor à sociedade. Esse não é um apelo apenas da categoria; é um apelo da sociedade. E o legislador, quando quis trazer esse projeto à tona, teve como objetivo principal atender a sociedade.

Nós analisamos que, dentro do universo do Brasil, existem vários tipos de perícia, existem vários órgãos de perícia, não existe uma nomenclatura que seja padronizada. Então, de certa forma, isso gera uma insegurança jurídica. Assim, há necessidade dessa padronização. Por quê? Muitas vezes, as pessoas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro de uma legislação, não conseguem direcionar as suas requisições por falta de entendimento com relação ao órgão ao qual deve requisitar essa perícia.

Bom, eu gostaria de terminar falando que a PEC 76, junto com a emenda, vem modernizar, dar eficiência e eficácia. Ela é conveniente e oportuna para a administração pública, fortalece as perícias, é favorável à polícia científica e melhora a atividade policial de segurança pública para a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Ricardo Filho.

Fica mais fácil, não é? Porque é Werk...

O SR. RICARDO DE WERK FILHO – É Ricardo de Werk.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Ricardo de Werk Filho, representando o Sindicato dos Papiloscopistas e Peritos Oficiais do Mato Grosso do Sul.

Eu concedo a palavra ao último convidado, Sr. Leandro Cerqueira Lima, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística.

O SR. LEANDRO CERQUEIRA LIMA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Weverton, Presidente em exercício da CCJ e Relator da PEC em homenagem ao Exmo. Major Olímpio.

Vou fazer uma breve apresentação do que aconteceu com essa PEC, do porquê de ela ter sido criada. O que ela faz? Ela altera a Constituição Federal para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública, muda alguns pontos com relação à prerrogativa federal e do Distrito Federal para normatizar, mas o mais importante é isto: coloca, no inciso IV, polícias civis e polícias científicas e diz que a polícia científica, dirigida por perito oficial de carreira, ressalvada a competência da União, deve exercer, com exclusividade, as funções de perícia oficial de natureza criminal.

O que ela diz? Nas disposições transitórias, no art. 2º: nas unidades da Federação onde já houver a estrutura autônoma, em 180 dias, o Governador deve encaminhar emenda à Constituição estadual e projeto de lei complementar compatibilizando a estrutura já existente no estado com o que está previsto. Nem isso é obrigado o estado a alterar, haja vista o que acontece no Rio Grande do Sul, em que a Constituição Federal fala "polícia militar", mas o nome deles é "brigada militar". Então, não é preciso, se o Governador quiser manter o nome da perícia com o órgão que existe lá, ele pode também. Então, não é preciso nem ter esse tipo de problema.

Aqui nós temos um mapa das perícias que são desvinculadas das polícias civis. Ao contrário do que se fala, que se vai criar um novo órgão, esse novo órgão já existe. Nesses estados pintados em verde, as perícias já são desvinculadas das polícias civis e, em todo o Brasil, os peritos dirigem os órgãos periciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se ter uma ideia do tempo em que acontece isso: o primeiro a desvincular foi Pernambuco, em 1974. Então, temos quase 50 anos de desvinculação. Notem que somente três têm menos de dez anos de desvinculação. Então, é uma situação consolidada já no Brasil todo. Não se está falando de nada novo, não se está inovando nada, é só para regulamentar esse pessoal que já saiu.

O que aconteceu? O modelo adotado – até ficou com falha ali – foi o mesmo adotado pelos corpos de bombeiros militares na Constituição de 1988: coloca polícias civis e polícias científicas assim como estão as polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Em 1988, eram só dois corpos de bombeiros militares desvinculados das polícias militares. Hoje são dois que são subordinados ainda às polícias militares: Paraná e São Paulo. Então, obviamente, não se obriga ninguém a desvincular. E, como não se obriga, não se gera custo.

Para ter certeza disso, a gente oficiou ao Presidente do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil e fez quatro perguntas simples para a gente ter o posicionamento de todos os corpos de bombeiros brasileiros.

A gente perguntou se a Constituição obrigou as instituições a se desvincularem. Eles responderam que: "Não. A previsão constitucional [simplesmente] conduziu ao processo de desvinculação [...] [e] gerou grande pressão para [...] [que isso acontecesse] nos Estados". Essa pressão já existe, na questão da perícia, tanto é que 19 já são desvinculados.

Perguntamos também se isso gerou custo para os estados e para a União e tivemos resposta negativa.

E perguntou-se também se foi considerada essa desvinculação como positiva. A resposta deles foi que sim; que a "autonomia gerou aumento da oferta de serviços e investimentos mais acertados". É exatamente o que a perícia busca neste momento com a constitucionalização da polícia científica.

Outro problema que a gente tem é a padronização da nomenclatura, que melhora o entendimento da população e o que se pode esperar do que o perito oficial faz. Temos 16 nomes diferentes no Brasil, desde Coordenadoria-Geral de Perícias, Perícia Forense, Polícia Científica, Perícia Oficial... É uma bagunça. Então, acaba que, se você tiver um nome único, será muito mais produtivo e mais fácil de a população reconhecer qual é o seu trabalho.

E, mesmo assim, nos estados onde a perícia faz parte da Polícia Civil, ainda existe um departamento de perícia. Esse departamento tem estrutura própria, tem equipamentos próprios, tem os peritos contratados. Então, não há como você afirmar que isso vai gerar custo, porque você já tem toda uma estruturação da perícia funcionando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta não altera a estrutura da Polícia Federal, não altera o Código de Processo Penal. Ela só diz que a polícia científica é que faz a perícia oficial de natureza criminal; mantém a existência dos outros tipos de peritos que estão no Código de Processo Penal, que são o perito *ad hoc* nomeado pelo delegado, o perito judicial nomeado pelo juiz e o assistente técnico, que é o contratado pelas partes; e não entra no mérito de quem é perito e quem não é – a ideia dela é deixar essa confusão institucional para o estado resolver. A nossa opinião é que, se for para resolver isso no âmbito da PEC, que se diga que quem faz a perícia é o perito oficial e que outros cargos que façam perícia devem ser transformados em perito oficial criminal, com a extinção do cargo de origem, para dizer que é só um cargo que faz isso.

Ela garante que quem faz perícia não investiga nem fiscaliza, porque hoje há uma confusão no Brasil inteiro por conta disso. Um exemplo é essa história do Jacarezinho, que foi uma operação da Polícia Civil que resultou em diversas mortes. E, como a perícia também faz parte da Polícia Civil, então, o Ministério Público entrou em contato com os peritos de São Paulo para auxiliá-lo nessa discussão.

O grande jurista Guilherme Nucci fala o seguinte: "Peritos oficiais são as pessoas que exercem a atividade por profissão e pertencem a órgão especial do Estado destinado exclusivamente a produzir perícia". Por quê? Porque ele não pode investigar e não pode fiscalizar.

O problema que está acontecendo de você ter gestões internas é o que tem acontecido aqui no Distrito Federal. Atribuições que eram da perícia foram passadas para o Instituto de Identificação, e a gente tinha pessoal qualificado dentro da criminalística para fazer esse tipo de perícia de identificação, de comparação facial. Aconteceu faz muito pouco tempo de uma pessoa de outro estado ter sido buscada no Nordeste e ter sido presa por conta de um laudo feito de maneira errônea. Outra coisa que aconteceu, quando você tem provas analisadas de maneira separada: foi encontrada uma impressão digital de um homem no sistema de alarme de uma loja aqui no Distrito Federal, e essa pessoa foi presa, acusada de pertencer a uma organização criminosa que participava de furto qualificado, porque o Instituto de Identificação não conversa com o Instituto de Criminalística, mas, quando analisadas as câmeras de segurança, percebeu-se que os ladrões usavam luvas, então, não tinha como ter a impressão digital daquela pessoa lá dentro. E ele provou que ele tinha feito manutenção no sistema de alarme da loja no dia anterior. Então, ele foi solto, e o estado foi condenado a pagar indenização para essa pessoa.

Há outra confusão que acontece hoje em dia: Polícia Rodoviária Federal fazendo laudo de acidente de trânsito, os policiais rodoviários federais identificando-se como peritos, fazendo laudo pericial de acidente de trânsito para o tribunal do júri.

Essa é a confusão que já existe. Os delegados falaram que vai gerar o caos na segurança pública, mas o caos já existe. A gente já tem vários servidores querendo se tornar peritos, vários fazendo perícia.

Agora, com a regulamentação da Polícia Penal, no Tocantins, foi proposto que houvesse perito oficial de Polícia Penal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os bombeiros lá do caso da boate Kiss foram condenados por concessão de alvará irregular. Se eles tivessem a responsabilidade para fazer a perícia também, será que o resultado da perícia teria sido o mesmo?

Se você tiver um único órgão responsável para fazer a perícia, a gente consegue prestar serviço para todo mundo de uma maneira mais eficiente. Por isso, a gente tem que manter a exclusividade da polícia científica na realização das perícias criminais.

Havia dois vídeos aqui para mostrar, mas já estou demorando muito.

Assim sendo, os peritos oficiais ressaltam a urgência da aprovação da PEC 76, porque se trata de uma demanda justa e necessária para a perícia e, sobretudo, para a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - MA) – Muito obrigado, Sr. Leandro, Presidente da Associação Brasileira de Criminalística.

Foram enviadas várias perguntas aqui para o nosso e-Cidadania, algumas das quais vou ler.

O Sr. João Victor, do Espírito Santo, pergunta: "Quais [...] os benefícios [...] [da inclusão das polícias científicas nos órgãos de segurança pública]?"

José Rocha, do Rio de Janeiro, pergunta: "As polícias científicas precisam de investimentos inteligentes. A PEC tem potencial de aumentar o número de crimes resolvidos? [...]".

Luani Torres, do Espírito Santo: "Como [...] essa inclusão [será feita] nos órgãos de segurança pública?"

Jorge Murillo, do Rio de Janeiro: "A inclusão da polícia científica no art. 144 da Constituição Federal pode gerar custos para a gestão pública dos estados ou para a União?"

João Luiz, do Rio de Janeiro: "Esses policiais ficarão sob a [estrutura da] Polícia Civil ou serão independentes?"

Magda Cristina, de Pernambuco: "A perícia criminal precisa ter uma estrutura independente e atuar de forma autônoma. Sim à inclusão da polícia científica no art. 144".

Jorge Murillo, do Rio de Janeiro: "A PEC 76/2019 defende perícia com autonomia e estrutura adequadas para produzir provas de qualidade. Deveria ser prioridade da administração pública".

Rosane, do Ceará: "A constitucionalização da perícia criminal no Brasil é fundamental para a modernização e o fortalecimento do Estado democrático de direito".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lidiane, de Mato Grosso do Sul: "É preciso saber onde estarão enquadrados os profissionais que trabalham com perícia papiloscópica e identificação humana".

Hugo Leandro, do Ceará: "Não pode existir justiça sem uma perícia criminal forte, valorizada e independente!!!".

Nossa equipe, nós vamos, é claro, mandar para todos eles os nossos pontos de vista e observações. É claro que, se alguém quiser dar alguma contribuição, nós iremos mandar as respostas para todos os que fizeram aqui as perguntas.

Eu quero registrar as presenças ilustres da Sra. Caroline Noletto e da Sra. Ione Paiva. É a Presidente da Associação de Polícia Científica do nosso querido Estado do Maranhão. Seja bem-vinda, Ione, Diretora Social da Associação de Polícia Científica do nosso estado! Na pessoa delas, eu quero também cumprimentar aquela que, no estado, está acompanhando a sessão, a ex-Presidente da associação, a Érica Brito, que é uma das articuladoras e entusiastas do projeto; e o Sr. Jonas Magno, essa jovem liderança também do nosso estado, ex-Vereador, candidato a Prefeito da cidade de Rosário e grande líder da região do Munim. Se Deus quiser, no ano que vem, ele estará aqui no Congresso Nacional, trazendo toda a sua juventude para contribuir com a construção de políticas públicas no nosso estado.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião, agradecendo, é claro, a presença do nosso Líder e querido amigo Deputado Juscelino, do União Brasil, o Juscelino Filho, do Estado do Maranhão.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Mara Gabrielli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Irajá, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 323/2018, que “estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados”." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 19, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 20, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa acerca da privatização do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto da capital alagoana em Maceió." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 21, de 2021** que: "Informações ao Senhor Ministro de Estado da Saúde." **Autoria:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 1, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Antonio Barra Torres, Diretor-presidente da ANVISA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 2, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 3, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado com aditamento para alterar a convocação por convite. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 4, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Gustavo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado com aditamento para alterar a convocação por convite. **ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afiação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do**



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senado nº 374, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei nº 4241, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para proibir a cobrança de serviços enquanto estiverem suspensos pelo inadimplemento." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 17 - Projeto de Lei nº 4290, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/15>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos 62 e 76, de 2022, do Tribunal de Contas da União; Avisos 1.943, 2.021, 2.028 e 2.043, de 2021, também do Tribunal de Contas da União.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão na seção "Documentos Recebidos", com um *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado nos termos da Instrução Normativa da Secretária-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Além disso, foi recebida uma proposta de fiscalização e controle de autoria do Senador Fabiano Contarato solicitando ao Tribunal de Contas da União que promova auditoria operacional nos programas federais destinados à prevenção e ao combate ao HIV no âmbito do Ministério da Saúde. A proposta será distribuída para relatoria prévia, nos termos do art. 102B, inciso II, do Regimento Interno.

Vamos à pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, com o devido acatamento e respeito a V. Exa., eu queria requerer que alguns requerimentos que estão na pauta fossem retirados e que outros fossem sobrestados.

Por exemplo, há o item 2, requerimento de minha autoria, convocando, convidando o Sr. Augusto Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer para prestar esclarecimentos sobre os encaminhamentos decorrentes do relatório da CPI da Covid. Como a própria antiga direção da CPI já está em tratativas com a Procuradoria-Geral, eu queria requerer de V. Exa. que esse requerimento fosse sobrestado, ou seja, não retirado de pauta, mas sobrestado para apreciação em um momento mais adequado e oportuno.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os itens 5 e 6, de convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, e de convite ao Sr. Antonio Barra Torres, já foram contemplados na Comissão de Direitos Humanos, que, inclusive, está marcando para amanhã audiência com o Dr. Antonio Barra Torres e para a semana que vem a presença do Ministro de Estado da Saúde para tratar do mesmo tema. Então, eu requeiro a V. Exa. a retirada de pauta desses dois itens.

Sem embargo, Sr. Presidente, aí, sim, da apreciação dos requerimentos que se encontram na pauta de convocação do Sr. Anderson Gustavo Torres, Ministro de Estado da Justiça, combinado com a convocação do Sr. Paulo Gustavo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, para trazerem até esta Comissão explicações sobre o inquérito da Polícia Federal em relação ao caso Covaxin.

Peço a V. Exa. também que seja incluído – aí extrapauta – um requerimento que já protocolei de convocação do Sr. Antônio Leite dos Santos, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, para aqui, nesta Comissão, poder explicar a situação de abandono em que se encontram as rodovias federais do Brasil, em especial do meu Estado do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Bom, o item nº 2 fica sobrestado. Ele sai da pauta no dia de hoje, mas se mantém aqui no âmbito da Comissão. Fica sobrestado.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 19, DE 2021****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP))

Os itens 5 e 6 estão, portanto, retirados pelo autor dos requerimentos, o Senador Randolfe Rodrigues.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 5



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 1, DE 2022**- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Antonio Barra Torres, Diretor-presidente da ANVISA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

ITEM 6**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP))

Os itens 7 e 8 continuam na pauta.

E eu acolho o seu requerimento extrapauta... (*Pausa.*)

Eu acolho o requerimento extrapauta de V. Exa., que é o Requerimento 5, de 2022, sobre a questão das rodovias federais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O Senador Marcos do Val está pedindo a palavra pela ordem.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

Eu queria até aproveitar, já que o nosso colega Senador Randolfe Rodrigues está aí presente, e ver a possibilidade de o item 7 e o item 8, ao invés de serem convocação, passarem também a convite. Eu acho que a situação em que a gente se encontra muito... O país – não é? – se encontra em uma situação muito delicada. E, ainda se tratando de um Ministro da Justiça e de um Diretor-Geral da Polícia Federal, acho que seria bem pertinente, assim, da nossa parte fazer um convite. E aí, caso – é lógico – esse convite não seja atendido, a gente passaria para convocação. Mas acho que seria muito nobre da nossa parte transformar em convite.

Eu queria saber se os pares concordam com isso, se o Presidente concorda com isso, e, é claro, o companheiro Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Nenhum embargo à solicitação da parte da Liderança do Governo. Obviamente, acredito que parte do pressuposto de que deve haver uma disposição dos senhores convocados em comparecerem.

Então, nenhum embargo à conversão em convite.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Nos itens 7 e 8 da pauta, ao invés de "convocação", leia-se "convite" – convite ao Ministro da Justiça e também ao Diretor-Geral da Polícia Federal.

Como os requerimentos têm que ter aqui a presença do autor do requerimento, e o do item 1 da pauta não está presente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Presidente, eu subscrevo o requerimento do Senador Fabiano Contarato para resolver a necessidade de sua deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Então, vamos ao item 1 da pauta.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento da CTFC nº 18, de 2021.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2 foi sobrestado.

O autor do item 3 não está presente, assim como o do item 4.

O item 5 e o item 6 foram retirados da pauta.

O item 7 é o Requerimento da CTFC nº 3, de 2022.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 3, DE 2022**- Não terminativo -**

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O requerimento é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, a quem passo a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) –
A justificativa, Sr. Presidente.

A Polícia Federal estranhamente concluiu o inquérito sobre o caso Covaxin – e eu digo estranhamente mesmo, porque causou espécie e espanto de todos os brasileiros.

O relatório final do delegado responsável aponta que existe o crime de prevaricação, mas não o crime que assiste ao Presidente da República, porque ele só assiste aos servidores públicos. Por óbvio, o Senhor Presidente da República é o primeiro dos servidores públicos, o maior e mais representativo deles.

Nós gostaríamos de ter um esclarecimento da parte da direção da Polícia Federal e do Ministério Justiça, até que ponto, até onde vai a interferência política nesse órgão, que não pertence a governos, pertence à República – pertence à República –, e, como instituição republicana, deve cumprir as suas atribuições com zelo e com dedicação e sem nenhum tipo de interferência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A conclusão, por óbvio, do relatório, da forma com que foi feita, deixa margem para essa lamentável suspeita, que é uma nódoa em relação a uma instituição tão respeitada por todos nós, brasileiros, como a Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Em discussão o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está convidado, portanto, o Ministro da Justiça, Anderson Torres.

O item 8 da pauta.

ITEM 8**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 4, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Paulo Gustavo Maiurino, Diretor-Geral da Polícia Federal, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de que preste as informações devidas sobre as conclusões da Polícia Federal sobre as condutas do Presidente da República, Sr. Jair Bolsonaro, em relação ao caso Covaxin, denunciado pela CPI da Pandemia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar.) – Excelência, as razões são as mesmas do requerimento anterior, e seria de bom tom até a presença de ambos no dia da audiência que for marcada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Em discussão o texto do Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Está convidado também o Diretor da Polícia Federal, Sr. Paulo Gustavo Maiurino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, conforme a conveniência de V. Exa., já no embalo dos requerimentos de lavra de autoria deste humilde membro desta Comissão, se V. Exa. pudesse incluir o Requerimento 5, que é da convocação do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, Sr. Antônio Leite dos Santos Filho, para falar sobre a situação das estradas federais no país...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, por piedade, ele é o Vice-Presidente da Comissão. Se ele sair antes, a solenidade já começa sem a minha presença. Então, intercale o meu, que é para eu poder sair junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu vou acatar a solicitação do Senador Rogério, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Completamente acatada!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – ... inclusive porque ainda não está impresso e vai precisar esperar. Estão imprimindo o requerimento de V. Exa.

Eu vou passar ao requerimento do Senador Rogério Carvalho. Depois, volto a V. Exa., se V. Exa. assim me permitir.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente. Pedido do Senador Rogério é ordem aqui. Acato com...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Passo ao item 4 da pauta.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 21, DE 2021**

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, informações sobre o contrato de aquisição de 100 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 desenvolvida pela Pfizer firmado em 29.11.2021 pelo Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

O requerimento é de autoria do Senador Rogério Carvalho, a quem passo a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Bom, Presidente, é muito simples: nós estamos requerendo, através desse instrumento relatado por V. Exa., a justificativa técnica para os preços praticados na aquisição da vacina Pfizer, cópia do inteiro teor do processo administrativo relativo à aquisição de doses da vacina e cópia do inteiro teor do contrato firmado com a farmacêutica Pfizer.

A justificativa é que o Governo comprou 100 milhões de doses a US\$10 e, poucos dias depois, 40 dias depois, 100 milhões de doses a US\$12.

Então, o que mudou se, quando a gente compra em maior quantidade, em maior escala, o preço tende a cair? O Governo sai de um contrato de 100 para 200 e o preço varia tanto em dólar, 20% em dólar de uma compra para outra?

Então, essa é a justificativa real que eu queria colocar para apreciação dos pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Em discussão o Requerimento da CTCF nº 21, de 2021. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu agora passo ao item nº 3 da pauta, que é de autoria do Senador Rodrigo Cunha, que também está presente *online*.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 20, DE 2021

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa acerca da privatização do serviço de fornecimento de água e tratamento de esgoto da capital alagoana em Maceió.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Com a palavra o Senador Rodrigo Cunha, autor do requerimento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente Senador Reguffe, boa tarde a todos os colegas.

Senador Reguffe, a justificativa da apresentação e também da solicitação de aprovação dos colegas dessa audiência pública realizada de maneira externa é porque o Estado de Alagoas foi o primeiro estado da Federação onde o Marco Legal do Saneamento Básico se efetivou. Nós realizamos o primeiro leilão da Federação e aqui se (*Falha no áudio.*) ...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Parece que temos um problema com a conexão do Senador Rodrigo Cunha.

Peço à Secretaria para ver se conseguimos melhorar a conexão do Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. *Por videoconferência.*) – Por isso, justifica-se a audiência pública.

Eu solicito aos colegas a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Em discussão o Requerimento da CTFC nº 20, de 2021. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento da CTFC nº 20, de 2021.

O Senador Randolfe Rodrigues, que apresentou requerimento extrapauta, teve que se retirar. Nós vamos passar esse requerimento para a sessão da próxima semana, já que era um requerimento extrapauta. Como o Senador teve que se retirar, passaremos para a próxima semana esse requerimento.

Bom, aprovamos aqui alguns requerimentos, mas, quanto aos projetos terminativos, nós não temos quórum na Comissão neste momento para votá-los, então, vou ter que encerrar a presente reunião, antes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocando reunião deliberativa desta Comissão para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste plenário.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 07 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Telmário Mota e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 5, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre as obras para construção do terminal portuário IP4 de Santana/AP e sobre as obras de manutenção e melhoramento das rodovias federais que passam pelo Estado do Amapá, em especial a BR-156 e a BR-210." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 6, de 2022** que: "Informações ao Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 4290, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 5544, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/22>

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Item 1. *(Pausa.)*

O Senador Randolfe, que é o autor do requerimento do item 1, está *online*, mas não sei se está...

O Senador Randolfe está ouvindo? *(Pausa.)*

Não.

Então, vamos passar para o item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, informações sobre os gastos da Presidência da República com os Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, informações sobre os gastos da Presidência da República com os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cartões de Pagamento do Governo Federal. Mais especificamente, requerem-se informações detalhadas sobre todos os gastos realizados entre 2019 e 2021 com este meio de pagamento, incluindo o nome e CPF do portador, responsável por autorizar o gasto, nome e CNPJ do favorecido e valor pago.

O requerimento é de autoria do Senador Fabiano Contarato, a quem passo a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, mais uma vez, quero parabenizá-lo à frente da condução desta tão importante Comissão.

E este requerimento, Sr. Presidente, se fundamenta no art. 37 da Constituição Federal, dentro dos princípios que regem a administração pública, dentro da Lei de Acesso à Informação. E, sendo que o Parlamento exerce uma das funções primordiais que é a aprovação de contas da Presidência da República, esse é o motivo pelo qual nós estamos procedendo a esse requerimento.

O Cartão de Pagamento do Governo Federal, popularmente conhecido como cartão corporativo, é um instrumento de pagamento utilizado pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta para pagamento das despesas realizadas com compras de material e prestação de serviço. Nos últimos anos, tem-se notado um aumento considerável nos gastos da Presidência da República com cartões corporativos, levantando suspeitas não só sobre gastos eventualmente excessivos e/ou supérfluos, mas também sobre a intenção dos seus usuários, que sabem da indevida proteção que lhes garante o sigilo, igualmente indevido, imposto às informações com esses gastos.

Contraposta aos riscos de abuso e desvio no uso do cartão corporativo é essa ausência de transparência e fiscalização externa sobre os gastos realizados com cartões corporativos. Em obediência aos princípios constitucionais e a decisões do Supremo Tribunal Federal, a Presidência da República tem se recusado a fornecer os dados individualizados sobre esses gastos. Pelo montante total, no entanto, já é possível notar que a atual gestão utiliza os cartões corporativos de modo indiscriminado e com pouca responsabilidade fiscal, o que contrasta com a grave situação em que vivem as contas públicas do Governo Federal.

Enquanto se cortam gastos para a proteção do meio ambiente, do patrimônio histórico-cultural – aqui eu falo da saúde, da educação, da ciência e tecnologia – e para as políticas sociais destinadas à camada mais pobre da sociedade, os gastos com cartão corporativo só aumentam. Entre 2019 e 2021, ou seja, em um período de três anos, foram gastos aproximadamente R\$30 milhões, um valor 19% superior ao despendido nos quatro anos do governo anterior, considerando as gestões dos ex-Presidentes Dilma e Michel Temer. As despesas de 2021 alcançaram o valor de R\$11,8 milhões, um valor superior ao montante anual registrado nos últimos oito anos.

Apesar desses elevados gastos, não há qualquer transparência ou *accountability* sobre a destinação, a economicidade ou eficiência das compras realizadas pelos seus portadores. O Governo Federal se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recusa a fornecer as informações detalhadas e individualizadas sobre o uso desses cartões, atribuindo o rótulo de sigilo às informações de gastos da Presidência da República com os cartões.

No exercício de sua competência fiscalizatória, cabe ao Congresso Nacional controlar os atos do Poder Executivo e monitorar as suas despesas, inclusive julgando as contas prestadas pelo Presidente da República. Por essa razão, impõe-se a necessidade de termos acesso às informações detalhadas sobre gastos milionários realizados com os cartões pela Presidência da República.

A Secretaria-Geral da Presidência da República é responsável por supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República, assim como pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos integrantes da Presidência, conforme prevê o Decreto nº 9.982, de 2019, razão pela qual este requerimento de informações é direcionado ao seu Ministro-Chefe.

Por esses motivos, conto com a colaboração dos eminentes pares para aprovação deste requerimento.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado e parabéns, Senador Fabiano Contarato.

Eu sou um crítico do sigilo desses gastos. Defendi, aqui nesta Casa, desde o governo anterior; aliás, desde que eu cheguei a esta Casa, no Governo Dilma, no Governo Temer e, agora, no Governo Bolsonaro, nos três governos, eu defendo que esses gastos não sejam secretos, não sejam sigilosos. Eu acho que, se é um dinheiro público, a população tem o direito de saber como é gasto cada centavo desse dinheiro. A população tem que saber o que foi comprado, como foi pago, por quanto foi pago. Então, esses gastos representam um dinheiro que é um dinheiro dos impostos da sociedade brasileira, independentemente de governo – o mesmo que eu falo agora eu falava antes. Então, todos esses gastos precisam ser detalhados e precisam ser de conhecimento público. Nós, inclusive, nesta Casa, já deveríamos ter discutido essa questão para acabar com esse sigilo. Eu me somo a V. Exa. e o parabenizo por esse requerimento.

Em discussão o requerimento do Senador Fabiano Contarato, Requerimento da CTFC nº 6, de 2022. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o Requerimento da CTFC nº 6, de 2022.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Fabiano Contarato.

É um requerimento muito importante, e esses gastos precisam ser públicos. A sociedade tem o direito de saber como é gasto cada centavo do dinheiro dos seus impostos. Eu, inclusive, tenho um projeto aqui nesta Casa, que exige que... Nós temos o Portal da Transparência, que já foi um grande avanço, mas todo gasto de governo precisa ser pormenorizado por gasto unitário, e a população saber qual é o CNPJ ou o CPF de quem foi comprado um produto, de quem foi contratado um serviço. Isso a população tem que ter o direito de saber.

O Senador Fabiano Contarato pede a palavra? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu quero parabenizar V. Exa. V. Exa. demonstra equilíbrio emocional e serenidade para conduzir esta Comissão. V. Exa. muito bem afirmou e demonstra isso durante todo o seu mandato, independentemente de qualquer governo que esteja à frente do Executivo, porque o princípio que rege o Estado brasileiro, no que tange ao Executivo principalmente, é o princípio da impessoalidade. Então, dinheiro público não é dinheiro de ninguém; é dinheiro de todo mundo.

É por isso que, dessas contas, desses cartões, nós temos que saber, a população precisa saber, o Parlamento tem o direito e a obrigação de exigir a transparência nessa documentação. Claro, com bastante responsabilidade para não dar publicidade naquilo em que não pode ser dada publicidade, mas transferindo o sigilo para o Parlamento, porque esta é uma função nossa: fiscalizar o Executivo e aprovar as contas do Presidente da República.

Eu quero, mais uma vez, agradecer a V. Exa. por ter pautado e deliberado o requerimento, e hoje estamos aqui aprovando esse requerimento, que eu reputo de extrema importância. É necessário que a sociedade tenha plena convicção de que o trabalho de V. Exa. muito dignifica o Senado da República, e eu, particularmente, tenho uma admiração, um respeito, um carinho e uma deferência por V. Exa. desde quando assumi o mandato nesta Casa, que a gente tenta dignificar da melhor forma possível, resgatando a credibilidade junto à população da classe dos políticos, porque, durante muito tempo da minha vida – o senhor me perdoe o desabafo –, eu fiquei criminalizando a política, achava que político era tudo igual, etc. Hoje, eu faço uma verdadeira convocação: as pessoas têm que entrar num partido político, têm que debater política com o seu bairro, com o seu município, com o seu estado, com o seu país, porque só através da política é que nós podemos mudar.

Parabéns a V. Exa., mais uma vez, e muito obrigado por ter deliberado esse requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Senador Fabiano, pelo carinho e pelo reconhecimento também. Muito obrigado.

Bom, foi aprovado o item nº 2 da pauta, Requerimento da CTFC nº 6, de 2022.

Os demais itens da pauta... O autor do item nº 1 não está presente; então, não podemos votá-lo. Dos demais itens da pauta, os relatores não estão presentes. Nós não temos, infelizmente, quórum para votar projetos terminativos aqui.

Aliás, eu queria fazer um apelo aos Srs. Senadores membros desta Comissão para que venham a esta Comissão – isso é uma obrigação; isso não é um favor –, para que nós possamos ter quórum para uma votação de um projeto terminativo também. É muito importante que nós votemos os projetos terminativos que estão na pauta.

Quero aqui fazer esse apelo e pedir também à Secretaria da Comissão que faça esse apelo junto aos gabinetes dos Parlamentares, para ver se – na semana que vem, é o Carnaval, mas na semana subsequente – nós conseguimos votar aqui os projetos terminativos. Isso é uma obrigação dos Parlamentares; não é favor nenhum estarem aqui presentes, mas é uma obrigação, e nós precisamos votar a pauta!

Todos os projetos estão na pauta. Eu não deixo nenhum projeto engavetado, faço questão de limpar a pauta. Agora, nós precisamos ter quórum aqui para votar também os projetos terminativos.

Dito isso e nada mais havendo a tratar, encerro esta presente sessão, antes convocando sessão deliberativa, para o dia 8 de março, terça-feira, às 14h30, aqui, neste mesmo plenário.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e oito minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Nelsinho Trad, Humberto Costa e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrielli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 5, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre as obras para construção do terminal portuário IP4 de Santana/AP e sobre as obras de manutenção e melhoramento das rodovias federais que passam pelo Estado do Amapá, em especial a BR-156 e a BR-210." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta pelo relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 4290, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 5544, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/08>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos pela Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Avisos 1.963, 1.974, 1.892 e 2.069, de 2021, do TCU; Aviso 96, de 2022, do TCU; Ofício 141, de 2021, da Caixa Seguridade Participações S.A.; Ofício 24.144, de 2021, da Controladoria-Geral da União; Mensagem 708, de 2021, da Presidência da República; Ofício 591, de 2021, do Governador de Pernambuco; Ofício 461, de 2021, da Agência Nacional de Saúde Suplementar; Ofício 603, de 2021, da Anatel; Ofício 326, de 2021, da Aneel; Ofício 6, de 2022, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Ofício 6, de 2022, da Antaq; Ofício 530, de 2022, da Anvisa; Ofício s/nº, de 2022, da Anac; Ofício 895, de 2022, da Casa da Moeda do Brasil.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão na sessão "Documentos Recebidos", com um *link* para acesso ao seu conteúdo, por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar caso assim desejem.

Não havendo manifestação, após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Bom, nós estamos sem quórum para votação tanto de requerimentos como de projetos não terminativos e terminativos.

Eu queria fazer um apelo aqui aos membros desta Comissão para que venham a esta Comissão, que cumpram com suas obrigações e estejam aqui, nesta Comissão, para cumprir com as suas obrigações. Claro que um mandato parlamentar é feito de diversas funções, não apenas da presença no Plenário e nas Comissões, mas também é obrigação de um mandato parlamentar a presença no Plenário e nas Comissões, e é inadmissível que a gente não consiga quórum, não consiga o quórum mínimo para poder votar uma pauta importante para a sociedade brasileira nesta Comissão.

Eu queria também dizer que aqueles que não quiserem fazer parte desta Comissão e não quiserem estar aqui presentes nas sessões da Comissão simplesmente avisem às lideranças partidárias para dar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chance a outras pessoas. Agora, não dá é para esvaziarem o quórum desta Comissão permanentemente. Isto é uma falta de consciência da responsabilidade não só com esta Comissão, mas com a sociedade brasileira, que é quem precisa desta Comissão funcionando ativamente e de forma permanente.

Então, eu queria fazer este apelo aos membros desta Comissão para que não falem às sessões e que possam dar quórum, cumprindo suas obrigações. Isso é uma obrigação, faz parte da responsabilidade. O mandato parlamentar não é só estar presente nas sessões, mas também estar presente nas sessões. Então, eu queria fazer este apelo aqui, porque não tem cabimento mais uma semana sem a gente ter quórum para poder votar os projetos que são tão importantes para a sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, antes convocando sessão deliberativa desta Comissão para a próxima terça-feira, aqui, neste mesmo Plenário, às 14h30.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e dois minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Izalci Lucas, Humberto Costa e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Mara Gabrilli, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Irajá, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 5, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre as obras para construção do terminal portuário IP4 de Santana/AP e sobre as obras de manutenção e melhoramento das rodovias federais que passam pelo Estado do Amapá, em especial a BR-156 e a BR-210." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 7, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o acesso e a qualidade da atenção à saúde e o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 8, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a qualidade da saúde pública no Brasil." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 4290, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 5544, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/15>

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu suspendo esta sessão por cinco minutos para que possamos atingir aqui o quórum. E queria fazer um apelo aos Senadores membros desta Comissão para que deem presença nesta reunião. É inadmissível que nós não tenhamos quórum nesta Comissão tão importante, a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle, com uma pauta importante para a sociedade.

Vou suspender por cinco minutos. E faço um apelo à Secretaria para que ligue nos gabinetes dos Senadores para que eles venham a esta Comissão, para que nós possamos ter quórum aqui. Inclusive, podem dar presença até *online*, podem participar *online*; então, não há motivo para isso. Volto a dizer, as atribuições de um Parlamentar não se limitam a estar presente nas sessões. Um Parlamentar tem várias atribuições, e eu reconheço, mas também é uma obrigação dos Parlamentares estar presente nas sessões. Então, eu queria aqui fazer este apelo.

Suspendo esta sessão por cinco minutos, no tempo em que peço à Secretaria da Comissão que ligue para os gabinetes dos Senadores para que nós possamos fazer um esforço para que tenhamos quórum nesta sessão de hoje.

Muito obrigado.

Suspendo por cinco minutos.

(Suspensa às 15 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF) – Está reaberta a presente reunião, a 4ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Bom, devido à falta de quórum para qualquer deliberação, na tarde de hoje, eu vou encerrar a presente reunião, antes deixando aqui a minha indignação com a falta de quórum nesta reunião.

E peço à Secretaria que faça um grande esforço ligando – não se deveria precisar desse esforço, porque é uma obrigação de cada Parlamentar estar presente nas reuniões –, mas peço à Secretaria que faça um esforço para ligar para cada um dos gabinetes, para que nós tenhamos quórum na próxima terça-feira, às 14h30, aqui, para votarmos essa pauta, que é de grande interesse da sociedade brasileira. E não é nenhum favor dos Parlamentares, é obrigação dos Parlamentares, que são pagos pela sociedade brasileira para isso. Então, peço à Secretaria que faça esse esforço de ligar para os gabinetes dos Parlamentares para convocá-los para a próxima terça-feira.

Então, encerro a presente reunião, antes convocando reunião deliberativa ordinária desta Comissão na próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo neste Plenário.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Renan Calheiros, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Telmário Mota, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Plínio Valério. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Rodrigo Cunha, Irajá, Wellington Fagundes e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 5, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), a comparecer a esta Comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre as obras para construção do terminal portuário IP4 de Santana/AP e sobre as obras de manutenção e melhoramento das rodovias federais que passam pelo Estado do Amapá, em especial a BR-156 e a BR-210." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 7, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o acesso e a qualidade da atenção à saúde e o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 8, de 2022** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a qualidade da saúde pública no Brasil." **Autoria:** Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 9, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022 - CTFC, sejam incluídos dentre os convidados, os seguintes nomes, para abordar o tema da Audiência, que trata do acesso e a qualidade da atenção à saúde, o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no DF. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: a Exma. Sra. ARLETE AVELAR SAMPAIO, Deputada Distrital - Presidente da Comissão de Educação Saúde e Cultura; a Senhora JOVÂNIA RODRIGUES DA SILVA, Presidente - Conselho de Saúde do DF."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 207, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para aditar formas de afixação de preço de bens e serviços para o consumidor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 178, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir instrumentos que garantam que a equidade regional seja princípio norteador para a aprovação dos projetos apreciados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania e que a divulgação das informações dos projetos aprovados, no âmbito da Lei, seja ampla e irrestrita." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei nº 4290, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) para determinar que a multa por infração às normas de defesa do consumidor seja graduada de acordo com a condição de vulnerabilidade do consumidor com deficiência." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei nº 5544, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/22>

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da última reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Quanto ao item 1 da pauta, o autor não está presente; então, regimentalmente não podemos votar.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 7, DE 2022

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o acesso e a qualidade da atenção à saúde e o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no Distrito Federal.

Autoria: Senador Reguffe (PODEMOS/DF).

É um requerimento de minha autoria, que visa a fazermos, nesta Comissão, um debate sobre a qualidade da saúde, do serviço público de saúde no Distrito Federal. Há críticas recorrentes por parte da população. O objetivo é fazer aqui um debate, no aspecto construtivo e propositivo, para podermos encontrar soluções objetivas para melhorar o sistema público de saúde do Distrito Federal, que tem recursos federais, recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, recursos de emendas parlamentares dos Parlamentares da Bancada do Distrito Federal e que precisa ser objeto de análise por parte desta Comissão.

Então, estarão convidados aqui o Secretário de Saúde do Distrito Federal, o Presidente do Sindicato dos Médicos, a Presidente do Sindicato dos Enfermeiros e também um representante do Ministério da Saúde, para podermos fazer aqui um amplo debate sobre a qualidade da saúde do Distrito Federal.

Fico feliz de propor isso. Eu fui o Parlamentar do Distrito Federal, incluindo os três Senadores e os oito Deputados Federais, que mais destinou recursos para a saúde pública do Distrito Federal nas minhas emendas ao Orçamento. Foram comprados medicamentos, equipamentos e ambulâncias para a saúde do Distrito Federal. Foram compradas 14 ambulâncias novas, totalmente equipadas, com emendas minhas, além de medicamentos para câncer e para várias doenças crônicas.

Mas, além disso, além de contribuir com as minhas emendas, que é minha obrigação, acho que é importante também se fazer um grande debate sobre a qualidade do serviço público de saúde do Distrito Federal, que é financiado por recursos federais. Então, esse é um papel desta Comissão. Estou propondo essa audiência pública.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 3 é o Requerimento da CTFC nº 8, de 2022, que requer, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, a comparecer a esta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a qualidade da saúde pública no Brasil, bem como sobre quais ações objetivas o ministério vem fazendo para melhorar os problemas que a população encontra hoje no sistema público de saúde.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 8, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a qualidade da saúde pública no Brasil.

Autoria: Senador Reguffe (PODEMOS/DF).

O requerimento também é de minha autoria.

Penso que a questão de convocação de ministros de Estado no Congresso Nacional não deveria provocar nenhuma celeuma. Isso deveria ser visto como algo absolutamente natural e como parte do processo democrático. Inclusive, não haverá aqui nenhum linchamento, nada disso, do Ministro. Será para debatermos de forma absolutamente construtiva saídas para melhorar a qualidade do serviço público de saúde no nosso país. E é papel da Comissão de Transparência e Fiscalização também analisar isso.

Em discussão o requerimento de convocação do Ministro da Saúde. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 9, DE 2022





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 7/2022 - CTFC, sejam incluídos dentre os convidados, os seguintes nomes, para abordar o tema da Audiência, que trata do acesso e a qualidade da atenção à saúde, o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços públicos de saúde no DF. Propõe para a audiência a inclusão dos seguintes convidados: a Exma. Sra. ARLETE AVELAR SAMPAIO, Deputada Distrital - Presidente da Comissão de Educação Saúde e Cultura; a Senhora JOVÂNIA RODRIGUES DA SILVA, Presidente - Conselho de Saúde do DF.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

Quer defender o requerimento, Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, já está claro ao anunciar o requerimento, mas, para ficar bem transparente e claro, na verdade faz parte do complemento de um requerimento de sua autoria que já foi aprovado nas sessões anteriores para discutir o problema da qualidade da saúde pública no Distrito Federal, financiamento, transferência, etc.

Nós estamos incluindo duas pessoas experientes no assunto, uma Deputada que é médica e também conhece o assunto, como também a Sra. Jovânia, que é Presidente do Conselho de Saúde. Então, nós achamos que são duas figuras importantes que vêm contribuir mais nesse debate aqui para fortalecimento da saúde no Distrito Federal, que é o objetivo do seu requerimento.

Então, eu peço a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF) – Perfeito, Senador Paulo Rocha – tem a minha total anuência e a minha total concordância: é a Presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa e também a Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Em discussão o requerimento de autoria do Senador Paulo Rocha. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais...

O item 6 da pauta é de autoria do Senador Paulo Rocha, que solicitou sua retirada da pauta da sessão de hoje.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto aos demais itens da pauta, nós não temos o Relator presente. Então, esta é a pauta de hoje...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero só justificar a retirada de pauta, porque já tem sido, pelo menos nas últimas sessões, retirado esse projeto, que, aliás, é até um projeto tão simples, que envolve a área de supermercados. Na verdade, ele trata da publicação em placas dos preços dos produtos. Isso, inclusive, é uma reivindicação e uma concordância do setor dos mercadistas, supermercadistas, mas não sei por que o Governo está se contrapondo. E a gente quer sentar com o Governo para ver o que eles propõem, o que é, para a gente aprovar esse projeto, que é tão simples e que interessa, inclusive, aos supermercadistas.

Então, é por isso que nós estamos retirando de pauta, ou seja, porque ainda não se chegou a um acordo com o Governo. Se houver algum assessor aqui do Governo, poderíamos... Estamos aqui abertos para discutir, porque essa relatoria já está pronta desde umas cinco sessões anteriores inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - DF. Fala da Presidência.) – O.k. Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, antes convocando sessão deliberativa para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo, neste plenário.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia sete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Renan Calheiros, Simone Tebet, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Omar Aziz, Zenaide Maia, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Irajá, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1120, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2902, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria, com a finalidade de dar prioridade à mulher chefe de família na contratação de financiamento para compra da moradia." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as emendas 1, 2, 5, 8 e 9-CE e 10 e 11-CAS, com mais cinco emendas que apresenta; sendo pela rejeição das emendas 3, 4, 6 e 7-CE. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2016 - Terminativo - que: "Altera ao artigo 39 da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre Estatuto do Idoso e dá outras providências." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 2-CI (Substitutivo) e com uma subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2014 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a implantação de programas de software nas bibliotecas públicas para uso de deficientes visuais." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CE. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3828, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Protetores de Mamilo (NBCAL), para dispor sobre embalagem, rotulagem e promoção comercial de composto lácteo." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2, de 2022 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19." Autoria: Senador Randolfê Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Antonio Barra Torres, Diretor-presidente da ANVISA, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19." Autoria: Senador Randolfê Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 4, de 2022 que: "Requer, nos termos regimentais, a convocação de Damares Regina Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para prestar esclarecimentos acerca de Nota Técnica sobre passaporte vacinal e vacinação de crianças." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 6, de 2022 que: "Requer a realização de Audiência Pública para discutir a temática da violência política no País." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, com o objetivo de debater a "Violência contra Migrantes e Refugiados no Brasil e o caso Moïse"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022, que realça falsos benefícios da hidroxiclороquina e aponta dúvidas sobre a eficácia das vacinas para combater a pandemia COVID." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na cidade do Rio de Janeiro, RJ, com o objetivo de acompanhar o caso do congolês Moïse Kabagambe." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." Autoria: Senador Randolfê Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia." Autoria: Senador Randolfê Rodrigues (REDE/AP). Resultado: Aprovado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Às quatorze horas e trinta e nove minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos o Senador Paulo Paim devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/07>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Observando a existência de quórum, quero declarar aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação de proposições e sugestões apresentadas a esta Comissão.

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital. Quem estiver aqui no plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão "votações", depois "votações abertas em comissões" e, então, procurar a votação da CDH em curso, identificada também pelo nome da matéria, obviamente naqueles casos em que houver necessidade da votação nominal.

Nos termos do ATC nº 8/2021, após autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura de foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no painel de votação.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores remotos.

Para a leitura dos relatórios e requerimentos, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia da reunião disponibilizada no *chat* e nos computadores deste plenário.

Expediente.

A Secretaria recebeu os seguintes documentos: da Câmara Municipal de Limeira, moção de protesto contra o PL 490, de 2007, que trata de demarcação de terras indígenas; do Supremo Tribunal Federal, comunicando ao Senado a decisão proferida nos autos da ADPF 828, que prorroga até 31 de março deste ano a suspensão das ordens de desocupação e despejo; da Câmara Municipal de Vereadores de Gentil, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio aos produtores rurais em defesa do marco temporal e pela aprovação do PL 490; da Câmara Municipal de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, moção de apoio à saúde da menina Júlia Cardoso, diagnosticada com AME; da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, solicitação de apoio para que a Coordenadora dos Direitos da Mulher e a Procuradora da Mulher tenham assento na reunião do Colégio de Líderes do Congresso Nacional; carta conjunta de Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana, sobre ataques de garimpeiros à comunidade indígena ianomâmi na terra indígena ianomâmi; da Câmara Municipal de Indaial, Santa Catarina, moção de apelo para garantir uma maior rigidez na punição da violência contra a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher; de cidadão, que encaminha solicitação de apoio desta Comissão na luta pacífica e comunitária pela Estrada Ecológica Caminho do Colono; da Federação Nacional dos Jornalistas, que encaminha carta pública em defesa da liberdade de expressão no Brasil; da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), que solicita aos Parlamentares apoio na luta antimanicomial.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, os documentos lidos ficam disponíveis na Secretaria e no portal da CDH para manifestação dos membros da Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Aviso ainda que, nesses mesmos termos, os documentos lidos na 21ª e na 24ª Reuniões de 2021 desta Comissão serão arquivados. (*Pausa.*)

O Senador Omar Aziz pede a palavra.

Peço a V. Exa., embora com toda a alegria de recebê-lo aqui, que seja breve para que nós possamos começar o nosso processo de votação.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Primeiro, boa tarde, Presidente Humberto. Quero cumprimentar as Senadoras e os Senadores que estão nesta reunião.

Eu pediria só que V. Exa. colocasse em votação logo a convocação tanto do Ministro como do outro membro do Ministério da Saúde, porque daqui a pouco eu tenho que viajar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o primeiro ponto da pauta.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Sim, os dois primeiros pontos da pauta.

Segundo, quero pedir a anuência dos Senadores que compõem a Comissão de Direitos Humanos para que possamos utilizar esta Comissão para que, junto com o Observatório da CPI, a gente possa trazer algumas pessoas para explicar algumas questões que estão aí, depois de cem dias, sem explicação nenhuma.

Eu acho que o Ministério Público estadual do Rio de Janeiro cruzou os braços em relação ao Carlos Bolsonaro. Então, convocar o procurador do Ministério Público de São Paulo e todos os procuradores que não fizeram absolutamente nada. Eu acho que a Comissão de Direitos Humanos se encaixa bem nessa luta do povo brasileiro por vacina, por uma qualidade melhor de vida.

Nós temos que trazer para esta Comissão uma questão que é grave, que é a questão, principalmente, dos sequelados por essa covid. Dos projetos que nós apresentamos pela CPI, só dois ou três foram votados no Senado e estão na Câmara. Um deles é o do Senador Randolfe – acho que são dois do Senador Randolfe e um da Senadora Simone Tebet. E temos de trazer para cá, para dentro desta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, algumas pessoas que estão interessadas em debater ainda esse assunto e em poder dar sequência aos desdobramentos do que nós investigamos.

Por exemplo, o Rio de Janeiro: nós entregamos ao Ministério Público Federal do Rio de Janeiro aquele trabalho que você fez em relação aos hospitais federais. São cem dias! Então, se a gente não der uma pressão, não vai sair absolutamente nada, e as pessoas ficam culpando a gente por isso não andar. Perguntam para a gente, e a gente também não pode responder muito porque a maioria desses processos aí, dessas investigações, está em sigilo. A gente não sabe o que está sendo feito.

O que é contra gente tem andado com uma rapidez bastante grande. Veja aí esta semana uma ação movida dizendo que eu e Renan vazamos. Se há um "vazador" da República, ele se chama Bolsonaro, que vazou o inquérito da Polícia Federal – a própria polícia está dizendo isso. Nós não vazamos absolutamente nada.

Eram essas as minhas palavras, Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e mais uma vez eu o saúdo pela presença na nossa Comissão.

Quero iniciar pelo item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 2, DE 2022

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid-19.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para a leitura do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, trata-se de um requerimento de convocação de S. Exa. o Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, em virtude dos mais recentes acontecimentos ocorridos de dezembro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para cá: o atraso da vacinação infantil em nosso país, as ações claramente negacionistas da parte do Sr. Ministro da Saúde, do Ministério da Saúde, que postergaram a vacinação das crianças e as campanhas que têm estado em curso, que, na verdade, têm desmotivado, desmobilizado a campanha nacional de imunização de crianças no nosso país.

Então, o primeiro requerimento é neste sentido: pela necessidade urgente de convocar o Sr. Ministro de Estado da Saúde para prestar esclarecimentos em decorrência das ações negacionistas que têm tido continuidade por parte desse ministério, comprometendo – e eu diria mais ainda –, matando, tirando a vida de milhares de brasileiros e comprometendo a saúde e a vida das crianças brasileiras.

Presidente Humberto, se V. Exa. me permite, além do requerimento de convocação de S. Exa. o Sr. Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, eu queria sugerir também que apreciássemos em conjunto o requerimento de convocação do Sr. Hélio Angotti, que é de autoria de V. Exa.

Existe um outro requerimento também de minha iniciativa, que é de convite do Sr. Antonio Barra Torres, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para que ele possa discorrer, no âmbito desta Comissão, sobre as ameaças que têm estado em curso contra a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ameaças de que vários servidores têm sido vítimas no último período.

Então, aproveito o ensejo, Presidente, para pedir a V. Exa. também, aproveitando o quórum que temos, que coloque em apreciação esses outros dois requerimentos combinados com... Eu queria já reunir a termo, fazer termo das requisições apresentadas pelo Senador Omar Aziz, eminente Presidente que foi da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia. Então, nos termos que o Senador Omar aqui propôs, eu queria colocar a termo que esta Comissão reiterasse o requerimento de convocação do Sr. Augusto Aras, Procurador-Geral da República, e que também convidasse para prestar esclarecimentos nesta Comissão o Sr. Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro e o Sr. Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo. São requerimentos que eu peço à minha assessoria, que está aí com V. Exa., que coloque a termo para também serem apreciados nesta Comissão, obviamente posteriormente aos requerimentos que agora estamos analisando.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só para efeito de esclarecimento: as duas convocações, que envolvem o Sr. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, e o Sr. Barra Torres, Presidente da Anvisa, na medida em que V. Exa. já promoveu a leitura dos dois requerimentos, nós podemos votá-las em conjunto; quanto ao Sr. Angotti, trata-se de um convite, por essa razão eu prefiro fazer a votação em separado.

Nós vamos colocar em votação o requerimento.

Não sei se alguém deseja se manifestar... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira, nós colocamos em votação os Requerimentos nº 3, de 2022, e nº 2, de 2022.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados esses requerimentos.

Da mesma forma como V. Exa. já procedeu à leitura...

Só um minuto, porque são vários requerimentos.

Eu queria, então, tratar do item 11, porque os demais requerimentos são de minha autoria. Eu quero passar a palavra ao Senador Paulo Paim, que é o autor, juntamente comigo, de um requerimento que convoca uma audiência pública com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados e da Comissão de Direitos Humanos para debater a violência contra migrantes e refugiados no Brasil e o caso Moïse.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 7, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, com o objetivo de debater a "Violência contra Migrantes e Refugiados no Brasil e o caso Moïse".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Eu concedo a palavra a V. Exa. para que faça a leitura e nós possamos votar, pedindo a V. Exa. a brevidade necessária para que tenhamos quórum para a votação dessa e de outras matérias.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Vamos direto ao requerimento.

V. Exa. lembra muito bem, e o Brasil e o mundo assistiram, do massacre acontecido do refugiado Moïse e também do outro, o Durval, porque a cada semana acontecem dois, três casos de massacre do povo negro, refugiados e migrantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso tudo é que nós, combinando com V. Exa.... Eu assino juntamente com V. Exa. o requerimento para que seja realizada amanhã, às 9 horas da manhã... É importante só esse destaque, porque o caso todo o Brasil conhece.

Propomos uma audiência pública com a presença dos seguintes convidados – convite feito por V. Exa. e por mim, eu representando a Comissão de Migrantes e Refugiados e V. Exa., que eu fiz questão de que fosse o primeiro signatário, a Comissão de Direitos Humanos. Propomos audiência com os seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça; representante da Embaixada do Congo; representante do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare); o Sr. Henrique Sales, Consultor do Senado Federal; representantes dos próprios refugiados; o Sr. Lucas Santos Fernandes, Procurador do Ministério Público do Trabalho; e o representante da OAB que está acompanhando o caso.

Repito: casos como esse, infelizmente, acontecem quase todo dia no país. Por isso eu agradeço muito a V. Exa., que, uma vez provocado por nós, de imediato disse para mim que essa também era a sua intenção. Por isso propusemos a reunião conjunta das duas Comissões para amanhã às 9 horas.

É isso, meu Presidente Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em discussão o requerimento.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Senador Paim, ninguém do Ministério da Justiça ou do Ministério da Cidadania? Aliás, do Ministério da Damares, que tem tudo a ver com isso. Tem que ser cobrada publicamente uma política com relação a isso. É que nós vamos discutir o problema, mas nós queremos saber de soluções para o problema. Queremos saber das medidas que o Governo Federal toma em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, Senador Paulo Paim. Poderá agregar se quiser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Senador Omar Aziz, vamos repetir aqui: "representante do Ministério da Justiça".

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Ah, tem. Desculpa, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – É o primeiro item.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. *Por videoconferência.*) – Desculpa, desculpa...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Eu acho que chegou o momento de o Governo apresentar uma política em relação a tudo isso, porque estado e município arcam... Aqui, por exemplo, em Manaus e em Roraima, nós recebemos de braços abertos muitos venezuelanos, que estão aqui, estão em pontos da cidade, nas esquinas, pedindo esmola com criança no colo, sem nenhuma ação, Senador Paim.

É lógico que nós temos o dever... Eu sou filho de imigrante... Eu sou filho de imigrante, eu sei o quanto meu pai sofria *bullying*: "Era turco, veio roubar, veio não sei o quê". Isso acontece muito ainda, não é? E eles vêm para cá, saem do seu país... Ninguém quer deixar a sua casa, muito menos o seu país para vir para cá ou para ir para qualquer lugar.

Então, nós não temos hoje... Eu estou vendo aqui em Manaus, Senador Paim, muitas pessoas de outros países principalmente. Houve uma imigração muito grande com culturas diferentes. Por exemplo, quando os haitianos vieram para cá, eu era Governador e eu obriguei as empresas que trabalhavam para o estado a destinar um percentual de vagas aos haitianos. Eles queriam trabalhar, eles gostavam de trabalhar. E até hoje há muitos aqui trabalhando, hoje já têm sua casa, sua família e tal. É diferente da cultura dos venezuelanos, que não têm essa cultura do trabalho, sempre foram acostumados a viver à custa do que o governo entregava para eles, e isso também não é legal. Então, eles não têm essa vocação, mas nós temos que ter uma política para isso. Manaus sofre muito com isso. Não é que sofre... A gente vê essas pessoas nas ruas sofrendo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Agradeço a V. Exa.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a presente proposição.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora eu passo a palavra aqui ao Senador Paulo Paim, porque há vários requerimentos da minha autoria, inclusive um requerimento extrapauta de que eu preciso fazer a leitura. Então, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente Humberto Costa, é com satisfação que, neste momento, passo a exercer provisoriamente para que V. Exa. faça a leitura dos seus requerimentos, que, de imediato, botaremos em votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Inicialmente é o Requerimento nº 9, em que eu requeiro, nos termos regimentais, a convocação da Ministra Damares Regina Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para prestar esclarecimentos acerca da nota técnica sobre passaporte vacinal e vacinação de crianças.

O outro, o Requerimento nº 12... No nº 10, aliás, eu requeiro a realização de audiência pública para discutir a temática da violência política no nosso país.

Também o Requerimento nº 1, que convida – trata-se de um convite – o Sr. Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2, de 2022, que realça falsos benefícios da hidroxicloroquina e aponta dúvidas sobre a eficácia das vacinas para combater a epidemia.

E o derradeiro requerimento é o que solicita a realização de diligência externa na cidade do Rio de Janeiro – diligência externa desta Comissão – com o objetivo de acompanhar o caso de Moïse Kabagambe, congolês brutalmente assassinado naquela cidade.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Colocaremos em discussão as matérias dos itens 9, 10, 1 e o último que V. Exa. leu neste momento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nove, dez, doze, onze e oito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Então: 9, 10, 11 e 8...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – E 12. Posso repetir aqui para não... Porque eu estou à distância: 9, 10, 11, 8 e 12.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso. (Pausa.)

Onze e treze.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Onze e treze.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nove, dez, doze... Nove, dez, onze, doze e treze.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – O.k.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação os Requerimentos nºs 9, 10, 11, 12 e 13.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

A Presidência volta a V. Exa., Senador Humberto Costa.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 4, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a convocação de Damares Regina Alves, Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para prestar esclarecimentos acerca de Nota Técnica sobre passaporte vacinal e vacinação de crianças.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 6, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a temática da violência política no País.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

ITEM 12





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 1, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Hélio Angotti Neto, Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022, que realça falsos benefícios da hidroxiclороquina e aponta dúvidas sobre a eficácia das vacinas para combater a pandemia COVID.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 8, DE 2022

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa na cidade do Rio de Janeiro, RJ, com o objetivo de acompanhar o caso do congolês Moïse Kabagambe.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE))

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Sr. Senador Paulo Paim.

Eu queria brevemente, antes de concluir esta reunião, indagar se algum dos Senadores deseja se manifestar. E gostaria de fazer um pequeno registro também.

Parece-me que há um tema que durante dias ainda vai preocupar a população brasileira, que foi esse evento acontecido no Rio de Janeiro em que um imigrante da República Democrática do Congo, o Sr. Moïse Mugenyi Kabagambe, foi brutalmente assassinado na orla de uma das praias do Rio de Janeiro.

Esse cidadão estava no nosso país já há alguns anos, assumiu a condição de refugiado dada pelo Governo. Como tal, a sua integridade física, psicológica e moral é uma obrigação do próprio Governo Federal. No entanto, esse cidadão foi vítima de um espancamento brutal, com uma morte que não só chocou o nosso país, mas chocou o mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante também que se diga que as investigações e informações preliminares dão conta de que os possíveis autores desse crime – foram todos eles filmados e poderão ser devidamente investigados – guardam laços de proximidade com as milícias existentes no Estado do Rio de Janeiro. Inclusive, as informações de que a imprensa tem dado conta são de que muitos desses quiosques da beira-mar na cidade do Rio de Janeiro teriam, como responsáveis, proprietários ou administradores, integrantes dessas temíveis milícias que habitam e que dominam muitas atividades no Estado do Rio de Janeiro.

Houve, nesse final de semana, uma série de manifestações em vários estados cobrando do poder público, cobrando da polícia, cobrando do Ministério Público do Rio de Janeiro, do Ministério das Relações Exteriores uma investigação aprofundada sobre esse caso e uma responsabilização daqueles que deram causa ao ocorrido.

Não se trata meramente de um crime contra um imigrante, mas algo muito mais amplo: representa uma manifestação de discriminação racial. Tratava-se de uma pessoa negra e, se tal não fosse, certamente não teria tido o tratamento brutal que recebeu. Trata-se de uma temática relativa à xenofobia, que é algo que existe também só para aqueles imigrantes negros e pobres, e é também uma demonstração dessa fobia contra as próprias pessoas pobres.

Então, eu quero aqui, em nome da Comissão de Direitos Humanos, sabendo que tenho o respaldo integral de todos os integrantes desta Comissão, manifestar o nosso repúdio a essa ação e, ao mesmo tempo, dizer que nós pretendemos acompanhar esse fato. Acabamos de aprovar aqui um requerimento para que façamos uma diligência da Comissão de Direitos Humanos ao Estado do Rio de Janeiro para que nós possamos não somente externar essa posição, mas promover esse acompanhamento. E eu quero aqui deixar em aberto para que todos aqueles que desejem participar dessa diligência, sendo integrante da Comissão Direitos Humanos, possam a ela se integrar e nós marcamos o dia para que possamos fazer algumas visitas ao Rio de Janeiro e demonstrar que o Senado brasileiro, o Senado Federal não está indiferente a episódios, a eventos como esse.

Agradeço a V. Exas.

Eu passo, neste momento, a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que solicitou o uso da palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente Humberto, só para reiterar que nós já colocamos a termo o requerimento de convocação, convite, do Sr. Augusto Aras. Obviamente, basta uma ação administrativa de V. Exa. nesse sentido, não é preciso nem a deliberação. Então, só requerer isso de V. Exa., sem essa deliberação.

Complementarmente, eu queria que V. Exa. colocasse extrapauta os dois requerimentos de convite para a presença dos Srs. Procuradores-Gerais de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro a fim de que, junto com o Sr. Procurador-Geral da República, possam prestar os esclarecimentos sobre os encaminhamentos em relação ao relatório da CPI da Covid. Então, eu requeiro de V. Exa. que seja





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluso extrapauta. Como se trata de mero convite, creio que não devemos ter maiores dificuldades, maiores problemas. É nesses termos que peço encarecidamente o deferimento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem, em termos da decisão administrativa de chamamento ao Procurador-Geral da República, que depende única e exclusivamente da minha posição, pode V. Exa. considerar o Procurador convidado ou convocado, qualquer que seja o termo regimental adequado a isso. E eu quero louvar V. Exa. por essa sugestão.

É incabível, depois desse período todo que nós tivemos de trabalho na CPI da Covid, com resultados que a população brasileira toda conheceu, que, até o presente momento, nós tenhamos tido apenas posicionamentos ou medidas cosméticas e nenhuma decisão a fundo para que haja a continuidade da investigação. Então, pode contar que essa decisão já está tomada.

Com relação aos dois requerimentos extrapauta, eu quero inicialmente pedir aqui a aprovação dos Senadores, para que eu possa colocá-los nessa condição de estarem fora da pauta e serem votados.

Aqueles que concordam com a inclusão desses requerimentos na nossa pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A partir de agora, vamos para o conteúdo.

Aqueles que concordam com a convocação, com o convite dirigido a esses dois Procuradores-Gerais de Estado do Rio e de São Paulo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(São os seguintes os itens aprovados:

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 9, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 10, DE 2022

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o andamento das providências adotadas frente aos fatos levantados e aos indiciamentos contidos no Relatório da CPI da Pandemia.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP))

Indago se alguém deseja fazer uso da palavra antes que nós possamos concluir a presente reunião.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Como nós vamos ter amanhã uma sessão de vetos – e serão inúmeros vetos que serão apreciados –, eu falaria só de um aqui rapidamente que vamos decidir amanhã: o Veto 48, de 2021, ao PL 12, que trata das vacinas. Sua derrubada vai possibilitar o fornecimento de material biológico e o repasse do conhecimento fundamental para a produção de vacinas e medicamentos em todo o país.

A nova variante Ômicron tem trazido preocupações devido à sua rápida propagação. É incrível o número de mortes a que chegamos e de pessoas contaminadas, UTIs praticamente todas já superlotadas. É o caso aqui no meu estado.

A situação mundial exige uma distribuição igualitária da vacina. É preciso produzir mais imunizantes, a um preço acessível para socorrer a todos. Somente uma maior cobertura vacinal vai impedir a disseminação do vírus e o surgimento de novas variantes.

Eu faço este apelo a todos os Deputados e Senadores: que amanhã nos ajudem a derrubar o Veto 48 para assegurar a vacina para todos.

Muito obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

De imediato, eu passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores, quero aqui dizer do meu apoio a essa convocação, com esses requerimentos. É essencial que o Ministro da Saúde, o Diretor-Presidente da Anvisa, a Ministra Damares... Essas pessoas são Ministros de Estado deste país e estão tendo uma conduta que têm que explicar, porque tudo que definem está levando à morte. Então, é a vida que a gente está defendendo.

Eu queria aqui dizer que apoio a derrubada do veto do Senador Paulo Paim e quero cobrar aqui da pobreza menstrual. Vamos derrubar. Dez... Cinquenta e nove. Também estamos lembrando da Lei Assis Carvalho, gente, para negociar as dívidas dos pequenos, dos agricultores familiares. Eles estão numa situação de crise. Aliás, gente, além dos grandes milionários deste País e dos bancos, quem é que está nisso? São 20 milhões com fome, não é, Humberto? E não precisa nem de estatística; basta sair de casa. Além de morrer de fome, a gente já sabe, eu queria dizer aqui, a gente tem que derrubar, são vários os vetos.

Inclusive, Paulo Paim, a gente tem que se unir para aprovar a prorrogação das cotas, porque, do jeito que estão discriminando negros neste país, mais do que era a discriminação, e essas pessoas que vêm de fora que deveriam acatar, estão... Aquele caso daquele condomínio, Humberto... Há dez anos o cara morava ali; alguém tem dúvida de que atiraram porque ele era negro? Eu não tenho dúvida disso.

Então, Paulo Paim, as cotas para indígenas, negros e pessoas com deficiência, que são pessoas que também são perseguidas por este Governo, inclusive pelo Ministro da Educação, que é outro que a gente tem que convocar aqui depois, para ele explicar. Ele quer acabar com a lei de inclusão, que se votou aí, a Lei Brasileira de Inclusão – é isso que ele está fazendo.

Mas só quero dizer parabéns, a gente está começando bem, convocando, e essas pessoas devem, sim, explicação, não só ao Senado Federal, mas ao povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e quero, mais uma vez, indagar se mais algum dos Senadores ou Senadoras aqui presentes desejam fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar...

Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Nós vamos discorrer sobre a pauta ou encerramos nesta?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, a nossa pretensão era de que nós encerrássemos com essas votações, haja vista que foram decisões extremamente importantes. Além do mais, eu recebo a informação aqui da nossa assessoria de que os demais pontos são terminativos. Portanto, nós precisaríamos ter um quórum mínimo de 11 Senadores, de dez presentes aqui, para que nós possamos votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu acredito que hoje, se Deus quiser, nós estamos inaugurando um novo tempo dessa CPI, com várias pessoas que, certamente, farão daqui um espaço de luta e resistência em defesa dos direitos humanos e em defesa dos direitos daqueles que foram vítimas da inação deste Governo, no que diz respeito à pandemia, e também daqueles que podem ser futuras vítimas, porque, afinal de contas, nós temos muitos temas ainda para tratar, entre eles, a vacinação de crianças, a vacinação de adultos, as doses de reforço, novas variantes que surgem, orientações descabidas no que diz respeito à vacinação. Então, eu espero que nós possamos, com quórum, votar todas essas outras matérias o mais rapidamente possível. Está bem?

Bem, não havendo mais quem queira se manifestar e não havendo mais nenhum tema a ser tratado, eu declaro encerrada esta reunião e agradeço penhoradamente a participação de todos que aqui compareceram.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE FEVEREIRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dezoito minutos do dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Simone Tebet, Flávio Arns, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Zenaide Maia e Fabiano Contarato, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Renan Calheiros, Eduardo Girão, Mara Gabrilli, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério, Chico Rodrigues e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 7/2022 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. Finalidade: Audiência Pública com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados, para debater: "A violência contra Migrantes e Refugiados no Brasil e o caso Moïse". Participantes: Lucas Santos Fernandes, Procurador do Trabalho e Coordenador Regional no RS da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho; Henrique Salles Pinto, Consultor Legislativo - Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa do Senado Federal; Alvaro Quintão, Secretário-Geral da OAB/RJ; Gaelfie Ngouaka, Estudante da República do Congo na UFRGS; José Carlos Dias, Presidente da Comissão Arns de Direitos Humanos; Vereadora Tainá de Paula, Assembleia Estadual do Rio de Janeiro, arquiteta e urbanista - ativista das lutas urbanas; Bernardo Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para Refugiados - CG-CONARE e representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Djodjo Kabagambe, Irmão do jovem Moïse Kabagambe; e Yannick Kamanda, Tio de Moïse Kabagambe. Resultado: Audiência Pública realizada. Às dez horas e vinte e cinco minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/08>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Queria inicialmente me desculpar pelo atraso e imediatamente dar por aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 7, de 2022, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa, para debater a violência contra migrantes e refugiados no Brasil e o caso Moïse.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, e está sendo realizada de maneira conjunta com a Comissão Especial de Refugiados Políticos, presidida pelo nosso querido companheiro Paulo Paim, que irá comigo coordenar os trabalhos desta reunião.

Foram convidados e estão aqui presentes, primeiro, o Procurador do Trabalho e Coordenador Regional do Rio Grande do Sul da Coordenadoria Nacional da Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho, Dr. Lucas Santos Fernandes; o Consultor Legislativo Henrique Salles, do Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa do Senado Federal; o Dr. Bernardo Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados e representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; o Sr. Alvaro Quintão, Secretário-Geral da OAB/RJ; a Vereadora Tainá de Paula, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, suponho, arquiteta e urbanista, ativista das lutas urbanas; a Sra. Gaelfie Ngouaka – espero ter pronunciado direito, corretamente –, estudante da República do Congo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e o ex-Ministro e Presidente da Comissão Arns, de defesa dos direitos humanos, Sr. José Carlos Dias.

Bem, nós vamos, neste trabalho, dividir a condução das atividades. Durante um período, eu farei a condução, e o nosso Senador Paulo Paim fará a condução de outra parte.

V. Exa. prefere começar ou eu posso começar e depois eu passo para V. Exa.?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Não, você começa. Eu estou aqui tranquilo; no momento em que você achar que tem que passar para este Senador, eu estarei à disposição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) –
Agradeço a V. Exa.

Eu queria apenas, antes de iniciar com as falas dos nossos prezados convidados – a quem eu agradeço a presença aqui, hoje –, dizer algumas palavras em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Nos últimos anos, milhares de pessoas deixaram suas casas, seu país e migraram para o Brasil, pessoas que, muitas vezes, são perseguidas ou estão em situação de vulnerabilidade extrema e que encontram em nosso país a possibilidade de escapar das condições precárias em que se encontravam. Todavia, um país que, por longos anos, foi sinônimo de acolhimento hoje é palco de recorrentes ações de violência contra imigrantes, sobretudo os negros, os quais se deparam com uma sociedade ainda marcada pelo racismo, pela xenofobia, pela intolerância religiosa e cultural, principalmente no contexto político em que ora vivemos, no qual o próprio Presidente da nação comete estes atos criminosos e desumanos.

No último dia 24, um homem negro congolês foi brutalmente assassinado a pauladas, inclusive com um taco de beisebol, por três homens. O jovem Moïse teria ido ao quiosque em que informalmente trabalhava na orla da Barra da Tijuca, bairro nobre da zona oeste do Rio de Janeiro, para cobrar uma dívida de R\$200, referente aos dias trabalhados. Crimes como este, que estão longe de ser isolados, são a manifestação mais cruel e desumana de racismo e xenofobia; trazem em nós os sentimentos mais tristes que possam existir. No entanto, são estes sentimentos que nos dão força para prosseguirmos na luta antirracista no Brasil.

Infelizmente, o Governo que agora está no poder não nos dá apoio nesta luta; pelo contrário: enfraquece todo e qualquer mecanismo que possa ser utilizado no combate aos preconceitos que estão enraizados em nossa sociedade e na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Na contramão de muitos países mundo afora, o Governo brasileiro está destruindo espaços legítimos que foram construídos para discutir, criar e fiscalizar políticas sociais que visavam, sobretudo, a garantir o direito à vida, à dignidade e à liberdade.

O que aconteceu com o jovem Moïse e com vários outros imigrantes que se refugiaram em nosso país, buscando uma vida melhor, é o reflexo de uma sociedade que tem se demonstrado cada vez mais intolerante e preconceituosa, um comportamento que encontra respaldo naquele que deveria trabalhar para combater tais ações. O silêncio ensurdecador do Presidente da República sobre mais este caso nos faz ter certeza de que este Governo não tem qualquer compromisso com as políticas sociais de acolhimento dos refugiados no Brasil ou com qualquer política que vise à manutenção e a garantia dos direitos da pessoa humana.

A brutalidade nas imagens trágicas da morte de Moïse, somadas à quietude abismal de alguns que ali estavam e que pouco fizeram para impedir aquele linchamento em praça pública, o que de alguma maneira está sendo normalizado em nossa sociedade, e ainda à suposta omissão de figuras da segurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública que, embora acionadas não atenderam àquele chamado, são, assim, o retrato de um Brasil que diz respeito aos migrantes não brancos que se refugiam em nosso país, buscando minimamente ter a sua dignidade preservada.

Racismo, xenofobia, homofobia, intolerância religiosa são crimes que atentam contra a dignidade humana e produzem efeito não apenas nas vítimas, mas também em toda a nossa sociedade. Os migrantes querem encontrar em nosso país uma casa, um lar ou, como o próprio nome nos remete, um refúgio para seus familiares, um recomeço. Infelizmente hoje não estamos oferecendo este recomeço, mas sim estamos oferecendo violência e intolerância.

É nosso papel, aqui neste Senado Federal, aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, garantir que o Estado brasileiro proporcione a estas pessoas condições mínimas para que seus direitos sejam garantidos e preservados, inclusive os trabalhistas, uma vez que muitos refugiados são contratados aqui no Brasil sem qualquer garantia trabalhista.

Finalmente, expresso aqui meus sinceros sentimentos à família de Moíse e coloco esta Comissão à disposição de toda a sociedade civil, para que possamos discutir políticas e ações para melhor acolhermos essas pessoas que nos procuram por uma vida melhor.

Muito obrigado.

Eu quero somente informar que, no dia de ontem, nós aprovamos, na reunião ordinária da Comissão de Direitos Humanos, a realização de uma diligência por parte da Comissão, no Rio de Janeiro, junto especificamente à Polícia Civil e ao Ministério Público Estadual, que deve acontecer na próxima semana, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Lá estaremos para cobrar atitudes, cobrar investigação e, acima de tudo, punição dos responsáveis por esse crime tão bárbaro.

Eu queria começar passando a palavra ao Senador Paulo Paim se ele assim o desejar.

Em seguida, passaremos à lista dos nossos convidados, a quem mais uma vez agradeço a presença e a participação.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Humberto Costa, primeiro cumprimento V. Exa. por termos pactuado esta audiência pública das duas Comissões e pela iniciativa do requerimento de V. Exa. no dia de hoje dessa missão em que eu tenho certeza que a Comissão dos refugiados estará junto no Rio de Janeiro.

Poderíamos encaminhar da seguinte forma, se V. Exa. concordar: V. Exa. fez abertura, dá todo o procedimento que entende adequado, e eu posso falar num outro momento em que estiver coordenando ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo no encerramento eu faço uma fala de agradecimento. Então, vamos de imediato ouvir os nossos convidados, sob a Presidência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

De imediato, eu passo a palavra ao Dr. Lucas Santos Fernandes, que é Procurador do Trabalho, Coordenador Regional, no Rio Grande do Sul, da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério Público do Trabalho. V. Sa. dispõe de dez minutos, mas que terão uma tolerância necessária, a que for necessária.

Muito obrigado.

Com a palavra V. Sa.

O SR. LUCAS SANTOS FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas!

Saúdo, na presença dos Presidentes das Comissões, o Senador Humberto Costa e o Senador Paulo Paim, a todos os presentes, a todas as autoridades, e desde já agradeço o convite feito ao Ministério Público do Trabalho.

De início, gostaria de deixar claro qual o nosso local de fala. O nosso local de fala é de uma instituição com previsão na Constituição da República para combater as discriminações no ambiente do trabalho. E o que teriam os migrantes com o Ministério Público do Trabalho? É uma coisa bastante óbvia, mas vale a pena a gente sempre lembrar: as pessoas migram em busca de oportunidades, em busca de uma nova vida, e essa nova vida, essa nova oportunidade, na maioria das vezes, vem por meio do trabalho, e essa é a preocupação do Ministério Público do Trabalho em monitorar os diversos fluxos migratórios.

De início também gostaria de registrar que, quanto ao caso do jovem Moïse, temos uma investigação no Rio de Janeiro com a minha colega, a Procuradora Guadalupe. Não vou entrar em detalhes sobre a investigação – a discricção é bastante importante neste momento –, mas antecipo aos senhores e às senhoras que certamente, não só conhecendo a minha colega, bastante atuante, a Dra. Guadalupe, mas o histórico do Ministério Público do Trabalho, apresentaremos uma resposta rápida à sociedade. O Ministério Público do Trabalho sempre busca estar à frente nas rápidas respostas à sociedade. A sociedade clama por justiça e isso não se limita à prisão dos assassinos.

Eu entendo que nós não devemos analisar o racismo pelo prisma individualista, achar um culpado. Não são casos isolados; é uma luta por direitos. Então, eu peço licença para abrir um pouco o foco para a questão migratória e já iniciando com dados bastante expressivos da Operação Acolhida, dos venezuelanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De 2018 até dezembro de 2021, 66.257 venezuelanos ingressaram no Brasil – mais de 66 mil pessoas de 2018 a dezembro de 2021.

No meu estado, o Rio Grande do Sul, onde nós fazemos o acompanhamento dos abrigos e das ações de encaminhamento para trabalho e monitoramos as diversas formas de trabalho, desde o trabalho formal até o trabalho de ambulantes, que são pessoas que buscam a sobrevivência e por vezes encontram resistência por normas de urbanismo que não querem que pessoas sobrevivam trabalhando no centro das cidades, onde há perdimento de bens, normalmente essas ações truculentas se destinam aos ambulantes pretos. As autoridades conseguem identificar quem são os ambulantes brasileiros e quem são os migrantes.

Pois bem. E, no meu estado, são 9.490 venezuelanos, porque o Rio Grande do Sul é o terceiro maior estado a receber venezuelanos, perdendo apenas para o Paraná e para Santa Catarina. Mas a estimativa é de que esse número não seja apenas de 9,4 mil, mas seja o triplo.

Nós não temos dados exatos da Operação Acolhida. Não há um acompanhamento feito de forma séria, não há uma política do Governo Federal, e nós verificamos que o Exército passou a ser um intermediador de mão de obra, o que se chama de "vaga sinalizada". Basta uma empresa dizer que tem intenção de contratar e aquelas pessoas chegam. E os órgãos de fiscalização, como os auditores fiscais do trabalho e a assistência social do município que vai receber, raramente são comunicados. Então, é uma corrida para que consigamos monitorar quase em tempo real: está chegando um avião, chega amanhã, 60, 80 pessoas foram para tal município... Então, não há um planejamento, dificultando a fiscalização, dificultando a acolhida. Então, o Brasil recebe, mas não apoia, não se organiza.

E aí eu me permito também um rápido apanhado histórico.

Nós tínhamos, em 2005, o fluxo de bolivianos, que hoje são centenas de milhares em São Paulo, principalmente nas facções de costura; depois os haitianos, quando houve a ação do Ministério Público do Trabalho contra a União em Rio Branco, para que se pudesse haver uma mínima organização de recebimento dos haitianos. Durante a bonança econômica, os tempos de câmbio favorável, o Brasil se tornou, até mesmo pelo mito de que é um país que acolhe bem, um fácil destino. Não é o primeiro, não é o segundo, não é o terceiro destino dos migrantes, mas, certamente, é um destino. E, desde 2013, nós temos, em termos numéricos bastante grandes, a migração dos venezuelanos.

O que nos preocupa são as falsas promessas, falsas promessas de trabalho. Durante a pandemia, mais pessoas foram empurradas para o estado de necessidade, e o que nós verificamos é que aumentou o número de pessoas em condições análogas de escravo, o trabalho escravo contemporâneo, como a gente diz.

O MPT tem uma atuação focada na cadeia produtiva. Não basta observar e punir quem é o mandante, mas sim... É o contrário: não basta observar quem é o capanga, mas sim quem é o mandante,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem é a grande empresa que está se beneficiando daquela exploração de imigrantes, como os venezuelanos, como os bolivianos em São Paulo, que é de conhecimento de todos. Grandes empresas têxteis se valendo do serviço deles por terceirização, quarteirização, quinteirização, e alegavam nada a saber, o que nós chamamos de "a conveniente cegueira deliberada": as empresas se colocam nessa acintosa situação de desconhecer a realidade.

Agrava-se essa situação com a informalidade no Brasil; o Brasil virou um país de bicos. Moïse, mesmo a partir da reforma trabalhista, que flexibilizou muito os direitos dos trabalhadores, uma lamentável reforma trabalhista, era um trabalhador intermitente; mesmo que ele não fosse todos os dias, ele era um trabalhador. E, a partir da Convenção 190 da OIT, essa violência, esse assassinato do Moïse, verificamos como um acidente de trabalho.

E por que eu contextualizei com os venezuelanos e agora volto para Moïse? Porque Moïse tem a cor da pele que atrai esse ódio, mas era um trabalhador, era um trabalhador intermitente, e a morte dele é um acidente de trabalho. E ele é só um exemplo, ele é um triste exemplo, mas nós não podemos nos fechar para o racismo como um caso isolado, como um caso individual.

Eu, encaminhando-me para o fim, gostaria de ressaltar uma luta perpétua, que é a desmistificação que temos que fazer quando tratamos do tema imigrantes. Primeiro os brasileiros e depois os imigrantes? Temos brasileiros desempregados, temos brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza. É um assunto delicado, ele perpassa a solidariedade global. Também devemos lembrar que o fluxo de brasileiros que vai para outros países é maior do que o fluxo, o número de imigrantes que recebemos.

E esse questionamento sobre como distribuir essa escassez, como distribuir essa falta de recursos, de certa forma é uma situação enganosa. Será que faltam recursos? Será que esse 1% da população, como muito se tem dito, está preocupado com isso? Enfim, é um questionamento em que nós, que estamos na luta pela inserção social e laboral dos imigrantes, devemos sempre insistir, para que a maioria da população brasileira, que também está em dificuldades, compreenda que não há uma concorrência. Os imigrantes vêm acrescentar para o Brasil, eles vêm acrescentar esforço, eles vêm desenvolver junto conosco o nosso país. A forma justa não é pensar se há uma concorrência; o que se tem de pensar é sobre o porquê dessa escassez.

O Ministério Público do Trabalho – também queria registrar – não tem mais assento como ouvinte no CNIg; depois da reformulação de diversos conselhos mudando as participações, o Ministério Público do Trabalho não tem mais assento, muito embora, como eu destaquei para vocês num breve apanhado, nós tenhamos acompanhado todos os fluxos migratórios, e a questão dos haitianos em Rio Branco foi liderada pelo Ministério Público do Trabalho. Os venezuelanos, nós acompanhamos desde Roraima até os estados, fazemos o que é possível. É isto que preciso deixar claro: fazemos o que é possível, porque não há uma política coordenada pelo Governo Federal, há dificuldade até de se obter dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu apresento, em nome do Ministério Público, minhas condolências à família. Não pretendo roubar o tempo aqui de pessoas que podem falar.

Quero dizer que nós estamos com a investigação, em breve vamos apresentar resultados, e que não será só a esse caso que o Ministério Público do Trabalho vai se dedicar em razão da repercussão da mídia. Nós estamos, de forma constante, atentos, verificando, tentando, junto com os municípios, buscar melhoras na acolhida junto às assistências sociais. Quando temos as informações, verificamos se o local em que há promessa de vagas tem condições dignas de receber esses trabalhadores, indiferentemente da nacionalidade. Mas é uma luta de todos, é uma luta que passa pela organização.

Portanto, eu parabeno a iniciativa desta audiência pública e me deixo à disposição dos presentes para qualquer indagação, para qualquer explicação da atuação do Ministério Público do Trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Lucas Fernandes. Muito importante a sua explanação, trazendo dados aqui extremamente relevantes sobre as características do tipo de trabalho a que essas pessoas estão submetidas aqui no nosso país.

De imediato, eu passo a palavra ao Dr. Henrique Salles, que é consultor legislativo e é do núcleo de economia da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

V. Sa. tem dez minutos, com a tolerância necessária.

O SR. HENRIQUE SALLES PINTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Exmo. Sr. Senador Humberto Costa.

Bom dia a todas e todos. Queria também cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, que, junto com o Senador Humberto Costa, está liderando, presidindo esta reunião. Saúdo também os demais e as demais participantes da mesa.

Eu agradeço o convite para tratarmos de assuntos tão sensíveis para o nosso país, sobretudo para os hipossuficientes, que é a questão da violência contra migrantes e refugiados.

E, como foi falado muito bem pelo procurador que me antecedeu, a questão do trabalho é uma questão muito importante, a sensibilidade para atender a esse público no mercado de trabalho é algo urgente, e eu gostaria de complementar os argumentos trazidos anteriormente com outro argumento que é igualmente importante e sério no Brasil, que é a questão da fome, é a questão da insegurança alimentar e nutricional junto a migrantes e refugiados no nosso Brasil.

Eu tive a honra de, no final do ano passado, ser convidado para realizar uma pesquisa de pós-doutorado pela Universidade Paris-Saclay sobre esse assunto específico em zonas de fronteira, a questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da insegurança alimentar e nutricional em zonas de fronteira, e eu gostaria de compartilhar alguns dados que nós constatamos ao longo desses últimos meses de 2021, que vão trazer a nós uma reflexão um pouco mais abrangente sobre a importância do assunto e como que nós podemos avançar para beneficiar essas pessoas ou minimamente garantir condições de vida mais dignas.

Eu vou compartilhar a minha tela aqui. Eu fiz uma pequena apresentação em PowerPoint. O título do nosso trabalho eu acredito que todos estão vendo.

Enfim, a gente procurou tratar dos invisíveis e visíveis da fronteira, um estudo de caso de insegurança alimentar e nutricional, e nós tivemos como pano de fundo da nossa pesquisa, do nosso trabalho uma realidade que já havia sido constatada ainda no final de 2020 por uma pesquisa realizada pela Universidade de Berlim, em parceria com pesquisadores da nossa UnB, a Universidade de Brasília, e a Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG, em que se constatou que praticamente 60% dos brasileiros ou dos habitantes do Brasil – aí, sim, também abrangendo refugiados e migrantes – estavam numa situação de insegurança alimentar.

Então, dentro desse contexto, nós entendemos que a situação em zonas de fronteira poderia ser ainda mais sensível, poderia ser ainda mais complexa, uma vez que zonas de fronteira são regiões em que pessoas hipossuficientes transitam com uma certa regularidade, sobretudo nessa perspectiva da migração ou do refúgio.

Dentro desse contexto, nós procuramos analisar a realidade da segurança alimentar e nutricional em zonas de fronteira no contexto da covid-19, fazendo uma análise de estudo de caso de duas realidades específicas: de Santana do Livramento, na nossa fronteira no sul, extremo sul do Brasil, e a cidade de Rivera, no Uruguai; e, no sentido oposto, a cidade do Oiapoque, no Amapá, e a cidade gêmea de São Jorge do Oiapoque, na Guiana Francesa, território ultramarino francês. E os resultados que nós encontramos foram muito preocupantes na perspectiva pré-pandemia e principalmente na perspectiva do contexto da pandemia de covid-19.

Esse primeiro quadro que nós estamos aqui projetando diz respeito aos dados que nós constatamos em uma amostra na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. A gente percebe que, no período anterior à pandemia, nós já tínhamos em torno de 20... Só um quarto das pessoas entrevistadas estavam numa situação de segurança alimentar e nutricional plena, e os outros três quartos, aproximadamente, antes da pandemia, já estavam numa situação de insegurança alimentar e nutricional, seja ela leve, que é quando a família tem preocupação com a falta de alimentos ou a escolha e qualidade desses alimentos ficava comprometida; seja ela moderada, quando a família tem ou tinha falta ou redução da quantidade de alimentos entre os adultos da casa; ou insegurança alimentar e nutricional grave, que é aquela em que a família tem a falta ou a redução da quantidade de alimentos entre os adultos e as crianças da casa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No período da pandemia de covid-19, essa situação se agravou a tal ponto que, da amostra coletada na cidade de Santana do Livramento, nós constatamos que 80% das pessoas, no período da pandemia, no período em que nós as entrevistamos, apresentavam algum nível de insegurança alimentar e nutricional, com a predominância da insegurança alimentar e nutricional leve, que é quando família tem falta de alimento, tem preocupação, ou a escolha e a qualidade desses alimentos ficava comprometida.

A realidade no Oiapoque, sempre na perspectiva comparada, para entendermos um pouco essa dinâmica e a complexidade do assunto, é muito mais grave. É uma realidade em que, antes da pandemia de covid-19, tínhamos quase 30%, em torno de 28% das pessoas, em uma situação de segurança alimentar e nutricional, mas, com o período pandêmico, esse número praticamente se reduziu a zero – só 2% dos entrevistados falaram que estavam numa situação de segurança alimentar e nutricional. Ou seja, nós temos aí que, considerando que 2% não responderam, não quiseram responder se estavam numa situação de segurança alimentar ou numa situação de insegurança alimentar, seja ela leve, moderada ou grave, em torno de 96% das pessoas entrevistadas lá no Município do Oiapoque apresentavam algum nível de insegurança alimentar e nutricional, sejam elas brasileiras, migrantes ou locais – porque constatamos muitos migrantes brasileiros de outras regiões ali naquela realidade, tentando oportunidade na Guiana Francesa, atravessando o Oiapoque, sobretudo da Região Nordeste e da Região Norte –, sejam pessoas migrantes e refugiados de outros países.

A realidade do Oiapoque é muito sensível nesse sentido. Foram constatadas presenças significativas de venezuelanos, de angolanos, de haitianos, peruanos, surinameses... E, na realidade do Rio Grande do Sul, além dos brasileiros migrantes, a gente percebeu venezuelanos, houve a constatação de venezuelanos também numa situação de insegurança alimentar bastante significativa.

Como falamos, além da perspectiva da própria nacionalidade dessas pessoas, a gente também dividiu, com base no perfil apresentado por elas, as pessoas em dois grupos. Um grupo era de pessoas vulneráveis visíveis, que eram aquelas que estavam numa situação de insegurança alimentar nutricional moderada ou grave, que são as formas mais intensas de insegurança alimentar na escala que nós utilizamos, mas que eram, em certa medida, atendidas por algum programa de transferência de renda ou por algum programa mais amplo de assistência social no Estado brasileiro, sobretudo considerando a perspectiva do Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal e o nosso Bolsa Família. Essas eram consideradas pessoas visíveis, ou seja, em uma situação um pouco menos sensível de vulnerabilidade. Mas houve também a constatação de um número significativo de pessoas consideradas vulneráveis invisíveis, que eram aquelas que estavam numa situação de insegurança alimentar bastante intensa, ou seja, moderada ou grave, mas que afirmaram não ter recebido qualquer amparo do Estado brasileiro ao longo dos últimos anos, seja na perspectiva da assistência social mais ampla, seja na perspectiva da transferência de renda por programas como Bolsa Família ou até mesmo o questionável Auxílio Brasil, que comprovadamente foi alvo de muitas fraudes pela metodologia, que também é questionável, que não chegou a essas pessoas mais vulneráveis e que, portanto, contribuiu, pela sua pouca





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficiência, para manter uma realidade de vulnerabilidade invisível de parcelas significativas de pessoas em zonas de fronteira ou até mesmo nos grandes centros urbanos brasileiros.

Então, aqui, falando especificamente dos migrantes, que é um recorte um pouco mais específico da nossa pesquisa, quando nós perguntamos se as pessoas eram ou não migrantes, fossem brasileiros, fossem estrangeiros, na cidade de Santana do Livramento, a maioria não era migrante. De todos os vulneráveis invisíveis de Santana do Livramento, nós tínhamos aí em torno de 25% desses vulneráveis invisíveis falando que eram migrantes, ou seja, quase 75% não eram migrantes. No total dos entrevistados de Santana do Livramento é que o percentual sobe um pouco: para 30% dos migrantes totais entrevistados, fossem eles vulneráveis, invisíveis ou visíveis, ou não vulneráveis.

Agora, quando a gente fala da cidade do Oiapoque, se a gente considera a população total entrevistada, metade dela, 50%, era considerada migrante – se considerou migrante –, seja nacional, brasileiro ou de outras nacionalidades. E, na perspectiva dos vulneráveis invisíveis, pouco mais de 60% – acho que foram 62% das pessoas – falaram que eram migrantes. Isso serve para vermos como são realidades muito sensíveis para migrantes e refugiados.

E, para concluir esta minha apresentação ou encaminhar a conclusão dela, eu queria apresentar só mais um dado. A pesquisa foi ampla, existem outros dados que depois podemos compartilhar com os gabinetes dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e dos demais interessados no assunto.

Nós fizemos uma pergunta específica para todos os migrantes especificamente identificados: "O senhor ou a senhora voltaria para a sua cidade de origem ou ficaria em alguma cidade ao longo do caminho migratório se essa cidade lhe garantisse alimentação constante?". A resposta foi bastante significativa.

Quando nós olhamos, por exemplo, para o total dos vulneráveis invisíveis, migrantes vulneráveis invisíveis, de Santana do Livramento, todos eles falaram que sim. Ou seja, eles só estavam naquela realidade de migração porque não tinham alimentação minimamente garantida, ou nas suas cidades de origem, ou em alguma cidade ao longo do trajeto migratório.

Quando a gente olha para o total do Oiapoque, a realidade também é bastante significativa: mais de 60% dos migrantes falaram que sim, que voltariam para a sua cidade de origem ou ficariam em alguma cidade do caminho migratório, se nessa cidade lhe fosse garantida alimentação constante.

Este é o diagnóstico da nossa pesquisa: a fuga da fome é um fator determinante para motivar deslocamentos de uma parcela significativa de migrantes e refugiados.

A nossa proposta de pesquisa: a organização de um corredor alimentar, que é um conceito que nós estamos propondo no âmbito da academia e que vai ser amadurecido por novos e futuros estudos, ao longo de rotas migratórias. Esse corredor alimentar, ou seja, a garantia de alimentação focada nessas pessoas, pode contribuir para diminuir as vulnerabilidades dessas pessoas, migrantes e refugiados, porque,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na verdade, é a vulnerabilidade dessas pessoas que as expõe, de maneira mais significativa, a várias formas de violência, como a que constatamos no caso do nosso irmão congolês.

Outra medida que também pode ser viabilizada com corredores alimentares, como estamos pensando e propondo, é possibilitar, inclusive, o retorno de muitos desses refugiados para as suas casas, para as suas origens, para as suas famílias, diminuindo, portanto, a pressão do fluxo migratório nos grandes eixos de atração desses migrantes e desses refugiados.

Então, eu gostaria de agradecer a oportunidade de compartilharmos brevemente alguns dados, entre outros que constatamos nessa pesquisa. Estamos à disposição, por meio do nosso contato projetado na apresentação e por meio dos trabalhos da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Mais uma vez, gostaríamos de agradecer a oportunidade que nos concedem os Senadores de apresentarmos esses dados e de pensarmos juntos em medidas para beneficiar e aliviar a situação de vulnerabilidade e de sofrimento dos nossos irmãos migrantes e refugiados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Henrique Salles. É especialmente interessante a sua abordagem envolvendo a temática da insegurança alimentar, que é uma realidade para essas pessoas e, ao mesmo tempo, a demonstração de quanto a possibilidade de acesso a uma alimentação digna, ainda que seja mínima, é fundamental para definir esses fluxos migratórios, coisas que deveriam estar na pauta permanente do Governo no trato da temática dos imigrantes.

É muito boa também essa demonstração de que há um número muito significativo de pessoas submetidas a uma vulnerabilidade – eu digo de imigrantes –, que é uma vulnerabilidade invisível. Essas pessoas não têm sequer sido ou podem ser consideradas numa condição de efetivamente legalizadas ou registradas como imigrantes.

Devido a um compromisso, eu vou passar a palavra agora ao Dr. José Carlos Dias, que é ex-Ministro da Justiça, que é Presidente da Comissão Arns, de direitos humanos, um dos mais notáveis e renomados militantes dos direitos humanos no nosso país. É com muita alegria e com muita honra que lhe passo a palavra neste momento. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seu microfone está fechado.

O SR. JOSÉ CARLOS DIAS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sr. Senador Humberto Costa, Sr. Senador Paulo Paim, Senadora, Senadores presentes, demais participantes desta audiência pública, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns nasceu há mais de três anos, quando o país era tragado pelo despotismo, que ensaiava os primeiros passos após a posse do Presidente Bolsonaro. Um grupo de pessoas se identificou e constituiu uma comissão que lutasse pela restauração dos direitos humanos, que víamos ameaçados e conspurcados. Decidimos celebrar a figura de D. Paulo Evaristo Arns por ter sido incansável defensor dos perseguidos, entre os quais os refugiados políticos do Cone Sul.

Eu integrava a Comissão Justiça e Paz, que estreitou relações com a Acnur, que atua para assegurar e proteger os direitos da pessoa em situação de refúgio. Segundo a Acnur, um refugiado tem direito a buscar refúgio em um lugar seguro e diz além, e diz mais: deve usufruir pelo menos dos mesmos direitos e de qualquer assistência básica que qualquer outro estrangeiro residindo legalmente no país, incluindo liberdade de expressão e movimento e proteção contra a tortura e o tratamento degradante.

Em 1997 foi editada a Lei 9.474 – era Presidente Fernando Henrique Cardoso, do qual fui Ministro da Justiça – em parceria com a Acnur, lei considerada pela ONU como uma das mais modernas e abrangentes para garantir os direitos dos refugiados. De acordo com esta lei, refugiados são todas as pessoas que, por perseguição de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões públicas ou generalizadas violações de direitos humanos, são obrigadas a deixar seu país de origem e, ao se encontrarem fora de seu país, não querem ou não podem retornar a ele.

Na prática, no entanto, o Brasil não ter conseguido estabelecer o respeito ao acolhimento dos refugiados e dos imigrantes, o que é lamentável. Um dos mais trágicos exemplos é a morte recente do jovem Moïse. O Brasil é um país violento, extremamente racista. Não é lugar seguro para refugiados, principalmente sendo o refugiado negro. O negro é visto como ameaçador e, portanto, descartável. Fazemos de conta que vivemos numa democracia racial.

Moïse, congolês, refugiado desde seus 13 anos, foi assassinado barbaramente por ser negro, por não ter seus direitos trabalhistas respeitados, por viver num país xenófobo e racista. Sua família veio ao Brasil em busca de segurança e deparou com outra dura batalha: a luta por respeito e oportunidade de uma vida digna.

Sua família veio ao Brasil em busca de segurança e deparou com outra dura batalha: a luta por respeito e oportunidade de uma vida digna. E o que encontraram? Um país preconceituoso, com um governante que exalta torturadores, pede ao filho que condecure miliciano, persegue os defensores dos direitos humanos, desmonta órgão responsável pelo combate e prevenção da tortura, estimulando assim a tolerância com a violência e com as chacinas. Essa é a realidade brasileira!

Após a morte de Moïse, as autoridades só atuaram depois de manifestação pública da família e forte mobilização da sociedade. Infelizmente, sob o atual Governo, a violência recrudescceu, o poder das milícias aumentou, e estas agem impunemente, com a cobertura dos agentes do Estado. O assassinato de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moïse comprova essa nefasta relação: dois policiais civis foram chamados a intervir, porém ignoraram o chamado.

Como entidade da sociedade civil, a Comissão Arns estima-lhe seu dever cobrar, exigir que as autoridades públicas apurem de forma cabal o crime que horrorizou o mundo. A omissão do Estado e o silêncio daqueles que detêm o poder é tão criminoso como o ato que foi praticado contra o cidadão Moïse, contra Marielle Franco, contra João Alberto Silveira Freitas e tantos outros negros e negras cruelmente executados neste triste Brasil. Esse silêncio compactua com o racismo escancarado que nos envergonha. E racismo é crime previsto na Constituição Federal, que tem que ser respeitada até pelos brancos, principalmente por aqueles que são os espoliadores desses direitos.

Hoje, perante o Senado Federal, perante V. Exa., Senador Humberto Costa, que tem dado tanta bravura no exercício do seu mandato, assim como o Senador Paulo Paim; hoje, perante o Senado Federal, nós reivindicamos uma efetiva resposta à brutalidade e à impunidade que assolam o nosso país. Não nos calaremos!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, ex-Ministro José Carlos Dias, Presidente da Comissão Arns de Direitos Humanos. V. Sa. faz uma manifestação extremamente contundente, expressando o sentimento da população brasileira, no sentido de que esse crime não fique impune, e sobre a convivência, a falta de uma resposta clara das autoridades em relação a esse caso, inclusive do próprio Governo Federal, pois, na condição de refugiado, o Moïse deveria ter garantida não somente sua integridade física, psicológica, mas o acesso a todos os direitos que a Constituição garante, e, no entanto, nós não vimos isso acontecer. Então, a contribuição de V. Sa. é muito importante no sentido de que nós não nos calemos diante desse verdadeiro absurdo a que assistimos.

De imediato, eu passo a palavra à Vereadora Tainá de Paula, que está acompanhada do irmão de Moïse, que é o Djodjo Kabagambe, e ambos farão aqui uma manifestação.

Quero registrar aqui a nossa alegria, a nossa honra de receber a Vereadora Tainá de Paula, que tem se caracterizado como uma das mais combativas e atuantes militantes na luta contra o racismo, que fez do seu mandato uma trincheira importante na defesa dos explorados e dos oprimidos no nosso país.

E eu quero, dito isso, passar a ela de imediato a palavra. Ela poderá também nos permitir a oitiva do irmão do Moïse, o Djodjo. Obviamente, ambos terão aí a tolerância necessária para que possamos ouvir as suas palavras.

Com a palavra a Vereadora Tainá de Paula.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TAINÁ DE PAULA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Quero saudar aqui a sua figura, mas também estendendo essa saudação ao Senador Paulo Paim, a quem agradeço o convite, a articulação para nós estarmos aqui presentes nesta audiência importante. Quero saudar a todas as representações presentes, principalmente Álvaro Quintão, que vem aqui no Estado do Rio de Janeiro fazendo um trabalho importante de ajuda e suporte nesse momento tão dramático de negação dos direitos humanos, de negação dos direitos fundamentais, não só no Estado do Rio de Janeiro, mas no Brasil.

Reforçar o papel do Senado nesse contexto, Senadores, é, sem dúvida alguma, construirmos o que restou da nossa democracia, entendendo o contexto não só difícil, mas, diria, inimaginável que o Brasil vive hoje.

Eu quero iniciar essa fala aqui, claro, me apresentando não só como Vereadora, como Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos aqui da Câmara, mas como representante da Coalizão Negra por Direitos, que vem ocupando espaço de proteção, debate público e garantia dos direitos de negros e negras no Brasil, organizando a sociedade civil, os movimentos de luta antirracista e, claro, as comunidades dos povos da diáspora.

Quero reforçar aqui a presença de representante da família e da comunidade congoleza, a quem passarei a palavra depois de uma explanação.

Quero reforçar a minha fala sobre algumas entranhas duras do debate que nós precisamos fazer nesse contexto de Brasil. E infelizmente Moïse e a família Kabagambe revelaram para nós o buraco profundo da negação dos direitos dos negros e negras da diáspora. É primordial que possamos construir um diálogo e um legado, depois dessa execução, que aprofunde o debate racial brasileiro e aprofunde o debate dos negros da diáspora. E aí eu quero reforçar muito isso na minha fala porque há um desentendimento do papel do Brasil não só com sua comunidade negra, que é majoritária no conjunto da sociedade, mas também a sua responsabilidade pública com vários tratados internacionais assinados por décadas e décadas, que ainda não se fazem presentes nas nossas organizações, nas nossas instituições, inclusive nas nossas políticas públicas. Acho que o Senado é imprescindível, peça chave na articulação do enraizamento dessas políticas públicas que se fazem urgentes. Passamos pela Conferência de Durban, passamos pela Convenção de Genebra e nós temos responsabilidade por todo negro, por toda pessoa negra que venha aqui, integrante da diáspora, ao território brasileiro. Nós temos responsabilidade pública por essas vidas e por esse modo de vida.

Eu quero começar por isso porque, apesar de o Brasil negligenciar a vida de corpos negros e fechar os olhos para a cultura, o pertencimento, o letramento racial e a discussão do debate racial brasileiro, nós temos responsabilidade e assinamos essa responsabilidade. Nós nos beneficiamos economicamente dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratados que nós assinamos, de que somos signatários, em várias nações ou várias comunidades internacionais, e temos contrapartidas sobre isso, e uma das contrapartidas é obviamente dar conta dos processos migratórios e principalmente dos povos refugiados. Aí eu quero fazer uma janela aqui sobre a necessidade de nós aprofundarmos muito a política de refugiados que nós temos tocado na última quadra.

É importante frisar que Moïse vem ao Brasil por um arrancamento e por uma impossibilidade de estar no seu território natal. A República Democrática do Congo, tendo uma grande fragilidade na sua democracia, expõe os seus cidadãos, e os cidadãos vêm a partir dos tratados que nós assinamos, escolhem países irmãos e signatários desses tratados. O Brasil é um país signatário, e é por isso que Moïse e familiares, vizinhos, amigos de Moïse estão no Brasil – por isso que Moïse estava no Brasil. Moïse escolhe o Brasil como cidade fim, mas o Brasil se coloca como cidade, a princípio, aberta e responsável com as nações da diáspora. E isso é uma chave, um contexto imprescindível, e é importante que essa chave seja aberta antes da fala da família, porque deveria ser inegociável para nós a nossa responsabilidade e a responsabilização dos nossos órgãos e obviamente dos nossos chefes de Estado sobre o tratamento com que esses cidadãos não só do Congo mas de outros países irmãos são tratados.

Para além das responsabilidades internacionais, para mim está claro na fala do Senador Humberto não só o silêncio absurdo de Jair Messias Bolsonaro, o silêncio do nosso chefe de Estado sobre esse crime bárbaro, sobre esse crime hediondo, mas, para além do silêncio, a negligência da condução e obviamente a ausência de políticas públicas tanto no âmbito estadual quanto no âmbito municipal para se lidar com a situação.

E aí, claro, o crime deve ser investigado, acompanhado pelo MP, acompanhado pelo MPT. Gostei muito da fala do Lucas Fernandes sobre a responsabilidade, inclusive sobre o debate da precarização do trabalho, como o Brasil ainda está na lista internacional de trabalho análogo à escravidão, que é o neoescravidismo brasileiro, o trabalhismo escravista brasileiro, que nós nunca discutimos. Diversas CPIs, diversas investigações sobre trabalho escravo e pouquíssimo desdobramento público aqui no Estado do Rio de Janeiro sobre isso, e aí eu falo de capital e eu falo do interior do Estado do Rio de Janeiro, que ainda é recordista de trabalho escravo.

E, em se tratando de Rio de Janeiro – infelizmente posso contribuir com essa análise, porque sou daqui e estou no epicentro do Estado do Rio de Janeiro, na capital –, nós temos algumas responsabilidades a mais do que outras cidades nesse debate.

Meus companheiros, nós somos a segunda maior cidade em população negra fora de África, fora de África! Há mais preto, aqui no Rio de Janeiro, do que em Burkina Faso. Nós somos a segunda cidade com maior número de imigrantes e refugiados do Brasil e nós não podemos banalizar ou naturalizar um crime bárbaro que acontece à beira-mar, numa cidade que teoricamente é uma cidade cosmopolita, é uma capital do mundo e obviamente berço de processos migratórios e processos de atração de refugiados históricos ao longo dos últimos quatro séculos de Brasil. O porto do Rio de Janeiro foi um dos principais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portos de recebimento de negros e negras, de corpos negros do mundo, e nós temos, ainda hoje, o maior número de corpos, de ossadas de negros e negras da diáspora do mundo, inclusive por isso nós somos patrimônio internacional, registrados na Unesco, inclusive respondendo civil e criminalmente, por vários processos, pela negligência dessa história, do cumprimento de cuidado e manutenção desse patrimônio e desse legado.

Ainda nessas entranhas, sem nós nos dedicarmos à família de Moïse, ao legado de problemas que nós teremos inclusive na condução não só da resolução do caso, na resolução do crime, mas nos desdobramentos sociais, nos desdobramentos psicossociais de um crime bárbaro como esse, nós falamos daqui do Estado do Rio de Janeiro das chacinas, dos nove tiros em Marielle Franco, dos 80 tiros em corpos negros de um músico, da perda de crianças. O Rio de Janeiro, o Estado do Rio de Janeiro é o estado que mais mata jovens de 6 a 19 anos do Brasil – e a gente precisa falar disso –, que são corpos majoritariamente negros, que são corpos majoritariamente periféricos.

O Estado do Rio de Janeiro precisa ser uma lente de aumento dos nossos problemas dramáticos e, em que pese essa necessidade, Senador, estão orbitando prioritariamente, na minha opinião, no debate racial e na ausência do debate racial, na construção de políticas públicas para isso, na construção de resposta a esses crimes. Não é a ausência de casos exemplares que o Estado do Rio de Janeiro vive. "Ah, nós não sabemos lidar com crimes hediondos, com recorte xenofóbico e com recorte de racismo"; é equivocado falar isso.

Não há uma exceção à regra no caso de Moïse; esse crime é praticamente banal no cotidiano do Rio de Janeiro. E não há hoje, ainda, no Rio de Janeiro, uma política de Estado, uma política municipal que seja de acolhimento a vítimas de violência de Estado, de acolhimento a vítimas de violência urbana com recorte racial. A família de Moïse viverá de doações? A família de Moïse irá passar por acolhimento psicológico durante quanto tempo? O Prefeito doa a cessão do quiosque como se isso fosse o máximo que um chefe de Estado, que um símbolo do nosso Estado brasileiro pudesse fazer.

O Governador do Rio de Janeiro fez uma chamada de telefone com a família de Moïse, sem sequer falar das suas responsabilidades públicas não só com a família de Moïse, mas com todos os refugiados e todos os imigrantes que aqui estão.

Não há custeio no Brasil que dê conta do déficit habitacional dos nossos imigrantes, dos nossos refugiados. Os nossos refugiados estão em favelas majoritariamente – isso precisa ser dito –, estão em coabitação, estão em moradia inadequada, estão na base de sustentação da precarização do trabalho. O Sr. Lucas Fernandes tem total razão. Independentemente dos seus saberes adquiridos aqui ou adquiridos nos seus países de origem, muitos dos imigrantes e dos refugiados que aqui estão no Brasil têm nível superior, e isso é totalmente retirado de suas possibilidades de ascensão no mercado de trabalho e de estabelecimento do exercício de suas profissões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para encerrar, passando para a família, é fundamental que o Ministério Público também se atente às relações dos patrões desses quiosques com a milícia e com os poderes narcomilicianos dos territórios do Rio de Janeiro. Claro que nós queremos que os agressores diretos, aqueles que estão nos vídeos... Vídeo esse que precisa, sim, ser visto pela família, por todos os integrantes dessa investigação na sua íntegra e não editado de forma leviana como vem sendo editado e publicado nas redes sociais e nos veículos de comunicação. Há uma tentativa de desconstrução da imagem e da memória de Moïse que precisa ser investigada a fundo, porque, na verdade, o que querem é proteger e defender os patrões com entranhas e relações diretas com as milícias do Rio de Janeiro.

E, vejam, estamos falando aqui direto da Câmara de Vereadores do Rio, onde nós já perdemos uma Parlamentar executada para esses poderes narcomilicianos, e nós não podemos recuar nesse debate. Os Parlamentares brasileiros não podem recuar e ficar calados frente à milicialização dos territórios, principalmente do Rio de Janeiro, que tem ligação direta com o poder que está colocado e inclusive com o poder que está na Presidência da República. As nossas instituições precisam ser altivas e dar um recado a todos aqueles que se constroem na base dos genocídios da nossa população, dos genocídios dos nossos trabalhadores e da negação e do arrancamento dos nossos direitos.

Moïse não é uma exceção. Moïse faz parte dos 75% de brasileiros pretos e mestiços que trabalham cotidianamente, ganham de zero a seis salários mínimos, estão nas periferias, estão nas favelas, nas quebradas, se organizando, entendendo a importância da comunidade.

Eu quero encerrar a minha fala falando do papel imprescindível da comunidade congoleza, que se levantou, que se organizou num ato importantíssimo aqui na cidade do Rio de Janeiro, que convocou a sua embaixada. Quero reforçar aqui o papel da Embaixada da República Democrática do Congo, com a qual estamos diretamente construindo um diálogo para que não tenhamos mais moïses e que tenhamos finalmente uma política integral – federal, estadual e municipal – de defesa e garantia dos interesses e dos direitos dos refugiados negros e brasileiros.

Obrigada demais, Senador! Obrigada demais, família! Estaremos aqui atentos às investigações e aos desdobramentos necessários no campo da política pública.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

Vamos agora ouvir a palavra do Djodjo Kabagambe.

Eu queria apenas informar que não está presente aqui a representação da Embaixada do Congo. Nós fizemos, inclusive, o convite para que aqui pudessem participar. Não foi, de forma alguma, qualquer tipo de omissão por parte das duas Comissões. Quero registrar aqui, inclusive, que esta audiência só está sendo possível porque o nosso querido Senador Paulo Paim, juntamente com a nossa assessoria aqui da CDH, ele que preside a Comissão dos refugiados, praticamente organizou boa parte deste evento, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer três registros. O primeiro: a força do discurso da Vereadora Tainá, a denúncia grave que ela reitera, porque já foi feita, de que a narcomilícia – como ela se referiu – tem vinculações diretas não somente com aquele tipo de comércio, com a ocupação daqueles espaços, como, ao que tudo indica, tem participação nesse crime bárbaro que foi cometido.

Queria também registrar aqui que ontem foram comemorados os 113 anos do nascimento de D. Helder Câmara, que foi para todos nós um exemplo muito importante da luta de defesa dos direitos humanos.

E queria também informar, vou depois fazê-lo com mais detalhes, a presença aqui, na semana passada – eu tive a oportunidade de receber na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos – da subcomissão de prevenção a tortura e maus tratos às pessoas privadas de liberdade, que faz parte da comissão que trata do protocolo opcional contra tortura e maus tratos, enfim, às pessoas privadas de liberdade, da Organização das Nações Unidas. E aqui vieram no sentido de tomar conhecimento de denúncias relevantes que foram feitas em relação ao Governo brasileiro, especialmente pela fragilidade do funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, que se ressentia de um apoio não somente material, mas especialmente político, para cumprir com o seu papel. Mas depois eu poderei dar mais detalhes.

Eu vou passar a palavra ao Djodjo Kabagambe para que ele possa falar na condição de familiar sobre esse episódio.

E também passo aqui, de imediato, para que a gente possa dividir este trabalho nesta sessão conjunta, a Presidência ao Senador Paulo Paim, e continuarei aqui acompanhando o desenrolar da reunião.

Djodjo Kabagambe, com a palavra.

O SR. DJODJO KABAGAMBE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos!

Não vou falar muitas coisas, mas nós, a família, estamos pedindo mais é a justiça para o nosso irmão. Sabemos muito que tem muitas coisas escondidas por trás disso e tem mais participantes que não estão presos, que estão sendo protegidos. E a gente está pedindo ajuda de todos, principalmente da polícia, para que possa liberar o vídeo total, todos os vídeos que a gente viu na Delegacia de Homicídios, para que possa ver que tinha mais pessoas que participaram. E queremos todos presos, que todas as pessoas que fizeram isso com o nosso irmão sejam presas por isso.

Eu falo obrigado a todos que estão aí, que estão nos ajudando, e vou passar a palavra para o meu tio também, que quer falar um pouco disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. YANNICK KAMANDA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Assim como o Djodjo acabou de falar agora, a gente agradece muito tudo o que está sendo feito, mas o principal, que é a justiça, não está sendo feito.

Eu assisti, sim, ao vídeo dentro da Delegacia de Homicídios, junto ao delegado, mas eu queria saber por que o delegado tinha pedido para deixar isso no sigilo, um ato de tanta barbaridade, tão cruel. Depois que não fiquei no sigilo, editaram o vídeo. Nem o nosso advogado tem direito à integridade do vídeo, porque, vendo a integridade do vídeo, vocês verão, simplesmente, que há, sim, participação de outras pessoas, tanto em qualidade de omissão de socorro e de agressões. Mas esse vídeo aí não está aparecendo e isso não está nos deixando seguros, porque, sem a prisão de todos os envolvidos, a família não se sentirá segura.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Muito obrigado a ambos. Esperamos que, na próxima semana, se tudo der certo e as duas Comissões de Direitos Humanos, da Câmara e do Senado, forem ao Rio de Janeiro nessa diligência, possamos encontrar com a família e ouvir esse relato. Esta denúncia é muito grave: a de que pode ter havido uma edição dos vídeos que estão sendo divulgados. E nós poderemos lá *in loco* trocar algumas ideias importantes, reunir essas denúncias e novamente trazer para o Senado Federal e para a população brasileira.

Meu caro Paim, com a palavra e a direção dos trabalhos para dar seguimento à nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente Humberto Costa, nossos queridos convidados e convidadas, é um prazer enorme ouvi-los, prazer e tristeza por tudo o que vem acontecendo no nosso país em relação aos refugiados, imigrantes, negros, negras, LGBTI+; enfim, infelizmente, hoje os setores mais vulneráveis na sociedade.

Falta uma fiscalização devida quanto ao trabalho escravo. Esse caso é um caso específico de trabalho escravo e, como escravo, ele foi tratado: amordaçado, sufocado, espancado, amarrado e assassinado. Essa é a realidade do nosso Brasil. Por isso esta audiência pública que hoje realizamos teve o apoio fundamental do Movimento Negro brasileiro, que se mobilizou, se articulou. As entidades convidadas, todas, estão aqui. Então, de forma muito carinhosa, eu queria agradecer a todos os convidados que estão aqui, aos que falaram até o momento e aos outros que vão falar na sequência.

É um momento, de fato, cada vez mais difícil. Um dia eu estava presidindo uma sessão no Plenário do Senado sobre, exatamente, o combate ao racismo, ao preconceito, à discriminação, à covardia com que agem neste país em relação às mulheres também – o feminicídio aumenta todos os dias –, e uma cidadã cigana me disse: "Não esqueça, Senador, dos ciganos, invisíveis". A partir daí eu trabalhei também – está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase pronto, vamos votar aqui na CDH – o Estatuto do Cigano. Mas eu guardei muito esta palavra: "invisíveis". Há setores da sociedade que infelizmente são tratados como invisíveis, e alguns acham que eles não têm direito nenhum, por isso esta bela reação.

Cumprimento todos, especialmente você, Humberto Costa, porque a Comissão de Refugiados teve que se socorrer desta articulação com você para podermos realizar esta sessão hoje. Você, de pronto, disse "vamos aprovar e vamos fazer conjunta", e já apresentou requerimento, inclusive, para ir ao Rio de Janeiro. Tenho certeza de que estarei no Sul e não poderei ir, mas um representante da nossa Comissão... Eu a presido ainda, a Bruna Furlan é a Vice-Presidente e o Túlio Gadêlha é o Relator. Naturalmente um membro da Comissão de Refugiados vai acompanhá-lo também no Rio de Janeiro.

Então ficam aqui os meus cumprimentos a todos os funcionários da CDH, da Comissão de Migrações e Refugiados e ao próprio movimento sindical brasileiro. Saibam que o movimento sindical brasileiro chegou aqui para mim agora... São mais moções de apoio a esta luta de todos nós de combate ao preconceito, ao racismo e à questão dos refugiados.

Permitam-me que eu faça aqui cinco minutos do meu pronunciamento em nome da Comissão, mas numa visão humanitária que todos nós temos aqui neste momento. Enfim, farei aqui a minha fala em nome da Comissão de Refugiados de forma muito resumida.

Meus amigos, minhas amigas, meus queridos convidados, familiares que já usaram aqui da palavra, nós temos uma sociedade que caminha para a desumanização quando as consciências se esvaziam. Faço a mim muitas vezes a pergunta que deixa inquietações: o que está acontecendo com o nosso país? Em vez de avançar, está piorando! É o que estamos vendo nos últimos tempos.

Ao que percebo, estamos num labirinto de intolerâncias, sugados pela verve do ódio, da violência, trancafiados na nossa própria solidão, onde até a vacina é negada. Agimos com um objetivo pouco nobre e de forma vil a nutrir a desesperança da nossa gente. Ora, a esperança é o que dá sustentação à justiça e às mudanças. Permitam que eu cite aqui Santo Agostinho, independentemente da religião de cada um de nós: "A esperança tem duas filhas, a indignação e a coragem", que vocês todos estão demonstrando aqui. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.

Perdão! Perdão peço aqui neste momento, no Plenário do Senado da República, aos que escolheram o Brasil para viver e não foram acolhidos. Estão sendo machucados, torturados e assassinados.

Amigos, as nossas ignorâncias só destroem a humanidade – a própria humanidade, que devia estar dentro de cada um de nós. Temos que resgatar a nossa compaixão para sentir o sentimento e as dores dos outros. Só quem é negro sabe... E os negros que estão aqui, com todo o carinho e a solidariedade dos brancos... Eu acredito numa outra sociedade onde negros e brancos caminhem juntos, como estamos aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste momento. Mas só os negros e negras sabem como dói o racismo – como dói o racismo! –, e que aqui nós temos hoje a aprofundar.

Ah, sim... Não podemos abdicar do amor, pois é tão somente ele que dá significado à vida. Mas as pessoas entenderam que amar é errado e odiar é o certo. É triste que eu diga isso. O ato de abrir os braços e acolher quem precisa de um dos mais belos sentimentos que é o acolhimento... Os refugiados, por exemplo... Há milhares de refugiados e imigrantes no Brasil. A maioria não tem direito algum, nem sequer a documentos. A Comissão tem discutido isso, a Comissão tem viajado pelo país. É triste essa realidade. Não têm emprego e renda, moram na rua ou em sub-habitações, são discriminados, perseguidos, sofrem preconceito e racismo, não têm segurança alguma.

Está aí o fato: o congolês Moïse Kabagambe, que trabalhava em um quiosque na Barra da Tijuca – meu Deus do céu! –, na nossa linda cidade do Rio de Janeiro, foi morto a paulada! Ah, como foi triste ver aquele vídeo! Pode ser montado, mas o que nós vimos já foi de chorar. Muita gente chorou, com certeza. Foi morto a paulada porque cobrava duas diárias do seu trabalho. Olhem só: morto por R\$200, R\$300, R\$150? Mataram-no por causa disso.

A Embaixada do Congo no Brasil informa a esta Comissão que não é só esse caso, mas são inúmeros os casos – inúmeros, inúmeros os casos – que acontecem com refugiados neste país. Diz o representante do Congo: "Quanto aos compatriotas nossos que foram brutalmente assassinados no Brasil, aguardamos os resultados das investigações policiais", fecho aspas.

Triste a rotina do nosso país, que a cada dia amanhece com uma notícia de assassinato. Se nós fôssemos aqui lembrar, e eu volto sete dias atrás, eu tenho condição e vocês têm condição de lembrar de, no mínimo, um caso por dia – no mínimo, um por dia – de espancamento, de tortura, até quando se entra no supermercado, quando se entra em qualquer lugar para fazer uma compra. Eu não quero entrar no detalhe, mas, um dia, um filho meu entra num *shopping* e é simplesmente colocado na parede pela segurança. Se não fosse um coleguinha dele, branco, intervir, o que poderia ter acontecido? Triste! Triste a realidade do nosso país! Triste quando a gente tem que dizer para os nossos filhos: se cuidem muito ao andar nas ruas da nossa cidade, seja em qualquer estado do nosso país. Muito triste!

Enfim, nós estamos aqui hoje para fazer este debate. E o debate está sendo feito de uma forma muito qualificada. Por isso, fiquei aqui assistindo com orgulho da gente brasileira que aqui vocês representam, todos vocês – todos vocês –, com equilíbrio, com tranquilidade, com firmeza e com coragem, a situação dos negros, dos refugiados, dos migrantes, dos pobres, dos ciganos, dos LGBTQI+, das mulheres, das crianças.

Olhem o caso do Durval! Não há como nós não ampliarmos um pouquinho, pelo menos. Durval Teófilo Filho, de 38 anos, trabalhador, negro, pai de família, morava num condomínio, o que se subentende que tinha certa proteção, foi morto a tiros na semana passada, ao chegar em casa, em São





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gonçalo, também Rio de Janeiro, por um vizinho – e não digo com satisfação, não, porque eu tenho o maior respeito à Marinha, fizemos um grande debate com a Marinha na questão do Almirante Negro, que conseguimos aprovar no Senado para que ele entrasse para o rol dos heróis da pátria –, um sargento da Marinha, que disse que o confundiu com um bandido. Deu um tiro e, com ele já no chão, deu dois e deu três. Essa é a realidade nua e triste.

Temos que dar um basta em tudo isto: nesses crimes e impunidades, descasos. É uma vergonha para o mundo. Estamos aqui, claro, para debater tudo isso. Estamos aqui para defender a vida, o direito de viver em paz – como cantava Victor Jara, o direito de viver em paz.

O Ministério da Justiça, por meio da Coordenação-Geral, diz que, para o Conare, de 2011 a 2020, 53.383 mil pessoas, 54 mil pessoas foram reconhecidas como refugiados no Brasil, dos quais 1.050 eram congolese.

Todos os anos milhares de refugiados imigrantes chegam ao Brasil. São de diversos países: Venezuela, aqui já citada, Síria, Congo, Haiti, entre muitos outros. Eles não vêm porque resolveram abandonar sua pátria; eles vêm devido às guerras em seu solo natal, pandemias, fome, falta de água, perseguições políticas, discriminações religiosas, mudanças climáticas... Quantos brasileiros não estão no mundo? Quantos milhões? E nós não gostaríamos que eles fossem tratados com carinho e com respeito? Não é o que acontece.

Segundo o relatório semestral de 2021 da Acnur - ONU, houve um deslocamento forçado global, ou seja, um aumento acentuado em relação aos 82,4 milhões de pessoas relatadas no final de 2020 – 82,4 milhões de pessoas. O número de solicitantes da condição de refugiado sobe todos os anos. Todos os anos, milhões.

Enfim, meus amigos, eu termino aqui. Sigamos em frente. Esperançar é preciso. Resistir é preciso. As políticas humanitárias precisam avançar no Brasil e no mundo. Um país que respeite a democracia, as diferenças, as adversidades e os direitos humanos. Façamos a boa luta contra as injustiças, a desigualdade e o racismo. Sejam todos antirracistas, sejam brancos, negros, imigrantes. Para isso precisamos viver e discutir, como disse o Humberto aqui, os nossos silêncios – não de todos nós –, este silêncio, para assim gritarmos e agirmos em defesa das causas justas.

Podem crer: não nos intimidarão! Eu sei que a Vereadora que falou aqui está sendo ameaçada. Vereadora, aceite a solidariedade, mas também a ação por parte das instituições em relação à sua segurança. Jamais conseguirão calar a nossa consciência.

Peço desculpa se falei um pouquinho demais, mas o que acontece no Brasil hoje é de choro, mas é de raiva também, é de indignação, é de firmeza e de coragem. E não vamos nos intimidar. Essa luta há de continuar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus parabéns a todos vocês!

Obrigado, Humberto, pelo tempo que me concedeu para que eu falasse um pouco desse tema. E, seguindo a sua orientação, eu peço, nesse momento, que use a palavra, da mesma forma como Humberto orientou, e muito bem, até o momento, o nosso querido Bernardo Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) e representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. BERNARDO LAFERTÉ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Gostaria de cumprimentar tanto o Senador Humberto Costa, quanto o nobre Senador Paulo Paim.

Ademais, aproveito para cumprimentar todos os presentes, tanto os participantes aqui na audiência quanto os ouvintes, na pessoa da nacional congoleza Gaelfie Ngouaka, que aqui, entendo, representa o público migrante refugiado no Brasil perante a audiência.

Na oportunidade, também presto minhas condolências à família do nacional congolês Moïse Kabagamge, na pessoa do seu irmão, aqui também representado, o Djodjo Kabagamge, ou melhor, Kabagambe. Permitam-me a correção. Peço perdão pelo equívoco.

Tenho acompanhado os debates e as apresentações de todos e não só tento trazer parte da minha história. Eu digo que nasci no Brasil, um país de paz, em um tempo de paz. Eu não sei o que é guerra. Eu não sou refugiado, sou brasileiro, mas tenho muito orgulho de estar nesta posição – já estou, há um pouquinho mais de quatro anos, à frente da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados – e aqui estou porque o Brasil recebeu minha avó e meu avô, minha avó fugida da Guerra Civil Espanhola e meu avô um então cidadão francês que veio para o Brasil como apátrida e que aqui viveu sem nacionalidade até o final da sua vida. Então, pelo fato de o Brasil ter acolhido os dois, sendo os dois fruto da Convenção de Genebra, de 1951 – a realidade deles foi o que terminou esculpindo a Convenção de 1951 –, eu tenho muita honra em estar nesta posição neste momento. É um momento que não é só do Brasil; eu entendo que é um momento do mundo.

Nós estamos, em mais um ano, batendo recordes de deslocamentos e recordes de conflitos. Se, no começo da década, imaginávamos que teríamos uma década de paz, isso já se provou como um grande engano. Não param de eclodir conflitos. O mais famoso, talvez, o da Síria, não foi o mais mortal ou o mais letal e está longe de ser o pior conflito em termos proporcionais da população, mas, certamente, foi o mais conhecido, com grande impacto sobre a imprensa e sobre o território europeu, o que deu mais potência para esse conflito.

Aqui perto, a gente não pode fechar os olhos para a Venezuela. Temos que entender que hoje o maior contingente de migrantes refugiados do Brasil é de binacionais e irmãos venezuelanos, que encontraram aqui, mesmo com todas as nossas dificuldades, uma oportunidade de reconstruir suas vidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito feliz de falar da Operação Acolhida, operação que vai completar agora quatro anos, neste Carnaval. São quatro anos de uma operação em que a gente teve a oportunidade, enquanto sociedade brasileira, de oferecer uma reconstrução para os irmãos venezuelanos, de oferecer um recomeço em vários aspectos da vida deles.

Aqui cito um dos pilares da Operação Acolhida, que é a estratégia de interiorização. O Procurador do Trabalho Dr. Lucas até rememorou a questão da interiorização, que aqui é um dos pilares da Operação Acolhida, que já pôde realocar para o território brasileiro mais de 50 mil venezuelanos. Mas eu recordo: passaram pelo Brasil quase 400 mil, cerca de 400 mil venezuelanos. Nós temos hoje no Brasil cerca de 160 mil, 170 mil venezuelanos com autorização de residência já deferida e 50 mil já com refúgio reconhecido, mostrando que estamos atentos a todo esse movimento. A estratégia de interiorização é um dos aspectos de toda a operação, é uma das saídas para a solução do problema, que hoje se dá majoritariamente em Roraima, mas não só, porque também já atinge o Estado do Amazonas e, principalmente, partes começam a ter mais efeitos sobre o Estado do Pará e alguns outros estados. Mas me parece a solução mais adequada encontrada na gestão de fluxo migratório.

Eu tenho muita honra em falar também porque este é um dos aspectos que o Brasil serve de luz para o mundo: como fazer a melhor gestão do fluxo migratório, um fluxo massivo, inesperado e em que a gente não tem controle sobre a entrada? Os imigrantes vêm, os venezuelanos vêm, dada a situação ali do país.

Aqui eu quero chamar atenção também para medidas dos anos recentes que ora estão relacionadas apenas ao Conare; ora, a todo aspecto do sistema migratório no país. Eu queria chamar atenção aqui para três categorias de visto, subcategorias do visto humanitário, que nós temos presentes – o mais recente deles é o visto humanitário para nacionais afegãos. Quero também lembrar do visto humanitário para pessoas afetadas pelo conflito sírio, que foi primordialmente editado em 2013 pelo Conare, na época ainda da vigência do Estatuto do Estrangeiro, em 2019, foi transformado, aí sim, no que a Lei de Migração criou: o visto humanitário para pessoas afetadas pelo conflito sírio. O indivíduo já vem beneficiado pelo visto, que, aqui no Brasil, é transformado em autorização de residência, de uma forma prática, descomplicada, segura e, mais importante, rápida. O terceiro visto humanitário que eu gostaria também de lembrar é para os nacionais haitianos. Já temos mais de uma década em que o Brasil oferta tanto visto humanitário quanto autorização de residência humanitária para nacionais haitianos aqui no nosso país, formando o segundo maior contingente migrante dentro do Brasil, com uma grande taxa de sucesso da integração, especialmente, eu diria, nos três estados do Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, com uma migração muito interessante, voltada para o interior e não para as capitais. Então, é uma comunidade que se espalha bem no território e se integra bem às suas localidades, tendo um contingente numérico aqui significativo para o Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não paro nos três vistos humanitários, mas eu entendo que é importante ressaltá-los até pela natureza do que são. Tanto o visto quanto a autorização de residência humanitária são completamente revestidos do viés humanitário, seja pelo que já foi aqui lembrado dos critérios de reconhecimento da condição de refugiado, que muito se amoldam ao visto tanto do Afeganistão quanto da Síria, seja por questões de deslocamento por razões naturais, como o que seria mais afeto ao Haiti. O fato é que o visto e a residência humanitária estão muito ligados a um caráter humanitário do tratamento do fluxo migratório.

Além disso, outras medidas dos anos recentes dizem respeito às edições de autorização de residência para grupos coletivos de migrantes que já estejam no Brasil. Aqui, em 2019, foram editadas três portarias dando autorização de residência para nacionais do Senegal, nacionais da República Dominicana e nacionais de Cuba que participaram do Programa Mais Médicos. São todas respostas dentro do sistema migratório, mas que muito auxiliaram o sistema de refúgio brasileiro também.

Além disso, eu citaria aqui uma resolução conjunta, tanto do Conare quanto do Conselho Nacional de Imigração, que permitiu a autorização de residência para solicitantes de refúgio que estivessem no Brasil por questões laborais, ou seja, que estariam no Brasil por questões não necessariamente ligadas ao refúgio e já estivessem integrados no mercado de trabalho.

Ainda sobre ações no âmbito do Ministério da Justiça, eu gostaria de citar o edital do Migrajus, em que pela primeira vez o Governo Federal disponibilizou R\$2 milhões para a sociedade civil. Então, foi uma ação que não foi inédita no sentido de abrir concorrência para a sociedade civil – nós já tínhamos outra experiência, acumulamos experiência nos últimos seis anos, desde a edição do Mrosc (Marco Regulatório da Sociedade Civil) –, mas foi a primeira vez que o valor atingiu R\$2 milhões e conseguimos abrir um edital visando selecionar cinco entidades, uma em cada região do Brasil, uma por cada macrorregião. No final, a seleção acabou que não foi possível, não tivemos candidaturas para todas as macrorregiões vencedoras, mas conseguimos indicar cinco entidades da sociedade civil vencedoras do edital. Então, pela primeira vez, reitero, foram R\$2 milhões diretamente para estimular projetos da sociedade civil que visam, primordialmente, à integração da população migrante refugiada no Brasil, espalhada pelo território, entendendo que a seleção objetivou pinçar uma entidade em cada macrorregião do Brasil. Então, eu acho que isso é inédito, vale a pena a gente reiterar e fica como um modelo, para os anos futuros, de exemplo de ação de política pública em que a gente pode, enfim, trabalhar com outras modelagens, sem descaracterizar o serviço prestado pela sociedade civil e dando o mérito que eles merecem, que eles precisam nesse primeiro passo da integração.

Acho que aqui vale uma grande reiteração de uma ação coordenada pelo Ministério da Justiça...

Se eu puder ter um acréscimo... Se não, eu já vou me direcionando para o final da fala.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, eu quero aqui reiterar que desde 2019, em 2019 especialmente, o Comitê Nacional para os Refugiados reconheceu cerca de 20 mil indivíduos com a condição de refugiado. Isso representou praticamente o dobro de todo o histórico dos anos anteriores, de 1997 até 2019, da existência do Conare. Então, em um ano, a gente dobrou o histórico de 21 ou 22 anos de existência do comitê. Em 2020, conseguimos mais cerca de 20 mil reconhecimentos da condição de refugiados, e hoje nós temos aproximadamente 50 mil venezuelanos e 11 mil nacionais de outras nacionalidades, enfim, reconhecidos com a condição de refugiado, indicando que o Conare está, sim, atento não só aos fluxos migratórios que vêm ao Brasil como a todas as condições que cada fluxo tem.

E aqui decisões recentes do comitê que eu trago ao conhecimento de todos: o reconhecimento da grave e generalizada violação de direitos humanos não só na Venezuela – eu entendo que isso seja público e notório –, mas também em outros países, como Síria, Iraque e Afeganistão. O Conare, embora tenha o reconhecimento do inciso III para a Síria, no final de 2020, aproveitou para dispensar a entrevista de elegibilidade, tornando o processo de reconhecimento da condição de refugiado mais simples e, o mais importante, mais célere, com uma resposta mais célere para essa população. Acaba que, enfim, beneficia uma população específica, mas todos que estão na lista do Conare aguardando decisão acabam sendo beneficiados, porque a gente consegue acelerar e simplificar uma outra decisão.

Considerações que eu trago aqui para todo o debate: todo imigrante e refugiado que chega ao Brasil eu digo que passa por todos os aspectos da vida de qualquer ser humano, seja na parte de educação, cultural, saúde, laboral, melhor idade. Todos os aspectos do ser humano o migrante, o refugiado também vai ter, com duas principais diferenças: a principal delas é cultural, nem sempre vai nos entender enquanto sociedade, teremos algumas diferenças culturais e da forma de pensar; a segunda delas pode ser o idioma – eu digo pode ser porque existem alguns países que têm o português como primeira língua –, e aí acaba sendo uma barreira adicional na integração dos migrantes e dos refugiados. E o que me parece o grande desafio é a gente pensar em política pública de forma transversal. Eu não posso falar de saúde exclusivamente para brasileiros, eu preciso entender que há um público migrante e refugiado. E aqui eu falo isto para todas as políticas públicas, seja cultural, laboral, educacional: a gente tem que integrar, no âmbito de cada política, o migrante e o refugiado que aqui vivem, esse é um desafio. O primeiro que eu diria é que hoje, talvez em termos proporcionais, há pouca visibilidade do migrante e do refugiado: 0,45% da população que vive no Brasil; cem anos atrás, eles representavam 20% da nossa população. Então, de 20% da população que eram migrantes e refugiados, passamos a 0,45%, o que percentualmente é muito pouco. Apesar de ser aproximadamente 1 milhão numa população de 212 milhões, pode passar com pouca percepção, mas cumpre a nós, enquanto operadores da política migratória, explicar isso para todos os órgãos entidades, atores que trabalham com a política migratória. E aqui, quando eu digo todos, são absolutamente todos: prefeituras, estados, Governo Federal, Defensoria Pública, Ministério Público, sociedade civil. Quem opera, quem está na ponta operando qualquer política pública precisa entender que o "público" não é restrito aos brasileiros. Isso torna a nossa missão um pouco mais complexa, mas não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz dela uma missão impossível. Acho que essa é uma conclamação aqui para todos nós, seja no momento de pensar ou no momento de executar uma política pública específica.

Enfim, fico à disposição aqui. Em nome do Ministério da Justiça, agradeço a oportunidade de poder trazer elementos para os debates. Mais uma vez, reitero toda a consternação que a situação do Moïse nos trouxe, realmente o vídeo é muito bárbaro. Acho que temos que apreender o que o caso nos possibilita apreender para que a sociedade brasileira não repita isso. Mais uma vez, foi um incidente da sociedade brasileira, uma falha da sociedade brasileira que, enquanto sociedade, tem que aprender a corrigir e a frear esse tipo de ato. É uma responsabilidade social que cabe a todos nós independentemente da nossa posição, seja nos aparatos de Governo, na sociedade civil, nos órgãos de fiscalização, na imprensa... Não importa a nossa sociedade. Cabe a nós criar medidas de refração e de mitigação desse tipo de ação.

Muito obrigado, desejo uma boa semana a todos e devolvo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

Obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Obrigado ao Sr. Bernardo Laferté, Coordenador do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

Não vou fazer grandes comentários, só dizer que a realidade nua e crua é esse caso de ontem ou, se quiserem, o de hoje. Essa é a realidade dos negros e negras no Brasil, dos refugiados e imigrantes.

Com certeza, temos que fazer muito, muito, muito mais, porque senão os casos vão continuar se repetindo, seja em qualquer estado – no meu, por exemplo. Quem não lembra o caso aqui de Porto Alegre, quem não lembra o caso de Pernambuco, quem não lembra os casos da Bahia, quem não lembra os casos de São Paulo?

Vamos em frente. Eu passo a palavra agora à nossa querida Gaelfie Ngouaka, estudante da República do Congo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O tempo é seu.

A SRA. GAELFIE NGOUAKA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos, bom dia a todos. Não sei se vocês estão me ouvindo.

Então, eu sou a Gaelfie Ngouaka, tenho 23 anos, sou estudante na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de Saúde Coletiva, e atualmente sou estagiária na Secretaria de Saúde de Guaíba, uma cidade vizinha de Porto Alegre, na parte da vigilância sanitária.

No momento eu estou representando eu acho que dois grupos: o Bará, que é um núcleo de acolhimento de dissidentes, imigrantes e refugiados da UFRGS; e o grupo de pesquisa Intervires, em que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente trabalha especificamente com uma outra pesquisa que é ligada à saúde mental da mulher imigrante no Brasil.

Primeiro, eu gostaria de dar um minuto de silêncio dado o motivo do Moïse, que é um assunto muito forte.

Então, vamos lá com um minuto.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

A SRA. GAELFIE NGOUAKA (*Por videoconferência.*) – Está bom. Então, eu vou trazer, primeiro, um olhar bem psicológico como estrangeira e imigrante. Infelizmente, ao longo do tempo, percebemos que ainda a saúde mental do imigrante não é muito acessível.

Então, bastantes imigrantes ainda não têm acesso à saúde mental por inúmeras razões, como questões financeiras, porque eles não têm como pagar um psicólogo, e sabemos que um psicólogo é muito caro, um atendimento psicológico é bastante caro e, muitas vezes, não têm como pagar; questões linguísticas entre o profissional e o paciente, porque, muitas vezes, eles não falam português, logo, não vão conseguir discutir entre eles; outra questão é a de não saberem que têm direito a um atendimento psiquiátrico ou psicológico, porque desconhecem totalmente o Sistema Único de Saúde e não sabem talvez que no SUS conseguem chegar e marcar com a saúde mental ou ainda solicitar um atendimento em saúde mental com psicólogo do posto de saúde; e há uma questão bem importante que é a relacionada ao trabalho, que é o trabalho escravo – muitas vezes, os imigrantes negros africanos e haitianos são submetidos a trabalho escravo na maior parte do tempo.

Eu vou focar na questão do trabalho, porque há um dos casos que nos trouxeram aqui, mais uma vez, que é a morte do Moïse. Eu tenho um relato da época ainda em que trabalhava como estagiária na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, na Ouvidoria do SUS, em que recebi uma mulher de nacionalidade venezuelana, e ela me contou uma coisa que me tocou muito que acho importante trazer aqui. Apesar de ela estar trabalhando, na época, com carteira assinada, foi vítima totalmente de um trabalho, vamos dizer, escravo, mesmo tendo a carteira assinada, porque, durante a pandemia, trabalhou ela sozinha, numa padaria – ela sozinha, numa padaria! Uma mulher venezuelana trabalhou sozinha e ficou doente, psicologicamente falando e fisicamente, porque perdeu, inclusive, a possibilidade de poder usar suas mãos, porque não conseguia mais pelo tanto que trabalhou. Os outros que pegavam covid ficavam em casa, e o patrão achou interessante deixá-la largada, lá, sozinha, cuidando de uma padaria.

Ela chegou à ouvidoria chorando, porque, primeiro, não sabia onde ir e, segundo, queria ver realmente a questão das consultas dela, onde que estavam e tal. Aí, eu comecei a orientá-la, e ela me contou toda a história dela. E eu fiquei parada, porque fiquei assim: "Meu Deus, como que eu consigo ajudar essa mulher?". Bom, a minha ajuda foi simplesmente pegar e dizer: "Olha, há um sistema de saúde, ele funciona de tal forma. Que bom que você foi a um posto de saúde, mas aí continua. Você tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazer fisioterapia e, por favor, procure um acompanhamento psicológico, procure um acompanhamento psicológico, e é no posto de saúde!".

Esse é o relato de uma pessoa a que tive acesso pessoalmente, porque a atendi. Existem inúmeros outros e outros casos, infelizmente, de imigrantes que trabalham ainda em situação de trabalho escravo cuja saúde mental é afetada, e é afetada de forma muito forte, porque muitos entram em depressão, outros desenvolvem ansiedade, muitos desenvolvem crises de pânico, não conseguem mais conviver.

E, além disso, temos que nos lembrar também da preocupação dos outros pais que estão do outro lado do mar, porque os pais lá também ficam preocupados. Eles não sabem como está o estado dos filhos deles, eles não sabem como eles conseguem se virar aqui, eles estão sempre, em todo momento, preocupados.

Eu vou lincar isso com a morte do Moïse. A morte do Moïse trouxe para a gente hoje o medo – o medo. E hoje eu, como mulher negra e imigrante, quando vejo um carro da PM, não vou do outro lado mais, eu troco de rua, eu faço a volta, porque eu não sei o que vai passar na cabeça dele. Vai que ele dá um tiro na minha cabeça também do nada! Hoje a gente vive com medo no Brasil.

O medo traz um travamento psicológico, mas também físico, porque hoje por medo eu não vou poder me expressar, hoje por medo eu não vou poder realizar minhas coisas, hoje por medo eu não vou poder viajar no Brasil como eu quero, porque vai que eu pare em São Paulo e mais uma vez me parem: "Por que você está ali? Por que você está assim? Mostre os teus papéis, faça isso, faça aquilo". O medo hoje te trava no local. O medo hoje faz que tu não consigas avançar, porque a sociedade brasileira é racista e está sendo cada vez mais cruel com os africanos e com os imigrantes aqui.

O Moïse foi um caso que foi filmado e foi mostrado, mas quantos foram mortos e não foram filmados? Eu demorei para raciocinar sobre isso. Eu levei tempo para poder falar. Aqui nas minhas redes sociais, eu não conseguia falar a respeito, eu não conseguia me expressar, porque era muito difícil para mim entender aquilo.

Eu saí do meu país para poder estudar e eu me deparo com uma realidade dessa, me deparo com uma realidade tão forte, em que, como imigrante, eu estou sendo ameaçada. E, infelizmente, o Governo brasileiro ainda está fechando os olhos a respeito. Infelizmente, temos um Presidente da República que deveria se pronunciar, que deveria falar a respeito e ficou quieto, não é? Cadê o Governo brasileiro frente ao caso do Moïse? Mas não é só frente ao caso do Moïse, é frente a outros casos que aconteceram com outros imigrantes, com outras mulheres imigrantes que hoje trabalham de forma escrava. A legislação brasileira protege, sim, o trabalhador, mas cadê essa legislação na frente do trabalho imigrante? Onde ela atua? Como ela atua com a população imigrante? Porque a gente ainda não está vendo isso. E são muitos casos, muitos casos e muitos, muitos casos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O acompanhamento psicológico ainda é cada vez mais presente, porque a gente morre de saudade, a gente morre de tudo. A gente está ali, sai na rua e se depara com uma realidade e, psicologicamente, está abalada. A discriminação racial afeta, sim, o psicológico da gente, afeta, sim, a nossa história, afeta, sim, o nosso convívio na sociedade, porque a gente não consegue conviver. Tu sais para trabalhar, tu estás dentro do ônibus, tu estás reprimida. Tu chegas ao trabalho, tu tentas um pouco se sentir feliz, mas tu sais de novo na rua, tu estás de novo reprimida. E, quando tu chegas em casa, tu estás totalmente abalada, porque tu te perguntas: vai que um dia alguém decide do nada me dar um tiro?

Como foi falado pelo Senador Paulo, ele foi confundido com um bandido. Gente, a gente sempre é confundida com bandido! Sempre! Sempre é o bandido ou sempre é... Sempre é o bandido, porque, se fosse um homem negro, de cabelo branco ou azul, será que ele seria confundido com o bandido? Ou, se o Moïse fosse um francês de cabelo loiro, será que pagariam para ele esse valor de dois dias de trabalho?

Então, eu acho muito importante, mais uma vez, que o caso do Moïse seja bem esclarecido frente a toda população imigrante, frente a toda população brasileira e, além disso, que essa família tenha um acompanhamento psicológico bem presente. E que não seja só o caso do Moïse que seja resolvido, mas que seja o caso de outros congoleses que morreram, haitianos que morreram, venezuelanos que morreram, e que as políticas públicas de saúde sejam estabelecidas para a população imigrante, incluindo o haitiano, o venezuelano, o sírio, todos, porque isso falta aqui no Brasil. Eu senti falta disso, eu senti falta de um acompanhamento. Eu senti falta, ao chegar na Polícia Federal, e não vir ninguém me atender em francês, por exemplo; chegar lá e não ter isso. Então, que isso seja estabelecido, sim.

Eu acho que é isso. Eu deixo as minhas palavras aqui.

Obrigada pelo convite. Obrigada pelo local, pelo espaço. E, mais uma vez, seguimos em frente com essa luta diária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, querida Gaelfie Ngouaka, estudante da República do Congo aqui no meu Rio Grande do Sul, da universidade federal. (*Pausa.*)

Que a tua emoção – por isso me segurei um minutinho –, com as lágrimas que daqui eu vi rolando, consiga mexer em grande parte das autoridades do nosso país. Guardem algumas palavras que você usou, que eu vou só repetir aqui: fiscalização para combater o trabalho escravo. Por que reduziram os investimentos? Os auditores-fiscais do trabalho sabem o que eu estou dizendo. Praticamente eliminaram a força dos auditores-fiscais do trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você falou muito a palavra medo. Corretíssimo! É isso mesmo, é medo. Quem não tem medo quando vê que tantos e tantos estão sendo assassinados, roubados, presos, colocados não sei onde? A palavra é medo. Sim, é triste a gente dizer que tem medo de falar, medo de sair. Tem que orientar os filhos a ter medo. Infelizmente, é isso.

Você falou no trabalho. Tem que ter o direito de trabalhar, viver, ter onde morar, poder estudar, fazer deste país a sua pátria também. Por que não? Nós todos, de uma forma ou outra, viemos de outras partes do mundo. A verdadeira tortura que acabam sofrendo e o racismo, não é? Porque, quando se fala na questão do refugiado, do imigrante, se vocês olharem, como você falou, um tratamento é dado para o negro e para o não negro é outro. Você tem colegas que vieram de outros países: vamos ver se eles sofrem aqui no Brasil o mesmo tratamento que é dado aos negros.

Mas vamos em frente. Parabéns, parabéns, parabéns, parabéns! Se eu estivesse ao vivo, eu iria bater palma de pé pela sua fala e a de todos aqueles que foram na mesma linha em que você foi.

Como nossa última painelistas, vamos passar a palavra à nossa querida OAB. Eu sou muito fã da OAB, sempre fui. Eu farei 72 anos agora em março, o que significa que, quando se deu o golpe militar, eu tinha 14 anos. E, com 16 anos, eu já era secretário-geral de movimento sindical – 16 para 17. Eu fui encarregado de levar documentos para o exterior para verem lá o que estava acontecendo aqui e fui preso em São Paulo. Sabem quem me libertou? Dois estudantes, dois advogados, carteirinha da OAB na mão, advogados recém-formados: "Não, vão ter que soltá-lo. Não tem nada a ver". Deixei lá o dossiê, mas o dossiê ficou na cabeça, e eu fui para a Europa falar o que estava acontecendo no Brasil. Então, muito carinho sempre para a OAB.

E, com satisfação, eu passo a palavra ao Dr. Álvaro Quintão, Secretário-Geral da OAB do Rio de Janeiro, a qual vem estudando e acompanhando esse caso e outros, com certeza. O tempo é seu.

O SR. ÁLVARO QUINTÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos, bom dia a todas!

Obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade de poder trazer um pouco de reflexão e um pouco do que vem acontecendo de fato no Rio de Janeiro não apenas no caso do Moíse, mas no de tantos outros.

Além de Secretário-Geral, eu sou o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro. E, através da comissão, a gente vem acompanhando toda essa tragédia que se abateu sobre o nosso Rio de Janeiro.

O caso Moíse – infelizmente, é necessário falar isto – só teve a repercussão e só está tendo o desfecho que todos nós esperamos, com a identificação dos responsáveis – e não apenas daqueles que já estão presos, mas de todos os envolvidos –, depois que a sociedade de fato se mobilizou. O espancamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

físico do Moïse, que o levou à morte, aconteceu no dia 24 à noite. Somente no sábado seguinte, depois de a família e membros da comunidade congolese se manifestarem, organizarem manifestações na praia, ou seja, entre outras palavras, incomodarem os banhistas, é que a polícia de fato passou a se mobilizar. No dia seguinte ao espancamento do Moïse, um familiar do Moïse – esse que estava aqui com a Vereadora Tainá de Paula, o Yannick, não o irmão Djodjo – já tinha visto as imagens na delegacia, já tinha identificado algumas pessoas, e nada foi feito. Somente após a mobilização da sociedade é que, de fato, a investigação, o inquérito passou a ter outro destino.

Na segunda-feira, dia 31, a família nos procurou na Ordem dos Advogados, e, a partir dali, nós começamos a patrocinar, a representar a família não apenas no inquérito, mas em outras instâncias. Fomos à delegacia entender como o inquérito estava sendo conduzido, o que pretendiam conduzir e nos deparamos com o sigilo do inquérito. Nós como advogados, é óbvio, não queremos que o inquérito seja feito em praça pública – não é essa a intenção. Nós achamos que, no inquérito, para ser um bom inquérito, para que tenha uma boa investigação, algum sigilo ou algum rito precisa ser observado, mas nos deparamos com uma situação muito estranha: o delegado só nos atendeu depois que parte do vídeo já havia sido liberada para a imprensa.

Parte do vídeo, editada, já havia sido liberada para a imprensa, pequenas pílulas de vídeo que mostravam, em alguns casos, o Moïse chateado, revoltado, cobrando a remuneração pelo seu trabalho. Essas foram as primeiras imagens a aparecer. Logo em seguida, começaram vazamentos seletivos de peças do inquérito em que tentavam, depois de terem espancado fisicamente o Moïse, espancar sua honra, em que tentavam espancar a sua história.

Quando nós nos insurgimos contra mais essa barbárie, não apenas contra o Moïse, mas contra a sua história, contra a sua família, fomos chamados e fomos "repreendidos" – aspas – pela polícia: por que nós estávamos indignados por não saber o que estava acontecendo, sendo que o inquérito seria sigiloso? Sigiloso para quem? O que é sigiloso?

Nós acabamos de assistir, no Brasil, em anos recentes e agora muito recentemente, a operações midiáticas que levaram o Brasil ao momento que estamos vivendo, que fizeram com que um Presidente... Apesar de todos aqui pedirem para que o Governo se manifeste, eu acho que, se ele ficar calado, ele vai nos ajudar mais, porque, se ele se manifestar agora, nós sabemos qual será a manifestação deste Governo. Então, eu prefiro que ele não se envolva nesse processo. Então, foi isto que aconteceu: operações policiais midiáticas, reputações e histórias sendo espancadas midiaticamente para que se obtivesse uma situação que se desejava. E é isso que está acontecendo especificamente no caso do Moïse.

A Vereadora Tainá nos cumprimentou, mas eu queria estender aqui os cumprimentos da Vereadora a toda a Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio, que está, de forma incansável, trabalhando nesse caso, em especial ao Dr. Rodrigo Mondego, que tem sido incansável nessa atuação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos acompanhado a família, o inquérito e, na semana passada, aqui lembrando as palavras do Procurador Lucas Fernandes, nós acompanhamos a família no depoimento no Ministério Público do Trabalho, que também não está tendo acesso a peças importantes do inquérito que poderiam ajudar na investigação sobre vínculos empregatícios, sobre a situação de trabalho não apenas do Moïse, mas de centenas de trabalhadores que trabalham em situações análogas à escravidão nas praias do Rio de Janeiro. São pessoas que trabalham 14, 15 horas sob o sol carioca, que todos conhecem, sem nenhum tipo de proteção, sem nenhum tipo de vínculo, recebendo uma remuneração proporcional às suas vendas, uma comissão referente às suas vendas. Eles têm que ficar anotando num caderninho o que venderam e o que não venderam; se eles venderem uma caipirinha, vão ganhar 5%; se venderem um salgadinho, vão ganhar 10%; e, se o cliente pagar no cartão de crédito, eles não receberão naquele dia e vão ter que esperar a compensação do cartão para receber. Essa é a situação que estamos vivendo no Rio de Janeiro, e o Ministério Público... E rendo aqui as minhas profundas homenagens à Dra. Guadalupe, que vem fazendo um trabalho fantástico. E existem, sim, outros inquéritos que já vêm analisando e investigando trabalhos nessa situação não apenas na orla do Rio de Janeiro, mas em outros locais.

Senador Paulo Paim, aqui fica um pedido, um pedido de quem está acompanhando de perto esse processo e está vendo uma tentativa clara de matarem a honra, matarem a história do Moïse.

Nós já estivemos ontem na Defensoria Pública. Esta semana, também estaremos reunidos com o Ministério Público, mas é fundamental, primeiro, que a polícia pare de vaziar seletivamente... A polícia diz que não sai do inquérito, que são advogados que vazam, que é isso... Enfim, que se investigue quem está vazando isso! Que liberem efetivamente o vídeo na íntegra, porque as partes dos vídeos a que nós já tivemos acesso mostram que existem outras pessoas envolvidas, outras pessoas assistindo ao espancamento. Alguns saíam do espancamento e ligavam para alguém, não sei quem, para relatar o que estava acontecendo e voltavam. É fundamental que as testemunhas que disseram que a Guarda Municipal, após ser comunicada, entrou no seu carro e foi embora... É fundamental que essas investigações aconteçam.

A Vereadora Tainá levantou uma discussão que é, sim, muito importante: quem são os donos daqueles quiosques? O quiosque onde tudo aconteceu é algo surreal. O dono comprou, mas passou para o nome do sogro; o sogro não vai; quem vai é uma mulher; quem vai... É assim que a coisa funciona nos quiosques do Rio de Janeiro! O quiosque do lado diz que é de um militar, o militar diz que não é dele, mas ele assina documentos com a prefeitura mostrando que ele é o representante do quiosque... E não se sabe quem são os donos efetivos desses quiosques, quem são os donos dessas concessões que estão efetivamente trabalhando.

É fundamental que essas lacunas existentes no inquérito sejam preenchidas! É fundamental que o caso Moïse, por mais triste que ele seja, impeça que outras pessoas passem pelo mesmo que ele passou, porque continuam dezenas de congolese, de imigrantes e, inclusive, de nacionais brasileiros trabalhando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessas condições! É fundamental que esse racismo estrutural tenha um combate efetivo e que o caso do Moïse possa nos mostrar essa realidade que a gente já presencia!

O caso do Moïse, Senador Paim, é apenas mais um. A Comissão de Direitos Humanos, nos últimos três, quatro anos, acumula casos de negros, pobres, moradores da favela mortos ou espancados, ou com um tiro, ou, como foi o caso do Durval esta semana, confundido com um bandido... Por que confundido? Confundido apenas pela sua cor? O que fazia o Durval para ser confundido com um bandido? Era apenas a sua cor ou ele mexia na bolsa para pegar a chave para entrar em casa? Ou um negro não poderia morar naquele condomínio em que o militar da Marinha morava? Quem é um negro para achar que poderia morar naquele condomínio? Por que ele era suspeito? Por que dezenas de negros jovens são presos no Rio de Janeiro por conta de apenas um reconhecimento fotográfico, em que quase 80% da população que é confundida são negros?

Recentemente, nós tivemos um caso que seria cômico se não fosse trágico, em que um ator americano foi incluído, no Ceará, num álbum de fotografia como possível criminoso de um crime que ocorreu no Ceará. Como esses álbuns são formados? Por que nesses álbuns a grande maioria é de negros?

O Senador Humberto Costa mencionou que, na próxima semana, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, junto com a Câmara, estará no Rio de Janeiro. Desde já, eu coloco a Ordem dos Advogados à disposição para o que for preciso. Será um imenso prazer receber ambas as Comissões e ajudar, auxiliar naquilo que for necessário.

É fundamental que essas Comissões, ao virem ao Rio de Janeiro, cobrem também do Ministério Público uma efetiva investigação do cumprimento da ação direta que tramita no STF em que se proíbem determinadas incursões em favelas, operações policiais sem aviso prévio ao Ministério Público, porque pessoas continuam morrendo. Essa ADPF surgiu a partir da morte de um garoto de 14 anos na favela do Salgueiro. Depois da morte do João Pedro, tantas outras vidas foram perdidas na mesma favela do Salgueiro! Tantas outras operações aconteceram! Nós assistimos agora, aqui, no Rio de Janeiro, ao caso recente da Kathlen, que também foi de grande repercussão, e até agora o Ministério Público não se pronunciou. O Ministério Público responsável pela auditoria militar já denunciou, mas denunciou dentro da auditoria militar, com penas específicas, etc. Até agora, o Ministério Público, que é quem acompanha todo o inquérito, não se manifesta; e, quando se manifesta, o faz dizendo que vai pedir novas diligências. No caso da menina Ágatha, que faleceu no Complexo do Alemão há quase quatro anos, só esta semana, se não for adiada mais uma vez, teremos a primeira audiência. Então, Senador, eu peço que as Comissões, quando estiverem no Rio...

Por mais que o caso do Moïse seja impactante, eles foram abraçados pela sociedade. A sociedade vem dando a essa família o conforto que o Estado não deu, que o Estado brasileiro não deu. Nós tivemos infinitas manifestações de apoio à família, mas essa família não pode viver apenas de caridade e de apoio. É necessário um projeto efetivo de acolhimento das pessoas que o Brasil recebe. É necessário que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenhamos um acolhimento profissional, educacional, residencial. O Ministério Público do Trabalho, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho vêm descobrindo a cada dia pessoas que vêm para o nosso país sendo tratadas como escravas – é a escravidão moderna. Então, é fundamental que essas pessoas não se tornem um novo João Pedro, uma nova Ágatha, um novo Durval, uma nova Kathlen, um novo Moïse.

Eu agradeço profundamente a oportunidade.

E a Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro – não apenas a sua Comissão de Direitos Humanos, mas toda a direção da Ordem – está à disposição do Senado e da Câmara para aquilo que for preciso, de todos os nossos colegas aqui de painel e dos que estão nos ouvindo. A Ordem dos Advogados está à disposição de todos.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Dr. Álvaro Quintão, Secretário-Geral da OAB, que fez um relato, aqui, minucioso do que está acontecendo, deixando muito claro que não é só esse caso. Esse é um dos tantos casos que estão sendo debatidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Pernambuco, no Ceará, onde quiserem – onde quiserem –, em Fortaleza... Todos os estados, com certeza, têm problemas dessa ordem com negros, negras, refugiados, migrantes, LGBTQI+ e por aí vai. Então, meus cumprimentos pelo belo trabalho que está fazendo.

O que for solicitado nesta audiência pública será encaminhado pela Secretaria da Comissão – todas as propostas que aqui foram colocadas com muita competência por quem conhece esse mundo.

Eu confesso que eu sou Relator do novo estatuto do mundo do trabalho, e lá nós vamos botar um capítulo específico tanto da questão racial como da questão de refugiados, para que a lei trate disso com profundidade.

Eu já deixo aqui um pedido que quero fazer à Câmara dos Deputados. No tempo de pandemia, nós aprovamos no Senado mais de dez projetos de combate ao racismo e preconceito – mais de dez. Todos vão na linha de proteção para negros e negras e refugiados. A Câmara não aprovou nenhum dos que nós encaminhamos para lá até o momento. Estou fazendo esta fala não com agressão à Câmara, mas com carinho à Câmara dos Deputados; eu sei que foi muito trabalho, tempo de pandemia... Eles vão desde a abordagem policial, por exemplo – todos nós sabemos –, auto de resistência, questão da injúria... Enfim, são projetos que ajudariam muito no dia a dia do nosso povo tão sofrido. Então, fica um apelo aqui à Câmara dos Deputados: vamos fazer uma reunião conjunta, a Câmara e o Senado, vamos ver o que a gente pode aprovar. O que aprovarem lá nós aprovamos aqui, e vice-versa, com a devida adequação que pode uma Casa revisora fazer em relação a outra. Agora, não dá para nós aprovarmos uma lei a cada dez anos que vá na linha do combate ao racismo e ao preconceito. Fica aqui um pedido carinhoso e respeitoso à Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se vocês concordarem, eu daria agora três minutos para as considerações finais de vocês, sabendo que a reunião foi muito, muito produtiva. O secretariado que está acompanhando tomou nota, detalhe por detalhe, e dará os devidos encaminhamentos. E o primeiro será já a reunião que vai acontecer no Rio de Janeiro, onde a Comissão ou as Comissões estarão lá presentes.

Eu começo, para as suas considerações finais de três minutos, com o Lucas Santos Fernandes, Procurador do Trabalho e Coordenador Regional no Rio Grande do Sul da Coordenaria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério Público do Trabalho. A palavra é sua para suas considerações finais. Fique bem à vontade para, inclusive, encaminhar alguma proposta se assim entender. *(Pausa.)*

Tem que abrir o microfone.

O SR. LUCAS SANTOS FERNANDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Vamos lá.

Mais uma vez, eu agradeço as menções ao trabalho do MPT.

Como o Senador Paulo Paim referiu, de fato, a fiscalização do trabalho escravo no Brasil encontra muitas dificuldades. Mesmo assim, nós conseguimos: durante a pandemia – é uma atividade essencial –, mantivemos as operações de fiscalização, aumentamos os números, mas com bastante dificuldade.

E, quanto à questão migratória, realmente, como disse a Vereadora, muitos migrantes chegam com uma alta qualificação, uma alta instrução, e provavelmente – eu não tenho medo de dizer – é a cor da pele deles que barra esse currículo. São pessoas qualificadas, que poderiam agregar de diversas formas e que ficam com empregos que não exigem qualificação.

Na Operação Acolhida – como eu disse, o Rio Grande do Sul é o terceiro estado que mais recebe –, nós observamos que os empregos que são oferecidos são os empregos que os brasileiros não querem mais. O exemplo mais claro são os frigoríficos, que adoecem as pessoas, com um trabalho repetitivo, em condições penosas: frio, pessoas em pé, barulhos. São essas as oportunidades que estão sendo oferecidas na maioria dos casos para os venezuelanos. Então, o Ministério Público do Trabalho tem feito uma articulação com a rede de assistência social não só no monitoramento, mas também no engajamento de novas ações, para que esses migrantes que chegam possam ter o apoio dessas grandes empresas que estão oferecendo empregos não só porque são generosas, mas porque nem os brasileiros querem mais aquele emprego penoso, ações para que seja fornecido um aluguel digno nos primeiros meses, para que haja uma socialização.

Embora estejamos aqui hoje em razão de um caso que foi televisionado – como bem disseram, se não fosse essa repercussão, não teríamos esse olhar, talvez –, os números exigem que a gente observe todos os migrantes, não só os das comunidades africanas e do Haiti, os latinos e venezuelanos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Operação Acolhida, hoje, é conduzida... Como eu falei, o Exército é o intermediador de mão de obra, e essa não é a função do Exército. Eu respeito muito o Exército, mas essa não é a função dele. Então, nós precisamos articular melhor com outros órgãos, com a fiscalização do trabalho. Não adianta nós sermos comunicados depois que a tragédia já aconteceu. Então, nós temos que ter uma atuação mais preventiva. A minha sugestão, como uma proposição final, considerando os números da Operação Acolhida, é o encaminhamento preventivo. Para onde estão sendo direcionadas essas pessoas? Não basta uma vaga sinalizada, se vai de qualquer jeito, e depois se resolve lá no local. Isso não está dando certo. Outras tragédias... Nós vamos ver outras tragédias, talvez algumas televisionadas, outras não.

Eu não tenho dúvida de que o caso que nós estamos vendo hoje é de racismo estrutural. E precisamos evoluir não só na questão do racismo estrutural. Como o Senador Paulo Paim também disse, uma pessoa trans no Brasil vive trinta e poucos anos. Que país é este? Que mito é este de que somos um país de alegria se nós matamos as pessoas trans como nenhum outro país? Que miscigenação é esta que é considerada bonita se uma trabalhadora que aqui nos brindou com o seu relato, a Gaelfie, nos diz que sai para a rua com medo? Então, que país é este?

A minha sugestão é uma maior articulação da Operação Acolhida, uma maior transparência nesses dados, um maior empenho na socialização dos migrantes.

O Ministério Público do Trabalho fica à disposição para prestar maiores informações depois sobre as nossas operações de combate ao trabalho escravo, envolvendo migrantes e outros grupos vulneráveis.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Procurador do Trabalho e Coordenador Regional no Rio Grande do Sul da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo. As suas considerações e solicitações serão encaminhadas devidamente pelas duas Comissões. Sua fala foi muito importante, deu uma grande contribuição. Nós temos que investir muito, muito, muito! Eu gosto muito do trabalho de vocês, como gosto do da Defensoria Pública. Vocês têm um papel fundamental no combate ao racismo e ao preconceito e no combate, é claro, ao trabalho escravo.

Vamos em frente.

Agora eu passo a palavra ao Henrique Salles, consultor legislativo, Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Por favor, Dr. Henrique Salles.

O SR. HENRIQUE SALLES PINTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agradeço, nobre Senador Paulo Paim, pela oportunidade, pelo convite, por nos liderar neste trabalho da Comissão tão importante e tão premente, urgente não só para brasileiros, mas para migrantes, refugiados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indiferentemente da raça, da cor, do credo, eu acho que é um trabalho extremamente importante de conscientização. Agradeço a todos os palestrantes.

Eu acredito que a oportunidade que nós tivemos foi estratégica para pensarmos que muito do que migrantes e refugiados vivem no Brasil – vulnerabilidade, subemprego, trabalho escravo – é, muitas vezes, a necessidade desses refugiados, desses imigrantes ou mesmo nacionais, negros, indígenas, de ter o mínimo social, o mínimo de alimentação de que eles não dispõem. Então, eu acredito, nobre Senador Paulo Paim e demais participantes desta mesa, que, se nós olharmos para a questão da alimentação como uma questão estratégica para viabilizar esses mínimos sociais dessas pessoas, muitas delas nem se submeteriam a essas formas degradantes de trabalho, porque não teriam necessidade para adquirir o mínimo de subsistência.

Essa proposta que nós fazemos de corredor alimentar nesse trabalho é uma proposta que eu acredito que possa ser amadurecida por especialistas. Estamos à disposição para conversar a respeito. Se demandados, podemos participar também, como servidores do Senado Federal, do relatório da Comissão, com algumas propostas estratégicas nesse sentido do corredor, para que de fato a gente atenda esse mínimo social dessas pessoas e, consequentemente, viabilize uma situação de menos vulnerabilidade para elas e de melhor inserção na nossa sociedade.

Aqui fica o nosso agradecimento, fica a nossa satisfação, apesar da tristeza de escutar tanta realidade difícil. Inclusive eu, como negro, também vivo muitas delas, mas nós continuaremos a fazer o que nos é possível e nos colocamos à disposição para avançarmos nessas estratégias tão importantes para os nossos mais vulneráveis.

Senador Paulo Paim, mais uma vez, o nosso muito obrigado.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Dr. Henrique Salles, consultor legislativo, Núcleo de Economia da Consultoria Legislativa do Senado Federal, que tratou deste tema alimentação, que acho que é fundamental mesmo – a fome, a miséria. Agora aí se apresentaram – nem todos receberam – cerca de 100 milhões de pessoas no Brasil que não têm alimentação decente, resumindo. Cerca de 100 milhões! E desses 100 milhões nós sabemos que menos da metade conseguiu uma pequena ajuda, seja num primeiro momento R\$600; seja num outro, R\$300; seja agora, R\$400. O Brasil é o maior exportador de alimentos do mundo, e nós, passando fome aqui! Por isso, parabéns pela sua pesquisa, pelo seu trabalho. Com certeza, vamos trabalhar juntos quando a gente aprofundar mais a renda básica de cidadania – aí eu me lembro do grande Senador e sempre Senador Eduardo Suplicy. A gente há de avançar na linha do que se está propondo aqui: investir no combate à fome e à miséria do nosso povo como uma forma de mostrar que realmente isso, sim, são políticas humanitárias. Um abraço. Meus cumprimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Dr. Bernardo Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que aqui representou o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O SR. BERNARDO LAFERTÉ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Trago breves palavras, para encerrar, no espírito de que o Ministério da Justiça sempre defende a igualdade de direitos, a igualdade de condições.

Muitas vezes, a gente tem o questionamento: "um imigrante, um refugiado vem aqui; vem tomar o emprego de um brasileiro". Na nossa visão, isso está longe de ser verdade. Um imigrante, um refugiado vem contribuir para a nossa sociedade, assim como muitos de nós, independentemente da origem, tiveram ascendentes migrantes, que vieram e transformaram nossa sociedade. Sempre reitero as comunidades, enfim, às vezes mais famosas, às vezes mais numerosas: tivemos no Rio Grande do Sul muitos alemães e italianos; tivemos os libaneses espalhados no território inteiro. Isso foi para citar aqui três pequenos exemplos. Eu não quero ser injusto com outras ondas migratórias, mas o Brasil é rico em ondas migratórias. Do jeito com que no nosso passado vieram várias e contribuíram e ajudaram a construir nossa sociedade, na última década também. O perfil mudou, mas nem por isso os imigrantes e refugiados deixaram de construir e colaborar conosco. Voltando para o exemplo do emprego, é fácil a gente ver, perceber em São Paulo muitas vezes algum imigrante – acaba sendo visível – no ramo alimentício, em que ele não só traz uma culinária nova como ele contrata brasileiros. E, assim, faz nossa economia girar.

A nossa defesa é pela igualdade de direitos, igualdade de condições, entendendo que há uma troca muito salutar para a nossa sociedade e para eles, em todos os aspectos do indivíduo: cultural, gastronômico, sociológico, musical, na forma de pensar e de produzir no trabalho. Enfim, é rico, é riqueza para todo mundo. Então, esta é a nossa forma de pensar e a nossa forma de defender: sempre igualdade de posições entre brasileiros e não brasileiros para todos os aspectos da vida de um indivíduo.

Encerro por aqui.

E, mais uma vez, desejo bom trabalho a todos nesta semana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Meus cumprimentos ao Dr. Bernardo Laferté, Coordenador-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que, dentro do seu ponto de vista, colocou aqui o que pensa como representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Vamos de imediato, agora, ao Dr. Álvaro Quintão, Secretário-Geral da OAB do Rio de Janeiro, para suas considerações finais – estamos dando três minutos para cada um.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ÁLVARO QUINTÃO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Em breves palavras, eu queria mais uma vez agradecer o convite e parabenizar a Comissão de Direitos Humanos do Senado na pessoa do Senador Paulo Paim e do Senador Humberto Costa por esta oportunidade de a gente levar um pouquinho mais de luz ao problema que a gente vive, um problema que é estrutural.

Apesar das dezenas, centenas de projetos de lei, etc., que existem, de alguma maneira, de combate ao racismo, de acolhimento de imigrantes, de refugiados, nós precisamos ainda trabalhar muito para que isso se torne efetivo. Nós precisamos tirar todos esses projetos, esses belos projetos e torná-los efetivos.

Reitero aqui que estamos à disposição no Rio de Janeiro.

Cumprimentando aqui também todos os nossos colegas deste painel, eu me despeço e mais uma vez parabenizo o Senado pelo belo trabalho que tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Dr. Álvaro Quintão. Meus parabéns pelo seu trabalho e parabéns também à nossa OAB – OAB, eu diria, não só do Rio de Janeiro; quero cumprimentar a OAB em todo o país.

Eu me lembro de que um ex-Presidente da OAB – acho que foi o que foi antes deste que é agora... Quando eu era metalúrgico e ainda sindicalista, fui convidado pelos formandos da OAB – um peão metalúrgico – para ser paraninfo, e ele me disse: "Eu estava lá. Eu era um menino ainda. Eu ouvi aquela tua fala, Paim". Então, eu me lembro disso com alegria. Minhas lembranças da OAB sempre são as melhores, de todo papel da OAB ao longo da nossa história.

Eu passo a palavra agora à nossa querida Vereadora... (*Pausa.*)

Já não está mais – teve outro compromisso – a Vereadora Tainá de Paula, que esteve conosco e fez uma bela fala aqui, muito firme e muito corajosa.

Eu passo a palavra agora à estudante da República do Congo, lá no meu Rio Grande, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Gaelfie Ngouaka. O tempo é seu.

A SRA. GAELFIE NGOUAKA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Nas minhas considerações finais, eu acho que eu vou mais uma vez insistir no encaminhamento psicológico dos novos imigrantes que acabam chegando aqui, principalmente onde eles são recebidos, para que tenham sempre uma assistente social, um psicólogo, alguém para poder apoiá-los nesse lado psicológico, apesar de o Brasil ofertar a parte de um trabalho. Então, é uma falha ainda muito presente que a gente acaba percebendo ao longo do tempo. Como também – eu gosto destas palavras – políticas públicas adequadas realmente à população imigrante... Quando falo de políticas públicas, são políticas públicas de saúde, políticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas de trabalho, políticas públicas culturais, todas as políticas públicas realmente que atendam a população imigrante, não só a população imigrante negra, mas a população imigrante branca também, que acaba chegando aqui ao Brasil.

E, mais uma vez, eu digo obrigada a todos pelo convite, pelo espaço e pelo momento da fala.

Eu acho que vou ter que sair também, porque eu tenho estágio para ir depois. Então, tchau e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Muito bem, querida Gaelfie Ngouaka. Você foi a última a falar. Estamos encerrando neste momento.

Eu só queria agradecer a todos, todos que estiveram aqui. Agradeço ao Dr. Lucas Santos Fernandes, ao Dr. Henrique Salles, ao Dr. Bernardo Laferté, ao Dr. Álvaro Quintão, à Vereadora Tainá de Paula, a você, Gaelfie Ngouaka, pela brilhante exposição que aqui fez, como todos fizeram, e também ao Dr. José Carlos Dias, que é Presidente da Comissão Arns de Direitos Humanos.

Eu só encerro dizendo para vocês que foram muitas as perguntas – vieram para mim as perguntas aqui. Se eu fosse fazer todas as perguntas, questionamentos e encaminhamentos que aqui chegaram para mim, nós íamos ter que passar a tarde aqui. E nós temos que... A intenção é encerrar agora ao meio-dia, porque 2h nós temos já a sessão do Congresso em que vamos discutir muitos vetos.

Inclusive, vamos discutir o veto que foi apostado pelo Presidente da República em relação às vacinas, à quebra da patente das vacinas. É um projeto de minha autoria, aprovado nas duas Casas, que tem o apoio de grande parte do mundo, da Organização Mundial da Saúde, da Organização Mundial do Comércio, de ex-Presidente da República, daquela comissão muito importante que é o Mais Médicos, enfim... E nós vamos tratar desse veto hoje à tarde, como vamos tratar de outros vetos, como o da pobreza menstrual, cuja importância vocês sabem muito bem, como também o do lúpus e tantos outros que vão ser debatidos agora à tarde. E teremos reuniões preparatórias logo que sairmos daqui.

Faço já um apelo a todos os Senadores e Deputados neste momento, quando eu agradeço também à TV Senado, aos funcionários todos aqui do Congresso Nacional que trabalharam pela articulação deste momento por esta audiência pública de uma enorme audiência, com cobertura direta pela TV Senado/Agência Senado, no sentido de que a gente possa apreciar os vetos. Eu dou um destaque especial ao da vacina. Nós estamos vendo o número de crianças que estão morrendo agora.

Olhem, quando eu falo aqui e dou alguns exemplos próprios, não pensem que eu dou porque quero eu falar de mim. Tenho uma netinha com um ano e meio – um ano e meio – que está num momento muito difícil, tendo uma pequena melhora agora. Claro que a vacina é acima de cinco anos, mas vejam, se a gente puder vacinar acima de cinco anos, por que não vacinar em massa? Na minha família, já uns dez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegaram – falando de sobrinhos, irmãos, uns dez pegaram. E quais tiveram mais problema? É só ver nos hospitais: aqueles que não vacinaram. Pelo menos todos tinham sido vacinados, tiveram menos problema. Claro que essa menina de um ano e meio não podia ter sido vacinada, mas o casal pegou. O pai e a mãe dela pegaram, mas tinham sido vacinados.

Faço um apelo: vacina, vacina para todos. Vamos derrubar esse veto hoje à tarde, para assegurar que o Brasil fique na linha de frente em relação ao mundo na linha da produção de vacinas aqui dentro. Com essa aprovação desse projeto, derrubando o veto, nós poderemos produzir vacina aqui e, inclusive, mandar para os nossos irmãos dos países mais pobres do mundo todo, sejam quais forem. Então, vamos trabalhar nesse sentido.

Dizendo obrigado a todos, a todas, aos funcionários da Casa, das Comissões, todos que trabalham junto com a gente para este momento, ao Senador Humberto Costa, ao Senador Contarato, que é o Vice, à Deputada Bruna Furlan, que é Vice da outra Comissão, ao próprio Relator, quero só dizer que vamos continuar cada vez mais com este trabalho.

Termino só com uma frase da escritora e ativista Conceição Evaristo. Escreveu ela um dia, e esta frase girou o mundo: "A noite não adormece em nossos olhos enquanto o racismo não morre".

De Martin Luther King, para concluir, eu gosto muito do discurso, na caminhada sobre Washington, "Eu tenho um sonho", em que ele disse: "O meu sonho é ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele".

Aqui eu termino.

Axé à humanidade! Liberdade, igualdade, justiça para todos nós! Vida longa a todos aqueles que têm compromisso com as políticas humanitárias.

Moïse: o seu exemplo está sendo da sua história, da sua vida bonita, debatida e contada em todo o mundo, e a forma como você foi assassinado.

Muito obrigado a todos.

Axé! Um abraço a vocês todos. Vocês merecem.

Encerramos aqui.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e dois minutos do dia dezesseis de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Simone Tebet, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Zenaide Maia, Randolfe Rodrigues, Leila Barros e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores não membros Alessandro Vieira e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Renan Calheiros, Irajá, Omar Aziz, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 3/2022 - CDH, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Finalidade: Convite ao Diretor-Presidente da ANVISA, Antonio Barra Torres, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da Covid 19. Participantes: Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; e Senador Randolfe Rodrigues, Senador da República. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2022 que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Barreiros, Pernambuco, com o objetivo de acompanhar as investigações do assassinato da criança Jonatas de Oliveira dos Santos, morta a tiros quando sua casa foi invadida no Engenho Rencadorzinho." Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE). Resultado: Aprovado. Às quinze horas e vinte e nove minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência ao Senador Fabiano Contarato. Às quinze horas e trinta e dois minutos o Senador Fabiano Contarato devolve a presidência ao Senador Humberto Costa. Fazem uso da palavra os Senadores Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Eduardo Girão e as Senadoras Zenaide Maia, Simone Tebet e Soraya Thronicke. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/16>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 3, de 2022, CDH, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que convida o Diretor-Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, a comparecer a esta Comissão a fim de prestar informações sobre a Nota Técnica nº 2, de 2022, da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, ante sua patente inobservância de normas e critérios científicos e técnicos e dos princípios constitucionais da precaução e da prevenção, especialmente no combate à pandemia da covid-19.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800.0612211. Repetindo: 0800.0612211. Eu queria, dando início aqui à nossa audiência, convidar o Dr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Agradecemos a S. Sa. a presença aqui na nossa audiência pública, a presteza com que nos respondeu a esse convite. Portanto, para nós é um motivo de muita satisfação tê-lo aqui. *(Pausa.)*

Bem, então nós vamos começar a nossa audiência pública. Quero informar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que participam da audiência pública que poderão, no caso de o estarem fazendo por via remota, fazer sua inscrição para a utilização da palavra, assim como aqueles que se fizerem presentes. E eu acredito que daqui a pouco alguns chegarão, mas os que não vierem certamente irão acompanhar e se manifestar remotamente.

Eu queria, inicialmente, dar a palavra ao Presidente da Anvisa, o Dr. Antonio Barra Torres, para que ele possa, num espaço de tempo aí de 20 minutos, aproximadamente, poder fazer para nós uma explanação, ele que tem pleno conhecimento da motivação para esse convite. Portanto, eu peço a V. Sa. que possa fazer o uso da palavra.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Eminentíssimo Senador Humberto Costa, Sr. Presidente; eminentíssimas Senadoras e Senadores que nos acompanham nesta tarde de hoje nesta sessão; senhoras e senhores que também estão nos acompanhando por demais canais de comunicação, a minha palavra de agradecimento a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo convite efetuado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minhas primeiras palavras são de cumprimento à classe profissional que hoje tem seu dia, o Dia Nacional do Repórter, uma classe de profissionais que, até por uma questão do que se alinhou no dia de hoje, de estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos, traz-me à memória o direito humano ao trabalho e, no caso da classe dos repórteres, esse direito tão ameaçado por *fake news*, as notícias falsas, que geram aos profissionais da imprensa e da comunicação um trabalho desnecessário, um retrabalho, como também geram para nós, da comunidade dos reguladores. Mas, pelo dia dos senhores, então, meu cumprimento.

Não posso ir muito além no júbilo, na alegria, por conta das recentes notícias do meu estado, o Estado do Rio de Janeiro, onde, na região serrana, a cidade imperial de Petrópolis foi duramente atingida, com número de vítimas em crescente, fruto dos problemas inerentes às fortes chuvas que acometem várias áreas do território nacional, neste momento especificamente o nosso querido Estado do Rio de Janeiro. Deixo minha solidariedade para com as vítimas, famílias e também com os profissionais de todas as áreas que acorreram em socorro daquela localidade. Da mesma maneira, o meu respeito e a minha solidariedade às mais de 630 mil famílias enlutadas pela covid-19 e a um número também não computado de pessoas que foram acometidas pela doença e que sofrem até hoje com as sequelas de médio e longo prazo, algumas dessas neste momento ainda impossíveis de serem aferidas e mensuradas pela ciência.

É triste ver que, em meio a esse cenário de dificuldades e incertezas, tantas vozes ainda se levantem dizendo que a pandemia acabou. Então, de plano, Sr. Presidente, primeiramente digo que a pandemia não acabou, e isso se dará por bem demonstrado na oportunidade que hoje o Senado Federal me concede de trazer alguns esclarecimentos.

No ponto focal do convite que foi firmado por esta Casa de legítimos representantes do povo brasileiro à Agência Nacional de Vigilância Sanitária está a citada nota técnica que V. Exa. pontua, a nota técnica emitida pelo Ministério da Saúde. Essa mesma nota não contou com a participação, com a colaboração de nenhum integrante da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, na sua preparação, na sua confecção e, inclusive, nas versões que ela veiculou – houve uma primeira versão, depois uma segunda e, por fim, uma terceira. Então, não há ali a participação da Anvisa. Portanto, dá-se por prejudicado elencar que motivos nortearam a construção da nota, como ela foi construída, que motivos nortearam a colocação de informações acerca de medicamentos e também de imunobiológicos, especificamente vacinas – vamos falar de uma maneira mais clara: vacinas. E, de toda sorte também, as correções que foram efetuadas na sequência também não contaram com a participação da agência.

Entretanto, na primeira versão da nota em tela, houve a publicação de uma tabela, e eu peço aqui à Dra. Samia, da minha assessoria; ela vai separar – e, nessa tabela, determinados pontos foram colocados alusivos a medicamentos e também às próprias vacinas. O medicamento que se encontra pontuado na nota, a hidroxicloroquina, possui uma coluna dizendo – possuía, correção –, na versão número um da citada nota, quanto a haver a demonstração de efetividade em estudos controlados e randomizados para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

covid-19, com que absolutamente a Anvisa não concorda. Na mesma coluna, quanto a existir a demonstração de efetividade em estudos controlados e randomizados, há uma afirmação de que não há para vacinas, com que a Anvisa também não concorda. Na sequência, quanto à hidroxicloroquina, numa outra coluna, está escrito que há demonstração de segurança em estudos experimentais e observacionais adequados para tal propósito e novamente pontua que existem esses estudos para hidroxicloroquina e não para vacinas. Quanto às demais colunas, consideramos não haver uma necessidade de melhor tratamento a respeito delas.

A primeira manifestação pública da Anvisa quanto a esta nota se deu pela voz da Diretora Meiruze Sousa Freitas, que é a Diretora titular da Segunda Diretoria, que tem, em seu organograma, a Gerência-Geral de Medicamentos, que é a responsável pela análise tanto de medicamentos quanto de vacinas. Eu gostaria desde já, Sr. Presidente, de agradecer à Diretoria Colegiada da Anvisa, que, neste momento, encontra-se certamente nos acompanhando nas instalações da Anvisa, através da TV Senado e através dos *links* que foram disponibilizados. Agradeço à Dra. Meiruze Sousa Freitas, à Dra. Cristiane Rose Jourdan Gomes, ao Diretor Alex Machado Campos e ao Diretor Rômison Rodrigues Mota, que estão todos conosco virtualmente. Voltando, a manifestação da Anvisa se deu pela voz da Diretora Meiruze em imprensa de grande circulação no país, em que prontamente ela pontuou que, à luz dos conhecimentos da Anvisa, essas informações não se sustentam.

Eu vou, de maneira resumida, Sr. Presidente – sem prejuízo, é claro, de perguntas outras que surjam no decorrer da nossa permanência aqui no Senado Federal –, lembrar um princípio básico da atividade empresarial: empresas visam lucro. E é lícito que seja assim, porque, através desse mesmo lucro, dessa lucratividade, as empresas dão emprego, dão trabalho, dão desenvolvimento, dão sustentabilidade às sociedades em que elas se inserem. Portanto, a assertiva de que empresa visam lucro não traz nada intrinsecamente de mau, muito pelo contrário.

E vejam, Senador Humberto Costa, Senador Randolfe, que, até a presente data, nenhuma empresa de farmácia, nenhum laboratório que detém registro desses medicamentos – quais sejam, a hidroxicloroquina, que é a que se dá pontuada na nota, e outras, como ivermectina, nitazoxanida e outras –, nenhuma delas solicitou à Anvisa alteração de bula para inclusão do uso na covid-19. Obviamente, tivessem esses detentores de registro os dossiês científicos comprobatórios de qualidade, segurança e eficácia desses medicamentos na covid-19, por certo, fariam o pedido de alteração, porque teriam a possibilidade de que medicamentos já existentes no Brasil, já detentores de registro para outras indicações terapêuticas tivessem a extensão para uma pandemia, algo que está acometendo a totalidade do planeta Terra. Entretanto, esses laboratórios, até o presente momento, não deram entrada em nenhum dossiê científico que permitisse uma inclusão em bula da aplicação dessas medicações, diferentemente dos imunobiológicos, das vacinas; dessas, sim, os desenvolvedores apresentaram seus dossiês no Brasil e no mundo e, no presente momento, Sr. Presidente, ultrapassam o número de 10 bilhões de doses aplicadas no planeta, somando, evidentemente, primeira dose e outras doses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são situações que não se misturam, são situações totalmente diferentes. E não é possível sustentar que esses mesmos laboratórios, que são fabricantes de medicamentos que certamente teriam uma possibilidade de ampliação do seu faturamento de maneira colossal, não o tenham feito a não ser por um motivo: não têm a sustentação científica necessária para pleitear essa inclusão de nova indicação em bula. Esse é motivo, que é simples, é básico, mas é fundamental.

O que observamos na nota – e aí me coloco aqui numa perigosa seara de emitir uma opinião sobre documento que não é da minha lavra nem de lavra de ninguém da Anvisa, mas não me furto a emitir esse entendimento que tenho –: a prática dita *off label*, fora da bula, existe desde os primórdios da Medicina. Se formos olhar a linha do tempo da Medicina, o advento bula talvez apareça nos últimos segundos de uma linha do tempo que vem de milênios. É assim. Pois bem, a prática *off label* é muito antiga. Entretanto, a prática *off label* prevê a particularização do caso, a decisão médica em função daquele paciente, daquele indivíduo – daquele indivíduo! Ela existe, ela é antiga. Mas causa – talvez à minha pessoa, falo por mim – uma certa preocupação, uma certa perplexidade que isso possa ganhar uma conotação de uma política pública que, portanto, é abrangente. Não consigo vislumbrar uma razoabilidade nisso, caso tenha sido correto o meu entendimento em determinado ponto da nota.

Eu gostaria, para encerrar estas palavras iniciais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de dizer que, em 24 de janeiro de 2022, no corrente ano, a Sociedade Brasileira de Imunologia se manifestou contrária à nota publicada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde. Portanto, a autoridade máxima de classe dos imunologistas emitiu seu parecer contrário.

Em 27 de janeiro de 2020, o Conass e o Conasems também se manifestaram publicamente em discordância do teor da nota.

Alguns documentos que trouxe aqui e farei chegar às mãos do Sr. Presidente, caso ele julgue adequado e útil aos esforços desta Comissão.

Tenho acompanhado as notícias que dão conta de que há um recurso impetrado junto ao Sr. Secretário. Também, ao que sei pela imprensa, esse recurso já teria sido rechaçado e, portanto, teria subido à instância máxima, no caso, o próprio Ministro de Estado da Saúde, que, até onde sei, ainda não tem um parecer definitivo quanto ao recurso impetrado em relação à nota que é foco deste convite que ora atendo aqui no Senado.

Eu creio que em linhas gerais, Sr. Presidente, seria isso. Eu me coloco à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, o Sr. Presidente da Anvisa utilizou menos de 14 minutos do seu tempo e poderá, durante as perguntas que lhe forem efetivadas, feitas, discorrer sobre outros temas que sejam importantes no seu ponto de vista.

Eu queria, primeiramente, dar um rápido informe aqui aos integrantes da Comissão e a quem está acompanhando com relação à diligência que fizemos nesta segunda-feira, no Estado do Rio de Janeiro, que disse respeito àquele bárbaro assassinato de um imigrante congolês, o Sr. Moïse Kabagambe. Desta Comissão fomos o Senador Fabiano Contarato e eu. Lá tivemos várias reuniões importantes, de alto nível, estivemos com a família e com a OAB. Pela manhã, a família manifestou algumas preocupações com possíveis alterações feitas ao longo do inquérito. O próprio advogado queixou-se que não estava tendo acesso a questões que seriam importantíssimas para o acompanhamento do processo.

Depois, fomos à Prefeitura do Rio de Janeiro, que se comprometeu a encontrar uma saída de apoio econômico para a família de Moïse. Em seguida, tivemos uma audiência com o Governador do Estado, em que nós fizemos uma cobrança muito firme quanto às preocupações relativas ao inquérito, o fato de informações não estarem sendo, de alguma forma, dadas à família, ao advogado contratado pela família – ele trabalha *pro bono*.

O Governador nos garantiu que, dentro da lei, haveria total transparência nesse processo, disse que iria abordar as equipes que estão fazendo a investigação, o Secretário da Polícia Civil, em especial, para que isso fosse colocado como algo importantíssimo.

Depois, há a questão relativa à segurança da família – nós pedimos que fosse garantida, porque ameaças indiretas acontecem, enfim – e também ao apoio material.

Por último, tivemos uma reunião com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em que muitas dessas coisas foram esclarecidas: o sigilo era necessário para a investigação; era fato que o vídeo divulgado era muito mais longo, mas, até pela estratégia da investigação, ele foi exibido para um dos irmãos do Moïse que funcionou como testemunha também, até para reconhecer as pessoas que ali estavam; assim que o inquérito fosse concluído, todo esse material ficaria à disposição de todos aqueles que, tendo parte no caso, se interessassem por fazê-lo. Também nos deram a garantia de que, provavelmente, haveria um segundo inquérito. O primeiro, que incrimina os três autores materiais, estaria prestes a ficar pronto, mas haveria um novo inquérito para apurar omissões, ações, o papel de pessoas que por ali passaram, a omissão da Guarda Municipal, a omissão de dois policiais militares também.

Desse modo, a avaliação que nós fizemos ao final foi a de que visita foi muito produtiva. Ficamos em contato direto com todas essas autoridades e vamos dar seguimento a essa questão.

Mas, voltando aqui para a nossa audiência de hoje, eu quero agradecer a exposição do Dr. Antonio Barra Torres. Quero dizer que o nosso Regimento define que as questões a serem apresentadas ao Dr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Barras Torres sejam formuladas pelos Senadores a partir de um tempo de cinco minutos para a questão e de mais cinco minutos para as respostas, com possibilidade de réplica e tréplica.

Há uma demanda do Senador Randolfe Rodrigues no sentido de apresentar aqui alguns vídeos. Não sei se o Senador prefere fazê-lo antes de a gente começar as perguntas.

Ou, na hora em que V. Exa. queira fazer as perguntas, aí poderemos também passar os vídeos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, é no contexto das perguntas. É no contexto das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, no momento em que nós chamarmos V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... V. Exa. exhibe os filmes e depois faz as perguntas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente! Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... dentro desse prazo, obviamente com a devida tolerância necessária, mas para que todos possamos então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. poderia só declinar quantos inscritos nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Já está com a relação da inscrição? (*Pausa.*)

Por enquanto, é só V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Enquanto não há inscrição, então a gente vai poder avançar um pouco, além dos cinco.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim.

Eu também queria apresentar aqui algumas questões, mas eu me inscrevo para fazê-lo depois de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente tem precedência aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, se V. Exa. quiser iniciar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... aqui vamos fazer um trabalho em conjunto. Vamos lá!

É possível fazer a exibição dos vídeos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria então, Presidente... Eu imagino que eu já inicio, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vai passar primeiro os vídeos e depois vai...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou... Os vídeos vão ser no contexto das perguntas ao Dr. Barra Torres. Vou tentar...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Casar as duas coisas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – ... não me estender tanto no tempo.

Eu queria então inicialmente, Presidente, cumprimentar o Dr. Barra Torres, na sua pessoa cumprimentar todos os técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Ao mesmo tempo, Presidente Humberto, Sr. Vice-Presidente, Senador Fabiano Contarato, em meu nome e acho que em nome de todos os membros desta Comissão, eu diria mais, e membros deste Senado Federal, apresentar nossa total solidariedade ao senhor e a todos os técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, porque eu imagino, ao longo desses dois meses, pelo que têm passado e as pressões que têm recebido.

E é justamente sobre isso que eu queria iniciar os meus questionamentos a V. Exa.

A Anvisa aprovou a autorização para a vacinação das crianças no dia 16 de dezembro. Na data seguinte, Presidente Humberto e Senador Fabiano, o Senhor Presidente Jair Bolsonaro, naquela sua *live*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rotineira, pronunciou o seguinte, na sua *live* de quinta-feira, em relação à decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Ana Cristina, coloca aí o vídeo nº 1. (*Pausa.*)

Problemas técnicos aí com o vídeo nº 1. (*Pausa.*)

Bom, na dificuldade aí, eu vou passar então aqui o que foi dito pelo Presidente Jair Bolsonaro então na sua *live*, no dia seguinte à autorização da Anvisa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, só repetindo, desde o início.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Presidente da República, então, um dia após...

Ah, temos imagens agora. Então, vamos lá, pela terceira vez. Nunca é demais. Vamos lá!

Peço a condescendência com o meu tempo, Presidente.

Vamos lá! (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, eu acho que realmente está...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está difícil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estão uns 7 a 1, eu acho, aí com a equipe técnica. Está um gol da Alemanha atrás de outro gol da Alemanha. Estamos tendo dificuldades com a equipe técnica para tocar, mas eu acho que o senhor já ouviu e é de conhecimento público essa declaração do Senhor Presidente da República no dia 17 de dezembro.

Diz o Senhor Presidente da República, então, literalmente o seguinte: "A Anvisa não está subordinada a mim, [...] [mas] eu pedi [...] [para informar] o nome [...] [dos técnicos que autorizaram] a vacina para crianças [...] [para que cada um possa fazer] o seu juízo [de valor]".

Eu pergunto: Dr. Barra Torres, o que se procedeu na sequência a isso, no ambiente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e o que ocorreu sobretudo em relação aos técnicos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só corroborar a informação: após esse áudio, essa manifestação do Senhor Presidente da República, as redes bolsonaristas e alguns apoiadores do Presidente passaram a divulgar, inclusive, o nome dos técnicos que autorizaram. E, ao que nos chegou, passou a haver uma série de ameaças aos técnicos da Anvisa.

Eu queria que o senhor declinasse, após essa *live* do Presidente, após esses acontecimentos e após os ataques que os senhores devem ter recebido, como passou a ser o dia a dia dos técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – quero aqui destacar, técnicos concursados para esse fim, o que há de melhor na ciência brasileira. Então, qual foi o dia a dia que eles passaram a viver na sequência a isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só uma pergunta, Senador Randolfe: V. Exa. deseja fazer todas as perguntas já de uma vez ou...?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Como o senhor e o Presidente Barra Torres preferirem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos dar a palavra a ele.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Senador Randolfe, antecede a essa data duas ameaças.

Todas essas colocações que farei estão registradas em documentos, que desde já deixo à disposição da Comissão, em que há o registro marcado de dias e números, enfim.

Antes desse dia, haviam chegado à agência duas ameaças, uma delas de fonte inclusive identificada no próprio *e-mail*. O ameaçador não teve pruridos de se identificar e emitiu um *e-mail* em que disse categoricamente que quem mexer com o filho dele será morto, alguma coisa assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Isso foi quando?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Isso antecede; antecede em duas semanas ou mais um pouquinho.

E, logo depois, no dia seguinte, veio uma outra ameaça por dois *e-mails*. Esse ameaçador não se identificou.

Disso tudo foi dado conhecimento, imediatamente, à Polícia Federal e a outros órgãos que também encontram-se aqui listados no sentido de que consideramos grave e que certamente isso careceria de uma apuração. E assim fizemos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando chegamos à data da aprovação das vacinas, eu inclusive tive o cuidado de, na véspera ou antevéspera da data de aprovação das vacinas, solicitar uma audiência – e fui atendido – ao Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal, em que pontuei e disse: "Olha, está para acontecer amanhã ou em dois dias a reunião que provavelmente poderá ser foco de ações criminosas". Porque nós já havíamos, recapitulando, recebido essas duas ameaças iniciais. E tivemos a reunião, a reunião aconteceu. Conforme é do domínio público, as vacinas foram aprovadas.

Quando vem a frase que foi exibida aqui, a fala do Senhor Presidente, é importante pontuar que não há nada a ser escondido e nem está escondido. Qualquer um nesta sala que acessar o sistema Sigepe, de controle de pessoal dos servidores públicos federais, consegue visualizar quem trabalha em qual órgão, especificamente em que setor de cada órgão. Portanto, primeiramente, não há nenhum nome a ser ocultado ou protegido. Esses nomes estão no domínio público. E é claro que qualquer autoridade pública tem a possibilidade de solicitar uma lista de nomes. Eu não vejo nenhum problema em relação a isso.

A frase do Senhor Presidente, retirada do contexto, retirada da entonação que ele deu, seria até uma frase de um gestor que deseja conhecer: "Eu quero saber quem são as pessoas". Entretanto, me parece muito claro qual foi o sentido que o Senhor Presidente quis dar, como que o ofício do servidor concursado da agência tivesse provocado uma contrariedade, tivesse provocado algo nocivo no entendimento das pessoas e, portanto, seria justo revelar que pessoas teriam sido essas que provocaram esse ato nocivo. Parece-me que é o entendimento que se tem quando se vê, quando se ouve a fala da *live* do Senhor Presidente.

Nas 48 horas após essa *live* que ocorre no dia da aprovação das vacinas, o número de ameaças por correio eletrônico, por *e-mail*, e de *e-mails* também intimidadores e com termos agressivos ultrapassou 124, para ser preciso, em até 48 horas, ou seja, saltamos de 3, antes da reunião de aprovação, para 124. E esse número veio num decrescente, e permanece até a data de hoje perfazendo até o presente momento um número aproximado de... Aproximado, não. Um número, até 14 de fevereiro, de 458 ameaças ou críticas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Quatrocentos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Quatrocentas e cinquenta e oito comunicações eletrônicas veiculando ameaças e críticas de baixo calão, intimidação e coisas desse tipo.

Esses *e-mails* têm sido enviados periodicamente tanto para a Polícia Federal quanto para o Supremo Tribunal Federal, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, Procuradoria-Geral da República, Procuradoria-Geral da República no Distrito Federal, Ministério da Justiça. Esses são os órgãos que têm recebido essas comunicações eletrônicas à medida que nós vamos tendo acesso a elas. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos, claro, o retorno de alguns desses órgãos a que nós endereçamos essas ameaças. Então, esse é o fato.

V. Exa. perguntou quanto ao impacto nos servidores concursados. Os servidores concursados da agência perfazem hoje aproximadamente o número de 1,6 mil de uma agência que já teve, em épocas mais bem providas de pessoal, mais de 3 mil servidores. São 1,6 mil, dos quais 600 encontram-se em abono de permanência, que podem ir embora hoje, se desejarem, porque têm o tempo cruzado, mas não vão embora porque estão se dedicando ao combate à pandemia, principalmente, entre as outras missões, que perfazem aproximadamente 22,8% do Produto Interno Bruto que é regulado pela agência – quase um quarto do que o Brasil produz é regulado pela Anvisa. Pois bem, esses servidores se sentiram profundamente impactados, como se sentem hoje, por conta das ameaças que recebem. E eu estou computando aqui aquelas que chegam à Anvisa, ao prédio sede. Não estão computadas aqui aquelas que os servidores recebem em suas redes sociais pessoais. Temos conta disso, conversamos com os servidores, que nos dão conta: "Olha, passei a ser agredido, passei a ser perseguido em determinado canal".

É importante também, Senador, deixar muito bem pontuado, porque, obviamente, fica nítido que o exercício da função regulatória da agência hoje, em determinadas frentes, torna-se um problema, torna-se um incômodo, dizer que não é do entendimento da Diretoria Colegiada da Anvisa o estabelecimento comprovado de nexos causal entre a fala do Senhor Presidente e as ameaças recebidas. Em absoluto não é nossa missão nem tampouco podemos fazer isso.

Agora, organismos como a Polícia Federal e o egrégio Supremo Tribunal Federal têm instrumentos de apuração em andamento nesse sentido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entretanto, ocorreu um aumento dessas ameaças após a fala do Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, coincide a fala do Senhor Presidente com o mesmo dia de aprovação das vacinas para crianças. A aprovação ocorre no período da manhã, início da tarde, a fala ocorre no final do dia. Então esse é o dia marcante com dois eventos. Depois desse dia, nós chegamos, em até 48 horas depois, a 124 correspondências eletrônicas ameaçadoras ou agressivas, fazendo um total, até o dia 14, de 458.

A questão do nexos causal, se há, se não há, obviamente caberá aos instrumentos de apuração abertos tanto na Polícia Federal quanto no Supremo Tribunal Federal. Então, deixando bem claro perante esta Comissão, estamos dando aqui a linha do tempo, mas não temos como afirmar a existência do nexos causal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor poderia dizer que, no ambiente da Anvisa hoje, existe um ambiente de medo, pressão, insegurança, tensão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Insegurança e uma tensão desnecessária. Não precisava haver isso, pelo óbvio: o trabalho já é por demais desgastante e seria só o inimigo, assim vamos dizer, natural a ser vencido. Esse outro que se somou agora, que é a preocupação com a própria segurança, é totalmente descabido e desnecessário, mas, infelizmente, ele está lá. Esse ambiente é um ambiente de insegurança, sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, concluindo, no dia 6 de janeiro, o Presidente da República...

Acho que ainda não temos os vídeos, não é?

Então, no dia 6 de janeiro...

Temos os vídeos?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estão aí os vídeos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos? Se não tiverem, vou daqui mesmo. Só perguntando: temos aí? (*Pausa.*)

Eu tenho um momentinho, o problema é que o Dr. Barra Torres não tem o tempo todo para poder esperar, entendeu? E o meu tempo mesmo está limitado.

Bom, então acho que, na dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Siga por aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... vou seguindo por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero pedir só ao Dr. Barra Torres que...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não é esse, não. É o nº 3, vídeo 3.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... responda mais concisamente, porque nós já temos quatro inscritos para que todo mundo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Randolfe, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos aí ou não? Não temos.

Então, acho que pode até desistir por aí, eu vou levando por aqui, porque também acaba havendo uma reunião paralela aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É possível perfeitamente ouvir o seu celular e dá para ver também ali, quando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A equipe técnica pode liberar, pode dispensar. (*Pausa.*)

Não, não precisa, não.

Então, vamos.

No dia 6 de janeiro, o Presidente da República, mais uma vez, atacou a vacinação infantil. Ele chega a dizer, no dia 3 de janeiro, o seguinte.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que, da nossa parte, a pergunta a ser feita é: qual o interesse de Jair Bolsonaro em sabotar a vacinação infantil? Mas eu faço a pergunta ao senhor. Em primeiro lugar, como repercutiu no ambiente da Anvisa esse questionamento do Presidente da República dizendo "qual o interesse da Anvisa na vacinação infantil"? Em segundo lugar, eu acho que a gente podia aproveitar este momento para o senhor poder informar aqui quais os critérios que balizaram a decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária pela vacinação das crianças, tecnicamente quais são os critérios, qual o grau de segurança que tem a vacinação das crianças. E, no seu sentir, na sua interpretação, nós temos hoje menos de 10% das crianças brasileiras vacinadas. Essa ausência de vacinação de muitas dessas crianças brasileiras já resulta em tragédias. Só vou dar um dado concreto. No meu Estado do Amapá, pelo menos duas crianças faleceram no último dia 30 de janeiro em decorrência da covid-19. Se contar quando a vacinação começou e quando elas se infectaram, obviamente, se a vacinação tivesse começado anteriormente, elas estariam vivas.

Eu sou provocado todo dia, Presidente Humberto, nas redes sociais, nas redes bolsonaristas, porque ainda não levei o meu neto para se vacinar. Então, aproveito o espaço da Comissão de Direitos Humanos – por mais absurdo que seja, nós temos que dar explicação para isso – para informar: não levei, porque, desde o dia 10 de janeiro, ele se infectou de covid, ele foi infectado. E ele foi infectado, pelo menos dia 10, dia 15 de janeiro, porque não tinha vacina. Por isso que não levei para vacinar, porque depois de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recuperado é que há a janela do espaço para se vacinar, e ele será vacinado tão logo seja autorizado pelos médicos o tempo devido para a vacinação.

Eu acabei de relatar uma circunstância pessoal – no caso, o meu neto; ainda bem que ele está bem –, mas eu falo que a mesma coisa não aconteceu com famílias de conterrâneos meus que perderam filhos por não terem a vacinação.

Eu lhe faço este conjunto de perguntas, Dr. Barra Torres.

Número 1: que o senhor declinasse as balizas técnicas que levaram à autorização da vacinação. Permita-me, eu acho que é absurdo a gente ter de esclarecer isso, porque, enfim, todos nós fomos levados para vacinar quando tínhamos um ano de idade e nunca se perguntava por que estava sendo levado nem qual era a marca da vacina, mas nós vivemos tempos de absurdos, tristes tempos de absurdos. Então, como esta sessão está sendo transmitida para todo o Brasil, é importante esse esclarecimento em primeiro lugar para todo o Brasil.

Segundo, qual o impacto desse ataque gratuito do Senhor Presidente da República no dia 6 de janeiro à Anvisa? A Anvisa é uma instituição respeitadíssima, e, obviamente, eu gostaria que o senhor comentasse sobre isso.

Em terceiro lugar, qual a relação que tem o atraso da vacinação hoje com declarações desse tipo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Randolfe, é importante pontuar que, se formos fazer uma análise de todas as manifestações do Senhor Presidente em relação à Anvisa, nós vamos encontrar, talvez, 97% de referências elogiosas e três diametralmente opostas a isso. Quais são as três? O senhor já elencou duas; há uma outra, primeira, que é quando o Senhor Presidente indaga publicamente o porquê de a Anvisa querer fechar o espaço aéreo. A Anvisa não tem autoridade para fechar espaço aéreo. A Anvisa é um órgão assessorial; assessora quatro ministérios quanto a fronteiras – Saúde, Infraestrutura, Justiça e Casa Civil –, portanto, não tem poder para fechar ou abrir espaço aéreo. Então, houve essa primeira manifestação, destoante de todas as outras. Os senhores se recordam disso, as referências eram sempre positivas e elogiosas, mas essas três foram bastante impactantes. Essa primeira que citei, pelo que me recordo, não houve nenhuma resposta pública da agência. Houve essa outra que o senhor mencionou inicialmente, que é do possível pedido de lista, onde inclusive eu disse: "Olha, o primeiro nome da lista é o meu, até porque começa com a letra 'a' e vai estar em qualquer lista da agência".

E a terceira foi essa que o senhor citou agora, em que o Senhor Presidente indaga o que há "por trás disso aí". O "disso aí" referia-se à aprovação vacinal, o que, obviamente, leva à suposição de que poderia estar havendo algum interesse ligado à corrupção. O Presidente depois nega isso. Ele depois disse que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tratou de corrupção. Mas permaneceu a dúvida. Se não tratou de corrupção, eu realmente não consigo entender o que poderia haver no entendimento do Senhor Presidente por trás do ofício – do ofício.

Os servidores da Anvisa pagam suas contas, colocam seus filhos na escola, pagam as contas de hospital, de transporte, de alimentação com o trabalho da agência. O trabalho, a garantia do trabalho é um direito humano. Esta Comissão trata exatamente disso. Então, os servidores, pura e tão somente, fizeram o seu trabalho. Aliás, pura e tão somente numa fala rasteira, porque nós estamos em uma pandemia com 630 mil mortos. Então, esse trabalho busca reduzir, evitar que esse número cresça. Não há nada por trás a não ser o interesse público, a não ser o interesse de fazer o seu trabalho e contribuir para que esse estado terrível que assola o Brasil e o mundo tenha fim. Então, o objetivo sempre foi esse. Não há nada por trás; é o que está à nossa frente. Ao contrário.

Obviamente, ao impacto inicial de insegurança, somou-se agora outro impacto, pois o servidor – e sei disso porque conversei com os servidores, tenho contato com eles –, na sua mente traz a seguinte questão: "Bom, agora eu tenho que me preocupar com a minha segurança; e também estou tendo sobre mim lançada uma dúvida no sentido de que, além do interesse público, eu estou querendo outra coisa". Não conseguimos identificar que outra coisa é essa.

A questão da vacinação infantil no Brasil, infelizmente, caminha a passos lentos, conforme o senhor muito bem pontuou. No próprio dia de ontem, à noite, um jornal de grande circulação no Brasil fez um levantamento, e ele pontua que uma criança morreu a cada três dias por covid enquanto o país debatia a vacinação infantil. Depois de aprovada pela Anvisa até o início da vacinação efetivamente, a cada três dias, uma criança, o que daria aproximadamente sete crianças que teriam morrido nesse período em que se fez uma série de ferramentas de gestão não usadas antes – não usadas antes – para analisar a questão da vacinação infantil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor pudesse inclusive assinalar sobre isso... Na história da Anvisa, há algum precedente de igual tipo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ou seja, após a autorização da Anvisa do uso de determinado medicamento – e, nesse caso, de uma vacina –, em seguida, o Ministério da Saúde promover audiência pública sobre o tema. Há algum precedente sobre isso?

E eu digo mais adiante: o senhor tem conhecimento de algum precedente na existência de agências reguladoras, não só no Brasil como no mundo todo, deste parâmetro: fazer audiência pública após o órgão técnico e regulador ter dado parecer favorável?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não é do meu conhecimento, Senador Randolfe Rodrigues. Nossos diretores estão nos acompanhando, e, se for do conhecimento deles, eles certamente me transmitirão e eu direi a esta Comissão.

De minha parte, não é do meu conhecimento, e, daquilo que conheci da Anvisa, de 2019 até a presente data – estou lá desde 2019 –, não há precedente nessas ferramentas que foram utilizadas.

Na questão da vacinação infantil, a análise – que é a última pergunta que o senhor faz – foi pontuada como a vacinação dos adultos: os parâmetros de qualidade, segurança e eficácia – e vamos lembrar – de vacinas que já haviam sido aprovadas para o uso adulto no Brasil. Portanto, tratava-se de uma inclusão em bula de nova faixa etária de produtos previamente conhecidos – em que pese que, por exemplo, no caso da vacina Pfizer, é uma dosagem diferente, é uma concentração diferente –, mas produtos que já tinham apresentado seus dossiês, no caso dos adultos, para a agência. No caso das crianças, foram acrescidos os dossiês referentes aos estudos clínicos realizados com a faixa etária para a qual se pretendia, pois já foi aprovada, claro, a inclusão em bula. E o Brasil não fez absolutamente nada de diferente do que, por exemplo, 44 países no mundo onde a vacinação para a faixa etária em tela está aprovada.

Percentual de vacinação: no Brasil, no dia de hoje, aproximadamente 16% do público-alvo de crianças entre 5 e 11 anos. Vamos comparar: no Chile, 66,6%; na Argentina, 76%; nos Estados Unidos, 31%, com toda a questão antivacina que existe nos Estados Unidos; na Austrália, 46,4%; na Itália, 34,4%; no Canadá, 54,6%. Chile e Argentina, inclusive, já iniciaram a segunda dose na faixa etária entre setembro e outubro de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todos esses países com Pfizer?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São diversas vacinas aprovadas lá, Senador.

Então, veja, o nosso país, de fato, caminha em passos ainda lentos, ainda tímidos em relação à vacinação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E houve registro de alguma ocorrência envolvendo crianças após?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não há nenhum óbito registrado em nenhum lugar do mundo até o presente momento na faixa etária.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me a pergunta básica, mas talvez seja importante isso para quem está nos assistindo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... para entender. É básico, porque, lamentavelmente, vivemos absurdos tempos.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, não há nenhum registro de óbito. E os eventos adversos têm sido pontuados principalmente pelos divulgadores de *fake news*.

A questão da miocardite, por exemplo: a miocardite é muito mais frequente na covid-19 do que no uso de vacina. Existe uma proporção que foi feita pelo CDC, nos Estados Unidos, de número de casos por cem mil. Então, a miocardite, na covid-19, em cem mil casos, em cem mil pessoas, perdão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor me permite, inclusive aqui no Senado, tivemos uma audiência pública, Senador Humberto, no último dia 14 de fevereiro, e eu queria trazer... Temos aí? Não? Eu queria trazer aqui o que uma das expositoras nessa audiência pública – e eu quero lamentar que o Senado tenha sediado essa audiência pública...

É o vídeo cinco? Temos aí?

Então, já que o senhor falou disso, só para registrar o que, lamentavelmente, foi dito aqui no dia 14 de fevereiro.

Eu acho que não vai, não é? Vai?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Barra Torres, em depoimentos como esse... Nós podemos já colocar o carimbo de *fake news*, de mentira em depoimentos como esse em relação à vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu não conheço a doutora que efetuou essa locução, mas é o tipo da locução e é o tipo de mensagem que nós vemos hoje, infelizmente, proliferar nas redes sociais e que vão no contraponto de tudo aquilo que eu apresentei da lista de 44 países no mundo todo que estão fazendo exatamente o contrário do que está sendo dito ali.

Nós temos hoje as informações dos hospitais, onde os leitos de UTI com graves casos estão sendo ocupados, onde mais de 80%, 85% são pessoas sem vacinação ou com vacinação incompleta. Então, me parece que nós estamos perdendo um tempo precioso, que poderia estar sendo voltado ao esforço útil de enfrentar a pandemia, que não acabou – não acabou, é importante frisar –, e, infelizmente, damos ouvidos a essas colocações.

O que há, Senador Randolfe, de complicado na mortalidade da pandemia da covid-19? É que ela ocorre de maneira silenciosa. Mas quantos aviões estão caindo hoje no Brasil por covid-19? Vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

calcular que um avião de uso doméstico leve 200 pessoas. Eu tenho um levantamento feito aqui: nos últimos 15 dias, ao eco dessas frases de que a pandemia acabou, está superada, morreram, no dia 1º de fevereiro, 929 pessoas; no dia 2, 893; no dia 3, 1.041, e assim vai até chegarmos ao último número, do dia 15 de fevereiro, de 854 mortes em 24 horas, o que dá um total, Senador, nos últimos 15 dias, de 12.551 mortes. Se dividirmos esse número por 200, número de passageiros de um avião de uso doméstico, vai dar aproximadamente que 63 aviões caíram em território nacional nos últimos 15 dias, o que vai dar uma média de aproximadamente 4 aviões por dia, Senador! O senhor veja que até hoje nós comentamos o acidente da Air France ao decolar e cair no Atlântico nas costas do Brasil. Fica marcado. Até pouco tempo atrás nós comentamos o acidente do voo da TAM que tentou pousar em São Paulo e não conseguiu. Isso é marcante. A morte pela covid-19 não é. Ela ocorre, entra nessa estatística, e a gente não se dá conta de que são aviões caindo todos os dias em território nacional, todos os dias! E aqui há homens, mulheres, crianças, idosos, jovens, estão todos aqui misturados.

Então, eu pergunto: é razoável divulgar que a pandemia está acabando? É razoável ouvimos que a Ômicron é tranquila, que a Ômicron é branda? É branda? Por que no dia 15 morreram 854 pessoas se essa é a variante mais prevalente no Brasil hoje, a Ômicron, com poder de contágio tremendo? O que decorre certamente, sim, da tal brandura dessa variante é que, da imensa maioria de casos que ela vai contagiar, poucos são os que vão integrar esses números que eu citei, mas o fato é que os que integram os números que eu citei estão tendo esse desfecho. Então, é muito importante que, ao menos, se deixem as pessoas que têm que trabalhar nisso aqui trabalharem com o mínimo de tranquilidade, já que segurança não foi provida, não há. Então, pelo menos que haja tranquilidade para trabalhar. É o que eu posso dizer aos senhores.

Eu queria só, Senador – desculpe –, concluir o que eu falei da miocardite. Isso aqui é um levantamento do CDC, dos Estados Unidos, que coloca que há 16 vezes mais risco de miocardite em pacientes com covid-19 do que em pacientes vacinados. O que se está dizendo? "Não, não, a vacinação leva à miocardite, vai matar crianças por miocardite." Em cem mil pacientes com covid-19, ocorreram 150 casos de miocardite. Em cem mil pacientes com covid-19 submetidos à vacina, nove casos. Então, é gritante a diferença. A miocardite é muito mais presente na própria covid-19. Entretanto, esse dado não é veiculado, não é falado, e coloca-se a miocardite como grande problema de quem é submetido à vacina. Nas sequências de crianças vacinadas nos Estados Unidos da América, dez tiveram eventos adversos mais graves, que precisaram de acompanhamento médico. Dessas dez, duas tiveram que permanecer em observação em hospital, portadores de miocardite; permaneceram, tiveram alta e estão muito bem, obrigado. Esses são os números.

Então, tudo que se constrói de terrorismo, de *fake news* em cima dessa questão está cobrando um preço – está cobrando um preço. A conta está chegando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, não tenho mais perguntas.

Só me permita aqui fazer um depoimento, Dr. Barra Torres, de cunho pessoal.

Há dois anos, inclusive no início da pandemia, sob vigência do Governo do Presidente Jair Bolsonaro, eu cheguei a ter dúvidas sobre sua gestão – faço questão de confessar isso – à frente da Anvisa. Os fatos que se seguiram, ainda bem, provaram que eu estava totalmente errado. O senhor honra a Marinha brasileira e as Forças Armadas deste país, ao qual serve. A imagem do senhor é a imagem que nós queremos ver nas Forças Armadas brasileiras e queremos ver, sobretudo, na Marinha do Brasil. É essa imagem e é a imagem desse Brasil que devem prevalecer, não outras que nós estamos vendo.

Eu queria aqui fazer esse registro ao senhor e fazer, ao mesmo tempo, um agradecimento ao senhor e a todos os técnicos e servidores da Anvisa. Nós vivemos tempo em que coragem não é simplesmente um atributo, é um dever moral. O senhor e todos os técnicos da Anvisa têm tido a disposição e têm tido demonstrações de coragem para nós.

O momento trágico que o senhor acabou de relatar que nós vivemos – ainda ontem, no Senado, nós inauguramos um memorial às vítimas da pandemia – será lembrado por todo o sempre, pelo restante do século e pelos séculos que virão, perpassará nossa existência, ficará na história.

A história – o senhor sabe muito bem disso – tem a porta de entrada da honra e da glória e tem a porta de entrada da vergonha e da desonra. O senhor tenha certeza de que o senhor e todos os servidores da Anvisa estão passando pela história pela porta da frente, pela porta de entrada da honra e da glória.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, vou passar a palavra para a próxima inscrita, Senadora Zenaide Maia.

Eu queria só fazer aqui um registro e também repassar para o Dr. Barra Torres algumas perguntas que nos chegaram pelo portal e-Cidadania.

O registro que eu queria fazer é sobre uma coisa que eu insisti muito ao longo da CPI: a omissão absoluta total e completa por parte do Conselho Federal de Medicina nesse processo da pandemia. Ouvir uma profissional da área de Medicina dizer os absurdos, as irresponsabilidades, fazer as afirmações criminosas que foram exibidas aqui, a partir dessa sessão macabra que aconteceu no Plenário do Senado Federal, reforça a omissão, a incompetência, a irresponsabilidade do Conselho Federal de Medicina, que deveria ser responsável por fiscalizar a ação profissional e fazer com que essa ação profissional dos médicos se fizesse com o respeito aos princípios científicos e ao conhecimento já acumulado na sociedade brasileira. Lamento, lamento profundamente!

Bom, há aqui algumas perguntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Carol Lemos, de São Paulo, pergunta se há previsão para liberar a vacina aos menores de três anos.

A outra pergunta é do Victor Henrique, do Rio de Janeiro. Ele pergunta se a Anvisa esteve acompanhando a vacina da Pfizer em laboratórios e, quando chegam ao Brasil, se passam por controle de qualidade.

A Júlia Mendes, de São Paulo, pergunta: "Quais os efeitos adversos mais graves das vacinas, que os pesquisadores já previam, além dos efeitos mais comuns?".

Patrícia Afonso: "Quantas pessoas tiveram efeitos colaterais, desde simples a severos, por faixa etária, após tomarem vacina contra a covid?".

"Qual é a lógica do passaporte sanitário se os vacinados também transmitem o vírus?"

Eu vou passar a palavra à Senadora Zenaide Maia para que ela faça suas indagações e, depois, V. Sa. possa responder.

Senadora Zenaide Maia, eu tenho sido aqui bastante tolerante, mas peço sua ajuda no sentido de que possamos fazer as indagações e as colocações num espaço mais breve de tempo. V. Exa., com a palavra. Obrigado pela presença.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente – já parabenizando o nosso Presidente da CDH por esta reunião –, é importantíssimo mostrar, dar visibilidade ao Brasil da importância da Anvisa, da importância da vacina.

Eu queria fazer ao Dr. Antonio Barra Torres a primeira pergunta, embora eu vá falar mais. O senhor achou... O senhor tomou posse em outubro de 2020 e o Ministro da Saúde, o Marcelo Queiroga, em 23/03/2021. A primeira pergunta: o senhor achou, como eu, que sou médica, achei, que, quando um médico que tinha conhecimento da importância de uma instituição como a Anvisa, que tem o respeito do mundo todo – nós chegamos ao ponto de o que fosse aprovado pela Anvisa várias agências do mundo já considerarem, quando havia a aprovação de qualquer medicamento, já incorporavam isso aí –, o senhor, em algum momento, quando viu, infelizmente, o Ministro da Saúde do Brasil, os técnicos e os servidores da Anvisa serem atacados não só pelo Presidente da República, mas também, de uma maneira geral, acreditava que o Ministro, em algum momento, iria se manifestar a favor da Anvisa, porque ele, como médico, sabia que quem estava correto era a Anvisa?

A outra pergunta, Ministro: a demora, essa rejeição à CoronaVac. Eu queria dizer ao senhor que me preocupei demais com isso, porque a gente sabe que a CoronaVac são vírus inativados, algo que a gente conhece há bastante tempo. Se se considerasse a CoronaVac só para covid-19... A gente sabe que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sarampo, a catapora, a tríplice viral... Eu digo isso ao senhor, porque eu, como médica infectologista, me assustei com essa resistência a isso aí. Entendo a pressão. Difícil é entender como um Ministro de Estado da Saúde, sendo médico e sabendo desses efeitos, serviu dessa maneira ao Presidente.

É por isso que eu queria dizer aqui, Senador Humberto Costa, que acho que naquele memorial das vítimas da covid era para estar escrito: "Se houve mortes evitáveis, há culpa, sim, a atribuir. E a Justiça tem que apurar". A gente sabe – e eu digo aqui – que a maioria dos mais 340 mil óbitos, a grande maioria, teria sido evitada se essa resistência do Governo brasileiro, do Poder Executivo central, que não assumiu o comando e ainda até hoje faz propaganda contra a vacinação infantil e contra as outras vacinas... Como ele perguntou: o senhor já ouviu falar – eu não, nunca ouvi falar – que, depois de aprovados pela Anvisa, um medicamento, uma vacina fossem questionados? Como falou aqui o meu colega Randolfe, acho que o Senado tem que se preocupar com isso.

O que eu ouvi ontem daquela colega médica, Roberta Lacerda, infectologista, aquilo é criminoso, porque você imagina o Presidente da República, o Ministro de Estado da Saúde, Humberto, dizer assim: "Cuidado! Meus filhos eu não vacino. Só tomem se quiser. Procurem...". Você já pensou se toda criança para se vacinar precisasse ter uma autorização médica, num país onde a gente não tem médicos suficientes? Depois que desmontaram o Mais Médicos, a gente sabe a maioria não consegue uma consulta nem antes da pandemia, quanto mais em pandemia.

Então, a pergunta é esta: o senhor, em algum momento, achou que, mesmo se o Ministro da Saúde, sendo médico, tendo conhecimento, insistisse nessa história de autonomia médica, mas a Anvisa iria decidir sobre o uso da cloroquina, e, depois de a Anvisa dizer que não tem eficácia terapêutica... A Anvisa, não; o mundo – não é, Dr. Antonio? –, o mundo mostrar isso, ele insistir nisso aí, querer desacreditar, um órgão de uma importância fundamental.

E aqui me chama atenção, Humberto, eu sei que não é da mesma coisa. O que o senhor acha de tirar a Anvisa da aprovação de agrotóxicos? Porque para mim mais grave do que tudo é perder o controle epidemiológico, quem vai controlar as doenças.

Também, como o Randolfe, quero parabenizá-lo e todos os técnicos e servidores pela coragem. Eu digo: não é necessário ser rebelde, mas não podemos ser servis quando o que está em jogo é a vida de homens, mulheres, jovens e crianças deste país.

E a pandemia não terminou, como o senhor falou. Não existe esse pós-pandemia. A gente tem uma epidemia de covid e outra epidemia de desemprego e de fome. E os senhores estão nessa luta pelo povo brasileiro.

As perguntas são essas. Eu estou dizendo como eu me senti como médica e perguntando ao senhor, que está em um órgão com uma responsabilidade dessas, com setores técnicos e com servidores de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

altíssima qualificação: como se sentiram com essa reação do Presidente da República e também do Ministro da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senadora Zenaide. Foram muito boas as suas colocações. Eu, de imediato, passo a palavra ao Presidente da Anvisa e, em seguida, passo-a a V. Exa. para, se considerar necessário, apresentar a sua réplica.

Dr. Barra Torres, peço concisão. Obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Zenaide, boa tarde!

Estou na agência, Senadora, desde julho de 2019, como Diretor. Assumi lá a Quinta Diretoria e, depois, em dezembro de 2019, pelo Ministro Mandetta, fui nomeado Diretor-Presidente Substituto e, depois, indicado pelo Presidente Bolsonaro, fui sabatinado para o cargo de Diretor-Presidente. Então, na verdade, estou lá desde julho de 2019, que era uma época pré-pandemia, como todos nós nos recordamos.

V. Exa. me pergunta sobre a nossa sensação diante das manifestações do Sr. Ministro de Estado da Saúde. Senadora, o nosso trabalho é tão drenante, é tão desgastante, é tão intenso, que, praticamente, essas questões... É lógico que seria muito bom, seria ideal que tivéssemos sobejas manifestações de apoio etc. Pontuei até aqui, recentemente, ao Senador Randolfe Rodrigues que havia esse cenário num passado não tão distante assim. Mas acaba que, para nós, Senadora, nós queremos ter, pura e tão somente, o mínimo necessário para o trabalho ser feito – eu digo isso pelos servidores da casa, os servidores concursados –, para, minimamente, termos condições de trabalhar num ambiente sem ameaças, sem agressões.

E o reconhecimento nós não estamos, em absoluto, esperando, buscando, procurando, nada disso! Não há dúvida: se tivéssemos uma posição mais junta, mais chegada, mais próxima, seria melhor, mas, se não há isso também, pelo menos que nós possamos trabalhar com tranquilidade, num ambiente mais sadio do que esse ambiente de ameaças, de mentiras, de insinuações, que só somam uma dificuldade totalmente desnecessária. Eu acho que nós vamos ter muito tempo depois, Senadora, para que tudo isso venha a ser rediscutido e repensado e para voltarmos a casas como esta, inclusive, para trazer esclarecimentos. Mas, no momento, nós queríamos ter tranquilidade para trabalhar.

A CoronaVac, como V. Exa. apontou muito bem, tem uma tecnologia já conhecida, já sabida de todos. É uma vacina, portanto, muito sólida no quesito segurança, e é exatamente o que tem sido demonstrado com a sua utilização. E, portanto, de nossa parte, não há nenhum tipo de resistência à CoronaVac, muito pelo contrário. A senhora deve lembrar que, lá no início da avaliação da CoronaVac, houve uma pequena interrupção, que tivemos que fazer durante 30 e poucas horas. Houve muita crítica na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

época: por que parou? Parou para que tivéssemos, naquele momento, a certeza inequívoca de que a estrada longa que a CoronaVac ainda ia percorrer chegasse a um porto seguro, como chegou. Hoje é uma vacina que está sendo amplamente utilizada. Ela está incorporada ao Covax, à Opas. Então, é uma vacina realmente bastante útil, como as demais que nós estamos utilizando.

V. Exa. pergunta, por fim, também da questão da retirada da Anvisa da aprovação dos agrotóxicos. Nós não pleiteamos em momento nenhum, Senadora, a redução do nosso trabalho. V. Exa. sabe muito bem, é quase um quarto do PIB que nós regulamos. Temos ainda a pandemia, que veio em somatório a essa dificuldade. Essa temática é uma temática pesada, difícil. V. Exa. e o próprio Senador Contarato, que estão aqui presentes, são muitas vezes nossos críticos bem documentados, bem sedimentados, mas nem por isso ficamos felizes de deixar o cenário de análise de qualquer produto que já tivéssemos analisado. Nós também somos submissos ao regramento legal. Então, se o entendimento se modificar e voltarmos a essa análise, vamos fazer sem nenhum problema.

E pediria ao Senador Humberto que as perguntas dos nossos internautas sejam para nós encaminhadas também, porque poderemos... Se houver tempo de responder agora, podemos fazê-lo, ou, então, acredito que respostas ainda maiores e mais completas nós poderemos enviar aos nossos internautas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos fazer isso. Eu lhe entrego daqui a pouco essas perguntas também. Embora, aqui não há nenhum prejuízo, em termos de tempo, de até o final da sessão V. Exa. poder respondê-las.

Eu pergunto à Senadora Zenaide se ela gostaria de fazer uma réplica ou mais algum questionamento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Não. Só queria pedir ao Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Torres, que dissesse para a população brasileira: as vacinas são seguras, sim; a pandemia não acabou; usem máscaras e se protejam! É o que o Governo se recusa a fazer: uma propaganda de prevenção, de como se prevenir. Aliás, é outra coisa que eu nunca ouvi falar, uma pandemia com mais de dois anos, mais de 600 mil óbitos e não há nenhuma propaganda do Governo Federal dizendo para as pessoas como se defender.

O senhor é uma autoridade. Já quero parabenizá-lo e agradecer-lhe. Diga aí para o povo brasileiro que não existe medicamento eficaz; podem até haver alguns, mas o que precisamos mesmo é de vacina. Gostaria muito, Dr. Antonio, que o senhor dissesse isso. O senhor é uma autoridade brasileira que as pessoas respeitam. O que disserem contra a vacina... Vacina é a prevenção eficaz, é tanto que a gente teve essa segunda onda com a Ômicron. Como eu digo: é a pandemia dos não vacinados praticamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, mais uma vez, e parabéns pela conduta! Como eu digo, o senhor nos orgulha, viu?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Quero aqui reforçar essa sua colocação. Já foi falado aqui pelo Dr. Antonio Barra Torres que essa realmente é uma pandemia das pessoas que não se vacinaram. Ele já teve a oportunidade aqui de destacar algumas estatísticas que mostram que a maioria esmagadora daqueles que estão morrendo neste momento ou daqueles que estão tendo necessidade de serem hospitalizados são de pessoas que ou não se vacinaram, ou que não completaram o ciclo total da vacinação.

Mas eu passo a palavra ao Dr. Antonio para que ele possa afirmar as coisas que V. Exa. já afirmou e que são muito importantes de serem reafirmadas pelo Presidente de umas das agências mais respeitadas em termos internacionais e, de fato, a autoridade existente no nosso país, legalmente e do ponto de vista prático, para falar de maneira abalizada sobre essa temática das vacinas.

Dr. Barra Torres.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Senadora Zenaide; ao cidadão, à cidadã que nos assiste hoje nesta tarde.

Todos nós estamos aqui porque um dia ou o pai ou a mãe ou um responsável nos levou pela mão para sermos vacinados. É interessante que hoje parece que estamos discutindo algo que já é tradicional, rotineiro, no Brasil e no mundo, e, digo, principalmente no Brasil, porque o Brasil tem uma tradição de o cidadão ir se vacinar, uma tradição antiga, construída ao longo de décadas. E não é diferente com a covid-19. As vacinas são seguras, as vacinas são importantes, as vacinas hoje constituem a arma principal para o enfrentamento da pandemia.

Não podemos abrir mão, é claro, do uso da máscara. Estamos aqui em uma sessão todos usando máscara, temos o álcool gel aqui ao alcance das nossas mãos, nós temos um distanciamento, nós temos barreiras físicas. Tudo isso ainda permanece. Mas qual é a grande arma? É a vacina. E as vacinas que são aprovadas no Brasil pela Anvisa, dada a condição que a Anvisa tem hoje no Brasil e no mundo, em que trocamos informações com todas as agências reguladoras dos países do mundo, nós temos acesso às informações que nos dão a segurança para dizer: essa vacina é segura, essa vacina é boa; existe ali o equilíbrio entre o benefício e o risco. E essa é uma razão sempre favorável: o benefício é sempre maior.

Nós temos visto muita *fake news* falando sobre eventos adversos, efeitos adversos, efeitos colaterais. Esses fenômenos ocorrem com qualquer comprimido para dor de cabeça, com qualquer antisséptico local passado em uma ferida, em um corte, em um ferimento. Se formos olhar as bulas, todas contêm desde a mais simples reação à mais grave. Nem por isso a utilidade, o benefício desses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamentos imunobiológicos e vacinas deixam de existir. Então, é muito importante. É muito importante que a população se vacine.

Alguns dizem, negacionistas: "Ah, mas a vacina não impediu o meu parente, o meu amigo de ter a doença". As vacinas não são garantia de 100% de não ter a doença, mas, se tiver a doença, ela vai se comportar de maneira mais branda. A vacina faz com que a possibilidade de transmitir a doença seja menor, então a carga viral que eu vou jogar para o meio é menor, e eu vou transmitir menos. Então, claro, o efeito ideal é evitar que eu tenha a doença; se isso não for possível, que ela venha de modo branda; e, se isso não for possível, que eu transmita menos. Então, é uma vertente de três lados – são três! – que as vacinas trazem. E acreditem: é a única real possibilidade que temos, neste momento, de enfrentamento da pandemia, associada a essas medidas que eu já citei, não farmacológicas – o álcool, a máscara e o distanciamento –, que vão durar ainda algum tempo.

E não acreditem nessas frases de que a pandemia acabou. Olhem os números. Eles são veiculados todos os dias. Eu reitero a imagem do avião: ontem, oitocentos e tantos mortos; são quatro aviões caindo em território nacional. Por quanto tempo nós estaríamos dando uma notícia de quatro aviões caindo no Brasil? Durante meses! Não é diferente porque as pessoas morreram de outra causa. Qual foi a causa? Covid-19.

Então, temos que tratar com seriedade esse problema. Isso não é brincadeira. Isso não é um argumento para ser flexibilizado segundo – aí, sim – interesses outros que não o da ciência, que não o da preservação de vidas. Isso é muito importante. Acreditem nas vacinas. As vacinas aprovadas pela Anvisa têm um padrão de qualidade exercido no mundo todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

Eu vou passar a palavra ao Senador Contarato, é o próximo inscrito, mas eu gostaria, antes de fazê-lo, de colocar em discussão e votação aqui um requerimento que queremos que seja incluído na condição de requerimento extrapauta.

Eu consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que se encontram presentes se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu passo a Presidência momentaneamente ao Senador Fabiano Contarato, na medida em que eu sou autor do requerimento que nós vamos rapidamente votar aqui, para que eu possa... passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES)
– Obrigado, Sr. Presidente.

Requerimento nº 11, de 2022, não terminativo.

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Barreiros, Pernambuco, com o objetivo de acompanhar as investigações do assassinato da criança Jonatas de Oliveira dos Santos, morta a tiros quando sua casa foi invadida no Engenho Roncadorzinho. Autoria: Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse requerimento que eu apresento na tarde de hoje é exatamente para que a Comissão de Direitos Humanos possa se fazer presente no Engenho Roncadorzinho, que foi palco de um brutal assassinato de uma criança. Vários homens encapuzados entraram na residência dessa criança em busca do seu pai, que é uma liderança dos agricultores familiares daquele município e daquela área especificamente. Não encontrando seu pai, retiraram essa criança de baixo da cama e a mataram de maneira fria, com o objetivo certamente de transmitir algum recado aos agricultores que estão ali há muito tempo e que trabalham a terra.

Os conflitos de terra em Pernambuco têm se ampliado, e nós achamos que é uma responsabilidade do Senado Federal acompanhar, pedir ao Governo do Estado de Pernambuco que leve essas apurações de forma extremamente rigorosa e que nós possamos num espaço de tempo mais curto ter o resultado dessa apuração, bem como uma possibilidade de processar os eventuais autores materiais e autores intelectuais dessa violência sem parâmetro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES)
– Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Neste momento transfiro a Presidência novamente ao Senador Humberto Costa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa. e, de imediato, passo a palavra a V. Exa. para que possa fazer as suas indagações ao Presidente da Anvisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpellar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, quero agradecer e parabenizar a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues por esse requerimento de audiência e também parabenizar a condução dos trabalhos de V. Exa. à frente desta tão importante Comissão de Direitos Humanos. Agradeço a presença do Diretor-Presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, na pessoa de quem saúdo todos os Diretores da Anvisa que estão aqui.

Eu quero deixar claro para o depoente que toda e qualquer crítica que se faz sempre de forma respeitosa e republicana é atendendo a um dos requisitos determinados na Constituição como função do Parlamento. No Parlamento, além de legislar, nós temos a função de fiscalizar o Executivo. Então, as críticas são feitas e devem ser feitas no campo da democracia, no campo da respeitabilidade, mas de forma a ser uma crítica construtiva, porque nós estamos diante de uma pandemia que é uma crise sanitária, em que nós já tivemos 27,7 milhões de brasileiros contaminados, que vão ficar com sequelas irreparáveis – isso vai impactar na economia, vai impactar no Sistema Único de Saúde, vai impactar na previdência –, nós tivemos 640 mil mortos, sendo violado o principal bem jurídico que é a vida humana, e com um comportamento, tanto por ação ou por omissão, do Governo Federal, que agravou esta pandemia. Nós não podemos achar razoável, porque contra fatos não há argumentos. Isso não é uma fala porque eu sou do partido A, B ou C. O Governo Federal, em plena pandemia, cortou 22% do orçamento da saúde. O Governo Federal, em plena pandemia, recusou ofertas da Pfizer. O Governo Federal instituiu o gabinete paralelo, e isso viola a Constituição Federal porque não existe – isso é usurpação de função pública. O Governo Federal deixou os nossos irmãos em Manaus morrerem por asfixia. O Governo Federal, foi relatado a ele irregularidades no contrato da Covaxin, permaneceu omissos. Então, quem de qualquer forma concorre para o crime deve ser responsabilizado, seja por ação, seja por omissão.

E digo mais: a omissão dele é penalmente relevante porque ele tem, por lei, obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Isso não sou eu que estou dizendo; é a Constituição Federal, no art. 6º, ratificado esse artigo no art. 196, que diz que a saúde pública é direito de todos e dever do Estado. E o Estado violou o principal bem jurídico que foi a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde.

Eu não tenho dúvida de que haja digital do Presidente da República e de alguns dos seus ministros diretamente nessa crise sanitária.

Então, a função do Parlamento é essa.

E fico mais triste, Senador Randolfe, quando eu vejo que esta Casa se submeteu a acolher negacionistas para difundir *fake news*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meu querido Presidente, se eu posso te chamar assim, meu querido Barra Torres, eu, enquanto cidadão, nunca vi esse Presidente percorrendo os hospitais públicos, solidarizando-se com as vítimas. Eu nunca vi esse Presidente usando os meios de comunicação e falando: "Acreditem na ciência, usem álcool em gel, máscara, cumpram o distanciamento social, vacinem-se". Pelo contrário, participava de motociatas e acreditava na imunidade de rebanho.

Isto em Direito Penal é o que há de mais perverso, que é quando você analisa a personalidade do agente na prática de um crime. E eu não tenho dúvida: a personalidade do Presidente da República é totalmente voltada para o crime, porque ele agiu de forma cruel, leviana, violando o principal bem jurídico. Isso tem que ser dito.

Nós não podemos perder a capacidade de indignação. Platão falava que a sabedoria está na repetição. Nós temos que repetir isso, porque ontem, na inauguração desse monumento, o nome dessas famílias deve estar lá. Quanto que vale uma vida humana? Quanto que vale a vida de um pai, de uma mãe, de um filho, de um sobrinho, de um avô? Daí a responsabilidade do Presidente da República.

Eu queria iniciar com uma carta que o senhor apresentou.

Na sua carta ao Presidente Bolsonaro, V. Exa. afirma, em um determinado momento, abro aspas: "Se o senhor dispõe de informações que levantem o menor indício de corrupção sobre este brasileiro, não perca tempo nem prevarique, Senhor Presidente", fecho aspas.

Na sua opinião, o Presidente da República tem a obrigação legal de comunicar eventuais crimes sobre os quais tem conhecimento?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Eu entendo, eminente Senador Fabiano Contarato, que é um dever, uma obrigação de qualquer cidadão, todo e qualquer – todo e qualquer.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas eu vou mais além: o senhor está em parte correto, porque o Código de Processo Penal fala em faculdade para o povo, mas obrigatoriedade para a autoridade e seus agentes. Então, o Presidente da República... Por isso que aquela...

E a pergunta, esse questionamento eu estou fazendo, porque a Polícia Federal afirmou ao Supremo Tribunal Federal que o Presidente não tem dever funcional de comunicar às autoridades. Ora, se o menor dos subalternos como funcionário público tem essa obrigação, quem dirá o Chefe do Estado brasileiro? Então, ele não só pode, ele deve comunicar. Por isso que o senhor muito bem na sua carta utilizou a palavra não prevarique, porque prevaricação é crime previsto no art. 319 do Código Penal, quando ele deixa de praticar um ato de ofício para atender interesse pessoal, com pena de detenção de três meses a um ano e multa. Ação penal pública incondicionada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Jair Bolsonaro reportou em *live* que quem estava vacinado contra covid tem mais propensão de desenvolver aids. Essa informação é verdadeira?

Por favor, nós temos que falar isso. Nós estamos falando óbvio. Nós estamos chegando a ponto no Brasil de discutir se a Terra é plana. Nós estamos chegando a ponto de falar: "Olha, toma ivermectina, azitromicina ou hidroxicloroquina, mas não toma vacina". Então, nós temos que falar – volto a falar no Platão –, repetir isso. Que vinculação tem a imunização com a propensão de desenvolver o vírus do HIV? Isso é mais uma *fake news* praticada por esse Presidente da República.

O senhor confirma isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, não há nenhuma relação entre o ato de vacinar-se, seja contra covid-19, seja contra qualquer outra doença capaz de ser prevenida com vacina, com a síndrome da imunodeficiência adquirida, ou aids.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Quanto à síndrome da imunodeficiência adquirida, ou aids, é popular, é sabido, é domínio público como se contagia em relação à aids.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – E qual a avaliação do senhor diante do impacto da disseminação desse tipo de informação falsa na campanha de vacinação no Brasil?

Porque, se o Presidente não faz campanha para estimular a população a se vacinar, enaltecendo a ciência, enaltecendo a Anvisa, enaltecendo a medicina e ele, na contramão, violando o principal bem jurídico, difunde uma informação tão grave como essa, qual é o impacto dessa informação que o senhor avalia nas campanhas de vacinação ou no processo de imunização da população brasileira?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, no ano passado, eu aceitei o convite de visitar a Fundação Oswaldo Cruz, a convite da Dra. Nísia, Presidente da Fiocruz. Quando lá estive, eu revelei a ela uma opinião que tinha naquela época e que hoje eu trago ela muito consolidada. O Brasil enfrenta – talvez até o próprio mundo – duas guerras, no caso da pandemia, e primeira não é de saúde, é uma guerra de informação. Ela se tornou tão preponderante que a outra guerra, que é a guerra da saúde, quase ficou eclipsada perto da guerra da informação, que é justamente esta, a informação falsa, mentirosa, a informação de *fake news*.

O que essa informação errada faz? Primeiro, ela cria o estado confusional, o estado da dúvida. Aquela pessoa que não tem acesso a uma literatura, a uma leitura mais abalizada, não tem um círculo de amizades em que alguém possa contribuir com uma informação mais fiel se baseia naquilo que ela vê na sua rede social, no seu celular, toma aquilo como verdade e fica com a dúvida. E, diante da dúvida, o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela faz? Ela se abstém, ela não comparece a uma campanha. Então, acho que o principal problema da divulgação de coisas que não são verdadeiras no enfrentamento de doenças é essa situação de dúvida, de insegurança, que acaba levando ao distanciamento da população aos recursos que estão disseminados.

É curioso: o Brasil, paradoxalmente, é um dos maiores vacinadores do mundo. Agora, muito por conta do quê? Da tradição sedimentada na nossa população ao longo de décadas, que mesmo nesse cenário de informação errada, de *fake news*, de negacionismo, continua se apresentando à vacinação. Porém, na questão das crianças, nós vemos um ritmo lentificado, um ritmo que está dissociado do ritmo dos adultos, o que obviamente é terrível.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Ainda nessa linha, quais ações vêm sendo tomadas pela Anvisa, Sr. Presidente, no monitoramento da comercialização dos medicamentos do *kit* covid, a fim de zelar pela proteção dos interesses dos consumidores? A resistência de altas autoridades do Ministério da Saúde em validar a recomendação técnica da Conitec sobre a ineficácia do *kit* covid impacta em ações mais incisivas da Anvisa no controle e restrição da comercialização desses medicamentos para uso *off-label* contra a covid? Como a Anvisa tem avaliado e monitorado a comercialização dos medicamentos do *kit* covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Contarato, as atribuições da Anvisa estão bem especificadas, e acredito que nós tenhamos conseguido chegar até aqui, sobrevivendo sem arranhões maiores pelo menos das contendas políticas e outras que infelizmente ocorrem agora na vigência da pandemia, pelo fato de realmente a Anvisa se manter dentro da sua área de atuação. Então, eu tinha dito no início da minha fala aqui hoje que nenhum dos grandes laboratórios fabricantes de medicamentos do chamado *kit* covid nunca se interessou em protocolar na Anvisa um pedido de alteração de bula por acréscimo de uma nova indicação. Ou seja, o fabricante do medicamento X tem um grupo de cientistas e eles estudam e descobrem que aquele medicamento, inicialmente criado, por exemplo, para dor de cabeça, também é bom para covid. Esse empresário não vai pedir essa inclusão? Esse empresário não vai ter o seu faturamento multiplicado por 1 milhão ou sei lá quanto? As soluções para covid-19 hoje constituem, sim, produtos que 7 bilhões de pessoas ou mais no planeta querem, a população inteira da Terra quer. Então, isso é uma forma até, vamos dizer, plana e simples de ver que não há uma fundamentação lógica para essa aplicação.

Essa aplicação, Senador, reside no uso *off-label*, que V. Exa. citou. A regulamentação, o controle, a monitorização do uso *off-label* não é uma das atribuições da agência, não é atribuição da Anvisa. A prática *off-label* é tão antiga quanto a prática da medicina. Ela é uma prática que pode ter, sim, efeitos benéficos. Agora, ela é uma prática muito ligada à relação daquele médico com aquele paciente e ele percebe que aquele paciente, aquele indivíduo, pode se beneficiar na experiência que ele, profissional de saúde, tem do uso daquele medicamento para um caso específico, não para uma política pública, uma política em que há a impessoalidade. Então, a questão *off-label* não é uma questão que a Anvisa possa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar: ela jaz muito mais nas mãos dos conselhos de classe, nos conselhos regionais de medicina e no Conselho Federal de Medicina. E é uma prática disseminada no mundo todo – nós sabemos disso também, não é?

O que aconteceu, aparentemente, aqui no Brasil foi o enaltecimento de uma prática dessa, *off-label*, a ponto quase que de se buscar dar a essa prática um cunho mais amplo, um cunho até de uma política pública, o que em princípio não se sustentaria. Mas de toda forma, não é uma área de atuação da Anvisa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, para não falar muito tempo: um tema que é alvo constante na rede negacionista é a dita nocividade da vacina pelas reações adversas. Eu queria saber, assim, qual a diferença dos efeitos adversos da vacina contra o covid-19? Essa frequência está dentro do patamar esperado ou é elevada?

A gente tem que repetir isso porque a população tem que entender. Ela tem que se vacinar, ela tem que cumprir o distanciamento social, ela tem que usar máscara, ela tem que usar álcool em gel. É isso que tem que ser dito. Então, é óbvio: não existe diferença no processo de avaliação da segurança e da eficácia das vacinas contra a covid-19 quando comparado com o processo de qualquer outra vacina que faz parte do PNI. Então, não está se inventando absolutamente nada, e tudo é dentro da ciência. Ciência se faz dentro de laboratórios, com estudos.

Então, o senhor só poderia confirmar, ratificar isso, por gentileza?

E, concluindo isso, eu agradeço imensamente a presença de V. Exa. Quero colocar o nosso gabinete à disposição. Como Vice-Presidente desta Comissão, muito me honra aqui estar junto, ombreado, com o meu querido Senador Humberto Costa na defesa intransigente da ciência, na proteção e fortalecimento das instituições, dentre elas a Anvisa. Eu tenho muito orgulho, como cidadão brasileiro, do trabalho que a Anvisa vem desenvolvendo, porque ela está atendendo aquele preceito, aquele princípio constitucional do art. 37 quando diz que um dos princípios que rege a administração pública é a impessoalidade. O Estado brasileiro é muito maior do que esse Presidente que está aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, os parâmetros utilizados pela Anvisa para análise das vacinas para a covid-19, quer seja na faixa etária dos adultos, quer seja na das crianças, são os mesmos parâmetros utilizados no mundo todo.

Eu vou citar a agência americana, FDA; a agência europeia, EMA; a agência japonesa; os nossos vizinhos aqui na América do Sul, a Argentina, o Chile; a agência da Inglaterra; enfim, todas as grandes agências com as quais nós temos constante comunicação, com todas elas nós temos uma comunicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje mesmo tivemos reunião com o mais alto fórum regulador de saúde do mundo, a ICMRA, tivemos reunião hoje de manhã, temos reuniões frequentes, então o Brasil não está inventando absolutamente nada. Nós estamos, sim, no mesmo grupo de países que estão à frente da ciência reguladora mundial de medicamentos, de imunobiológicos, de produtos para a saúde, buscando enfrentar o inimigo que eu sempre digo que é um só e é comum, que é o coronavírus. Então, é importantíssima a união dos esforços, a união dos diversos setores, das diversas instituições, por um princípio muito simples: o inimigo é outro e chama-se coronavírus. É um só. Então, não há sentido nenhum de nós perdermos tempo, perdermos esforço, perdermos homem-hora nos desviando desse foco. E, infelizmente, *fake news*, as mentiras, as agressões, as ameaças, tudo isso que é veiculado no dia de hoje parece que só tem um objetivo, que é nos tomar a atenção e nos tomar o tempo e contribuir para que esses números ainda terríveis que estamos tendo – eu vou sempre citar essa situação dos aviões caindo – continuem caindo.

Então, a gente precisa ter, volto a dizer, a tranquilidade para trabalhar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, aproveitando, inclusive, a consideração do Dr. Barra Torres, parece que o Dr. Barra Torres encaminhou para a Comissão um documento sobre o conjunto de ameaças que a Anvisa está recebendo, os técnicos da Anvisa, diretores da Anvisa estão recebendo. Não sei se já foi encaminhado – e eu pergunto, se ainda não foi, se ainda será – se puder disponibilizar para as Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sim, ainda não foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas, assim que recebermos, nós o faremos.

Bem, eu vou passar aqui a palavra à Senadora Simone Tebet. Quero agradecer a presença dela aqui na nossa Comissão, ela que, ontem, formalmente entregou a sua função de Líder da nossa bancada das mulheres Senadoras aqui no Parlamento, fez um excelente trabalho nessa condição e foi, sem dúvida, uma das pessoas que mais se destacaram no trabalho na nossa CPI da Covid-19.

Então, com prazer eu recebo V. Exa. e lhe concedo a palavra para inquirir o Presidente da Anvisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, na sua pessoa cumprimento os demais membros desta Comissão. Quero cumprimentar de uma maneira muito especial o Diretor-Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, e dizer que é um prazer novamente tê-lo aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós não gostaríamos de, de novo, estar numa reunião como esta. Por incrível que pareça, será que este Governo não aprendeu nada com tudo que passou na CPI? A maioria das perguntas ou praticamente todas as perguntas que a princípio eu tinha, as dúvidas, foram de alguma forma esclarecidas pelo Presidente da Anvisa e agora complementadas pelo Senador Fabiano Contarato, sempre zeloso também.

Eu teria uma pergunta antes de fazer umas colocações, uma única pergunta, e é bem objetiva. Recentemente eu assisti a algumas entrevistas dadas por especialistas – não sei se o Dr. Barra Torres conseguiria me confirmar isso, mas eu acho que é importante para que fique claro perante a população brasileira que está nos acompanhando pela TV Senado –, que desde o início da pandemia mais ou menos 1,5 mil crianças de zero a onze anos morreram de covid-19 no Brasil.

São mais ou menos esses os números que foram dados pela comunidade científica – não é nem essa a pergunta que faço a V. Sa., obviamente que não teria isso de cabeça –, mas o que me espantou, e me dirijo aqui ao médico Humberto Costa, é que os três que estavam ali na bancada mencionaram que, no Brasil, nos anos passado e retrasado, morreram mais crianças de covid-19 do que das doenças que são protegidas por vacina no Brasil. Eu acho que esse número, esse dado, precisa ir para as nossas redes sociais, a TV Senado precisa divulgá-los, a grande imprensa precisa divulgá-los, porque talvez esse seja o dado que mais chame a atenção e comova especialmente as mães, que, eu tenho certeza, querem acima de tudo a proteção de seus filhos, mas têm que conviver, como disse o Dr. Antonio Barra, com essa guerra de informação, essa guerra de comunicação, de *fake news*, propalada e encabeçada, capitaneada por esse Presidente da República que aí está, cujo nome de agora em diante eu vou começar a me recusar a citar para ver se as pessoas esquecem um pouco dele para pensar na ciência e ouvir os médicos e cientistas a respeito dessa pandemia.

Essa informação, se confirmada, precisa ser esclarecida, porque, veja, se é assim, nós temos que perguntar para as mães: por que é que nós, mães, autorizamos nossos filhos, quando nascem numa maternidade, a dela saírem vacinados para impedir que sejam acometidos por doenças que, de alguma forma, vão causar uma comorbidade permanente ou mesmo a morte e estamos nos recusando a dar-lhes vacina para uma doença que está matando mais do que as outras vacináveis?

Eu não sei qual é o termo, como nós poderíamos, e essa é a pergunta... Ajude-nos a ajudar o Brasil, Dr. Antonio Barra Torres. Como é que nós poderemos entrar nessa campanha, aqui pelo Senado, pelo Congresso Nacional? De que forma? Qual é o esclarecimento que nós temos que dar a essa mãe? Que dados a Anvisa também teria, junto à comunidade científica, para que nós pudéssemos fazer o paralelo? Essa é a única pergunta que faço, porque isso de alguma forma me chamou a atenção, e aí vou, obviamente, fazer os agradecimentos e as minhas colocações finais.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Senadora Simone Tebet, primeiramente minhas desculpas. Eu estava olhando a imagem da senhora ali julgando que a senhora não estivesse aqui,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a minha assessora de comunicação está apontando para cá agora para me avisar. A senhora me desculpe, eu não a havia visto.

De fato, a informação que V. Exa. traz procede: o número de crianças mortas por covid-19 é maior do que o somatório de todas as crianças mortas por doenças preveníveis com vacina, e algumas vezes isso, algumas vezes. Então, a covid-19, para as crianças, é muito perigosa, ela é muito letal quando comparada a outras doenças que são preveníveis com o uso de vacinas.

Na questão que V. Exa. aponta, quanto à informação, o que ocorre? Não é uma atribuição da Anvisa gerenciar, criar, promover campanhas de informação à população, essa atribuição é uma atribuição ministerial, do ministério afeto ao tema – já que estamos falando de Anvisa – de que a Anvisa trate. A Anvisa trata de temas afetos a vários ministérios, vários, embora sejam predominantemente afetos ao Ministério da Saúde, mas também a vários outros.

Então, a rigor, a atribuição realmente não é nossa. Mas o que ocorreu no transcurso da pandemia? Acabamos nós, os diretores, o quadro de diretores, e também os servidores atendendo às demandas da imprensa brasileira – que talvez, infiro, carente de determinadas informações de fontes fidedignas, tenham nos procurado –, até talvez transcendendo um pouco da atribuição do regulador, que deveria, sim, analisar e emitir o resultado da análise: está aprovado o produto ou não está aprovado o produto. No cenário da pandemia, tivemos demandas infindáveis da imprensa brasileira e procuramos atender. E, nessas oportunidades, sim, acabamos falando – aquilo que repeti agora há pouco – sobre a segurança, sobre a qualidade e eficácia desses produtos que estamos aprovando.

Não consigo ver, eminente Senadora, se ficarmos restritos às atribuições definidas por lei hoje para a agência reguladora, uma possibilidade de atuar nesse sentido mais amplo de uma campanha de informação à população, mas, de toda sorte, estamos também sempre prontos e receptivos a receber e analisar as propostas que venham do Senado Federal ou das Casas de representação no Brasil, para que possamos contribuir de alguma maneira. Mas, de fato, não temos, na nossa atribuição, a questão da campanha junto à população.

Nós temos um *site*, um portal, que eu considero até um *site* um pouco pesado, não é muito *friendly*, digamos assim. Ele é tão completo que acaba ficando pesado. Mas ali, quem se aventurar naquele *site*, naquele portal vai encontrar todas estas respostas: vai encontrar se a vacina é segura; se ela foi analisada; com a ótica de que instituições; se foi somente o Brasil, se teve troca de informação com o exterior... Está tudo lá. Mas estamos prontos a receber demandas que porventura venham no sentido de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero, em nome de todas as mães, de todos os brasileiros, agradecer à Anvisa. Eu já tive a oportunidade de fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso na Comissão, mas faço agora. Os senhores podem dormir com essa tranquilidade de saber que, no exercício técnico respeitável e imparcial das atribuições dos senhores – levem esta minha homenagem a todos os servidores da Anvisa –, os senhores salvaram vidas. E nada é mais importante do que isso.

Como ouvi recentemente, "isso não se trata de política; isso se trata de vida, estúpido". Foi o que disse um chefe da comunicação de um ex-Presidente dos Estados Unidos. É isso que eu gostaria de poder dizer ao Presidente da República. Isso não se trata de política, nem de processo eleitoral; nós estamos falando de vida. E vidas que realmente importam.

Eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, chegando aqui, na primeira vez que assumo aqui como suplente desta Comissão, que soube pelo Senador Randolfe que foi convidado o Procurador-Geral da República e ele se recusou a vir. Talvez tenhamos que entrar com requerimento de convocação a partir de agora.

O que eu vi, ao que eu assisti na entrevista que ele deu recentemente para um grande veículo de comunicação do Brasil foi de uma covardia e de uma desonestidade intelectual sem precedentes. Eu disse na CPI e digo aqui: eu entrei na pandemia comovida com as pessoas e estou saindo indignada. E essa minha indignação faz que, como mãe e como mulher, eu não tenha que dosar palavras, nem muito menos sentimentos.

Eu repito aqui para que todos possam ouvir: o Procurador-Geral da República está sendo de uma desonestidade intelectual com o Senado Federal, com os Senadores que foram eleitos pelo povo e exerceram, a mando da soberania desse mesmo povo, o seu dever de vigilar e cuidar da saúde e da vida das pessoas, que eu não imaginava estar no Senado Federal vivendo.

Covardia e desonestidade, porque ele mentiu – essa é a verdade. E ele tem que estar aqui agora, vai ter que vir a esta Comissão, ao Senado Federal, para fazer esses esclarecimentos, Presidente Humberto Costa. Como é que ele pode dizer que a CPI não cumpriu o seu papel e que, na sua conclusão, não juntou os documentos? Ele sabe, por dever de ofício, que nós não somos delegados de polícia, com todo o respeito à Polícia Civil e Militar deste país. Nós somos Senadores que estávamos numa comissão parlamentar de inquérito – é verdade, era um inquérito –, colhendo informações, ouvindo testemunhas, apresentando um relatório de indícios graves de omissão dolosa do Senhor Presidente da República, do seu entorno, dos Ministros da Saúde, e também em relação a supostos esquemas gravíssimos de crimes contra a administração pública: organização criminosa, peculato, concussão e toda sorte de crimes elencados no nosso Código Penal.

Diante disso, nós temos uma estrutura básica. Esses servidores não tinham hora, não tinham dia, trabalhavam no final de semana... Nós saímos das reuniões à meia-noite, 1h da manhã, juntando documentação. Eles não ganharam nem um centavo a mais por isso e cumpriram o seu papel dentro do limite das suas atribuições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não cabia e não cabe a uma comissão parlamentar de inquérito fazer o papel e o trabalho que é da Procuradoria-Geral que é juntar as provas. Se nós conseguimos, em seis meses, levantar tudo isso, como é que em 120 dias, ou 110, 115 dias a Procuradoria-Geral não o faz? Não o fez por inércia, não o fez por omissão, não o fez por parcialidade, porque ele, que representa o órgão máximo de fiscalização e controle deste país pela Constituição, que é o Ministério Público – ao qual, aliás, nós demos amplos poderes, recentemente, por emenda constitucional –, em vez de servir e representar esse órgão máximo, que falha, é verdade, que muitas vezes se excede, como se excedeu no passado, simplesmente esquece o seu papel, a sua atribuição, e vai ser um mero servo do Presidente da República.

Então, fica aqui a minha indignação. Não falo mais pela bancada federal, falo apenas como Parlamentar que sou, entendendo que nós precisamos convocá-lo e, se não estivermos satisfeitos, por que não discutir a possibilidade do *impeachment* do Procurador-Geral da República, como bem apresentou o Senador Randolfe na última reunião?

Desculpe o desabafo, Sr. Presidente, mas eu acho que esse é um ponto importante, sob pena de, de novo – e aqui uso as palavras do Diretor-Presidente da Anvisa –, nós perdemos essa guerra de informação para algo que é hoje uma das maiores chagas da democracia que são as *fake news*, que não só fragilizam as instituições, não só, através da mentira, tentam tirar o papel da imprensa livre, mas também estão num verdadeiro retrocesso civilizatório, embutindo na sociedade, na mentalidade dos jovens brasileiros valores que não são nossos. Não é da essência do povo brasileiro flertar com o autoritarismo, com o extremismo, com violação de direitos das minorias de serem o que são, de terem a sua orientação sexual, de terem a sua opção religiosa, de terem a cor que tenham. Esta é a maior beleza do Brasil: a nossa diversidade. Quando nós vemos as redes sociais totalmente descontroladas, com *fake news*, falando em ressuscitar ou tentar implantar no Brasil um partido de extrema direita – e nós estamos aqui discutindo também, nessa parte, nessa guerra sanitária, que vacina pode causar miocardia, o que é muito mais grave do que a própria doença, porque nós sabemos que ela é que pode levar a essa comorbidade –, nós temos que fazer alguma coisa.

Sr. Presidente, estou à disposição, agora como membro desta Comissão. Pode explorar o trabalho da Bancada Feminina, através da minha pessoa e de outras colegas que estão conosco.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., mais uma vez, pela presença de V. Exa. Fico feliz de saber que agora é parte da nossa Comissão. Quero dizer que nós, quando fizemos o convite ao Procurador, nós o fizemos inclusive na condição de dar a ele um conforto de vir aqui como uma autoridade que vem para prestar algumas informações, mas sem, digamos, o constrangimento de – embora, na verdade, isso seja previsto pela Constituição, não é constrangimento nenhum – vir na condição de alguém que é chamado, em vez de vir na condição de alguém que vem espontaneamente prestar aqui as informações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que é pertinente a proposta de V. Exa.. Por essa razão, já pedi aqui à assessoria da nossa Comissão para rapidamente fazer um estudo junto com a assessoria aqui do Senado para que não venha a surgir nenhum tipo de questionamento de que não pode haver a convocação. Eu entendo que pode haver. *(Pausa.)*

Não pode? Ele está me dizendo aqui que não pode.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nem no Plenário da Casa? *(Pausa.)*

Há um caminho mais radical, já que ele se recusou a vir por bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, em relação a esse tema do Sr. Procurador-Geral da República, eu acho que nós temos que ir na gradação. Acho que nós já o convidamos aqui. Ele, numa atitude inclusive de descortesia ao mesmo Senado que o conduziu...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Descortesia. Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma atitude de desrespeito ao Senado que o colocou, que o aprovou, não com o meu voto, porque eu votei contrariamente, mas a ampla maioria das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores votaram a favor da recondução dele. É um ato de descortesia. Então, acho que nós podemos insistir, desta feita, convidando-o, já que não pode ser convocado porque há um impedimento legal, ao Plenário.

Senadora Simone, V. Exa. suscita algo muito importante, porque o que o Sr. Procurador-Geral da República fez ontem em um canal de televisão, em entrevista à CNN, é gravíssimo. Ele joga a irresponsabilidade e a inércia dele nas costas nossas!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E procura encontrar um argumento para o que, no fundo, eu acho que é o desejo dele: arquivar todas as denúncias que foram feitas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um desejo incontido! É um desejo incontido!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E faltando com a verdade – faltando inescrupulosamente com a verdade!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho aqui, Sr. Presidente Humberto e Senadora Simone, vejam, os protocolos da entrega dos documentos. O Sr. PGR falou ontem que a entrega dos documentos ocorreu no dia 27 novembro. Mentira! Está aqui. Isso aqui é do *site* da PGR. Foi em 27 de outubro. Ele disse que as provas foram entregues 15 dias depois. Mentira! Foram entregues no dia 4 de novembro. Ele disse que foram entregues de forma desconexa. Estão aqui, com o comprovante da entrega no dia 4 de novembro. Foi esse aqui o trabalho que nós entregamos. Vejam. Está aqui o nome do indiciado. Você clica no nome do indiciado... Isso aqui são as provas relativas ao indiciado. Então, é mentira que foram documentos desconexos! Foram 10 terabytes... A única verdade é que são 10 terabytes de provas, inclusive especificadas dessa forma.

Nós entregamos, um dia depois, à Procuradoria da República da primeira instância, a PR/DF, aos colegas da primeira instância, o material relativo àquelas pessoas que não tinham foro, Senador Humberto. Olhe o que resultou! Esta aqui é uma ação civil pública pedindo uma indenização de R\$62 bilhões da União e mais dois inquéritos policiais.

Que ele se oriente lá com o pessoal da primeira instância, que está trabalhando, e pegue no serviço, comece a trabalhar, não venha jogar a irresponsabilidade, a inércia deles sobre nós! Eles nos procuraram na semana passada. A equipe técnica do Senado vai fazê-lo, vai entregar mais do que nós já entregamos. Vamos pedir a individualização. E nos procuraram só por uma coisa, porque receberam um pito – é isto, o nome é este, um pito –, uma chamada da Ministra Rosa Weber. A Ministra Rosa Weber alertou-os e o Sr. Procurador-Geral da República, Senadora Simone, para o óbvio, para o art. 27 da Lei Orgânica do Ministério Público. E a Constituição da República já diz quais são as suas atribuições.

Então, não venha tentar responsabilizar a CPI! A CPI não acabou em pizza! O *pizzaiolo* está onde ela está sendo enfiada, em um prédio bonito chamado Procuradoria-Geral da República. É lá que ela está sendo enfiada!

Eu quero sugerir, Presidente, o encaminhamento de reiterar o convite, só que para o Plenário do Senado, para ele dizer "não" ao Plenário do Senado, o mesmo Plenário que o conduziu, e sem embargo de ações seguintes, que é o que a Senadora Simone falou agora, inclusive para levantarmos a possibilidade do *impeachment*, combinado com uma eventual denúncia ao Supremo Tribunal Federal pelo precedente que existe.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós vamos fazer, então, essa avaliação. Eu tenho absoluta concordância. Acho que a grande contradição é esta: como é que, na primeira instância, o Ministério Público foi capaz de produzir, acho, 14 procedimentos específicos em relação aos nomes acusados pela CPI e, na Procuradoria-Geral da República, o Procurador chega, antecipadamente, com essa visão de que não há provas? Aliás, se ele simplesmente abrisse o inquérito, poderia, com o auxílio de toda a estrutura do Ministério Público e da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, agregar outras provas, porque provas já existem muitas, como a da própria atitude do Senhor Presidente da República e do quanto ele prejudicou o enfrentamento à pandemia nesse período.

Mas vamos dar esses encaminhamentos.

Eu passo a palavra ao Senador Flávio Arns, para que possa fazer a sua arguição.

Depois eu estou aqui como último inscrito, para que nós possamos concluir esta nossa audiência pública.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para interperlar. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, caro colega Humberto Costa.

Não é propriamente uma arguição, mas eu gostaria só de destacar ao Sr. Antonio Barra Torres um aspecto que considero importantíssimo e que ocorreu durante esses trabalhos todos da Anvisa.

Eu estou falando remotamente, mas já tive ocasião de conversar com o Dr. Barra Torres pessoalmente, no Plenário do Senado Federal, antes da pandemia. Quero, Dr. Barra, dizer o seguinte: olha, eu acho que neste momento da história do Brasil boa parte dos brasileiros sabe o que é a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), tão importante, tão necessária na pandemia e em todos os aspectos da vida diária do nosso país. Tudo passa pela vigilância sanitária, seja na pecuária, nas vacinas, na alimentação, quer dizer, toda a nossa vida está relacionada a uma boa estrutura da vigilância sanitária, mas, particularmente na pandemia, os olhos do país todo se voltavam para a Anvisa, para o nosso órgão regulador.

E aí eu quero lhe dar os parabéns, Dr. Barra. Eu quero, assim, dizer que todos nós sentimos, na Anvisa, na sua pessoa, na pessoa dos demais diretores do corpo técnico – apesar de todas as ameaças –, segurança, tranquilidade, estarem de acordo com as melhores práticas que acontecem no mundo, dando a segurança necessária para que a população se vacinasse, para que as famílias ficassem mais tranquilas, para que os pais soubessem a segurança da vacina em relação às crianças, aos adolescentes. Então, foi um papel, assim, extraordinário, apesar de todas as *fake news*, de todas as mentiras, de todos os ataques que a vigilância recebeu no decorrer desses meses.

É bom que a população saiba que os diretores têm que prestar contas do seu trabalho para a população brasileira, são independentes, foram sabatinados pelo Senado Federal, foram indicados para um mandato na Anvisa; então, não podem ser demitidos, exonerados em função do desejo de qualquer pessoa. Então, se há algo, assim, que eu diria essencial é que a população disse: "Olha, hoje eu sei o que é a Anvisa. Hoje eu sei que a Anvisa faz um trabalho sério, importante". Inclusive, há a nota que o senhor,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Barra, emitiu dizendo: "Olha, pessoas honestas, capazes, pessoas que têm história de honradez. E, se tiver algum problema, que se indique esse problema, porque nós seremos os primeiros a investigar esse problema". Isto que a população precisa, isto que o Brasil precisa hoje em dia: segurança, tranquilidade, transparência, honradez, compromisso com a verdade, compromisso com a ciência, particularmente nessa hora tão difícil não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro.

É inacreditável que haja pessoas que, no momento em que quase 650 mil brasileiros morreram, ainda coloquem *fake news*, ou dúvidas, ou problemas, quer dizer, deveria haver um esforço coordenado para que houvesse uma convergência, puxar a corda para o mesmo lado: "Vamos todos juntos enfrentar esse problema". Mas isso a gente percebeu da parte do senhor, Dr. Barra, dos diretores e de todo o quadro técnico. Então, o meu apelo, a minha mensagem é no sentido de que vocês continuem firmes nessa caminhada. É isso que a gente espera da Anvisa. A Anvisa foi criada para isso, para essa independência, para essa opinião – não é só opinião –, para essa certeza do que deve ser feito, essa orientação para a sociedade.

Então, esta não é absolutamente uma arguição, mas um cumprimento para dizer: olha, que bom que temos a Anvisa! Que bom que existe lá gente competente, independente, transparente, com honradez nas suas caminhadas de vida. Continuem assim! E contem com a gente para o que for necessário para que o órgão se fortaleça, porque o Brasil depende da Anvisa também.

Um abraço grande e bom trabalho lá! Estamos juntos nessa caminhada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Eu entendo que V. Exa., na verdade, fez muito mais uma manifestação política do que uma pergunta.

Eu queria aqui fazer algumas perguntas – estou inscrito, e depois nós teremos ainda outras manifestações, entre elas a da Senadora Soraya Thronicke, que chegou aqui, neste momento, nos honrando com a sua presença. Eu vou fazer uma série de perguntas, e V. Sa. pode respondê-las como um todo.

Eu sou da ideia que foi expressada aqui pelo Senador Fabiano Contarato de que é preciso repetir, repetir, repetir, repetir as questões para que nós possamos eliminar qualquer tipo de dúvida da população brasileira, e naturalmente V. Sa., como Presidente da Anvisa, como eu disse, uma agência internacionalmente conceituada na área da vigilância sanitária, pode aqui nos reforçar.

Primeiro. Um dos argumentos que têm sido muito colocados é o de que as vacinas são experimentais e a população é cobaia. Nós sabemos que essas vacinas passaram por um processo de elaboração, por pesquisas clínicas que foram desenvolvidas de acordo com os protocolos científicos, mas eu queria que V. Sa. comentasse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo. Pergunto a V. Sa. se há alguma razão plausível para que as pessoas não se vacinem. Há alguma razão plausível?

Outra questão, também de certa forma vinculada à primeira. Nós vimos aí uma manifestação da Sra. Mayra Pinheiro – que, aliás, saiu do Ministério da Saúde, deixou de fazer mal à saúde do Brasil, foi transferida para o Ministério do Trabalho, onde certamente fará muito mal ainda à classe trabalhadora. Ela declarou que as vacinas contra a covid se tratam de um experimento fruto do ativismo político. Eu pergunto a V. Sa. o que dizer em relação a isso. Que opinião a Anvisa tem sobre essa questão?

O outro, só para, mais uma vez, nós repetirmos aqui, diz respeito a uma fala do Presidente da República que foi exibida aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues, em que ele dizia que o número de mortes por covid-19 em crianças é praticamente zero – e eu queria que V. Sa., se possível, repetisse os números que tem, eu creio que batem com os que eu tenho aqui –, talvez porque os números não cheguem à casa dos milhares, não é? E talvez o Presidente da República ache que esse número não é relevante, mas é importante.

A outra coisa já foi aqui também levantada, é de que um dos argumentos mais fortes – mais fortes, eu digo assim, mais repetidos, não é? – pelos negacionistas é de que a vacina poderia produzir uma alteração genética do DNA humano ao serem administradas as vacinas desenvolvidas em plataforma de RNA. Eu lhe pergunto: as vacinas contra a covid são produtos de terapia gênica? Algum tipo de alteração genética foi produzido para a produção dessas vacinas, enfim? É verdade que podem alterar o DNA humano?

Quero que V. Sa. também novamente fale sobre essa grande contradição que é o fato de o Brasil ser um país que tem um Programa Nacional de Imunizações que é considerado o melhor do mundo – e isso só acontece porque a população tem a consciência da importância da vacinação – e nós tenhamos aí, como V. Sa. exibiu os dados estatísticos comparativos do Brasil com outros países, no que diz respeito à vacinação para crianças... Gostaria até que V. Sa. pudesse nos repassar essas informações. Eu agradeço.

Bom, sobre efeitos adversos, V. Sa. já falou.

Eu queria, por último, tratar aqui de uma coisa que também é relevante. A Anvisa terminou por liberar agora, no final de janeiro, a utilização do autoteste – não é? –, que é uma coisa importante, porque, como nós não nos planejamos, fizemos mal e durante o grosso da pandemia isso também não aconteceu, o Brasil praticamente não fez testagem, não é? E, nesse momento em que nós temos uma variante que é extremamente transmissível e que tem acometido centenas de milhares de pessoas num processo muito rápido, inclusive muitas delas sem ter conhecimento sequer de que adquiriram a doença, porque em algumas condições nós temos casos assintomáticos, não é? Então, a ideia de o autoteste poder ser utilizado, aquele que a pessoa compraria na farmácia e ela própria realizaria, termina sendo uma ideia que foi replicada em outros países.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que não seria da área de V. Sa., mas da área da vigilância epidemiológica. Muitos que estão debatendo esse tema, inclusive gestores, se colocam em termos de uma preocupação que é o fato de que, do ponto de vista estatístico, é muito importante para nós sabermos quantas pessoas foram acometidas, aliás, uma das coisas que hoje, no nosso país, em relação à pandemia, é claramente um problema é o fato de que nós não sabemos, na realidade, quantas pessoas foram acometidas por essa doença. Há quem diga que o número é duas vezes, três vezes. E com o autoteste, a pessoa, em princípio, faz o teste. Se estiver negativo, tudo bem; se estiver positivo, como fazer com que esse número chegue aos dados que são utilizados, inclusive, para planejar o enfrentamento à doença? Então, eu pergunto, embora não seja, como eu disse, atribuição da Anvisa, se, em algum momento, a Anvisa chegou a discutir alguma maneira de minimizar esse problema diante da aprovação do autoteste.

Seriam essas as minhas questões para, logo depois, eu passar para a Senadora Soraya Thronicke, e aí nos concluirmos o nosso trabalho na tarde de hoje.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas perguntas.

Se me permitir, eu vou inverter aqui a ordem. Em relação à questão dos autotestes – deve ter sido acompanhado por V. Exa.; houve uma ampla cobertura da imprensa nesse sentido –, havia e há a necessidade de que a possibilidade da autotestagem viesse acoplada, atrelada a uma política pública de saúde, justamente para que pudesse produzir efeitos outros além daqueles que fossem pura e tão somente tirar a dúvida do cidadão que adquire o teste numa farmácia, enfim, e promove a sua testagem. Isso ocorreu, veio a política pública, nós recebemos, o Ministério da Saúde a promulgou, mas, de toda maneira, a questão da autotestagem não contempla pela autotestagem uma notificação que vá abastecer dados estatísticos. Isso não é feito assim. Por que não é? Porque, de toda sorte, é uma testagem feita por não profissionais, é o próprio usuário que vai adquirir. Há uma possibilidade das falhas do processo da coleta de dados, falso-positivos, falso-negativos, muito mais, talvez, falso-negativos, enfim. Então, não há o atrelamento da autotestagem à obtenção de dados.

O que há na política pública? Há o seguinte: aquele cidadão que adquirir o seu autoteste e obtiver um resultado positivo já estará sendo orientado a procurar, aí, sim, um serviço de saúde municipal, estadual ou federal, onde ele terá aquele resultado confirmado por profissional competente, em ambiente adequado. Aí, então, isso vai prover um abastecimento de estatísticas para as notificações, até porque a covid é uma doença de notificação compulsória.

Nós temos processos em análise. A Anvisa já se manifestou conclusivamente em relação a alguns testes, e outros permanecem em análise. Isso é desenvolvedor dependente. Isso depende do laboratório. Se muitos laboratórios protocolarem seus pedidos, o.k., vamos analisar muitos e vamos ter várias opções. Se forem poucos, provavelmente não teremos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. perguntou quanto à questão da vacinação para as crianças, por que ela está vindo num ritmo mais lento do que a vacinação dos adultos. O grande coordenador, o grande compilador dessas informações é o Ministério da Saúde, que, com certeza, terá condições muito mais completas do que eu de estabelecer quais seriam as causas possíveis. Portanto, não é uma atribuição da Anvisa essa análise.

O que percebo, sim, é que há um efeito muito pesado das *fake news* nesse sentido, uma disseminação muito grande de notícias que incutem medo na população, e esse ato de incutir medo na população não está tendo uma contrapartida de informações no sentido de tirar esse medo, no sentido de expor qual é a realidade científica da questão.

Não podemos avançar também nesse campo, porque não é uma atribuição da agência reguladora efetuar campanhas de incentivo inclusive à própria vacinação. O que temos feito, naquelas demandas que recebemos da imprensa ou das Casas representativas brasileiras – como hoje, por exemplo –, é vir aqui dar o nosso depoimento. Nós não temos essa atribuição de efetuar campanhas de esclarecimento à população, porém, no nosso Portal da Anvisa, que é acessível a qualquer cidadão, existe toda a informação referente às vacinas, por exemplo, e aos demais produtos que são analisados. Inclusive, lá o cidadão vai encontrar – nós postamos no dia 7 de janeiro de 2022 – todo o arcabouço que comprova, por "a" mais "b", que a questão das vacinas com RNA mensageiro não tem nada a ver com terapia gênica, com terapia genética, absolutamente. Inclusive, os produtos que se relacionam a esse tipo são produtos de elevadíssimo custo, são produtos extremamente específicos, para situações específicas, que, portanto, não guardam nenhuma relação com vacinas que se destinam a grandes massas da população.

Não há nenhuma comprovação científica, não há nenhuma documentação que fale quanto as vacinas produziram alterações de DNA. Simplesmente é mais uma informação que pega a questão do simples nome: "Ah, ela usa RNA mensageiro, então vai interferir no RNA e no DNA do ser humano". Não interfere. Não tem absolutamente nenhuma ação.

O número de mortes de crianças não é praticamente zero, de forma nenhuma. Os dados são dados conflitantes. Existe, por exemplo, publicada em 4 de janeiro de 2022 pelo próprio Ministério da Saúde, a referência de 311 óbitos de crianças. Pela Sociedade Brasileira de Pediatria, nós temos, na faixa etária de seis a dezenove anos, por aquele organismo, um número bem maior, de 1.180. A BBC News (British Broadcasting Corporation), que possui um setor de monitorização de saúde também, aponta que, de cinco a onze anos, pode chegar a 800. O Instituto Butantan veiculou, em 20 de janeiro de 2022, 1.499 mortes.

E aí vem a pergunta: onde está a verdade? Onde está a verdade? Eu vou ficar com o número menor, vou ficar com 311, do Ministério da Saúde. Eu pergunto: qual é o número aceitável...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Dr. Barra, o senhor pode só repetir...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Posso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... o do Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Trezentas e onze. Foi divulgado no dia 4 de janeiro de 2022. A BBC divulgou 800; o Butantan, 1.499, na faixa de zero a onze – aí já há uma variação da faixa. Mas eu digo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual a faixa que o Ministério da Saúde divulgou?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O Ministério da Saúde, de cinco a onze; Butantan, de zero a onze, 1.449 – ou seja, os números são conflitantes.

Então, como médico, algumas coisas, ao longo de trinta e tantos anos de prática médica, me tocam profundamente. Uma delas é óbito em criança. Acho que não tem... O óbito no idoso, o óbito no doente muito grave, o óbito no CTI, infelizmente, para o profissional de saúde, é um óbito que pode acontecer por razões óbvias. O óbito da criança e do jovem é aquele que, tirando o acidente, não deveria acontecer. Portanto, ele é extremamente impactante. Então, eu fico com o menor número, de 311. E eu fico com a pergunta: qual é o número razoável então para defender a vacinação de crianças? Trezentos e onze não é razoável? Eu tenho essa dúvida. Eu não sei. Eu realmente não sei.

Algum dos senhores conhece alguém que seja pai de crianças que tenham morrido?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é. Talvez o Ministério da Saúde ou quem nega essa vacina deveria perguntar para os pais desses 311. E poderia ir mais um pouco: poderia perguntar aos pais dos 1.400, de zero a onze anos, segundo o Instituto Butantan. Acho que talvez a eles devesse ser feita essa pergunta.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Quanto a conhecer ou não conhecer, tirando o Ministro Pontes, eu não conheço nenhum astronauta, mas eu sei que eles existem. Eles existem. Então, a questão de conhecer ou de não conhecer alguém que já tenha conhecimento do filho de alguém que tenha morrido... Os números estão aqui. Essa doença mata mais do que o somatório de todas as doenças imunopreveníveis juntas. Precisa de mais argumento? Eu acho que não precisa de mais argumento.

O Presidente da Comissão pergunta sobre a assertiva que foi feita de que a vacina é fruto de ativismo político. Essa é difícil de comentar, Senador. Eu confesso que não sei o que dizer disso.

Pergunta-se se há alguma razão para não se vacinar. Existem situações muito particulares na Medicina, muito ligadas ao sistema imunológico em certas situações em que o aporte de um estímulo ao sistema imunológico... Vacina é isto, é cutucar o sistema imunológico da pessoa para que aquele sistema produza defesas. Então, em situações muito específicas, pode haver a contraindicação à vacina, mas isso é muito raro, isso é muito raro, muito particular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar a pergunta de V. Exa. para dizer que tem sido imputada à agência uma série de situações com que a agência literalmente não tem relação. Por exemplo – eu vou aproveitar este fórum para repetir –, a Anvisa não coloca 1ml de líquido vacinal no braço de ninguém. Esse mérito é do Ministério da Saúde. Então, é o reconhecimento que faço ao Ministério da Saúde quanto a esse mérito, mas, por outro lado, não posso aceitar que seja imputada à Anvisa uma culpa por vacinar. Essa culpa é imputada pelo negacionismo, que a coloca na Anvisa, que é uma instituição meio, é uma instituição que oferece ao ministério a possibilidade de escolher com que armas ele vai lutar... E o ministério soberanamente tem o direito garantido em lei de escolher sim ou não, como não escolheu, por exemplo, determinados medicamentos que foram aprovados pela Anvisa: anticorpos monoclonais por exemplo. Está errado? Não, não está errado. O ministério tem comissões, tem estudos, tem grupos que aconselham: "Incorpore" e "não incorpore". Portanto, não é o fato de ter a Anvisa aprovado algo que isso resulte obrigatoriamente na escolha pelo ministério. O grande gestor é o Ministério da Saúde, ele escolhe – ele escolhe.

Só que, infelizmente, o que vemos nas mídias digitais de *fake news* é como se a Anvisa estivesse numa cruzada de obrigatoriedade vacinal. Nunca esteve! A Anvisa sempre defendeu o caráter voluntário, baseado no convencimento, porque é esse que gerou a tradição praticamente centenária no Brasil de adesão da população: informação precisa, bem passada, e a população convencida do benefício daquela vacina.

Então, não temos absolutamente nenhuma sanha, nenhuma tara, nada por obrigar alguém a absolutamente nada. Nosso trabalho é técnico, é científico e visa assessorar e fornecer ao ministério armamentos para que ele combata, para que ele efetue os programas de vacinação.

E, por último, Senador Presidente, as vacinas não são experimentais. As vacinas aprovadas pela Anvisa concluíram os estudos clínicos Fase I, Fase II, Fase III. É previsto no Brasil, respaldado pela Lei 1.124, que as vacinas Fase III, com os estudos da Fase III iniciados, na inexistência de outra possibilidade terapêutica – e até o presente momento não existe outra –, que sejam aprovadas as vacinas.

Então, as aprovações de vacinas no Brasil são consoantes a lei e não são absolutamente experimentos sendo feitos com os seres humanos, com os brasileiros. São os mesmos padrões internacionais vigentes no mundo todo. Reitero: não estamos inventando absolutamente – absolutamente! – nada. Não há nenhuma cláusula em vigor no Brasil que divirja diametralmente das cláusulas regulatórias no mundo todo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra aqui à Senadora Soraya Thronicke, e peço ao Senador Randolfe que assuma aqui por um minuto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu agradeço.

Quero agradecer a presença do Diretor da Anvisa, o Sr. Antonio Barra Torres. É um prazer tê-lo aqui conosco. Obrigada por comparecer à nossa Casa.

Antes de começar as minhas reflexões aqui, eu gostaria de saber se o senhor foi convidado a comparecer à sessão de debates na segunda-feira, se a Anvisa recebeu esse convite para estar aqui no Senado Federal discutindo sobre a questão do passaporte sanitário ou do certificado de vacina e testagem, enfim, independente do nome. O senhor foi convidado?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Senadora Soraya Thronicke, boa tarde.

Não chegou ao meu conhecimento esse convite.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Lamento, porque a primeira indagação que eu fiz é que... Quando eu vi o número de pessoas que estavam inscritas para falar, que foram no total, mais ou menos, de doze, e apenas três favoráveis ao passaporte vacinal, aí eu achei que não estava de forma equilibrada.

Imediatamente eu liguei também, eu não sabia que V. Exa. não havia sido convidado, porque me informaram que havia sido convidado, que não compareceu, mas também não mandou nenhum representante da Anvisa.

Segundo ponto. Entendo que as maiores autoridades de saúde deste país são V. Exas., o senhor, mas, acima de todos nós, o Ministro Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, que, inclusive, nomeou a Secretária Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19, Dra. Rosana Leite, e é um orgulho para o Mato Grosso do Sul ter a Dra. Rosana Leite à frente do combate a essa pandemia.

Entrei em contato, via e-mail, entrei em contato via telefone, entrei em contato via WhatsApp com o Ministro Marcelo Queiroga, e ele sempre me foi muito solícito e sempre respondeu, só que desta vez, desde segunda-feira, ele não me responde. Eu queria falar com ele porque entendo que, como falou naquela ocasião a Dra. Roberta Lacerda, há evidências científicas de conveniências e há estudos científicos belíssimos para qualquer lado; porém, nós temos de partir dos números, dos fatos, dos números que nós temos no nosso país para desenharmos ou para iniciarmos qualquer estudo científico. Eu não sou da área médica, por isso eu só tenho perguntas e faço qualquer análise a partir de números, de dados. E estudar um pinga de razão é o nosso dever. Eu acredito que todos que frequentaram a escola entendem um mínimo dessa questão de analisarmos os números para tirarmos qualquer conclusão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os dados oficiais que nós temos no Brasil até segunda-feira, que foi quando eu extraí esses números, são os seguintes: 27.479.963 casos confirmados, 2,3% de letalidade; 638.362 mortes; 159 milhões de vacinados; 14 mortes, que estão sendo investigadas, dos vacinados, que morreram, em que se presume que a morte foi por conta da vacina, apenas 14 investigados. Nesta relação de 159 milhões de vacinados com as 14 mortes investigadas, elas dão 0,0000088 por cento. É o número que nós temos dessa relação de vacinados com mortes não confirmadas, apenas sendo investigadas.

Então, no pior momento da pandemia, nós tivemos uma média móvel de mortes de 4.249 mortes. Após o início da vacinação, os números são de 327 mortes na média móvel, o que nos leva a crer, eu como leiga nessa área de Medicina, mas compreendendo o mínimo de números, que as vacinas funcionam e salvam vidas. Não nos cabe ficar discutindo se vale a pena ou não comprar vacinas, eu ouvi essa discussão na segunda-feira lá de dentro do meu gabinete, colocando preço. A gente percebe que, quando a demanda é maior, o preço... São leis de mercado que nos fazem compreender, mas estão colocando preço na vida, e um preço que nós podemos pagar e sobra, sobra muito. Vale a pena pagar o valor da vacina em cada vida, eu entendo que sim; há gente que entende que não. Esses dados são os dados oficiais até agora.

E eu senti falta do Ministério da Saúde e da Anvisa na segunda-feira, porque, por mais que cada um tenha ali defendido suas evidências científicas de conveniência, como disse uma médica, a Dra. Roberta Lacerda, que é contra o passaporte vacinal... Ela disse isto: há estudos belíssimos para todo gosto, tem cardápio de estudo. Eu vi gente falando de outros países, mas ninguém trazendo números do Brasil aqui para serem discutidos. E mais: os números que os cartórios nos dão, os dados oficiais de mortes, não foram contestados; os números que são entregues pelos órgãos oficiais não foram contestados. Então, acho muito estranho ficar discutindo isso ou aquilo, trazendo estudos em inglês – eu, graças a Deus, entendo inglês, falo inglês, mas não é todo mundo que entende –, mas sem trazer um estudo nacional, um estudo aqui do país, e não trazem dados oficiais. É muito ruim isso, muito ruim. Então, aí nós chegamos a situações complicadas, que a gente não consegue compreender.

Aqui no Senado Federal, no dia 10 de junho de 2021, nós aprovamos o PL 1.674, relativo ao certificado de vacinação e testagem, cujo autor é o Senador Carlos Portinho e, Relator, Veneziano Vital do Rêgo. Tínhamos 72 Senadores presentes votando, e foi unânime. O Senador Eduardo Girão votou "sim"; o Senador Marcos Rogério votou "sim"; o Senador Luis Carlos Heinze votou "sim"; o Líder do Governo no Congresso, meu amigo Eduardo Gomes, votou "sim"; o então Líder do Governo no Senado Federal, Senador Fernando Bezerra, votou "sim". A orientação do Governo Federal era "sim". Quero saber por que é que trouxemos à baila essa discussão novamente sem um dado oficial, sem a presença de quem tem a obrigação de nos trazer os números, de informar o cidadão brasileiro sobre o que está acontecendo e o que não está acontecendo, a exemplo de: quais são as pessoas que estão ocupando os leitos de UTI neste momento no Brasil em relação à covid? São pessoas vacinadas ou não vacinadas? Pergunto porque eu já ouvi, e acredito que os nossos Senadores também tenham ouvido, que quem tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que falar sobre isso e quem tem que dar esses números são os secretários de saúde, os Governadores de Estado e o Ministério da Saúde. Esses dados, sim, são confiáveis. Mas dizer que quem está ali são os vacinados ou os não vacinados... Essas informações estão confusas, truncadas e nós estamos à deriva.

E aí eu pergunto... São perguntas que não podemos deixar de fazer, e é o que eu gostaria de fazer. Eu estou aqui não para tirar nenhuma conclusão, eu estou aqui para perguntar, porque quando uma Senadora da República manda um ofício para esses órgãos e não obtém resposta... Já enviei ofícios, mas não quero nem publicar, não quero expor ninguém, mas eu sou obrigada...

Uma das perguntas que eu gostaria de poder fazer ao Ministro Queiroga é: quantas pessoas vacinadas foram a óbito, classificadas por marca de vacina, quantidade de doses, sexo e faixa etária?

Outra pergunta: quantas estão na UTI em estado grave? Quantas pessoas na UTI em estado grave estão vacinadas, classificadas por marca de vacina, quantidade de doses, sexo e faixa etária?

Quantas crianças vacinadas foram a óbito por causa da vacina, classificadas por marca, quantidade de doses, sexo e faixa etária? Nós não temos uma notícia de nenhuma pessoa que morreu. Essa notícia oficial não temos. Pode haver um ou outro, aqui ou acolá, falando na internet, colocando... Oficialmente não temos.

Portanto, quando a gente vê uma discussão sobre o direito de liberdade de expressão, algo que veio à tona dias atrás, qual é o limite disso? Podemos discutir e abrir para discutir nazismo? Pedofilia? Feminicídio? Vacinação? Nós chegamos num ponto em que a desinformação foi chocante. Quanto a isso, para quem está dizendo que está ajudando o Governo Bolsonaro, eu ousar dizer o contrário: estão prejudicando, porque o Presidente Bolsonaro sancionou a Lei 13.979, que prevê, que permite a adoção de medidas por conta dos gestores estaduais para conter a pandemia.

O art.14 do ECA teve uma interpretação também, na minha opinião, muito equivocada, de alguém que não fala pelo Ministério Público, mas fala por si – porque eu não acredito que seja essa a opinião do Ministério Público. Também ali, na minha opinião como jurista, aí eu falo: foi mal interpretado o art. 14 do ECA.

E nós estamos lidando também com sequelas da covid. Muita gente que está dizendo que se vacinou posteriormente a ter covid... Ela faleceu posteriormente. E essas questões devem ser estudadas: são sequelas da covid, não sequelas da vacinação. Porque não é brincadeira quem passa mal com covid. Eu passei mal e eu sei o que é. Com 15% apenas do pulmão afetado, até hoje eu não estou totalmente recuperada. E eu converso com todas as pessoas e eu faço perguntas, eu não tiro conclusões.

Então, é muito triste. Estamos diante de dilemas. E quando o senhor coloca para mim que 311 mortes não é um número razoável, o senhor pegou pelo menor número oficial, entre aspas, porque nós não temos dados de absolutamente nada, dados confiáveis de nada. Estamos às cegas, à deriva no meio de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pandemia, matando... Porque as pessoas estão falando de um ou outro, tentando se agarrar... Parecem urubus atrás de defuntos, esperando que um morra para levantar a bandeira desse morto, esquecendo dos mais de 600 mil mortos neste país. Ninguém se lembrou dos viúvos, dos órfãos, das viúvas. Ninguém lembra, mas está doido atrás de uma pessoa que morra por conta de uma vacina. É chocante e eu não tenho a mínima paciência para esse tipo de coisa.

Eu não queria nem... Sabe, Senador? Eu não queria mais dar palco para isso, não. Mas isso passa de todos os limites do discutível.

E aí, quando a gente fala "311 mortos não é razoável", há uma frase que foi atribuída a Joseph Stalin em 1947, dizendo que quando uma morte é de uma pessoa é uma tragédia; quando é de milhões, é apenas uma estatística. É uma estatística enquanto a vítima não é de dentro da sua casa, porque o dia em que a vítima é da sua casa, aí você muda a sua opinião. Aí você vai levantar uma bandeira, mas não tem um pinga de empatia por aquele que está de luto. Isso é falta de vergonha! Isso não é coisa de gente séria. Nós ultrapassamos o limite do absurdo. Isso me entristece.

Não me preocupo com *likes*, não me preocupo com *deslikes*. Eu não estou aqui para isso. Não me importo a mínima com repercussão negativa ou positiva. Eu só tenho um compromisso. Eu não sou filha de militar, mas a minha mãe e o meu pai me puxam a orelha mesmo, com a idade em que eu estou, para eu ter compromisso com o que é certo, com o que é verdadeiro, com o que é a vida acima de tudo. As nossas vidas – a vida dos brasileiros, a vida das nossas crianças –, independentemente, estão acima de tudo. E tem gente preocupado com *like*. Isso é vergonhoso e nos entristece.

Estamos num dilema, a escolha de Sofia. É bom que as pessoas entendam que vivemos numa democracia, embora pessoas defendam que a democracia não é – não é! – a vontade da maioria. Quando nós estamos diante de um dilema, somos gestores e precisamos votar "sim" ou "não", não há meio-termo, nós temos que escolher respeitando a vontade da minoria – respeitando –, mas nós temos que decidir pelo bem comum. Aqui não há meio-termo: ou nós escolhemos pela maioria, respeitando o direito da minoria, porque isso é democracia, sinto muito, ou, então, vá para um país ditatorial, onde você tem... Mas, infelizmente – ou felizmente –, é essa a situação que nós vivemos.

Eu gostaria de agradecer ao senhor, ao Presidente pela paciência em me escutar. A minha dificuldade é a de compreender o óbvio muitas vezes. A única análise que eu posso fazer é a análise de parques números. E eu quero aqui pedir a V. Exa... V. Exa. tem cumprido seu papel de nos municiar com dados claros, científicos, que sejam capazes de convencer qualquer brasileiro e de explicar, desenhar para gente o que é.

Eu quero aqui pedir ao Ministro Queiroga que a sua equipe me responda de forma clara, concisa, sem me mandar para *links* que nada têm dentro. Eles me mandam conferi-los nas respostas aos meus ofícios, quando eu faço perguntas simples. Eu quero saber quantos mortos naquela faixa etária – pergunta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples –, e tenho recebido: "Procure em tal lugar". Eu não encontrei nem nesse lugar, nem nesse *link* nós encontramos as informações, dentro do *site* do Ministério da Saúde. Então, o que eu peço, imploro aqui nesta oportunidade ao Ministro Queiroga é que nos municie com esses números, mostre para população brasileira – até agora, por mais que tenha gente que esteja procurando um vacinado que morreu por conta da vacina para chamar de seu –, nos informe quem é, quando foi, por que, idade, sexo, porque até agora nós não temos essa informação

Portanto, como bem disse V. Exa., os estudos – o senhor está acompanhando a legislação –, quando estão na Fase III, o senhor já considera. A ciência avança e os estudos avançaram rapidamente por conta de uma necessidade – os números nos asseguram que sim. Portanto, muito obrigada por colocar sua conclusão dentro da legislação para que a gente possa entender o que fazer e, a partir disso, tomar os rumos que cada um, se conscientizando e não indo por falácias, deseja tomar, mas que seja uma atitude corajosa, como a que o senhor sempre teve, uma atitude decente, racional e, acima de tudo, responsável.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Antes de passar a palavra ao Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres, para ele responder as questões e fazer a sua consideração final, eu gostaria de lembrar que nós aprovamos, para o dia 9 de março, a convocação do Ministro da Saúde, o Sr. Marcelo Queiroga, de modo que V. Exa. poderá, assim como todos os demais, se preparar e nós nos prepararmos para que ele nos responda a todas essas questões, que eu concordo que são extremamente relevantes.

Então, eu passo a palavra ao Dr. Antonio Barra Torres.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente quero agradecer as palavras extremamente gentis e de estímulo do Senador Arns, comprometendo-me aqui de público com o Senador de levar ao conhecimento do corpo de servidores da Anvisa que, aliás, está hoje muito bem representado aqui pela Dra. Samia, que está aqui à minha direita, pelo Dr. Tom, que também está conosco, e outros integrantes da Anvisa que estão aqui. Então, Senador Arns, sua palavra de estímulo será transmitida. Muito obrigado.

Eu queria dizer à Senadora Soraya Thronicke que vi na fala de V. Exa. muitas das reflexões que passam pela minha mente, em todos os aspectos que abordou, e, sobretudo, quando V. Exa. particularizou na sua pessoa, como paciente que já teve covid, em como a vida da gente muda no pós-covid. Então, toda aquela colocação que porventura possa ter sido feita para diminuir a importância dessa doença, cada vez mais, vai se tornar falha, falível e vai caindo, porque, com o passar do tempo, as pessoas vão lembrar: "Puxa, eu tive covid há um ano, mas ainda não recuperei o meu olfato plenamente". E quem não recupera





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olfato não recupera paladar. Isso interfere em nutrição, que interfere em imunidade, que interfere em capacidade laborativa, que interfere em economia.

Inúmeras outras lesões que ficam depois, lesões de memória, muitas vezes a memória de fatos... Não a memória recente, recentíssima, tampouco aquela de longa data, mas aquela de meio. Já há algumas referências quanto a isso em sequelas de covid, possivelmente – isso ainda não é comprovado, mas está sendo estudado. Ou seja, não é simples. Não é. É como querer mensurar a dor. O que é a dor? Essa dor é grande ou é pequena? Depende de quem sente. Às vezes uma mínima lesão numa pessoa pode ter uma dor para ela incontável. Então, isso é muito difícil de ser mensurado e, portanto, não pode ser menosprezado. Isso é uma primeira questão.

Inúmeras perguntas que V. Exa. fez são extremamente pertinentes no sentido de que só se consegue avaliar um problema através da sua mensuração, e a mensuração é feita pelos dados. Só que, infelizmente, só eu aqui apontei três fontes extremamente diversas e, dada a gravidade do tema, ainda procurei ficar com a que trouxe o número menor. E, ainda assim, é terrível.

Então isso, de fato, Senadora, é uma questão difícil, com que a gente tenta lidar, combater.

Reitero a V. Exa. que não chegou ao meu conhecimento esse convite; se tivesse chegado, eu teria vindo ou teria designado quem viesse. Coloco a Anvisa à inteira disposição de V. Exa., para que o seu gabinete nos oficie, nos envie qualquer dúvida, qualquer questionamento, bem como o de todos os Senadores, porque esse é o nosso respeito que temos pelas Casas representativas do Brasil, as grandes Casas, o Senado, a Câmara, e também fazemos isso com as prefeituras e com os Governos estaduais. Esse é o nosso dever, não é nenhum favor. Então, por gentileza, veicule, que V. Exa. será atendida.

E, já que estou nas minhas considerações finais, Sr. Presidente, eu deixo aqui, mais uma vez, em público, o apelo pedido por uma coisa que é muito simples: nos deixem trabalhar, só isso. É só isto, não é preciso mais nada: nos deixem trabalhar! Nós temos uma missão muito difícil para cumprir, estamos tentando cumpri-la da melhor maneira possível, mas não é justo que nós tenhamos, no meio dessa guerra, de ainda nos preocupar com coisas totalmente evitáveis e desnecessárias. Eu tenho a certeza de que a Anvisa, o corpo técnico da Anvisa – eu muito me orgulho de ter uma ligação, ainda que passageira, com essas pessoas – precisa desse apoio, e ele vai fazer as entregas de que o Brasil precisa, como tem feito nesses últimos 23 anos. Ele vai fazê-las, vai fazê-las até o final, vai honrar o seu compromisso!

Eu queria agradecer mais uma vez e desejar a todos um ótimo fim de dia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu é que agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só me permita rapidamente dizer que o conjunto das ameaças que o Dr. Barra Torres aqui declinou e trouxe para esta Comissão, salvo melhor juízo, compõe um dossiê de mais de 450 páginas – esse é o total dessas ameaças. A Secretaria da Comissão me informou a dificuldade que tinha quanto à reprodução física de todo esse material e requisitou a transferência digital. Acho que já foi feita aí com você – não é, Samia? – a transferência digital. Acho que isso é importante. Eu queria só reiterar que, o quanto antes, isso pudesse chegar a todas as Sras. e Srs. Senadores.

A partir desse fato, desse amplíssimo dossiê, amplíssimo e grave dossiê... Veja, Presidente Humberto, que nós estamos tratando... Veja, em tempos absurdos, aquilo de que estamos tratando! Nós estamos tratando de ameaças a servidores públicos, cientistas com nome e sobrenome, pais de família no exercício de sua função. São ameaças à vida desses servidores! É disso que estamos tratando! Se há uma ofensa aos direitos humanos, ela está explicitada! Não há somente aí... Como foi dito pelo Dr. Barra Torres, não somente estão turbando, não estão só tumultuando um trabalho tão necessário para o Brasil neste momento. Esses delinquentes – não há outro nome para quem pratica isso –, esses delinquentes e maloqueiros de terceira, bandidos de terceira, todos eles e seus chefes não estão só impedindo a execução de um serviço fundamental para os brasileiros; eles estão ameaçando pais de família. Talvez, alguns desses falem em família, e a primeira providência que tomam é ofender as famílias dos outros e ofender pais de família no exercício de suas funções. É inaceitável!

Por isso, considero que é importante isso chegar logo a esta Comissão, para que a Comissão, inclusive, tome as providências cabíveis, Sr. Presidente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Eu quero também aqui agradecer ao Dr. Barra Torres pela sua vinda.

Agradeço ao Senador Randolfe, que foi o autor do requerimento, e a todos os Senadores que participaram.

Tenho aqui um pedido...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Senador Girão está pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tenho aqui um pedido do Senador Girão para fazer uso da palavra.

Concedo a palavra a ele por cinco minutos, e, logo em seguida, encerraremos a nossa sessão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpar. *Por videoconferência.*) – Muiíssimo obrigado, Sr. Presidente, meu colega Humberto Costa. Gratidão também à Senadora Soraya Thronicke pela oportunidade.

Eu acompanhei aqui parte da audiência, estava em outros compromissos externos, mas queria fazer algumas considerações ao nosso Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres.

Primeiro, restabelecendo a verdade: o Dr. Antonio Barra Torres talvez não saiba, não chegou ao conhecimento dele, mas eu já estou com a comprovação aqui do Senado Federal, da Secretaria do Senado, de que o convite foi enviado ao Sr. Gustavo Mendes Lima Santos, que é o Gerente-Geral de Medicamentos da Anvisa, para esse debate que nós tivemos anteontem, que foi um debate de altíssimo nível, com o Senado cumprindo o seu papel, ouvindo os dois lados, porque existe aí uma clara divisão entre médicos e cientistas renomados que pensam de formas diferentes sobre a questão do passaporte sanitário e a questão da vacinação infantil também.

Eu queria aproveitar e confirmar com o Dr. Antonio... A primeira pergunta é esta: confirmar com a assessoria da Presidência se pode dizer que o Dr. Gustavo Mendes Lima, Gerente-Geral, foi convidado. Nós temos inclusive a recusa dele aqui no Senado Federal. O convite partiu, e a Anvisa não compareceu para um debate que teve uma altíssima audiência nos canais da TV Senado.

Mas eu queria aproveitar também e fazer duas perguntas, na realidade, para o Dr. Antonio Barra Torres, para esclarecer, porque, como bem foi colocado aqui, nós não somos médicos, mas precisamos ouvir os médicos e precisamos tirar as conclusões.

Por exemplo, sobre a questão do passaporte sanitário, a gente está vendo aí um movimento internacional do Reino Unido, da Suécia, da Finlândia, entre outros, isso só para dar alguns exemplos de países que repensaram a questão dessa estratégia, porque não impede a contaminação de pessoas – já está cientificamente demonstrado que esse passaporte não impede. Então, foi isso que a gente discutiu no debate, e eu queria ouvir a opinião do Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres.

Mais uma pergunta também: a Anvisa divulgou, no dia 16 de dezembro de 2021, por meio do Comunicado Público nº 01, de 2021, a aprovação no Brasil da vacina Pfizer, a Comirnaty, para imunização das crianças de cinco a onze anos de idade contra a covid-19, deixando clara a competência do Ministério da Saúde para a avaliação das possibilidades e condição para a eventual inclusão da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação infantil no PNI (Programa Nacional de Imunizações). Portanto, de acordo com a lei, compete ao Ministério da Saúde a elaboração do PNI, que definirá as vacinações, inclusive as de caráter obrigatório, evidenciando tratar-se o Ministério da Saúde a autoridade sanitária competente para isso, tendo esse mesmo ministério emitido recomendação de que a vacinação nessa faixa etária não fosse obrigatória por não serem essas crianças população alvo da vacinação. Tal inclusão dessa faixa etária não é unanimidade entre especialistas, como eu falei há pouco também.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. *Por videoconferência.*) – Eu pergunto ao Dr. Antonio Barra Torres, para concluir aqui a minha participação, já lhe agradecendo a presença na nossa CDH: Dr. Antonio Barra Torres, quais foram os critérios técnico-científicos para a aprovação da vacinação para essa faixa etária? Qual é a sua opinião sobre a não inclusão pelo Ministério da Saúde dessa imunização como obrigatória? E, não sendo obrigatória por lei a vacinação para essas crianças, qual é a sua opinião sobre o respeito à autoridade dos pais nesse processo de imunização, dizendo também que alguns países, como Noruega, como Suécia e outros, também não recomendam vacinas para crianças?

Então, eu queria ouvir a opinião do Presidente da Anvisa quanto a isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Concedo a V. Exa. cinco minutos para que possa responder.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para expor.) – Senador Eduardo Girão, boa tarde. Muito obrigado pelas perguntas de V. Exa.

Eu vou começar, Senador, pela última pergunta. Eu tenho sempre me manifestado pelo caráter voluntário de adesão à vacinação – voluntariado. Eu acredito que aquilo que uma pessoa compreende e entende como necessário será incorporado à sua forma de pensar, à sua forma de agir com total solidez, muito mais do que aquilo que é imposto. É lógico que vivemos em sociedade, e existem leis que nos impõem certos limites, certos compromissos, certas normas. Entretanto, no que tange à vacinação, todas as minhas manifestações desde o início da pandemia têm sido pelo caráter voluntário. Faço a ressalva de que não é atribuição da agência regulatória, não é atribuição da Anvisa definir critério de vacinação. Essa prerrogativa é do Ministério da Saúde, do grande gestor da saúde nacional, que é o Ministério da Saúde. Portanto, revelo a V. Exa. a opinião que sempre tenho veiculado: pelo caráter voluntário.

V. Exa. pergunta a respeito da autoridade dos pais. O código de 1916 estabelecia o termo pátrio poder, que já não é mais usado atualmente. Atualmente se denomina poder familiar, que é aquele poder do responsável, obviamente não somente no caso da criança – também há outras situações, situações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curatela, situações de interdição, enfim –, mas se estabelece o poder de que, no caso de que estamos falando, das crianças, os pais tenham a decisão, tomem a decisão. É um conceito com o qual particularmente também comungo, embora novamente reitere: não é atribuição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária emitir notas, conceitos nesse sentido. Essa atribuição também é do Ministério da Saúde.

V. Exa. aponta também a questão de vacinas incorporadas ao PNI (Programa Nacional de Imunizações). O Ministério da Saúde, no transcurso da pandemia, colocou público, criou o chamado PNOR, o plano nacional de operacionalização do combate à pandemia, uma ferramenta na qual o regramento do PNI não está presente *ipsis litteris*, não está presente na íntegra, não é exatamente a mesma coisa. Então, o Ministério da Saúde, através dessa ferramenta, incorpora vacinas que poderá, num momento seguinte, segundo a ótica do ministério, incorporá-las ao PNI, sim ou não, e a partir daí esses produtos estariam sujeitos ao regramento de hoje do PNI. Portanto, não há vacinas contra a covid-19 no Brasil, pelo menos do meu conhecimento... Eu tenho certeza de que o Ministro Marcelo Queiroga poderá muito melhor do que eu explanar sobre esse tema, mas, daquilo que sei, as vacinas não estão incluídas no PNI, estão incluídas no PNOR.

Outra pergunta de V. Exa. foi quanto ao passaporte sanitário, que já estaria sendo revisto em diversos países. O Brasil acabou tendo as ondas de covid-19 num segundo tempo, após países da Europa. Por exemplo, então, todo o sofrimento que a Ômicron causou na Europa já tem tempo, a Europa hoje começa uma nova realidade; e, no Brasil, nós ainda estamos numa curva de variante Ômicron. Então, o que ocorre? É realmente plausível que determinados países estejam revendo seu regramento sanitário no sentido de flexibilizar a menor.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Isso é possível.

Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Entretanto, eminente Senador Eduardo Girão, a comprovação sanitária em que a Anvisa tem algum tipo de interação é aquela das fronteiras internacionais. Tudo que se fala de passaporte, certificação, atesto vacinal dentro do Brasil não é da área de atuação da Anvisa. A Anvisa assessora quatro ministérios – Saúde, Infraestrutura, Casa Civil e Justiça – quanto às fronteiras internacionais. E nossas sugestões têm sido acatadas. Tão logo o chamado passaporte vacinal... Nós não usamos esse termo. Tão logo o comprovante vacinal possa ser dispensado, seguramente nós estaremos assessorando esses quatro ministérios nesse sentido.

Agora, no momento, não é só questão de impedir ou não que a pessoa tenha a doença; é tornar essa mesma pessoa portadora eventual menos transmissível – importância da vacinação – e, se não for possível, que essa doença se desenvolva de maneira menos agressiva naquela pessoa. Essas são as três





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importâncias da vacina. E, quando alguém possui um atesto de que está completamente vacinado, certamente estará contemplado nas três ou numa dessas três categorias que eu acabei de citar. Hoje mesmo, para que pudéssemos estar aqui no Senado Federal, tivemos que comprovar o nosso *status* vacinal, portanto, um passaporte de vacina, aqui na Casa dos legítimos representantes do povo brasileiro.

E eu conclamo, para concluir a V. Exa... V. Exa. citou o envio do convite para o Dr. Gustavo Mendes, que é um profissional extremamente dedicado, e ele, segundo V. Exa. coloca, declinou desse convite, mas peço também que sempre se considere encaminhar para a Assessoria Parlamentar da Anvisa (Aspar/Anvisa). O nosso chefe da assessoria aqui presente despacha diretamente comigo todos os dias. Então, podemos certamente atuar também nesse sentido.

Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Um ótimo dia para o senhor. Paz e bem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, obrigado a todos os que participaram desta audiência pública.

Não havendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada esta audiência.

(Iniciada às 14 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e dois minutos do dia três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Esperidião Amin e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Abertura dos trabalhos. Finalidade: Abertura dos trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 1, de 2022 que: "Requeiro nos termos regimentais a realização de seminários do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na programação das seguintes Feiras Agropecuárias e Tecnológicas: Rondônia Rural Show, Show Rural Coopavel - Cascavel, Expodireto Cotrijal - RS. O primeiro seminário será na Show Rural Coopavel, no dia 10 de fevereiro às 8h na cidade de Cascavel (PR), para debater a importância das feiras tecnológicas na facilitação do acesso dos produtores rurais a equipamentos e técnicas que auxiliam no aumento da produtividade e produção de alimentos; bem como discutir o PL 6417/2019 que moderniza o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), que tramita no Senado Federal, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - Mapa; Representante da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná - SEAB; Representante da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - Coopavel; Representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP; Representante da Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná- FECOOPAR-OCEPAR; Representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná)." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e trinta e dois minutos. Usam da palavra o Senador Esperidião Amin e o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/03>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Com muita satisfação realizamos hoje a primeira sessão deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal do ano de 2022. No ano passado fomos a primeira Comissão temática do Senado a retomar as sessões semipresenciais. Realizamos um número expressivo de reuniões, sendo que 16 foram audiências públicas, 12 foram sessões deliberativas e duas sessões serviram para ouvirmos autoridades do Governo Federal, como a Ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, e o Presidente da Embrapa.

Neste ano iniciamos os trabalhos desta Comissão um dia após a abertura da 4ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de fazer as minhas considerações, eu passo a palavra ao nosso colega Senador Esperidião Amin, que pede a palavra.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Presidente, bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Bom dia!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos os participantes e aos nossos colaboradores! Um bom ano novo para todos nós, se Deus quiser.

Eu pedi a palavra, Presidente, para, a propósito desse seu brevíssimo relatório sobre as nossas atividades de 2021, reiterar o meu pedido para que nós tenhamos acesso a um resumo ou, no mínimo, ao relatório completo, e aí nós faremos o resumo, daquelas três audiências públicas, se a memória não me falha, que versaram sobre a nossa dependência em matéria de fertilizantes e ureia.

Foram sessões que me deixaram profundamente preocupado e tenho tido relatos dramáticos sobre o resultado dessa elevação brutal dos preços do chamado complexo NPK, ou seja, do conjunto de fertilizantes e também da ureia. São relatos de produtores rurais que não vão usar fertilizantes ou, como foi um caso que me chocou mais ainda, o caso de um produtor que, em vez de plantar, vai vender os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fertilizantes que ele tinha adquirido por um preço muito mais baixo do que o que atualmente está sendo praticado, numa consagração desse desestímulo. Nessas audiências, muito proveitosas, que foram realizadas sob a sua presidência no ano passado, ficou evidenciada a nossa profunda dependência, eu diria até trágica dependência, da importação desses insumos.

Então, é só para reiterar: se for possível o resumo, ótimo; senão, pelo menos o conjunto daquelas audiências de maneira ordenada. É o meu pedido para que a assessoria da nossa Comissão nos disponibilize, eu repito, com um mínimo de resumo e síntese se possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

De fato, é um tema da maior importância. Nós realizamos duas audiências públicas para debater e discutir esse tema no ano passado, e os nossos técnicos da Comissão estão finalizando esse relatório. Esse resumo será apresentado na próxima semana para que a gente possa distribuí-lo para os nossos Senadores membros da Comissão de Agricultura e, na sequência, imediatamente, nós possamos votar para enviá-lo à Ministra da Agricultura e ao Presidente da República, para que possam, eles, terem não apenas conhecimento, mas também tomar providências, já com algumas sugestões que vamos fazer junto com os senhores aqui na Comissão. No máximo na próxima semana nós encaminharemos aos senhores e às senhoras Senadores para que, primeiro, tenham acesso a esse resumo e, depois, possam dar as suas contribuições, que transformaremos em um requerimento, em um documento para que seja enviado ao Ministério da Agricultura, à Embrapa e também ao Presidente da República.

Esse é o encaminhamento, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... nós tivemos acesso no ano passado. Eu retifico, portanto, não foram três, foram duas, mas foram muito densas essas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É muito importante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... e essa em que nós vamos trabalhar também será importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado pela contribuição, Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós desta Comissão começamos cedo porque os nossos agricultores não podem esperar. Assim, como na lavoura, onde as plantas precisam do cuidado diário, aqui no Senado Federal também precisamos acordar cedo e caminhar lado a lado com os nossos agricultores para atender suas demandas e elaborar as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento do setor.

Em 2021, aprovamos 32 propostas legislativas, mas muitas delas ficaram represadas para este ano que se inicia. Nossa expectativa é de que possamos manter um ritmo semanal de sessões deliberativas, vamos trabalhar forte para aprovar as propostas que ficaram pendentes e as novas que virão, bem como para atender as novas demandas do setor produtivo, pois elas surgem todos os dias e todas requerem urgência. Uma delas recebi no início desta semana, que trata do seguro rural. As seguradoras que operam com o seguro rural para as culturas do milho e da soja não estão mais fazendo seguro para a safrinha 2021 e 2022. Isso porque os recursos do programa federal de subvenção do prêmio do seguro rural para as culturas de soja e milho dessa safra já se esgotaram antes mesmo do início do plantio, em setembro de 2021.

A contratação do benefício não está mais disponível para os agricultores das regiões do Sul do país, Sudeste e Centro-Oeste, as principais produtoras. Dos 924 milhões que foram liberados para o programa de subvenção ao prêmio do seguro rural neste ano, 890 já estão comprometidos com apólices contratadas até setembro. O restante, cerca de 34 milhões, está reservado para outros segmentos, como frutas e pecuária para os projetos pilotos de apoio à produção de grãos do Nordeste e para os agricultores que acessam o Pronaf. O Ministério da Agricultura tenta uma suplementação no orçamento do programa. A Ministra Tereza Cristina pediu R\$375 milhões a mais para a equipe econômica para conseguir chegar a R\$1,3 bilhão prometido para o seguro rural durante o anúncio do Plano Safra 2020-2021.

Eu telefonei ontem para a Ministra Tereza Cristina, ela prontamente nos atendeu. Eu abordei esse tema e ela disse que se já está trabalhando junto ao Ministério da Economia e aguarda um posicionamento do ministério para que possa conseguir esse aumento de verba para que os nossos agricultores possam fazer o seguro da sua safrinha. Mas, no entanto, até agora, não obteve resposta.

A explicação para o esgotamento da subvenção já em setembro do ano passado está na elevação dos preços das *commodities*, que aumentaram o valor final do prêmio e demandaram mais subvenção por apólice, ou seja, por proprietário, por propriedade. No ano passado, os recursos acabaram apenas no fim de novembro.

Em 2020, com 881 milhões no programa, o Governo subvencionou 193 mil apólices de seguro rural e assegurou 13,7 milhões de hectares. Com a alta nos preços dos grãos e a forte procura pelos produtores de milho safrinha, mesmo com o orçamento maior, menos agricultores foram atendidos este ano em uma área muito menor. Os 924 milhões previstos para esta safra devem contemplar 9 milhões de hectares por meio de 150 mil apólices. Se esse valor subir para 1,3 bilhão, será capaz de atingir 14 milhões de hectares. O recurso adicional de 375 milhões aguardado pelo Ministério da Agricultura e pelo setor produtivo pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subvencionar mais 60 mil apólices de soja e de milho – quando nós falamos de 60 mil apólices, são 60 mil produtores que estão dependendo dessa operação.

Portanto, nosso apelo ao Ministro da Economia, o Ministro Paulo Guedes, e a toda a sua equipe econômica é que o Governo cumpra o prometido no Plano Safra sem cortes, liberando o valor previsto para o seguro rural do milho e da soja, que é de 375 milhões a mais, e que também libere recurso suplementar para atender toda a demanda do setor, além de liberar recursos emergenciais para atender os produtores rurais de várias regiões do país afetados pela seca e pelas enchentes dos últimos meses.

Devemos considerar que estamos em ano do fenômeno climático La Niña, que já causou grandes estragos nas lavouras do Sul, Sudeste, e a previsão é de que novas ocorrências climáticas possam afetar as lavouras dessas regiões até o final do verão, no outono e também no inverno, com geadas mais fortes.

O Brasil é um país enorme, de proporções continentais. Enquanto os agricultores do Sul – do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina – sofrem com a seca ao ponto de inviabilizar a colheita de soja e milho por conta da baixa produtividade, os agricultores de Minas Gerais, de São Paulo e de Goiás sofrem com o excesso de chuva neste momento.

No Paraná, por exemplo, a seca prejudicou a formação de grãos de soja e milho, ao ponto de a produtividade cair de 200 sacas por alqueire para 60 sacas por alqueire. Em todo o estado, a produção de soja deve cair 39% em relação ao projetado para este ano, uma quebra de 35% em relação ao ano passado. A causa é a estiagem que assola o estado desde 2019.

Vale destacar que os produtores de café do Estado de Rondônia também sofreram com a seca durante o período da granação, entre agosto e setembro do ano passado, o que deve provocar uma quebra de até 40% na produção total desta safra.

O mesmo deve ocorrer em São Paulo e Minas Gerais, que sofreram com a seca e agora recebem chuvas em excesso.

Portanto, neste momento de crise econômica e sanitária em que a agricultura é afetada pelas adversidades climáticas, apelamos ao Governo Federal para que estenda a sua mão ao agricultor para que ele possa trabalhar com segurança e continuar produzindo alimentos para a mesa dos brasileiros e também para a exportação, contribuindo, assim, para o superávit da nossa balança comercial. Sem o seguro rural subvencionado e sem esse auxílio emergencial do Governo, o agricultor está desamparado e não tem estímulo para ampliar a sua produção. Com a frustração de safra, o produtor pode levar até dez anos – olhem, dez anos – para se recuperar. É preciso, portanto, cuidar da segurança alimentar. E o produtor brasileiro, mesmo com todas as intempéries e frustrações, produz o necessário para alimentar os brasileiros e cerca de 20% da população mundial. Temos uma responsabilidade muito grande com o produtor e com a segurança alimentar de muita gente. Portanto, fica aqui o nosso apelo para que o Governo Federal, com toda a sua equipe econômica, cumpra o que foi previsto no Plano Safra e ainda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

libere recursos suplementares para atender a demanda e promover a recuperação estrutural do setor afetado pela seca e pelas chuvas.

É preciso fazer o registro do empenho da Ministra Tereza Cristina para resolver essa questão. Novamente volto a dizer que conversei com ela por telefone ontem sobre esse tema também, e ela está atenta e debatendo com a equipe econômica do Governo para que possa haver uma solução para atender as necessidades dos agricultores que perderam suas safras – alguns pelas cheias e outros pela seca.

Nesse sentido, solicitamos ao Governo Federal que, em caráter de urgência, adote medidas emergenciais que auxiliem os produtores rurais cuja produção foi significativamente impactada pela seca e pelas enchentes.

A CNA diz:

"As perdas nas lavouras de milho e soja são significativas [...], o que impede os produtores de honrarem seus compromissos financeiros da safra 2021/2022 [...][Além disso], há casos em que produtores tomaram financiamentos, compraram insumos e não puderam semear ou então semearam fora da janela do plantio [...] em função [...] [da seca]".

Nesse sentido, apoiamos as medidas sugeridas pela Confederação Nacional da Agricultura, em documento enviado ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, como a edição de uma resolução do Conselho Monetário Nacional que viabilize a prorrogação das parcelas de crédito do investimento vencidas e a vencer em 2022, após o vencimento da última parcela, com garantia da mesma taxa de juros originalmente pactuada pelo produtor rural com a instituição financeira, independentemente da fonte de recursos utilizada nas operações, desde que o produtor esteja adimplente até 31/12/2021 e apresente laudo técnico agrônomo comprovando as suas perdas.

Também apoiamos outras medidas sugeridas pela CNA, como a disponibilização da linha de capital de giro com taxas de juros acessíveis, além de priorizar a contratação de operações de pré-custeio por aplicativo e de forma simplificada.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado tem sido um espaço privilegiado para a discussão e a divulgação das inovações tecnológicas apresentadas nos eventos e feiras agropecuárias em todo o país. Especialmente depois que criamos o ciclo de debates e palestras, que antes realizávamos às sextas-feiras e agora estamos realizando às quintas-feiras pela manhã, participamos de grandes eventos internacionais como a Rio+20, em 2012, e a COP 26, em Glasgow, na Escócia, no ano passado. Participamos também do Fórum de Agronegócios dos Brics, na Rússia, em 2015, e de reuniões do Parlasul, no Uruguai.

Aqui no Brasil, estivemos presentes, com a Comissão de Agricultura, em diversas feiras agropecuárias, em todas as regiões do nosso país. Já estivemos na Expointer, de Esteio, e na Expodireto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Cotrijal, em Não-Me-Toque, ambas no Rio Grande do Sul; na Expoagro, de Maceió; na Agrishow, de Ribeirão Preto; e na AgroBrasília, aqui no Distrito Federal. Também já realizamos nosso ciclo de palestras e debates na Expojipa e na Rondônia Rural Show, as duas principais feiras agropecuárias de Rondônia.

Neste ano, vamos retomar a participação da Comissão de Agricultura nessas feiras agropecuárias, sendo que vamos iniciar pela Show Rural Coopavel, que ocorre entre os dias 7 e 11 de fevereiro, no Paraná. Recebemos o convite do Presidente da Coopavel, nosso amigo Dilvo Grolli, e estaremos lá para debater a importância das feiras tecnológicas na facilitação do acesso aos produtores rurais de equipamentos e técnicas que auxiliam no aumento da produtividade e na produção de alimentos, bem como para debater o PL 6.417, de 2019, que moderniza o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA).

Da mesma forma, a pedido do Senador Alvaro Dias, nós estamos encaminhando aqui, ao final desta nossa leitura, o requerimento para estarmos no Paraná. Teremos, junto conosco, o próprio Senador Alvaro Dias participando dessa audiência pública tão importante.

Nós utilizaremos sempre essas feiras, junto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para atender a necessidade dos nossos agricultores, para levar esta Comissão de Agricultura, com os seus Senadores, cada vez mais próxima da nossa população, principalmente dos nossos produtores rurais.

Já está, em nossa programação, a participação na Expodireto Cotrijal, em Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul – a pedido do Senador Luis Carlos Heinze, que estará certamente presidindo esta Comissão nessa data –, e também na Rondônia Rural Show, que acontecerá de 23 a 28 de maio, na cidade de Ji-Paraná, em Rondônia. Eu terei o prazer de conduzir os trabalhos na nossa cidade.

Considero as feiras agropecuárias de fundamental importância para a divulgação de pesquisas, a transferência de novas tecnologias e a facilitação de acesso a créditos, além de alavancarem acordos de negócios e debates de temas cruciais para o país, como a regularização fundiária, o licenciamento ambiental, a ciência, a tecnologia e tantos outros temas. Além disso, as feiras agropecuárias e tecnológicas ajudam a levar para a cidadão urbano um pouco do campo e do dia a dia do produtor rural, além de proporcionar a concretização de negócios e financiamento e oferecer cursos, oficinas, palestras técnicas, vitrines tecnológicas e espaço empresarial. As feiras também são ótimas oportunidades de reunir produtores rurais de várias regiões, favorecendo parcerias, trocas de experiências, o que ajuda os governantes na formulação de políticas públicas.

Portanto, é de fundamental importância que os Parlamentares participem dessas feiras agropecuárias, para estarmos sintonizados com as demandas do setor. Essa aproximação do Senado com os produtores eu entendo que é de fundamental importância. Assim, nós vamos estar ouvindo exatamente aqueles que mais sabem e conhecem da produção do nosso país, que são os nossos agricultores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última sessão de 2021, apresentamos o relatório com os balanços das atividades daquele ano. Hoje, nesta primeira reunião da CRA, destaco que temos, como prioridade para este primeiro trimestre aprovar três projetos de lei que estão prontos para serem votados, visto que tínhamos firmado compromisso para ter apreciado ainda no passado, e que já contam com votos dos respectivos Relatores. Dois desses projetos tramitam juntos por tratarem no novo Marco Legal da Regularização Fundiária, o PL 2.633, de 2020, e o PL 510, de 2021. O Relator de ambas as propostas, o Senador Carlos Fávaro, já apresentou o seu relatório, o seu voto, optando pela aprovação do PL 510, de 2021, do Senador Irajá, na forma de substitutivo de sua autoria, com acatamento integral ou parcial de emendas dos Senadores. Entendo que esse é um tema prioritário, pois a regularização fundiária dará mais cidadania ao agricultor que está plantando, assim como protegerá o meio ambiente e ajudará a ampliar a produção de alimento para o nosso país.

Outro projeto que está pronto para ser votado na Comissão de Agricultura trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, o PL 2.159, de 2021, aprovado na Câmara, no dia 13 de maio de 2021, após 17 anos de tramitação, e que aguarda o parecer da Relatora, Senadora Kátia Abreu. Para acelerar a tramitação, realizamos diversas audiências públicas conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente, em 2021, como já tínhamos realizado na forma do Código Florestal, lá em 2012. Enfim, o tema já foi amplamente debatido, e creio que estamos prontos para discutir e aprovar o parecer da Senadora Kátia Abreu.

Esses são os dois principais temas que ficaram pendentes no ano passado e de que trataremos como prioridade, nesse primeiro trimestre. Mas vamos colocar em pauta outros assuntos importantes para a agricultura brasileira, como o seguro rural e uma avaliação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o PNSAN, bem como as ações do Governo Federal para garantir aos cidadãos brasileiros o direito básico da alimentação.

Essa, portanto, é a nossa introdução para a abertura dos trabalhos desta Comissão, em 2022.

Temos o requerimento.

2ª PARTE EXTRAPAUTA ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2022

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de seminários do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal na programação das seguintes Feiras Agropecuárias e Tecnológicas: Rondônia Rural Show, Show Rural Coopavel - Cascavel, Expodireto Cotrijal - RS. O primeiro seminário será na Show Rural Coopavel, no dia 10 de fevereiro, às 8h, na cidade de Cascavel (PR), para debater a importância das feiras tecnológicas na facilitação do acesso dos produtores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais a equipamentos e técnicas que auxiliam no aumento da produtividade e produção de alimentos, bem como discutir o PL 6417/2019 que moderniza o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA), que tramita no Senado Federal, com a presença dos seguintes convidados:

- *Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa;*
- *Representante da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná - SEAB;*
- *Representante da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel - Coopavel;*
- *Representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP;*
- *Representante da Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná- FECOOPAR-OCEPAR;*
- *Representante do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná).*

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

Nós conversamos ontem, volto a dizer, com a Ministra Tereza Cristina, que está avaliando a possibilidade de estar presente juntamente conosco nesse ciclo de palestras e debates.

A audiência terá transmissão pela TV Senado, com a possibilidade de participação por meio do Alô Senado, 0800 612211, ou através das redes sociais.

Esse é o requerimento.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nós faremos, então, essa audiência primeira, por questão de agenda. Na sequência, estaremos em Ji-Paraná e depois em Não-Me-Toque.

São as três, inicialmente, feiras importantes que nós temos no nosso país, para que possamos debater, discutir e – volto a dizer, mais uma vez – aproximar o Senado dos nossos agricultores, estar antenados com os assuntos que estão acontecendo agora, neste momento, com relação à produção de alimentos no nosso país, pois não só a mesa da população brasileira depende dos alimentos que nós produzimos, mas também a balança comercial ou o saldo positivo da balança comercial brasileira depende do agronegócio. Portanto, nós temos que estar atentos, junto com o Governo Federal, junto com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Agricultura e o Ministério da Economia, para que possamos dar garantia, dar segurança e mostrar um norte para os nossos agricultores brasileiros.

Eu finalizo agradecendo aos Senadores Espiridião Amin, Angelo Coronel e Wellington Fagundes, que participam da nossa primeira sessão de 2022.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião. Que tenhamos um bom ano!

Um abraço a todos.

(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e dois minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Carlos Fávaro, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Rocha e Zenaide Maia, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1862, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas." Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 486, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó." Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovados, por unanimidade, o Projeto e a Emenda 1-CRA. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 2, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da severa estiagem que assola o Rio Grande do Sul e as soluções possíveis. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: - o Senhor Eugênio Edevino Zanetti, Vice-Presidente da FETAG-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS; - Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; - Representante Ministério Público Federal; - Representante Ministério do Meio Ambiente; - Representante FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; - Representante FARSUL - Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 3, de 2022 que: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, representante do Ministério das Minas e Energia - MME e o representante da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para debater o Plano Nacional de Fertilizantes bem como o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial instituído para este fim." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Deliberação de expediente. Finalidade: Apresentação e deliberação de Ofício à Presidência do Senado Federal, requerendo a remessa de expediente desta Comissão às autoridades que especifica. Trata-se de documento em que foram compiladas as contribuições de especialistas, em sedes de Audiências Públicas ocorridas em 21 e 28 de outubro de 2021, sobre a ameaça da falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022, especialmente a vulnerabilidade do agronegócio brasileiro quanto à dependência da importação de fertilizantes. Resultado: Lido e discutido, é aprovada a apresentação do Ofício 10/2022-Presidência/CRA ao Presidente do Senado Federal para encaminhamento do referido documento: - Ao Excelentíssimo Senhor Jair Messias Bolsonaro, Presidente da República; - A Sua Excelência a Senhora Tereza Cristina, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; - A Sua Excelência o Senhor Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia; - A Sua Excelência o Senhor Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia; e - A Sua Excelência o Senhor Joaquim Leite, Ministro de Estado do Meio Ambiente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezessete minutos. Usam da palavra os Senadores Esperidião Amin, Lasier Martins, Izalci Lucas, Paulo Rocha, Zequinha Marinho, Jayme Campos e o Senador Acir Gurgacz Presidente da Comissão Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião está destinada à deliberação de um item não terminativo e um item terminativo, conforme pauta previamente divulgada, bem como a apresentação e a discussão de expediente a ser remetido em nome da Comissão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República sobre a crise dos fertilizantes e a vulnerabilidade do agronegócio brasileiro, do qual eu passo a fazer a leitura na íntegra.

Assunto: correspondência externa enviada ao Presidente Rodrigo Pacheco, para que ele, então, possa enviar ao Presidente da República e aos Ministros do Presidente.

Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e nos termos do artigo 48, XXIX, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência que encaminhe o seguinte expediente, de autoria desta Comissão, que compila as contribuições de especialistas e autoridades, em sede de Audiências Públicas, sobre a vulnerabilidade do país quanto à importação de fertilizantes e aos impactos na produção agrícola nacional, às seguintes autoridades [...]

Respeitosamente,

[...] Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

O texto diz o seguinte:

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal realizou, nos dias 21 e 28 de outubro de 2021, audiências públicas para debater a ameaça da falta de insumos para o plantio da safra 2021/2022.

Participaram como oradores: Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia – MME; Esteves Pedro Colnago, Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil – CPRM; Sérgio de Zen, Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab; José Carlos Polidoro, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agropecuária – Embrapa; Reginaldo Minaré, Diretor Técnico Adjunto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Antonio Galvan, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – Aprosoja Brasil; Christian Lohbauer, Presidente da CropLife Brasil; Cláudio Zancanaro, Diretor-Presidente da Companhia Norte de Navegação e Portos – Cianport; e Antônio da Justa Feijão, Geólogo e Presidente da Fundação Instituto Amazônico de Migrações e Meio Ambiente – Finama.

O tema central dos debates foi a vulnerabilidade brasileira diante da dependência externa de fertilizantes, pois, conforme os dados apresentados, o Brasil precisaria importar cerca de 80% do que atualmente usa em sua produção agrícola.

Os palestrantes propuseram soluções à crise no fornecimento e nos altos custos desses insumos no mercado brasileiro, tais como: i) alterações tributárias para novos investimentos na produção e na comercialização; ii) linhas de crédito, não apenas para inovações mas para a produção de fertilizantes; iii) modificações legislativas e regulatórias; d) facilitação da produção de bioinsumos para os fabricantes nacionais.

A crise global de fertilizantes não é um problema com solução a curto prazo. Ela começou com o aumento do consumo dos três principais nutrientes para a agricultura – nitrogênio, fósforo e potássio –, e se agravou por conta de três fatores: i) a redução da produção desses insumos na China; ii) a crise geopolítica no Leste Europeu e iii) a pandemia causada pela Covid-19.

O agronegócio brasileiro foi afetado de forma imediata e direta.

Atualmente, os produtores brasileiros enfrentam um cenário desfavorável para comprar fertilizantes, pois as principais indústrias exportadoras deste insumo (localizadas na China, Rússia, Bielorrússia e Canadá) passam por dificuldades operacionais e colocam em risco a cadeia de suprimentos mundial.

A produção de fertilizantes exige um alto consumo de energia e estima-se que os custos energéticos correspondam a mais de 70% dos gastos para a efetiva produção.

O elevado gasto de energia para a produção de fertilizantes tem sido questionado quando confrontado com questões ambientais. O senhor Sérgio de Zen (Conab) trouxe como exemplo o caso da China que, em virtude de compromissos ambientais, vem reduzindo de forma acentuada sua produção de nitrogênio. [...]





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor Sérgio de Zen (Conab) destacou os seguintes aspectos que mereceriam maior atenção governamental: (i) o governo brasileiro desconhece a quantidade exata de defensivos e insumos agrícolas necessários para sustentar a produção do agronegócio nos últimos 20 anos e (ii) a ausência de uma política de tributação favorável à produção doméstica de fertilizantes nos últimos 30 anos levou a uma alta dependência do mercado externo, sendo que a ausência de investimentos compele o agronegócio brasileiro à importação desses produtos [fundamentais para o agronegócio brasileiro].

A crise internacional que o mundo tem enfrentado foi tema abordado pelo Embaixador Alex Giacomelli da Silva (MRE). O Embaixador discorreu sobre os embargos internacionais impostos à Bielorrússia, um dos principais produtores de cloreto de potássio do mundo, sendo o responsável por cerca de 20% do fornecimento global. E alertou que, no caso brasileiro, aproximadamente 94% do cloreto de potássio aqui utilizado é importado, advindo de uma estrutura oligopolizada de produção, concentrada em apenas cinco países: Alemanha, Bielorrússia, Canadá, Israel e Rússia. As importações brasileiras concentram-se no Canadá (32,5%), na Rússia (26%), na Bielorrússia (18%) e em Israel (11%). São preocupantes a grande dependência do Brasil e o limitado número de fornecedores de insumos indispensáveis à agricultura. Possíveis sanções internacionais a países exportadores de fertilizantes podem causar efeitos secundários que certamente afetarão ainda mais o agronegócio brasileiro, elevando os custos ou até mesmo reduzindo a produção.

É exatamente o caso com o risco iminente de uma guerra entre a Rússia e a Ucrânia; já foram anunciadas sanções econômicas contra a Rússia se algo acontecer. Se isso acontecer, nós teremos um prejuízo muito grande com relação à importação desses fertilizantes pelo Brasil, pois a Rússia é uma grande fornecedora desses produtos para o nosso agronegócio. Por isso a nossa grande preocupação e a importância de o Presidente estar na Rússia debatendo esse tema com o Presidente russo.

Conforme os dados apresentados pelo senhor Enir Sebastião Mendes (MME), em 2020, a produção brasileira de fertilizantes básicos nitrogenados teria alcançado a marca de 224 mil toneladas, apenas 4,3% da demanda necessária. Mencionou também o lançamento do Programa Mineração e Desenvolvimento, bem como do Plano Nacional de Fertilizantes, ocorrido em 2020, com metas relacionadas à produção de fertilizantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Chico Rodrigues informou que, só nos Estados do Amazonas e do Pará, embora a reserva mineral de potássio supere 3,2 bilhões de toneladas, sua exploração, contudo, permanece entravada por elevados custos de produção e por questões ambientais e indígenas.

O senhor Cláudio Zancanaro (Cianport) criticou a forte dependência nacional de insumos importados e as dificuldades da exploração mineral no Brasil.

O senhor Antônio da Justa Feijão (Finama) destacou o potencial das reservas minerais do Brasil, especialmente a de fósforo, propondo a criação de três níveis de licenciamento: o licenciamento dos minerais estratégicos, o licenciamento da geração de energia e o licenciamento do alimento.

O Sr. Esteves Pedro Colnago, da CPRM, constatou deficiências no avanço de mapas com mais qualidade para localizar, no território brasileiro, minerais estratégicos, como cobre, cobalto, lítio, grafita e nióbio, além dos agrominerais, como fósforo e potássio. Ademais, relatou a insuficiência de recursos para o potencial exploratório do setor mineral brasileiro. Hoje o Brasil apresenta uma baixa atividade prospectiva, tudo em função da indisponibilidade de recursos disponíveis para trabalhar. As atividades de levantamento, especialmente a aerogeofísica e a geoquímica exigem investimentos vultosos.

A política de importação de fertilizantes e defensivos agrícolas adotada pelo Brasil afeta diretamente os custos da produção de alimentos para milhões de pessoas, tanto brasileiros quanto de outros países. Tal situação exporia o agronegócio a uma fragilidade perigosa, que poderia resultar numa crise mundial de abastecimento de alimentos.

Em alerta sobre os riscos do agronegócio nacional, o Senador Esperidião Amin ressaltou: "É essa a vulnerabilidade daquilo que é o hercules que sustenta a economia brasileira, principalmente nos últimos anos, que é o agronegócio, absolutamente vulnerável por causa do insumo que nos assegura a produtividade. Aumentou a produtividade, mas nós temos a produtividade pela nossa competência, especialmente pela Embrapa e também porque o fertilizante ajuda a produção. Não dispor do fertilizante a um preço razoável pode significar perda de competitividade pela perda da produtividade."

Em fala sobre a crise da falta de fertilizantes e de defensivos agrícolas para a safra brasileira, o Sr. Antonio Galvan, da Aprosoja, destacou o potencial do Brasil de se igualar aos Estados Unidos na produção de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentos só com as áreas que nós já temos hoje utilizadas para a pecuária brasileira, que é a expansão com Mato Grosso, Roraima e Rondônia.

Ao ponderar a dependência brasileira de fertilizantes, o Sr. José Carlos Polidoro, da Embrapa, lembrou que o Brasil, ao contrário de seus competidores, tem solos naturalmente pobres em nutrientes, necessitando de muita e constante adubação, e é o maior importador de fertilizantes do mundo.

O Brasil se enquadra no grupo dos grandes produtores de alimentos, mas, infelizmente, não adotou uma política similar àquela de países como China, Estados Unidos, Rússia e Argentina, com vistas a produzir seus próprios fertilizantes e assim reduzir a dependência da importação de fertilizantes.

Reginaldo Minaré, da CNA, disse que entende que o incentivo à produção de fertilizantes no território nacional deverá ocorrer com a redução da carga tributária em cima tanto da instalação das plantas de produção quanto do comércio dessa produção, pelo menos nos dez primeiros anos, e que no plano nacional de desenvolvimento de fertilizantes deva haver o incentivo à produção de insumos biológicos: fertilizantes e defensivos agrícolas. Sugeriu o mapeamento do território nacional a respeito das possibilidades de produção de insumos agrícolas.

O Christian Lohbauer informou que 72% dos ingredientes ativos utilizados nos defensivos agrícolas no Brasil são importados e reforçou a necessidade de reforma tributária do setor para dotá-lo de competitividade.

O Senador Zequinha Marinho considera urgente a necessidade de implantação de ações efetivas que proporcionem a autossuficiência brasileira na produção de fertilizantes.

E o Senador Luis Carlos Heinze ressalta a importância de uma ação governamental para reduzir a dependência da importação dos fertilizantes.

Outrossim, os debates ratificaram a importância de o Poder Executivo elaborar e implementar um plano nacional de fertilizantes, considerando que foi instituído grupo de trabalho interministerial com essa finalidade, através do Decreto 10.605, de 2021, cujo objetivo é reduzir a extrema dependência nacional de fornecedores estrangeiros e, portanto, a vulnerabilidade do agronegócio perante crises de ofertas internacionais.

Em nota informativa, Henrique Salles Pinto, consultor legislativo do Senado, arremata o seguinte:

Aliada ao arrefecimento da carga tributária que incide sobre o setor, a prometida implementação do Plano Nacional de Fertilizantes pelo Poder





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Executivo também pode ser uma alternativa bem-vinda para a solução do problema identificado. Entende-se, inclusive, que o plano em questão poderia estabelecer linhas de crédito específicas para agricultores de diferentes perfis adquirirem fertilizantes para sua produção, uma das demandas apresentadas nas audiências públicas supracitadas [Nota Informativa nº 7.240, de 2021].

A solução para tal situação aponta para a necessidade de investimentos, de desburocratização e de redução da carga tributária voltada à produção nacional de fertilizantes que abasteçam o agronegócio interno. Ações direcionadas para a ampliação da exploração de jazidas de potássio, fosfato, nitrogênio, calcário e outros minerais estratégicos e agrominerais utilizados na indústria de fertilizantes, certamente ampliarão a autonomia brasileira reduzindo assim o grande volume de importação de fertilizantes.

É indiscutível a situação de risco em que se encontra o agronegócio brasileiro, devido à elevada dependência de importação desses fertilizantes. Uma vez que o Brasil possui jazidas dessas matérias-primas, é possível, com implantação de ações do Governo, fomentar a indústria nacional de fertilizantes transformando essa crise internacional numa oportunidade para viabilizar economicamente cada vez mais a produção de alimentos e diminuir a fome e a falta de alimentos na mesa da população brasileira.

Esse é o relatório compilado que nós fizemos das audiências públicas e que nós vamos encaminhar então ao Presidente do Senado, para que ele envie ao Presidente da República, para que a gente possa dar a nossa contribuição, pois o Brasil é autossuficiente em matéria-prima. É preciso estimular a produção nacional.

Nós estamos falando de uma situação que não vai ser resolvida daqui para o final do ano, para o ano que vem. São necessários grandes investimentos, grandes projetos, licenciamento ambiental. Nós precisamos iniciar um trabalho para os próximos cinco anos.

Só Deus sabe o que vai acontecer entre a Ucrânia e a Rússia. A grande expectativa é que através da diplomacia se resolva esse problema, mas se isso não acontecer, se algum incidente ocorrer, haverá sanções comerciais com relação à Rússia e nós poderemos ser proibidos de importar fertilizantes daquele país, trazendo sim um grave problema para o agronegócio brasileiro. Portanto, é tempo de se fazer um planejamento para a produção de fertilizantes no nosso país.

Com prazer, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin para fazer suas colocações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-lo efusivamente pela leitura e apresentação desse texto que ora foi lido, na sessão de ontem. Independentemente da atenção individual que tenha sido dada, o Senado Federal foi alertado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a gravidade da nossa situação. Nós somos altamente e reconhecidamente vulneráveis no setor que tem dado os melhores resultados para o país, que é o agronegócio, especialmente a agropecuária, a agroindústria, ou seja, esse setor tem sido responsável pela sustentação do Brasil.

E me chamou atenção a existência desse Decreto 10.605, de 22 de janeiro de 2021. Quer dizer, o Governo não só sabia como tomou uma decisão e criou esse grupo de trabalho, através do Decreto 10.605, citado inclusive na sua fala, penúltima página da sua fala, quando instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de desenvolver o Plano Nacional de Fertilizantes. O senhor veja que esse grupo é integrado pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Economia, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério de Minas e Energia, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Gabinete de Segurança Institucional, Advocacia-Geral da União, Embrapa; e cada membro terá um suplente, com reuniões quinzenais.

Então, eu queria só dizer o seguinte: nós não chegamos a ouvir nessa lista, nessa relação dos nossos convidados quem representa esse grupo. Eu vi aqui praticamente todos esses agentes que fazem parte dessas organizações, mas não me lembro de termos cobrado um resultado desse grupo. Então, eu acho que... O grupo de trabalho terá a duração de 120 dias – 120 dias a contar do dia 22 de janeiro, provavelmente foi prorrogado. O parágrafo único do art. 8º dizia assim:

Art. 8º O Grupo de Trabalho Interministerial terá duração de cento e vinte dias, contados da data da primeira reunião, que poderá ser prorrogado uma vez por igual período, por ato da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Parágrafo único. O relatório final [...] e a proposta do Plano Nacional de Fertilizantes serão encaminhados ao Secretário [...] de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Esse é o parágrafo único.

Portanto, na melhor das hipóteses, oito meses depois, ou seja, em outubro do ano passado, podendo ter sido em novembro, dependendo da primeira reunião, existe a obrigação de o Executivo ter um relatório e um plano nacional ou pelo menos os subsídios para um plano nacional de fertilizantes.

Então, eu queria propor, Sr. Presidente, que junto com o encaminhamento disso à Presidência da República... E eu ressalto que a visita do Presidente à China eu considero prioritária para o país porque este setor é prioritário na nossa economia. Queria acrescentar o seguinte: a parceira da Rússia nessa controvérsia com a Ucrânia é exatamente a Bielorrússia,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que também é grande exportadora e que já está sofrendo sanções internacionais, como nós constatamos nessas reuniões do ano passado, tanto da União Europeia quanto dos Estados Unidos. Quer dizer, nós já estamos sendo prejudicados nos nossos interesses por essa movimentação internacional.

De forma que eu resumo essa minha observação voltando a cumprimentá-lo. Quero dizer que as nossas duas reuniões do ano passado coincidiram com o imaginário encerramento das atividades do grupo, exatamente entre 21 e 28 de outubro. Tivemos a data de 22 de outubro, que seria o oitavo mês desse grupo de trabalho, salvo se a primeira reunião aconteceu em outro mês.

Mas eu gostaria de resumir então o meu pedido: vamos convidar a secretaria, o Secretário Nacional de Assuntos Estratégicos, que é o Presidente deste grupo, para comparecer e relatar, nos encaminhar o relatório talvez, se ele já existir, e os subsídios para o Plano Nacional de Fertilizantes, conforme consta desse decreto. Eu não tenho conhecimento do relatório, mas acho que a Comissão tem que conhecer o relatório integral, final, ou o relatório parcial disponível com a explicação do Secretário nacional de Assuntos Estratégicos, que, salvo melhor juízo, acompanhou o Presidente da República nessa viagem.

É a minha sugestão, que complementa os cumprimentos a V. Exa. Acho que a Comissão cumpriu o seu dever ao realizar essas duas reuniões e nós todos nos alertamos para essa vulnerabilidade.

Olhe, Presidente, nem o pior inimigo teria criado uma situação tão ruim para nós quanto a nossa inércia produziu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu acredito que a própria viagem do Presidente à Rússia deva ter sido orientada por esse grupo de trabalho, exatamente pelo estudo que fizeram ao longo do ano passado.

Sim, vamos fazer esse requerimento separado dessa carta, porque são duas coisas diferentes. Vamos fazer o requerimento para uma audiência pública – é urgente – com esse secretário desse grupo de trabalho para que possa nos atender e nos explicar quais foram as conclusões a que chegaram e quais são as ações que o Governo vai ter com relação à produção de fertilizantes no Brasil.

Muito obrigado a V. Exa. pela sua sempre colocação importante aqui na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Passo a palavra agora ao Senador Lasier Martins.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Acir.

Na mesma linha do pronunciamento do Senador Esperidião, em primeiro lugar, cumprimento V. Exa. pelas providências que já antecipadamente teve com as audiências públicas do mês de outubro e apresenta o resultado de hoje na leitura que V. Exa. fez, que tem a compilação de tudo que foi decidido.

Em segundo lugar, também quero concordar que, apesar das controvérsias, das críticas direcionadas à viagem do Presidente, independentemente de posições, é louvável a ida dele, porque está preocupado com um dos nossos problemas fundamentais para a nossa economia, que é cuidar do carro-chefe que é a nossa produção agropastoril, onde estamos sofrendo a carência de fertilizantes. Então, foi bom ele ter ido lá, independentemente das críticas que vai continuar sofrendo sob o ponto de vista político, mas estrategicamente foi bom. Na mesma linha também, a própria ida da Ministra Tereza Cristina ao Irã, que trata de um assunto correlato que diz respeito a insumos. E nós, lá no Rio Grande do Sul, V. Exa. conhece nosso estado, somos um estado altamente produtor, dependente desta economia e que está, o nosso estado, sofrendo os maiores prejuízos de todos os tempos.

Não há nenhum exagero em dizermos, até porque os mais antigos que lá residem, pessoas de 90, 95 anos, também afirmam: nunca houve uma estiagem igual à que está acontecendo no Rio Grande do Sul – são prejuízos devastadores –, falta de água, falta de chuva há meses e meses, de tal modo que acabou com toda a colheita do milho, por exemplo, que é indispensável para a ração de frangos e suínos. Alguns apontam que foi de 100% o prejuízo; outros dizem que foi de, no mínimo, 80%. A soja, de 50% a 60% de prejuízo. O gado de corte, o gado leiteiro também emagreceu, principalmente o gado de leite, produzindo metade do leite.

E isso vai se refletir este ano, Presidente Acir, num ano, sob o ponto de vista econômico, altamente deficitário, porque esses prejuízos todos que estão sendo apanhados lá vão afetar a indústria, o comércio, a receita de impostos, os serviços. Vai ser um ano terrível este que está começando, bem ao contrário do que foi o ano recém-findo, quando batemos recorde histórico de exportações de grãos.

Então, nesse sentido, sob a sua Presidência, muito inspirada ao estar tomando essas providências desde outubro, estamos cumprindo o papel desta Comissão corretamente. Nesse sentido também, já vou aproveitar, já que V. Exa. me concede a palavra, para dizer que está na mesa um requerimento para que realizemos uma audiência pública exatamente para avaliar os efeitos da estiagem e, com especialistas, discutirmos aqui soluções, principalmente para prevenir de uma vez por todas o mal que se arrasta por anos e anos. Lá no Rio Grande do Sul, nós sabemos que, no mínimo, a cada dois anos, há uma estiagem, e, aí, grandes perdas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, precisamos encontrar propostas, mexer com as inteligências do ramo. Por isso, estamos pedindo, Presidente Acir, a marcação de uma data para uma audiência pública, estamos encaminhando também nomes, para que venhamos a debater este assunto.

Então, era sobre isto que eu queria me pronunciar diante desse movimento todo que estamos vivendo: a audiência de outubro, as providências que agora estão sendo anunciadas por V. Exa., a viagem do Presidente da República à Rússia, a viagem da Ministra ao Irã e mais esse pedido de audiência pública, para que venhamos aqui não apenas avaliar os prejuízos, porque esses já são conhecidos, mas encontrar soluções.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins. Em tempo, pontua o que nós conversamos na semana retrasada com a Ministra Tereza Cristina, exatamente sobre essa questão de socorrer os nossos agricultores brasileiros. É um setor que, nos últimos anos, tem sustentado a balança comercial brasileira, tem sustentado o saldo positivo da balança comercial. Então, nada mais justo do que nós, agora, em uma dificuldade dos nossos agricultores, retribuímos e socorrê-los.

Conversei com a Ministra Tereza Cristina por telefone. Ela iria a uma audiência pública que nós fizemos lá na Coopavel, mas estava com covid e não pôde ir, mas assegurou que está atenta. Já fez um pedido ao Ministério da Economia para socorrer os nossos agricultores do sul do país com relação à seca e outros agricultores com relação ao excesso de chuva. Nós temos os dois problemas no Brasil neste momento: algumas regiões com excesso de chuva e outras regiões com falta de chuva.

Então, ela aguarda e está cobrando insistentemente uma posição do Ministério da Economia para poder anunciar essa atenção e esse socorro aos nossos agricultores, porque eles não podem ficar no prejuízo, até porque, até dia 28 de fevereiro, está paralisada a contratação do seguro da safrinha, e os agricultores, com medo do La Niña, estão preocupados em produzir, preocupados em fazer o plantio da safrinha, porque, se não têm seguro, como é que vão fazer a Safrinha, com a iminência dessa questão de o La Niña afetar novamente a produção através de um problema do clima?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – E mais um dado, Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Lasier. Claro. Por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – O prejuízo vai mais longe: além dos produtores e agricultores, está atingindo duramente as cooperativas...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – É uma cadeia, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – ... exatamente, que sempre se valem do resultado da produção para se reembolsar daquilo que financiaram. Não tendo havido safra, não tendo havido colheita, elas estão sem receber. Então, há um risco de uma quebradeira de cooperativas no sul do país. Eu, há pouco, me referi preponderantemente ao Rio Grande do Sul, mas não devo esquecer que o problema é extensivo a Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso... Agora, o que nós estamos vendo, e tenho andado pelo interior do Rio Grande, é deprimente, o quadro que se vê à beira das rodovias, aquelas plantações destruídas, completamente secas, a grama completamente inaproveitável e o pior: filmagens do gado morrendo. O gado magro, que caminha lentamente, de repente, cai, e cai para morrer. É muito triste o cenário que estamos vendo pelos interiores do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador Lasier. Vamos colocar em votação, na sequência, o seu pedido de audiência pública, e faremos o mais rápido possível.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, desculpe-me por chegar atrasado. É que...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Você nunca está atrasado, Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... o meu ramal, a minha vicinal, o meu travessão está cheio de água... *(Risos.)*

... e acabei... Como eu não tenho uma cabine dupla, eu venho no meu carro velho, atolei. *(Risos.)*

Estou à disposição, Presidente.

Há um item aí do qual sou o Relator. Parece-me que é o item 2. Estou preparado para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos, então... Lido o expediente, matéria em discussão. Já foi discutida.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Foi sobre esse requerimento que eu li, para nós enviarmos ao Presidente do Senado, e ele, portanto, enviará ao Presidente da República e aos ministérios pertinentes.

Em votação o encaminhamento do ofício, em nome deste Colegiado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o ofício da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A matéria irá à Presidência do Senado para os devidos encaminhamentos.

Vamos então aos itens da pauta que nós temos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – V. Exa. está sintonizado, assim como também o Senador... E somos Líderes. Daqui a pouco vai começar também o Colégio de Líderes, então...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós vamos, rapidamente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós vamos rapidamente à votação...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – ... para que a gente possa liberar.

Antes, quero passar a palavra ao Senador Izalci, que a pede pela ordem.

Senador Izalci tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente (*Falha no áudio.*) ... a Comissão de Agricultura. Foi falado da Embrapa. A gente sempre fala da Embrapa, lembra da Embrapa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Eu queria só lembrar aos colegas que, nesse orçamento que nós aprovamos, aquilo que nós colocamos para a Embrapa foi vetado. Então, eu chamo a atenção da Comissão de Agricultura e da frente parlamentar para que possamos derrubar o veto, o corte à emenda da Embrapa. Não é possível que as pessoas não reconheçam a Embrapa e a gente tenha que falar isso todo dia!

Então, este é o primeiro ponto: eu gostaria de pedir esse empenho – vai ser semana que vem – para que a gente possa derrubar esse veto aí.

E, com relação ao item, meu voto é favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Izalci. De fato, nós temos que derrubar esse veto à emenda que transfere dinheiro do orçamento para a Embrapa. A Embrapa precisa de recursos, e nós precisamos da Embrapa mais do que nunca.

Item 1.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Presidente, só quero lembrar o seguinte. Nós estamos falando muito da questão da soja, e eu concordo plenamente com o que está sendo discutido, mas eu quero lembrar o seguinte: nós compramos o litro de óleo de soja agora, recentemente, a 5,99; hoje no mercado está 10,99, Presidente. Houve quase 100% de aumento no litro do óleo de soja. Então, a gente entende tudo isso, e é o que está acontecendo com o petróleo também, quer dizer, nós estamos buscando uma forma de diminuir o preço do petróleo. Agora, alimento é fundamental. Não sei como é que nós vamos fazer. Eu sei que o agro é importante para a exportação, mas o consumo interno está pagando um preço... Não tem sentido um aumento de 100% no óleo de soja. É uma questão que nós temos que discutir aí como fazer para amenizar a questão da cesta básica, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, Senador Izalci. Vamos debater esse tema também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1862, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Com a palavra o Senador Lasier Martins para a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Acir.

Repito, a matéria diz respeito a possibilitar a concessão de autorização especial de trânsito aos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas.

O projeto é composto de três artigos.

O cerne da proposta está contido no art. 2º, que altera o art. 101 do Código de Trânsito Brasileiro, que trata dos veículos com excesso de peso ou dimensões, para nomear especificamente os "tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas".

Na justificção, o autor aponta que, de acordo "com regras atualmente vigentes, os agricultores contratam um serviço específico para o transporte de seu maquinário ou estão sujeitos a sofrer penalidades aplicadas pelo órgão com circunscrição sobre a rodovia". Portanto, seu objetivo seria possibilitar o trânsito desse equipamento nas vias públicas, mediante a emissão de AETs para esse propósito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação às formalidades, nenhum reparo.

Nesse tocante, entendemos a proposta – já estou na análise – como extremamente bem-vinda, porque, de fato, a movimentação de máquinas e equipamentos agrícolas entre as diversas fazendas que deles necessitam é atividade assaz corriqueira, inerente à agricultura moderna e ao uso racional dos bens de capital a ela relacionados.

Por outro lado, as vias públicas são essenciais para se realizar esse deslocamento com segurança, tanto dos bens em trânsito, quanto dos demais usuários da via.

Vou resumir um pouco, indo ao penúltimo parágrafo, porque é muito claro o tema e a proposta.

Assim, a proposta aqui analisada atinge esses dois objetivos, pois permite que os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas que não se enquadrem nos limites de peso ou dimensões estabelecidos pelo Contran possam receber uma Autorização Especial de Trânsito (AET). Com a AET, tanto o transporte desses equipamentos poderá ser realizado com segurança, como será oferecida uma alternativa para que possam continuar a ser usados em diversas propriedades rurais isoladas entre si.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, o voto é pela aprovação do PL nº 1.862, de 2021.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Lasier Martins, pelo seu brilhante relatório.

Isso ajudará todos os estados brasileiros, mas especialmente o estado de V. Exa., que tem muitos tratores e maquinários. A agricultura familiar, os nossos agricultores dependem muito desses equipamentos, e isso não só no seu estado – no meu Estado de Rondônia, é a mesma coisa –, que está mais bem estruturado e tem uma dependência grande desses itens. Por isso, a importância deste projeto para os nossos agricultores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O Estado do Paraná, porque, ao que me consta, o senhor é paranaense, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – De nascença, paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – O Paraná também é um estado parecido com o Rio Grande do Sul nessa particularidade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Mais uma vez, cumprimento o Senador Lasier Martins pelo brilhante relatório que fez, tão importante para os nossos agricultores brasileiros.

Item 2.

1ª PARTE**ITEM 2****PROJETO DE LEI Nº 486, DE 2020****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir a redução das desigualdades sociais e regionais entre os princípios a serem observados pela Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina ao Poder Público tratamento especial quanto a linhas de crédito rural e serviços de assistência técnica e extensão rural destinados a agricultores e empreendimentos familiares rurais situados na Região do Marajó.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha para proferir a leitura do seu relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Nós estamos recebendo aqui, Sr. Presidente, a informação do próprio Zequinha Marinho de que já chegamos ao quórum para votação. Se é verdade, ele está nos pedindo que se coloque em votação, porque é terminativo e tem que ser nominal. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós precisamos iniciar a leitura, e eu pergunto se alguém tem interesse em pedir vista. Se não houver, eu peço que se faça a abertura do painel, para que possamos iniciar a votação enquanto houver a leitura do relatório por V. Exa.

Alguém quer pedir vista do projeto? (*Pausa.*)

Não. Então, peço à nossa assessoria que abra o painel para que os Senadores possam votar. Enquanto isso, o Senador Paulo Rocha inicia a leitura desse projeto. Não é uma coisa costumeira, mas eu entendo que é importante, visto que não há pedido de vista do projeto.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – É uma iniciativa importante do Senador Zequinha Marinho, uma vez que ele tem experiência, lá, da nossa região, tem conhecimento. Não sei se vocês sabem, uma curiosidade, quando o Zequinha Marinho iniciou na política, ele era conhecido como Zequinha do Basa, porque ele era funcionário do Banco da Amazônia. Então, ele tem também essa experiência dessa questão da aplicação e da relação com a agricultura.

Todo mundo sabe que há briga para tirar as diferenças regionais. Agora mesmo, V. Exa. e o Senador Lasier estavam falando sobre essa questão, que o Paraná e o Rio Grande do Sul já avançaram e muito na agricultura, inclusive na mecanização. Lá, no Norte, na Amazônia, ainda estamos muito precários nessa condição. Daí as diferenças regionais.

Então, desde a Constituição, há briga ao criar os fundos constitucionais. Era exatamente este o objetivo: diminuir as diferenças regionais – FNO, FNE, FCO, etc. Depois, também há uma questão na Amazônia, pois foi pensado desenvolver a Amazônia só a partir dos grandes projetos: grandes projetos agropecuários, grandes projetos minerais, agora grandes projetos elétricos. Realmente há uma carência de prioridade nessa questão do financiamento da agricultura familiar.

E o exemplo do Pará é muito latente sobre essa questão, uma vez que o sul do Pará já é bastante desenvolvido nessa questão da agricultura exatamente porque recebeu financiamentos, inclusive dos fundos constitucionais, mas há região – como a região do Marajó, que também é rica a partir da sua vocação nessa questão da agricultura familiar – que padece da falta de prioridades no fortalecimento da agricultura familiar. Daí a preocupação do projeto do Senador Zequinha Marinho. É um projeto muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podem dizer: "Está focado só numa região". É exatamente esse o objetivo. Só para vocês terem uma ideia, o Marajó é um dos menores IDHs do Brasil, dentro dum estado rico – o senhor conhece –, de nossa região rica, como é o Pará, rico em terras, em florestas, em água, etc. Então, o Marajó padece dessa diferença. Daí a ideia de focar num projeto específico para a região do Marajó, exatamente porque tem esse objetivo de tirar as diferenças regionais dentro do próprio estado.

É um projeto simples, de quatro artigos. Eu fiz apenas uma emenda, Sr. Presidente, para exatamente fortalecer essa ideia da agricultura familiar. Eu acrescento a um termo que há lá no art. 3º, "agricultores"; eu acrescento, logo depois de "agricultores", "agricultores familiares", que é exatamente para vincular claramente o fortalecimento da agricultura familiar.

Eu conversei com o Senador Zequinha – não há problema nenhum, tranquilo.

Portanto, o meu relatório é pela aprovação deste projeto, que, repito, tem uma importância muito grande para o nosso estado e para o Marajó, que ainda está muito atrasado nesse processo de desenvolvimento, inclusive na agricultura familiar.

Lá, Sr. Presidente, a riqueza do Marajó é tanta: não só pode ser um grande celeiro de criação de peixe, como da criação de búfalo – é de lá, do búfalo, que sai a questão do queijo do Marajó, que está ficando famoso tanto quanto o queijo de Minas. Então, esse projeto vem alavancar essas políticas de financiar, de incentivar o pequeno produtor da região.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Rocha.

De fato, nós temos a obrigação de diminuir as diferenças regionais do nosso país, e esse projeto vem ao encontro exatamente dessa preocupação nossa. É uma região na Amazônia que precisa de todo esforço de todos nós Senadores para que possamos aprovar esse projeto, fazer com que tiremos, Senador Lasier, essas diferenças regionais. Se nós temos problema no Rio Grande do Sul, imagine na Ilha de Marajó, uma região distante. Podemos chegar lá apenas por água – é isso, Senador Paulo Rocha?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Apenas por água...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Ou por helicóptero.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Ou por helicóptero, é evidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Os aviõezinhos... Inclusive, Presidente, uma curiosidade: os aeroportos das cidades ficam dentro da cidade onde fica a...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – No meio das ruas, entre as ruas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a rua mais larga. Os aviõezinhos descem naquela rua, porque, vamos dizer, fizeram, primeiro, uma pista, que depois se transformou em uma avenida. Aí, quando desce o aviõezinho, alguém tem que ir lá embaixo para espantar os cachorros ou algum boi que está passando por ali.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Tem que fechar o trânsito. (*Risos.*)

Então, nós temos a obrigação, realmente, de diminuir essas diferenças regionais, apoiando a agricultura. É uma região exclusivamente da agricultura familiar. São pessoas que lá residem há muito tempo, famílias com pequenas áreas, que dependem do nosso trabalho.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu quero fazer um apelo aos Senadores que marcaram presença – e há quórum para a votação – para que registrem presença também na Comissão de Educação. Nós precisamos começar a sessão da Comissão de Educação e estamos sem quórum. Então, eu pediria isso à nossa querida Rose de Freitas, ao Esperidião Amin, ao Carlos Fávaro, ao Paulo Rocha, que está aqui, à Zenaide Maia, ao Wellington Fagundes, a V. Exa. Acho que V. Exa. não é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Apelo ao Zequinha Marinho e ao Lasier Martins.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem! Obrigado, Senador Izalci.

Peço também aos Senadores que já marcaram presença para que possam declarar o seu voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Paulo Rocha pode também votar, como a Senadora Zenaide, o Senador Esperidião Amin, a Senadora Rose de Freitas, os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, para que possamos exercer o nosso direito de voto. Como é um projeto terminativo, nós precisamos do voto individual dos nossos Senadores para concluir essa votação.

Muito obrigado ao Zequinha, que acabou de votar; ao Senador Lasier Martins, que também já votou; ao Senador Izalci Lucas, que já votou também. O Senador Paulo Rocha está votando neste momento, ele que é o Relator, mas que também vota – nós precisamos do seu voto.

Eu pergunto: eu posso votar? (*Pausa.*)

É só o voto de Minerva. Então, eu tenho que aguardar aqui. Vamos aguardar, vamos debater.

E, no Pedral do Lourenço, Senador Paulo Rocha, houve avanço? É um tema que se discute há muito tempo no Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Está meio truncado, ainda está parado na questão ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Do licenciamento ambiental?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Porque, como há a quebra... Têm dois anos os estudos. (*Fora do microfone.*)

Faz dois anos que as universidades foram contratadas, inclusive uma de Santa Catarina, para fazer esse... Tem que ter experiência nessa questão ambiental, porque, como é quebra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – De rochas.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... de rochas e de cachoeiras no meio do rio, tem que ter todo cuidado, por causa do impacto na questão do peixe, etc. Então, ainda está atrasado, mas já há, inclusive, orçamento para poder fazer aquele canal, que é muito importante para a navegação da região e para o transporte. Você sabe que, na nossa Amazônia, por causa da distância, a questão do transporte é muito importante, tanto o terrestre quanto o aquaviário. O aquaviário fica mais barato, e por ele se carrega mais carga, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Sem dúvida, é importante para a Amazônia, é importante para o Pará, é importante para o nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a colocar a importância de nós aprovarmos o novo marco legal do licenciamento ambiental, que já foi discutido, amplamente debatido na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente. Agora falta lermos o relatório e discutirmos.

Aprovarmos ou não é questão de votação, mas as audiências públicas foram feitas tanto na Comissão de Meio Ambiente, Senador Lasier, como na Comissão de Agricultura. Nós unimos as duas Comissões para debatermos em conjunto, para avançarmos. A previsão era votarmos no ano passado. Não foi possível, mas precisamos votar nas próximas semanas. É uma matéria importante, já foi amplamente debatida, discutida. A Senadora Kátia Abreu é Relatora desse projeto importante para que a gente possa avançar e votar essa matéria tão importante. Assim como também a regularização fundiária é um tema que já foi amplamente discutido. Esse projeto foi discutido aqui na Comissão de Agricultura conjuntamente com a Comissão de Meio Ambiente. E nós precisamos avançar na votação. Para acelerar a tramitação, nós realizamos diversas audiências públicas conjuntas com a Comissão de Meio Ambiente em 2021. Nosso acordo era para que o projeto fosse votado de forma simultânea nas duas Comissões. Espero que nós possamos fazer isso em breve. Enfim, o tema já foi amplamente debatido, discutido. Várias pessoas deram as suas opiniões, as suas contribuições para os Relatores. E estamos prontos para discutir e aprovar o parecer da Senadora Kátia Abreu. Esse é o projeto de lei que trata da Lei Geral do Licenciamento Ambiental. É o PL 2.159, de 2021, aprovado na Câmara no dia 13 de maio de 2021, após 17 anos de tramitação, e que aguarda o parecer para que a gente possa avançar na votação desse tema tão importante.

É bom que se diga que a Lei Geral do Licenciamento Ambiental está tramitando no Congresso Nacional há 17 anos. Portanto, creio que chegou o momento de termos uma política unificada, uma política moderna para o licenciamento ambiental no nosso país. Precisamos modernizar o marco legal do licenciamento ambiental para reduzir a burocracia e agilizar o licenciamento ou o não licenciamento – mas tem que se ter um parecer: ou sim ou não. Para isso temos que desburocratizar. E eu tenho certeza de que esse projeto, muito bem relatado pela Senadora Kátia Abreu, vai trazer todas essas modernidades para o licenciamento ambiental e também padronizar os procedimentos para diferentes tipos de licenças, unificando a emissão em todo o país, com bastante agilidade e total transparência. Não é para deixar mais fácil o licenciamento com relação aos temas, mas, sim, desburocratizar, dizer se sim ou se não, mas fazer isso em tempo mais rápido. Este é o objetivo desse relatório: desburocratizar, agilizar e modernizar o marco do licenciamento.

Da mesma forma, também vamos colocar em votação em breve o novo marco legal da regularização fundiária, sendo que os dois projetos desse tema tramitam de forma conjunta: o PL 2.633, de 2020, e o PL 510, de 2021. O Relator de ambas as propostas é o Senador Carlos Fávaro, que já apresentou o seu voto na forma de substitutivo de sua autoria, com acatamento integral ou parcial das emendas dos Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo que esse é um tema prioritário, pois a regularização fundiária dará mais cidadania ao nosso agricultor, assim como protegerá o meio ambiente e ajudará a ampliar a produção de alimentos no Brasil e com um detalhe: sem provocar mais transformações, ou seja, desmatamento, nós não precisamos disso. Nós temos que levar o documento das terras aos nossos agricultores para segurança jurídica para que eles possam produzir; produzir nas áreas já transformadas, não transformar mais áreas, que é a grande preocupação de todos nós.

Encerro a votação.

Com a votação encerrada, vamos proclamar o resultado: SIM, 8; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum de 9 Senadores.

Portanto, aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da CRA.

Será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Vamos aos requerimentos.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da severa estiagem que assola o Rio Grande do Sul e as soluções possíveis.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Eugênio Edevino Zanetti, Vice-Presidente da FETAG-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS;
- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Representante Ministério Público Federal;
- Representante Ministério do Meio Ambiente;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- *Representante FAMURS - Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul;*

- *Representante FARSUL - Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul.*

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

Em votação.

Para defender o seu requerimento, passo a palavra ao Senador Lasier Martins, se quiser dela fazer uso para defender o seu requerimento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Para encaminhar.) – Quero reiterar, Presidente, aquilo que já havia dito no início: nós precisamos, de uma vez por todas, apurar soluções e não apenas vivermos sempre dos momentos bem pontuais, isto é, da estiagem, que é o que tem acontecido há muitos anos no Rio Grande do Sul. Quando há seca ou falta água, perde-se a lavoura, morre o gado, e aí há o clamor. Nós precisamos olhar para frente e encontrar soluções, como os processos de irrigação. A irrigação precisa se disseminar pelo Rio Grande do Sul com os açudes, as cisternas e, quem sabe, outras soluções. É isso que nós precisamos encontrar de uma vez por todas.

Há um pequeno conflito no Rio Grande do Sul com relação ao Ministério Público, que tem que tem algumas restrições com relação às áreas de proteção. Nós precisamos chegar a um denominador, e eu acho que essa audiência pública vai encontrar soluções pelas autoridades que virão aqui, porque, ao mesmo tempo, nós teremos aqui Ministério Público e teremos as representações de produtores.

Eu acho que é suficientemente clara a pretensão dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vamos entrar em contato, Senador Lasier, com todos os convidados que V. Exa. indica para que a gente possa marcar o mais rapidamente possível – de preferência na primeira semana de março, logo após os feriados de Carnaval – essa audiência pública em tempo de socorrer os nossos agricultores.

O requerimento sugerido pelo Senador Esperidião Amin diz o seguinte.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 4****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2022**

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, representante do Ministério das Minas e Energia - MME e o representante da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para debater o Plano Nacional de Fertilizantes bem como o desenvolvimento dos trabalhos no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial instituído para este fim.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2022.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para que a gente possa fazer, então, essa audiência pública, sugerida pelo Senador Esperidião Amin no começo do nosso debate, com relação aos fertilizantes e saber também como foram as reuniões realizadas na Rússia, para que a gente possa trazer – não é, Senador Lasier Martins? – soluções para esse grave problema, que pode afetar gravemente a produção de alimentos no nosso país.

Portanto, aprovado o requerimento, agora passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para fazer as suas colocações.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente! Meu abraço a todos os presentes.

Quero aqui agradecer ao nosso Senador Paulo Rocha, colega aqui do Estado do Pará, pelo relatório do PL 486, e pelo voto de cada um pela aprovação. Nós entendemos que é um projeto importante.

Lá no Nordeste, Presidente, nós temos o Pronaf Semiárido, porque é uma região diferenciada do Nordeste, onde a chuva é muito pouca, a umidade é muito pouca e a dificuldade para produzir é muito grande.

Aqui no Marajó é exatamente o sentido inverso, nós temos muita água, muita chuva, a merecer também uma atenção diferenciada por parte do Banco da Amazônia, por parte do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Integração Nacional, que é o pai da política pública que toca desenvolvimento regional em todas as áreas nessa região aqui.

Portanto, minha gratidão ao Senador Paulo Rocha, a todos os colegas e a V. Exa. pela aprovação do PL 486.

Tenham um bom-dia! Muito obrigado.

Eu estou aqui no Pará, neste momento, participando de uma comitiva do Ministério da Economia.

Grande abraço a todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Faço um agradecimento a todos os Senadores presentes que participaram dessa reunião. Agradeço ao Senador Jayme Campos, que participa sempre junto conosco. Desde cedo – não é, Senador Jayme Campos? – participa dessas nossas reuniões importantes. Começamos sempre cedo, aprovamos já dois projetos importantes, um terminativo e outro não terminativo, e dois requerimentos também importantes, para que a gente possa continuar os trabalhos.

Eu entendo que essa nossa Comissão tem uma importância muito grande. Voltamos a dizer: já no ano passado, em outubro, nós dizíamos da preocupação com a possível falta de fertilizantes no nosso país. Alertamos o Governo, alertamos os ministérios e estamos vendo as ações do próprio Governo acontecerem. É preciso ter uma política de Estado para a produção de fertilizantes no nosso país. Somente com uma política de Estado nós podemos tornar o Brasil independente da importação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois não, Senador Lasier. Muito obrigado pela sua presença e parabéns mais uma vez pelo belo relatório que V. Exa. fez hoje com relação aos maquinários na nossa Comissão.

Indago ao Senador Jayme Campos se deseja usar da palavra.

V. Exa. tem a palavra, Senador Jayme Campos. Está aberto o microfone.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, querido amigo, Sras e Srs. Senadores, estou acompanhando aqui a votação dos requerimentos e dos projetos terminativos e não terminativos. V. Exa. tocou num assunto que é muito importante: em relação aos fertilizantes. Na verdade, isso está causando a diminuição da renda do produtor rural, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escassez, lamentavelmente, aqui no mercado, até porque são poucas empresas que detêm esse mercado. Então, ficou uma coisa esdrúxula, mesmo com o aumento da produtividade, com certeza particularmente aqui em Mato Grosso. A margem de lucro poderia ser melhor, entretanto, a escassez... Por exemplo, esse ano, aqui, teve produtor com dificuldade até para plantar por falta de adubo e de outros ingredientes necessários para fazermos a nossa agricultura.

Então, V. Exa. foi muito claro, muito feliz ao expressar o seu ponto de vista de que deve ser política de Estado, urgentemente! Nós precisamos buscar novos meios para sanarmos essas dificuldades que estamos atravessando neste momento aqui. Para o senhor ter uma noção: o potássio subiu, saiu de 300 e foi para 900. Olha só a disparidade de valores que eram praticados... *(Falha no áudio.)*

... cumprimentar V. Exa. pela lembrança que fez aqui e por estar debatendo essa matéria desde o mês de outubro, como o senhor bem disse, já sinalizando para que o país, o nosso Governo tomasse as providências.

De maneira que eu espero, inclusive com essa visita do Presidente Bolsonaro, que está lá na Rússia, que é também um grande fornecedor, que se possa tratar desse assunto, pelo fato de que, caso contrário, não adianta chover bem aqui no Mato Grosso, como choveu este ano. A safra poderia ser boa... É boa, em que pese as chuvas realmente terem judiado um pouco, mas de qualquer forma haverá uma alta produtividade em relação à soja e ao milho, que está com a segunda safra muito boa, mas subiu sobremaneira o preço dos fertilizantes, tudo aquilo que se usa para plantar.

Portanto, eu acho que V. Exa., na condição de Presidente da nossa Comissão, poderá fazer algum encaminhamento particularmente convidando algumas autoridades do Ministério da Agricultura ou da Economia, ou seja, a quem de direito, para saber quais as providências que estão sendo tomadas em relação a esse assunto que o senhor bem pontuou nesta manhã aí, Presidente da nossa Comissão.

Ademais, cumprimento V. Exa., até porque já votamos praticamente todas as matérias, tanto terminativas quanto não terminativas. Espero que, se Deus quiser, nos próximos 60 dias, V. Exa. possa convocar uma audiência pública com quem de direito, seja com o setor produtivo ou seja com as autoridades governamentais, para buscarmos soluções e instrumentos que possam facilitar e, sobretudo, baratear o custo da produção em nosso país.

Muito obrigado e bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. foi um dos primeiros a trazer esse tema, no ano passado, aqui para Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agradeço a presença do Senador Esperidião Amin, Senador Zequinha Marinho, Senador Izalci Lucas, Senadora Zenaide Maia, Senadora Rose de Freitas, Senador Carlos Fávaro, Senador Wellington Fagundes, Senador Lasier Martins, Senador Paulo Rocha, Senador Jayme Campos e Senadora Soraya Thronicke. Obrigado pela presença e participação nesta Comissão na manhã de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 02 minutos, a reunião é enc





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e sete minutos do dia dez de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Zenaide Maia e Carlos Fávaro. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são aprovadas. Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: 1 – Cartas nos 15 e 21/2022, da Presidência da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão - ABRAPA, em que manifesta apoio à iniciativa desta Audiência Pública; 2 – Moção de Apelo nº 28/2021, da Câmara Municipal de Itapiranga/SC, quanto à grave situação de estiagem na região, em apoio aos produtores prejudicados. 3 – Moção, do Sindicato das Indústrias da Extração de Pedreiras do Estado de Santa Catarina, favorável à Emenda 55 e contrária à Emenda 35, apresentadas ao Projeto de lei do licenciamento ambiental (PL 2159/2021). Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os referidos documentos ficarão à disposição na página da Comissão na Internet. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Req 3/2022-CRA), atendendo ao requerimento REQ 3/2022 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Finalidade: Debater o Plano Nacional de Fertilizantes e os impactos do cenário mundial corrente na comercialização de insumos (fertilizantes e defensivos) para a safra brasileira. Participantes: Bruno Santos Abreu Caligaris, Diretor de Projetos Estratégicos da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR); Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME); Luis Eduardo Pacifici Rangel, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 4, de 2022 que: "Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, durante a 22ª Expodireto Cotrijal." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 5, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 2/2022 seja incluído o seguinte convidado: Senhor Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira, Fundador do Instituto Espinhaço." Autoria:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores Esperidião Amin, Lasier Martins, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues e o Senador Acir Gurgacz. Presidente da Comissão. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ACIR GURGACZ

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/10>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: Carta nº 15, de 2022, da Presidência da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), em que manifesta apoio à iniciativa desta audiência pública; também a Moção de Apelo nº 28 de 2021, da Câmara Municipal de Itapiranga, Santa Catarina, quanto à grave situação da estiagem na região em apoio aos produtores prejudicados; também moção do Sindicato da Indústria da Extração de Pedreiras do Estado de Santa Catarina, favorável à Emenda 55 e contrária à Emenda 35, apresentadas ao projeto de lei de licenciamento ambiental (PL 2.159, de 2021).

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os referidos documentos ficarão à disposição na página desta Comissão na internet.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o Plano Nacional de Fertilizantes e os impactos do cenário mundial corrente na comercialização de insumos (fertilizantes e defensivos) para a safra brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2022, de iniciativa desta Presidência.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 612211.

Os nossos participantes são: Dr. Bruno Abreu Caligaris, Diretor de Projetos da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Dr. Luis Eduardo Pacifici Rangel, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Embaixador Dr. Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Enir Sebastião Mendes, Diretor do Departamento de Transformação e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia Mineral da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Eu agradeço a presença de todos junto conosco e aos Senadores que participam junto conosco desta audiência pública.

Nós estamos realizando esta audiência pública para tratar, mais uma vez, da crise dos fertilizantes, uma sugestão do Senador Esperidião Amin com o objetivo de apresentar os principais pontos do relatório desta Comissão que enviamos ao Governo Federal sobre as discussões que tivemos sobre esse tema no ano passado, em duas audiências públicas que realizamos aqui nesta Comissão de Agricultura, e também para ampliar o debate diante desta crise que está se agravando após o início do conflito armado no Leste Europeu, envolvendo a Rússia e a Ucrânia, de onde importamos uma quantidade significativa de fertilizantes.

Um dos pontos desse relatório que enviamos ao Governo faz a recomendação sobre o papel do Governo em garantir a importação de fertilizantes para as próximas safras usando a diplomacia para novas operações comerciais, revisão tarifária e cumprimento dos acordos internacionais.

Atualmente o Brasil importa 80% de todos os fertilizantes usados na agricultura, considerando o potássio, o fosfato e os nitrogenados. No que diz respeito ao potássio, a situação é ainda mais preocupante: o Brasil importa 94% do potássio que usa na agricultura.

Segundo dados do Ministério da Economia, as importações de potássio concentram-se hoje no Canadá, com 32,5%; na Rússia, com 26%; na Bielorrússia, com 18%; e em Israel, com 11%. Teremos uma dificuldade considerável para substituir esses 44% de fertilizantes que importamos da Rússia e Bielorrússia se o conflito nessa região se estender por um longo período, o que de fato não é bom para ninguém.

O segundo ponto mais importante de nosso relatório recomenda que o Governo estimule a exploração das jazidas nacionais de potássio, fosfato, nitrogênio, calcário e outros minérios usados na indústria de fertilizantes, incentivando a indústria nacional na produção de fertilizantes aqui no nosso país. Essa não é uma tarefa fácil de resolver no curto prazo, considerando que, com o conflito no Leste Europeu, já está ocorrendo uma disputa muito grande pelos insumos disponíveis fora da zona do conflito, especialmente do Canadá, e também o aumento de preço desses insumos.

Por outro lado, para elevar a produção nacional às necessidades da nossa agricultura, levaremos mais de uma década. Entretanto, conversando com a Ministra Tereza Cristina e acompanhando o trabalho de sua equipe, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, vimos que algumas das medidas que sugerimos nesse relatório já estão sendo tomadas. A Ministra Tereza Cristina já comunicou que viaja na próxima semana para o Canadá com o objetivo de ampliar a importação de fertilizantes daquele país. E também já percebemos alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanços no sentido de ampliar a exploração das jazidas em território brasileiro, estimulando a indústria nacional de fertilizantes.

Também sabemos que o Governo estuda mercados alternativos para a compra do cloreto de potássio e também busca formas diplomáticas e comerciais de superar o regime de sanções aplicadas pela União Europeia e pelos Estados Unidos à Rússia e à Bielorrússia. No entanto, o que aguardamos para este ano, desde o ano passado, quando realizamos aqui nesta Comissão as audiências públicas, considerando que foi instituído um programa de trabalho interministerial com essa finalidade em janeiro de 2021, com o prazo de 120 dias para a apresentação de uma proposta prévia, é que esse plano já esteja pronto e aguardamos a sua apresentação.

O que precisamos de fato é dessa política pública, de uma política de Estado estabelecendo as diretrizes, traçando estratégias e definindo metas para nos tornarmos autossuficientes nesses insumos tão importantes para a agricultura brasileira. Precisamos definir, por exemplo, uma política para a exploração das jazidas nacionais. O Brasil, ao que se conhece até o momento, possui a terceira maior reserva de potássio do mundo, numa área que abrange 14 municípios, na divisa entre os Estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Pará, na confluência dos Rios Amazonas e Madeira, fora de áreas de reservas indígenas – é importante fazer este registro: elas não estão em áreas de preservação e nem em áreas de reservas indígenas.

As licenças para a exploração dessas jazidas estão em nome da Petrobras e da companhia Potássio do Brasil, controlada pelo banco canadense Forbes & Manhattan. As duas empresas praticamente controlam os projetos de potássio na região, concentrando a maioria dos títulos minerários do insumo. Essas reservas podem ser exploradas no curto prazo, e precisamos acelerar o processo de licenciamento dessas áreas.

Além disso, precisamos realizar, urgentemente, estudos geológicos para sabermos o que temos de potássio e fosfato no território nacional e se a mineração desses produtos, especialmente a do potássio, é economicamente viável. Seguramente é o que temos de mais urgente; depois é buscar os investidores. São investimentos de bilhões de dólares, e será necessária a participação da iniciativa privada nacional e internacional também.

Com relação aos nitrogenados, o gargalo é o gás natural, que representa entre 70% a 80% do custo variável da produção dos fertilizantes nitrogenados. Assim, é fundamental verificar se é economicamente viável levar o gás do pré-sal até as plantas de produção de nitrogenados ou se é viável permitir que quem pretenda produzir importe diretamente o gás da Bolívia.

Mesmo fazendo o dever de casa acima, teremos que continuar importando fertilizantes por um bom tempo. O fato é que não temos, pelo menos por enquanto, uma solução



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

apresentada pelo Governo para essa situação. Especialmente para este ano e para o próximo ano, a solução é a diplomacia comercial, buscando garantir o abastecimento com outros países produtores, além de torcer para que esse conflito no Leste Europeu não tenha uma extensão muito grande de tempo.

Vamos iniciar o nosso debate, lembrando sempre que é nas dificuldades que aparecem as oportunidades. Não é uma colocação positiva, mas este conflito no Leste Europeu pode nos forçar a criar a realidade de produzirmos esses fertilizantes aqui no nosso país através de uma ação do Governo junto com a iniciativa privada, mas tem que ser liderada pelo Governo. É o Governo que vai dar o tom dessas produções, principalmente com relação às liberações das extrações, os licenciamentos ambientais, que eu entendo que talvez sejam um dos pontos mais delicados neste momento. Trata-se não só de uma questão de segurança alimentar para o Brasil, mas também da produção de alimentos para outros países junto aos quais os quais o Brasil tem essa responsabilidade. É claro que é uma questão econômica, mas também é uma questão humanitária de nós produzirmos alimento. Nós temos esse compromisso, Dr. Luís Eduardo – nós já conversamos aqui várias vezes –, o Brasil tem o compromisso de aumentar a produção de alimentos para ajudar a diminuir a fome no planeta.

E volto a colocar: é na hora das dificuldades que aparecem as grandes oportunidades. Talvez este seja o momento de o Brasil, nós todos unidos, Executivo e Legislativo, produzir um plano de emergência para nós começarmos a extração desses minérios para produzirmos os nossos fertilizantes. Sabemos que temos duas questões importantes: o custo disso é muito alto e o tempo é bastante grande para começar a produzir. Não é uma coisa que acontece em 1, 2, 3, 4, 5, 10 anos. Para tornar o Brasil autossuficiente, dizem que nós precisaríamos até de 30 anos de investimentos, trabalhos, pesquisas, para que isso venha a acontecer. Mas o fato é que quanto mais cedo começarmos, mais cedo vamos conseguir atingir o nosso objetivo.

Nós temos aqui já pedindo a palavra alguns Senadores. Antes de passar a palavra aos senhores, eu peço licença para ouvirmos os nossos Senadores. Senador Esperidião Amin a palavra pela ordem.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu quero me congratular com V. Exa. pela exposição, pela atualização que fez hoje – agora, acaba de fazer – desse tema que tem sido alvo da nossa preocupação. Por sinal, dos nomes que V. Exa. enunciou, o Embaixador Alex Giacomelli da Silva e o Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral, Enir Sebastião Mendes, são dois dos que participaram das audiências de 21 e 28 de outubro.

Esse assunto, Presidente, veio à baila ontem através de uma intervenção muito lúcida da Senadora Simone Tebet, que deu informações históricas dessa negociação com a Petrobras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visando a tirar do papel essa produção de nitrogenados e também do potássio, que V. Exa. muito bem resumiu aqui. E eu tomei da palavra para ler o resumo da sua manifestação feita em Plenário, no dia 16 de fevereiro, que resumiu o esforço que esta Comissão fez já no ano passado. Esse assunto não passou despercebido pela Comissão que V. Exa. preside e contou com a contribuição de muitas pessoas, inclusive da minha.

De forma que essa sua atualização eu lhe peço que hoje, mesmo sem ler o seu inteiro teor, leve ao conhecimento do Plenário, porque, num primeiro momento, teve-se a impressão de que nós não tínhamos percebido a gravidade da nossa vulnerabilidade, e agora ela se expõe completamente. A própria visita da ministra ao Canadá, na semana que vem, que eu também mencionei ontem, é o ato reflexo diante de uma crise que a gente não sabe quanto tempo vai durar, mas sabe desde já quanto está custando em termos de elevação de custo para a nossa produção.

Então, eu me congratulo com este resumo, com o objeto desta reunião e peço que o senhor apresente esta atualização hoje, na sessão deliberativa que vamos ter às 10 horas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Excelentíssimo Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimentos também pela iniciativa dessa audiência pública. Aliás, tantas quantas forem possíveis, acho que teremos proveito. E também teremos mais uma audiência pública na próxima quinta-feira da semana que vem, aqui na Comissão. Também, Presidente, congratulo-me com o relato que V. Exa. desenvolveu ao início da sessão. Neste rol de dificuldades, Presidente Acir, que o senhor apontou, além deste que invoca agora o Senador Esperidião e que foi trazido ontem ao Plenário do Senado pela Senadora Simone Tebet, a venda de uma fábrica de fertilizantes no Município de Três Lagoas, de onde ela foi Prefeita, em Minas Gerais, uma venda exatamente para uma fábrica russa, pela Petrobras, o que não tem nenhum sentido... E se houver ainda alguma possibilidade de o Senado impedir a concretização, seria muito oportuno.

E outro fato que concorre, Presidente, prezados convidados, Senadores e telespectadores da TV Senado, é uma medida provisória editada no finzinho do ano passado – portanto, há bem pouco tempo – e que cria a instabilidade regulatória com mudança no ambiente de negócios, qual seja, a retirada de benefícios do chamado Reiq. O Reiq é o Regime Especial da Indústria Química. Essa medida provisória contraria inclusive uma decisão aqui do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso ainda do ano passado. Então, nesse momento em que nós precisamos de uma indústria química forte para industrializar esses produtos citados por V. Exa. – e foi muito oportuno trazer isso publicamente aos brasileiros que nos acompanham, o senhor falou no cloreto de potássio, no fosfato, nos nitrogenados –, aí se cria uma dificuldade se tirando o Regime Especial da Indústria Química. Eu acho que nós deveríamos assumir essa causa em protesto e tentar recuar, tornar sem efeito aquela medida, porque a nossa indústria química precisa de benefício, precisa de incentivo neste momento. Eu pretendo, inclusive, fazer um pronunciamento mais detalhado no Plenário do Senado, mas já registro aqui na nossa Comissão este fato, que talvez nem seja do conhecimento de todos, essa medida provisória que retira o Regime Especial da Indústria Química, editada no finzinho do ano passado, quando nós estamos agora nessa dependência tão grande da importação dos insumos para fertilizantes.

E foi bom V. Exa. também ter revelado ao grande público, que só agora está se inteirando do que é esta crise, que ela vai afetar a nossa produção de alimentos. V. Exa. lembrou aí a ordem de importância, de onde nós tirávamos, de onde trazíamos: V. Exa. falou em 32% da Rússia, 26% da Bielorrússia, 18% do Canadá e 18%, se anotei bem, de Israel. É mais ou menos isso. Os nossos convidados poderão reforçar essa situação.

Então, aproveitando esta sessão de hoje, uma audiência pública, eu queria reforçar estes dois aspectos, trazer a público dois fatores contraproducentes, contrários ao que nós precisamos: a venda dessa fábrica de fertilizantes em Três Lagoas – pelo que disse ontem da tribuna a Senadora Simone –, eficiente e produtiva, sem nenhuma razão lógica, exatamente para uma empresa russa. Oxalá isso não se concretize agora em decorrência dos bloqueios comerciais que estão sendo feitos! Outro fato que acho relevantíssimo é rediscutir a medida provisória do Reiq, que acabou com o Regime Especial da Indústria Química. Isso precisa ser rediscutido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Lasier.

Passo a palavra ao Exmo. Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Esperidião Amin, que está no virtual, Senador Lasier, que está presente, e outros colegas Senadoras e Senadores, quero cumprimentar o Senador Acir pelo debate que já foi realizado nesta Comissão algumas semanas atrás e que traz de novo em um momento crucial para a agricultura mundial e, principalmente, para a agricultura brasileira, pela altíssima dependência que nós temos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos adubos potássicos, o Brasil importa mais de 90%. Há uma pequena reserva em Sergipe, de que depois o pessoal do ministério pode falar melhor. E os fosfatados são quase 90% e nitrogenados da mesma forma. Então, para nós é crucial pelo tamanho da agricultura brasileira; nós produzimos para o nosso consumo interno, para os mais de 200 milhões de brasileiros, e exportamos, Senador Acir, para mais de 200 países. Então, veja, esse é o tamanho da nossa agricultura e da dependência do mundo da nossa produção. Então, nós precisamos continuar produzindo fertilizantes. Assim, esse debate vem em boa hora.

Eu quero saudar aqui o Caligaris, que hoje representa aqui o Almirante Rocha, da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Bolsonaro, que, junto com o Rangel, da Ministra Tereza Cristina, também do Dr. Enir, um craque nesse assunto, representando o Almirante Bento, do Ministério das Minas e Energia, e o Alex, do Ministério das Relações Exteriores, formam o grupo que faz parte de um projeto que será anunciado pelo Senhor Presidente acho que amanhã, não é, Enir? O Presidente da República anunciará um plano nacional de fertilizantes. Já houve esse debate na Comissão de Agricultura do Senado Federal. Então, para nós é importante esse debate.

Vou voltar à questão, por exemplo, dos adubos potássicos. Ainda quando era Ministro Reinhold Stephanes, da Presidente Dilma, nós fizemos uma pressão sobre essas minas que há no Amazonas. Na sua região, Senador Acir Gurgacz, conseguimos que descartasse o verso, e a venda não ocorreu. E me traz agora também essa questão de que a Senadora Simone fala dessa mina em Três Lagoas; acho que da mesma forma nós temos que nos somar. Naquele momento, eu era Deputado Federal e nós nos insurgimos contra a venda daquela mina de potássio. Se um estrangeiro pode explorar aqui no Brasil, por que alguma empresa brasileira... Pode até ser capital estrangeiro, não é o problema, mas desde que seja explorada aqui no Brasil. Daquela época para cá, ainda não foi explorado.

A primeira questão que o Senador Acir levanta é nós vermos a nossa legislação. Aí, Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, houve um movimento ontem contrário a questões ambientais. Houve um movimento aí de que o Senador Rodrigo Pacheco recebeu algumas lideranças, e a pressão é sobre o Supremo. Prestem atenção, porque isto para nós é prejudicial, esse movimento de decisões que o Supremo está por tomar.

Nós temos problemas para exploração dessas minas por questões indígenas. Plantam uma reserva indígena, e a sua região é campeã, no Norte do país, principalmente, onde há reservas importantíssimas não para o Brasil, para o mundo. E eu não posso explorar potássio, fósforo e outros bens minerais. Então, a esse ponto estou chamando atenção nesta sessão, para que fique gravado e para que nós, Senadoras e Senadores, tenhamos condições de avançar no processo. O Brasil não vai alcançar tão logo a autossuficiência, mas temos que começar a diminuir esses níveis de dependência do mercado externo, como é o caso da Rússia, Bielorrússia, Canadá, Israel e outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar um exemplo da questão dos nitrogenados, que também é uma crise para nós. Precisamos do gás, Caligaris, e para esse gás eu estou trabalhando um projeto, um porto aqui no Rio Grande do Sul – e é a região com que o Senador Acir também tem ligação, seus familiares anteriores –, no litoral norte do estado. E o gás que nós temos buscando é uma planta para trazer gás que venha do Catar. Isso ontem. O Enir, que é do Ministério Minas e Energia, pode corrigir melhor. Ontem, algum tempo atrás, antes desse movimento, custava US\$12 o gás da Bolívia – e é fundamental para nós produzirmos o adubo nitrogenado –, e esse gás do Catar a empresa Cosan, paulista, já está comprando a US\$2. Isso era antes da guerra, hoje eu não sei se esses números persistem, mas a proporção deve ser a mesma.

Então, aqui eu trago: nós podemos importar esse gás a um custo muito mais barato do que o gás da Bolívia especificamente ou do que o gás do pré-sal retirado aqui no Brasil. Então, são fontes de nitrogênio e de gás para produzir adubos nitrogenados. Então, saídas existem.

E quero apresentar, Sr. Presidente – o Dr. Enir já participa com a gente, o Bruno também já participou das conversas conosco, o Rangel e o Ministério da Agricultura –, um outro projeto importante para nós, que se chama remineralizadores. São soluções caseiras, não resolvem o problema do fertilizante, mas existem em abundância no Brasil. Quero render homenagem aqui ao Odelmo Leão, que foi Deputado conosco aí na Casa – foi Deputado comigo, com o Esperidião também –, hoje é Prefeito de Uberlândia e nos trouxe esse processo em 2019. E nós estamos trabalhando com o Bruno, com o Governo, para fazer um plano nacional. Quero render homenagem à Embrapa; ao Dr. Éder, da Embrapa Cerrados; ao Dr. Sebastião, da Embrapa Cerrados; ao Dr. Pedroso, da Embrapa Clima Temperado. Têm trabalhado esse tema a Embrapa do Rio Grande do Sul e a Embrapa de Goiás, do Centro-Oeste, Cerrados nesse novo produto, Sr. Presidente. Nós temos o calcário; em qualquer lugar do Brasil, há calcário, que ajuda a potencializar o uso dos fertilizantes NPK, que nós estamos tratando aqui.

E também agora há esse novo produto, que é chamado remineralizador, sobre o qual nós estamos preparando um trabalho Brasil também. Uma homenagem aqui à Dra. Magda Bergmann, em nome da CPRM e em nome também da Agência Nacional de Mineração, ao Dr. Colnago, que é Presidente da CPRM, e a toda a sua equipe.

Nós temos saídas, soluções que não resolvem o problema do fertilizante, mas amenizam o uso dos fertilizantes. Há o Rogério Vian, numa associação de produtores chamada Gaas, de produtos orgânicos.

Então, nós temos saídas brasileiras, várias saídas que eu estou organizando, Sr. Presidente, com a Embrapa, o Dr. Éder, o Dr. Sebastião – viu, Bruno Caligaris? – e V. Exa., para trazer esse debate para a Comissão de Agricultura. Vou fazer um requerimento propondo isso. Nós temos hoje calcário, que é um produto brasileiro e existe em qualquer lugar do Brasil, nós temos essas rochas, esse chamado pó de rocha ou remineralizador, que é produto brasileiro, existe em qualquer lugar do Brasil, de custo baratíssimo, e nós temos também algas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lithothamnium. A costa brasileira tem das maiores reservas do mundo e o Ibama já licenciou. É uma empresa gaúcha que o fez no Maranhão. Assim como ela, deve haver quatro ou cinco na costa brasileira. São soluções – Caligaris, Rangel e Enir –, alternativas para o uso de fertilizantes. Nós queremos apresentar aos agricultores brasileiros que isso existe, é real, e há no Brasil. Com isso, vai diminuir a nossa dependência dos adubos fosfatados, potássicos e nitrogenados.

Nós também temos saída para a produção brasileira. Veja o caso do meu Rio Grande do Sul, e eu trabalhei aqui. Eu quero agradecer à Ministra Damares, que nos ajudou. Imaginem que uma empresa australiana descobriu fosfato natural no Município de Lavras, no sul, aqui no Rio Grande do Sul, e esse fosfato natural, Sr. Presidente Acir Gurgacz, é suficiente, essa mina, para abastecer 20% a 30% da demanda de adubo fosfatado do Rio Grande do Sul, mas eu tenho no meu estado o Ministério Público complicando a vida dessa empresa, que queria investir quase US\$200 milhões aqui na minha região do Rio Grande do Sul, que pode ter essa mina. A Ministra Damares, a quem eu quero agradecer, nos ajudou no processo, e agora está no licenciamento ambiental, na licença final, que a Fepam do Rio Grande do Sul está dando, esperando que uma juíza federal, com esse processo, lá em Bagé, consiga também nos ajudar. Imaginem a complicação: eu descubro um produto dentro do Brasil, é um fosfato natural, e alguém começa a complicar, como se fosse causar aqueles problemas de Brumadinho – não tem nada a ver com Brumadinho –, sempre botando minhoca.

Então, eu chamo a atenção do Ministério Público: seja nosso parceiro, ajude-nos no processo.

Numa região pobre do estado do Rio Grande do Sul, eu encontro uma mina, onde o mundo está clamando, e, daqui a pouco, alguém começa a botar empecilho para que isso não aconteça.

Então, está sendo resolvido.

Parabéns pela audiência, Sr. Presidente. Eu não estou podendo ficar até o fim. Daqui a alguns instantes, há a Expodireto Cotrijal, onde nós faremos, amanhã, um outro debate para o qual quero chamar a atenção, em que V. Exa. está nos ajudando, sobre a questão das águas. Amanhã há uma importante reunião, uma audiência pública que se chama "Águas no Brasil". Esse debate que nós vamos apresentar é sobre açudes que têm problemas em APP. Está nesta Comissão o projeto, já conversei com o Senador Rodrigo Pacheco e quero agradecer também a ele e ao Senador Randolfe, que está entendendo esse processo. Nós temos que avançar nesse processo.

Imagine, Senador Espiridião Amin, que, no Rio Grande do Sul, a Embrapa fez um levantamento – a Embrapa territorial de Campinas –, eu tenho 155 mil hectares em açudes, quase 3 mil açudes para irrigação. Essa cultura, Amin, começou com os meus antepassados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alemães, meus e da D. Angela, os italianos que chegaram ao Brasil há mais de cem anos e plantaram essa cultura da irrigação – há mais de cem anos! Eu tenho aqui 155 mil hectares para água no Rio Grande do Sul, água que sobra no inverno e falta no verão. Nós temos que armazenar.

Então, é sobre uma questão racional de uso das águas que nós vamos fazer um importante debate amanhã, na Expodireto Cotrijal, desta Comissão de Agricultura que V. Exa. preside, na qual aprovamos esse requerimento.

Agradeço a todos. Estamos à disposição. E parabéns por trazer esse tema extremamente importante não para o Brasil, mas para o mundo – para o Brasil, logicamente, porque a agricultura hoje representa mais de 40% do PIB brasileiro.

Obrigado e prazer, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Obrigado, Senador Luis Carlos Heinze, pela sua colaboração. De fato, nós temos algumas – não são poucas – alternativas para a questão dos fertilizantes brasileiros. É claro que não é uma solução rápida, como já mencionei, mas, quanto mais cedo nós começarmos, mais cedo nós vamos ter a solução.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra.

V. Exa. a tem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Quero perguntar para o Senador Heinze se ele já conseguiu um relator bom para esse projeto dele de fazer os açudes, para facilitar a construção de novos açudes.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Acir, já que se ofereceu, o cara se ofereceu para o serviço, eu vou convocar o Senador Esperidião para relator. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu não estou me oferecendo, não. É você que está me convocando.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Eu estou te convocando? (*Risos.*)

O cara se apresenta para o serviço. Aí, Acir, tem que chamar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Pois é. É bom quando se apresentam, não é? O contrário seria muito ruim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – O.k. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem, muito obrigado a todos os Senadores.

Vamos, então, iniciar as nossas exposições.

Eu passo a palavra ao Dr. Luis Eduardo Rangel, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que nos dá o prazer novamente da sua presença junto conosco. Sempre que convidado, nos prestigiou aqui nesta Comissão.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente. Na verdade, o prazer é todo nosso – meu, da Ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura – de estar sempre aqui presente na Comissão.

Queria, de antemão, dizer que suas falas iniciais são absolutamente convergentes – não é, Dr. Enir? – com tudo o que a gente vem trabalhando no Governo com relação ao sistema de fertilizantes. Entendemos que o Senado é, sem dúvida nenhuma, um parceiro fantástico para que a gente possa progredir e atingir os objetivos.

O senhor e os demais Senadores nos chamaram aqui para falar um pouco, atualizar, sobre a questão desse planejamento, desse Plano Nacional de Fertilizantes que a gente vem gestando há algum tempo. Como também o senhor já disse e os Senadores comentaram, não é um programa, um plano que foi gestado nos últimos dias aqui para atender um problema de uma crise geopolítica que está acontecendo no planeta. O Brasil, já de algum tempo – e a gente entende isso, o Ministério da Agricultura –, precisa jogar luz, precisou jogar luz sobre essa questão de uma alta dependência da indústria de base da agricultura, Senador Lasier.

A agricultura, que é a nossa potência do Brasil, o nosso motor da economia, depende de uma indústria a montante para poder se fazer funcionar. E a dependência dessa indústria... A gente cita aqui, hoje, nesta reunião, a questão dos fertilizantes, mas não está apenas a questão dos fertilizantes instalada nessa questão da dependência externa da indústria de base, está também a indústria química, a indústria de defensivos agrícolas e – por que não dizer? – a indústria da biotecnologia, que nós também trazemos muito fortemente de fora, apesar de todos os esforços que a Embrapa também faz sobre isso. Ela cria uma grande dependência tecnológica para que a gente faça a nossa agricultura do jeito que a gente faz. E esse assunto não é novo, o Ministério da Agricultura se preocupa com isso há um tempo.

Foi citada aqui também, pelo Senador Heinze, a iniciativa, infelizmente frustrada, em 2008, com o ex-Ministro Stephanes, que foi consultado por nós na elaboração desse plano –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é, Enir? –, uma tentativa anterior de tentar também avançar num planejamento melhor para o Brasil nessa questão da indústria de fertilizantes especificamente.

Muito bem. O Governo Federal, a partir de 2019, preocupado com as questões estratégicas, Senador, questionou à Esplanada dos Ministérios quais eram os pontos mais relevantes que precisariam ter a atenção da Secretaria de Assuntos Estratégicos. E o Ministério da Agricultura não se furtou em nenhum momento a apresentar em primeira mão a questão dos fertilizantes, porque já era uma preocupação que a gente vinha debatendo na Câmara Setorial de Insumos Agropecuários. Então, a gente já tinha isso bem definido como uma preocupação. Isso foi levantado pelo setor produtivo, inclusive pela Aprosoja, ainda em 2016, o que levou a gente então a apresentar rapidamente ao Almirante Rocha e ao Bruno Caligaris essa questão da dependência de fertilizantes. Eles prontamente entenderam, fizemos um movimento ainda em 2020 para poder montar, fazer uma estratégia de criar um grupo de trabalho interministerial que foi lançado oficialmente por decreto em janeiro de 2021, e esse trabalho, Presidente, foi concluído no final do ano dentro do prazo, ou seja, é mais um motivo de que o planejamento não só para o fertilizante, mas também para o grupo que planeja os fertilizantes, foi cumprido. Então, é mais um presságio de que a gente está indo pelo caminho certo, de uma equipe que está bastante azeitada e empenhada em tentar resolver o problema.

Muito bem, esse grupo contava com nove órgãos, sendo oito ministérios da Esplanada mais a Embrapa, várias empresas vinculadas a esse ministério, e nós fizemos um grande debate, ouvimos mais de 60 entidades dentro desse processo – públicas e privadas –, com atores, com pessoas sistematicamente reunidas numa época de pandemia, em que tivemos que usar os ambientes virtuais para promover essas discussões, o que foi muito rico.

Entendemos, naquele momento, exatamente como foi citado aqui pelos Senadores, que essas questões são industriais e que, no momento, era muito importante, muito relevante que, claro, o Ministério da Agricultura expusesse as suas necessidades como cliente desse produto que é o fertilizante. E isso só tem uma finalidade: servir ao agricultor.

O Ministério da Agricultura, com um olhar de cliente, explicou com muito detalhe para todos os atores como esse processo era essencial para manter a agricultura funcionando. E aí Minas e Energia e Economia, que são dois ministérios importantes, porque um, tratando das questões de mineração, das questões energéticas, e o outro, sob a ótica da competitividade – e eu vou voltar a esse tema específico, Senador –, trouxeram colaborações muito importantes para esse tema. Mas não foram só esses ministérios. Ciência e Tecnologia é um dos pilares fundamentais nesse processo, lado a lado com a questão da sustentabilidade. Então, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Ciência e Tecnologia precisariam estar e estiveram conosco traçando os rumos desse plano.

Muito bem, o plano está pronto, ele traz diretrizes gerais e algumas já citei aqui que são fundamentalmente: uma atração de investimentos, seja de recursos públicos, seja recursos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacionais privados para que a gente possa explorar os recursos minerais já mapeados geologicamente; uma base de pesquisa para ampliar o nosso conhecimento geológico e ofertar esse ambiente de negócio de maneira mais efetiva para esses investidores que virão.

Senador, o Senado pode contribuir muito para este próximo ponto, essa diretriz que é a segurança jurídica. E aí o Senador Heinze foi muito feliz ao dizer que a gente precisa, dentro do plano, criar ambientes de apoio a todos os entes, a todos os elos do processo.

Acho que o Ministério Público tem que cumprir o seu papel; o Legislativo tem que fazer o seu papel também, além de legislar, de fiscalizar o Executivo, inclusive nesse plano; e o Executivo tem como, nesse momento, inspirado na filosofia que este Governo está implementando, que é a de fazer um ambiente de facilitação na inspiração do PPI, que é um modelo que funciona muito bem... O plano se inspira neste contexto de receber projetos altamente classificáveis como viáveis e apoiá-los, na medida em que eles impactarão positivamente na busca da redução dessa nossa dependência.

Uma das diretrizes, Presidente, que eu queria ressaltar – porque eu sou do Ministério da Agricultura, não podia deixar de fora, e acho que tem que ser comentada – é que a nossa agricultura é competitiva. Por isso, nós temos 200 países que são clientes dos nossos produtos do agronegócio. E ela é competitiva porque os nossos custos são, vamos dizer, equacionados para permitir que a nossa agricultura faça essa competição internacional.

Então, uma das diretrizes do plano – nós fizemos questão, eu e a Ministra Tereza, de colocar isso explicitamente no plano – é que tudo que vai ser feito dentro dessa ótica da redução da dependência, da reindustrialização da indústria de base da agricultura no Brasil vise à manutenção e, quem sabe, à expansão da competitividade da agricultura nacional. Por isso que a gente, olhando o cenário internacional, percebe que importação de determinados insumos não é pecado, não é um problema, desde que nós tenhamos uma estratégia de soberania, que possamos ajustar isso nos momentos de crise internacional, como temos vivido hoje e vivemos no pico de custo de fertilizantes em 2008, quando veio aquela ideia de fazer o processo.

Muito bem. Então, o plano está pronto. Do ponto de vista de conteúdo técnico, ele tem quase duzentas páginas – 176 páginas. Nós fizemos questão, no âmbito da construção desse plano, de não produzir um plano vazio, um plano que não pudesse ser entendido por todas as alas da sociedade, com uma densidade adequada para perseguir esses objetivos. É um plano, de fato, como o senhor falou, de 30 anos, mas, veja, nós não precisamos esperar 30 anos para ter os resultados, muito pelo contrário. Durante a elaboração do plano – não é, Dr. Enir? –, nós já tivemos resultados, exatamente pela organização que o Governo Federal fez, que já podem ser apresentados como "resultados" – entre aspas – do plano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, imprimimos e apoiamos ajustes no Convênio 100, do Confaz, que ajusta a alíquota de ICMS para a indústria nacional e importada, um ponto que a indústria nacional entende como fundamental para poder retomar a industrialização no Brasil. Fizemos aportes significativos do ponto de vista de pesquisa mineral, trouxemos os fertilizantes para dentro dos minerais estratégicos do PPI, isso foi fundamental, inclusive para o entendimento do Governo de que esses insumos são estratégicos. Então, isso já foi também um avanço do ambiente que nós construímos do plano.

O Presidente Bolsonaro, quando se avizinhou, quando começou a chegar próximo da apresentação do plano, no final do ano passado, para ele especificamente, ainda dentro dos muros do palácio, já estava antevendo, com o apoio da Tereza, com o apoio do Itamaraty, esses problemas geopolíticos internacionais que dariam um choque de oferta, como comentou o senhor, nessa dependência que nós temos, principalmente do leste europeu, Rússia e Belarus. Então, ele nos pediu que nós analisássemos rapidamente o plano e sacássemos ali dentro algumas alternativas que pudessem ser usadas no chamado curto prazo. E aí nós tivemos um apoio absolutamente incrível do Itamaraty, com o Embaixador Alex liderando esse processo que nós chamamos de diplomacia dos insumos ou diplomacia dos fertilizantes. E a ideia foi prospectar, nas nossas diferentes embaixadas, diferentes representações, que oportunidades existiriam para que nós pudéssemos fazer algumas manobras ali e depender menos daqueles pontos em que nós estávamos com as crises geopolíticas. Isso foi feito com excelência pelo Itamaraty e está disponível, Senador, publicamente no nosso *síte* do ministério, nós chamamos: Observatório da Agropecuária. Isso é uma iniciativa da Ministra Tereza que tem ganhado muito espaço. Só para explicar, Senador Lasier, é um *data lake* – hoje em dia há esses termos em inglês –, um grande banco de dados de agricultura, com apoio da Embrapa, em que a gente pode entrar, todos nós, na mesma base. Podemos tirar conclusões diferentes, não há problema. As visões podem gerar conclusão diferente, mas sobre os mesmos dados, para que a gente possa debater claramente todos os resultados, para que a gente não use um dado de uma ONG, use um dado diferenciado.

Então, a gente está naquele *data lake* chamado Observatório da Agropecuária, com diversas informações sobre o agronegócio. E nós temos os fertilizantes como uma iniciativa e temos as informações que o Itamaraty levantou. Isso já tem dado resultados positivos. Várias missões de alto nível em determinados países foram feitas desde o final do ano passado para cá. Temos monitorado diuturnamente os fluxos comerciais desses países, para verificar, em uma eventual interrupção, qual o impacto que isso teria, em contato direto com as empresas, com as embaixadas, enfim, com as autoridades portuárias, para evitar qualquer tipo de problema.

O segundo ponto que nós destacamos para o Presidente foi a questão do acompanhamento logístico, de fato, com o apoio do Minfra. Também fez parte do nosso grupo de trabalho o Ministério da Infraestrutura, porque falar de fertilizantes sem falar de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura não faz sentido, não é? O fertilizante *per si*, o custo do fertilizante não é significativamente alto, mas o custo do transporte o transforma numa *commodity* para uso na agricultura significativa. Então, lembro que, do ponto de vista do custo de produção, os fertilizantes, no componente do custo variável das diferentes culturas, são, em média, 30% do custo. Então, aumentos significativos no custo desses produtos internacionais vão surtir efeitos dramáticos na margem de lucro dos produtores. Por isso, há a preocupação do Governo em colocar uma diretriz para manter a competitividade do agronegócio.

Então, não é a qualquer preço que nós vamos seguir na reindustrialização ou na redução da dependência do Brasil, é no limite da competitividade da nossa indústria nacional. E aí eu destaquei dois pontos importantes que foram colocados pelo Senador Lasier, que é a questão dos regimes especiais. Senador, acho que o senhor foi feliz em colocar isso.

O que o Executivo tem feito – e eu gostaria de manter um canal de comunicação aberto com o Legislativo, tanto com a Câmara quanto com o Senado – é entender quais são os pontos desses regimes especiais ou qualquer ajuste tributário que precisa ser feito, na medida em que ele possa ser feito, para que a gente possa ter sucesso na aplicação desse processo, porque existe uma vigilância, uma curadoria importante do Governo Federal com relação a esses regimes. Então, o debate poderá fazer com que a gente possa implementar regimes como esse. A gente está pensando, hoje, no caso dos fertilizantes, em um regime especial para fertilizantes. Por que não também estendê-lo e viabilizá-lo do ponto de vista tributário, do limite fiscal, dentro do Governo?

Então, eu gostaria de manter esse canal de comunicação aberto com o senhor. Concordamos que a gente precisa de determinados regimes especiais, mas no limite, obviamente, da estratégia que o Governo e essa curadoria que a gente faz do ponto de vista econômico têm feito.

Outro ponto que foi citado aqui, não menos importante, é que a gente sempre olha com mais ênfase – não é, Enir? – para a questão dos nitrogenados, fósforo e potássio, de que os senhores falaram aqui de maneira muito apropriada. Então, há a questão do gás determinando a questão da competitividade da nossa indústria de nitrogenados, e sabemos disso.

Sabemos dos riscos, Senadores, das eventuais aberturas para qualquer tipo de investimentos internacionais e estamos vigiando também esse processo, nessa questão.

Sabemos da necessidade de mineração. Por que não exploramos ainda as nossas minas já mapeadas do ponto de vista geológico? Por que as concessões minerais já foram feitas e as explorações ainda não começaram? Essa é uma resposta que a análise, o *benchmarking* do plano trouxe. Não foi iniciada ainda uma exploração naquelas minas que já foram autorizadas porque, do ponto de vista da viabilidade econômica, que o senhor colocou, isso não era viável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A importação continuava sendo mais viável economicamente, inclusive para o produtor rural, do ponto de vista de custo final do fertilizante, do que a exploração local.

Então, entender os motivos pelos quais do ponto de vista econômico essa exploração não se tornava viável é uma das diretrizes do plano, bem como consertar isso, Senador. É preciso consertar isso para que a gente possa, de fato, virar essa página e conseguir fazer explorações viáveis.

Mas note, e o Senador Heinze colocou isso muito bem: nós não somos um país que não explora nada. Nós temos exploração de fosfato, nós temos exploração de outras fontes minerais, inclusive de cloreto de potássio, com menor eficiência do que as fontes russas ou canadenses.

Nós temos explorações de outras fontes minerais, inclusive de cloreto de potássio, com menor eficiência do que as fontes russas ou canadenses, mas que, com conhecimento científico, com investimento relativamente pequeno em pesquisa científica, seja da Embrapa, seja da parte geológica, nós podemos dar saltos importantes na contribuição do plano. Então, tudo isso tem sido mapeado.

Foi citada pelo Senador a questão dos remineralizadores e dos produtos orgânicos, como as algas. Está no nosso plano, num capítulo especial que nós chamamos de cadeias emergentes, que, do ponto de vista de volume, não representam grandes impactos, grandes volumes na oferta dessa grande demanda que nós temos de fertilizantes clássicos, mas que, com investimentos tecnológicos, nós conseguiremos reduzir e aumentar a eficiência desses produtos.

Então, misturar esses produtos, oferecer uma compensação, usar produtos biológicos para solubilizar fósforo em rochas menos eficientes que nós temos no Brasil. A Embrapa já tem avançado muito nisso, existem empresas com investimentos já no *pipeline* para poderem ser feitos. Então, o plano vai visar a tudo isso. Um dos pontos de que eu sou mais fã, porque eu sou agrônomo e fui pesquisador da Embrapa, é tentar replicar o sucesso da fixação biológica de nitrogênio que a soja trouxe na década de 70 para as demais culturas, como milho, pastagens e cana-de-açúcar. Isso seria um sonho, porque, se existe uma autossuficiência hoje no Brasil de fato, é a de nitrogenados em soja, nós somos autossuficientes, porque a nossa bactéria fixa absolutamente tudo de que a gente precisa. Então, dar passos nesse sentido é possível, está vinculado no plano, e o que nós estamos chamando de curto prazo. Para não deixar os senhores decepcionados, isso não é para 30 anos. A Embrapa consegue, com os investimentos sendo feitos a partir do lançamento do plano, em cinco anos já retornar impactos significativos nesse ponto em específico.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar, até para não deixar, e também na esteira do que o Presidente nos pediu, é a questão da classificação dos melhores projetos que hoje se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontram no Brasil. Nós vamos montar um escritório de negócios dentro do ambiente do Plano Nacional de Fertilizantes. Ele vai ser lançado, e, ao ser lançado, cria-se um conselho nacional de fertilizantes, Senador, para poder fazer a governança desse plano. Então, os ministérios que foram envolvidos na elaboração vão sentar num borde, comandados por um desses ministérios, com modelos de rotatividade de coordenação, e vão acompanhar e propor ajustes no plano. E nós vamos montar imediatamente, vamos chamar de escritórios de negócios, para recepcionar de toda a sociedade civil projetos que hoje não decolaram por alguns motivos, classificá-los em função da sua importância e potencial de colaboração nos índices que a gente tem e ajudá-los a serem implementados. Entre eles, já foram citados aqui pelo Senador Heinze pelo menos dois: os remineralizadores, que têm um potencial específico, e as algas, que já têm hoje a exploração no Brasil e podem crescer significativamente nesse contexto.

Então, Senador, em nome do Governo Federal, a gente convida o Senado, vocês devem ter recebido isso formalmente lá pelo palácio, mas amanhã, às 11h, nós teremos o lançamento oficial do Plano Nacional de Fertilizantes. Eu gostaria de comentar agora do ponto de vista pessoal, Senador. O senhor já me conhece há bastante tempo, eu já tenho 20 anos de Ministério da Agricultura e vou dizer que esse é um projeto talvez dos mais detalhados e qualificados de que eu já participei na minha vida de servidor público. Então, eu gostaria de convidá-los para o lançamento amanhã, a ler com atenção o plano e, de fato, convidar também o Senado para ser parceiro, junto com a Câmara dos Deputados, dessa agenda que nós vamos precisar construir do ponto de vista legislativo, porque não há que se pensar que o Executivo sozinho vá conseguir superar tudo isso. Existem pontos, e eu conversei com a Frente Parlamentar, Presidente, na terça-feira, sobre isso, e os Deputados que ali estavam colocaram também todo o apoio a esse processo. Então, o debate vai ter que continuar.

Acho que a CRA vai ser fundamental para que a gente possa não só debater e levantar os problemas – como vocês levantaram muito bem, e nós recepcionamos –, mas tentar propor os ajustes para a aplicação plena do plano.

Em última análise, a média da nossa dependência hoje de importação de fertilizantes: 85%. Solicitaram aqui os números mais detalhados: 95%, 96% de cloreto de potássio; 90%... Agora com as fábricas da Uniggel funcionando, a gente conseguiu dar um pouquinho mais de elasticidade para a nossa produção nacional, Senador, a gente conseguiu desinvestir na Petrobras. Das três fábricas de nitrogenados, duas delas já estão sob a tutela do setor privado e já estão produzindo *full-time*, tanto em Camaçari, quanto em Sergipe. Isso é um bom alívio e, inclusive, a gente pode colocar – não é, Enir? – como sendo um filho prévio do próprio plano, da elaboração do plano de fertilizantes. Já nos dá um fôlego; está longe ainda de atingir qualquer tipo de objetivo de soberania, mas é um primeiro passo.

Na questão dos fosfatados, nós temos menos dependência, cerca de 70% a 75%; podemos ampliar mais. E o grande objetivo: sair desses 85% de média para por volta de 55%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2050. Os senhores podem pensar: "Mas isso não é pouco?". Não, os países que trabalham com isso no mundo têm importação como sendo um fator natural e têm ali por volta de 40% a 60% da sua autonomia para poder produzir. E o que o Brasil quer: ele quer se inspirar nos melhores modelos sem necessariamente buscar a chamada autossuficiência, porque nem sempre isso, do ponto de vista econômico, é o mais viável.

Desculpe ter me estendido, Senador, mas era para explicar ao senhor o estado da arte do plano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Dr. Rangel.

Vinte e oito anos mais, então, para nós diminuirmos de 85% para 55% da nossa dependência. É perto de 30 anos, como eu dizia no começo, mas eu imaginava que seriam 30 anos para sermos autossuficientes. A autossuficiência depende muito da questão econômica para ver se realmente é viável; às vezes, não é viável. Mas, naquilo que depender desta Casa, do Senado Federal, nós estaremos sempre à disposição para fazermos um esforço concentrado – aliás, já estamos fazendo –, para que a gente possa contribuir com a iniciativa privada, com o Executivo, para a gente conseguir atingir os nossos objetivos.

Você colocou muito bem aqui: a médio e longo prazo, mas, neste momento, para a próxima safra – 2021/2022, 2022/2023 –, o que está sendo feito para suprir esta falta de fertilizantes que nós vamos ter? Nós vamos diminuir 44% da importação do Leste Europeu, ou da Rússia e da Bielorrússia, no Leste Europeu. Então, qual é a medida imediata que está sendo tomada pelo Ministério da Agricultura?

Já eu passo a palavra a V. Exa., Chico.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL (Para expor.) – Tem razão, Senador, eu destaquei um pouquinho das medidas emergenciais, mas não exatamente como é que está o cenário atual e como é que ele se materializará para, vamos dizer assim, o início da campanha do plantio em setembro deste ano.

Bom, a primeira coisa que nós fizemos foi identificar o chamado estoque de passagem. Nós temos que entender que existem sobras dentro do *pipeline* das indústrias, entre o que é importado de um ano para o outro e o que fica nos canais de distribuição. Então, nós fizemos um levantamento junto com a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) e entendemos que existem volumes que podem ser, sim, aproveitados ainda para a próxima campanha. Obviamente vão sendo utilizados em menor escala, em outras culturas que teriam plantio durante esse período chamado do inverno, dessa nossa entressafra, mas a grande campanha, o grande uso acaba sendo no início da safra de verão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro acompanhamento muito importante que o Itamaraty vem fazendo conosco, junto com o Ministério da Infraestrutura, é o chamado acompanhamento de *line-up* – eu também aprendi recentemente o que é esse termo. *Line-up* é todo o processo de fluxo logístico entre a origem desses fertilizantes, o embarque nesses grandes navios Panamax e o trânsito desses navios no mundo afora até chegarem aos nossos portos, desembarque e fluxo logísticos internos.

E, dentro do nosso acompanhamento *line-up*, considerando todos os nossos fornecedores já tradicionais, nós podemos dizer com segurança, Senador, que não houve interrupções significativas no momento que nos pudessem gerar preocupações de uma falta imediata. É claro que os conflitos continuam acontecendo, tem que se monitorar isso todos os dias para saber se pode haver uma interrupção de algum navio, mas os nossos acompanhamentos, pelo menos para março, nos demonstram que a gente está conseguindo caminhar nesse cenário.

O mais dramático hoje, Senador, é Bielorrússia, não necessariamente Rússia. Existe uma preocupação, sim, com a Rússia – e nós temos monitorado isso diuturnamente –, mas, na Bielorrússia, os embargos já são efetivos, não conseguem mais sair os fertilizantes nesse percentual, que o Senador comentou, de volta de 17% dos portos tradicionais, mas todo o nosso trabalho de diplomacia tem tentado aumentar, vamos dizer assim, a busca desses fertilizantes, e agora a Ministra Tereza está lá no Canadá. Existem algumas sobras internacionais da produção desses fertilizantes que a gente vai tentar oportunizar para trazer para cá.

Outra boa notícia, Senador: a nossa agricultura é muito tecnificada – muito tecnificada –, e o senhor sabe disso. Nós somos reconhecidos pela nossa tecnologia, mas parte dos nossos fertilizantes é desperdiçada no campo, e a gente não pode se permitir, no momento em que se avizinha um choque de oferta, contar com o desperdício. Então, a Embrapa está indo agora, com o suporte do Ministério da Agricultura, a campo, numa chamada Caravana Embrapa FertBrasil, em que a gente vai reafirmar as boas práticas agrícolas e agronômicas para o uso desses fertilizantes, com a expectativa de reduzir perdas e otimizar o uso desses fertilizantes em até 20%.

Então, com todas estas medidas juntas – o acompanhamento diuturno e resolução dos problemas logísticos pontuais, o trabalho que o Itamaraty vem fazendo na diplomacia junto com os ministérios titulares, mais o trabalho de transferência e reafirmação da tecnologia –, eu e a Ministra Tereza não achamos que nós teremos um choque significativo para a safra que começará em setembro e outubro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Rangel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar.) – Presidente Acir Gurgacz, Embaixador Giacomelli e Luis Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura, esse assunto é recorrente nos últimos dias, em função da crise no Leste Europeu.

Obviamente a gente tem acompanhado o desenrolar dessa questão do abastecimento de fertilizantes no Brasil, que, diferentemente da Rússia e dos Estados Unidos, que produzem aproximadamente 80% do que consomem, o Brasil inversamente produz apenas 15%, 20%, ou seja, é dependente em torno de 80% a 85% da sua demanda.

Sendo o Brasil o quarto maior importador de fertilizantes do mundo e a sua área cultivada representando apenas um terço da área cultivada nos Estados Unidos, na China, na Rússia e na Índia, mesmo assim nós temos nos destacado como produtores de grãos: segundo, terceiro maior produtor de grãos do mundo. É lógico que nos preocupa este momento dessa crise internacional de que não sabemos os desdobramentos. Todos os dias, acordamos torcendo para que as negociações e a diplomacia global possam mitigar os efeitos nefastos dessa guerra desnecessária.

Nós verificamos que o caso específico do potássio é uma questão de Estado, não é uma questão de governo. E nós temos, na verdade, todos os levantamentos que demonstram a nossa autossuficiência em reservas que podem atender ao país por mais de 200 anos – vou repetir: por mais de 200 anos, segundo os estudos minudentemente realizados pelos técnicos e pelas instituições credenciadas e de alta credibilidade.

Nós vimos que o consumo de potássio em 2019 foi de 10,8 milhões de toneladas, despendendo aproximadamente R\$18 bilhões em importações.

Só indo mais à frente para não detalhar, o consumo do potássio, em 2027, deve atingir quase 20 milhões de toneladas em função da expansão da área cultivada e com um custo aproximadamente de US\$80 bilhões. Portanto, tudo isso é uma ação reflexa que demonstra a necessidade de se entender que é um projeto – estou falando especificamente do potássio – fundamental, até por uma questão de segurança nacional, o Governo tomar todas as medidas para evitar que essa dependência se perpetue. Claro, há o Plano Nacional de Fertilizantes, que deverá ser lançado amanhã e que nós sabemos que desde outubro está concluído. Passados praticamente cinco meses, amanhã deverá ser lançado o Plano Nacional de Fertilizantes, que é importante, como uma ação de referência, para que se possa, exatamente pela minudência de detalhes, pela precisão cirúrgica dos estudos que foram feitos, como o Dr. Luís acabou de falar e por algumas informações preliminares que nós temos, executar um planejamento estratégico para o país na produção de fertilizantes e disponibilidade para nossas áreas cultivadas.

Inclusive, há um dado interessante: aproximadamente 70 milhões de hectares de território cultivado no nosso país, diferentemente da Rússia, China e Índia, que ultrapassam 150 milhões





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de hectares cultivados, nós, obviamente, com duas safras, três safras... O meu Estado de Roraima, por exemplo, tem três safras por ano. Agora, estamos fazendo um trabalho junto à Embrapa, sugerindo a ela que fosse feita uma pesquisa com relação ao trigo na Região Norte do país, numa temperatura de 28°C, 30°C, e está se havendo maravilhosamente bem, assustando inclusive os técnicos aqui do CPC. Então, nós temos aproximadamente três safras, diferentemente da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos, que mal têm uma safra por conta de questões climáticas, enfim...

E a gente verifica o caso especificamente do Amazonas, em que existem oito concessões de lavras de potássio em nome da Petrobras, sem perspectiva para o efetivo início da produção – sem perspectiva para o início da produção.

A Potássio do Brasil tem pesquisas perto de áreas de concessão da Petrobras, na região de Autazes, e promessa de produção rápida. Nós sabemos das dificuldades da implantação de uma exploração dessa dimensão, com perfis de corte de seiscentos a mil metros de profundidade. Claro que existem altos investimentos, tecnologia e tempo. Obviamente, isso não é mágica. Já conseguiu a autorização do DNPM. Embora tenha conseguido licença ambiental prévia do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), está impedida de avançar por decisão judicial desse bendito Ministério Público, que suspendeu embargos e determinou a consulta às comunidades indígenas ribeirinhas. Como nós sabemos, aquela mina lá, por exemplo, de Autazes está a aproximadamente a 9km da aldeia mais próxima; portanto, não interferindo absolutamente em nada em relação às comunidades indígenas.

É sempre assim. O Brasil – não sei –, por excesso de democracia, você vive impedido de, por questões ambientais, expandir as culturas, promover uma agricultura de alta eficiência, enfim. E aqui, especificamente em relação ao potássio, lá na bacia do Rio Madeira, a gente tem percebido que é necessário que seja tomada uma decisão de Estado para que se resolvam essas questões e para que efetivamente aquelas empresas que ali já são instaladas e já investiram milhões de dólares na pesquisa, na implantação de canteiros, etc., possam iniciar essa produção. Por mais boa vontade que se tenha, em menos de dois, três anos, não se conseguirá ter disponibilidade desse potássio que está lá no seio da terra, esperando exatamente essa exploração ordenada para oferecer ao mercado nacional.

Então, eu tenho aqui inclusive – é interessante – um mapa da ocorrência do potássio naquela jazida de Autazes, mas que ao lado está Nova Olinda do Norte, que é a mina mais antiga conhecida, e Itacoatiara. Então, veja, Presidente, nesse mapa a gente verifica nas curvas onde está exatamente a ocorrência do potássio. Nós temos só na mina de Autazes aproximadamente 3,2 bilhões de toneladas identificadas encubadas. Portanto, 3,2 bilhões de toneladas apenas nessa mina de Autazes. Então, veja, é interessante porque nós sabemos que temos essa disponibilidade. Nós sabemos que a produção do Brasil hoje, na verdade, assusta o mundo. A produtividade de soja – você é agrônomo, eu sou agrônomo também –, nós sabemos que há 30 anos você jamais imaginava que nós atingíssemos os níveis de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade que nós temos hoje. Aliás, não apenas na soja, a Embrapa é o largo estuário de todas as pesquisas que o mundo inclusive copia e busca. Cazaquistão hoje está com técnicos da Embrapa dando consultoria para eles, implantando projetos.

Então, Presidente, a gente vê alguns comentários de alguns Parlamentares, de alguns artistas famosos, com absoluta hipocrisia, porque não sabem na verdade... Só sabem o que é feijão porque comem no prato, mas não sabem da dificuldade da produção e a necessidade de você ter minerais estratégicos explorados no nosso país, para disponibilizar e para inclusive evitar que, em momentos como este do mundo globalizado, onde as crises podem surgir hoje, amanhã, qualquer hora, qualquer dia, nós não tenhamos realmente a disponibilidade dos fertilizantes produzidos aqui no Brasil.

Então, isso nos assusta. E a questão... Principalmente as questões judiciais que atrapalham, que impedem, na verdade, a exploração nos inquietam, Luis Rangel. Isso nos inquieta. Quando será que vão autorizar o início da exploração da mina de Autazes? "Ah é uma questão de custo!" Não! A Potássio do Brasil já está lá, esperando apenas a autorização para iniciar o processo.

Nós importamos 97% do potássio que consumimos, com as reservas nacionais que podem atender o país por 200 anos! Podemos ser autossuficientes e abastecer praticamente toda a América Latina, Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai, enfim!

Então, na verdade, eu acho que é um momento muito fértil. Acredito que o trabalho desenvolvido a quatro mãos por vários ministérios com relação a esse Plano Nacional de Fertilizantes chega em boa hora. Agora, entendo que é necessário que haja uma maior velocidade a partir agora para viabilizar esses projetos e para que nós possamos efetivamente sair dessa dependência. E a gente chega aqui. Nós acabamos de mostrar aqui que nós podemos chegar, em 2027, ou seja, daqui a quatro ou cinco anos, a um dispêndio de quase R\$80 bilhões em potássio, mesmo tendo potássio adormecido aqui. Quanto é que isso representa na cadeia produtiva?

Essa é uma das observações que eu gostaria de fazer, Presidente Acir Gurgacz. Quero dizer que V. Exa. tem trazido aqui ao debate temas importantíssimos, de interesse nacional, e esse é um deles. Tenho certeza de que milhares e milhares de produtores rurais devem estar ligados, assistindo a essa apresentação, porque há uma inquietação enorme por parte dos produtores brasileiros. E nós, obviamente, como Parlamentares, como legisladores, temos a obrigação de nos debruçar sobre essa questão com a velocidade da luz. E o Governo Federal deve tomar realmente iniciativas de governo, que têm que ter projeção de Estado, porque os governos vão embora, e ficará realmente o reflexo na produção nacional se nós permanecermos com essa dificuldade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós falamos... O Luis falou aqui dos remineralizadores, das algas etc., mas, no universo de 70 milhões de hectares, isso representa um grão de areia no oceano. Obviamente, esses outros minerais já são conhecidos, mas, até que a tecnologia avance, até que o volume oferecido esteja disponibilizado, nós sabemos que demora muito tempo. Então nós temos que ver a política em perspectiva de curto, médio e longo prazo. E hoje essas questões são recorrentes a curto prazo.

Era essa a primeira observação que eu gostaria de fazer, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Passo a palavra agora ao Embaixador Alex Giacomelli da Silva, mais uma vez agradecendo a sua presença conosco.

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigado.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite dirigido ao Itamaraty para estar aqui representado.

Eu gostaria de saudar o Sr. Presidente desta Comissão, na pessoa de quem saúdo também todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Saúdo também, obviamente, meus colegas do Ministério da Agricultura, do Ministério de Minas e Energia e da SAE.

Para mim, é uma honra voltar a esta Comissão para participar de uma discussão tão relevante para o país. No ano passado, já se delineava uma crise no mercado de fertilizantes na discussão que houve aqui, em outubro, nesta Casa – discussão que foi lembrada pelo Senador Amin e da qual eu tive a oportunidade de participar. O principal foco de preocupação eram os fertilizantes potássicos que têm na Belarus um dos maiores produtores mundiais. Em 2021, o país respondeu por 12% das importações brasileiras desse produto. Na ocasião, o contexto era de forte aumento dos preços, sobretudo em razão das sanções a Belarus, que vinha sofrendo sanções internacionais. O mercado foi também afetado pela elevação de preço do gás natural, que é usado na produção de fertilizantes; pelo aumento de custo do frete; e também havia outro fator importante naquele momento, que eram algumas restrições a exportações por parte de Rússia e China para atender seus mercados internos.

Agora nós vemos um cenário bem mais desafiador do ponto de vista do comércio internacional. O tema ganhou uma nova dimensão e se tornou mais premente com o conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Além de verificarmos novamente aumentos nos preços nas últimas semanas, a preocupação também reside na potencial redução significativa da oferta no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado mundial, e com repercussões importantíssimas. O Senador lembrou, inclusive, no começo desta sessão, a questão da segurança alimentar, que é um tema que já está sendo discutido. Na semana passada mesmo, nós participamos de uma reunião na FAO sobre a questão da segurança alimentar.

Qual é a situação do mercado internacional de fertilizantes hoje? O mercado de nitrogenados é o menos concentrado. Os cinco produtores, os cinco principais exportadores respondem por 40% do total comercializado. Os fertilizantes potássicos são, ao contrário, os mais concentrados: os cinco principais exportadores respondem por 88% do mercado mundial. E, no caso dos fertilizantes fosfatados, os cinco principais exportadores respondem por 78%. E temos ainda o caso dos *blends*, da mistura NPK. Nesse caso, os cinco maiores exportadores respondem por 63%.

Em 2021, a Rússia foi a nossa principal fonte de importação de fertilizantes, respondendo por cerca de 23% das nossas importações. A Rússia foi nossa principal fonte de nitrogenados, 21%; nossa segunda fonte de potássicos, 33%; e também nossa segunda fonte da mistura NPK, 22%.

É interessante notar que, entre os maiores produtores mundiais de fertilizantes – o Canadá, a Rússia, a Belarus e a China –, encontram-se também alguns dos maiores produtores de alimentos e de outras *commodities*, de modo que grande parte da produção é absorvida para o consumo interno, o que foi um ponto, inclusive, ressaltado pelo Senador Chico Rodrigues. O Brasil é o maior importador mundial de fertilizantes: 12% do total mundial das importações em 2020. Em 2021, o Brasil importou US\$15 bilhões em fertilizantes e, apenas nos dois primeiros meses de 2022, importou US\$2,8 bilhões em fertilizantes. Se nós compararmos com os dois primeiros meses de 2021, isso representa um aumento de 102%, já que os preços subiram muito.

Entre os principais constituintes dos fertilizantes – NPK, nitrogênio, potássio e fósforo –, a situação é mais crítica nos casos dos potássicos e nitrogenados, como os Srs. Senadores já mencionaram aqui, em que nós temos realmente uma dependência muito grande, de 96% e 95% respectivamente. No caso dos fosfatados, a parcela proveniente do exterior é menor, é de 73%. A Rússia e a Belarus respondem por 36% das exportações mundiais de potássicos e por 44% das importações brasileiras.

A estrutura produtiva global dos fertilizantes, especialmente no caso do fosfato e do potássio, é organizada de forma oligopolizada. As dez maiores corporações mundiais, entre as quais estão as russas PhosAgro e Uralkali, detêm cerca de 60% do mercado mundial. Quatro empresas russas – Acron, Uralchem, PhosAgro e Uralkali – concentram a maior parte desse comércio, cuja logística dependia, em grande medida, de portos e ferrovias da União Europeia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação especificamente à Rússia, como se sabe, ela vem sofrendo várias modalidades de sanções de ordem econômica, entre as quais a exclusão das maiores instituições financeiras do país do sistema Swift. Além disso, existem preocupações de ordem logística, pois algumas empresas de transporte marítimo de carga teriam suspenso as rotas para a Rússia. Do mesmo modo, seguradoras estariam se recusando a assegurar as cargas provenientes da Rússia. E há também a questão dos portos, porque os portos da União Europeia também estão sendo... Enfim, é mais difícil usar os portos da União Europeia neste momento.

É importante ressaltar que a nossa... Bom, o que nós estamos fazendo? Quais têm sido as ações da diplomacia brasileira em termos de avaliação e de ação? Em primeiro lugar, a nossa Embaixada em Moscou tem acompanhado de perto a evolução da situação e tem mantido contato diário com as empresas russas desse setor. Segundo foi possível apurar, apesar de todas essas dificuldades, não há impeditivos absolutos ao comércio de fertilizantes à Rússia.

Ontem ainda, eu conversei com o nosso Embaixador em Moscou, o Embaixador Rodrigo Baena Soares, e, até aquele momento, ele confirmou – ele havia conversado, inclusive, com os grandes empresários desse setor ontem mesmo – que, apesar das dificuldades, não havia impeditivos absolutos para a continuidade das exportações. As empresas consideram que há alternativas para viabilizar o pagamento – como o uso de bancos intermediários de outros países, *traders* e pagamentos em outras moedas, inclusive em real – e também haveria, ainda que em caráter já mais reduzido, disponibilidade de frete e seguro.

No tocante aos portos, a opção atualmente consiste em passar a usar somente terminais russos, sobretudo os de São Petersburgo e de Kaliningrado, evitando, assim, os da União Europeia. Na última sexta-feira, um navio com carregamento de fertilizantes partiu da Rússia para o Brasil.

Agora, é importante fazer sempre a ressalva de que essa é uma situação que pode mudar a qualquer momento. A situação é muito dinâmica, por isso nós temos a preocupação de acompanhá-la diuturnamente, para usar o termo que o Rangel utilizou aqui, porque nós estamos numa situação de um conflito. Há aquela máxima que diz que nós sabemos como uma guerra começa, mas não sabemos como termina; ninguém sabe como ela termina e ninguém sabe como evolui. Então, a cada dia, nós temos que acompanhar os acontecimentos. Ontem mesmo, os senhores devem ter visto na imprensa que a União Europeia colocou em sua lista de sanções pessoais alguns empresários russos, entre eles os presidentes, os CEOs da Uralchen e da PhosAgro, que são empresas que exportam fertilizantes para o Brasil.

Nós temos, então, buscado, desde o ano passado, como mencionou o meu colega do MAPA, alternativas. Nós, em primeiro lugar, vínhamos fazendo gestões com a própria Rússia. Além da visita do Presidente, agora em fevereiro, nós tínhamos tido outras visitas: a Ministra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tereza Cristina visitou a Rússia em novembro e o Ministro Bento Albuquerque fez uma visita, também oficial, em outubro, que foi uma visita que eu tive a oportunidade de acompanhar também, e, nessa ocasião, ele conversou tanto com autoridades russas quanto com empresários, gestionando para a continuidade e até para o aumento das exportações russas de fertilizantes para o Brasil.

O Itamaraty tem atuado no sentido de analisar o regime de sanções aplicado, o seu escopo e quais são os impactos para o Brasil. É preciso deixar claro que essas sanções todas são unilaterais, não são sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança, portanto, não são reconhecidas pelo Brasil, mas – nós temos que lidar com a realidade – o fato é que elas causam um impacto, tanto as sanções em si quanto os efeitos secundários dessas sanções, de modo que é uma realidade com a qual nós temos que lidar.

Desde o ano passado, nós temos tido muitos contatos com entidades do setor agropecuário, que têm externado a sua preocupação sobre essa questão do comércio de fertilizantes. Temos conversado com essas entidades.

Temos participado também do grupo de trabalho interministerial que já foi citado aqui, que confeccionou o Plano Nacional de Fertilizantes, que vai ser lançado em breve. E temos municiado esse grupo com informações das nossas embaixadas, que têm feito um levantamento constante, um monitoramento constante nos mercados locais sobre potenciais parcerias na área de fertilizantes.

Houve um levantamento que indicou a possibilidade de fornecimento de fertilizantes potássicos por parte de alguns mercados. Esses dados estão disponíveis, como mencionou o Rangel. E, além disso, com base também nesses dados que nós temos levantado, as autoridades brasileiras têm renovado gestões e missões para conseguir aumentar as nossas importações de fertilizantes – já foi mencionada aqui a ida da Ministra Tereza Cristina ao Canadá.

E é um trabalho permanente. Nesta semana ainda, na segunda-feira, nós retomamos, renovamos a nossa consulta à nossa rede de postos para ver qual é a situação de disponibilidade de fertilizantes nos mais variados países porque nós temos, claro, uma situação de médio, longo prazo, em que nós temos que produzir mais fertilizantes, e temos a situação de curto prazo: temos que conseguir os fertilizantes que existem.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Embaixador.

Vamos dar sequência, depois nós abriremos o debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora passo a palavra ao Dr. Enir Sebastião Mendes, que é Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia, já agradecendo, mais uma vez, a presença do ministério aqui na nossa reunião.

V. Sa. tem a palavra.

O SR. ENIR SEBASTIÃO MENDES (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Acir, pelo convite ao MME. Na sua pessoa eu cumprimento os demais Senadores, Senadoras e os colegas expositores.

Eu vou trazer uma apresentação que tem alguns dados mais técnicos, mas mostrando um pouco já como está avançando o Plano Nacional de Fertilizantes e algumas ações já para o suprimento dos insumos minerais para a produção de fertilizantes.

Por favor.

Próximo, por favor.

Vou começar com o nitrogênio.

Como já foi citado aqui, a produção do nitrogênio depende basicamente do gás natural. Há três fábricas hoje atuando, e há uma fábrica no Paraná que está paralisada. E foi citada aqui aquela do Mato Grosso do Sul, da Acron, sobre a qual a Petrobras comunicou que o contrato não foi finalizado. Existe um grupo de estudos criado entre Acron, Petrobras, estado e município, que está estudando essa questão, e a Petrobras tem feito o acompanhamento diário sobre as sanções para ver como andar com essas tratativas. Em 2020, a independência foi de 4,3%; em 2021, não alterou muito, continua essa produção, com uma quantidade um pouco baixa ainda em relação à demanda de nitrogenados.

Próximo, por favor.

Aqui a apresentação não ficou bem visível, porque são muitos projetos. Aqui nós apresentamos... No grupo de trabalho de fertilizantes... Já avançando nas ações da implementação, conforme o Rangel citou aqui, foi criado esse grupo, já que há várias metas e ações.

Em relação aos nitrogenados, aqui são aquelas plantas que estão ainda com alguma pendência e quais as ações que poderiam ser feitas. Aqui foi criada essa matriz, com os principais entraves, e quais as próximas ações que poderiam ser feitas. Isso é mais para ilustrar que esse grupo de trabalho já está trabalhando. Agora a ideia é trabalhar projeto a projeto, priorizar quais são aqueles projetos mais importantes que possam estar, nesses próximos cinco anos, aumentando a produção ou implantando novos projetos.

Próximo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse traz a questão do potássio. Aqui não se está considerando o projeto que hoje está em produção, que é de silvinita, pela Mosaic; considera só o projeto de carnalita, que é o próximo projeto, que depende de um estudo de viabilidade econômica. Durante as nossas reuniões no Plano Nacional do Fertilizantes, a empresa informou que, por questões econômicas pelo valor do mercado naquele momento, não era viável o projeto.

A Secretaria de Geologia e Mineração e a Agência Nacional de Mineração já para a próxima semana estão agendando, oficiando essa empresa a vir apresentar, assim, quais são as condições hoje desse projeto, se a viabilidade é de fato só uma questão econômica ou se existem questões técnicas. Nós precisamos lembrar que esse projeto de carnalita, em Sergipe... Hoje o projeto de silvinita é explorado, está com previsão de exaustão até 2027. O próximo projeto seria o da carnalita na mesma região, só que o de silvinita está a 600m de profundidade. Esse de carnalita tem teores um pouco menores e está a mais de 1,2 mil metros de profundidade. Então, existem questões técnicas e econômicas aí.

Próximo, por favor.

Já em relação... Aqui já é o fosfato.

Mas, voltando lá ao potássio, foi citado aqui o projeto da Potássio do Brasil, em Autazes. Nesse projeto, a produção tem uma previsão de suprir 25% da demanda nacional de cloreto de potássio. É um projeto muito importante e está parado exatamente por questões judiciais. Então, é o Ministério Público... Existe – no Estado do Amazonas, conhece-se isso bem – um movimento contra a mineração, principalmente contra esse projeto de potássio, que está próximo de terras indígenas. Então, hoje ele tem um embargo. O licenciamento ambiental dele, de fato, depende de uma questão judicial.

A importância desse projeto é que, viabilizando esse projeto – e a empresa já demonstrou que tem condições técnicas, econômicas e ambientais de pôr esse projeto em funcionamento, ele vai dar uma abertura muito grande para aproveitamento de outros projetos na região, porque hoje existe uma restrição a investimento, uma dificuldade de investimento, exatamente pelas questões jurídicas na região. Então, um projeto sendo posto em funcionamento irá viabilizar outros projetos, inclusive aqueles projetos hoje da Petrobras.

A Petrobras detém a concessão com grandes reservas e esses projetos estão parados. A próxima reunião que nós estamos prevendo na Secretaria de Geologia com a Agência Nacional de Mineração é exatamente para chamar a Petrobras para ela expor sobre como estão esses projetos, quais são as dificuldades e por que ela não implementa o projeto ou não põe em disponibilidade. Aí a Agência Nacional de Mineração pode tomar as medidas com base no Código de Mineração para dar um encaminhamento a essa questão.

Próximo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só ilustrando os outros projetos de fosfato.

Pode passar, por favor.

Então, aqui eu trouxe para rapidamente mostrar quais são as principais políticas do Ministério de Minas e Energia, do Governo para o setor de agrominerais e fertilizantes. O Programa Mineração e Desenvolvimento, 2020/2023, tem metas e ações para os agrominerais e fertilizantes.

Sobre o Plano Nacional de Fertilizantes, o Rangel já fez uma abordagem. E há a política pró-minerais estratégicos. Essa é uma parceria entre o MME e o PPI para apoio ao licenciamento ambiental desses projetos considerados prioritários, nessa política. Aqueles projetos que são habilitados e considerados prioritários têm o apoio do PPI e já estão mostrando alguns resultados, como eu vou ilustrar um pouco mais adiante.

O próximo, por favor.

Então, esse é o Projeto Autazes, do Amazonas, de que eu falei há pouco. Ele é um projeto que foi inserido na política do PPI. O PPI já está fazendo articulação e existe hoje a questão de que as terras próximas, indígenas, não estão no projeto, estão próximas, na área de influência do projeto. Então, houve a obrigatoriedade das oitivas, pela OIT 169, com essas comunidades indígenas, e da 75... Fora 75, sendo que dessas... São 78 demandas do Iphan e 75 a empresa já cumpriu; duas estão aguardando o reinício da conversação com as comunidades indígenas. As comunidades indígenas dessa região mostraram interesse em conversar, em fazer um acordo, mas isso hoje está paralisado por uma ação do Ministério Público.

Próximo, por favor.

Aqui são dois projetos de potássio inseridos na política pró-minerais estratégicos. E também o PPI já está fazendo as articulações, já tem avançado na questão do licenciamento. Um é o projeto citado pelo Senador Heinze, que é o Projeto Três Estradas, no Rio Grande do Sul, que vai trazer uma produção de 300 mil toneladas/ano de fosfato natural aplicado diretamente ao solo. Esse projeto já está com a LI, o órgão licenciador do Estado do Rio Grande do Sul vai emitir um resultado final sobre essa LI, autorizando ou fazendo algumas exigências mais, mas já prevista aí para os próximos meses.

E também há o projeto de fosfato Santa Quitéria, que é uma produção de fosfato e urânio que também está no PPI, nessa Política Pró-Minerais Estratégicos, com esse acompanhamento, e ele tem um cronograma, uma previsão de conseguir a licença de instalação em 2022. Ele vai acrescentar mais 1,5 mil toneladas de fosfato no mercado, que já é uma contribuição muito importante para a demanda de fosfatos.

Próximo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é uma projeção da Agência Nacional de Mineração. Como foi bastante citado aqui, hoje o ponto mais crítico para o Brasil na questão dos insumos para fertilizantes é o potássio. Hoje o Brasil produz 3,65% naquela mina de silvinita da Mosaic, no Estado de Sergipe, e há uma previsão de entrar em produção em 2024, já como remineralizador, e ele tem uma contribuição... O teor de potássio é menor, a solubilidade é menor, mas ele já começa a ter uma contribuição estimada, calculada pela Agência Nacional de Mineração, em mais 4%. Então, em 2024, a produção do Brasil aumentaria para 7,8%. E com a entrada do projeto de Autazes – que, se todas as licenças caminharem, em 2025 entrará em operação –, já seria uma contribuição de mais 25% na produção.

Então, a ANM traçou um nível aqui em torno de 30% como sendo não a autossuficiência, mas como sendo um equilíbrio, já bastante importante para o potássio, entre a produção interna e a importação. E com a entrada, em 2028, se viabilizado, do projeto de Nova Olinda, que hoje é concessão da Petrobras, o Brasil já teria uma produção bastante representativa de potássio, de cloreto de potássio.

Próximo, por favor.

Os remineralizadores de solo, conforme citado pelo Senador Heinze, já estão trazendo uma contribuição significativa hoje para a fertilização dos solos nacionais. Boa parte desses remineralizadores atuam como fonte de potássio de solubilização gradual e teores mais baixos. E nós temos também os agrominerais silicáticos, que não contêm potássio, mas já são um material inorgânico derivado de rochas silicáticas que apresenta propriedades para aplicação no manejo da fertilidade do solo e nutrição de plantas. Quer dizer, ele ajuda a aumentar a eficiência dos fertilizantes convencionais, NPK, e já está também trazendo essa contribuição.

O Ministério de Minas e Energia, desde aquele plano que o Rangel citou e que não avançou, de 2010, coordena um grupo de trabalho que vem atuando na questão dos remineralizadores de solo, e essa questão tem avançado bastante com a regulamentação e, em 2017, já começou a produção.

Próximo.

Aqui se mostra já a evolução da produção dos remineralizadores por estado. Houve uma produção, em 2019, de 276 mil toneladas; em 2020, de 457 mil toneladas, um aumento de 65%; e os dados iniciais de 2021 apontam que essa produção vai dobrar.

Próximo, por favor.

Aí a produção dos agrominerais silicáticos, incluindo os remineralizadores. Já houve uma produção de 1,570 milhão toneladas em 2020, e essa produção, para 2021, já deve passar dos 13 milhões de toneladas. Isso mostra que há uma evolução muito grande, um crescimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito grande na questão dos remineralizadores e agrominerais silicáticos, o que vai contribuir muito para o equilíbrio da dependência externa de fertilizantes do Brasil.

Hoje estimativas da Embrapa... São estimativas ainda, mas já há um número de que mais de 4 milhões de hectares no Brasil já estão utilizando os agrominerais silicáticos e remineralizados; alguns somente remineralizadores para fertilização dos solos. Então, começa já essa contribuição com tecnologia desenvolvida no país, conhecimento tecnológico também. O Brasil tem um dos maiores potenciais para esses recursos de agrominerais.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Nós é que agradecemos, Dr. Enir.

Vamos continuar com os nossos oradores.

Passo a palavra agora ao Dr. Bruno Abreu Caligaris, que é Diretor de Projetos da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Mais uma vez agradecendo a sua presença conosco, passo a palavra a V. Sa.

O SR. BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Acir. É um prazer retornar à Comissão.

Cumprimento os demais Senadores. É um prazer estar aqui novamente e com os colegas de Governo, com quem tenho trabalho bastante nos últimos meses, no último ano aí, em relação ao Plano Nacional de Fertilizantes.

Pergunto se me áudio está o.k.

Perfeito. Obrigado.

Acabei ficando por último, e isso facilita muito as minhas falas, tanto pela exposição com que meus colegas de Governo já abordaram as medidas, o plano em si, as medidas mais imediatas em relação à crise atual, quanto pela explanação de alta qualidade dos Senadores. Então, acho que muito já foi diagnosticado, já foi apresentado. Eu vou me deter a algumas coisas um pouco mais específicas do plano, Senador Presidente, para a gente poder demonstrar um pouco mais o foco do trabalho que foi desenvolvido.

Com relação às questões mais pontuais em relação à crise atual, à própria mineração, o Dr. Enir já respondeu algumas das perguntas levantadas, o Embaixador Alex também em relação ao trabalho que o Itamaraty vem fazendo, o Rangel já deu um panorama geral.

Rangel, eu acrescentaria também uma medida imediata, agora, que a gente vem trabalhando, porque eu não a observei na sua fala – talvez a falha seja minha, mas é só para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer isso para os Senadores também –, que é a questão do desembarque dos produtos, dos fertilizantes nesses próximos meses. Então, para além daquele monitoramento que a gente vem fazendo junto ao Ministério de Infraestrutura e ao Ministério das Relações Exteriores para ver se de fato os produtos, os fertilizantes, estão sendo embarcados lá na Rússia, se estão pelo menos com seguro, pagamento – a gente está vendo que existem alguns percalços, mas essas dificuldades estão sendo vencidas –, a nossa preocupação, Presidente, também é quando o produto chegar aqui no Brasil, porque a gente sabe que a infraestrutura portuária brasileira é deficiente e pode acarretar filas de desembarque, e isso aumenta o preço, o custo do fertilizante para o produtor do rural. Então, a Ministra Tereza Cristina tem encabeçado conversas já avançadas com o Ministério de Infraestrutura para que a gente consiga ter medidas para esse desembarque mais célere, diminuindo esse preço que impacta, e muito, o produtor rural.

Volto ao plano em si, lembrando que o senhor abriu os trabalhos falando da importância do agronegócio. A Secretaria de Assuntos Estratégicos entrou nessa empreitada não só por conta do agronegócio, mas das consequências, dos impactos econômico-sociais que o agronegócio acarreta, dos efeitos positivos que o agronegócio brasileiro acarreta do ponto de vista econômico-social. Então, a gente pode falar aí, em números de 2020, em 29% do PIB brasileiro, 26% dos empregos, a balança comercial com 43% de exportação. E já falamos aqui também da segurança alimentar: quase 1 bilhão de pessoas no mundo acabam sendo alimentadas por produtos brasileiros. Então, o plano de fertilizantes tem esse olhar mais abrangente para além da agricultura. Claro, a vulnerabilidade que esse setor de insumo, estratégico para a agricultura, apresenta pode desencadear problemas relacionados a impactos econômicos, sociais e até alimentares, aquele diagnóstico todo que os senhores também já fizeram aqui.

Foi por isso, principalmente, dada essa transversalidade de potenciais riscos para a consecução, para a gente conseguir resolver os diversos gargalos, que a Secretaria de Assuntos Estratégicos, numa parceria aí com o MAPA inicialmente, depois transbordando para os outros ministérios já mencionados – Minas e Energia, MRE, Infraestrutura, Economia, Ciência e Tecnologia –, foi costurando esse trabalho.

Como os senhores já apontaram, existem vários gargalos, várias possibilidades, e a gente foi tentando cercar de todas as maneiras e, no curto, no médio e no longo prazo, resolver a questão pontual de produção atual, como o Brasil pode produzir melhor esses produtos, como a gente pode tornar a produção nacional mais competitiva, como a gente pode apresentar novos produtos que complementem os tradicionais NPK, de maneira a diminuir a nossa demanda pelos produtos tradicionais e, conseqüentemente, diminuir a nossa dependência externa.

Eu queria ressaltar também a fala do meu amigo Rangel, na primeira intervenção por parte do Governo, dos nossos cenários de futuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Num primeiro momento, parece pouco quando a gente fala em diminuir dos 85% para 55% em 30 anos, mas a gente tem que considerar a previsão de aumento da demanda também. Então, o que a gente demanda hoje não é o que a gente vai demandar em 2050, e isso interfere e muito no nosso planejamento. Se nós tivéssemos... Se essa variável... Se não fosse uma variável, se fosse uma constante, se a demanda fosse linear, o sucesso percentual do plano seria muito maior e, então, essa margem de dependência diminuiria, mas a gente trabalha, justamente como o Senador Chico Rodrigues colocou, com a possibilidade, com a previsão de expansão da nossa demanda interna, dada a previsão de aumento da produtividade nacional. A população mundial vai aumentar nos próximos 30 anos, e o mundo trabalha com o aumento da oferta de alimentos, olhando para o Brasil justamente pelo grande potencial de aumento de oferta de alimentos e, conseqüentemente, demanda de fertilizantes. Então, faço essa ressalva específica no caso do aumento da demanda, o que acaba impactando o resultado final do plano percentualmente. Então, mesmo sendo 55% a nossa meta global ali no final, que o Rangel postou, não é pouca coisa.

Nós vamos trabalhar um plano com cinco diretrizes estratégicas. Elas englobam as nossas metas e ações.

Eu vou passar aqui uns pontos mais técnicos para os senhores que depois a gente pode esmiuçar. Não vou tão a fundo para não cansar, porque é muita coisa, mas fico à disposição, evidentemente.

Então, são os seguintes. O eixo 1 é modernizar, reativar e ampliar as plantas de projetos de fertilizantes existentes no Brasil. O Dr. Enir aqui acabou de falar desse potencial. Temos metas específicas para, por exemplo, na questão de nitrogenados... O Senador Lasier trouxe a questão dos nitrogenados no começo da audiência. Então, a gente quer atingir, até 2025, o patamar de produção nacional de nitrogenados de 1,6 milhão de toneladas, depois passar para 1,9 em 2030, 2,3 milhões em 2040 e chegar a 2050 com 2,8 de capacidade instalada.

No fósforo: atingir 4,2 milhões de toneladas por ano dos nutrientes, de P2 a 5, 7,25 milhões em 2040 e 9,2 milhões em 2050.

Para o cloreto de potássio: elevar a produção nacional em 2 milhões de toneladas ao ano até 2030, 4 milhões de toneladas ao ano em 2040 e 6 milhões de toneladas até 2050 – de capacidade instalada.

Como a gente vai fazer isso? O Dr. Enir passou alguns dos empreendimentos. Então, a gente tem esse rol de empreendimentos. Alguns já são realidade e podem ter sua capacidade aumentada; outros ainda estão no papel e estão precisando de ajuda para saírem do papel.

Então, um dos resultados do plano, já antes da sua concepção, foi a nossa interlocução com o programa de minerais estratégicos do Ministério de Minas e Energia, em que o fósforo e o potássio foram considerados minerais estratégicos. Então, a gente pensa muito em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia, no nióbio ou naqueles minerais de valor agregado, de reserva valor, como o ouro por exemplo, mas existe uma linha específica lá para os minerais dos quais o Brasil depende muito. Então, fizemos essa interlocução com o programa de minerais estratégicos. As consequências desse trabalho, o Dr. Enir já apontou, estão mais especificamente em Autazes e em Três Estradas, no Rio Grande do Sul – o projeto que o Senador Heinze mencionou no começo da audiência também.

Em consequência disso, temos a entrada da União no polo passivo dessas ações públicas, a intervenção federal do ponto de vista judicial – claro, a gente pretende dar uma celeridade –, mas também vamos dialogar com a 3ª Câmara da PGR, expor as questões relacionadas a fertilizantes, o tamanho do risco que é para o Brasil ter essa vulnerabilidade, para sensibilizar e para que, a partir de Brasília, haja uma diretiva nacional para que o Ministério Público atue de maneira bem específica, sabendo das consequências de se ter, por exemplo, alguns desses projetos embargados, sem licenças ambientais concedidas etc., as repercussões desses atos.

O Dr. Enir passou já a lista de projetos mapeados por nós.

O segundo eixo: melhorar o ambiente de negócios do Brasil para atração de investimentos. A gente tem metas específicas de atração de investimentos ano a ano – 500 milhões até 2030; um bilhão até 2040; cinco bilhões até 2050 –; incentivos tributários.

O Rangel já comentou a fala do Senador Lasier sobre as conversas que a gente vem tendo dentro do Governo. Na Câmara dos Deputados tramita um projeto de lei sobre o Profert. Então, o nosso grupo entende a necessidade de um regime de tributação específica para que o setor possa se desenvolver. Estamos fazendo discussões específicas com o Ministério da Economia e com o Relator do projeto para que esse projeto seja aprovado de uma maneira fiscalmente viável para o Governo, para que não haja veto e depois não haja ação judicial, para que ele preveja todos os requisitos necessários para fins de Lei de Responsabilidade Fiscal etc.

Há metas aqui relacionadas também às áreas de mineração de fertilizantes. O Dr. Enir passou um pouquinho por isso.

Já falamos um pouco também da isonomia tributária, de manter o equilíbrio percebido agora no Convênio 100, no ano passado – o Rangel destacou isso, que é muito importante. A gente já fala na reforma tributária, mas esse é um ponto muito sensível para o setor cujos investimentos são bilionários e de maturação de longo prazo. Então, ter um ambiente tributário mais estável para eles é muito importante para a tomada de decisão do investidor privado. A gente precisa olhar de uma maneira diferenciada para uma estabilidade fiscal tributária. O fato de o Convênio 100 todo ano vir à discussão acaba não favorecendo, e isso afugenta o investimento externo. É importante nós termos esse olhar para essa questão tributária também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de harmonização das leis tributárias estaduais e municipais, todo o Capítulo 31 da NCM...

Direitos minerários em garantias de financiamento é outro ponto que a gente está atacando também. Os mineradores têm essa dificuldade de reconhecimento das jazidas ali que estão em seu nome para explorar, para conseguir o crédito necessário para a sua exploração, e a gente está trabalhando isso junto aos bancos públicos.

Outro ponto importante também que estamos trabalhando é em relação à integração eletrônica do sistema regulatório de licença para pesquisa e exploração mineral, produção, registro de produtos e comercialização de fertilizantes. Quero destacar aqui que o Governo Federal e também os estaduais têm que dar diversas autorizações para que os projetos de fato virem realidade, de maneira que um dos nossos pontos de ataque aqui é fazer essa integração eletrônica para que o processo fique mais célere, o investidor não precise a todo momento aportar novamente informações já aportadas, que não haja aquele vai e volta de papelada e que a gente ganhe tempo e serenidade para os projetos caminharem. Estou falando do MAPA, estou falando da ANM, do Ibama e dos órgãos estaduais também.

Vamos ao próximo em relação à promoção das vantagens competitivas da cadeia de produção nacional de fertilizantes. Aqui, aproveitando que a gente está na Comissão de Agricultura, acho que é importante destacar algumas metas próprias da agricultura, como, por exemplo: até 2030, a gente dobrar a área da adoção de inoculantes para feijão; de reduzir, até 2030, em 90% o uso de nitrogênio e fertilizantes para soja – o Rangel comentou um pouquinho sobre isso no começo; perceber, tornar realidade mais de cem mil insumos em ambientes não usuais, via informática, bancos de dados de genes funcionais etc. Aí as cadeias emergentes e aquelas alternativas já citadas em algumas metas do plano; ofertar produtos mais eficientes para culturas, como milho, café, cana-de-açúcar em 25% até 2030, 75% em 2040, e 100% em 2050. O Rangel falou um pouquinho disso no começo também.

Temos algumas marcas específicas aqui... Eu não sei se o Enir passou também um pouquinho sobre isso, mas acho que vale a pena só para dar uma dimensão daquilo que o Rangel falou da profundidade do plano. O mapeamento geológico do Brasil hoje é feito em 15%... Nós temos 15% do mapeamento geológico feito numa escala significativamente relevante para a atração da indústria privada, do perfil privado.

Então, nós precisamos ampliar esse mapeamento, temos ações específicas junto à CPRM para 2025, 2030, 2040 e 2050, tanto em números de folhas quanto para em números de escala: um para 250 mil, um para 50 mil, e assim por diante.

Fomento de estudos em zoneamento agrogeológico para identificar a viabilidade logística de fontes regionais e agrominerais e estimular cadeias regionais. Aqui eu trago isso para lembrar um pouco a fala do Senador Heinze, ele destacou os remineralizadores, etc., que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes não têm o potencial para atingir o território todo, mas podem ter aquele potencial mais regional, o que diminui o custo do agricultor também, então sempre atuando em complementariedade.

Vou falar um pouco agora sobre algumas metas e ações do ponto de vista de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação). Então, algumas metas nossas em relação a oferta de novos produtos de cadeias emergentes: 20% até 2025; 50% até 2030; 100% até 2040; e 200% até 2050.

Oferta de produtos e processos biológicos, também há metas específicas.

Tecnologias nacionais para a agricultura de precisão, análise de solo e planta, sensoriamento remoto, nanotecnologia, também tudo isso quantificado nesses prazos que eu já mencionei.

A gente já falou um pouco da fixação biológica; há metas específicas para isso. O ganho que a gente tem ao longo dos anos por conta desse avanço em relação à soja vai aumentar para outras culturas também, vai impactar na nossa demanda geral para fertilizantes.

E a eficiência agronômica dos fosfatados no solo brasileiro: aumentar essa eficiência agronômica e validar também a eficiência agronômica de novas fontes tanto de fosfato quanto de potássio, mas de outros nutrientes, os remineralizadores. Existe toda uma discussão sobre isso. Então, a gente vai atuar para que de fato sejam reconhecidos com base na sua eficiência agronômica, com base em estudos.

A academia participou da elaboração do plano, principalmente a Universidade Federal de Lavras, a UnB também. Então, tivemos a contribuição deles para que a gente pudesse traçar essas metas e, de outro lado, propor as ações específicas, como a criação do centro de excelência, consolidação da rede FertBrasil, capacitação de pessoal.

Temos a meta de 100 especialistas, 150 mestres e 50 doutores específicos em fertilizantes e novas tecnologias até 2030 – não existe isso hoje muito delimitado. Então, faremos parceria com as universidades federais, com o próprio MEC, o fortalecimento das disciplinas de fertilizantes e noção de plantas, nos cursos de Ciências Agrárias e Biológicas.

Também construção de manual de recomendações de correção e adubos e solos, plataforma digital interativa, um pouco do que o Rangel falou, atacando a demanda também. A Caravana FertBrasil vai no curto prazo, mas esse manual vai mais no médio e longo prazo.

Estímulos a parcerias de empresas e CTs para validação dessas tecnologias em cadeias emergentes, impactando na sustentabilidade ambiental de maneira direta.

Vou passar um pouco para a última diretriz, sobre infraestrutura. Temos aí a questão das estruturas centrais de armazenamento e distribuição de fertilizantes, projetos de integração de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modais ferroviários, fluviais e marítimos, destacando um pouco o que o Senador Chico Rodrigues disse em relação a Autazes, a localização das jazidas, ao ser explorado o cloreto de potássio, com a Ferrogrão se tornando realidade, indo de Mato Grosso para o Norte do país. Se a gente puder aproveitar as hidrovias para escoar o frete de retorno do fertilizante tanto para Rondônia, na hidrovia, quanto para descer para o centro do país, o custo será bem menor. Além do potencial que têm as minas de potássio em Autazes e em toda a região, há esta característica também, do ponto de vista logístico, de serem bem localizadas, para aproveitar já alguns pontos.

Há custos portuários. Falamos aqui um pouco deles já. Então há uma meta de diminuição. A cabotagem marítima... A BR do Mar já foi aprovada pelo Congresso. Então isso vai ter um impacto positivo. A gente fez essas interlocuções ao longo da construção do plano com outras medidas que estavam surgindo na época.

Modernizar as infraestruturas, com uma regulamentação específica das operações de enxofre e de nitrato de amônio, com padrões globais. Os portos brasileiros têm algumas diferenças em relação aos portos mundiais. Então, ao fazer essa regulamentação com um padrão internacional, a gente também diminui o custo e aumenta a segurança dos portos.

Aumentar a malha de gasodutos em 2 mil quilômetros para atender a essa demanda de fertilizantes nitrogenados. Então é outro problema. A gente tem, por um lado, aquele gás já naturalmente mais barato do Oriente Médio. A gente tem uma deficiência de infraestrutura muito grande para trazer o nosso gás para a costa brasileira, para trazê-lo do mar brasileiro para a costa. Então a gente precisa fazer essa integração, para o nosso preço do gás se tornar mais competitivo e para reduzir, assim, os custos de transporte de maneira geral.

Acho que... Dos impactos imediatos a gente já falou. O Confert, também o Rangel já o mencionou. São algumas medidas que eu tentei rapidamente expor aqui para os senhores. Eu não quero ser cansativo, porque o Embaixador Alex, o Dr. Enir e o Luis Rangel já passaram muito por vários pontos que eu tinha para falar. Então faço esse apanhado geral. E fico à disposição da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Bruno Caligaris, por suas colocações.

De fato, a Secretaria, o trabalho dessa equipe detectou quais são os nossos gargalos e também as possíveis soluções para esses gargalos.

Talvez, Dr. Enir, esse estudo que estamos fazendo, o debate que estamos fazendo na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente com relação ao novo marco regulatório do licenciamento ambiental possa ajudar a resolver alguns problemas ambientais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa fazer produzir as nossas minas. Podemos liberar as extrações de minérios para a produção.

Eu acredito que, com a ampliação do debate sobre esse tema... A Senadora Kátia Abreu está formulando o seu voto, o seu parecer sobre esse tema, e nós devemos apreciá-lo nas próximas semanas. É uma contribuição que o Senado vai dar, para que a gente possa – não é, Senador Chico Rodrigues? – ampliar o entendimento sobre essas questões ambientais.

Eu ouvi há pouco, Embaixador Alex, a imprensa noticiando que as negociações entre os Ministros das Relações Exteriores da Hungria e da Rússia não avançaram. Pelo contrário, houve umas ameaças mais fortes da Rússia dizendo que vai aumentar o potencial de bombas a serem lançadas na Ucrânia. Para cada ação há uma reação, e isso deve provocar uma reação um pouco mais forte ainda do que já está com relação às sanções econômicas aos produtos da Rússia. Então, nós temos que estar preparados. Não sei qual é o plano B que nós temos com relação a esse tema, e eu gostaria que o senhor nos informasse, se for possível.

E, Rangel, a pergunta que fica é a seguinte: nós vamos ter fertilizantes para a próxima safra? E, se tivermos, o preço vai estar bem mais caro do que o que temos hoje? Qual é a perspectiva que nós temos? Qual é o plano B que nós temos com relação a essa importação que hoje vem da Bielorrússia e da Rússia? E, pelo que nós estamos vendo acontecer, nas próximas semanas, como muito bem disse o embaixador, ninguém sabe o que vai acontecer, mas as perspectivas não são boas com relação à importação desses fertilizantes da Rússia. Qual é a nossa alternativa? Os nossos agricultores, sejam eles pequenos, médios ou grandes, estão muito preocupados, e todos nós, esta audiência pública é exatamente para tentarmos passar para a população quais são as estratégias que temos no Governo, somadas ao nosso trabalho aqui no Senado Federal, nesta Comissão, não é Senador Chico, Senadores que estão presentes e participam desta Comissão ativamente. Nós queremos contribuir num plano emergencial, se for o caso, para que a gente possa atender. Nós não podemos interromper a produção agrícola brasileira. A questão, volto a dizer, como já foi dito aqui, é a segurança alimentar, não é só uma questão de economia. É claro, a economia é importante, não tenho dúvida; tanto a economia para o produto interno brasileiro quanto para a exportação é uma preocupação, mas a segurança alimentar é uma prioridade não só brasileira, mas para outros países que dependem da produção de alimentos brasileiros.

Então, Rangel, nós temos uma perspectiva? Vamos ter fertilizantes para a próxima safra ou dependemos das ações, dependemos, por exemplo, dessa viagem da ministra ao Canadá, muito bem agilizada, que rapidamente se prontificou e já está trabalhando – sempre esteve, na verdade –, desde o ano passado, quando iniciamos o debate desse tema? Senador Chico Rodrigues, a Ministra Tereza Cristina sempre esteve não ao nosso lado, até à frente das nossas ações, tentando viabilizar e resolver os problemas. Mas a pergunta que fica nesse momento, Rangel, é essa: vamos ter fertilizantes?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, tem a palavra.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL (Para expor.) – Senador, neste momento, no dia de hoje, especificamente no dia 10, eu poderia dizer que os fluxos de importação vêm seguindo, mais ou menos, as variações que nos permitiriam dizer que a gente vinha sendo abastecido nos anos anteriores, mas a situação, de fato, não é boa. A gente precisa de atenção, de fato, com essas interrupções, e esse monitoramento nós estamos fazendo todos os dias. Então, a gente tem tentado verificar constantemente que esses nossos fornecedores russos continuem vendendo. Uma interrupção com a Rússia pode significar realmente um impacto maior.

As questões de Bielorrússia vão tentar ser superadas com esses excedentes, que eu comentei, com os outros países. A viagem da Ministra ao Canadá visa, de fato, manter os fluxos comerciais já existentes e os contratos já firmados, com os volumes que nós já tínhamos expectativa de, quiçá, ampliar um pouco mais, o que depende não necessariamente da vontade do Canadá ou do Brasil, mas dos fluxos de navios comerciais, porque estamos falando de muitos milhões de toneladas. Mas, quanto a tudo isso, somado ao que eu comentei, o estoque de passagem que nós tivemos, nós estamos vendo, pelos nossos cálculos, mantendo-se a situação atual, que nós teremos fertilizantes para fazer a campanha do início da safra de verão, mas isso necessariamente não significa que nós teremos, por exemplo, para a safrinha, porque os volumes têm que ser acompanhados em todo esse sentido.

Então, a palavra de tranquilidade que o Ministério da Agricultura pode trazer é que, acompanhando o cenário e se mantendo da forma que está, eu poderia dizer que nós chegaremos, sim, à campanha com fertilizantes, se não na totalidade dessa ampliação de demanda que nós vínhamos fazendo ano a ano... E eu queria dizer, Senador, que a gente vem demandando mais dois dígitos ano a ano, desde 2019. Então, a gente sai de 38 milhões de toneladas importadas para 40, para 42, para 44. Com esse choque de oferta, essa ampliação provavelmente não acontecerá nesse ano. Então, a gente vai andar de lado nessas questões, o que não é ruim, porque, com todas as medidas complementares que nós estamos oferecendo, com a Embrapa, com toda essa transferência de tecnologia imediata, a gente pode garantir essa safra, lembrando também que, do ponto de vista agrônômico, se o solo for fertilizado da forma como vem sendo, pelo plantio direto, pelas técnicas dos agricultores, existe um estoque obviamente, principalmente de fósforo, que se mantém no solo, e lembrando também que 70% de toda essa demanda gigantesca de fertilizantes está para aquelas grandes culturas de soja, milho e algodão, e que soja não depende de nitrogênio.

Então, todas essas variáveis nos permitem fazer cálculos complexos e dizer que, até outubro, se o cenário se mantiver dessa forma, nós teremos a oferta para o agricultor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para interpelar.) – Muito bem, Embaixador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Algum comentário sobre essas novas informações que a imprensa acaba de noticiar?

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA (Para expor.) – Sim.

Bom, em primeiro lugar, em relação à reunião, eu acho que o fato de os dois Chanceleres terem se encontrado não deixa de ser um fator positivo nesse momento. Realmente as expectativas sobre os resultados da reunião não eram muito grandes, mas, pelo menos, houve uma conversa em alto nível.

Em relação ao que nós estamos fazendo, eu diria que estamos atuando em três frentes imediatas. Em primeiro lugar, em relação à Rússia, como eu falei, os fluxos não foram interrompidos. Na última sexta-feira, um navio partiu com fertilizantes para o Brasil. E, apesar das dificuldades que os exportadores russos têm encontrado, elas não têm sido definitivas. Eles têm conseguido vencer essas dificuldades, dificuldades logísticas, de meios de pagamento, de seguro. Então, por enquanto, nós temos conseguido importar fertilizantes da Rússia e de outros países também. Como eu mencionei, nos dois primeiros meses deste ano, nós já conseguimos importar US\$2,8 bilhões em fertilizantes.

Uma segunda frente é o Canadá, e o Canadá não foi escolhido para essa missão da Ministra Tereza Cristina por acaso: o Canadá é o maior produtor mundial de fertilizantes e empresas canadenses já sinalizaram que estão prontas para procurar aumentar a produção o mais rapidamente possível, de modo a atender às novas demandas que estão surgindo.

Um terceiro ponto – é claro, não podemos depender só da Rússia, não podemos depender só do Canadá – é que estamos constantemente inovando as nossas pesquisas junto a outros países que são produtores importantes também para procurar ou aumentar as importações ou passar a importar desses países, e essa lista vem sendo monitorada e atualizada constantemente.

Então, são ações que estamos fazendo com essa preocupação de curtíssimo prazo, porque realmente nós temos que estar preocupados com o curto prazo. Temos aqui dois aspectos importantes que estamos trabalhando junto com os demais órgãos do Governo: uma questão de médio prazo, que inclui o Plano Nacional de Fertilizantes, e essas questões mais de curto prazo de identificar exportadores para os próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO. Para interpelar.) – Muito bem.

Dr. Enir, talvez esse planejamento nosso do Senado na tentativa de aprovar, debater inicialmente – mas o debate tem que ser amplo, não só interno, mas externo também – o novo marco legal do licenciamento ambiental, talvez isso possa ser uma solução para que a gente possa avançar na extração desses minerais para a produção de fertilizantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ENIR SEBASTIÃO MENDES (Para expor.) – É muito bem-vinda essa informação, Senador Acir.

Nós estávamos mesmo aguardando – a gente tem acompanhado –, e isso deve ajudar. No curto prazo, a produção a gente não consegue aumentar; aumenta um pouquinho, porque melhora o mercado, e a empresa ainda aumenta a sua capacidade, então vai haver um pequeno aumento, mas isso, no curto prazo, não vai dar retorno.

Em relação a essa questão do licenciamento ambiental, isso é fundamental para os empreendedores. Eles têm cumprido todos aqueles requisitos. O órgão ambiental tem uma certa burocracia, pode até atrasar um pouco a análise, mas não inviabiliza. O que está inviabilizando hoje é a questão jurídica. A gente tem informações já, não na área de fertilizantes, de uma empresa do Rio Grande do Sul – se não me engano, é a Nexa –, de um projeto de cobre, que anunciou que vai desistir, porque ela não consegue licenciar o seu empreendimento. Investe ano a ano, ano a ano, e chega uma hora em que a decisão empresarial é a não continuidade do projeto, e existe esse risco também na área de fertilizantes. Então, a questão jurídica – e o apoio do Legislativo seria fundamental – é uma questão que existe também. Esse marco certamente vai ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito bem. Ficamos no aguardo, portanto, do relatório, para que a gente possa colocar em discussão, em debate aqui na Comissão de Agricultura, como na Comissão de Meio Ambiente.

As questões jurídicas trilham o caminho das leis, e nós temos que modificar as leis para beneficiar o melhor entendimento jurídico para que a gente possa avançar. Não é uma questão só do licenciamento, não é? Há o licenciamento, evidentemente, mas também há a interpretação jurídica, e isso só deve ser modificado com a modificação nas leis. E é o que nós estamos propondo: com toda a responsabilidade ambiental, um debate para que a gente possa avançar nesse marco regulatório do licenciamento ambiental.

Nós temos aqui algumas perguntas dos nossos internautas, que já foram previamente respondidas, em sua maioria, mas que eu faço questão de ler para dar atenção ao nosso internauta que enviou as suas colocações.

O Thiago Rafael, do Mato Grosso, diz o seguinte: "[...] [Com a atual guerra entre Rússia e Ucrânia], qual o real impacto para importação de fertilizantes [...] para nossa economia?".

A família Vasconcelos, da Bahia, diz o seguinte: "Por que [o Brasil] não começa a gerar a [própria] fabricação [de fertilizantes] [...] com a participação de [...] grandes e pequenas [empresas] que já [...] atuam no] setor?".

O Antônio de Leon, do Rio Grande do Sul: "[...] qual o impacto ambiental [do PNF]? Não custará mais caro ao Brasil [...] perante a [sua] agenda ambiental?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Livia Deusinha, do Distrito Federal: "Como funcionará na prática o Plano Nacional de Fertilizantes, principalmente para o pequeno agricultor?".

A Carine Evangelista, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Como pode ser acelerada a meta de redução das importações de fertilizantes para ser resolvida em curto prazo?".

O Eduardo Mezzomo, do Rio de Janeiro, diz o seguinte: "Não seria produtivo e benéfico ao país promover intensivas construções de fábricas de fertilizantes [...] [ao invés de fechá-las] como [já] ocorreu [no passado]?".

O Igor Fernando, de Minas Gerais, diz o seguinte: "Como ficarão os acordos comerciais após essa decisão?".

O Shigeru Kuribayashi, do Distrito Federal, diz o seguinte: "Como será o equacionamento do custo do gás natural para as unidades de produção de amônia e ureia, inclusive do gás boliviano?". "É possível, técnica e economicamente, o aproveitamento da reserva de fosfato de Patos de Minas?".

Há alguns comentários do Paulo César, do Rio de Janeiro, que diz o seguinte: "O Brasil precisa produzir o seu próprio fertilizante a fim de possibilitar a sua agricultura sem depender de outros países".

O Kuribayashi, do Distrito Federal, diz o seguinte: "A exploração da reserva de potássio da foz do Madeira levará muitos anos até a implantação, assim uma produção imediata seria impossível".

Bom, todas essas perguntas praticamente foram amplamente debatidas e conversadas aqui hoje nesta manhã.

De fato, Kuribayashi, a gente sabe que a produção de fertilizantes, seja da foz do Rio Madeira ou mesmo lá de Autazes, não é da noite para o dia que vai acontecer, mas, quanto mais tarde nós iniciarmos, mais tarde nós vamos ter o resultado. Então, nós temos que começar o mais rápido possível. A nossa meta, pelo menos por parte desta Comissão, seria ajudar no sentido de começar o mais rápido possível, com toda a tecnologia que nós temos à disposição, seja tecnologia nacional, seja tecnologia internacional.

Eu ouvia, Bruno, as suas colocações, e, de fato, o trabalho foi bastante intenso, importante, tem uma clareza das nossas dificuldades, dos nossos potenciais e o caminho para chegar àquilo que nós precisamos. Vi também que houve algumas mudanças de um possível relatório, que era para ser colocado em outubro e novembro, para hoje. Houve uma evolução, exatamente uma modificação e uma evolução em função dos entraves que apareceram nos debates que iniciamos em outubro nesta Comissão, junto com os senhores, as senhoras e os demais Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que nós tenhamos contribuído para que possamos avançar. Continuamos à disposição aqui nesta Comissão e no Senado Federal para que possamos contribuir para que o nosso país possa, se não nos tornarmos autossuficiente, Rangel – como sabemos, não vou dizer que é impossível, mas é muito difícil –, avançar na produção de fertilizantes para que possamos não só utilizá-los na nossa produção, mas também exportá-los.

Eu passo a palavra ao Bruno para fazer as suas colocações.

V. Sa. tem a palavra, Bruno.

O SR. BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Como eu disse anteriormente, é um prazer voltar à Comissão. Com certeza o trabalho da Comissão tem nos influenciado positivamente a aprimorar o nosso trabalho.

Eu gostaria de aproveitar este momento final da minha intervenção, Senador, e pegar carona numa das perguntas do internauta sobre a relação do PNF com o meio ambiente. Eram seis linhas de atuação do PNF: uma para N; uma para P; uma para K; cadeias emergentes; ciência, tecnologia e inovação; e a sexta linha era justamente sustentabilidade ambiental. Eu acabei não passando, mas existem metas específicas relacionadas à ESG, por exemplo, dentro do Plano Nacional de Fertilizantes, ações concretas para isso, porque todo o trabalho foi sendo alinhado junto com esses parâmetros de sustentabilidade ambiental, de maneira que a gente não fique refém, a gente não entre em atrito com a pauta ambiental, porque não precisamos entrar em atrito com a pauta ambiental. No momento em que nós desenvolvemos as nossas cadeias emergentes, as novas tecnologias e conseguimos aprimorar os fertilizantes e todo o processo de nutrição de plantas, o impacto ambiental vai diminuindo.

A gente tem que entender que o solo brasileiro – há algumas exceções aí –, majoritariamente, não é rico como o solo dos países temperados. Então, ele precisa de alguma tecnologia. O fertilizante é a mais difundida. Ele precisa dessas tecnologias para poder chegar à sua produtividade atual.

Quando começaram a usar fertilizantes no Brasil, 30, 40 anos atrás, o salto que o Brasil deu de produtividade foi muito maior do que o aumento da área plantada. Então, o impacto do fertilizante por si só já é benéfico, porque ao tornar uma terra mais produtiva com o uso de fertilizantes, você precisa de menos terra para produzir. A expansão da área agricultável é menor por conta do uso intensivo de fertilizantes. E, a partir do momento em que você vai qualificando os fertilizantes e os outros processos de nutrição de plantas, essa produtividade cresce e a necessidade de expansão da área agricultável diminui. Então, a gente consegue por aí encaminhar de uma maneira geral o benefício de uma política específica para fertilizantes e nutrição de plantas, sem contar as nossas metas e ações referentes especificamente à sustentabilidade ambiental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero deixar essa mensagem final para a Comissão e para toda a audiência, Senador.

Continuo à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Bruno.

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Presidente Acir, eu quero inicialmente parabenizar a participação efetiva do Luis Rangel, do Embaixador Alex Giacomelli, do Bruno Caligaris, do Dr. Enir, do Ministério das Minas e Energia.

Quero dizer que esse debate, essa discussão tem que ser continuada, tem que ser profícua, porque é um tema recorrente do momento em que nós vivemos atualmente. Na conjuntura internacional, ele se torna mais importante ainda e mais urgente ainda. Nós nos sentimos entristecidos com algumas manifestações de grupos que são monitorados ou induzidos, ou quem sabe mal-intencionados.

Nós vimos ontem, naqueles movimentos que existiram aqui em Brasília, declarações que são degradantes para o momento que nós vivemos, o momento de tanta esperança, tanta euforia em relação ao desenvolvimento do país, e a gente vê declarações de Parlamentares, de artistas dessa forma: desastrosa permissividade os projetos apresentados pelo Congresso e pelo Presidente da República; pacote de destruição; projeto que retira dos brasileiros um pedaço do seu futuro para premiar um punhado de criminosos; mergulham nossa economia no atraso e no descrédito externo e tornam o Brasil um risco climático global.

Então, são declarações tão pequenas e contribuem... Aliás, elas não contribuem, elas, numa ação reversa, atrapalham esses projetos que estão sendo desenhados de uma forma tão competente e tão eficiente. E tenho certeza, Presidente, de que nós, aqui no Senado, não temos dúvida da aprovação do Projeto 191, fundamental para a economia brasileira.

Nós temos reservas estratégicas fundamentais. Nós temos a tabela periódica no Brasil. No meu Estado de Roraima, é alguma coisa absurdamente descomunal a ocorrência de ouro, nióbio, urânio, cassiterita, tantalita, etc., minerais estratégicos importantes para a economia do país e que ficam adormecidos no subsolo que nos foi dado pela natureza divina. E nós hoje temos todas as dificuldades conjunturais para fazer o ordenamento estrutural para a exploração. Isso realmente não é justo! Nós precisamos arrancar do seio da terra aquilo que é a riqueza que existe e com que o nosso país foi tão bem contemplado, com esse território geográfico gigantesco, continental que somos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria... Eu li uma matéria que falava "da euforia ao desencanto", em relação a essas explorações dessas nossas reservas gigantescas. Eu inverteria a frase, eu diria "do desencanto à euforia", que nós temos que ter agora, mas de uma forma extremamente determinada para que o Governo possa efetivamente enfrentar essas questões neste momento, e principalmente com o grito de alerta que nós estamos tendo agora, para que possamos tornar viáveis esses projetos que são fundamentais para a economia do Brasil e para o futuro da nossa pátria.

Essa discussão, essa manhã, essa apresentação do Plano Nacional de Fertilizantes, acho que isso é um novo momento da agropecuária brasileira e principalmente da economia brasileira, porque ela vai, realmente, cada vez mais se consolidar nesse mundo, em que se deverá chegar logo a 8 bilhões de almas. E como foi dito aqui pelo Bruno Caligaris, o Brasil hoje já alimenta aproximadamente 1 bilhão de pessoas. E tenho certeza de que é o país que tem mais condições de expandir a sua produção de alimentos para o nosso povo, a nossa gente e para o mundo.

Quero parabenizar você, Presidente, mais uma vez, pela oportunidade de marcar nesta Comissão momentos que ficam registrados nos *Anais* desta Casa.

Muito obrigado a vocês, participantes, e tenho certeza de que o Brasil nos ouve com absoluta atenção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues.

De fato, nós estamos já acompanhando todos os acontecimentos com relação à necessidade dos nossos fertilizantes.

Passo a palavra ao Luis Rangel para suas considerações finais, dizendo que, pelo menos, nós temos segurança do que vai acontecer até outubro, não é, Rangel? A situação está tão instável que não dá para prever o que vai acontecer, Embaixador, depois desse embarque de fertilizantes último, em navio que sai da Rússia para o Brasil. Não sabemos se teremos o próximo, tão logo ou tão distante. Não sabemos ainda, mas, pelo menos até outubro, nós temos garantia de que nós teremos fertilizantes. Darei a palavra para suas considerações. Nós sabemos, como diz aqui o Thiago Rafael, do Mato Grosso, que teremos um impacto, sim, na nossa economia, com a falta de importação de fertilizantes na próxima safra, isso é inegável. Agora, qual é esse impacto, de fato, não sabemos prever. Esperamos que seja ele o menor possível. Por isso o trabalho dos ministérios, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Ministério das Relações Exteriores, do Congresso Nacional, desta Comissão, todos estamos debatendo, discutindo e tentando achar alternativas para que o impacto seja o menor possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Luis Rangel, já mais uma vez, Rangel, agradecendo a sua presença e cumprimentando o trabalho de toda a equipe do ministério. Transmita a nossa Ministra Tereza Cristina nosso reconhecimento pelo trabalho que faz à frente do Ministério da Agricultura.

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou tentar ser bem breve. Acho que a audiência, de fato, como o Senador Chico colocou, foi muito interessante. A gente está realmente na mesma página, Senado Federal e Governo Federal. Vocês puderam ouvir aqui os nossos melhores especialistas, os maiores coordenadores nesse assunto.

Eu não consigo, de fato, Presidente, transmitir tranquilidade neste momento de sinal amarelo que nós estamos vivendo na questão dos fluxos comerciais, mas eu consigo transmitir, eu acho que nós conseguimos transmitir aqui para toda a sociedade brasileira que nós temos um plano, e isso é muito bom, porque a gente pôde sacar coisas emergenciais, estamos com um gabinete de crise montado diuturnamente para poder acompanhar isso, com os melhores profissionais, podem acreditar nisso. Nós vamos acompanhar para que a gente evite qualquer tipo de sobressalto para a nossa agropecuária. Isso foi entendido pelo Governo. O Ministério sempre soube. Isso foi transmitido e entendido pelo Governo. Nós temos os melhores profissionais para isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – E o plano nacional será anunciado amanhã?

O SR. LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Sim, será anunciado amanhã, às 11h, no Palácio do Planalto. Na verdade, é o lançamento oficial e o coloca, de fato, em jogo, com os conselhos, com seu modelo de governança e aplicação propriamente dita. De novo, esse gabinete de crise está em funcionamento pleno. Nós estamos trabalhando nisso.

Vou oferecer, via Presidente, Senador Chico, o monitoramento das nossas informações, para manter o Senado informado, caso a gente precise de alguma intervenção.

Respondendo aos internautas, acho que ficou claro para todos que a gente não consegue transformar no curto prazo essa alta dependência, mas que nós visamos isso a longo prazo.

O agricultor vai sofrer, Senador, com relação a custos. Isso já vem acontecendo, a gente já vem monitorando isso. Esse choque de oferta fez com que os fertilizantes ficassem mais caros. Eles são o componente maior do custo de produção, mas as relações de troca ainda estão favoráveis, porque, assim como os fertilizantes tiveram crescimento no mercado internacional, as nossas *commodities* também. Esse é também um fator de sinal amarelo para o Governo Federal, porque isso tem impacto inflacionário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente precisa estar de mãos dadas e realmente monitorando tudo isso, porque é uma questão de segurança alimentar, como o senhor colocou, como o Bruno colocou, e a gente não pode deixar as variáveis que estão sob nosso domínio e que podem ser ajustadas passar. Vamos fazer tudo que for possível para poder manter as ofertas para o agricultor dentro das melhores condições possíveis. Podem acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Rangel.

Passo a palavra ao Embaixador Alex Giacomelli para fazer as suas colocações, mais uma vez agradecendo a sua presença.

Estaremos sempre à disposição, Embaixador, para que a gente possa contribuir. Nós da Comissão de Agricultura, o Senado Federal estamos atentos também, como estão todos os Ministérios, todos imbuídos do mesmo propósito: achar soluções para os problemas que se apresentam neste momento.

Com a palavra.

O SR. ALEX GIACOMELLI DA SILVA (Para expor.) – Exatamente, Senador.

Esse é um trabalho conjunto e que interessa a todo país, de modo que nós, obviamente, no Itamaraty, estamos sempre à disposição também para buscar em conjunto as soluções de que nós precisamos. Eu gostaria, agora ao final, de apenas reiterar as palavras do Rangel.

Em relação às perguntas dos internautas, foram interessantíssimas, porque foram bem formadas, deram de certa forma um diagnóstico da situação e, ao mesmo tempo, apontam certas soluções, de modo que a participação dos internautas foi muito produtiva.

Finalmente, quero dizer que foi uma honra para mim poder participar desta audiência para discutir um tema que é tão relevante para o nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Embaixador.

Dr. Enir, para suas considerações, mais uma vez agradecendo e colocando aqui esta Comissão e o Senado Federal à disposição do Ministério de Minas e Energia para aquilo que a gente possa contribuir.

O SR. ENIR SEBASTIÃO MENDES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Com esses debates de hoje, esta Comissão tem mostrado a integração das instituições trabalhando com objetivo comum, como mostrou também o Plano Nacional de Fertilizantes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com contribuições de várias instituições, com especialistas, focado no objetivo, que é o interesse da sociedade.

O Ministério de Minas e Energia está sempre disposto a colaborar. Agradecemos a colaboração – também precisando, entraremos em contato.

E só ressaltar que o setor mineral está atingindo um outro patamar, inclusive perante a visão da sociedade sobre a sua importância, a essencialidade da mineração. Aqui a questão dos fertilizantes mostra isso, mas também mostra as máquinas que distribuem os fertilizantes, os minerais estratégicos. Então, a nossa sociedade depende fundamentalmente da mineração. Na gestão do Ministro Bento, o setor mineral teve um avanço, ele tem dado uma atenção muito especial para esse setor.

Mais uma vez, em nome do Ministério de Minas e Energia, agradecemos a oportunidade de estar debatendo. Também como ressaltado pelo Embaixador, os internautas, participando e contribuindo, nos trazem algumas informações, algumas questões para nós avançarmos e pensarmos; com isso, também podemos dar respostas ao público interessado nesses debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado.

Dr. Bruno, mais uma vez agradeço a sua presença junto conosco. Acredito que voltaremos a conversar, pois esse tema deve ficar na pauta por alguns meses – espero que não anos, mas alguns meses apenas. Então, deveremos voltar a debater esse tema – não é, Senador Chico? –, porque é uma situação bastante delicada, nós não temos como prever o que vai acontecer exatamente no futuro. Todos em alerta, esse é o ponto importante.

Para as suas falas finais, o Dr. Bruno Abreu Caligaris.

O SR. BRUNO SANTOS ABREU CALIGARIS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

É uma honra para mim participar mais uma vez da Comissão aqui no Senado Federal. É importante o debate, muita contribuição. Fico lisonjeado com a possibilidade de dividir a mesa, mesmo que virtualmente, tanto com o Enir, o Rangel e o Embaixador Alex, nossos parceiros dentro do Governo, quanto principalmente com os senhores. A qualidade das intervenções, as perguntas que foram feitas demonstram aquilo que o Enir tão bem expôs aqui: o quanto que o tema é importante e o quanto que estamos alinhados para poder superar as dificuldades. Algumas dificuldades...

Senador, embora eu torça que essa crise acabe logo, pontualmente, e não precisemos mais estar em foco por conta de uma guerra, as crises sempre ocorrem, e, quando a gente tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma dependência externa tão alta, como a atual, nós estamos mais sujeitos a essas crises internacionais, seja por causa de uma guerra, seja por causa de uma pandemia, seja por causa do preço da energia, por exemplo, seja, às vezes, até por desastres naturais. Então, é importante que a gente tenha isto em mente: que outras crises aparecerão, e nós, enquanto Estado, precisamos pensar no longo prazo para diminuir as nossas vulnerabilidades.

Agradeço e, sempre que o senhor precisar da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o senhor e os demais Senadores contem conosco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT/CIDADANIA/REDE/PDT - RO) – Muito obrigado, Bruno.

É importante que se registre que nós estamos falando sobre fertilizantes não agora, após o início dessa guerra, que aconteceu este ano, nós estamos debatendo esse tema desde 2021. Esta Comissão supraministerial foi criada em janeiro de 2021, antes mesmo de nós imaginarmos que aconteceria essa guerra. Portanto, há uma preocupação já de muito tempo de nós diminuirmos essa dependência de importação, em função dos nossos custos e também da segurança da produção do nosso país.

Então, agradeço a todos pela presença.

Antes de encerrar, eu farei duas votações aqui rapidamente.

Nós temos um requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2022

Requer a realização de Ciclo de Palestras e Debates no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, durante a 22ª Expodireto Cotrijal.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA - do Senado Federal, no dia 11 de março do corrente ano, sexta-feira, a partir das 14 horas, durante a 22ª edição da Expodireto Cotrijal,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que se realizará na cidade de Não-Me-Toque, estado do Rio Grande do Sul, entre os dias 7 e 11 deste mês.

O evento tem por objetivo debater a grave estiagem que atingiu os estados do Sul, com destaque para os prejuízos causados aos produtores rurais do Rio Grande do Sul.

Também constará na pauta do evento o Projeto de Lei 1.282/19, de autoria do Senador Heinze, que dispõe sobre a construção de reservatórios d'água em Áreas de Proteção Permanente, APPs. Por fim, também serão apresentadas alternativas para irrigação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Outro requerimento.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 2****REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2022**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 2/2022 seja incluído o seguinte convidado: Senhor Luiz Cláudio Ferreira de Oliveira, Fundador do Instituto Espinhaço.

Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a presença dos senhores convidados na nossa audiência, como também da Senadora Soraya Thronicke, Senadora Rose de Freitas, Senadora Zenaide Maia, Senador Espiridião Amin, Senador Luís Carlos Heinze, Senador Lasier Martins, Senador Luiz do Carmo, Senador Chico Rodrigues, Senador Izalci Lucas e Senador Carlos Fávaro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 8 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e cinco minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates e Acir Gurgacz, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública Interativa (Reqs 2 e 5/2022-CRA), atendendo aos requerimentos REQ 2/2022 - CRA e REQ 5/2022 - CRA, ambos de autoria Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Finalidade: Debater os impactos da severa estiagem que assola o Rio Grande do Sul, bem como as possíveis soluções para o problema e para os prejuízos causados aos produtores rurais. Participantes: Gedeão Silveira Pereira, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul); Eduardo Bonotto, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs); Eugênio Edevino Zanetti, 1º Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS); Luiz Oliveira, Presidente e Fundador do Instituto Espinhaço; Luiz Augusto Santos Lima, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF); Fabiano Dallazen, Representante do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Guilherme Bastos Filho, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e Frederico Cintra Belém, Coordenador-Geral de Irrigação e Drenagem do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 6, de 2022 que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2021 - CRA, com o objetivo de instruir o PLS 194/2018, que "dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica" sejam incluídos os seguintes convidados: - o Senhor Adelar Mantovani, Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Doutor em Ciências Biológicas - Biologia Vegetal, com atuação na área da Ecologia e Genética de Populações de espécies nativas; - o Senhor João de Deus Medeiros, Professor do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Departamento de Botânica, Doutor em Botânica, Coordenador Geral da Rede de ONGs da Mata Atlântica- RMA; - o Senhor Valerio De Patta Pillar, Professor Titular do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em Plant Sciences (Quantitative Ecology) - University of Western Ontario, Editor-Chefe dos periódicos Journal of Vegetation Science e Applied Vegetation Science, membro honorário da International Association for Vegetation Science (IAVS)." Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). Resultado: Aprovado. ITEM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 7, de 2022 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater os problemas e entraves na organização do setor produtivo da Amazônia Legal, especialmente no estado de Rondônia, tendo em vista a morosidade no processo de regularização fundiária, atualmente em curso, bem como os conflitos existentes decorrentes da não regularização das áreas produtivas. Oportunamente, indicaremos os convidados." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Esperidião Amin, Luiz do Carmo e Jean Paul Prates e o Presidente Eventual, Senador Lasier Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Acir Gurgacz

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/03/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom dia, senhoras e senhores, Senadores, Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado!

Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater, buscar soluções para os impactos da severa estiagem que assola o Sul do Brasil, muito particularmente, o Rio Grande do Sul, bem como as possíveis soluções que possam aqui ser apresentadas para os problemas, diante de tantos prejuízos causados aos produtores rurais, em atendimento aos Requerimentos nºs 2 e 5, de 2002, desta Comissão de Agricultura.

Eu quero começar dizendo que esta audiência pública da Comissão de Agricultura quer focar objetivamente em soluções; nós conhecemos as causas. É muito constante a ocorrência de estiagens no Sul do Brasil, particularmente, no Rio Grande do Sul. Nós, então, queremos hoje ouvir soluções dos nossos eminentes convidados para que esse debate acerca das consequências seja o principal objetivo.

Eu lembro que esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado e pela Rádio Senado. É uma reunião realizada de forma interativa, com a possibilidade de o público participar diretamente por intermédio do Portal e-Cidadania, portal aqui do Senado, na internet, ou pelo telefone 0800 612211.

Conforme análise dos meteorologistas, a forte estiagem no Sul do Brasil, que afetou sensivelmente a colheita de grãos e a produção bovina entre a segunda metade do ano passado e o começo deste ano, consolidou um ciclo que se repete, em média, a cada dois anos no Sul do país. Nos últimos dez anos, foram três grandes secas, sendo a última e atual a mais severa de todos os tempos, com prejuízos históricos. Esta estiagem sem precedentes no Rio Grande do Sul, por exemplo, atingiu 405 municípios, isto é, a grande maioria, 200 dos quais tiveram de decretar situação de emergência, englobando ao todo 17,3 mil famílias.

Segundo a defesa civil estadual, a situação de penúria de municípios no biênio 2021-2022 foi reconhecida pelo estado e pela União em cerca de 50 deles, ou seja, cerca de 40% dos 497 municípios gaúchos. A maioria dos municípios atingidos depende da produção agropecuária. O agronegócio responde por 40% do PIB gaúcho e por mais de 60% das exportações do estado, sendo que os estados vizinhos têm números e estatísticas muito próximos.

Nunca houve uma estiagem como a que transcorre ou está agora, felizmente, terminando, com a perda de pelo menos 80% da safra do milho e de 60% da safra de soja, além da redução significativa do peso do gado e dos volumes na produção de leite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em minhas particulares incursões pelo interior do estado, há poucas semanas, presenciei o drama dos produtores com o inusitado quadro de plantações esturricadas e gado moribundo e esquálido. Na região de Soledade, por exemplo, onde passei, fiquei abismado em ver bois e vacas morrendo de sede, uma imagem comum no Agreste nordestino. A solução está, pois, na água, na chamada reservação do insubstituível recurso hídrico. E por isso hoje é a nossa razão de ser. Hoje, nós queremos água para enfrentar as estiagens comuns no Sul do país.

A Emater, uma entidade importante no Sul e que presta serviço de assistência técnica e extensão rural a agricultores do estado, estima que quase 200 mil propriedades gaúchas foram atingidas com perdas na seca, com destaque para o milho, com 85 mil produtores atingidos. A empresa chegou a registrar, ainda, 10,2 mil famílias sem acesso a água no estado e a queda de 1,6 milhão de litros de leite captados ao dia, com mais de 22 mil produtores atingidos.

Por isso, nós temos a obrigação aqui na Comissão de Agricultura de apurar, de uma vez por todas, saídas, deixando de ser apenas a rotina de sempre, de correr atrás de compensações para os recorrentes prejuízos, como vem acontecendo há décadas, particularmente no Rio Grande do Sul, quando se perde a lavoura e morre a criação. A irrigação, os açudes, os poços artesianos, as cisternas, enfim, os métodos conhecidos precisam se disseminar, além de as novas tecnologias para a preservação da água no solo, a fim de que corrijamos, de uma vez por todas, esses obstáculos.

Além de avaliar os prejuízos financeiros acumulados desde o ano passado pelos produtores rurais gaúchos, esta reunião vai discutir alternativas técnicas e de infraestrutura para irrigação em períodos de seca e para conservar a água da chuva. Neste nosso esforço para encontrar formas para impedir crises futuras, nós convidamos algumas personalidades. Algumas já estão presentes aqui no Senado, na Comissão de Agricultura, e outras entrarão pelo sistema virtual.

Vamos contar com o Sr. Gedeão Silveira Pereira, que é o Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul; o Sr. Eduardo Bonotto, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, a tão prestimosa Famurs; o Sr. Eugênio Edevino Zanetti, 1º Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag); o Dr. Luiz Oliveira, Presidente e Fundador do Instituto Espinhaço, que, há bem poucos dias, teve uma participação muito efetiva durante a Expodireto, lá em Não-Me-Toque, onde tive a oportunidade de ver de perto o trabalho que essa instituição realiza. Teremos também aqui o Dr. Luiz Augusto Santos Lima, Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal; e o representante do Ministério da Agricultura, Dr. Guilherme Bastos Filho, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Dito isso, nós vamos começar em busca de soluções, como eu disse ao início. Hoje os agricultores e as cooperativas também sofrem. As cooperativas são um outro problema que enfrentamos na Região Sul, diante dessas áreas tão castigadas, sendo eles verdadeiros heróis para enfrentar os prejuízos. Eles são das cooperativas que financiam as safras.

Não podemos nos esquecer dos impactos sobre as exportações e a economia do Rio Grande do Sul e do país com o risco de quebraadeira generalizada. Associada ao fenômeno climático La Niña, a estiagem tem castigado culturas e pastagens e é mais uma crise no campo que se somou à pandemia. E agora há o risco superveniente de desabastecimento também de fertilizante em razão do conflito no Leste Europeu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos aos colaboradores que vieram aqui e vão participar desta nossa audiência pública, trazendo as suas propostas e soluções.

Dito isso, vamos começar convidando uma pessoa extremamente vivenciada na produção agrícola: nada mais, nada menos do que o Presidente da principal federação de agricultura do Rio Grande do Sul, Gedeão Silveira Pereira.

Agradecendo a sua presença, prezado Gedeão, o senhor está com a palavra.

A nossa proposta é de dez minutos, prorrogáveis até cinco.

Bom dia, Sr. Gedeão Pereira.

O SR. GEDEÃO SILVEIRA PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Lasier Martins. Grande prazer em revê-lo, ainda que virtualmente.

Quero cumprimentar também o Guilherme Bastos, nosso Diretor de Política Agrícola do MAPA; o amigo Eugênio, Vice-Presidente da nossa Fetag. Quero cumprimentar o Luiz Oliveira, do projeto Espinhaço – eu o ouvi atentamente quando da sua participação na Expodireto Cotrijal, embora eu também estivesse virtualmente –; nosso querido amigo Eduardo Bonotto, Presidente da nossa Famurs. Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, do nosso grande estado vizinho aqui de Santa Catarina; e também o representante que está aí do Ministério Público Federal (MPF).

Pois bem, Senador, eu creio que, na realidade, a seca no Estado do Rio Grande do Sul é algo recorrente; não é uma novidade climática. Eu sempre cito que nasci em 1948 ouvindo meu pai falar na grande seca de 1942. E, recentemente, ouvindo rádios uruguaias, já que eu sou um homem de fronteira com o Uruguai, que lá, nesse ano de 1942, 1943, também tiveram recordes de temperaturas acima de 40 graus, que foi uma característica da seca deste ano.

Agora, se a seca é um fato recorrente, Senador, ou Senadores e os que estão me ouvindo, ela não é nenhuma novidade para nós. A novidade possivelmente seja esta seca com altas temperaturas. E tivemos duas secas muito próximas uma da outra, é verdade. E, na realidade, o agricultor gaúcho foi do céu ao inferno em um ano, porque, no ano passado, na safra 2020-2021, nós colhemos 37 milhões de toneladas de grãos. Foi o recorde deste estado. Nunca se produziu tanto no Estado do Rio Grande do Sul na sua história, porque realmente nós estamos vivenciando aqui uma nova fronteira agrícola brasileira, e esta é a causa disso aí, que é a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul. E este ano estamos com um prejuízo realmente fantástico. Diretamente, segundo o nosso departamento econômico, chefiado pelo nosso economista-chefe Antônio da Luz, nós temos um prejuízo direto em cima do bolso do produtor da ordem de 32, mais ou menos R\$32 bilhões, o que significa que, quando colocamos tudo na cadeia, esse prejuízo, somando-se serviços e indústria de transformação, a indústria de máquinas agrícolas, etc, esse prejuízo supera os R\$100 bilhões, o que vai impactar negativamente no PIB gaúcho em -8%, segundo os nossos cálculos até o final de 2022. É muita coisa!

Agora, o que nos preocupa, Senador, o que nos preocupa é que, num estado como o nosso, que chove de 1,6 mil a 2 mil milímetros por ano, Sr. Luiz Oliveira, o nosso problema não é água; o nosso problema é a incompetência para armazenar esta água, que criminosamente é salgada. Essa é a realidade, porque a água corre para o mar, no mundo inteiro – e aqui não é diferente, obviamente.

Então, quais são os grandes gargalos, os grandes problemas, senhores, que nós vivenciamos que não nos é permitido armazenar água? Essa é a realidade. E outro dia, até pra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer uma correção para o Sr. Luiz Oliveira, quando eu assisti que ele apresentou que deverá apresentar hoje o mapa do Estado do Rio Grande do Sul, que está pintado de vermelho, eu quero só lhe dizer o seguinte: aquele mapa está absolutamente equivocado. E vou lhe dizer porque está equivocado. Não é culpa sua. A culpa é porque o senhor trouxe aquele mapa das declarações do CAR feito pelos produtores rurais gaúchos. Só que o CAR do Estado do Rio Grande do Sul não está revisado, e é uma resistência nossa. Quando ele foi realizado aqui no Estado do Rio Grande do Sul, nós dissemos aos produtores: "Façam apenas o perímetro da sua propriedade" – porque nós estamos contestando tudo isso que nos preocupa, porque o Estado do Rio Grande do Sul tem muita floresta, sim. E as APPs do Estado do Rio Grande do Sul estão muito protegidas. As nascentes também estão protegidas, principalmente no bioma Mata Atlântica. E o bioma Pampa, sim, tem uma característica, ele tradicionalmente tem pouca árvore, porque é assim no Uruguai, é assim na Argentina, é assim em parte do Paraguai. Então, possivelmente, tenhamos que revisar um pouquinho aquele mapa.

E a solução, Senador, rápida que nós temos é reservar água. Agora, por que nós não estamos conseguindo reservar água no Estado do Rio Grande do Sul?

Na metade norte, o Estado do Rio Grande do Sul é muito bem... Ele é muito diferente entre as duas metades: metade norte e metade sul. A metade norte é o berço da agricultura brasileira, vamos ser claros: aí nasceu a agricultura de soja, de milho, que se expandiu hoje pelo território nacional, transformando o Brasil na potência agrícola que é. E, seguramente, nos próximos 20 anos, nós seremos a maior agricultura do mundo, inegavelmente, porque o Brasil tem características ímpares que só há aqui: o solo, é um país continental, tem água, tem energia solar e, principalmente, tem um homem muito capacitado, que é o agricultor brasileiro, que pode continuar crescendo com isso aí.

Agora, a solução mais rápida e imediata, visto que é um estado em que chove de 1,6 mil a 2 mil milímetros no ano, só que é uma chuva muito mal distribuída, é verdade – e esta é uma característica nossa: chove muito no inverno, nos meses de inverno; e chove menos nos meses de verão... Então, o que nós temos que fazer? Apenas armazenar água no inverno para trasladarmos essa água e a utilizarmos no verão. E estamos cheios de tecnologias, hoje, aqui, para desenvolver irrigação no Estado do Rio Grande do Sul.

Então, o que temos que fazer imediatamente? Driblar, eu diria assim, os maus entendimentos jurídicos, principalmente mal-entendidos pelo Ministério Público estadual, que não nos permitem fazer reserva de água.

Metade norte. O que acontece na metade norte? Na metade norte, cujo regime é a Mata Atlântica, não nos é permitido fazermos açudes ou barramentos em cima das APPs. Parece que APP é algo sagrado. E o que nós propomos? Suprimir-se uma APP, colocarmos um açude e criarmos duas APPs: uma em torno de cada lado do reservatório. E, aí, temos água – e água é vida – para colocar em pivô central qualquer tipo de irrigação, seja o que for, qualquer sistema de irrigação. É possível fazer isso aí, sim, desde que nos seja permitido.

E na metade sul – e a metade sul, no Rio Grande do Sul, é bem maior que a metade norte: são quase, mais ou menos, 17 milhões de hectares, que agora são a nova fronteira agrícola brasileira, cuja cultura de soja e de milho é bastante promissora; e eu cito como vai ser isso aí – não nos é permitido também fazer açudes, hoje, por uma questão de mau entendimento jurídico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É verdade – e vejam bem o que aconteceu no Estado do Rio Grande do Sul, para quem não sabe – que de 60% a 70% do arroz que se consome no país sai dessa região, arroz de altíssima qualidade, diga-se de passagem, que hoje também se está exportando bastante. E como foi feita a água para a irrigação, justo que o nosso arroz é 100% irrigado? Nós não temos arroz de sequeiro; é 100% irrigado. Isso aí foi feito nos anos 60, 70, 80. Naquela época, tudo o que o produtor precisava era comprar um trator CBT, que era o trator que fazia açudes, os grandes açudes e barragens. E eu não falo quase que em barragem, porque, no nosso caso, na metade sul, é açude mesmo, são grandes açudes. E qual foi a intervenção que houve nesse processo? Qual é o malefício que isso trouxe para o meio ambiente, senão enriquecer o meio ambiente – principalmente em relação à questão da fauna –, enriquecer a fauna, enriquecer o meio ambiente gaúcho? E hoje não nos é permitido fazer mais esse tipo de açude. Essa é a realidade que nós estamos enfrentando. Mas por que que não é permitido?

E hoje nós estamos inclusive lançando nosso programa, aqui pela Federação da Agricultura, nas próximas semanas, que é o que consideramos chamar de programa Duas Safras, em que estaremos utilizando essas águas armazenadas que nos foi permitido fazer quando não tinha nenhum tipo de licenciamento ambiental. Olha bem: não tinha nenhum tipo de licenciamento ambiental e era permitido fazer, e foi feito, e isso só trouxe lucro para a sociedade brasileira e gaúcha, na realidade.

Hoje vamos aproveitar essas águas inclusive para introduzir a irrigação na lavoura do milho, através do sistema sulco-camalhão, ou apenas sulco, para irrigação dessa grande cultura que hoje está com uma deficiência terrível. Está nos faltando qualquer coisa para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, qualquer coisa em torno de 7 milhões de toneladas de milho para a indústria do frango e para a indústria do suíno, que são duas indústrias crescentes, altamente exportadoras, que trazem muitos recursos em dólares, recursos do mundo para esta região.

E qual é a interpretação jurídica que não nos permite armazenar água nesta metade sul? Justamente o Código Florestal está sendo muito claro nisso, dizendo que se trata de áreas consolidadas. E o que não evolui nesse tema de fazermos reservação de água é que, ao pedirmos a licença ambiental para fazermos um açude, existe uma liminar, no Estado do Rio Grande do Sul, impetrada pela Dra. Annelise Steigleder, diga-se de passagem, do Ministério Público estadual, que levou a liminar; e já faz oito anos que o produtor rural, para pedir um licenciamento ambiental... A Fepam está proibida de dar licenciamento ambiental se o produtor não registrar os 20% de reserva legal.

Ora, senhores, reserva legal, aqui neste país, está com dois pesos e duas medidas, vamos ser claros, porque, se vamos ao oeste da Bahia, se vamos ao Brasil central, a reserva legal não é permitida para nenhum tipo de utilização, porque a agricultura chegou depois, depois da legislação. Agora, nós, que estamos aqui há 300 anos no solo gaúcho, há mais ou menos isso aí, que antropizamos todo esse estado com atividade pecuária e alguma agricultura naquela época... Porque agricultura no Rio Grande do Sul começou fortemente dos anos 70 para cá. E é bom que se diga que o Brasil passou a trabalhar no mercado internacional tão somente a partir de 1997. A nossa história é absolutamente recente. Mas não nos é permitido se não tivermos a reserva legal.

Ora, senhores, como é que nós podemos chegar a um produtor do Estado do Rio Grande do Sul e dizer para ele: "Olha, tu tens utilização limitada de 20% da propriedade"? E aí atinge a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

micro, a média, a pequena e a grande propriedades. Atinge a todos os produtores rurais! Então, os produtores rurais não pedem licenciamento ambiental. Não há nenhum licenciamento ambiental tanto na Fepam quanto na Sema, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, nenhum pedido, porque o produtor sabe que não leva. E, quando ele poderia levar, às vezes levam três, quatro, cinco anos para despachar um licenciamento dessa natureza.

Então, criou-se um arcabouço jurídico em que o Ministério Público estadual é grandemente responsável por isso – diga-se de passagem –, de os produtores rurais não conseguirem armazenar água na metade sul.

Portanto, esses prejuízos que estão colocados aí têm endereço hoje, têm endereço. E não é o endereço do produtor rural. O produtor rural é tecnificado, está habilitado. Ele quer fazer investimento. Nós temos tecnologia. Nós temos uma indústria espetacular de irrigação para o estado do Rio Grande do Sul, mas o produtor rural não consegue dar esse passo, e ficamos de coração na mão a cada safra de verão que vem.

A nossa grande saída que nós estamos vendo agora será a cultura do trigo para o próximo inverno, que já se avizinha, que é uma cultura menos sensível, porque justamente ela... E até pelo contrário: ela às vezes sofre pelo excesso de chuva. Nós vamos para a nossa época de chuvas e o que nós queríamos e pedimos e até clamamos é solução para que o produtor possa armazenar água, porque irrigação sem reservação de água não existe, é utopia.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito obrigado por sua valiosíssima participação nesta audiência pública, ilustre Gedeão Pereira, um homem que tem uma experiência muito grande como produtor rural na metade sul do Rio Grande do Sul, especialmente na área de Bagé.

O senhor focou bastante a sua cobrança ao Ministério Público estadual, mas eu quero lhe dizer que nós convidamos para estar aqui o Ministério Público Federal, porque é decisão dos tribunais superiores que os Ministérios Públicos estaduais e o Federal são concorrentes e complementares, de modo que o representante do Ministério Público Federal, que aqui está, o Dr. Luiz Augusto Santos Lima, poderá responder ao senhor e a todos que nos acompanham sobre esta irresignação de produtores do Rio Grande do Sul com as dificuldades postas pelo Ministério Público estadual do Rio Grande do Sul.

Bem, o Sr. Gedeão atendeu rigorosamente à proposta do tempo que fizemos, e agradeço-lhe também por isso.

Quero oferecer agora a palavra a uma instituição muito importante no Rio Grande do Sul, que é a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Ele tem experiência também como gestor municipal e como Prefeito do município de São Borja.

Eduardo Bonotto, obrigado pela presença, e a palavra é sua.

O SR. EDUARDO BONOTTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia. Bom dia, Senador Lasier. É uma satisfação estarmos participando de uma reunião extremamente importante. Parabens-o e agradeço-lhe pela mobilização. Também agradeço ao nosso Presidente Gedeão, da Farsul; ao Eugênio, representando o Presidente Joel, da Fetag; ao Guilherme, representando aí o MAPA; ao Luiz Oliveira, também representando o trabalho do Espinhaço; ao Senador Esperidião; e a todos os presentes que nos acompanham.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer da nossa preocupação. A nossa preocupação tem sido muito importante, no sentido da mobilização que nós estamos realizando junto com as entidades, e aqui quero fazer também esse agradecimento, porque eu acho que, historicamente, no estado do Rio Grande do Sul, nós conseguimos juntar os pequenos, os médios e os grandes, representados, através das suas entidades, nas questões para os encaminhamentos dos problemas da estiagem. Então, isso era importante para nós termos uma pauta guarda-chuva.

E quero dizer que o grande problema está em nós mesmos – em nós mesmos, Senador –, através dos trabalhos que nós realizamos em todas as esferas, seja desde as questões dos municípios, do estado e da própria União. Se nós olharmos as dificuldades que vão ser decorrentes da própria estiagem, os municípios terão impacto significativo.

Esses valores que o Presidente Gedeão passou para o impacto direto no homem do campo terão reflexo em cadeia, direto e indireto, nas nossas cidades. Na estrutura econômica do Rio Grande do Sul, 90% ou mais dos municípios gaúchos têm, na sua matriz econômica, a agricultura, a pecuária, a criação de animais e a produção de grãos como sustentação, e essa dependência que nós possuímos auxilia em muito na questão do PIB do país. E o olhar tem que ser direcionado de uma forma diferenciada. Parece que nós estamos mendigando para sustentar a economia do país, para sustentar o alimento na mesa do cidadão. E vemos agora também o desafio nosso, como legisladores, como executivos, no sentido também de tirar da frente as burocracias de legislações criadas por nós mesmos.

Nos momentos mais difíceis que nós passamos, dentro de um cenário que nós estamos vivendo, nós vemos que as legislações acabam emperrando, e todos nós precisamos descer para a realidade posta, seja o Judiciário, seja o Executivo, seja o Legislativo, as entidades, o produtor. Nós temos é que colocar o pé no chão e ver a realidade. Não adianta a gente pegar e dizer que o PIB do país cresceu, que o PIB do estado também está crescendo, se no ano que vem a queda vai ser abrupta e significativa. Como é que nós vamos sustentar inúmeras famílias? Há as questões da reservação de água, da discussão do próprio Código Florestal, do bioma Pampa e da Mata Atlântica preservados. Avançamos e avançamos significativamente nessas pautas, mas mais nada do que o humanitário alimento na mesa do cidadão. E, de cada cinco pratos que nós possuímos, consumidos no mundo, um é da produção do nosso país.

Então tem de haver uma sensibilidade, todos nós precisamos nos despir das nossas vaidades, para a gente levantar uma grande discussão dos avanços, principalmente nos estruturantes, porque a estiagem sempre vai ser cíclica no nosso estado, em vários estados do Brasil – Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso –, e depende do desafio de cada um de nós.

E aqui é o Ministério da Agricultura, estivemos juntos na Expodireto, na qual tivemos uma importante reunião, Senador Lasier, junto com a Ministra Tereza Cristina. Os anúncios dessa reunião nós estamos aguardando em relação àquelas questões. Acho que o PLN vai à votação hoje, está na pauta o nº 32, não é, Guilherme? Em que pese haver muitos vetos para serem apreciados, a gente aguarda com expectativa. Da mesma forma a medida provisória, de que a expectativa já era para segunda ou terça-feira, hoje já nós estamos na quinta e não foi editada. Também estamos numa mobilização em relação àqueles mais de R\$650 milhões para este esse ano em relação à prorrogação de custeios e financiamentos.

Então, estamos também... Encaminhamos à bancada gaúcha, Senador Lasier, o convite para hoje também. Passaremos o *link* para uma reunião às 10h da manhã, aqui na entidade, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Famurs, já com mais de 150 municípios confirmados presencialmente. Porque ter, no Estado do Rio Grande do Sul – onde nós temos 497 municípios –, 424 com decreto de situação de emergência, alguém tem que ter um olhar diferenciado, alguém precisa fazer a sua parte, como nós estamos fazendo com as entidades de uma forma muito respeitosa, para a gente ver os avanços que nós precisamos realizar.

E o desafio vai aí: nós precisamos discutir as medidas emergenciais que estamos conduzindo. Nós estamos mobilizados para dar força ao Parlamento, tanto do Congresso como do Senado e como daqui da Assembleia Legislativa. Os municípios estão coesos com as entidades e nós precisamos urgentemente colocar a pauta na mesa das medidas estruturantes, e as principais passam pelas burocracias que as legislações ambientais trouxeram.

O Estado do Rio Grande do Sul, com certeza, é um dos que mais preservam as questões ambientais, e ninguém – ninguém – está aqui para fazer um posicionamento de trazer danos ambientais. Nós queremos é produzir grãos, criar animais e, de uma forma humanitária, colocar o alimento na mesa do cidadão.

Então, seria essa a minha manifestação. Estamos aqui para somar as forças.

E quero agradecer, Senador, pela oportunidade. Que a Ministra Tereza Cristina e o Presidente Bolsonaro tenham esse olhar diferenciado. A gente aguarda, nas próximas horas ou nos próximos dias, que essas medidas, efetivamente, saiam do papel e se tornem realidade. E a mobilização junto de todos, para que essas medidas estruturantes o quanto antes sejam discutidas. Senão, acaba a estiagem, isso aí fica para trás e, daqui a um, dois anos, nós estaremos discutindo aqui as mesmas situações que nós estamos falando neste momento.

Um grande abraço a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O agradecimento é nosso, Presidente da Famurs, Eduardo Bonotto. Nós é que agradecemos muito a sua participação. E a sua última frase é emblemática: devemos procurar soluções para que, no ano que vem, não estejamos aqui analisando e lamentando as mesmas perdas deste ano.

E anotei também uma outra frase sua muito emblemática, Prefeito Bonotto, Presidente da Famurs, líder dos municípios do Rio Grande do Sul, quando disse bem o senhor que 424 municípios tiveram de emitir decreto de emergência. Disse o senhor, a certa altura: "Parece que estamos mendigando para poder, para poder produzir alimentos". Essa frase eu quero transferir para mais tarde aos senhores representantes que nos honram aqui do Ministério Público Federal e do Ministério da Agricultura.

Quero anunciar agora a participação do Vice-Presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), Eugênio Edevino Zanetti, que, aliás, me inspirou a requerer a realização desta audiência pública.

No forte da estiagem, Zanetti esteve em meu gabinete aqui no Senado, expôs a gravidade da situação e sugeriu que fizéssemos uma audiência pública, o que foi prontamente proposto, e só por falta de data não foi realizada essa audiência antes, mas ainda em tempo está sendo realizada, de modo que eu agradeço a sugestão dada lá atrás, bem lá atrás, pelo Vice-Presidente da Fetag.

O senhor tem a palavra, Eugênio Edevino Zanetti.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EUGÊNIO EDEVINO ZANETTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Lasier Martins; bom dia, demais companheiros de sala. Eu queria cumprimentar também o Gedeão Pereira, Presidente da Farsul; o Presidente da Famurs, Eduardo Bonotto – também o meu cordial bom-dia –; cumprimentar também o Guilherme, do MAPA, com quem a gente tem conversado seguidamente e tem se empenhado para encontrar soluções – infelizmente, estamos aí na expectativa dos anúncios; espero que, na fala dele, ele tenha novidades –; cumprimentar também o Luiz Oliveira, representante do Ministério Público Federal; o Senador Esperidião Amin, do estado de Santa Catarina, que vive uma situação parecida com essa do Rio Grande do Sul. E, se me permite, Senador Lasier, eu gostaria de ilustrar minha fala compartilhando a tela aqui. Eu tenho uma pequena apresentação.

Não sei se é possível aqui, o equipamento está dizendo que não. Mas, se não, não há problema. Eu posso simplesmente falar então da situação do estado, muito bem já colocada aqui tanto pelo Gedeão, da Farsul, como pelo Eduardo Bonotto, do cenário atual aqui do Rio Grande do Sul, as perdas irreparáveis que a gente tem até agora, nas mais diversas regiões do estado. Algumas pequenas regiões estão ainda com uma situação um pouco melhor, a faixa litorânea, um pouco em direção à região sul ali, mas é muito pequena para comparar com o tamanho do Estado do Rio Grande do Sul, e, como já foi dito aqui, 424 municípios já decretaram situação de emergência, segundo a própria Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sr. Zanetti, a minha assessoria aqui, o Secretário da Comissão está me dizendo que o senhor pode apresentar a sua tela aí, fazer a descrição. Por favor.

O SR. EUGÊNIO EDEVINO ZANETTI (*Por videoconferência.*) – Ah, o.k. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Fique à vontade. (*Pausa.*)

O SR. EUGÊNIO EDEVINO ZANETTI (*Por videoconferência.*) – Conseguem ver?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Agora sim. Pode seguir.

O SR. EUGÊNIO EDEVINO ZANETTI (*Por videoconferência.*) – Colocando aqui a questão das perdas, fazendo algumas imagens de lavouras atingidas por essa estiagem, aqui na região de Santo Ângelo e Santa Rosa... Aliás, ainda lá no mês de janeiro, a Ministra Tereza Cristina esteve visitando a região de Santo Ângelo, o município Santo Ângelo, com toda a equipe do Ministério da Agricultura, Ministério da Economia, Banco Central, Embrapa, enfim, uma equipe muito qualificada que esteve vivenciando lá, identificando esses problemas ainda lá atrás.

Aqui na região de Bento Gonçalves, a safra da uva teve uma estimativa de perda em torno de 30% e pode chegar a 40% de perda em relação à estiagem, e olhem que a cultura da videira – eu falo como viticultor – é uma cultura extremamente resistente às estiagens. O bom disso é que pelo menos teremos vinhos de excelente qualidade neste ano.

A região de Frederico Westphalen também, olhem, muito prejudicada pela estiagem.

Aqui, a região de Selbach e Quinze de Novembro... O Presidente do Sindicato de Alto Alegre fez a colheita dele ontem. De 13 hectares, ele colheu 29 sacos de soja, o que não paga nem o diesel da colheitadeira, para se ver a situação.

Na região do extremo norte do Rio Grande do Sul, lá de Ametista, Planalto também, uma região onde a fruticultura também é bem desenvolvida, a produção de cidras foi muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejudicada, e aqui não é só a safra deste ano; fica comprometida a safra do próximo ano também. Na região central de Pinhal Grande, também não é diferente.

E eu quero dizer que, nos últimos dias, têm ocorrido chuvas até significativas em algumas regiões, mas a seca, infelizmente, não vai terminar agora que começou a chuva. Os reflexos vão ser sentidos por muito tempo ainda, e as perdas já são irreversíveis.

Aqui há alguns dados: são 256 mil propriedades atingidas pela estiagem, segundo a Emater; 425 mil municípios com decreto de emergência, segundo a Defesa Civil; 115 bilhões a menos – são os dados do nosso ilustre economista chefe da Farsul, o nosso amigo cujo nome me fugiu agora, mas que fez o levantamento que reflete uma queda de 8% do PIB do Rio Grande do Sul.

Aqui há alguns dados da Emater do Rio Grande do Sul. Segundo a Fecoagro, as perdas chegam a 75%.

Mas eu quero falar aqui um pouco dos dados da Emater lançados na Expodireto: são 52,1% de soja, 55% de milho, 36% de feijão primeira safra... Enfim, as perdas são irreparáveis. Há muitos municípios do Estado do Rio Grande do Sul com perdas próximas, muito próximas a 100%, o que quer dizer que não vamos ter safra.

Alto custo de produção para o produtor. Todos os insumos, o óleo diesel, enfim, os adubos estão dolarizados. Nós estamos com o custo de produção em dólar, e o produtor recebendo em real, então, a conta não fecha. Esses efeitos são sentidos não somente pelos agricultores, mas os reflexos já estão na prateleira do supermercado onde há um pé de alface com não mais do que quatro ou cinco folhinhas sendo vendido a R\$5. Então, os reflexos serão sentidos muito severamente.

A guerra da Ucrânia também, apesar de não ser o cenário da seca, vem agravando a questão do preço dos fertilizantes e dos combustíveis.

E o que a Fetag e as outras entidades vêm pedindo ao Governo Federal? O que a gente espera, sinceramente, Dr. Guilherme, do MAPA? Que esses anúncios venham ainda hoje, mais tardar amanhã, sobre a questão do bônus de adimplência para o custeio pecuário. Aos agricultores que estão com isso já vencendo – o de muitos já venceu, e eles não têm condições de pagar –, que tenham pelo menos 50% da sua parcela, um desconto, um rebate de pelo menos 50% naquelas operações que não estão amparadas pelo seguro ou pelo Proagro; e no Pronaf investimento também, na parcela deste ano, que tenham um desconto de pelo menos 50%.

Precisamos de um crédito emergencial na modalidade investimento de pelo menos R\$80 mil para as famílias poderem passar esse período difícil, porque muitas delas não terão renda neste ano; equalizar a prorrogação das operações do custeio nas lavouras de verão e do custeio pecuário para dez anos com até dois anos de carência, porque, mesmo tendo um rebate de 50%, muitas famílias não tiveram safra e não terão como arcar com seus compromissos. Por isso, é preciso haver um parcelamento dessa dívida com o juro equalizado; criar uma linha de crédito especial também para as cooperativas. Muitos de nossos agricultores não acessaram o crédito oficial e fizeram o sistema de troca diretamente com as cooperativas em troca dos insumos. Então, adquiriram os insumos para pagar com a produção, e, como não haverá produção, as próprias cooperativas terão essa dificuldade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão dos decretos de emergência, por ocorrência da seca. Que seja analisado com cautela e que sejam contemplados todos os municípios com decreto de emergência já homologados não pela União, porque sempre há uma demora ali, um *delay* de vários dias... Então, desde que seja reconhecido pelos estados, que essa resolução possa contemplar. E o que pedimos também ao MAPA, para a Ministra Tereza Cristina no sentido de que pudesse haver um subsídio de pelo menos 30% para o Milho Balcão para o pecuarista familiar.

Eu tenho dito que os produtores de leite estão enfrentando três estiagens: a estiagem do baixo preço pago ao produtor, a estiagem da falta de alimentos para dar para o gado – não tem como fazer silagem para o gado; estão com dificuldade de alimentação para esse gado, dificuldade até de dessedentação animal por falta de água –, e a estiagem também da alta do custo de produção. Então, a gente precisa de um subsídio de 20%, 30%, porque a R\$100 a saca de milho, mesmo no Milho Balcão, fica inviável para o pecuarista familiar fazer aquisição desse nível.

A questão do armazenamento de água, muito bem falada pelo Gedeão Pereira: a gente precisa fazer reservação de água. No Estado do Rio Grande do Sul não falta chuva; ela é mal distribuída em algumas épocas do ano. Então, a gente precisa ter esse entendimento de poder fazer reservação de água em parte da APP. E nós temos o entendimento de que não é fazendo pequenas reserwações em parte da APP que a gente vai degradar o meio ambiente; muito pelo contrário, vai melhorar a condição daquele ambiente ali, e principalmente vai permitir a reservação de água. A Fetag esteve reunida com o Ministério Público Estadual, no dia 23 de fevereiro, junto com outras entidades, e chegamos ao entendimento de que a própria Lei 12.651, que é o novo Código Florestal Brasileiro, já permite. Então, precisa consolidar esse entendimento com o Ministério Público na questão da reservação de água e preservação permanente em área rural consolidada. Então, é perfeitamente regularizável e autorizável na pequena propriedade. Nas Áreas de Preservação Permanente de área consolidada, é possível licenciamento ambiental ou autorização para construção desses reservatórios. E também é possível a reservação de água em APP na hipótese de exploração florestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar, desde que não descaracterize a cobertura florestal existente, assim considerada como atividade de baixo impacto ambiental. Então, a gente precisa consolidar esse entendimento para que o agricultor familiar, especialmente o pequeno produtor possa fazer a reservação de água para depois pensar em algum sistema de irrigação.

E o que a gente pede aqui aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores, aqui o Lasier e também o Senador Esperidião Amin? Agilidade na votação do PLN 1, para recompor os recursos do crédito rural, e também remanejamento de parte dos recursos da emenda do Relator, aqueles 16,5 bilhões, que possam ser entendidos como fundamental ali para recuperar o crédito.

Pode descompartilhar a tela ali, por favor.

Eu estou terminando. Só algumas considerações finais.

A gente precisa urgentemente desses anúncios por parte do Governo Federal para que a gente possa avançar nessa pauta, e a gente está extremamente preocupado também com o próximo Plano Safra. Se a gente já está com toda essa dificuldade no crédito rural, com a falta de recursos, com um rombo de 2,9 bilhões recomposto no dia 22 de fevereiro, agora se precisa recompor para tapar esse rombo, e precisa-se de mais recursos ali tanto para o crédito rural,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para recuperar os custos e os investimentos... Porque se há uma coisa em que o agricultor não desanima é em estar sempre preocupado em colocar semente na terra. E, agora, a gente está com a estimativa de a safra de inverno ser positiva. Então, a gente precisa de crédito para fazer a próxima safra de inverno e também de crédito para que o agricultor possa fazer a próxima safra, possa fazer o seguro rural. Precisa-se também melhorar a questão do Proagro, do Proagro Mais, porque não há mais como o agricultor ficar sem um tipo de securitização das suas lavouras. Então, a gente precisa avançar em todo o sistema.

Muito obrigado ao Senador Lasier Martins por ter acolhido o pedido da Fetag para esta audiência pública. E nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos e também para a construção sempre de uma melhor agricultura para todo o Rio Grande do Sul e também para o nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O agradecimento é nosso, Presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), Eugênio Zanetti, que foi quem, lá bem atrás, quando estávamos no forte da estiagem, pediu esta audiência pública, que nós requeremos como membro titular desta Comissão de Agricultura do Senado Federal.

O senhor agora pode descompartilhar a tela aí no seu local de trabalho, Zanetti, por gentileza.

Bom, nós ouvimos, até agora, os representantes dos prejudicados: a Farsul, a Famurs, a Fetag. Logo adiante, nós vamos ouvir aqueles para os quais nós pedimos soluções. Nós focamos muito, até agora, nesse tema para o Rio Grande do Sul, mas é evidente que ele é extensivo a todo o sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul. E é por isso que vamos ouvir também, agora, o pronunciamento do nosso brilhante colega Esperidião Amin, Senador por Santa Catarina, cujo estado vem sofrendo prejuízos. Ele pede a palavra, e, com muita satisfação, eu quero oferecê-la.

Enquanto isso, eu quero dizer que estamos sendo acompanhados, em várias partes do Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Me permita só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Eu sei. Já estava vendo aqui a sua simpática... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu pensei que o senhor achasse que a minha pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – ... seria mais simpática do que a minha fotografia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu pensei até o dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não, o senhor é retido e reconhecido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu não sei se o senhor está atendendo o meu pedido para falar...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim, estou anunciando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Eu quero ser muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Só me permita dizer aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – ... o senhor vai falar em seguida.

Acabei de dizer que nós ouvimos até agora aqueles que manifestam os prejuízos, mas falta Santa Catarina. Por isso, o senhor vai falar em nome de Santa Catarina e pela experiência que o senhor tem como homem público de tantos anos, como Prefeito, como Governador, como Deputado Federal, como Senador. Conhecemos bem a sua bela biografia.

Estamos sendo ouvidos e acompanhados em várias partes pelo nosso *site* e-Cidadania.

Por exemplo, Rayane Reis, do Rio de Janeiro, pergunta: "O que tem sido feito para ajudar os produtores de áreas rurais para que não ocorram grandes perdas em suas plantações?". É o que estamos procurando responder aqui, Rayane.

Emelly Fernanda, do Sergipe: "Quais medidas podem ser feitas para sanar este problema?".

Marcus Abreu, do Rio de Janeiro: "Devido à grande falta de chuvas [no Rio Grande do Sul] haveria uma possibilidade de implantação de poços artesianos para suprir essa estiagem?". É o que se tem procurado.

Ana Beatriz, do Rio de Janeiro: "Essa estiagem pode influenciar no aumento dos produtos nos supermercados?". Já vem acontecendo, Sra. Ana Beatriz.

Lucas Sansaloni, de São Paulo: "Há alguma estimativa de perdas em termos do PIB do estado?". Sim.

João Luiz, do Rio de Janeiro: "Qual é o percentual de perda das culturas agrícolas do RS?"

Depois podemos apresentar outras manifestações daqueles que nos acompanham pela TV Senado nesta audiência pública da Comissão de Agricultura sobre a estiagem no Sul do Brasil.

Com muito prazer, o senhor tem a palavra, eminente Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Para discursar. Por videoconferência.*) – Vou tentar ser o mais conciso possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acompanhei boa parte das apresentações. Fico muito triste quando a gente assiste à projeção em números das perdas de cada cultura e, portanto, de cada parte do trabalho do agricultor.

Queria fazer dois comentários. Primeiro, eu defendo que os quatros estados – Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – que vêm enfrentando a estiagem ... Isso não é seca; nós não temos seca. Seca seria, se durante um período de 12 meses, nós tivéssemos uma redução dramática do volume de chuvas do período. Não, o que nós temos tido... Dessa parte o diabo sabe um pouco mais porque é velho. Eu convivo com isso desde 1983, 1984, com as inundações e, em 1985, com estiagem, quando eu era Governador. A estiagem está ficando cada vez mais frequente, está ficando, às vezes, bianual e não bienal, ou seja, duas vezes por ano e mais prolongada. Ou seja, a estiagem está se tornando recorrente, frequente e prolongada. Então, aquilo que se iniciou nas décadas de 70 e 80 com os programas de poços e de açudes e o que nós temos que fazer agora têm um foco só: conservar, reservar a água. Como? Do jeito que pode, e isso foi relatado aqui. Por isso, eu defendo que os quatro estados que têm... Não posso dizer igual situação, mas o fenômeno é o mesmo, o fenômeno climático é o mesmo. Que adotemos como grande objetivo ter uma emenda regional que permita a continuidade do programa de conservação do solo.

Isso vem desde os programas de microbacias. O Rio Grande foi pioneiro nisso; nós copiamos de Marau e fizemos o primeiro programa de microbacias em 1985. Naquela época... Naquela época, o Turra, como Prefeito de Marau, já tinha feito um programa pioneiro. Então, desde a conservação do solo e da mata à reposição de mata ciliar, é um programa muito amplo – e isso foi descrito aqui. Isso exige recursos todos os anos. Nós não vamos resolver isso emergencialmente. Então, conservação da água, porque, graças a Deus, nós temos a chuva... E, às vezes, é chuva demais, como eu já enfrentei como Governador e como cidadão.

Então, o que eu quero trazer, como primeira sugestão, para que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Lasier, bote como objetivo nº 1, é uma dotação anual para o programa de conservação da água e do solo nos quatro estados do sul e, depois, algumas informações.

Primeiro, o Estado de Santa Catarina, no ano passado, investiu R\$150 milhões de recursos do Governo do Estado no seu programa estadual de conservação de água, incluindo perfuração. E perfuração tem que ser tratada com muito cuidado do ponto de vista ambiental, todos sabem disso.

A nossa expectativa... Na semana retrasada, nós estivemos com a Ministra Tereza Cristina, e depois a Deputada Angela Amin, que é a coordenadora da nossa bancada estadual, esteve acompanhada de Parlamentares do Rio Grande, do Paraná, do Senador Nelsinho Trad e do Senador Heinze, que estiveram com a Ministra. Espera-se que hoje saia do forno lá do Ministério da Economia um PLN, Senador Lasier, no valor de R\$1,675 bilhão – R\$1,6 bilhão – para permitir a execução desse programa, digamos, regional, abrangendo os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande.

Ontem ainda, discutimos esse assunto na Comissão Mista de Orçamento, com a Senadora Rose de Freitas – isso foi às 2h da tarde de ontem – e estamos aguardando a chegada desse projeto, que, se tudo correr bem, será apreciado junto com o PLN 1, que já está tramitando no Congresso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentá-lo, Senador Lasier, por presidir esta sessão.

O Rio Grande do Sul vive de maneira muito assemelhada a Santa Catarina esse drama. Nós somos estados caracterizados por pequenas propriedades e, por isso, é um microcosmo de conservação que tem que ser produzido com tipos de medidas de acordo com a cultura predominante naquelas pequenas propriedades de uma microrregião. Por exemplo, se é gado leiteiro, você tem que ter água para alimentar o rebanho – e não é pouco; se você tem uma cultura de milho ou de feijão, é outro procedimento de conservação.

Eu queria me colocar à disposição para compartilhar as experiências e para procurar uma solução que abranja, digamos, essa mesorregião brasileira, que guarda uma semelhança na aflição que vive hoje em matéria de estiagem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O agradecimento é daqui da nossa parte, Senador Esperidião Amin, porque V. Exa. reforça, valoriza essa audiência pública com sua vasta experiência, com o seu conhecimento, com as suas sugestões, integrante que é também desta Comissão de Agricultura.

Agora nós vamos ouvir o Presidente de uma instituição que se fez presente lá na Expodireto, nos chamou a atenção, também recebeu algumas críticas veladas e que serão respondidas agora, críticas do nosso Gedeão Pereira, Presidente da Farsul, que é o Sr. Luiz Oliveira, criador e Presidente do Instituto Espinhaço, um instituto de consultoria, de pesquisa e de orientação nesta área agrícola.

O senhor tem a palavra, Sr. Luiz Oliveira.

Bom dia.

O SR. LUIZ CLAUDIO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Lasier Martins.

Quero agradecer pelo gentil convite para estar presente aqui nesse momento tão importante não só para o Rio Grande do Sul, mas também para a Região Sul do Brasil e para o nosso país, tendo em vista a agenda significativa, especialmente do agronegócio e da tragédia que se abate em relação aos efeitos dessa estiagem nessa região.

Quero cumprimentar o nosso Senador de Santa Catarina, Esperidião Amin. Senador, suas palavras ecoaram com muita coerência aqui para mim. Quero cumprimentar o Guilherme do MAPA, o Luiz Lima do MPF, o Eugênio Zanetti, da Fetag, o Eduardo Bonotto, da Famurs, e o Gedeão, da Farsul.

Eu tive a oportunidade muito recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Quero acrescentar também, com a sua permissão, que o Senador Luiz do Carmo, do Estado de Goiás, está nos acompanhando e é também de uma área atingida pela estiagem.

Por favor, prossiga.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Muito bom.

Eu estive recentemente, Senador Lasier, com todas as federações de agricultura do Rio Grande do Sul, fiz uma reunião também muito produtiva com o Ministério Público estadual, depois com o Senador Heinze e muitas outras pessoas que estão preocupadas com a situação gravíssima que se abate em relação ao Rio Grande do Sul.

Eu tenho algumas questões para poder fazer aqui de apontamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de, se puderem, por favor, me permitirem liberar aqui a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito.

Está liberada, pode continuar.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Ainda não, ainda não está.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não, já está sim.

Tente de novo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Agora sim, agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O.k.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está sendo possível? Está vendo?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim, estamos vendo bem, pode continuar.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Eu vou tentar ser o mais rápido aqui e efetivo possível.

Eu presido essa organização que se chama Instituto Espinhaço.

O Instituto Espinhaço é uma instituição que trabalha para o desenvolvimento humano no Brasil. Nós estamos presentes em 11 estados em nosso país e em 12 outros países. O instituto é uma organização sem finalidade lucrativa, não somos uma instituição de meio ambiente, somos uma instituição de desenvolvimento, que inclui, por certo, a agenda ambiental, assim como a agenda de desenvolvimento social, a cultura e outras possibilidades.

O instituto hoje é um dos grandes *players* da agenda de revitalização de bacias hidrográficas no Brasil, coordenando grandes iniciativas. Para que se tenha uma ideia, isso é um pouco dentro desta pauta que tem uma sinergia com que o Senador está colocando, a agenda de água, floresta, agricultura e clima. Esses são os projetos que o Instituto Espinhaço criou e coordena hoje no país. São várias iniciativas, pequenas e grandes iniciativas, mas que têm uma sinergia muito forte com isso que nós estamos tratando aqui.

Quero fazer um destaque: o Governo Federal criou uma plataforma muito inteligente chamada Águas Brasileiras. E, dentro do Águas Brasileiras, nós temos, no Instituto Espinhaço, quatro grandes projetos aprovados em curso no país. Eu estou destacando o Águas Brasileiras, porque eu acho que é uma inteligência operativa que deve ser conduzida e implementada também em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Ministério da Agricultura é parte desse arranjo no Governo Federal. São cinco instituições do Governo Federal que coordenam essa agenda. E, dentro do Águas Brasileiras, nós temos... Eu quero fazer um destaque para poder caminhar para uma perspectiva que o Senador colocou de solução. Por exemplo, no Águas Brasileiras, nós temos o Juntos pelo Araguaia, que é um programa que foi buscado, implementado pelo Governador Ronaldo Caiado e pelo Governador Mauro Mendes, do Mato Grosso, são dois estados. O Instituto Espinhaço criou a agenda do Juntos pelo Araguaia, no ano de 2019, quando nós lançamos o Juntos pelo Araguaia lá no Estado de Goiás, com a presença do Presidente Jair Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Juntos pelo Araguaia tem uma área de abrangência de 5,5 milhões de hectares, ele beneficia 6 milhões de pessoas diretamente e 12 milhões indiretamente. O Araguaia é o rio não só da alma dos goianos e dos mato-grossenses, mas também estratégico para a produção do agronegócio. Nós estamos implementando esse projeto lá em Goiás com a iniciativa privada, sem recursos públicos, e isso é inovação. Você tem governança pública por meio do Águas Brasileiras e tem a iniciativa privada apoiando os produtores rurais e o terceiro setor implementando esse exemplar programa.

Um outro programa que eu destaco aqui, para finalizar em termos de exemplo, é o que nós temos chamado Semeando Florestas, Colhendo Águas, esse aqui no Estado de Minas Gerais. Minas Gerais tem mais de 300 municípios em situação de emergência com água. Esse aqui é um projeto que nós criamos e que está sendo implementado no Estado de Minas Gerais, é o maior projeto do estado sem dinheiro público, presente em 111 municípios, quase 5 milhões de hectares, hoje trabalhando em mais de quase duas mil propriedades, 1.950 propriedades rurais de produtores que estão sendo beneficiados. Aqui há o mapa com o número dos municípios. É uma região enorme que vem recebendo esse projeto que tem um parceiro financiador alemão, é um recurso 100% privado que nós captamos.

Eu quero aqui então, Senador Lasier Martins, colocar... Eu não vou aqui, nesse caso, me ater ao fato de 8% da queda do PIB ou de uma perda média de 70% da produção ou de 256 mil propriedades afetadas pela tragédia da estiagem recorrente no Rio Grande do Sul. Eu quero aqui trazer para inflexão de todos os presentes que a situação climática, ainda que alguns advoguem uma tese ou outra, o que importa é entender o seguinte: o aumento da probabilidade de secas, de acordo com os dados globais, foi de 40% em meados do século XXI. Isso resulta em um aumento de aproximadamente nove vezes na exposição da população agrícola e humana a secas concomitantes, como disse o Senador Esperidião Amin. As projeções dos pesquisadores mostram que quase 75% das secas compostas no futuro coincidirão com períodos irregulares mais recorrentes de variação climática nos oceanos do mundo. Secas alimentadas pelo fenômeno El Niño que ocorreram simultaneamente na Ásia, Brasil e África, durante 1876 e 1878, levaram a quebras de safras sincronizadas seguidas por fomes que mataram 50 milhões de pessoas. Os alimentos produzidos no Rio Grande do Sul e no Brasil estão suscetíveis aos riscos climáticos e é necessário promover maior resiliência às estiagens recorrentes. Secas concomitantes afetarão vários aspectos da rede global de alimentos, como as comunidades vulneráveis são afetadas e devem se adaptar a esses eventos climáticos e desastres simultâneos.

Bom, a crise no Rio Grande do Sul. O Gedeão bem colocou, ele disse que se lembrou da seca de 1942, de que o pai lhe contou quando ele estava em 1948, com seis anos de idade, e ele tem razão. A seca é recorrente e sempre haverá. A grande questão aqui, Senador Lasier Martins e amigos, a grande questão é que não se trata aqui de evitar a seca ou evitar a estiagem, melhor dizendo. A grande questão, aqui, do que se trata para o Rio Grande do Sul, é de melhorar, ampliar e promover resiliência dos territórios para suportarem as estiagens. Ninguém vai resolver o problema de estiagem, mas podemos, de alguma maneira, com uma ação colaborativa, cooperativa, integrada e de médio e longo prazo criar uma estratégia de governança territorial, a governança dos territórios hídricos da região do Rio Grande do Sul, para que se possa efetivamente garantir essa resiliência hídrica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à situação do Rio Grande do Sul, cantada em verso e prosa – e eu não vou aqui adentrar nesse aspecto em relação à crise –, eu quero aqui chamar atenção para alguns aspectos, sobretudo índice de resiliência da segurança hídrica do estado. Ainda que haja água no Rio Grande do Sul – e eu não estou discutindo aqui a existência da água; estou discutindo aqui a resiliência hídrica, isso é uma outra agenda, um outro ponto –, é muito importante que se possa, na medida em que o Rio Grande do Sul tenha no seu DNA e na importância da economia a agenda agrícola, é muito importante que se possa promover a resiliência hídrica desses territórios. Ninguém produz água plantando árvores, é importante dizer; água é fruto de uma governança inteligente dos territórios. É necessário, como disse o Senador Esperidião Amin, fazer ações de conservação de solo e água; é necessário refazer a recomposição não apenas de áreas de APP, mas, sobretudo e especialmente, de áreas de recarga hídrica.

Eu ouço, aqui e acolá, as pessoas, quando naturalmente veem o fenômeno da ausência e da escassez hídrica, as pessoas falarem: "Ah, vamos buscar água subterrânea, já que não há água superficial". Ora, o ciclo hidrológico é uma equação matemática: a água que está no subsolo veio do solo, que veio do ar. Ela cai na chuva, penetra no solo e vai para os lençóis e aquíferos. Se nós temos um solo que não está propício ao ingresso de água no subterrâneo, nós não teremos água no subterrâneo. Ainda que possamos ter um lençol, como, por exemplo, o Guarani, que é muito profundo, para outros que são aquíferos mais superficiais quanto tempo isso durará? "Ah, não temos água para uma eternidade!" Não, há um ciclo, e esse ciclo deve ser revitalizado, promovido pelos produtores rurais, que, na visão do Instituto Espinhaço... Eu quero aqui destacar: eu sou neto de produtor rural e filho de produtor rural, conheço bem essa realidade do mundo rural e sei a importância de o Brasil e os produtores se adequarem aos novos cenários não apenas climáticos, mas os novos cenários da economia global, os novos cenários da diplomacia ambiental internacional. O Brasil não é uma ilha; o Brasil é um país celeiro do mundo. Cabe ao Brasil a grande tarefa de alimentar o planeta, mas nós não iremos alimentar o planeta sem transformarmos a nossa percepção, o nosso modelo mental.

Aqui é um mapa do balanço hídrico quantitativo do Rio Grande do Sul. Se nós analisarmos os dados... Isto aqui são dados da Agência Nacional de Águas, aqui há outros dados do IBGE, mapa de uso e ocupação do solo no Rio Grande do Sul. Bem disse o Gedeão: o Rio Grande do Sul é um estado que tem o seu território bastante antropizado. Isso é bom por um lado, porque significa que há perspectivas, potencial produtivo, mas significa, por outro, que há uma necessidade de um olhar e de uma observação inteligente dos potenciais que os territórios podem ofertar e oferecer. O Rio Grande do Sul – bem disse, se não me engano, o Eugênio, da Fetag – foi a pátria do agronegócio brasileiro. Portanto, talvez caiba ao Rio Grande do Sul também agora, neste momento, ofertar soluções para que outros estados que ainda não passam pelo que o Rio Grande do Sul está passando possam vir a ter maior condição de enfrentamentos dessas circunstâncias.

O mapa a que o Gedeão se referiu é este mapa. Eu quero destacar, Gedeão, primeiro o meu reconhecimento, o meu apoio, a minha dedicação a esse trabalho de pesquisa e de estudo que a equipe do Instituto Espinhaço faz. Os dados que nós estamos apresentando são dados que nós elaboramos a partir de informações oficiais públicas: IBGE, Agência Nacional de Águas e Serviço Florestal Brasileiro. Esse dado mostra, por exemplo, o déficit de áreas de APP a se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recompor no Rio Grande do Sul, de acordo com as informações prestadas pelos produtores rurais no Cadastro Ambiental Rural.

Ainda que as informações possam ter divergência, em razão da incoerência de informações prestadas, e não na incoerência do Instituto Espinhaço, é muito importante que se tenha clareza de uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O senhor permite uma rápida intervenção na sua fala, Sr. Luiz?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Pois não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – É exatamente sobre o que disse o Sr. Gedeão Pereira com relação à crítica do Presidente da Farsul às APPs, que têm dificultado a expansão da construção dos açudes, das cisternas e tal. E, uma vez que nós não temos aqui hoje – o que, aliás, lastimamos; nós convidamos, mas declinou de comparecer – o Ministério do Meio Ambiente, e o senhor ainda não tangenciou essas exigências e condições do Ministério do Meio Ambiente. Então, objetivamente, eu gostaria de que o senhor nos dissesse: o que fazer diante das restrições das APPs, que é o que tem agravado e causado tantas queixas, cobranças dos produtores rurais do Rio Grande do Sul? Sua posição com relação às APPs.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Senador, eu penso que essa narrativa em relação ao uso das APPs e essa queda de braço que existe, a primeira coisa que eu gostaria de dizer é que ninguém vai conseguir uma solução para o Rio Grande do Sul ou para qualquer território advogando teses de trincheira, de nenhum lado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Teses de quê?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – De trincheira, de trincheira!

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Porque ficamos, de um lado, uns dizendo que o outro é o culpado; o outro diz que o outro é o culpado. E acho que o que importa aqui é nós criarmos uma ação propositiva, uma ação integrada. Eu tenho convicção de que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul percebe a importância de criar soluções. Eu não tenho dúvida disso! Acho que o uso da APP é perfeitamente viável. É claro que isso não pode ser uma panaceia, porque isso não resolverá o problema da seca na sua inteireza, como também não será resolvido criando a política de uso indiscriminado de águas subterrâneas.

É preciso, Senador Lasier, haver uma conjuntura de esforços cooperativos e integrados. Quanto à lógica da APP, os produtores têm, em certa medida, óbvio, razão. Agora, é preciso criar um instrumento que, ao invés de ofertar solução num curto prazo, crie um problema a médio e longo prazo. Talvez esse seja o zelo e o cuidado para essa agenda.

Eu quero, para avançar para o caminho da proposição que o senhor pediu, fazer aqui uma leitura, por exemplo, da fronteira oeste e Região das Missões: índice de resiliência dessas regiões, balanço hídrico dessas regiões e o déficit de APP dessas regiões. Por que eu disse isso aqui? Porque nós idealizamos, a partir de um diálogo com os produtores rurais do Rio Grande do Sul, com o Ministério Público, com o governo do Estado do Rio Grande do Sul e com o Senador Heinze, nós iniciamos uma ideia, um programa chamado Pró-Águas Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A perspectiva desse programa não é ficar plantando árvores; a perspectiva desse programa é criar inovações no território do Rio Grande do Sul para promover a resiliência e a segurança hídrica, sem mágica e sem acusações simultâneas. E, na verdade, a ideia é fazer um programa que tenha a integração dos esforços de todos os atores.

Veja, os municípios têm um papel preponderante nisso, o Governo do estado tem um papel preponderante, o Governo Federal, e a Ministra Tereza Cristina, o Ministro Rogério Marinho, o Ministro Joaquim Leite são pessoas que estão preocupadas com uma série de circunstâncias. E eu penso que é importante integrá-las numa iniciativa em conjunto com os produtores, com o Ministério Público, para que nós possamos, efetivamente, criar o que nós estamos chamando de Agendas Estratégicas para o Rio Grande do Sul.

Na visão do Instituto Espinhaço, o importante é oferecer modelagens e ações que sejam replicáveis, integradas e que possam estruturar um programa de estado, e não um programa de governo. O problema do nosso país – o senhor bem sabe, como político experiente – é exatamente que as ações dos governos que passam os outros governos não executam. O Senador Esperidião Amin colocou, por exemplo, iniciativas de conservação de solo, que devem ser retomadas em Santa Catarina, que tiveram início em 1985 e que precisam ser retomadas.

Nós estamos propondo um projeto piloto na região da fronteira oeste, na Região das Missões, com o objetivo de dar notoriedade aos aspectos positivos da produção agrícola associada à produção de água. Eu quero aqui destacar que, na percepção do Instituto Espinhaço, Senador Lasier, o produtor rural não é só o produtor de soja, milho, feijão, sorgo; o produtor rural é também o produtor de serviços ecossistêmicos e, entre eles, a produção de água. Eu moro em Brasília. A cidade, todas as cidades são consumidoras do que o campo produz, não é só dos alimentos. Então, o papel do produtor rural é estratégico não apenas para garantir o PIB brasileiro, mas para garantir a água nas cidades brasileiras, garantir clima. Então, contribuir com a inovação de novos paradigmas internacionais. O Brasil não pode ficar alheio ao que o mundo está colocando. É óbvio que há uma narrativa global de enfrentamento do papel preponderante do Brasil, existem iniciativas que tentam diminuir o papel do nosso país em termos globais, e nós devemos ficar atentos para a soberania brasileira e para o papel que lhe cabe...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sr. Luiz, perdão.

Como nós estamos com o tempo avançado, mas admitindo com naturalidade o avanço do tempo com a sua participação, pela expectativa gerada em função da sua experiência, o senhor disse, a certa altura, que as secas vão aumentar...

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – ... pelas variações climáticas que sofremos. Eu quero combinar com uma declaração que disse, quando do seu pronunciamento, o Sr. Gedeão Pereira, lembrando que, nos anos 70 e 80, na produção de arroz – que é muito pródiga na metade sul –, havia muitos açudes e nunca... A pergunta que ele fez: qual é o mal causado ao meio ambiente? Então, essa é a queixa resiliente, contínua que os produtores fazem. Eles não têm direito de ampliar os meios da conservação da água.

Objetivamente, para concluir a sua valiosa participação, qual é a solução para essa reservação da água?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Senador, a reservação da água não é a solução, é parte da solução. Eu estou insistentemente dizendo que há necessidade de reservação por razões óbvias. E, quando a água passa propriedade e não fica na propriedade, significa que haverá um problema de água. A reservação é solução; não é problema. Agora, ela, no contexto da resiliência hídrica dos territórios, não é uma solução isolada. A reservação de água deve, inevitavelmente, ser associada à conservação de solo, à recomposição de vegetação nativa e à integração de agendas dos governos e dos atores...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – ... nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Eu gostaria, não sei se eu atingi o meu prazo de 15 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não, já passou bastante.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Ah, então, me perdoe, Senador. É porque eu estava aqui exatamente tentando colocar um pouco do que o programa coloca, mas eu termino...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Não, mas a sua fala é importante. O senhor pode concluir.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Então, a ideia do programa, eu vou passar.... A ideia do programa, Senador, é exatamente promover uma dinâmica de governança territorial com iniciativas conjuntas. Eu reitero: na visão dos produtores, a reservação é um problema e deve ser solucionado, porque a reservação pode ser parte da solução. Eu apenas quero reafirmar que não adianta focarmos apenas na reservação, é necessário promover o uso inteligente do território, para que se possa ter resiliência hídrica; não é só ter água no açude.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Está bom.

Muito obrigado ao senhor pela valiosa participação, Sr. Luiz Oliveira, que é Presidente e fundador do Instituto Espinhaço, cujas finalidades ele descreveu bem logo no início da sua fala.

Bem, nós vamos agora para o Ministério Público, Ministério Público Federal, que, como eu disse aqui, é federal, mas, por compromisso concorrente e complementar, ele fala também pelos vários ministérios estaduais.

Tem havido uma queixa muito grande, objeto até já de reuniões com o Ministério Público do Rio Grande do Sul. Mas, como representante no Ministério Federal, ele fala também pelos estaduais.

Está aqui... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, antes eu quero dar prioridade ao eminente Senador Luiz do Carmo, que vai fechando assim o cerco da área das crises: Rio Grande do Sul; Santa Catarina já falou; o Paraná não falou. Mas há Mato Grosso e Goiás, que é o Senador Luiz do Carmo.

Por favor, o senhor tem a palavra, Senador Luiz do Carmo. *(Pausa.)*

O senhor pode abrir a imagem aí também. *(Pausa.)*

O Senador Luiz do Carmo é do Estado de Goiás. *(Pausa.)*

Ainda não está bom. *(Pausa.)*

Se não der, o senhor fala logo depois.

Enquanto isso, nós ajustamos aí esse contato.

Então, eu passo a palavra ao representante do Ministério Público Federal, o Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal, o Dr. Luiz Augusto Santos Lima, que comparece aqui e está participando presencialmente.

Seja bem-vindo!

Bom dia.

O SR. LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA (Para expor.) – Bom dia a todos. Muito obrigado, Senador Lasier Martins, pelo convite de estar aqui. Eu também cumprimento o Senador Esperidião Amin e o Senador Luiz do Carmo.

Evidentemente que não sou aqui um especialista como os que falaram nas questões aqui postas em debate. Mas, como membro do Ministério Público Federal há 30 anos, fico surpreso. E acompanhando aqui nesta Casa questões ligadas ao mundo do agro, a palavra que me vem à mente é celeridade, celeridade. As soluções técnicas existem, são conhecidas. As políticas públicas para solucionar esses problemas recorrentes, como foi colocado aqui das crises hídricas, são cíclicas. As soluções é que não têm a celeridade adequada.

Eu lembro aqui, Senador Esperidião Amin, que, em 1994 – e eu tinha dois anos de ingresso no Ministério Público Federal –, acompanhei aqui a CPI mista da dívida dos agricultores; e, na época, logo depois da CPMI, eu ingressei com uma ação civil pública questionando o índice de correção monetária, o índice de correção aplicado naquela época. É o famoso Plano Collor.

Essa ação, até hoje, está para ser executada. Vinte e cinco anos depois ganhei a ação e estou eu a uma romaria. Na semana passada, estive conversando com a Ministra da Agricultura e falando com o Presidente do Banco do Brasil. São 850 mil tomadores de empréstimos, conforme o próprio banco diz, e não se solucionou esse problema até hoje. É celeridade.

Há a angústia de milhares, aqui postos, de tomadores de empréstimos. O Senador Heinze sempre está lá comigo na Procuradoria me cobrando: "Luiz Augusto, vamos resolver esse problema." "Sim, Senador. É um compromisso." Mas a palavra que me vem é falta de celeridade – celeridade.

Portanto, também nessas questões que visam mitigar esses efeitos da estiagem, o senhor disse, o Sr. Gedeão, que há a questão de uma liminar que tem oito anos, feita pelo Ministério Público. O Ministério Público é, sim, um agente responsável, tem o seu múnus constitucional, mas ele faz o pedido, ele leva ao Judiciário. Isso é uma dúvida que está no Judiciário, para decidir. Então, oito anos para decidir uma dúvida numa liminar é muito tempo. É preciso que o Judiciário também traga a segurança jurídica, decidindo em tempo útil.

Essa ação que acabei de colocar aqui está sendo executada em várias comarcas Brasil afora, em ações diretas ao Banco do Brasil. Aí o Banco do Brasil paga. Aquelas que são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajuizadas na Justiça Federal, por opção dos advogados, aqui na 6ª Vara Federal de Brasília, estão virando um pandemônio. É uma coisa louca. Mas eu tenho isso apenas como exemplo.

Eu vou falar o tempo todo dos meus dez minutos: celeridade! Precisamos de efetividade nos programas governamentais!

No âmbito do Ministério Público Federal – eu sou Coordenador da Câmara de Ordem Econômica do Ministério Público Federal –, agronegócio é uma área econômica, 25% do PIB brasileiro. Então, nós temos de ver o agronegócio numa discussão transcendental, ambiental, mas também de sustentabilidade econômica, milhares de famílias. Uma pequena propriedade na Região Sul, se fosse seguir todas as normas para poder levar – uma pequena propriedade – os seus produtos para venda no mercado, deve ter um investimento de R\$800 mil. É impossível atender toda essa normatização, esse excesso de regramento. É muita burocracia.

Eu estou falando em geral aqui para trazer as nossas preocupações do Ministério Público Federal, porque estamos procurando criar fóruns para que se discutam as soluções, mas, principalmente, para que se faça a difusão da informação qualificada. As soluções já existem. Nós precisamos levar essas discussões prévias, extrajudicialmente, às autoridades do âmbito do Judiciário, que decidem, às audiências públicas.

Como Subprocurador-Geral da República, eu atuo perante o Supremo Tribunal Federal. Então, eu converso com os Ministros e levo para eles as preocupações, algumas até muito prosaicas. Temos, agora nestes meses, atuado muito na ação direta de inconstitucionalidade sobre maus-tratos aos animais. Existe todo um regramento, um protocolo feito pelo Ministério da Agricultura. Fizemos um acordo com o Conselho Federal de Medicina Veterinária, com o Ministério da Agricultura, com as principais associações dos setores para difusão desse protocolo de bem-estar animal. Está causando uma revolução no Nordeste.

O ambiente do cavalo no Brasil, a indústria do cavalo no Brasil é R\$35 bilhões/ano. É o terceiro maior plantel do mundo, com 3 milhões de pessoas atuando. Isso é um exemplo de que nós precisamos fazer a difusão da informação qualificada junto ao setor do Judiciário para que se possam desmistificar as dúvidas como estas, para mim, estarecedoras, de uma ação civil pública que propus em 1994. Eu, logo, logo, vou me aposentar e talvez não consiga fazer a execução dessa demanda que soluciona problemas de dívidas de agricultores – há 850 mil agricultores, como disse o Banco do Brasil –, ou uma liminar com oito anos, que não se resolve, com uma dúvida fundada, perante o juiz, mas tem que ser decidido.

É isso que traz a segurança jurídica e é isso que norteia a conduta e a ação de todos os agricultores nesse ambiente. O principal protetor do meio ambiente é o agricultor. Disso não tenho a menor dúvida.

Então, Senador, eu queria aqui me colocar à disposição. O Ministério Público Federal, nós instalamos, na nossa Câmara de Coordenação da Ordem Econômica e do Direito do Consumidor, do Ministério Público Federal, um grupo permanente de procuradores da República para estudar a questão do agronegócio. É um grupo de trabalho permanente para tratar dos temas do agronegócio.

Agora, na segunda quinzena de abril, eu pretendo fazer um evento grande, para discutirmos, com a participação de todos os ministérios que tenham alguma interface com o problema, sobre o fertilizante agrícola, que é um tema na ordem do dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos as jazidas minerais disso e nós precisamos discutir antecipadamente, de novo, esclarecendo, trazendo a informação qualificada, para se evitar judicializações desnecessárias que atrapalham, em termo de tempo. Leva-se uma dúvida fundada, mas não se resolve. Precisamos, portanto, de celeridade.

E aqui eu quero agradecer muito, porque já aprendi muito com os que me antecederam, o Sr. Eugênio, o Sr. Gedeão, Eduardo Bonotto e Luiz Oliveira. Aliás, quero já fazer a eles aqui um convite público, que nos visitem, lá no Ministério Público Federal, para trocarmos essas informações e podermos difundir as informações a todos os membros do Ministério Público brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Se me permite só mais uma pergunta, o senhor ainda deixou uma margem de tempo, uma das desconformidades dos produtores é com relação às regras das APPs. O senhor vê alguma margem de revisão, na legislação, que permita essa ampliação de açudes, de cisternas, de poços artesianos, de reservação, que é a palavra que se usa, reservação de água, especialmente no Sul, onde tanto se sofreu agora com essa devastadora estiagem?

O SR. LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA – Senador, a pergunta que o senhor me faz é muito técnica, mas eu posso lhe dizer que sempre há, sim, margem para se aplicar as soluções técnicas, científicas. Elas já existem, e são um dado de realidade.

O Supremo Tribunal Federal, examinando o novo Código Florestal, ele já disse que é constitucional. Não temos que ficar com receios de algumas, como disse aqui o Sr. Luiz Oliveira, teses de trincheira.

Precisamos discutir nos fóruns competentes, e nisso eu tento, o Ministério Público Federal está aqui participando disso. Por isso que vamos criar, fazer esse evento, vamos dizer, agora, na segunda quinzena de abril para discutir a questão do fertilizante e outros temas mais. O que se precisa é discutir e dar efetividade a essas soluções técnicas e científicas que existem.

E a isso nós estamos... Eu digo, elas sempre têm espaço.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O.k.

Muito obrigado, Sr. Luiz Augusto Lima, Subprocurador da República.

Antes de ouvirmos a representação do Ministério da Agricultura, Dr. Guilherme Bastos Filho, vamos agora tentar de novo, e acho que agora com mais possibilidades, ouvir o eminente Senador Luiz do Carmo, que representa o Estado de Goiás, que sofre também consequências da estiagem.

Meu prezado amigo Luiz do Carmo, bom dia!

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Presidente! Bom dia a todos os Senadores e convidados! Para mim é um prazer muito grande estar participando desta Comissão. Hoje eu acho que é a Comissão mais importante do Senado Federal, onde nós estamos falando da agricultura, onde nós estamos falando de produção de alimentos. A guerra principal daqui a alguns anos vai ser a falta de alimentos. E o Brasil está no contexto. Eu sei que a Região Sul está sofrendo muita estiagem. Em Goiás, há um pedaço que está sofrendo também. Mas o nosso convidado falou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Rio Araguaia. O Rio Araguaia realmente é vida para o Estado de Goiás, é vida para o Estado de Goiás, é vida para o Mato Grosso.

Mas, Presidente, eu estou preocupado também com a falta de diesel na época da colheita. Nós, da Comissão, temos que fazer alguma coisa para não deixar faltar o óleo diesel. Está na época da colheita. Em Goiás está faltando óleo diesel. De vez em quando se você quiser comprar um caminhão fechado de diesel e não consegue. E nós, desta Comissão, temos que ter essa responsabilidade para o agro não parar. Para o agro não parar, nós temos realmente de organizar isso. O senhor, na Presidência, tem que fazer um levantamento, ver o que podemos fazer para que na época da colheita não falte diesel, porque a colheita não para. Está maduro, tem de colher realmente.

Então, eu queria dar essa sugestão para V. Exa., Presidente, e dizer: vamos fazer uma Comissão, vamos tentar organizar para que não falte óleo diesel para a colheita no Brasil. E o Estado de Goiás está passando essa dificuldade. Eu sei que isso é mundial. Isso não é só no Brasil. Mas nós, da Comissão de Agricultura, que representa hoje o maior orçamento da União, temos de realmente verificar isso. Eu queria falar isso para o senhor, Presidente, para nós tentarmos fazer alguma coisa para ajudar esses produtores. Já estamos ajudando muito. O produtor hoje praticamente não depende do poder público. Mas nós não podemos deixar também nesse momento difícil – esperamos que essa guerra termine o mais rápido possível – ocorrer a falta de diesel aqui na época da colheita.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito. É mais um problema que temos que resolver – realmente, o diesel para a colheita. Felizes os nossos goianos que têm a oportunidade de fazer essa colheita.

Bem, a nossa audiência pública... Agradecendo ao eminente Senador Luiz do Carmo, de Goiás, a nossa audiência pública, para aqueles que estão nos acompanhando, está discutindo e buscando água, água para resolver o problema das lavouras do Sul do Brasil em época de estiagem, como essa estiagem tão destrutiva que nós estamos, felizmente, agora parece que saindo dela, depois de vários e vários meses.

Antes de anunciar o representante do Ministério da Agricultura, pede a palavra pela ordem o prezado Senador Jean Paul Prates, Senador potiguar, Rio Grande do Norte.

Senador Jean Paul, às suas ordens.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Lasier, Senador potiguar que nasceu no Rio de Janeiro e que é filho de um cruzaltense.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Exato. Eu sei, até o senhor teve uma parte da sua vida no Rio Grande do Sul. Sei disso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Por videoconferência.*) – Exatamente. Meu pai é de Cruz Alta.

Senador Lasier, queria, primeiro, parabenizá-lo pela condução da audiência, agradecer a todos os convidados que fazem parte dela e com isso nos ajudam a legislar e a entender os problemas do Brasil. Eu sempre faço questão de agradecer a todos que vêm nos ajudar, através das suas presenças nessas audiências públicas que nós fazemos e que são tão ricas e importantes para o nosso trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem querer interromper, mas até trazendo um assunto que tem até a ver com a questão da preservação ambiental que, no fundo, acaba influenciando a questão da água que nós estamos discutindo hoje, eu queria apenas pedir a inclusão de um item extrapauta referente à nossa relatoria sobre o Projeto de Lei 194, de 2018, que trata da proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude, bioma da Mata Atlântica, também com sub-biomas aí no Norte, no Sul, na Serra da Mantiqueira e, principalmente, no Sul, em Santa Catarina, no Paraná. Nós estamos relatando esse projeto, estamos solicitando a inclusão, eu não vou me demorar aqui lendo o nome dos especialistas, mas são três especialistas a mais para compor o número de pessoas para discutir essa questão relativa ao PLS 194, de 2018, que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados e abrangidos pelo bioma da Mata Atlântica.

Era basicamente isso e, claro, comentar a importância do comentário do Senador Luiz Viana, que acabou de falar sobre a questão do diesel.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Luiz do Carmo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Luiz do Carmo. Perdão. Cumprimento Luiz do Carmo a respeito desse comentário e volto a salientar como é importante nós termos uma solução, não apenas para o abastecimento do diesel em si. O diesel não some porque sumiu, não é como a água, que ocorre uma estiagem, há uma escassez e a gente tem que buscar causas estruturais do meio ambiente, normalmente, para explicar a ausência de água e, cada vez mais, a dificuldade que nós temos para administrar e gerir o uso da água. No caso do diesel, é uma questão de gestão, realmente, dos governos e, principalmente, do Governo Federal.

Nós chamamos a atenção, colocamos ferramentas, todos nós, Senador Lasier, na semana passada, aprovando ferramentas importantes para a política de preços de combustíveis no Brasil, diante desta situação, agora mais crítica ainda, da guerra na Ucrânia, mas que já vinha crítica desde o ano passado, tanto que o projeto de lei sobre a conta de compensação ou de estabilização de preço de combustíveis vem de abril de 2021 e esse problema afeta o agro, sim. Nós temos dito isto, que o Brasil é um país autossuficiente, não se aproveita dessa autossuficiência em seu próprio favor, e isso afeta não apenas nós consumidores individualmente, mas, principalmente, as atividades econômicas brasileiras.

Qualquer país, qualquer grande nação, grande economia, independentemente de governo de esquerda ou de direita, que tivesse a condição do Brasil, autossuficiente em petróleo e com um parque de refino invejável, faria uso disso, sim, em proveito próprio, para dar competitividade e atratividade aos seus setores produtivos. E isso que está acontecendo agora, a escassez de diesel ou o próprio preço do diesel, que vai custar muito caro quando chegar, se chegar, certamente tem a ver com essa característica do Brasil que não está sendo aproveitada em nosso favor.

Então, eu queria deixar aqui esse alerta e essa solidariedade ao setor de produtivos, em função de a questão da política de preços de combustíveis hoje ser paridade de importação, como se nós importássemos 100% do petróleo e 100% dos combustíveis que nós utilizamos. Por isso, estamos na 90ª posição, em termos de *ranking* de combustível mais barato do mundo, portanto, com uma das gasolinas e dos diesels mais caros do mundo. O Brasil tem um dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis mais caros do mundo hoje. Se fosse, de fato, um preço só de paridade internacional, não seria assim. O problema é que nós estamos praticando paridade de importação, como se nós não produzíssemos uma gota de petróleo e como se nós não tivéssemos nenhuma refinaria. E é por isso essa situação no setor produtivo também, além do próprio consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem.

Eu é que agradeço, Senador Jean Paul Prates, que, costumeiramente, chamamos aqui de nosso Senador do petróleo. É um especialista do ramo e foi, recentemente, o Relator da PEC dos Combustíveis.

Podemos até, rapidamente, propor aqui a votação, a seu pedido, de uma audiência pública para instruir o PLS 194, de 2018, onde o senhor propõe que sejam ouvidos nessa audiência pública o Sr. Adelar Mantovani, Professor da Universidade de Santa Catarina, o Sr. João de Deus Medeiros, professor do Centro de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina, o Sr. Valério de Patta Pillar, professor titular do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Proponho aos Srs. Senadores, a maioria por participação remota, que, se concordarem com esse requerimento para essa audiência pública, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o seu requerimento, Senador Jean Paul Prates.

Eu quero ouvir, a seguir, o Dr. Guilherme Bastos Filho, mas, a certa altura desta nossa audiência pública, o prezado Presidente da Farsul, Gedeão Pereira, fez uma queixa, uma cobrança do Ministério Público estadual.

Como estava acompanhando a nossa audiência pública em seu gabinete o representante do Ministério Público do Rio Grande do Sul aqui, em Brasília, o Dr. Fabiano Dallazen, se deslocou aqui para o Plenário para uma manifestação sobre o que disse o nosso Presidente da Farsul, Gedeão.

O Dr. Fabiano Dallazen até há bem pouco tempo era o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul e agora é o representante institucional do Ministério Público gaúcho aqui, em Brasília.

Dr. Dallazen, o senhor tem a palavra.

O SR. FABIANO DALLAZEN (Para expor.) – Muito bom dia, cumprimentando o nosso Senador Lasier Martins.

Senador, muito obrigado pela oportunidade de ter aqui a palavra do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Eu queria, aproveitando, dizer que nós estamos empenhados, muito fortemente, desde a cúpula da instituição... O Dr. Marcelo Dornelles esteve comigo na semana passada, com uma comitiva de vários Deputados Federais, junto ao Presidente da Câmara.

Lá no Rio Grande do Sul, nós temos capitaneado um grupo de trabalho que é integrado por todas as entidades que atuam junto à agricultura, as entidades ambientais, o Ministério Público, para buscar as soluções para esse grave problema. Nós somos muito sensíveis a essa situação, e posso lhe dizer, posso lhe afirmar, inclusive, que esse grupo de trabalho chegou a conclusões importantes. Eu vou lhe encaminhar os documentos que acabaram de... Enunciados importantes. Tudo aquilo, Senador, que foi possível alargar em termos de interpretação legal,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu caro colega do Ministério Público Federal, a quem rendo meus cumprimentos, tudo aquilo que foi possível fazer em termos de interpretação legal...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Dá para dar uma ideia de até onde deu para ir?

O SR. FABIANO DALLAZEN – Inclusive excepcionar, em determinados casos, quando não houver outra possibilidade, a reserva de água na pequena propriedade. Quer dizer, tudo isso está sendo construído de forma absolutamente tranquila. Nós encontramos um único limite e essa é a questão. E aí parece que é irresignação e uma irresignação que não avança porque, para que possa avançar, tem que ter um equilíbrio na questão, que é o cumprimento do Código Florestal. Qual é o problema? A ação que o Ministério Público tem, que foi referida judicialmente, não impede, Sr. Procurador, o licenciamento, não impede. O que está impedindo o licenciamento de barragens é a necessidade de que vários agricultores do Rio Grande do Sul promovam a regularização da propriedade, do Cadastro Ambiental Rural, que não quer ser promovida porque eles não concordam com aquilo que está expresso no código, que é reservar 20%. E aí, como não conseguem regularizar o cadastro, não conseguem licenciamento...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Mas todos não conseguem regularizar?

O SR. FABIANO DALLAZEN – Uma boa parte, porque há uma discussão inclusive sobre os critérios, e aí não conseguem o licenciamento para que haja, Senador, esse empreendimento, essa construção. Por outro lado, a questão legal também do enfrentamento de que não há uma permissão no Código Florestal para obras em APP para fins de irrigação.

Então, o Ministério Público está trabalhando... Eu vou lhe passar os documentos inclusive que mostram que esse grupo de trabalho integrado por todas as entidades envolvidas no problema que aconteceu lá, na presença do Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – A Farsul estava presente?

O SR. FABIANO DALLAZEN – A Farsul estava presente em todas e recentemente, na última, acabou se retirando porque entendeu, e foi dito desde o começo que nós temos que buscar uma solução e não ficar atirando pedra um para outro.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Eu concordo com isso. Não adianta atirar pedra, tem que buscar solução. E é um dos objetivos, Dr. Dallazen, encontrar soluções. Nós hoje não queremos aqui conflito, nós queremos soluções, porque um problema maior se impõe, que é a necessidade de encontrar soluções para ter água nas lavouras durante as estiagens, que se repetem. A cada dez anos no Sul do Brasil nós temos estiagens devastadoras, como foi esta última, a pior de todos os tempos. E, como esta audiência pública também é uma audiência de debate, eu permito, por alguns poucos minutos, que o Gedeão Pereira, Presidente da Farsul, se pronuncie, porque nós queremos é a conciliação para buscar solução, Gedeão Pereira.

O SR. GEDEÃO SILVEIRA PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – O.k, muito obrigado, Senador, muito obrigado, Fabiano Dallazen, que foi aí. Realmente agradecemos a presença do Fabiano, que é um dos que têm ajudado. Realmente o promotor público Fabiano Dallazen, juntamente com o Marcelo. O que acontece na estrutura do Ministério Público é que são ilhas independentes, talvez alguma coisa para o Senado Federal pensar, não deveriam ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanta independência assim. Na realidade, a dificuldade que nós encontramos é real e eu citei aqui que nós não conseguimos fazer o nosso Cadastro Ambiental Rural porque nós contestamos os 20% de reserva legal, porque está escrito no Código Florestal, sim, que não querem olhar.

O art. 3º do Código Florestal diz o seguinte: trata do conceito de área rural consolidada e atividade agrossilvopastoril. Consolidou essas regiões; portanto, eu não preciso ter reserva legal. E o art. 68 diz o seguinte, que quem suprimiu até a data de 22 de julho de 2008, ou seja, todo o Rio Grande, todo o bioma Pampa, não precisa recuperar, não precisa regenerar e não precisa compensar.

Portanto, o Código Florestal nos diz, sim, com muita clareza, que nós trabalhamos em áreas consolidadas. Por conseguinte, não precisamos ter a reserva legal.

Aí reside a questão central, o porquê de que não se irriga, não se faz mais reservação de água na Metade Sul do Rio Grande. E na nossa interpretação jurídica, pelos nossos departamentos jurídicos da Federação da Agricultura, nós temos esse entendimento.

Agora, acontece que quatro técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram ao Ministério Público, tiveram guarida, e se estabeleceu essa ação, que levou a uma liminar, por uma juíza fazendária, diga-se de passagem, e até hoje trancou o processo de irrigação no Rio Grande do Sul.

Nós acreditamos que o Estado do Rio Grande do Sul não precisa ter absolutamente nada de reserva legal, porque ele já está antropizado pelo homem, pela pecuária, pelo cavalo, pelo próprio fogo que usaram lá no século passado, seja lá o que for. Então isso tudo mudou.

A beleza cênica do bioma Pampa está lá para quem quiser ver. E o Senador Lasier Martins, que anda, veja bem, Senador, o senhor anda no Estado do Rio Grande do Sul. Quando chega a uma BR da Metade Sul, BRs que foram fechadas 40, 50 anos atrás, que tipo de vegetação há no leito da BR? E em compensação, do outro lado do arame, é outra vegetação absolutamente diferente, embora seja remanescente de uma vegetação nativa, mas não é o Pampa original.

A beleza cênica do Pampa de hoje é mantida pelo homem, pela pecuária, que o consolidou. E se está consolidado, eu não preciso ter o instituto da reserva legal, que seria um desastre, inclusive ambiental, para o Estado do Rio Grande do Sul, porque a reserva legal é imutável. Uma vez ela determinada na propriedade, as sucessões familiares no futuro vão abandonar aquela área, que vai criar aquele tipo de vegetação que fica no leito da BR. E quando vem uma seca, inclusive criar incêndios.

Além do mais, dos problemas que nós temos, pela presença exótica do capim-annoni, que vem dominando os campos, a reserva legal, que é aquilo que querem dizer que é biodiversidade, vai se tornar, até vou dizer uma besteira, uma "monodiversidade", se é que existe a palavra, que não existe em português, porque vai ser tomado conta pelo capim-annoni.

Então há problemas que não estão querendo ser discutidos, que não estão querendo ser olhados, e a pessoa menos envolvida é o produtor rural, aquele que está dentro da propriedade. A ele não é perguntado nada. Essa é a nossa revolta. Eu digo até revolta, Senador Lasier Martins, a respeito dessa ação que está colocada, porque ela nunca foi discutida com a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul, que legitimamente representa seus produtores rurais, para saber se isso está correto ou não está correto, porque o Código Florestal nos apoia, sim.

O que há é um entendimento equivocado, na nossa ótica, por outras pessoas, enfim, que nos levam a essa dificuldade. E o fato é que como resultado disso, não mais se armazena água.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como é que nos anos 70 e nos anos 80 se armazenaram todos aqueles açudes que estão na Metade Sul, que hoje fazem 60%, 70% da produção orizícola do Estado do Rio Grande do Sul?

E, quando vem a seca, vamos lá naqueles córregos que nós temos, naturais, após a lavoura de arroz. Veja se não está correndo água, com seca e tudo. Porque está reservada a água. Não há...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. GEDEÃO SILVEIRA PEREIRA (*Por videoconferência.*) – É isso aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Obrigado.

Alguma coisa a acrescentar ou podemos partir, agora, para ouvir o Ministério da Agricultura, Dr. Dalazzen?

O SR. FABIANO DALLAZEN (Para expor.) – Só – cumprimentando o prezado Gedeão – reforço o que eu disse, Senador: é uma discussão que já vem de longa data sobre a regularização e o cumprimento do Código Florestal, com decisão da Justiça, confirmada em segunda instância, e que hoje é colocada como sendo um problema da seca quando – eu estou tentando até reproduzir para passar aqui – esse grupo já chegou a mais de uma dezena de equacionamentos. E eu lhe digo: tudo o que foi possível interpretar, ampliar e resolver de problema está sendo resolvido.

O que está sendo embutida aqui é a questão relativa ao cumprimento da reserva legal para, se valendo da questão seca, não se tenha que ter o cumprimento.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – O.K., obrigado.

Nós entendemos que cabe perfeitamente esse debate porque tem sido o foco do debate do Rio Grande desse dos produtores rurais e a posição do Ministério Público, que invoca sempre a reserva legal.

Bem, nós vamos agora para o Ministério da Agricultura, revisando e repassando, mais uma vez, a nossa lástima por não estar aqui o Ministério do Meio Ambiente. A assessoria do meu gabinete aqui, no Senado, fez reiterados apelos e houve a explicação de que não se adequava a essa discussão de hoje a presença do Ministério do Meio Ambiente, no que divergimos totalmente. O Ministério do Meio Ambiente precisava estar aqui.

Vamos ouvir como é que vamos ajudar a resolver isso através do Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento (MAPA). Secretário Guilherme Bastos Filho, bom dia!

O SR. GUILHERME BASTOS FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Lasier.

Eu queria, primeiro, só checar: escutam bem?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sim, está chegando bem. Se puder chegar um pouquinho mais perto do seu aparelho, para uma maior clareza da voz.

O SR. GUILHERME BASTOS FILHO (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Bom dia a todos. Senador Lasier, em seu nome cumprimento todos os presentes.

Gostaria de falar que estamos aqui com o Coordenador-Geral de Agricultura Irrigada, Frederico Cintra. Ele é da nossa Secretaria, da SDI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria conversar sobre as questões emergenciais, sobre o que o Ministério tem feito. Olhamos aqui atentamente e temos, desde o início do ano, conversado muito com o Gedeão, da Farsul, com o Eugênio, da Fetag. Exatamente, os pleitos colocados pela Fetag foram todos aqui encaminhados pelo Ministério, junto ao Ministério da Economia, para a necessidade de suplementação, conforme bem apontado.

Nosso problema foi muito bem caracterizado, inclusive bloqueou a contratação de recursos do Plano Safra. Foi a falta de recursos orçamentários, com uma ação orçamentaria para a equalização de taxas de juros.

Como todos sabem, as taxas de juros do Plano Safra foram contratadas em torno de 4% para a agricultura familiar num ambiente de Selic de 2,5% e chegou – este ano, no início do ano –, já abrindo a mais de 10%.

Então, com isso, as operações de equalização dessas taxas de juros, quer dizer, o Governo é que paga essa diferença da taxa de juros de mercado, da taxa Selic com relação àquilo que foi contratado pelo Plano Safra, houve indisponibilidade de espaço orçamentário e, desde então, a gente também vem trabalhando com o destravamento do Plano Safra.

Imediatamente, o Ministério da Agricultura colocou à disposição do Tesouro Nacional R\$415 milhões diante de uma ação orçamentária para garantir suporte de preços e, com isso daí, conseguimos obter a liberação, já em fevereiro mesmo, dos recursos de custeio para o Pronaf, seguindo, então, com as demais operações travadas.

Ontem, também, com a ajuda do Senador Heinze e dos demais Senadores, conseguimos fazer um complemento ao PLN nº 1, como foi mencionado pelo Senador Esperidião Amin, em que conseguiremos, se for aprovado hoje, em Plenário, lá na Comissão de Orçamento, os R\$868 milhões para o destravamento dos recursos remanescentes do Plano Safra atual.

Então, aí, eu queria fazer uma correção ao Senador Esperidião Amin. Esses recursos que estão indo em adendo a esse PLN nº 1, Senador, são referentes à liberação do Plano Safra atual; não é nada ainda referente à renegociação de dívidas. Esse é um ponto para deixar muito claro. Para o próximo Plano Safra, que também se encontra fechado, bloqueado, nós precisamos de mais de R\$818 milhões, que, segundo o Secretário Esteves Colnago, lá da Economia, me informou, eles serão liberados a partir do momento em que o relatório bimestral, lá na secretaria do Tesouro, for aprovado.

Então, a ideia é que todo o recurso do Plano Safra a gente possa, realmente, ter destravado até o final de março, conforme o planejado.

Bom, enquanto isso, seguimos aí com as negociações para as medidas de rebate, como o próprio Eugênio mencionou. Como a Ministra, durante a Expodireto, também citou, nós temos já, vamos dizer, o de acordo, o o.k. com relação ao crédito extraordinário para esse rebate das parcelas vencidas e vincendas aí dos pronafianos, principalmente nas parcelas não cobertas pelo Proagro, e isso atenderia muito aí, principalmente, aos pecuaristas. E, quando eu falo pecuaristas, eu gosto sempre de reforçar: é carne, corte, aves, suínos, meliponicultura e toda a atividade pecuária.

Então, como nós mencionamos, não faria sentido você ter a MP sem ter o decreto que autorize esse debate. Recebemos, na terça-feira, a parte da Casa Civil, a minuta de decreto e, hoje, estamos fazendo uma devolutiva para a Casa Civil com relação a considerações. Não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adianta a gente mandar um decreto em que a aplicação desse debate possa se tornar uma coisa inexequível.

Então, nesse aspecto, a gente está interagindo aí com as instituições financeiras, com a própria Fetag, para a gente poder fechar esse entendimento e dar esse destravamento.

Com relação, eu gosto também sempre de lembrar, às medidas emergenciais, fica ainda um pacote de quase R\$600 milhões que permitiria exatamente renegociar as dívidas, prolongar, dividir a parte do custeio que já foi afetado pelo – como bem caracterizado aí – impacto ali na renda, na receita e também prorrogar as parcelas de investimentos, além da abertura de linha de crédito emergencial. Só que esse pacote a gente só consegue resolver porque ele precisa de recursos para a equalização de taxas de juros.

Só para lembrar, na apresentação do Eugênio, da Fetag, pede-se ali para que a renegociação seja feita com uma taxa de juros menor. Então, com isso, vai necessitar de recursos orçamentários para poder cobrir esse ponto.

Mas aí contamos exatamente com o apoio parlamentar para que a gente possa fazer os remanejamentos adequados para que a gente consiga essa suplementação orçamentária, que, infelizmente, na parte do Executivo, a gente está praticamente no osso e não tem mais de onde tirar recursos.

Fechando a questão das medidas emergenciais, lembramos também que o seguro, o programa de seguro, de subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), entrou também com uma ação, com um orçamento a menor do que o ano passado. Então, nós estimamos aí uma necessidade de R\$1,5 bilhões e, em termos de orçamentos, temos apenas R\$990 milhões. Precisaremos também de uma suplementação de R\$510 milhões para a gente poder avançar com as contratações de seguro rural neste ano.

Com relação às medidas mais estruturantes, eu gostaria de pontuar algumas ações que já existem aqui, nas linhas do Ministério da Agricultura. Começando pelo Proirriga, que é um programa de fomento ali ao desenvolvimento da irrigação, que está no âmbito do Plano Safra. Foi disponibilizado este ano R\$1,39 bilhão para esse programa, com uma taxa de juros de 7% ao ano com dez anos de prazo e três anos de carência. Esse plano teve uma contratação de R\$1 bilhão até fevereiro em nosso último levantamento e tem um remanescente de 27% dos recursos que aguardam esse destravamento da contratação do Plano Safra.

Outro ponto também importante é com relação a um programa que foi lançado no ano passado pela nossa Secretaria, SDI, chamado Águas do Agro, o qual fomenta uma série de ações, incluindo terraceamento, plantio de nível, barraginhas, para que a gente possa melhorar a questão de solo, de conservação de solo e conservação hídrica.

A gente gosta sempre de lembrar que, apesar de ser um programa sem dotação orçamentária, nós temos aí o Programa ABC, que já está dentro do nosso Plano Safra, no qual essas práticas como terraceamento, plantio de nível e plantio direto já constam no financiamento.

O Fred depois pode complementar aqui mais algumas informações sobre esses programas que são conduzidos.

Outra ação que nós começamos também já, desde janeiro, é conversar com o BID referente a um programa que possa auxiliar esses estados que têm sido afetados constantemente por estiagem, que a gente possa fomentar a resiliência produtiva do agronegócio nessas áreas afetadas. Então, já está em discussão uma linha em que a gente possa auxiliar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só a adoção de práticas conservacionistas, até de aumento de resiliência hídrica, aumento da reserva hídrica e tudo mais, mas que também possa haver um conjunto aí de assistência técnica para que você possa conduzir melhor essas atividades nessas regiões afetadas.

Outra ação que nós tomamos também, há três semanas, foi a questão de fomento a esse tão importante Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, para que ele seja também em nível estadual e em nível municipal. Lembro que os Estados do Paraná e de São Paulo já executam isso. Então, além dos recursos que o Governo Federal apoia e aporta nesse programa, estados e municípios seriam muito bem-vindos para você dar uma abrangência maior a esse importante mitigador da agricultura... *(Falha no áudio.)*

Outro ponto também são os PLs, como o PL 282, de 2019, que o próprio Senador Heinze tem capitaneado. O Fred também pode dar aqui mais informações. Os nossos pareceres são totalmente favoráveis para que a gente possa promover essa importante atividade de reserva hídrica dentro da propriedade rural. Se a gente tivesse deslanchado nisso, com certeza, esses grandes impactos que foram colocados aqui pelo nosso amigo Gedeão, da Farsul, seriam bem menos do que os que foram publicados.

E, finalmente, só para dizer que – acabei de checar com a equipe do Banco Central –, neste ano de 2022, Senador Lasier, já foram pagos pelo Proagro R\$1 bilhão, nesses dois primeiros meses do ano – R\$1 bilhão. O que o Proagro tinha de orçamento previsto para este ano de 2022 era da ordem de um 1,4 bilhões. Então, esses R\$1,715 bilhão foram só recursos já pagos em função da seca, e boa parte sendo alocada aí no Estado do Rio Grande do Sul.

Bom, eram esses daqui os pontos que eu queria fechar em termos de atualização das medidas emergenciais. Há a situação crítica que nós continuamos com relação às questões orçamentárias e há as medidas estruturantes que a gente tem tomado, as iniciativas, às quais nós também damos suporte ali junto aos PLs que têm sido apresentados pelos Parlamentares.

Era isso que eu tinha para falar.

Eu vou abrir só uma palavra aqui para o Frederico, caso ele tenha alguma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Pois não.

O SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado. Senador Lasier Martins, muito obrigado pela oportunidade.

Bom, eu sou o Coordenador da área de agricultura irrigada do Ministério da Agricultura. Eu queria reforçar que nós estamos em fase final de aprovação do Programa Nacional de Agricultura Irrigada. Nós construímos esse programa, o plano de ações conversando diretamente com os agricultores irrigantes.

Desde o ano retrasado, nós procuramos as associações de irrigantes. No Rio Grande do Sul, eu cito o pessoal da Bacia do Rio de Santa Maria e também os irrigantes do noroeste do estado. Eles trouxeram todos os gargalos que existem no estado e que impedem o crescimento da agricultura irrigada. E, quando nós fizemos todo o mapeamento desses gargalos, nós vimos que dois gargalos são os principais que impedem o crescimento da agricultura irrigada no nosso país: um é a reservação de água, que é um dos principais pontos discutidos aqui hoje; outro é a questão da energia elétrica; além de vários outros que têm os gargalos existentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só uma ressalva na questão da reservação de água. Nós precisamos ter celeridade na aprovação desses PLs – nós temos três ou quatro aproximadamente PLs que alteram o Código Florestal – para caracterizar, porque, em função dessas infraestruturas como de utilidade pública, isso hoje traz insegurança jurídica para os órgãos licenciadores conseguirem fazer o licenciamento e os produtores conseguirem avançar nesse processo.

Então, veja, hoje, quando nós conseguirmos avançar nesses instrumentos legais, se aprovarmos esses PLs, ainda vamos ter um processo de licenciamento ambiental para eles conseguirem fazer a construção desses barramentos e, de fato, executar essas infraestruturas. Então, não é um processo muito rápido, isso demora. Se a gente conseguir aprovar, vamos dizer, até o meio do ano esses PLs, eles vão conseguir construir esses barramentos ainda no final do ano ou no ano que vem. Então, a gente precisa ter celeridade. Esses PLs já estão em andamento no Congresso, e a gente poderia fazer uma força-tarefa para que isso possa avançar de uma forma mais célere.

Além disso, depois que a gente consegue fazer a reservação da água, há vários outros pontos a serem tratados – por exemplo, energia elétrica. Uma grande demanda dos produtores do Estado do Rio Grande do Sul é a falta de carga de energia elétrica. Então, assim, não adianta eles terem a reservação de água se eles não têm uma linha de distribuição que consiga levar a contento a quantidade de energia que eles precisam para tocar seus instrumentos de irrigação. Além disso, temos a própria outorga. Então, como vamos ter maiores demandas de outorga, isso tem que estar alinhado com os órgãos ambientais que emitem a outorga.

Então, é isso que a gente está querendo. E nós estamos fazendo, na verdade, no nosso Programa de Agricultura Irrigada no MAPA. Nós estamos conversando com os estados para que façamos esse planejamento de uma forma harmônica para que essas demandas não fiquem reprimidas depois que uma seja sancionada.

Esses são os principais pontos em que o Ministério da Agricultura vem trabalhando. E a gente conta com o apoio do Congresso para que a gente consiga avançar de forma mais rápida nesse nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Sr. Frederico, só para nós registrarmos aqui, o seu nome completo e a sua função no Ministério.

O SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (*Por videoconferência.*) – O meu nome é Frederico Cintra, com c, Belém. Sou Coordenador-Geral de Agricultura Irrigada...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Perfeito.

O SR. FREDERICO CINTRA BELÉM (*Por videoconferência.*) – ... da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Muito obrigado ao senhor pela contribuição.

Bom, nós vamos chegando ao final da nossa audiência pública, cujo objetivo fundamental é de colaborar para soluções, afinal, é uma missão aqui da nossa Comissão de Agricultura do Senado Federal. Então, nós realizamos esta audiência pública para compartilhar com os brasileiros que puderam nos acompanhar o grave problema que assolou o sul do Brasil até bem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

poucos dias. Esperamos que esteja terminando a estiagem, que foi muito prolongada, extremamente causticante, destruidora, como nunca tinha acontecido no sul do Brasil.

Nós entendemos que as discussões vão prosseguir – há muito o que se resolver ainda com relação ao licenciamento ambiental, à questão das APPs, nesses temas – na Comissão de Agricultura, com a Presidência do meu colega Acir Gurgacz, que hoje me deu a honra de presidir a sessão – ele ficou nos acompanhando.

Por isso, nós estamos agradecendo as contribuições valiosas aqui de Guilherme Bastos Filho, do Ministério da Agricultura; Luiz Augusto Santos Lima, Subprocurador-Geral da República; Eugênio Zanetti, Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; Gedeão Pereira, Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul; Eduardo Bonotto, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul; Luiz Oliveira, Presidente e Fundador do Instituto Espinhaço.

Lamentamos que o Ministério do Meio Ambiente não tenha atendido o nosso pedido.

Também tiveram participação, ao longo desta audiência pública, os Senadores Esperidião Amin, Luiz do Carmo, Jean Paul Prates, também o Procurador de Justiça, representante institucional do Ministério Público do Rio Grande do Sul aqui, em Brasília, Dr. Fabiano Dallazen.

Ainda uma última medida extrapauta que nos pede aqui o nosso próprio Presidente da Comissão, Senador Acir Gurgacz.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 7, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater os problemas e entraves na organização do setor produtivo da Amazônia Legal, especialmente no estado de Rondônia, tendo em vista a morosidade no processo de regularização fundiária, atualmente em curso, bem como os conflitos existentes decorrentes da não regularização das áreas produtivas. Oportunamente, indicaremos os convidados.

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) e outros

Submetemos à votação dos nossos Senadores da Comissão.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz.

Com isso, vamos chegando ao final da nossa audiência pública, agradecendo a todos a oportunidade e àqueles que nos acompanharam e nos mandaram mensagens para cá.

Muito obrigado a todos e um bom dia.

(Iniciada às 8 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE FEVEREIRO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia dezessete de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Rose de Freitas, Carlos Viana, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª reuniões da CCT realizadas em 2021, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 022/2021, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), encaminhando Moção de Repúdio aos cortes nos investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que seriam destinados ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovações (MCTI); Ofício nº 731-2021, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, encaminhando Moção de Apoio à Ciência Brasileira, em defesa da ciência e das pesquisas realizadas pelas instituições públicas do país; Carta nº 35395508/2021, subscrita por Rogério Araújo Dias, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, encaminhando Moção de Repúdio à intenção da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) de enviar rejeitos radioativos (TORTA II) da Unidade de Interlagos para depositar na Unidade de Tratamento de Minérios (UTM) em Caldas (MG), conforme despacho do Ministério Público Federal do Estado de São Paulo; Expediente subscrito por Rodolfo Cirne Amstalden, Sócio Diretor da Empresa Jornalística Seu Dinheiro Publicações Ltda, com Sede em São Paulo (SP), declarando a Composição do Capital Social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, em atenção aos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.610/2002. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Rodrigo Cunha, apresenta breve relatório das Atividades desenvolvidas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática no ano de 2021. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcântaras, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes (*Ad hoc*), em substituição





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ouroeste, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 334, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mombaça, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Braçonortense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 1, de 2022** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 2, de 2022** que: "Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PL 5691/2019, que "institui a Política Nacional de Inteligência Artificial", proposta pelo Requerimento nº 79/2019-CCT." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor do requerimento. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia,**





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inovação, Comunicação e Informática nº 3, de 2022 que: "Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PLS 437/2018, proposta pelo REQ 55/2019-CCT, aditado pelo REQ 69/2019, e pelo REQ 71/2019." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do autor do requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<https://www12.senado.leg.br/multimedia/evento/105732>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores!

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª Reuniões da CCT, realizadas em 2021.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos: Ofício nº 22, de 2021, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, encaminhando moção de repúdio aos cortes dos investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que seriam destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; recebimento do Ofício nº 731, de 2021, da Câmara Municipal de Presidente Prudente, encaminhando moção de apoio à ciência brasileira em defesa da ciência e das pesquisas realizadas pelas instituições públicas do país; Carta nº 35395508, de 2021, subscrita por Rogério Araújo Dias, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, encaminhamento de moção de repúdio à intenção das indústrias nucleares do Brasil de enviar rejeitos radioativos da unidade de Interlagos para depositar na unidade de tratamento de minérios em Caldas, Minas Gerais, conforme o despacho do Ministério Público Federal do Estado de São Paulo; expediente subscrito por Rodolfo Cirne Amstalden, Sócio-Diretor da empresa jornalística Seu Dinheiro Publicações Ltda., com sede São Paulo, declarando a composição do capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares direta ou indiretamente de pelo menos 70% do capital total e do capital votante, em atenção aos arts. 3º e 4º Lei 10.610, de 2002.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse dos Srs. Senadores e Senadoras membros desta Comissão, a fim de que as matérias sejam analisadas por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral nº 12.

Como todos sabem, esta reunião acontece de maneira remota e também presencial. E, como é a primeira reunião após o retorno do recesso, primeira reunião deste ano, gostaria aqui de, com satisfação, abrir os trabalhos desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nesta sessão que se está iniciando.

No segundo semestre do último ano, tivemos o retorno das atividades regulares desta CCT após cerca de um ano e meio de suspensão dos trabalhos da Comissão em razão da pandemia do novo coronavírus. Nesse curto espaço de tempo, conseguimos realizar sete reuniões deliberativas e onze audiências públicas. Nas reuniões, abordamos matérias que dialogaram com os principais assuntos da vida pública nacional e evidenciamos os desafios que se apresentam aos temas de competência desta Comissão.

Para se ter uma ideia, promovemos audiências públicas sobre a criação de moeda digital no país, processo de licitação da rede 5G, avanços na mobilidade urbana, inovação no diagnóstico e tratamento do câncer, financiamento da ciência e tecnologia no Brasil, demandas do setor do agronegócio, além da segurança de dados dos brasileiros.

Nesta sessão legislativa que se inicia, esperamos ampliar ainda mais a abrangência dos temas debatidos nesta Comissão. Embora estejamos num ano que encontrará eleições gerais em outubro, compartilho da ideia de que devemos recuperar o tempo em que nossas atividades



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se encontravam suspensas. Creio ser possível conciliar o processo eleitoral com o desenvolvimento dos trabalhos desta Comissão.

Recordo que ainda estamos operando no modo semipresencial, mas as ferramentas disponibilizadas pelo Senado Federal têm permitido pleno funcionamento dos trabalhos da CCT e garantido a observância dos protocolos de segurança sanitária de nossos membros, dos funcionários da Casa e dos convidados que venham participar de nossas audiências públicas.

Tenho a convicção de que a CCT traz na sua essência o potencial de promover iniciativas e debates de temas que irão moldar o futuro do nosso país. Não se constrói o desenvolvimento de uma nação sem que haja ganhos de competitividade em decorrência de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. E esta Comissão permanece atenta a isso e irá instrumentalizar o país com os meios para que esses objetivos sejam alcançados.

Então, senhores, com a convicção de que, ao cabo de 2022, realizaremos um balanço extremamente positivo dos trabalhos, começamos este ano.

A partir deste momento, desejo a todos um excelente trabalho.

Sendo assim, já iremos dar sequência à nossa pauta.

Informo que os itens 1 a 7, que são terminativos, serão votados nominalmente, em bloco, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias. (*Pausa.*)

Pela ordem, aqui também em respeito aos colegas que estão acompanhando presencialmente, Senadora Mailza Gomes... Não sei se tem um parentesco, mas o nosso Eduardo Gomes também está aí. Essa família Gomes é muito forte! O Senador Eduardo Gomes está acompanhando, o Senador Styvenson Valentim também acompanhando.

Há uma solicitação, Senadora Mailza, do Senador Eduardo Gomes para fazer a leitura rápida de um requerimento que ele apresentou. Se V. Exa. permitir... V. Exa., na pauta, estava à frente, mas eu acredito que seja algo rápido e o Senador Eduardo Gomes teria a palavra. De acordo? (*Pausa.*)

ITEM 8**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 1, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Então, Senador Eduardo Gomes, V. Exa. com a palavra para fazer a leitura do requerimento apresentado e que consta no item 8.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, apenas para informação pública: a Senadora Mailza Gomes é minha irmã mais nova. Então, queria agradecer a ela a deferência e a V. Exa., Presidente, que reinicia os trabalhos desta importante Comissão.

Eu queria destacar e já agradecer de antemão o apoio de todos os colegas ao grande passo que o Congresso Nacional, em especial o Senado da República, fez com relação aos tempos de hoje, com a aprovação da PEC 115, através da PEC original 17, de nossa autoria, mas com apoio do Senado, que garantiu entre os direitos fundamentais da Constituição a proteção de dados do cidadão brasileiro, uma PEC de muita repercussão nacional e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, que só foi possível pelo apoio de V. Exa., desta Comissão e do Senado Federal. Eu agradeço à Senadora Mailza por essa deferência. Muito obrigado, Senadora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- representante União Europeia;
- a Sra. Laura Schertel Mendes, Doutora em Direito Privado pela Universidade Humboldt de Berlim e Diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas, de Berlim;
- o Sr. Fabrício da Mota Alves, Conselheiro do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;
- o Sr. Sérgio Paulo Galindo, Presidente Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brascomm).

Justificação.

O Brasil comemorou, em 2018, a aprovação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, sem dúvida, um marco no avanço das conquistas cívicas, que alinhou o país com as mais modernas democracias constitucionais do mundo. Das diversas disposições de que trata a lei, uma delas é a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, feita pela Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018, entre cujas atribuições está o zelo pela proteção de dados e a difusão, na sociedade, através do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, do conhecimento sobre as normas e as políticas públicas de proteção de dados pessoais e sobre as medidas de segurança.

Trata-se, sem dúvida, de um viés claramente colaborativo e pedagógico, no sentido de construir o conhecimento sobre a privacidade e a proteção de dados – um papel comum às autoridades internacionais de proteção de dados.

Mas esse não deve ser um papel exclusivo de um órgão fiscalizador vinculado ao Poder Executivo. Pelo contrário, o Poder Legislativo é o principal propulsor da LGPD. Foi graças aos inmensuráveis esforços dos relatores nesta Casa e na Câmara dos Deputados que o marco regulatório brasileiro foi aprovado e sancionado. E já tivemos a oportunidade de debater a medida provisória que atualizou essa legislação, ainda no prazo da *vacatio legis*. Inclusive, presidimos a Comissão Mista designada para sua apreciação preliminar aos Plenários da Câmara e do Senado. Também foi o Congresso a aprovar proposta de emenda constitucional de nossa autoria, a PEC 17, de 2019, promulgada como Emenda Constitucional nº 115, que institui o direito fundamental da proteção de dados na Constituição Federal.

Nesse sentido, temos convicção de que não basta haver uma LGPD; é preciso multiplicar as ações em políticas públicas em torno desse assunto tão caro à sociedade internacional. Por isso, entendemos signficante, tanto quanto a própria União Europeia o fez, a instituição de uma data comemorativa nacional sobre o assunto.

É bem verdade que a Europa já possui a sua data de proteção de dados internacionalmente celebrada, 28 de janeiro, mesmo dia em que a sua importante Convenção 108 abriu-se às assinaturas nos estados e entidades interessados na adesão. Referido instrumento de direito internacional público é tão relevante para a história contemporânea, especialmente em matéria de respeito aos direitos fundamentais e às liberdades civis da pessoa humana, que, em 2018, o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil requereu e teve acatado o pedido para ingressar no Comitê Consultivo da Convenção 108, na condição de observador.

Temos, assim, a intenção ora declarada de propor o projeto de lei instituindo a data para comemoração, em nível nacional, do Dia da Privacidade, mas entendemos relevante um debate social em torno da questão, tal qual prescreve o art. 2º da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que fixa critério para instituição das datas comemorativas. Nesse sentido, por meio da realização de audiência pública, pretendemos colher contribuições dos especialistas e autoridades nacionais e internacionais, a fim de democratizar o debate.

Contamos, assim, com o apoio dos nobres pares deste Colegiado para aprovar o nosso requerimento e fixar a data da audiência pública ora proposta.

É o requerimento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Muito obrigado.

E mais uma vez obrigado à Senadora Mailza Gomes pela deferência e por ter nos ajudado a propor esse requerimento tão importante, de um assunto que coloca em sintonia o Senado Federal e a população brasileira e internacional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Senador Eduardo Gomes, V. Exa. demonstra nesse ato também a importância do seu nome para o país no que se refere à proteção de dados, não só o que já fez mas o que continua fazendo e, com certeza, irá continuar a fazer nos próximos anos, para que esse assunto seja visto por toda a sociedade brasileira, por toda a imprensa, por todo o setor produtivo e pelo poder público como algo de extrema importância.

Sinceramente, na minha concepção, o produto hoje mais cobiçado do mundo são os dados. Então, quando a gente fala de segurança pessoal, quando a gente fala de segurança de dados, a gente está falando do momento atual, em que muitas vezes nós somos vítimas, alvos de negociações com os nossos dados, nosso nome, e nem sabemos. Então, em busca dessa proteção e de dar uma segurança jurídica ao país, para fazer com que até investimentos internacionais olhem com seriedade para o país, através de uma segurança jurídica que é conquistada a cada passo... E aqui eu quero destacar: não existe nada mais sólido do que colocar na nossa Constituição o direito à proteção de dados, e V. Exa. foi um gigante para que isso fosse hoje uma realidade e tem consciência de quanto contribui neste momento para o país e de quantas portas serão abertas com este ato, que já é uma realidade firmada.

Então, nada mais justo do que trazer novamente à tela esse tema para debatê-lo e para haver uma data para, em todos os anos, simbolicamente, relembrar a conquista e alertar a população sobre seus direitos no que se refere à proteção.

Sendo assim, coloco em votação.

Antes, porém, consulto os Srs. Senadores se desejam usar da palavra. (*Pausa.*)

Não havendo, coloco aqui em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora à leitura dos demais itens.

O Senador Styvenson está presente também e está solicitando a palavra.

Senador Styvenson, com a palavra V. Exa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras e todos que assistem também.

Se for possível, Senador Rodrigo Cunha, que eu faça a leitura do relatório da outorga, permissão ou autorização de radiodifusão de uma rádio do Estado do Ceará, eu ficarei grato, uma vez que está havendo reunião do nosso bloco, tratando da PEC 110, da reforma tributária – se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, eu solicito aqui aos Senadores também... Do item 1 eu sou o Relator; e Izalci Lucas não está aqui. Será relatado *ad hoc* pela Senadora Mailza o item 3.

Senadora Mailza, V. Exa. concorda com o Senador Styvenson? (*Pausa.*)

Então, de acordo, Senador Styvenson.

Agradeço a V. Exa. também por compartilhar do seu tempo. Agora há pouco estava na Comissão de Educação, atuando por lá, agora já está aqui e já está com a reunião do bloco acontecendo. Inclusive, represente-me por lá. No que V. Exa. determinar, V. Exa. terá dois votos lá para decidir, o meu e o seu.

(É o seguinte o item:

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 334, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Mombaça, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)

Então, com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – É muita responsabilidade, Senador Rodrigo Cunha, ter esses dois votos.

Agradeço à Senadora Mailza. Se ela dissesse que não poderia, é claro que eu não ia passar à frente de uma mulher.

Eu posso passar logo para a análise, já que dessas outorgas todas já é conhecida a parte formal da nossa leitura.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre a esta Comissão, a CCT, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O voto, Sr. Presidente – desculpe-me a rapidez e a velocidade na leitura, mas o texto já é conhecido de todos os Senadores.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 334, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultura Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Mombaça, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, obrigado! Vou lá representar o senhor também na nossa reunião.

Um abraço! Um abraço, Mailza!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Styvenson pela leitura muito sucinta, muito direta, ao passo em que coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passaremos agora – e nada mais justo já que foi muito solícita a Senadora Mailza em permitir com que os demais itens tivessem prioridade e, apesar de estar no item 1 como Relator, nada mais justo do que colocar V. Exa. à frente – à leitura do item 3.

ITEM 3**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 714, DE 2019****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ouroeste, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Dessa forma, concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes para fazer a leitura do relatório do item 3.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Como Relatora.) – Bom dia, Presidente Senador Rodrigo Cunha. Quero cumprimentar todos os demais Senadores, Senador Eduardo Gomes, Senador Styvenson, Senador Izalci Lucas, Senador Flávio Arns e também o Senador Jean Paul.

Vamos ao relatório do item 3.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2019 (nº 1.436, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Celebração FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Ouroeste, Estado de São Paulo.

Peço permissão, Presidente, para ir direto ao voto, já que o texto formal é bem conhecido de todos também.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Obrigado pela leitura do relatório. O relatório traz muita relevância para o Estado de São Paulo.

Coloco em discussão a matéria.

Os Srs. Senadores que queiram discutir se manifestem. (*Pausa.*)

Não há quem queira discutir. Encerro a discussão.

Teremos agora um momento interessante, porque vamos fazer a solicitação à Senadora Mailza para dar contribuição a esta Comissão através da leitura de outros pareceres. Nossos colegas Senadores que não podem estar, neste momento, nesta Comissão solicitaram, e a Senadora Mailza prontamente atendeu.

Então, vamos fazer essa leitura em bloco de alguns projetos, dentre os quais agora passaremos à leitura do item 2, do Senador Izalci Lucas, que se refere ao PDL 335, de 2019.

ITEM 2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 335, DE 2019****- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes, como Relatora *ad hoc*.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Como Relatora.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação (*Fora do microfone.*) Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal.

Novamente peço permissão para ir direito ao voto, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 335, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2019, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a Senadora Mailza pela leitura, como Relatora *ad hoc*, do item 2, que se refere ao PDL 335, de 2019.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esse será mais um projeto a ser encaminhado para votação em bloco.

Dando sequência, passo à leitura do item 5, que tem como Relator o Senador Jean Paul Prates, que solicita também à Senadora Mailza, como Relatora designada *ad hoc*, que faça a leitura.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 16/02/2022, o senador Jean Paul Prates apresenta novo relatório pela aprovação do projeto com emenda.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Então, com a palavra novamente a Senadora Mailza Gomes.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Como Relatora.) – Relatório do Senador Jean Paul Prates, da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2019, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba – nome difícil!

Irei direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 376, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Mataraca, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Encerrada a leitura do relatório – agradeço à Senadora Mailza –, coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esse item também será colocado para votação em bloco.

Passo agora a palavra ao Senador Vanderlan Cardoso para leitura do relatório do item 6, relativo ao PDL 717, de 2019.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 717, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Vanderlan.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (PSD - GO. Como Relator.) – Presidente Rodrigo, meus cumprimentos. Quero parabenizá-lo pelo trabalho à frente desta Comissão, da qual tive o prazer e o orgulho de estar durante quase dois anos como Presidente, tendo aqui o senhor como membro à época.

Cumprimento a nossa Senadora Mailza, do nosso querido Estado do Acre.

Sr. Presidente, este é o relatório que vou passar a ler, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2019 (nº 694, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo.

Quero pedir, Sr. Presidente, aqui, a autorização para ir direito ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Jaú S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Jaú, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Presidente da República”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - AL) – Encerrada a leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com os demais projetos.

Ainda temos a leitura de mais um projeto aqui. O Senador Vanderlan lembrou bons momentos, momentos em que presidiu esta Comissão, e eu gostaria também de solicitar a V. Exa. que, mais uma vez, presida esta reunião desta Comissão de Ciência e Tecnologia, que V. Exa. tão bem representa, para que a Senadora Mailza dê sequência, ao passo que eu peço licença para cumprir com outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Antes de darmos sequência aqui ao item 1 da pauta, quero cumprimentar aqui o Secretário Itamar, o Aguirre, o Jazer e a Luciana. São pessoas que, quando estive aqui, à frente, Senadora Mailza, desta Comissão, nos auxiliaram, nos ajudaram e foram responsáveis pelo sucesso desta Comissão.

Item 1 da pauta.

Senadora Mailza para a sua relatoria.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcântaras, Estado do Ceará.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Como Relatora.) – Cumprimento o Senador Vanderlan, no momento, Presidente.

Substituí o Senador Rodrigo Cunha na relatoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2019, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alcântaras, Estado do Ceará.

Eu peço permissão, Presidente Vanderlan, para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Encerrada a leitura do relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, após a discussão de todas as matérias terminativas, com a abertura do painel eletrônico.

Em votação os projetos constantes dos itens 1 a 7, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com o voto dos Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Até faço aqui um pedido aos Senadores que compõem esta Comissão... Eu peço, Itamar, o relatório dos nossos Senadores e Senadoras desta Comissão para que a gente possa estar chamando aqui. Peço a colaboração de todos, Senadora Mailza, para que venham aqui colaborar para a gente passar, como diz aqui no jargão popular, uma régua nesses projetos hoje para que eles sejam encaminhados, já que foram muito bem discutidos aqui e muito bem relatados. (*Pausa.*)

Senador Eduardo Gomes.

Peço ao Senador Eduardo Gomes, se não estiver aqui no Senado, que vote, por favor. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aproveitar aqui... Foi-me comunicado aqui pelo Itamar que esta votação, Senadora Mailza, pode ser feita também por via remota, ou seja, quem estiver aí no gabinete pode votar.

Nós temos um quórum de 16.

Então, Eduardo Gomes... Peço até ao pessoal nosso que já peça ao Senador Eduardo Gomes para votar, por favor.

Senador Confúcio Moura, peço que vote.

Daniella Ribeiro, a nossa Relatora do PLC 79, por favor, peço que vote – venha votar ou vote pelo virtual.

Senador Luis Carlos Heinze e nossa querida Senadora Rose de Freitas, peço que votem.

Senador Izalci Lucas.

Esta primeira chamada é para os titulares.

Senador Paulo Rocha, Senador Angelo Coronel, Senador Chico Rodrigues, Senador Wellington Fagundes, Senador Styvenson Valentim, se estiverem no gabinete, em atendimento, podem votar pelo modo virtual.

Senador Acir Gurgacz – se a assessoria estiver vendo aí –, por favor, peço que vote.

Senadora Eliziane Gama – seu chefe de gabinete, o Pablo Munhoz, está nos ouvindo aí –, por favor, peço que vote.

Senador Jean Paul Prates, peço também que vote.

E aqui nós temos os nossos suplentes. Caso os titulares não votem, há os suplentes: Roberto Rocha, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Zequinha Marinho, Carlos Portinho. *(Pausa.) (Pausa.)*

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Com a palavra, Senadora Mailza.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Pela ordem.) – Presidente, só uma correção no item 7, do PDL 408, de 2019, que está constando aqui como não lido; porém, está no conjunto de votações. Só para fazer essa correção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Certo, correção feita, Senadora. Obrigada, Senadora.

Item 7, não é, Senadora?

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. *Fora do microfone.*) – Item 7, PDL 408, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – O.k. *(Pausa.)*

Senador Paulo Rocha, seja bem-vindo a esta Comissão, nosso amigo do nosso Estado do Pará!

Já votou, Senador? *(Pausa.)*

Certo. *(Pausa.)*

Senadora Daniella Ribeiro, vejo que V. Exa. está aí; prazer enorme em a estar vendo aqui pelo vídeo. A senhora quer fazer o seu voto aí, nessas matérias importantes? A senhora já não votou? Quer expressar o seu voto agora? *(Pausa.)*

Líder Daniella Ribeiro, o seu microfone está fechado. Abra aí, por favor! *(Pausa.)*

Líder Daniella, ainda não abriu o seu microfone.

Só um momento, é aqui ou é lá? É lá? *(Pausa.)*

Enquanto abre o microfone da nossa Senadora, Senador Izalci, está aí também no virtual. Senador Izalci, seu voto, Senador. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência.*) – Estou indo votar, estou chegando aí à Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – Senadora Daniella já votou.

Senador Izalci. (*Pausa.*)

Comunico a esta Comissão que a Senadora Daniella Ribeiro está com problema no áudio, mas já votou pelo *chat* e falou pessoalmente comigo. Então, o voto dela será computado.

Senadora Daniella, será computado o voto de V. Exa.

Voto "sim" da Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

A votação será encerrada. (*Pausa.*)

Votação encerrada.

Solicito à Secretaria que divulgue o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. PSD - GO) – A Comissão aprova, por 12 votos SIM, nenhum NÃO, e nenhuma abstenção, os projetos constantes dos itens 1 a 7, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Comunico que os itens 9 e 10, os requerimentos de autoria do Senador Rogério Carvalho, foram retirados de pauta.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 9**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 2, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PL 5691/2019, que "institui a Política Nacional de Inteligência Artificial", proposta pelo Requerimento nº 79/2019-CCT.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 3, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer a dispensa da Audiência Pública destinada a instruir o PLS 437/2018, proposta pelo REQ 55/2019-CCT, aditado pelo REQ 69/2019, e pelo REQ 71/2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE))

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 07 minutos.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia dezessete de março de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Rose de Freitas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Acir Gurgacz e Eliziane Gama. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o arquivamento dos seguintes expedientes lidos na 1ª Reunião, em 17 de fevereiro de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senadora ou Senador membro desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019: Ofício nº 22/2021, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP); Ofício nº 731/2021, da Câmara Municipal de Presidente Prudente; Carta nº 35.395.508/2021, subscrita por Rogério Araújo Dias, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo; Expediente subscrito por Rodolfo Cirne Amstalden, Sócio-Diretor da Empresa Jornalística Seu Dinheiro Publicações Ltda., com sede em São Paulo. A Presidência comunica também o recebimento dos seguintes expedientes externos: Carta Aberta de cientistas e personalidades membros da Ordem Nacional do Mérito Científico manifestando indignação e protesto em relação à exclusão arbitrária dos cientistas Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda da lista de agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Científico de 2021, por meio de decreto presidencial de 05/11/2021; Ofício nº 616/2020/SGM, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando pedido de providências para que sejam destinados mais recursos aos projetos de pesquisas relacionados ao coronavírus, principalmente para as instituições federais e estaduais de Minas Gerais que já vêm desenvolvendo estudos, mas sem muito apoio financeiro. Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camocim, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Acopiara, Estado do Ceará."





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto.

ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT.

ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2021 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Ulysses Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto.

ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tonantins, Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto.

ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Carlos Viana.

ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Elesbão Veloso, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT.

ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Elredo Carlos Alberto do Carmo Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaporanga, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT.

ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o projeto com a Emenda nº 1-CCT.

ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 4, de 2022, que: "Requer a inclusão do Senhor Rodolfo Fücher, Presidente da Associação Brasileira de Software (Abes) e do Senhor Andriei Gutierrez, Secretário Geral do Fórum Empresarial LGPD, como convidados da Audiência Pública, objeto



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do REQ 1/2022-CCT, para debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento com a sugestão, do Senador Rodrigo Cunha, de inclusão do nome da Senhora Samanta Oliveira, Líder do Comitê de Proteção de Dados da Associação Brasileira Online to Offline (ABO2O) e Encarregada de Dados para o Brasil do Mercado Livre. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 5, de 2022**, que: "Requer a inclusão do Senhor Cláudio Simão de Lucena Neto, membro do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd) na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022-CCT." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/03/17>

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e todos que nos acompanham através das plataformas do Senado Federal!

Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As senhoras e os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o arquivamento dos seguintes expedientes lidos na 1ª Reunião, em 17 de fevereiro de 2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senadores membros desta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019:

- Ofício nº 22/2021, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP);
- Ofício nº 731/2021, da Câmara Municipal de Presidente Prudente;
- Carta nº 35.395.508/2021, subscrita por Rogério Araújo Dias, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- expediente subscrito por Rodolfo Cirne Amstalden, sócio-diretor da empresa jornalística Seu Dinheiro Publicações Ltda., com sede em São Paulo.

A Presidência comunica também o recebimento dos seguintes expedientes externos:

- carta aberta de cientistas e personalidades membros da Ordem Nacional do Mérito Científico manifestando indignação e protesto em relação à exclusão arbitrária dos cientistas Adele Schwartz Benzaken e Marcus Vinícius Guimarães de Lacerda da lista de agraciados com a Ordem Nacional do Mérito Científico de 2021, por meio de decreto presidencial de 05/11/2021;

- Ofício nº 616/2020/SGM, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando pedido de providências para que sejam destinados mais recursos aos projetos de pesquisas relacionados ao coronavírus, principalmente para as instituições federais e estaduais de Minas Gerais que já vêm desenvolvendo estudos, mas sem muito apoio financeiro.

Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Senadoras e dos Senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas por esta Comissão, conforme nossa instrução normativa.

Esta reunião está acontecendo de maneira semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores participarem e votarem através do aplicativo do Senado Federal. As inscrições estão abertas.

Vamos dar sequência à nossa pauta, do item 1 ao item 9, que são terminativos e serão votados em bloco. Então, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias, passaremos à votação.

Nós temos aqui... Eu vou me colocar como o último... Vou inverter a ordem. Eu estou como Relator também do item 1. Então o item 1 ficará por último. Dando sequência aqui, nós temos... Inclusive vou dar preferência aos Senadores que já estão aqui, como os Senadores Izalci Lucas e Styvenson Valentim, que já estão acompanhando esta sessão e aguardando a leitura dos seus pareceres. E, pela ordem, o item 2 também irá aguardar um pouco.

Dessa maneira, passaremos à leitura do item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Eu concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para fazer a leitura do relatório do item 3, o PDL 462, de 2019.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Esse PDL 462 é de caráter terminativo. É o projeto de lei que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, aqui no Distrito Federal.

Peço a V. Exa. para ir direto para a análise.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 462, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 1.691, de 4 de abril de 2018, que deferiu a renovação ora analisada. O processo de outorga esteve a cargo do extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e não do Ministério das Comunicações, recriado pela Lei nº 14.074, de 14 de outubro de 2020.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 462, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2019, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Senador Izalci, agradeço-lhe a leitura do relatório.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Então, é um projeto que será apreciado em votação nominal, realizada em bloco, com abertura do painel eletrônico.

Sendo assim, o Senador Izalci também apresenta um requerimento, o Requerimento nº 4. Como ele está aqui presente, também em busca da celeridade e da eficiência, já concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para fazer a leitura do seu requerimento.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 4, DE 2022
- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor Rodolfo Fächer, Presidente da Associação Brasileira de Software (Abes) e do Senhor Andriei Gutierrez, Secretário Geral do Fórum Empresarial LGPD, como convidados da Audiência Pública, objeto do REQ 1/2022-CCT, para debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Já está abrindo aqui, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 1/2022, sejam convidados representantes da Associação Brasileira das Empresas de Software (Abes) e do Fórum Empresarial LGPD na audiência pública com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional da Proteção de Dados.

Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:

- Sr. Rodolfo Fächer, Presidente da Abes;
- Sr. Andriei Gutierrez, Secretário-Geral do Fórum Empresarial LGPD.

Esse é o requerimento, Presidente.

Eu acho que eles podem contribuir muito com relação a essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Senador Izalci Lucas, eu gostaria de pedir também a gentileza de V. Exa., já que há um requerimento pronto apresentado e está em leitura, para, por gentileza, acrescentar também ao requerimento de V. Exa., para fazer um aditivo e colocar o nome de outra pessoa para estar aqui presente. Se V. Exa. pudesse adicionar a Dra. Samanta Oliveira para participar também dessa solenidade, isso seria de grande contribuição para o debate.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Concordo, Presidente, com V. Exa. e adiciono aqui no relatório então o nome da... Há aí o nome completo dela e a entidade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – É a Dra. Samanta Oliveira. Estão aqui todas as informações anexas também ao requerimento de V. Exa. É Samanta Oliveira. Todo o histórico e todo o currículo também estão anexados. Eu acho que é também importante sempre estarem fundamentadas todas essas solicitações.

Então, sendo assim, encerrada a leitura, consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, encerro a discussão.

Coloco em votação.

É votação simbólica.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, a Secretaria agora tomará todas as providências necessárias.

Dando sequência, passaremos agora à leitura do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Ulysses Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Estava aqui presente – eu o estava visualizando – o Senador Styvenson Valentim. A câmera fechou agora, mas ele está presente.

Senador Styvenson, bom dia! Já acompanhei aqui um pouco da Comissão de Educação. V. Exa. estava atuando lá e já está aqui, sempre muito ativo. Agradeço demais a presença de V. Exa. e a contribuição com os nossos trabalhos legislativos, seja presencialmente, como estava em Alagoas, na semana passada, numa comissão externa deste Senado Federal, como também virtualmente.

Então, Senador Styvenson, com muita alegria, concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Rodrigo; Sras. Senadoras e Srs. Senadores presentes; todos que nos acompanham.

Se for permitido, Sr. Presidente, eu quero passar para a análise e, para ser mais sintético, mais objetivo, passar à leitura rápida, porque já são de conhecimento as nossas responsabilidades, nossas previsões legislativas em relação a esses projetos de outorga de radiodifusão. Então, eu já passaria para a leitura do parágrafo um e seguiria para o voto.

Conforme determinação do Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Combinado com isso, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição... Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou (*Falha no áudio.*)... observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, Sr. Presidente, sem ser tão prolixo na repetição de tanta responsabilidade que nós já temos aqui nesta Comissão, parto para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 210, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Fundação Ulysses Guimarães para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município...

Consegue ouvir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Estou ouvindo bem, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Por videoconferência.*) – Saiu a imagem, e eu achei que tinha caído aqui alguma coisa, a transmissão.

É para fins exclusivamente educativos no Município de Apodi, aqui no meu grande Estado do Rio Grande do Norte, lá no Alto Oeste Potiguar, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, é isso, Sr. Presidente. Foi lido de forma sintética.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Agradeço, Senador Styvenson, pela leitura de forma sucinta, célere e direta.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, ressalto que esta votação é nominal e que a matéria será votada em bloco, junto com os demais projetos.

Tenho aqui uma solicitação da Senadora Daniella Ribeiro, que levantou a mão virtualmente. Eu gostaria de ouvir a Senadora Daniella Ribeiro.

Então, se puder abrir o vídeo, Senadora, se estiver acompanhando...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, bom dia a V. Exa. e aos colegas Senadores!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Bom dia!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Por videoconferência.*) – Eu não vou poder abrir o vídeo, Sr. Presidente, mas queria dar uma contribuição com relação ao item anterior. Eu havia levantado a mão e, inclusive, colocado no bate-papo, mas acho que não deu para vocês visualizarem. Eu queria também trazer uma contribuição para essa audiência pública que foi aprovada anteriormente, pedindo para incluir Cláudio Simão de Lucena Neto, que foi nomeado membro do Conselho Nacional de Proteção de Dados, um órgão consultivo da ANPD, representante de instituições científicas, tecnológicas e de inovação. Eu queria que incluísse o nome dele, para ele estar presente nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Senadora Daniella, da mesma forma como eu quis contribuir, dando sugestões, acredito que a contribuição de V. Exa. é muito interessante. As indicações de nomes técnicos para contribuir num debate mais aprofundado são sempre bem-vindas.

Dessa forma, eu consulto a Mesa sobre qual seria o procedimento ideal, se seria o de anexar ao requerimento do Senador Izalci ou o de apresentar um requerimento *ad hoc*, como foi feito agora pela Senadora, para colocarmos em votação o acréscimo do indicado pela Senadora. É o Alex?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Por videoconferência.*) – É o Cláudio Lucena.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Então, como já houve a votação, Senador Izalci, vamos fazer um requerimento de maneira presencial, na verdade, de maneira virtual, pela Senadora Daniella Ribeiro, solicitando a presença do Sr. Cláudio Lucena Neto, representante da ANPD, na audiência a ser realizada em relação à LGPD...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – ... audiência do requerimento do Senador Eduardo Gomes.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 5, DE 2022**

Requer a inclusão do Senhor Cláudio Simão de Lucena Neto, membro do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd) na Audiência Pública objeto do REQ 1/2022-CCT.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Sendo assim, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Comissão irá tomar todas as providências necessárias para entrar em contato com os convidados.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. *Por videoconferência.*) – Agradeço-lhe, Sr. Presidente, e aos colegas pelo voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Nós é que lhe agradecemos, Senadora.

Dando sequência, temos virtualmente aqui a presença do Senador Flávio Arns, que é Relator do item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Senador Flávio Arns, agradeço a V. Exa. por estar acompanhando a audiência desde o início e lhe concedo a palavra para a leitura do parecer referente ao PDL 455, de 2019.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Isso. Agradeço, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É o PDL 455, de 2019, que aprova o ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Passo diretamente à leitura do voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do PDL nº 455, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 455, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

É a mesma emenda de redação dos outros projetos já lidos no dia de hoje.

Eu quero só mandar um abraço para Criciúma, em Santa Catarina, porque toda a família do meu pai é originária de Forquilha, ao lado de Criciúma: D. Paulo Evaristo Arns, Dra. Zilda Arns, da Pastoral da Criança, e meu pai também, Osvaldo Arns. É um município muito querido, uma região muito querida. Meu avô foi pioneiro em Forquilha, que era distrito, naquela época, do Município de Criciúma e hoje é um município próspero, bonito, desenvolvido, assim como também o é Criciúma. Quero deixar um grande abraço àquele povo querido.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Senador Flávio Arns, agradeço a leitura direta e sucinta do relatório apresentado por V. Exa., também mencionando a contribuição de toda a família Arns a este país. Então, V. Exa. simboliza muito bem toda a família e aqui está fazendo esse registro importante.

Dessa maneira, encerrada a leitura, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Essa votação será nominal, realizada em bloco, com os demais projetos.

Dando sequência, voltaremos ao item 2, item que tinha como Relatora inicial a Senadora Simone Tebet, que também entrou em contato e solicitou que fosse feita uma indicação de um Relator *ad hoc*, e nós contamos com a presença do Senador Izalci Lucas aqui na Comissão. O Senador Izalci já é considerado aquele Senador que mais tempo ocupa na TV Senado, sempre atuante em todas as Comissões. E, agora, mais uma vez, está nesta Comissão, dando a sua grande contribuição.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 333, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Acopiara, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Então, Senador Izalci, concedo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório do item 2.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Já peço a V. Exa. também, então, para ir direto à análise do relatório.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Portanto, passo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 333, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Acopiara, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passaremos à votação, que será nominal, realizada em bloco, após a leitura dos demais projetos.

Dando sequência, em busca da eficiência, já pegamos o ritmo do Senador Izalci Lucas e passaremos à leitura do relatório do item 5, que, a princípio, teria como Relator o Senador Plínio Valério, mas cujo Relator *ad hoc* será o Senador Izalci Lucas, a quem eu concedo a palavra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tonantins, Estado do Amazonas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.)
– Da mesma forma, Presidente, vou direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, compete à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 309, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 309, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tonantins, Estado do Amazonas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados,

Esse é o voto, Presidente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Lido o relatório, eu o coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, informo que ele será colocado em votação em bloco, junto com os demais projetos.

Dando sequência, passaremos à leitura do item 7, que será relatado *ad hoc* pelo Senador Izalci Lucas, referente ao PDL 371, de 2019.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 371, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Elesbão Veloso, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador, com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Como Relator.) – Obrigado.

Vou direto à análise, Sr. Presidente.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 371, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 1.011, de 9 de maio de 2016, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado na gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo então Ministério das Comunicações. Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós o colocaremos em votação nominal junto com os demais projetos, em bloco.

Senador Izalci Lucas, solicito a V. Exa. que, se possível, assuma a Presidência para que eu possa fazer a leitura do item 1, do qual sou Relator, de maneira também muito célere, para que a gente possa dar sequência a esta reunião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Camocim, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Concedo a palavra, para leitura do relatório, ao nosso Senador Presidente Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, passarei diretamente à análise do projeto para fazer a leitura do parecer que está no item 1.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 159, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 248/2016/SEI-MC, que deferiu a outorga ora analisada. A referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações e não pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Passamos diretamente ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Então, Sr. Presidente, é esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Lido o relatório, eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será realizada em bloco, com a abertura do painel eletrônico.

Devolvo a Presidência a V. Exa.

O item 8, do Senador Vanderlan Cardoso, também podemos fazer *ad hoc*. (*Pausa.*)

Ele está chegando. Ótimo! Se ele não chegar, a gente... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Aproveito para comunicar que o item 6, cujo Relator é o Senador Carlos Viana, será retirado de pauta a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 373, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.)*

Dando sequência, vamos ao último item da pauta.

Passo a palavra para o Senador Vanderlan Cardoso, para fazer leitura do PDL 715, de 2019.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 715, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Elredo Carlos Alberto do Carmo Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaporanga, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o senhor, toda esta Comissão, os membros desta Comissão, o nosso Senador Izalci Lucas, aqui presente.

Sr. Presidente, como o relatório já está disponibilizado e publicado há vários dias, solicito a permissão de V. Exa. para fazer um relato resumido da matéria. *(Pausa.)*

Está autorizado, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Autorizado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2019, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Elredo Carlos Alberto do Carmo Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itaporanga, Estado de São Paulo.

Após a análise, Sr. Presidente, concluímos que o projeto cumpre os critérios de formalidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 915, de 14 de outubro de 2010, que deferiu a outorga ora analisada.

Quanto ao voto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Lido o relatório, coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, passaremos agora à votação dos itens 1 a 5 e 7 a 9, nos termos dos relatórios apresentados.

Então, quem concorda com os Relatores pode votar "sim".

Solicito à Mesa a abertura do painel eletrônico para votação.

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

(Pausa.)

Eu solicito também à assessoria da Mesa que entre em contato com os Senadores que estão presentes e que ainda não realizaram a votação: o Senador Heinze, que inclusive foi Relator, e o Senador Angelo Coronel. Então, com esses dois, concluímos a votação e podemos encerrar a reunião.

Então, solicito que entrem em contato diretamente com os Senadores para registrarem o voto, lembrando aqui que estamos realizando a votação dos itens 1 a 5 e 7 a 9, todos com relatórios lidos para votação em bloco.

Além disso, tivemos hoje a aprovação, de maneira nominal, de requerimento do Senador Izalci Lucas para a realização de audiência pública referente ao requerimento do Senador Eduardo Gomes.

Agora falta apenas um. Eu não posso votar como Presidente. *(Pausa.)*

Além do Senador Angelo Coronel, que está tentando realizar a votação virtual, solicito também que entrem em contato com o Senador Jean Paul Prates, que estava na Casa. *(Pausa.)*

A Senadora Rose acabou de entrar virtualmente na sessão.

Registro, então, Senadora Rose, que, se V. Exa. quiser realizar a votação também de maneira virtual, verbal, mas se estiver com alguma dificuldade, é possível realizá-la também neste momento. *(Pausa.)*

Senadora Rose, eu estou acompanhando pelo vídeo. O áudio fica abrindo e fechando. Não sei se V. Exa. quer se manifestar de alguma forma. Inclusive, pode ser através do *chat*, por escrito. *(Pausa.)*

Senadora, o áudio aqui, pelo menos para a equipe técnica, está aberto. Então, se V. Exa. puder se manifestar... *(Pausa.)*

Está faltando apenas mais um Senador para concluirmos a votação.

Votação dos itens de 1 a 5 e de 7 a 9.

Os relatórios foram lidos e apresentados. É uma votação em bloco para que possamos finalizar esta reunião. *(Pausa.)*

Eu gostaria de saber quais Senadores foram contactados agora.

Senador Angelo Coronel. Foi falado com ele pessoalmente ou com a assessoria? *(Pausa.)*

Assessoria. Ele está tentando votar remotamente. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Rose conseguiu entrar pelo aplicativo.

Então, falta apenas o registro do voto de mais um Senador para concluirmos a votação dos projetos constantes nos itens 1 a 5 e 7 a 9, cujos relatórios foram apresentados e lidos para votação nominal em bloco.

Ressalto que quem concorda com os Relatores vota "sim" aos projetos que foram apresentados. *(Pausa.)*

O requerimento para audiência do Senador Eduardo Gomes foi impresso? Foi impresso. Deixe-me pegá-lo aqui, por favor.

Bem, aproveitamos para mencionar o requerimento do Senador Eduardo Gomes, que já foi aprovado e em que hoje teve aditivos para a presença de convidados. É um requerimento para a realização de audiência com o objetivo de debater o Dia Nacional da Proteção de Dados. Como convidados há o Sr. Waldemar Gonçalves Ortunho Junior, que é Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados; um representante da União Europeia; a Sra. Laura Schertel Mendes, que é Doutora em Direito Privado pela Universidade de Berlim e Diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas; o Sr. Fabricio da Mota Alves, Conselheiro do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade; e o Sr. Sergio Paulo Gallindo, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Também consta o aditivo do Senador Izalci, que solicitou e foi aprovado hoje, para a inclusão do Sr. Rodolfo Fücher, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software, e do Sr. Andriei Gutierrez, Secretário do Fórum Empresarial LGPD, como convidados da audiência pública de que estamos falando.

Além disso, será feito o convite para a Sra. Samanta Oliveira e para o Sr. Cláudio de Oliveira Neto; esses por solicitação da Senadora Daniella Ribeiro.

Ressalto que a audiência será realizada no dia 31 de março por esta Comissão.

Então, agora, nós atingimos o quórum necessário para encerrar a votação.

Dessa forma, encerro a votação.

Passaremos agora ao resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AL) – Então, tivemos aqui um quórum de 11, com 10 votos SIM.

No meu caso, eu não registro voto.

Dessa maneira, encerrada a votação.

A Comissão aprova, por dez votos, os projetos constantes nos itens 1 a 5 e 7 a 9, nos termos dos relatórios apresentados.

Agora a matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Dessa forma, nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, chamando para, na próxima semana, darmos sequência a esta Comissão.

A todos muito obrigado e um bom dia.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2022, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às oito horas e sete minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no Reunião Remota, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Izalci Lucas, Angelo Coronel e Wellington Fagundes, e ainda do Senador não membro Flávio Arns. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2021 - CSF, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Finalidade:** Debater a implementação de solução tecnológica para cobrança automática de impostos. **Participantes:** Sr. Miguel Abuhab, Fundador da Datasul e Neogrid; e Sr Luiz Carlos Haully, Economista e Especialista Tributário. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/02/11>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de fevereiro de 2022.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "A implementação de solução tecnológica para cobrança automática de impostos."

Foram convidados a participar dois grandes nomes da economia e da gestão pública: Dr. Miguel Abuhab, fundador da iniciativa Destrava Brasil, e nosso querido ex-colega da Câmara Federal Luiz Carlos Hauly, economista e ex-Deputado Federal.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e é aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-0612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão da palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais em 10 minutos.

Eu quero, neste momento, conceder a palavra, inicialmente, ao nosso querido Luiz Carlos Hauly, economista e ex-Deputado Federal.

Luiz Carlos é ex-Deputado Federal e economista, é graduado em Educação Física e é economista pela Universidade Estadual de Londrina. Foi Vereador e Prefeito da cidade de Cambé, no Paraná. Atuou também como Secretário de Fazenda do Paraná. Durante sete mandatos consecutivos, Hauly representou o Paraná na Câmara Federal. Foi Relator e autor do Supersimples e também do MEI (Microempreendedor Individual), com destacada atuação – este é um testemunho pessoal também – em matéria tributária. Participou de todas as Comissões de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados entre 1991 e 2018. Como Relator da reforma tributária na Câmara, entre os anos de 2016 e 2018, Hauly realizou mais de 200 palestras e a apresentação de sua proposta, a PEC 293-A, proposta que continua a ser discutida em destaque hoje como PEC 110, de 2019, no Senado Federal. Atualmente, Luiz Carlos Hauly tem atuado como consultor com autoridade em finanças públicas, economia, matéria tributária e outros temas relevantes.

Por favor, o meu querido amigo e destacado economista, o ex-Deputado Luiz Carlos Hauly está com a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Para expor.) – Bom dia!

Com muita alegria, tenho a honra de voltar ao Senado da República em mais uma audiência pública, desta vez na Comissão Senado do Futuro, presidida pelo amigo Izalci, hoje com esse honroso convite do Senador Zequinha. Izalci e Zequinha são dois companheiros de longa data, companheiros de ideais e de luta por um Brasil justo, fraterno, solidário. Temos trabalhado os nossos ideais para que o Brasil possa se desenvolver e prosperar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Vou fazer uma apresentação aqui bem rápida, de 20 minutos, para contribuir com o trabalho deste outro grande amigo e companheiro que conheci há seis anos, o Miguel Abuhab, um empresário muito bem-sucedido de Santa Catarina nesse ramo tecnológico de ponta. Ele tem um trabalho de excelência hoje no fornecimento de dados para os supermercados do Brasil, para a indústria e para todos que trabalham no abastecimento desses supermercados. O Dr. Miguel, hoje, atende, abastece com o seu *software* 80% dos supermercados do Brasil.

Então, eu quero, com muita satisfação, mostrar a vocês a PEC 110, de autoria do Presidente Davi Alcolumbre, que foi apresentada em 2019, com mais 65 Senadoras e Senadores, e que hoje é relatada pelo Senador Roberto Rocha. Essa PEC está pronta na CCJ para ser discutida e votada. Tão logo o Presidente da CCJ, Davi Alcolumbre, o autor, o pai dessa proposta, apresente-a na semana que vem – estamos rezando e torcendo para que isso aconteça –, iniciaremos o debate nacional. As atenções, as luzes do Brasil vão se direcionar para a CCJ durante o período de discussão e votação.

Esta aqui é a 425ª palestra. Se, durante o período da 293 fiz 200 palestras, já estou em 425; são mais de 1,2 mil reuniões temáticas com todos os setores da economia.

Esse objetivo nosso é comum com o Miguel Abuhab, do movimento Destrava Brasil, que tive a honra de criar juntamente com o Miguel para poder capacitar e estimular a mudança econômica, tecnológica e do sistema tributário brasileiro, fomentar o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico e a igualdade social.

A pergunta que fazemos, comum: "Por que reformar? Por que mudar?". Porque o Brasil é o país mais rico do mundo, e falo com uma experiência de 50 anos de vida pública – já estou com 71 anos de idade. Digo que o Brasil, desde antes do Império e depois, na Proclamação da República até 1980, atingiu um crescimento extraordinário, provavelmente o maior crescimento econômico do mundo. Muito antes de China, Coreia, Índia, o Brasil vinha em crescimento.

Aqui está o gráfico desse período todo. Podem ver que, nos últimos 40 anos, há um declínio desse crescimento econômico, cuja razão vou explicar aqui.

Bom, mesmo com o Plano Real, reforma trabalhista e previdenciária continuamos com problema.

Compactei o gráfico anterior em três períodos: da Proclamação da República até 1930, com o Brasil recebendo imigrantes – ainda era pequeno –, cresceu a 4,8% ao ano – imaginem que maravilhoso crescimento: a cada 15 ou 20 anos dobrava o PIB! –; de 1931, do Estado Novo, até 1980, o Brasil cresceu a 6,3%, a cada 12 ou 13 anos dobrava o PIB; infelizmente, na contramão do mundo, nos últimos 40 anos, o Brasil cresceu só 2% ao ano. O que aconteceu? Foi quando entrou em vigor o sistema tributário atual,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que veio destruindo a economia e os negócios do Brasil, criando castas de privilégios dentro do sistema tributário na contramão do mundo.

Então, nos últimos dez anos, a coisa ficou pior do que nos 40. Nos últimos dez anos o nosso crescimento foi zero.

Está aqui o gráfico: cresceu em 2011, 2012 e 2013; empatou em 2014; negativo em 2015 e 2016; cresceu uma mixaria em 2017, 2018 e 2019; negativo em 2020; em 2021 cresceu 4,5%; e este ano já há a previsão novamente de crescer em torno de 1%. Então, é o chamado voo de galinha, e passou agora para ser o crescimento tipo crina de cavalo, crescendo negativamente. Nesses últimos anos no Brasil, infelizmente, quando você fizer um corte de seis anos, verá que nós estamos realmente deficitários.

Comparando internacionalmente o que aconteceu nos últimos dez anos: o mundo cresceu 2,7% ao ano; as economias emergentes, China e outros, 4% em média, porque a China tem crescido a 7%, 8%; América Latina e Caribe, 0,4%; e o Brasil, -0,1%. Esse é o retrato do momento econômico. Podem perguntar, achar o que pode acontecer...

Está aqui a renda *per capita*: zero também. Imaginem: há dez anos o PIB brasileiro está do mesmo tamanho. Com isso, aumentou o desemprego: nós estamos aí na faixa de 34 milhões de subutilizados, sendo 13,4 milhões de desempregados, 6 milhões de pessoas desalentadas, e 14,6 milhões de subocupados e não desalentados.

Esse gráfico do Sebrae Nacional colocou o PIB desses dez anos a preços de 2020. Então, olhem só: o Brasil ficou do mesmo tamanho nestes últimos dez anos, ou seja, toda a riqueza que nós produzimos foi perdida. Quer dizer, para manter a economia do mesmo tamanho... Enquanto a população cresceu, o Brasil ficou do mesmo tamanho. Milhões de jovens chegam ao mercado de trabalho, e o Brasil está do mesmo tamanho. Se não crescer, não tem como gerar renda, riqueza. Então, realmente está estagnado.

E isso tem origem no sistema tributário de 1965, a Emenda Constitucional 18, que criou esse sistema em que as três bases clássicas tributárias – propriedade, renda e consumo... Esse Constituinte de 1988, com a Emenda Campos Bulhões, pegou a base do consumo de bens e serviços, que é uma no mundo inteiro... A Europa, naquela época, e os países em desenvolvimento – Estados Unidos, Canadá – na década de 60 decidiram por um imposto só de consumo. E o Brasil, na contramão, pegou a base do consumo e dividiu em três: deu os serviços para o município, o ISS; para os estados, os bens; e para o Governo Federal, um adicional de bens, que é o IPI. Então, o ICMS ficou com a tributação de bens; e, no Governo Federal, o IPI acrescentando um imposto em todo produto industrializado. O Governo Federal ficou com o Imposto de Renda, com um pedaço da partilha para estados e municípios, e também a previdência; e os municípios, com os patrimoniais, alguns divididos com o estado e outros com a União. Então, esse modelo tributário permanece até hoje, e ele é o responsável pela desconstrução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo das décadas, a carga tributária, que era de 19, foi para 22,8 na Constituinte. A Constituinte não fez reforma tributária; ela fez um ajuste de partilha, onde nós, os estados e municípios... Eu já era Secretário da Fazenda naquela época, com 36, 37 anos de idade, e estava em Brasília o tempo todo, toda semana, junto à Constituinte. Eu já tinha sido Vereador e Prefeito e era Secretário da Fazenda de Alvaro Dias, e fomos tomar o dinheiro da União. Os municípios e os estados eram sócios do Imposto de Renda e do IPI em 32%, o que formava o FPE e o FPM, do Imposto de Renda e do IPI. Na Constituinte eles nos deram mais 15% do Imposto de Renda, então os municípios e os estados ficaram donos de 47% do Imposto de Renda e 57% do IPI.

E também conseguimos tirar da União o imposto único monofásico que havia sobre combustível, energia elétrica, telecomunicações, transportes e minerais, e colocamos a tributação desses itens dentro do ICMS – era uma tributação federal. Então, a partir daí, a União federal, o leão da Receita ficou ferido de morte, perdeu uma paleta grande, manco, foi à forra.

Aí, a partir desta oportunidade, com dezenas de reformas tributárias que ele fez, destacamos 17 fatiadas grandes que criaram as contribuições, e a carga tributária de 1988 para cá, que era de 22,8, subiu para 33, com toda a arrecadação só nas mãos do Governo Federal. Por que isso? Porque ele criou contribuições não partilhadas com estados e municípios. Com isso, o sistema de 1965, que já não era bom, tornou-se o pior sistema tributário do mundo, 184º pior sistema tributário do mundo.

Então, o PIB nesse período de 1980 a 2020 cresceu, da Constituinte para cá, 66% e a arrecadação, 44%. Então, a arrecadação avançou quase tanto quanto o crescimento do PIB. Foram editadas 443 mil normas tributária, transformando o Brasil, segundo o IBPT, num manicômio tributário.

O outro grande problema, além da complexidade e excesso de legislação, o que se tornou o sistema, o Brasil se diferenciou muito na carga tributária da propriedade, renda e consumo. Aqui, nesse gráfico da Receita Federal, eu compactei para uma melhor compreensão, eu compactei o consumo, o ISS, ICMS, IPI, PIS/Cofins com a previdência, porque essa base de consumo e previdência vai toda para o preço. Preço do quê? Dos bens e serviços que toda a população brasileira consome.

Então, nessa base do consumo, o Brasil vinha arrecadando quase 75% de 100% da sua arrecadação, sendo que, nos Estados Unidos, só 40,6% vêm do consumo e previdência; e a OCDE, 60%. O que significa isso? Quanto mais você tributa indiretamente, mais você atinge o setor produtivo, altera a competitividade das empresas e atinge mortalmente as famílias mais pobres, que acabam pagando uma carga tributária muito maior do que os mais ricos.

Enquanto que, nos Estados Unidos e Europa, à base renda... metade da arrecadação americana vem do imposto de renda, no Brasil, só 21% e a OCDE, 34%. Os Estados Unidos também arrecadam mais no patrimônio, o Brasil menos no patrimônio e OCDE também, 5,5 e 4,4. O que significa isso? Os tributos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diretos à base renda e patrimônio nos Estados Unidos atingem 60% da arrecadação; no Brasil, só 25%; na OCDE, só 40%.

Pergunta: qual dos três sistemas tributários é o que produz riqueza, distribuição de riqueza e é mais justo? O sistema tributário americano. Não a forma de cobrança, a dosagem da carga tributária no consumo é baixa. Com isso, as empresas têm competitividade, ao contrário do Brasil, em que as nossas empresas não têm competitividade entre elas e perdem para qualquer país do mundo. Até do Paraguai nós levamos uma surra na formação de preço dos produtos.

Isso aqui refletiu na carga tributária das famílias. Há dois estudos: da Fipe, São Paulo, da Professora Maria Helena Zockun, e do Ipea, o instituto de pesquisa do Governo Federal. O mais recente é do Ipea: quem ganha até dois salários mínimos no Brasil paga 53,9% de impostos; quem ganha acima de trinta salários, somente 29%; ou seja, naquele ano, a carga tributária chegou a 36%, então, as famílias mais pobres, de rendas até dez, quinze salários, acabaram pagando a conta dos mais ricos do Brasil. Por isso que o Brasil também é o país mais injusto do mundo em termos de tributação das famílias.

Para destravar a economia, temos que remover suas seis causas-raízes que o Miguel vai abordar. O Brasil tem o imposto declaratório, o recolhimento por iniciativa do contribuinte, as transações bancárias não têm suporte contábil, há alta carga tributária no consumo, a autonomia legislativa dos entes federados e os impostos cumulativos. O que nós precisamos remover, desse sistema, que trouxe todas as gorduras?

Os incentivos fiscais e as renúncias fiscais custam 7% do PIB ao ano. Ora, se nós arrecadamos 33%, 7% deixam de entrar nos cofres do Tesouro e são cobrados nos preços. Então, a carga não é 33%, já é 40%. A burocracia tributária, porque é tudo manual, tudo feito com escrita de nota de entrada e saída, custa 1% do PIB; este ano, o PIB vai a 9 trilhões, então, custa 90 bilhões. O IBPT – esse aqui é do Banco Mundial – fala em até 2% do PIB de custo burocrático. É aí que entra o Miguel Abuhab.

Sonegação. A PGFN fala que o Brasil tem 25% do PIB na informalidade. Se temos 25% do PIB na informalidade e 33% é a carga tributária média, deixamos de arrecadar 8% do PIB. A inadimplência anual, fruto do declara... que vai pagar o Darf ou o boleto do imposto e não paga, chega a 3% do PIB. Aqui no PIB de 2018 foram 200 bilhões; no PIB deste ano foram 270 bilhões. Isso gerou o estoque de dívida ativa de 3 trilhões, e, de contencioso tributário, que é o manicômio, mais de 5 trilhões, segundo o Insuper e a Receita Federal. Isso que deve ser removido.

Bom, aqui há essa árvore do efeito indesejável, porque mudaram. O Miguel que vai explicar. Está aqui tudo pontuado. O que mudar aí, também é o Miguel que vai explicar.

O perfil do manicômio. Os tributos de consumo que estavam sendo objeto da PEC 110 inicial eram esses: o INSS e os que têm os tributos na folha; Fundo de Garantia e outros tributos no consumo. Todas essas três pizzas contêm a tributação do consumo, o Imposto de Renda e o patrimônio. E aqui, está aqui:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

43 com 24, e outros, vai dar os 75%... Aqui é um pouco menor, porque o ano da análise dessa arrecadação foi diferente. Então, dá para perceber que é isso.

Para o que mudar? Eliminando as causas-raízes para fazer um tributo de consumo, um tributo de renda e os tributos clássicos de patrimônio; adotar o sistema tributário clássico internacional.

"Ah! O Brasil vai entrar na OCDE". Não vai. O Governo sabe disso. A OCDE já falou para nós aqui na CNI – fizemos um debate com o gerente da OCDE – que, sem um sistema tributário harmônico ou um sistema tributário da OCDE, o Brasil nunca vai entrar na OCDE.

Aqui também... O Miguel vai concluir esse trabalho da solução dos problemas que afetam todas as empresas brasileiras e o crescimento econômico, com a sua colocação, e como provocar a mudança. Aí eu entro.

Primeiro: não aumentar a carga tributária para as empresas e consumidores e manter a partilha da arrecadação da União, Estados e Municípios. Esse aqui é um retrato da pré-reforma e pós-reforma, em que nós mostramos que não vamos mexer com a partilha entre União, Estados e Municípios.

Este gráfico mostra a arrecadação hoje no Brasil: 66% do que é arrecadado no Brasil é feito pelo Governo Federal, pela Receita Federal; 27% pelos Estados e 7% pela União. Mas a Constituição determina a partilha disso. A União, que tem que repartir com Estados e Municípios Imposto de Renda e IPI, acaba ficando com 55%; os Estados, com 25%; e os Municípios com 20%. Então, essa receita disponível não será alterada – primeira regra.

Segundo: a simplificação, que é a 110 raiz, que está lá, mas foi alterada agora no relatório final, tem por objetivo eliminar nove tributos e pôr um IBS. Veio a negociação com a Receita Federal, com o Confaz, com a Confederação Nacional de Municípios e com o setor produtivo – que o Senador Roberto Rocha, com grande habilidade, vem desenvolvendo –, e reduzimos isso para cinco tributos. E poderá ou fica autorizada a Receita Federal a ampliar a eliminação de outros tributos para o futuro.

Na base de renda, nós não mexemos. A proposta inicial era eliminar a CSL.

Sobre a desoneração da folha para se gerarem empregos, está autorizado implicitamente que a CBS do Governo Federal poderá absorver uma parte da folha na CBS, e, na base de patrimônio, está incluído o IPVA para aviões executivos e iates.

Então, ficou estabelecido na PEC 110, no último relatório que vai ser lido novamente e discutido, que o ICMS e o ISS viram o IBS (subnacional) com 24%, 25% da receita nacional; o PIS/Cofins vira a CBS, que é o chamado IVA dual, já adotado em vários países, como o Canadá, com grande sucesso há décadas; e o IPI vira imposto seletivo extrafiscal sobre bebidas alcoólicas e derivados de tabaco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ainda advogo que poderíamos colocar mais tributos no Governo Federal, eliminando todos os tributos pequenos que são da mesma base e da mesma natureza. Com isso, o sistema ficaria IBS, CBS, INSS e Imposto de Renda. Ainda falta incluir esses que acabei de falar.

A questão da alíquota virou um mantra aqui. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo fez um estudo e concluiu que somente o ICMS, o PIS/Cofins e o IPI somados no preço do produto industrializado têm a alíquota média de 55,4%.

Se a nossa alíquota modal for 25% ou 30%, dependendo do que você colocar, se forem só esses quatro tributos, se forem só ICMS, ISS e PIS/Cofins, a nossa alíquota poderá ser menor que 25%, porque ainda você vai remanescer outros tributos na base do consumo. Então, você vê que, nos preços dos produtos, bens e serviço à população, vai diminuir a alíquota de uma forma extraordinária: mais de 30% de redução de alíquota.

E aí vem o segundo problema. Como provocar mudança? – o segundo pilar. O primeiro pilar do tripé: simplificação, tecnologia e devolução do imposto para as famílias de baixa renda. As cobranças serão bancárias, de empresa e contribuinte. Aí é a área que entra o Miguel Abuhab, com sua capacidade e *expertise* de quase 50 anos nesse negócio, em que desenvolveu uma cobrança totalmente automatizada, digna de uma homenagem nacional. Ele partiu de uma conclusão bem objetiva, simples: o Brasil já tem o melhor sistema de nota fiscal do mundo e um dos melhores sistemas bancários do mundo, não é? E ele está fazendo um encontro, sobre o qual nunca se conversou, da nota fiscal emitida com o recolhimento do imposto. Ele vai explicar direitinho isso, como funciona o modelo de cobrança dele, o modelo dele ele vai explicar.

Quando eu o conheci há seis anos – viu, Izalci e Zequinha? –, eu fiquei impressionado. Falei: "Rapaz, onde é que você andava, Miguel Abuhab, que eu nunca o conheci na vida. Se eu o tivesse conhecido 20 anos antes, nós já teríamos implantado esse modelo". E aí começamos a trabalhar juntos, o Brasil inteiro, esse modelo. Porque você sabe que o IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, o nome foi feito na Europa. O valor agregado, acrescentado, adicionado, é para deixar essa cadeia produtiva intermediária, antes do consumidor, neutra – porque, em qualquer lugar do mundo, quem é que paga os impostos? A empresa? O produtor rural? Não, quem paga é o consumidor, não é? Eles estão embutidos nos preços de bens e serviços. O setor produtivo, a cadeia produtiva somente paga o imposto e coloca nos preços. Então, ao fazer automatizado, nós vamos eliminar uma gordura trans enorme desse processo. Esse é o modelo do Abuhab, que ele vai explicar com muita tranquilidade. Deixando as cadeias produtivas neutras, o Brasil vai se tornar o país de maior capacidade concorrencial do mundo e vai crescer a 8%, 9% ao ano. E ele conclui que o imposto será calculado por estado, o recolhimento automático para o sistema bancário, as transações bancárias passam a ser suporte contábil. Uma só legislação nacional, e a carga tributária vai ser menor e o crédito que hoje é escritural... Izalci é contador e sabe disto, o que é a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maracutaia dos créditos nas empresas: crédito frio, nota calçada, nota paralela. Isso vai ser totalmente eliminado com a automação proposta pelo Miguel.

E o terceiro pilar. Há na proposta, pela lei complementar, você dar tratamento diferenciado para comida, remédio, água, esgoto, saúde, educação, transporte público e logística reversa, mas nós conhecemos também, há muito anos, o Giovanni, um auditor fiscal do Rio Grande do Sul que trouxe para nós, lá em 2016, quando iniciei a reforma tributária da Câmara... Falou: "Haully, o Paraná não tem nota fiscal? O Paraná tem, São Paulo, Rio Grande do Sul, Brasília, nota legal. Por que não devolver o imposto para as famílias de baixa renda através da nota fiscal?". Nós estamos sempre querendo resolver o Imposto de Renda; nunca conseguimos. Se o Governo Federal, o Estado, devolver o imposto para as famílias de baixa renda pela nota fiscal, nós vamos ter um controle, com toda a população brasileira tirando nota fiscal, principalmente as famílias de menor renda, e as famílias de maior renda vão concorrer a prêmios, como hoje se faz com as notas fiscais, e pagam IPVA. Então, nós vamos ter um controle, fecha todo o controle, e o Fisco brasileiro vai trabalhar em cima de uma nova realidade para diminuir essa sonegação de 25% até zerarmos.

Então, o que vai acontecer com tudo isso? Se nós temos 25% do PIB – no ano passado, o PIB foi de 8 trilhões –, nós perdemos 2 trilhões de PIB que estão na informalidade, ou seja, não foi tirada nenhuma nota, nenhum recibo, nada. Então, esses 25% do PIB equivalem a 2 trilhões. E esse modelo Abuhab, a simplificação, de cara, reduz em 50% essa informalidade, gerando um PIB adicional de 1 trilhão. Então, o PIB do ano passado, de 8 trilhões, iria para 9 trilhões. E o ganho de arrecadação no valor do ano passado seria de 300 bilhões ao ano, sem aumentar impostos, sem aumentar alíquota, nada; só cobrando o que não é cobrado de forma automática. O modelo Abuhab pega todas as transações da internet, de compras internacionais, pega tudo: cartão de crédito, PIX, só não pega compra em dinheiro, o que hoje também não pega. Então, nós teríamos todo o Fisco brasileiro para correr atrás das compras e vendas em dinheiro.

Então, ganhos estimados para os consumidores, redução de carga de 500 bilhões ao ano. Isto mesmo: 7% do PIB, que está em gordura dentro dos preços, vão ser eliminados, porque, com o fim das renúncias fiscais na base do consumo, 300 bilhões deixarão de estar nos preços, porque não vai precisar, não vai haver mais renúncias fiscais. Como o modelo é automático, o imposto nunca mais vai ficar dentro da empresa; o imposto será cobrado no ato concreto financeiro – já estou terminando –, mais 100 bilhões ao ano. Com a diminuição do contencioso fiscal, mais 100 bilhões ao ano. Ganho com a desburocratização: mais 50 bilhões.

Então, os preços e as empresas vão ficar livres de 500 bilhões. Mas para onde vai esse dinheiro? Esse dinheiro vai para o bolso do consumidor, porque ele vai ter um produto, um bem e um serviço muito mais barato do que tem hoje, porque os governos, ao longo de 50 anos, foram criando, inventando toda essa maluquice que já não existe mais no mundo inteiro. E a carga tributária poderá, só com esses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimentos, reduzir em 7% do PIB ao ano e ganhar uma arrecadação extra de 300 bilhões, que é a parte de cima. Com isso, o Brasil fica pronto para entrar na OCDE, harmonizando o seu sistema com a OCDE. O crescimento será sustentável – ele vai voltar a 6%, 7%, como já cresceu no passado –, vai haver geração de emprego, melhorar o salário, melhorar o lucro das empresas, vai voltar o pleno emprego em poucos anos, a corrupção vai quase zerar, vai dar segurança jurídica e política para as empresas, credibilidade internacional e nacional, transparência total, atração de investimento nacional e transnacional e haver a criação de um novo círculo econômico virtuoso e perene.

Esse aqui é o nosso movimento Destrava Brasil, da PEC 110, relatada pelo Roberto Rocha, de iniciativa de Davi Alcolumbre e mais 65 Senadoras e Senadores da República.

Temos convicção de que todos vão ganhar, melhorar as finanças públicas, as empresas vão melhorar, os empregos vão voltar, os salários vão melhorar.

Com isso, agradeço a oportunidade. Outras informações poderei prestar ao longo desta maravilhosa sessão, deste maravilhoso evento de que nós estamos aqui participando com vocês. É uma alegria muito grande estar aqui mais uma vez. Grato.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Haully. Muito boa a sua exposição. Agradecemos muito.

Neste momento, nós vamos para o segundo expositor, Dr. Miguel Abuhab.

O Dr. Miguel é fundador da iniciativa Destrava Brasil Já. É graduado em Engenharia Mecânica de Produção pelo ITA (Instituto de Tecnologia da Aeronáutica), em São José dos Campos. Fundou a empresa Datasul, vindo a desenvolver *softwares* para controle de produção, e, duas décadas depois, fundou a Neogrid, líder em soluções para gestão automática da cadeia de suprimentos, na qual atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

Desde 2003, Abuhab tem trabalhado em um plano de simplificação tributária para o Brasil, que serviu como base para o relatório da reforma tributária aprovada em dezembro de 2018 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Sobre o tema, escreveu livros que abordam a questão tributária no Brasil.

Com muita alegria e honra, quero chamar agora para fazer a sua exposição o Dr. Miguel Abuhab. Por favor.

O SR. MIGUEL ABUHAB (Para expor.) – Bom dia. Muito obrigado.

Obrigado, Senador, pela oportunidade, pelo convite para participar deste estudo, desta apresentação pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, é um trabalho que eu venho desenvolvendo há muitos anos. Foi lá atrás, quando o então Governador de Santa Catarina, o Luiz Henrique da Silveira, falou: "Miguel, você, que é da tecnologia, será que não consegue inventar uma forma de simplificar os impostos?". E, de fato, eu debrucei, com o meu pessoal, mas entendemos que a solução era difícil aplicar para um estado e a gente passou a ter uma proposta que seria para a União. E, de lá para frente, fizemos várias apresentações, talvez nem tantas quanto o Haully, mas, a partir do momento em que eu fiz essa apresentação para o Haully, entendi que nós estávamos no caminho certo.

Então, eu vou compartilhar com o grupo aqui a apresentação. Deixem só... (*Pausa.*) Muito bem. Então, como já foi mostrado anteriormente, sou engenheiro mecânico, eu me formei pelo ITA, e tive a empresa Datasul, onde a gente acabou implementando sistemas fiscais em mais de 4 mil empresas. Mais tarde, criei a Neogrid, onde nós trabalhamos com a integração entre os fornecedores e as redes de varejo, os fabricantes e as redes de varejo. Para isso, nós temos todo o movimento, as transações fiscais que, enfim, atendemos para todos esses clientes, daí a nossa experiência em sistemas fiscais e contabilização de todos esses processos.

Como foi falado, o objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico através do crescimento da economia, mas objetivando também a igualdade social.

É importante mostrar nesse quadro que, numa análise convencional, a gente procura resolver os problemas um a um. A gente fala: "Nós temos um problema complexo, e nós vamos fatiar, vamos resolver um probleminha de cada vez e, se a gente resolver um probleminha de cada vez, nós resolvemos tudo". Isso é a abordagem convencional de solução de problemas. Mas nós utilizamos o conceito da teoria das restrições, e, na teoria das restrições, nós pensamos um pouquinho diferente. Nós entendemos que um problema complexo, na verdade, é formado de causas e efeitos. Nós precisamos fazer uma análise de todos os efeitos indesejáveis e precisamos identificar as causas. Enquanto nós não conseguirmos separar causas de efeitos, nós não vamos achar a solução para o problema. Então, não é fatiando que nós vamos resolver o problema complexo.

E aí eu quero expor esse raciocínio. Então, nós temos, do lado esquerdo, que é o sistema A, por exemplo, sete elementos e, para impactar todo o sistema, nós precisamos focar em sete pontos. Já do lado direito, nós temos sete elementos integrados – estamos chamando de sistema B. Para impactar o sistema B, que é um sistema integrado, se nós focarmos em um único ponto, teremos impactado todo o sistema. Se a gente pensar do ponto de vista da lógica, o sistema A foi fatiado. Vamos resolver uma coisinha de cada vez e vamos resolver tudo, e são sete energias, são sete legislações, são sete problemas, são sete propostas e são sete trabalhos públicos que têm sido feitos nas últimas décadas. Se identificarmos o problema raiz e trabalharmos o problema raiz, todas as leis, todas as PECs, todo o trabalho que tem sido feito pelo Legislativo, de repente, se nós estivermos trabalhando na causa raiz, nós teremos resolvido o problema, porque os demais efeitos serão automaticamente eliminados. Então, simplificar é reduzir o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número de pontos de contato para impactar todo o sistema. Para melhorar o todo, nós não precisamos melhorar tudo.

Então, está aqui neste exemplo: quando lidamos isoladamente com cada efeito, que são aqui os elementos vermelhos, nós lidamos com sintomas, não com causas reais. Enquanto as causas reais, que são o elemento azul, permanecerem intocadas, os efeitos indesejáveis não desaparecerão e novos serão criados. Então, esse é o conceito que a gente usa para resolver um problema complexo.

Eu acho que o Senador Izalci está pedindo a palavra. Por favor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, meu líder, é para depois da apresentação.

O SR. MIGUEL ABUHAB – Ah, o.k. Obrigado.

Então, quando nós temos um problema complexo, eu dizia, nós temos que listar todos os efeitos indesejáveis, que são o por que mudar. Porque, se nós não entendermos o que queremos mudar, não adianta começar a falar em solução se não sabemos o que mudar. Então, quando houver uma proposta, nós entendemos que essa proposta de solução tem que eliminar os efeitos indesejáveis que nós listamos anteriormente. Não adianta simplesmente começar a mudar sem entender que essa proposta está eliminando as... Então aqui listamos: sonegação, inadimplência, informalidade, renúncia de benefícios fiscais, baixa competitividade no mercado, exportação, alta carga tributária sobre produtos essenciais, enfim, fiscalização, autuações, alto custo burocrático, dívida ativa, contencioso, Refis, alto custo de arrecadação, baixa geração de empregos, aumento na alíquota dos impostos e a redução da arrecadação, o que leva à desigualdade social e ao baixo crescimento da economia. Esses são os efeitos que nós queremos combater. E como o Haully mostrou anteriormente alguns números, o contencioso chega a 5 trilhões, a dívida ativa a 3 trilhões, enfim... E o pior: esses números todos crescendo, e crescendo num ritmo muito mais acelerado do que em anos anteriores. Isso é o por que mudar.

Agora nós precisamos entender o que mudar, que são as causas raízes. E nas causas raízes nós teremos que o imposto é declaratório, o imposto é recolhido por iniciativa do contribuinte. Então, veja, o imposto é declaratório, o contribuinte tem que dizer: "Olha, isso aqui é tudo o que eu comprei, isso aqui é tudo o que eu vendi, faz a diferença de um pelo outro e fala: 'isso aqui é o que eu tenho que pagar'". É tão simples quanto isso. O imposto é declaratório, evidentemente dando margem à sonegação e a todos os efeitos subsequentes.

O recolhimento é iniciativa do contribuinte. Então, no fim do período, ele tem que preencher o Darf, R\$100 mil: "Sr. Governo, eu vim aqui hoje recolher o meu imposto de R\$100 mil". E, se ele não fizer isso, vai dar origem à inadimplência, que dá origem ao Refis e a todos os efeitos de que nós estamos falando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As transações bancárias não têm suporte contábil, ou seja, se a nota fiscal for de R\$1 mil e ele decidir emitir um boleto de R\$2 mil, não existe nada que está amarrando essas duas transações. Eu acho que todos nós na nossa vida já ouvimos alguém dizer: "Eu posso fazer a nota de R\$1 mil, mas o boleto de R\$2 mil". Isso tudo já aconteceu para todos nós, pelo menos uma proposta nesse sentido.

Alta carga tributária na base do consumo, como o Haully explicou. Nos Estados Unidos, isso é invertido: a carga tributária é maior no imposto da renda e menor no consumo.

Autonomia legislativa dos entes federados, que dá a complexidade e a guerra fiscal.

E, finalmente, imposto cumulativo. Então, aqui, eu já dizia da alta carga tributária na base do consumo; como a carga tributária é alta, gera sonegação, que gera inadimplência, informalidade, que gera, enfim, imposto cumulativo.

Autonomia legislativa, renúncias e benefícios fiscais, enfim, imposto cumulativo, que faz com que o nosso produto tenha uma baixa competitividade no mercado interno. Então, todos esses efeitos... Por exemplo: a inadimplência nos leva ao Refis, que leva à dívida ativa; a informalidade, ao enquadramento indevido no Simples; a baixa competitividade do mercado interno, também ao aumento da importação, porque o nosso produto não é competitivo – o chinês vem vender no nosso mercado. Isso tudo é uma redução da economia, é o baixo crescimento da economia. Do Refis vai para a dívida ativa; redução na arrecadação. De autuações, nós temos contenciosos na Justiça, alto custo de arrecadação. Baixa geração de emprego impacta na economia, impacta no custo social. E a redução da arrecadação... Aí o Governo fala: "Ah, não tem dinheiro suficiente, o que vamos fazer?". Aumenta a alíquota dos impostos. Aumentando a alíquota dos impostos, realimenta a guerra. Daí, aumentando os impostos, vão aumentar a sonegação, a inadimplência. Isso é uma árvore, é um círculo vicioso, é onde nós entramos, como bem explicou Haully. Se nós resolvermos as causas raízes, que são seis, os efeitos em si serão eliminados.

Hoje, nós estamos discutindo o Refis: "Pois é, vai ter o Refis de tanto; não vai ser o Refis de tanto". E o Congresso está trabalhando em cima disso, mas, se a gente tivesse trabalhado nas causas raízes, nós não estaríamos discutindo o Refis e tantas outras coisas que estão tramitando no Congresso.

Muito bem. Aí eu falo sobre ortodoxia. Antigamente, quando não havia tecnologia, o senhor feudal queria receber o imposto em forma de mercadoria. E ele fazia o controle de circulação de mercadorias. Mas hoje o Governo quer receber o seu imposto em forma de dinheiro e, portanto, deve fazer um controle da circulação de dinheiro.

E por que eu me refiro à ortodoxia? No passado nós tínhamos cheque – eu digo no passado –, e o cheque é um débito e um crédito. Uma pessoa ou uma empresa pagava à outra; um débito e um crédito. O cartão de crédito, que era aquele mata-borrão, era um débito e um crédito. Havia o cartão do comerciante e o cartão do consumidor: passava aquele carbono, aquele mata-borrão, e era um débito e um crédito. Todo o sistema tributário foi desenvolvido pensando no princípio de um débito e um crédito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o consumidor pagava o comerciante, e o comerciante agora tinha que fazer as contas para pagar esse imposto para o Governo. O comerciante passou a ser um substituto tributário do consumidor, daquele imposto sobre o consumo. E os nossos consumidores hoje estão pagando por esse imposto. Eles pagam para o comerciante, que deveria fazer a apuração e deveria recolher. O fato é que, como foi exposto pelo Haully, todos os consumidores embaixo estão, de fato, pagando o seu imposto, mas, por todos esses efeitos indesejáveis, esta arrecadação não está chegando ao Tesouro. Um terço do que os consumidores já pagam hoje se perde no meio do caminho, que seriam aqueles R\$600 ou R\$700 bilhões a que o Haully se refere.

Então, a tecnologia hoje mudou e a tecnologia hoje permite que possamos fazer um débito e vários créditos, e isso muda tudo. Nós podemos mudar a forma de cobrar os impostos porque a tecnologia permite que a gente trabalhe com um débito e vários créditos. Este é o princípio básico que nos permite mudar o sistema.

Vejam, num sentido, vai a mercadoria, mas, no outro sentido, volta o dinheiro. Controlar a ida da mercadoria é um sistema extremamente complexo pelo número de pontos de contato. A fiscalização tem que fiscalizar caminhões e tem que fiscalizar as notas fiscais de cada um dos contribuintes. O fato é que, num sentido, vai mercadoria, mas, no outro sentido, volta dinheiro. É muito mais fácil controlar a volta do dinheiro do que a ida da mercadoria.

Então, o país desenvolveu um sistema poderoso de nota fiscal eletrônica e já tinha um sistema poderoso bancário. Só que os dois sistemas não conversavam. E a nossa proposta é que o valor da nota fiscal ou o número da nota fiscal seja integrado com o sistema bancário. E aí nós teremos o "Para o que mudar?". Aí o imposto passa a ser calculado ou conferido pelo Estado. Principalmente quando a gente unifica o sistema, unifica as alíquotas, o imposto passa a ser calculado pelo Estado. O recolhimento é automático pelo sistema bancário. As transações bancárias passam a ter suporte contábil. Teremos uma carga tributária adequada na base do consumo, uma unificação legislativa na base de consumo e, finalmente, impostos não cumulativos.

Uma vez adotado isso e resolvidas as causas raízes, nós eliminaremos os efeitos indesejáveis. Aí nós estaremos liberando os valores, como foi exposto pelo Haully, chegando a quase R\$1 trilhão por ano. Aí nós teremos o que chamamos de "árvore da realidade futura", porque, aí sim, teremos reduzido a sonegação, eliminado a inadimplência e reduzido a informalidade, com os benefícios fiscais pelo orçamento, enfim tudo isso levando ao crescimento da economia e à igualdade social.

Vejam que, no momento em que o imposto do consumo passa a ser pago diretamente para os cofres do Governo, as receitas das empresas vão aumentar, o PIB vai aumentar, o imposto sobre a renda vai aumentar. Então, todos esses são benefícios consequentes, porque hoje o imposto é sonegado na base do consumo e automaticamente é sonegado o imposto sobre a renda das empresas. Então, aqui, nós teríamos evitado todos esses efeitos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, basicamente, no boleto de cobrança, o valor do documento é de R\$1,2 mil, que é o valor que o contribuinte vai pagar. O fornecedor da mercadoria, nesse exemplo, vai receber R\$1 mil; o CBS, por hipótese, é de R\$60, e o IBS é de R\$140. Quando o comprador pagou o boleto de R\$1,2 mil, R\$1 mil vão para o fornecedor. E, enfim, teremos aqui o número da nota fiscal já vinculado ao documento de cobrança. O exemplo aqui é um boleto bancário, mas isso é válido para a TED, isso é válido para o Pix, isso é válido também para o cartão de crédito. Então, no fim do período, faz-se o cálculo do retorno do imposto, que automaticamente é devolvido. Isso ficaria numa conta intermediária, não foi ainda direto para o Governo, e essa conta intermediária em D+2, ou, enfim, o que seja, iria devolver o crédito dos impostos e fazer o depósito para a União, estados, municípios e contribuintes, tudo isto contabilmente. Então, basicamente é isto – o Haully já expôs esse quadro: quando então tivermos o pagamento da etapa seguinte, será devolvido o valor das etapas anteriores. Então, o varejo vendeu, o consumidor pagou, por hipótese aqui, R\$80 de imposto e será devolvido ao varejista.

Então, isso fecha todo o sistema, fecha de uma forma contábil. O contribuinte não é mais um substituto tributário. Quando o consumidor paga a sua conta, o valor do imposto que esse consumidor pagou foi direto para o Tesouro. E acho que isso é a grande mudança e isso seria um benefício muito grande em que todo o dinheiro, enfim, já arrecadado pelo consumidor, esse recurso chegará automaticamente e diretamente ao Tesouro do Governo.

Então, basicamente é isto: imposto é calculado pelo Estado; recolhe automaticamente; o dinheiro que circula no banco é o dinheiro da nota fiscal; base única legislativa; uma carga tributária adequada na base do consumo; enfim, o crédito financeiro das etapas anteriores também passa a ser automático. Com isso, nós queremos simplificar o sistema tributário. Garantimos o crescimento da economia, garantimos uma melhoria para a igualdade social e, com isso, teremos fomentado o desenvolvimento econômico.

Muito obrigado. Acho que consegui expor a ideia nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Dr. Miguel Abuhab. Muito interessante a proposta. São coisas simples, mas é exatamente em cima disso que a gente precisa trabalhar. Agradeço muito aqui, em nome da Comissão, a sua participação e a sua disposição de estar conosco.

Eu quero também agradecer ao meu Presidente, Senador Izalci Lucas, que está presente na sessão, a quem eu quero neste momento entregar a palavra para que possa, então, fazer as suas considerações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Primeiro, Zequinha, quero agradecer a você pela disponibilidade de presidir a sessão. Agradeço a presença do Haully e do Miguel.

Sinceramente, Haully, a gente está discutindo esse assunto desde que eu entrei na Câmara, há 20 anos. Caramba! Como é difícil mudar as coisas no Brasil! Mas eu o admiro pela determinação e garra,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sei onde você encontra energia para trabalhar tanto em função de um assunto cuja discussão muitas vezes não interessa muito, a questão técnica; e o Miguel aí, pela iniciativa também de colocar o tributo na era digital. O Brasil é analógico, e isso é um problema sério.

O Brasil sempre se preocupou muito com a arrecadação. Olha, eu sou contador – estou Senador, mas sou contador – e sei da luta. Eu fico assim... Acho que toda autoridade que tem o poder de fazer mudança ou de assinar alguma coisa de mudança deveria, obrigatoriamente, ser empresário por pelo menos um ano para saber o que é pagar o salário no quinto dia útil, o que é pagar os impostos. E, olha, eu sempre trabalhei 18 horas por dia, desde criança, e sempre fui muito rigoroso com meus clientes. Eu não admitia nenhum cliente meu que fizesse falcatura ou que usasse a contabilidade como artifício de sonegação. Eu sempre fui muito rigoroso nisso. Mas, depois que eu cheguei à área pública, que eu passei a conhecer orçamento público... A gente fica perplexo, indignado com a forma como são gastos, como são utilizados os recursos com tanto sacrifício pagos pelo contribuinte.

Eu gostaria muito que surgisse um Haully e um Miguel também para cuidar da questão da despesa, do controle das despesas. Eu sempre disse isso, desde o início, quando entrei no meu mandato. A Secretaria da Receita Federal sempre foi *expert* em arrecadação – está aí a maior crise do mundo, e o Brasil, batendo recordes de arrecadação, todo mês aumenta a arrecadação –, mas o dinheiro vai para o ralo. Basta ver o Orçamento: o contribuinte não tem nada em troca. O contribuinte, se quiser saúde, tem que fazer um plano de saúde, porque a saúde pública não dá a ele a contrapartida do imposto que ele pagou; se quiser educação, tem que matricular na rede privada; se quiser segurança, tem que contratar a segurança. Então, é lamentável o estado do país em termos de arrecadação e em termos de gastos.

Porém, o assunto aqui não é especificamente sobre isso, porque isso aí é um grande problema, mas sobre como reduzir e otimizar a questão da arrecadação. Eu acho que o Miguel traz a tecnologia, que é fundamental. Não dá para você ter uma boa arrecadação e um bom sistema funcionando se você não tem realmente um sistema informatizado, se você não tem tudo isso digitalizado. E o Brasil não tem. O próprio Governo é totalmente analógico, os governos estaduais. Aqui no Brasil você tem um orçamento de 150 bilhões para a saúde e não tem controle de estoque de medicamentos, cara! É uma coisa assim... A gente fica estarelecido com a forma como é feito.

Agora, Haully, eu acho a proposta boa. A gente já vem acompanhando, inclusive com as mudanças da PEC 110, promovida pelo Relator em discussão com os estados e municípios. Tem que haver vontade política de fazer. É lamentável que os nossos governantes não tenham planejamento. Eles não sabem nem o que estão fazendo, não sabem aonde nós queremos chegar, não têm esse conhecimento ou pessoas que possam convencê-los de que está tudo errado e é preciso mudar, não é?

Eu fico admirado realmente com a sua determinação. Eu ainda acredito, mas, cara, como é difícil! Mas eu acho que é a solução, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo aí a questão dos impostos. Isso tem que ser muito conversado, porque, do jeito que estão colocando, há uma preocupação aí do crescimento do imposto com relação à CBS, com relação ao prestador de serviços, mas isso aí está indo mais para lei complementar, ficou muito no geral aí, na 110.

Mas eu acredito que, com o modelo que vocês construíram e com a inclusão do sistema de tecnologia apresentado pelo Miguel... Porque, de fato, o imposto declarado facilita tudo o que foi falado aí: facilita a sonegação, a falta de controle. Nós temos aí a questão também da Fazenda Nacional, dos procuradores... Cara, que loucura!

Eu só peço aí, Miguel, que você coloque para nós a apresentação, disponibilize para a Comissão – o Haully já colocou a dele aí –, para a gente se aprofundar mais e poder defender mais essa proposta. Eu acho que o caminho é esse mesmo, não é? Quanto mais didático, quanto mais fácil, como essa apresentação que você fez, mais fácil de a gente convencer os pares a enfrentar esse assunto. Acho que essa reforma tributária... É lamentável: nós estamos já no último ano de mandato, e isso é coisa de primeiro ano do primeiro mandato, dos primeiros seis meses.

Mas acredito que, no Senado, há possibilidade de a gente votar essa matéria ainda, eu acredito muito nisso. Com essa questão didática e apresentação simples, fica mais fácil de a gente convencer os nossos pares. Eu vou me debruçar um pouco mais sobre essa matéria; eu já a conheço, mas precisamos encontrar uma linguagem bem didática para aqueles que não gostam ou que não entendem da área para que tenham a segurança e o convencimento de que é importante fazer essa mudança. O Brasil precisa fazer isso.

Eu não vou pedir o sacrifício de vocês dois para trabalhar essa matéria na questão da despesa, mas gostaria muito de encontrar vocês dois, especialistas como vocês, para a gente se debruçar um pouco sobre essa questão da despesa e da otimização dos gastos do governo, para a gente concomitantemente trabalhar isso, porque a gente não vê muito sentido de trabalhar só um lado, só o lado da arrecadação. Há a despesa, não é? O custo-benefício disso, onde é que está? Eu garanto para vocês que, só com o controle da despesa informatizado, com a tecnologia do Miguel, a gente já economizaria de 30% a 40% da nossa arrecadação só em gastos, na utilização dos recursos.

Mas eu quero dizer da minha satisfação de estar discutindo esse tema na Comissão Senado do Futuro e me colocar à disposição de vocês. Eu quero parabenizar o Roberto Rocha, que é o Relator, o próprio Davi também, que ficou como autor do projeto, mas é um projeto do Haully que a gente vem discutindo na Câmara há muitos anos.

Contem comigo. Só peço, Miguel e Haully, que a gente consiga construir uma linguagem bem simples, porque eu aprendi desde pequeno que sabedoria é reconhecer o óbvio. Agora, precisamos de uma linguagem didática para convencer aqueles que têm tanto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo o Confúcio aí participando, meu grande amigo que foi também Governador e é também uma referência para nós aí na educação.

Muitas vezes esse é um assunto de que as pessoas não querem saber, porque é muito complexo, muito difícil. Então vamos encontrar... Talvez o Confúcio, com a sua sabedoria, possa também nos ajudar a transformar esse assunto numa coisa simples, didática e pedagógica. Ele, como educador, pode ajudar muito.

Então, parabéns Hauly, parabéns Miguel, pela determinação, competência e compromisso com o país. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Valeu, Presidente!

Vamos ouvir então o nosso querido Senador Confúcio Moura, de Rondônia. Por favor, Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Muito bem, muito obrigado.

É um assunto muito importante esse da reforma tributária, mas eu creio que muita gente está gostando do modelo atual. É mais ou menos como a escravidão no Brasil. Foram 300 anos de escravidão, e era normal ter escravos em casa, na fazenda, nos sítios. Estava tudo bem ter gente escravizada, e assim foi. Quantos anos demoraram para se abolir a escravatura no Brasil? Mais de 300 anos!

Esse modelo tributário brasileiro é como o modelo de escravidão. Vai passando o tempo, vai ficando tudo do mesmo jeito, todo mundo vai se acostumando. Quanto mais imposto, mais sonegação, e vai virando esse círculo vicioso em que só pobre paga imposto e rico vai para a Justiça. Eu nem sei quanto têm demandado aí no Poder Judiciário, mas são altíssimos valores. As bancas, muito sabidas, com muito conhecimento dos advogados tributaristas... Então, o imposto só sai da sardinha, do arroz, do feijão, daquilo que não pode ser sonegado.

Mas o Hauly é um sacerdote, ele vem labutando com isso como uma doutrina importante. Eu peço a ele que não desanime, que continue a sua pregação, do mesmo jeito do Eduardo Suplicy com a renda mínima, que trabalhou 16 anos em renda mínima, mas até hoje não aplicaram o projeto maravilhoso que ele deixou pronto.

Então, eu vou também me debruçar sobre o projeto, como o Izalci solicitou, vamos trabalhar juntos. Eu sei que nos estados... O grande problema da reforma tributária passa pelos estados e municípios. É preciso fazer essa grande aliança, essa grande busca com os Governadores, porque todo mundo tem medo de perder receita, há um dedo danado. Então, é isso. A gente tem que dar essa garantia para os Governadores, de um modelo de transição em que eles se sintam assegurados com as suas despesas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mais, quero agradecer muito a todos e desejar... Eu cheguei um pouco atrasado à audiência pública, mas eu vou abrir aqui, vou assistir posteriormente, hoje ainda ou amanhã, sábado, para que eu possa também ser um seguidor do grande pregador dessa tese, que é o Haully, assim como todos os seus companheiros de profissão de fé.

Um abraço. Bom dia a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Senador Confúcio Moura.

Eu queria chamar a atenção aqui dos nossos expositores, o Haully e o Miguel, para algumas perguntas dos internautas.

A Ednalva Lopes, aí do Distrito Federal, pergunta: "Que tipo de investimento tecnológico seria exigido das empresas e dos contadores? O assunto já foi debatido com o Conselho Federal de Contabilidade?". É bom que o nosso Presidente Izalci esteja aí, não é? Seria interessante talvez até ele também participar dessa resposta.

O Thiago Caetano, do Rio de Janeiro, pergunta: "Essas soluções trarão celeridade e desburocratização?".

A Taynara Barbosa, do Rio de Janeiro: "Como será a implementação? Quais tipos de investimentos servirão para combater a inadimplência e a sonegação?".

A Thaiane dos Santos Silva Tavares, também do Rio de Janeiro: "Que tipo de tecnologia será aplicada para o processo? E os impostos abordados na audiência pública serão diretos ou indiretos?".

Por último, a Joice Furtado da Silva Pinheiro, do Rio também: "Os impostos dos quais trata a audiência são indiretos, ou seja, sobre produtos e serviços (ICMS, ICSS), ou diretos?".

Há várias perguntas, mas a resposta parece ser quase uma só.

Quer participar logo, Haully? Ou depois do Miguel?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Para expor.) – Posso, sim. O Miguel responde sobre a parte tecnológica.

Eu quero agradecer, mais uma vez, Zequinha, a você, que fez esse convite honroso a mim, ao Miguel e ao Secretário da Receita Federal.

Nós estivemos anteontem na Receita Federal e tivemos uma reunião excelente com o novo Secretário, que é muito moderno, muito preparado e, sem dúvida alguma, já conhecia o modelo da reforma tributária 110, assim como sua equipe toda. Então, o Miguel fez a exposição dele, tecnológica,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com sugestões até para o momento. O Miguel sugeriu à Receita juntar a nota fiscal com o boleto de cobrança. Ele fez essa proposta à Receita Federal, que também foi incorporada pelo Senador Roberto Rocha, uma excelente iniciativa que aqui vocês também poderão fazer para já, para ir adiantando o modelo do sistema.

Segundo, respondendo aqui... À Ednalva, a resposta será dada pelo Miguel, assim como ao Thiago, também sobre a celeridade da implantação do modelo.

Sobre os impostos diretos no mundo, o conceito mundial só tem três bases tributárias conhecidas, o patrimônio das pessoas, a propriedade, em que há cinco tributos: o IPTU, territorial urbano; o ITR, territorial rural; o IPVA, Imposto de Propriedade de Veículos Automotores; e dois de transmissão – *causa mortis* e *inter vivos* –, um de herança e doação, e o outro que é sobre as compras de imóveis. Então, são cinco tributos. Com esses cinco tributos no Brasil, somados em todos os municípios e estados brasileiros, arrecada-se menos de 5% de 100% da arrecadação.

A segunda base tributária clássica e universal é a das rendas e proventos de qualquer natureza, onde estão o imposto de renda das pessoas físicas, jurídicas, os salários, aluguéis, os juros, dividendos e os *royalties*. Então, essa é a base da renda de proventos de qualquer natureza.

E a terceira base é a base do consumo, a base de bens e serviços, em que todos consomem bem e serviço. Então, são três bases tributárias.

Na renda de proventos de qualquer natureza no Brasil a arrecadação é em torno de 21%, direta – essa é direta, pessoa física e jurídica –, sendo que nos Estados Unidos é quase 50% da arrecadação americana. Então, somando o tributo direto, 21%, com 4%, quase 5% do patrimônio, imposto de propriedade, isso dá 25%. Nos Estados Unidos, ele representa 60%, e na Europa, 40%. Então, nós estamos bem distantes da tributação direta.

O imposto de consumo no Brasil e mais a folha representam 75%. Então, nós temos hoje... O que nós temos hoje? Nós temos o Imposto de Renda no Brasil, o imposto de consumo, vamos dizer assim, que é um manicômio tributário, anárquico, caótico, em que quem pode mais chora menos – os muitos espertos conseguem incentivo fiscal municipal, estadual e federal. Não existe mais incentivo fiscal em nenhum país do mundo, eles já acabaram com isso há mais de 20 anos. No Brasil, isso custa por ano 7% do PIB, custa R\$0,5 trilhão. Então, você fala em cortar despesa do orçamento federal, do estado e do município, e esses R\$500 bilhões estão embutidos nos preços relativos da economia e são renúncias legais. Isso foi dado por força de lei.

Segundo, nesse preço relativo na base de consumo, você tem a inadimplência. A empresa declara que vai pagar e, chega o dia de pagar, não paga. Como diz o meu querido amigo Senador Marcelo Castro: "Haully, um empresário lá do meu estado falou: 'Senador Marcelo Castro, esse tal de Haully, esse tal de Abuhab, são seus amigos?'. E ele: 'Sim'. 'Mas eles querem acabar com o imposto com que a gente fica





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante o mês inteiro." O senhor sabe como é que é – não é, Sr. Miguel? É como o Confúcio falou: se você vai tirando nota fiscal todo dia, você vende, o imposto entra e fica no caixa da empresa, não é? E fala assim: "A gente vai se afeiçoando tanto, todo dia, com esse impostinho, guardado no meu caixa, vai ficando com uma intimidade tão grande com esse imposto, e, quando chega o final do mês, tem que se fazer o Darf, o boleto de pagamento do imposto e dá uma dor no coração".

Então, é exatamente isto que o Miguel elaborou: o imposto nunca mais vai ficar dentro da empresa. E o imposto, nunca mais ficando dentro da empresa, será cobrado diariamente, automaticamente em cada operação. São milhões, bilhões de operações de área num sistema eletrônico de débito e crédito, com crédito financeiro. Acaba com a burocracia e economiza, só de burocracia, 80% do custo da burocracia. Segundo, acaba com a inadimplência, porque, se o imposto não é recolhido espontaneamente pela empresa, não existe mais burocracia, não existe mais sonegação do pagamento do imposto, não é? Terceiro, você vai capturar tudo que existe de cartão de crédito e operação em dinheiro amarrado com o Banco Central, a Receita Federal e as Receitas estaduais e municipais.

Então, nós já reunimos – o Senador Roberto Rocha com a sua equipe, a Camila, que coordena a equipe jurídica do projeto da PEC 110 – já foram feitas reuniões com a Receita Federal, com o Confaz, com a Confederação Nacional de Municípios. Só ficou de fora, até agora, a Frente de Prefeitos de 40, 50 municípios do Brasil, que são os grandes municípios; 5.500 municípios já aderiram à nossa proposta e grande parte do empresariado.

Então, o Senador Confúcio coloca que o modelo atual, as demandas judiciais hoje... Por que há 5,4 trilhões de demanda administrativa e judicial? Porque você tem milhares de leis. Quando você aprovar a PEC 110, vai ter uma lei para a CBS e uma lei para o IBS – então, vai haver dois impostos. Vamos trocar, jogar foga, tocar no fogo do inferno milhares de leis para ficar uma lei. Então, a demanda administrativa e judicial vai se reduzir em 90%. Só vai ficar com as demandas clássicas que há no mundo inteiro.

Ainda esses dias, eu estava lendo o trabalho do Insper, e ele tem um gráfico interessante. O Brasil tem 75% do PIB em demanda administrativa, judicial ou tributária; a OCDE 0,2% dos PIBs dos países médios. Quer dizer, o Brasil pode dizer que tem mais de 90% do contencioso tributário do mundo.

Então, explicando: o tributo direito é Imposto de Renda e imposto patrimonial; indireto são os impostos de consumo. Como o mecanismo do consumo será a cobrança automática, com uma legislação nacional única, e os estados e municípios poderão também ter sua autonomia, nós podemos afirmar que, na devolução do imposto da nota fiscal eletrônica vai haver uma diminuição da carga tributária de todas as famílias pobres do Brasil; vai ser possível devolver esse dinheiro através do próprio CPF de cada consumidor que tirar nota fiscal.

Então, o sistema está bem elaborado, bem discutido, porque foram centenas de mãos. O próprio projeto da Câmara, o 45, do Baleia Rossi, que é do CCiF de São Paulo, foi reabsorvido na 110, através do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rocha e da Comissão Mista do Aguinaldo. Também foi absorvida uma série de indicações, sugestões da Receita Federal, do Confaz, de outros setores da economia.

Então, podemos dizer que o projeto amadureceu tecnicamente, juridicamente, tributariamente e politicamente. Então, o projeto que está lá, na CCJ, podemos dizer que está pronto para ir para a frente com pequenas arestas para serem aparadas, e isso, na discussão, na CCJ e no Plenário, se resolve.

Então, o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco está aqui, nós estamos também com o Mecias de Jesus, o Confúcio, o Zequinha, o Izalci. O Presidente do Senado todo dia faz o discurso da reforma tributária. O Senado é a Casa dos Estados, é a Casa da Federação – podemos dizer que também dos municípios. Então, é a caixa de ressonância. O Senado vai dar a maior contribuição da sua história ao país, aprovando a reforma tributária, que é um projeto dez vezes maior do que o Plano Real, porque o Plano Real foi importantíssimo, mas combateu a inflação, e a reforma tributária vai resolver em definitivo o problema da trava, o que travou a economia brasileira. Vai destravar, liberando R\$1 trilhão para a economia fluir anualmente e arrecadar o mesmo, acabando com grande parte da sonegação, zera a inadimplência, reduz a burocracia, diminui a tributação dos pobres... Então, todas aquelas aflições dos acadêmicos e de todos os juristas tributaristas deste país, dos economistas ligados a essa área, cientistas, as reclamações da OCDE, do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Banco Interamericano e da Academia Brasileira estarão sendo solucionadas na PEC 110, porque foram centenas de contribuições que foram absorvidas por nós ao longo desses anos.

Foco, força e fé em Deus. Que Deus abençoe o Brasil, o Senado da República, com essa grande iniciativa. Muito, muito obrigado, um grande abraço fraterno, solidário e reformista para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Para fazer um comentário sobre as perguntas aqui ligadas à área da tecnologia: olá, Miguel.

O SR. MIGUEL ABUHAB (Para expor.) – Está beleza.

Então... Foi perguntado que tipo de investimento seria necessário.

O que nós estamos propondo é unir dois sistemas que já existem. Existe o sistema de nota fiscal eletrônica, robusto, estável, está rodando nos servidores da Sefaz, Cetro... Então, esse sistema já existe e os sistemas bancários também existem. As empresas também já têm os seus ARTs com todas as informações necessárias.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos ligando esses sistemas; ou seja: a rigor, o que vai ser feito é que o número do documento bancário, por hipótese, o número do boleto, o número da transação bancária, será mais uma transação para a nota fiscal eletrônica. Então, a nota fiscal eletrônica tem várias transações, nós estaremos criando... A proposta é criar mais uma transação, em que, na nota fiscal eletrônica, será colocado o número do documento de cobrança. Então, os dois sistemas que já existem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passam a ter essa informação. E essa informação pode ser já determinada por uma instrução normativa da Secretaria da Receita, que fará: "A partir de data tal, deve-se implementar esta transação adicional".

Esta pequena alteração nos sistemas, nos ARTs e nos sistemas que já estão operacionais é uma implantação muito rápida, dentre tantas outras alterações que já foram feitas nessa história, em tão curto prazo. É mais uma instrução normativa. Isso pode ser implementado, digamos, em 60 dias – a integração entre os dois sistemas.

Aquele empresário, aquele contribuinte que, eventualmente, não tem essas informações integradas, ou seja, a nota fiscal era num valor, e a transação contábil era noutro valor, isto já imediatamente passou a ser integrado, mesmo com o sistema habilitatório atual. Então, isso é um benefício que pode ser já obtido no curto prazo e, evidentemente, com o andamento da PEC, aí, sim, o que vai se implementar é o cálculo, é o *netting* dos impostos para fazer a devolução e para fazer o crédito diário aos contribuintes. É evidente que os sistemas bancários, muitos deles, já oferecem o *split* de pagamento no boleto, então, você manda a transação, diz o número do documento, e no *split* ele já informa qual foi o boleto, qual foi o documento de origem. Então, muitos bancos já têm essa operação. Outros bancos vão ter que se ajustar a isso. Basicamente é isso. Agora, a ideia é que possa ter um sistema em *blockchain*, que vai ler as informações bancárias que já existem, as notas fiscais que já existem, e vai fazer esse *netting* dessas informações, fechando o sistema contabilmente.

Basicamente, é essa a tecnologia. O investimento é muito baixo, é o desenvolvimento desses programas de computador, e o benefício disso é quase que 8% da arrecadação do país.

A celeridade... Se essa medida, a instrução normativa, for adotada ainda neste ano, independente da aprovação da PEC, quando a PEC for aprovada os sistemas poderão ser implementados em curto prazo. Eu imagino que, após a aprovação da PEC de fato pelo Congresso, em seis meses a gente já pode ter um sistema operacional, e evidentemente ele não será implementado em "*big bang*". Vai ter que se definir, por exemplo, o novo imposto, seja o CBS ou o IBS, com uma alíquota, por hipótese, de 1%, mantendo ainda os sistemas tradicionais operando, então o teste será feito com uma alíquota baixa e, o teste do sistema comprovando, enfim, a robustez do sistema, eu acho que a cada três meses aumentam-se as alíquotas até que o imposto anterior seja eliminado totalmente. Talvez em um período máximo de dois anos sejam eliminados todos os vestígios dos sistemas anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Dr. Miguel, muito obrigado, mais uma vez. Esta Comissão se sente honrada pela sua participação.

Eu quero saber se o Senador Mecias de Jesus está conosco aqui na audiência. Parece que o sistema teve um problema. (*Pausa.*)

Não está.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive um probleminha aqui de tela, vamos ver... opa!

Eu quero agradecer, mais uma vez, o Haully pela brilhante exposição; de novo, ao Miguel Abuhab; agradecer o Senador Confúcio Moura; agradecer o meu Presidente pelo deferimento do nosso requerimento para esta audiência. Queremos informar que estamos satisfeitos com o que ouvimos, com o que aprendemos nesta oportunidade, e devolver a palavra a V. Exa., Senador Izalci Lucas, para proceder então, certamente, ao encerramento da sessão.

Muito obrigado e bom dia a todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Obrigado, Zequinha, pela condução dos trabalhos. Parabéns pelo requerimento aprovado. Eu acho que é um tema que merece a atenção de todos nós.

Eu quero insistir com o Miguel ainda para mandar – ah, já mandou – a apresentação nossa, e, mais uma vez, agradecer ao Haully e ao Dr. Miguel pelo empenho, pela dedicação, pela determinação. É um assunto tão importante, complexo, mas é necessário e urgente que a gente realmente possa aprová-lo antes das eleições, pelo menos, no Senado, e jogar isso para a Câmara. Aí facilita, ainda este ano ou no ano que vem, já, implantar essa matéria que eu acho muito importante.

Respondendo à questão dos contadores, acho importantíssima, e eles participaram sempre, a participação do Conselho Federal, de alguns contadores dos conselhos estaduais, mas precisamos também de mais apoio e de um maior envolvimento dos contadores, afinal de contas, somos nós – não são eles, somos nós, porque eu também me considero ainda um profissional da Contabilidade – que entendemos de tudo isso aí. Eu, particularmente, rodei esse Brasil todo, de norte a sul, fazendo auditoria de todas as áreas, então, conheço bem a complexidade que é o sistema tributário do Brasil. É um negócio... Eu não sei por que ainda tenho alguns cabelos; já era para não ter nenhum, não é?

Parabéns pela condução, Zequinha.

E já indo para os finalmentes, eu quero, mais uma vez, agradecer ao Dr. Miguel, ao Haully, nosso querido amigo. Agradecê-los e parabenizar você, Zequinha, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estamos juntos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, vou deixá-lo fazer o encerramento. Já que você abriu, você faz também o encerramento.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Valeu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As explicações do Miguel e, com certeza, também as do Haully estarão disponíveis para quem quiser, principalmente da nossa Comissão.

Eu queria pedir aqui à Marcielly, nossa colega de trabalho aí no gabinete, para ficar com uma cópia das exposições, para que a gente possa dar uma repassada, a fim de que se possa internalizar melhor essas informações.

Obrigado a todos!

Bom dia!

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 43 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

